uniarq

estudos & memórias 15

DE ILIPA A MUNDA

GUERRA E CONFLITO NO SUL DA HISPÂNIA
GUERRA Y CONFLICTO EN EL SUR DE HISPANIA

Carlos Pereira
Pedro Albuquerque
Ángel Morillo
Carlos Fabião
Francisca Chaves
(eds.)



CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

DE ILIPA A MUNDA

GUERRA E CONFLITO NO SUL DA HISPÂNIA

GUERRA Y CONFLICTO EN EL SUR DE HISPANIA

CARLOS PEREIRA
PEDRO ALBUQUERQUE
ÁNGEL MORILLO
CARLOS FABIÃO
FRANCISCA CHAVES
(eds.)

CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

estudos & memórias

Série de publicações da UNIARQ
(Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa)
Direcção e orientação gráfica: Ana Catarina Sousa
Série fundada por Victor S. Gonçalves

15.
PEREIRA, C. - ALBUQUERQUE, P. - MORILLO, A. - FABIÃO, C. - CHAVES, F. (2021) – *De Ilipa a Munda. Guerra e conflito no Sul da Hispânia*. Estudos e memórias 15. Lisboa: UNIARQ/FL-UL. 327 p.

Capa: Da esquerda para a direita: fotografia de C. Pereira; a mesma imagem convertida em bitmap; fotografia e desenho de G. Ulbert (cedidos pelo Instituto Arqueológico Alemão de Madrid).
Coordenação editorial: Carlos Pereira
Paginação e composição: Constança Gonçalves
Impressão: Europress - Indústria Gráfica
400 exemplares
ISBN: 978-989-53453-2-8 / **Depósito legal:** 490559/21
DOI: https://doi.org/10.51427/10451/50003

Copyright ©, 2021, os autores.
Toda e qualquer reprodução de texto e imagens é interdita, sem a expressa autorização do autor, nos termos da lei vigente, nomeadamente o DL 63/85, de 14 de Março, com as alterações subsequentes.
Lisboa, 2021.

Esta publicação foi concretizada e financiada através dos projectos científicos:
- Acampamentos militares romanos no Ocidente peninsular: estratégias de conquista e controlo do território", SFRH/BPD/108721/2015, dirigido por Carlos Pereira;
- Paisaje y territorio militarizado en la Hispania Romana: movilidad y transferencia cultural (siglos II a.C. – IV d.C.), HAR2017-85929-P, MINECO/AEI/FEDER, UE dirigido por Ángel Morillo Cerdán e Cruces Blázquez Cerrato;

Impressão financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos:
- UIDB/00698/2020;
- UIDP/00698/2020.

Todos os contributos que compõem este volume foram submetidos a uma criteriosa política editorial, tanto pelo coordenador, no que respeita ao conteúdo formal e ao cumprimento das normas de edição desta colecção, como pelos revisores. O processo de avaliação dos trabalhos seguiu os critérios blind peer review, tendo-se seleccionado investigadores externos (nacionais e internacionais) especializados em diferentes disciplinas.
Esta edição está disponibilizada em acesso aberto, gratuitamente em versão a cores, promovendo e incentivando a circulação e promoção do conhecimento gerado por trabalhos ou projectos científicos. Esta publicação conta igualmente com uma versão impressa, a preto e branco, que foi distribuída gratuitamente por bibliotecas e instituições relevantes, nacionais e internacionais, de forma a ampliar o acesso aos trabalhos que integra.

VOLUMES ANTERIORES:

LEISNER, G. e LEISNER, V. (1985) - *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Estudos e Memórias, 1. Lisboa: CAH/UNIARQ/INIC. 321 p.

GONÇALVES, V. S. (1989) - *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada*. 2 volumes. Estudos e Memórias, 2. Lisboa: CAH/UNIARQ/INIC. 566+333 p.

VIEGAS, C. (2011) - *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos e Memórias, 3. Lisboa: UNIARQ. 670 p.

QUARESMA, J. C. (2012) - *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica de cozinha em Chãos Salgados (Miróbriga)*. Estudos e Memórias, 4. Lisboa: UNIARQ. 488 p.

ARRUDA, A. M. (ed.) (2013) - *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos. 1*. Estudos e Memórias, 5. Lisboa: UNIARQ. 506 p.

ARRUDA, A. M. (ed.) (2014) - *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos. 2*. Estudos e Memórias, 6. Lisboa: UNIARQ. 698 p.

SOUSA, E. (2014) - *A ocupação pré-romana da foz do estuário do Tejo*. Estudos e Memórias, 7. Lisboa: UNIARQ. 449 p.

GONÇALVES, V. S. - DINIZ, M. - SOUSA, A. C. (eds.) (2015) - *5º Congresso do Neolítico Peninsular. Actas*. Estudos e Memórias, 8. Lisboa: UNIARQ. 621 p.

SOUSA, A. C. - CARVALHO, A. - VIEGAS, C. (eds.) (2016) - *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Estudos e Memórias, 9. Lisboa: UNIARQ. 623 p.

GONÇALVES, V. S. (ed.) (2017) - *Sinos e Taças, Junto ao Oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*. Estudos e Memórias, 10. Lisboa: UNIARQ. 364 p.

GONÇALVES, V. S. - SOUSA, A. C. (2018) - *Casas Novas, numa curva do Sorraia (no 6º milénio a.n.e. e a seguir)*. Estudos e Memórias, 11. Lisboa: UNIARQ. 279 p.

MORÁN HERNÁNDEZ, M. E. (2019) - El asentamiento prehistórico de Alcalar (Portimão, Portugal). La organización del território y el proceso de formación de un estado prístino en la Bahía de Lagos en el tercer milenio a.n.e. Estudos e Memórias, 12. Lisboa: UNIARQ. 312 p. + 4 extratextos.

ARRUDA, A. M. - FERREIRA, D. - SOUSA, E. (2020) – *A cerâmica grega do Castelo de Castro Marim*. Estudos e memórias 13. Lisboa: UNIARQ/FL-UL. 112 p.

SOUSA, A. C. - BRAGANÇA, F. - TORQUATO, F. - KUNST, M. (2020) - Georg e Vera Leisner e o estudo do Megalitismo no Ocidente da Península Ibérica. Contributos para a história da investigação arqueológica luso-alemã através do arquivo Leisner (1909-1972) / Georg und Vera Leisner und die Megalithgräberforschung im Westen der Iberischen Halbinsel. Beiträge zur portugiesisch-deutschen Forschungsgeschichte der Archäologie im Spiegel des Leisner-Archivs (1909-1972). Estudos e Memórias, 14. Lisboa: UNIARQ/IAA/DGPC. 704 p.

ÍNDICE

PREFÁCIO 1

CARLOS PEREIRA E ÁNGEL MORILLO

APRESENTAÇÃO: EM BUSCA DO EXÉRCITO ROMANO NA HISPÂNIA REPUBLICANA 5

Historiografia e Fontes - Historiografía y Fuentes

NUNO SIMÕES RODRIGUES

A PENÍNSULA IBÉRICA COMO HORIZONTE MITOLÓGICO DO CONFLITO PARA GREGOS E ROMANOS 21

CÁNDIDA MARTÍNEZ LÓPEZ E MERCEDES ORIA SEGURA

ENTRE LA GUERRA Y LA PAZ. APROXIMACIONES METODOLÓGICAS AL ESTUDIO DE LAS MUJERES Y LA GUERRA EN EL MUNDO ANTIGUO 31

ROSALÍA HERNÁNDEZ GARCÍA

LAS HISPANAS Y ROMA: LA OPOSICIÓN DE LAS MUJERES A LA CONQUISTA ROMANA (206-45 A.C.). UNA REVISIÓN 51

JOSÉ RAMON HERRERA DELGADO E PEDRO ALBUQUERQUE

***ILIPA* Y *MUNDA* EN LA HISTORIOGRAFÍA Y COROGRAFÍA IBÉRICAS DE LOS SIGLOS XVI Y XVII** 65

JESÚS SALAS ÁLVAREZ

LA BATALLA DE *MUNDA* Y EL EPÍLOGO DEL ASEDIO DE *URSO* 77

Sítios e Contextos de Oriente Para Ocidente - Yacimientos y Contextos de Oriente a Occidente

SONIA BAYO FUENTES, JESÚS MORATALLA JÁVEGA E FELICIANA SALA SELLÉS

ARQUEOLOGÍA DE LA CONQUISTA ROMANA EN LA CONTESTANIA IBÉRICA. LOS FORTINES TARDORREPUBLICANOS DE LA COSTA Y LA VIGILANCIA DEL CAMINO HACIA *CARTHAGO NOVA* 93

ÁNGEL MORILLO CERDÁN, ESPERANZA MARTÍN HERNÁNDEZ, ROSALÍA DURAN CABELLO E GERMAN RODRÍGUEZ MARTÍN

EL COMPLEJO MILITAR TARDORREPUBLICANO DEL PEDROSILLO (CASAS DE REINA, BADAJOZ). CAMPAÑA DE 2010 107

FRANCISCO JAVIER HERAS MORA

EL CAMPAMENTO ROMANO DE VALDETORRES EN LOS CONFLICTOS MILITARES DE LOS SIGLOS II Y I A.N.E. EN EL SUR HISPANO 133

CARMELO FERNÁNDEZ IBÁÑEZ

REFLEXIONES PRELIMINARES SOBRE LA REVISIÓN DEL CONJUNTO ARMAMENTÍSTICO DEL FINAL DE LA REPÚBLICA EN EL CAMPAMENTO DE CÁCERES EL VIEJO (CÁCERES, ESPAÑA) 151

VICTORINO MAYORAL HERRERA, PEDRO DELGADO MOLINA, CARMEN PRO MUÑOZ

EN BUSCA DEL EJÉRCITO INVISIBLE: RASTREANDO LA PRESENCIA MILITAR TARDORREPUBLICANA EN EL CASTRO DE VILLASVIEJAS DEL TAMUJA 169

CARLOS PEREIRA

ESTRATÉGIAS DE ACÇÃO E CONTROLO DO TERRITÓRIO. NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE CÁCERES VIEJO (CASAS DE MILLÁN, CÁCERES) 191

ANA MARGARIDA ARRUDA

GUERRA E PAZ: O ALGARVE ROMANO ENTRE *ILIPA* E *MUNDA* 209

RUI MATALOTO E ALEX MICHAEL ELLIOTT

FROM THE *BAETIS* TO THE *TAGUS*: TRACES OF WARFARE IN THE ALENTEJO IN THE LATE 2ND/EARLY 1ST CENTURY BC 225

TERESA RITA PEREIRA

O CONTRIBUTO DO CONJUNTO ARTEFACTUAL DE CABEÇA DE VAIAMONTE (MONFORTE, PORTALEGRE) PARA A LEITURA DO "PANORAMA SERTORIANO" 253

JOAQUINA SOARES, CARLOS TAVARES DA SILVA, JOÃO PIMENTA,
TERESA RITA PEREIRA, SUSANA DUARTE, ANTÓNIA COELHO-SOARES
CLEIA DETRY E VINCENZO SORÍA

O CASTRO DE CHIBANES NOS MEANDROS DA CONQUISTA ROMANA 275

JOÃO PIMENTA E HENRIQUE MENDES

MONTE DOS CASTELINHOS - VILA FRANCA DE XIRA. UMA FUNDAÇÃO ROMANA REPUBLICANA *EX NOVO* NO BAIXO TEJO 293

JOÃO PIMENTA

O VALE DO TEJO COMO EIXO DA CONQUISTA ROMANA DA FACHADA ATLÂNTICA: ENTRE BRUTO E CÉSAR 309

PREFÁCIO

Carlos Pereira
Pedro Albuquerque
Ángel Morillo
Carlos Fabião
Francisca Chaves

O presente volume constitui um modesto contributo para o debate e divulgação da linha de investigação sobre Arqueologia Militar Romana. Resultado da organização de um evento internacional[1], foi inicialmente idealizado no âmbito do projecto de pós-doutoramento[2] de um de nós (Carlos Pereira), mas para o qual foram determinantes a colaboração de Pedro Albuquerque e o apoio da Universidade de Sevilha. Todavia, nada disto teria sido possível sem as assertivas e cirúrgicas indicações de Ángel Morillo, Francisca Chaves e Carlos Fabião, que nos orientaram nesta complexa temática. O evento, que decorreu nos dias 3 e 4 de Dezembro de 2019, teve lugar na Universidad de Sevilla e acolheu um total de cerca de 60 assistentes e 32 investigadores de diferentes países (total de 24 comunicações), que concederam valiosos contributos para o debate da Arqueologia Militar. Foi organizado pela Universidade de Sevilha e pela UNIARQ – Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e financiado pelo Vicerrectorado de Relaciones Institucionales da Universidade de Sevilha.

Infelizmente, para esta publicação, não foi possível contar com todas as contribuições que, por questões várias, não integram este volume e que compunham de forma mais homogénea os eventos militares ocorridos entre as batalhas que lhe dão título. No entanto, outras foram somadas e patenteiam algumas das questões que são mencionadas ao longo destas páginas, entre elas, o regresso a notórios sítios que têm ainda muito a contribuir para o conhecimento da Arqueologia Militar e que ampliam a visão de conjunto sobre estes temas.

Os trabalhos apresentados foram distribuídos por dois blocos temáticos: um dedicado à historiografia, fontes literárias e questões de género; o outro integra estudos de sítios, contextos e materiais arqueológicos. No primeiro, o leitor pode encontrar aspectos da Península Ibérica através das narrativas dos *corpora* mitológicos, mas também compreender a relação das mulheres com a guerra na Antiguidade e o papel por elas desempenhado, assim como a sua postura perante casos concretos que nos foram transmitidos pela literatura antiga. Todavia, também a literatura moderna é fonte de informação sobre a evolução no entendimento das grandes batalhas ocorridas no Sul do território peninsular. Por esse motivo alguns trabalhos abordam a representação das batalhas de *Ilipa* e de *Munda* em obras recentes, sendo um deles dedicado a uma análise ainda mais detalhada sobre um desses "campos de batalha".

O segundo bloco, mais extenso, incorpora um total de 12 trabalhos que dissecam sítios e contextos e que abrem horizontes sobre um tema ainda bastante difícil. Tal como se expressa, a sua ordem segue um critério geográfico, pois uma organização cronológica revelar-se-ia inglória, já que muitos dos sítios apresentados oferecem uma diacronia de ocupação longa e, não poucas vezes, de génese indígena. Apresentam-se sítios militarizados, mas também acampamentos militares romanos e campos de batalha, nos quais os autores conseguem debater cada um deles de forma harmoniosa, articulando continuamente

[1] Seminário Internacional "De *Ilipa* a *Munda*: Guerra y conflicto en el sur de Hispania".

[2] Acampamentos militares romanos no Ocidente peninsular: estratégias de conquista e controlo do território, SFRH/BPD/108721/2015

os argumentos entre os contextos, os materiais e o enquadramento crono-cultural. Com efeito, já não são suficientes os tradicionais estudos dos materiais seleccionados e dos palimpsestos onde estes se encontram, sendo cada vez mais relevantes a análise integrada dos contextos e das quantificações.

Somos cientes, contudo, que esta obra se foca particularmente num período mais concreto do que aquele que é abrangido pelo título, centrado nas últimas décadas do século II a.C. e nas primeiras do seguinte. Esta situação, além de ser resultado da área geográfica a que estes estudos se dedicam, é também consequência das próprias modas ou dinâmicas dos estudos realizados no momento. Com efeito, é inegável que nas últimas décadas se tem centrado a investigação naquela fase concreta da conquista. Apesar disso, esperamos que esta obra possa vir a ser seguida por outras, que lhe dêem continuidade e que a complementem, quer seja geográfica ou cronologicamente.

Além disso, as novas tecnologias aplicadas durante as escavações dos contextos, o maior e melhor conhecimento que temos dos artefactos, sobretudo sobre a sua cronologia, e o estabelecimento de conjuntos-tipo bem definidos têm permitido que possamos determinar com mais precisão o "quando", o "como" e o "porquê" para cada sítio que escavamos. Esta disponibilidade de novas ferramentas e formas de entender o passado já deram provas da sua validade no campo da Arqueologia Militar. A estes progressos soma-se o cada vez mais comum recurso a novas tecnologias para identificar e auxiliar o entendimento dos estabelecimentos militares, temática que também é digna de um futuro volume monográfico. Porém, estas ferramentas devem ser utilizadas com cautela, pois a tradicional Arqueologia continua a ser a forma primordial de corroborar ou construir narrativas históricas científicas precisas, ainda que auxiliada pela tecnologia.

Finalmente, gostaríamos de deixar uma palavra de agradecimento a quem financiou esta publicação, concretamente à UNIARQ, na figura do seu director, o professor Carlos Fabião, à FCT, mas também a Ángel Morillo e a Maria Cruces Blázquez que, através do projecto "Paisaje y territorio militarizado en la Hispania romana: movilidad y transferencia cultural (ss. II a.C.-IV d.C.)" (MINECO/AEI/FEDER) (I+D HAR2017-85929-P), deram um importante contributo.




Universidad de Sevilla
Vicerrectorado de Relaciones institucionales
Departamento de Prehistoria y Arqueología (US) y Historia Antigua (UAL)
DE ILIPA A MUNDA
Guerra y conflicto en el sur de Hispania







Figs. 1 a 5 - Documentando o evento: tríptico de divulgação do Seminário Internacional; fotografias gerais e concretas do evento e de algumas das comunicações apresentadas.

APRESENTAÇÃO: EM BUSCA DO EXÉRCITO ROMANO NA HISPÂNIA REPUBLICANA

Carlos Pereira
Ángel Morillo

Os estudos sobre a Arqueologia Militar Romana têm evidenciado a importância da Hispânia ao longo de todo o processo de conquista. Todavia, não se tem dedicado o mesmo investimento em todo o território, nem de forma homogénea. Embora as fontes literárias nos concedam abundantes dados sobre actividades militares romanas e, em última análise, sobre o processo de conquista da Hispânia, persiste ainda um grande desconhecimento sobre este processo em determinadas áreas da Península Ibérica, não só geográficas, mas também temáticas. Apesar disso, vários trabalhos têm vindo a contrariar essa realidade e foram relevantes para o avanço no conhecimento das distintas fases e das ocupações da Hispânia.

As duas grandes batalhas que dão título a esta obra, a de *Ilipa* (206 a.C.) e a de *Munda* (45 a.C.), que ocorreram no Sul da Hispânia, estabelecem os limites cronológicos e geográficos deste volume, impostos pela extensão e volume de trabalhos que têm sido recentemente concretizados. A batalha de *Ilipa* determinou a expulsão dos exércitos cartagineses da Hispânia e marca o início da conquista deste território, enquanto a de *Munda* concluiu-se com a vitoria de Júlio César e marca o fim das guerras civis. Este é, portanto, um período em que as acções militares romanas na Península Ibérica foram impactantes neste território, tendo deixado marcas mais ou menos evidentes no registo arqueológico. Nestas páginas pretendeu-se discutir alguns aspectos do longo processo de conquista e também os epifenómenos que ocorreram durante as guerras civis romanas. Neste sentido, as fontes literárias são de particular relevância, fornecendo informações que, complementadas pelos dados arqueológicos, são um importante contributo para esta disciplina. Procurámos, também, estimular o debate de questões específicas, como o papel das mulheres nestes contextos de conflito, o abastecimento e a dieta alimentar nos recintos militares romanos ou aspectos relacionados com a economia de guerra.

Além de se pretender delinear o estado da questão e debater velhos dados com novos argumentos, pretendeu-se facilitar a apresentação de dados recentes sobre sítios militares relacionados com tácticas militares no Sul e Ocidente da Hispânia. A apresentação destes novos dados e o estudo dos sítios seguramente proporcionam progressos inéditos no conhecimento dos contextos de conflito e de actividade militar, bem como o seu impacto nas dinâmicas sociais, económicas e culturais das regiões e comunidades locais. Todavia, parece relevante referir que a quase totalidade dos estudos aqui apresentados, sendo inovadores, têm como base debates e investigações plenamente "madurecidas".

Conquanto não tenhamos ainda as inovações e o conhecimento detido em outras áreas da Europa, é já longa a lista de eventos e obras publicadas que também pretenderam facilitar a transmissão de opiniões e estimular os debates. Um de nós (A.M.) foi particularmente activo na participação, colaboração, organização e publicação de obras dedicadas à Arqueologia Militar Romana, conceito proposto no ano de 1998 e que, desde então, foi unanimemente assentido, mas para o qual outros temas e outros autores

deram importantes contributos.[1] Ainda que algumas áreas geográficas careçam todavia de um considerável alento na investigação, a qual necessita obrigatoriamente de apoios, o panorama geral é, apesar de tudo, animador.

Mas se, por um lado, é necessário que a investigação avance com novas e inovadoras linhas, por outro, não podemos deixar de regressar ao passado, antigo e recente, de alguns sítios míticos da Arqueologia da Ibéria. Este retorno a sítios de ocupação militar já deu provas de que é possível renovar o entendimento sobre os recintos militares romanos, mas que somente será possível através de estudos rigorosos e de uma metodologia adequada que garanta o efectivo progresso da Arqueologia Militar Romana.

Por outro lado, atendendo a que a Hispânia antiga sofreu um processo de conquista bastante longo, que se arrastou por quase duzentos anos, desde o desembarque de Cneu Cipião em Ampúrias (218 a.C.), e considerando que existiu uma diversidade de situações históricas, eventos político-militares e constantes avanços e recuos no terreno, situação que se afasta da imagem de constante progresso no terreno e de um homogéneo domínio da Hispânia que nos foi transmitida por autores como Robert Knapp (1977), John Richardson (1986) ou Stephen Dyson (1985), estão ainda por definir as "zonas de fronteira" que seguramente existiram durante esse processo.

Infelizmente, identificar essa realidade em território hispânico não é tarefa fácil. Além de as "zonas de fronteira" terem correspondido a autênticas "terras de ninguém", embora frequentemente atravessadas para realizar incursões a território inimigo, a maior antiguidade da conquista deste território, quando comparado com a Britânia ou com a Germânia, agrava a dificuldade em identificar as realidades militares romanas-republicanas.

Embora o modelo clássico do processo de conquista da Hispânia transmita uma ideia de progresso contínuo e de supremacia da máquina militar romana, na verdade este território foi a primeira grande experiência da expansão de Roma para lá dos relevos dos Alpes. Devemos somar a essa realidade o facto de o exército romano se ter adaptado regularmente ao longo dos dois últimos séculos antes da viragem da Era, sendo bem conhecidas as reformas de Caio Mário. Quiza também por estes motivos o progresso da investigação desta disciplina seja mais modesto na Península Ibérica, pois os vestígios de actividades militares romanas parecem estar mais dissimulados na paisagem.

Todavia, não devemos responsabilizar unicamente a invisibilidade do registo arqueológico, já que, infelizmente, temos vários exemplos recentes de situações devastadoras do património que retratam uma preocupante falta de cumplicidade com o passado e, sobretudo, com a Arqueologia. Talvez esta situação somente possa ver algum progresso caso as entidades competentes governamentais ampliem o apoio a projectos, científicos e de sensibilização, que garantam em definitiva a evolução do conhecimento e da divulgação do processo de conquista deste território.

Mas, como dizíamos, alguns problemas são intrínsecos aos vestígios antrópicos daquelas actividades e também à própria conjuntura histórica. Esse é precisamente o caso dos conflitos civis romanos, durante os quais já não se nota uma diferenciação tão clara entre os exércitos que se opõem. A viragem do século II para o I a.C. marca uma "fronteira" clara que separa momentos históricos, culturais e políticos bem distintos. Esta situação está, de alguma forma, relacionada com as mudanças que foram implementadas no próprio exército, o qual passa a desempenhar um papel cada vez mais relevante no cenário político. Com efeito, as reformas de Caio Mário facilitaram a evolução das legiões milicianas para corpos militares cada vez mais profissionalizados, o que se deveu ao recrutamento de homens

[1] Para uma síntese dos eventos e publicações vd. Morillo Cerdán, A., Adroher Auroux, A., Dobson, M., Martín Hernández, E. (2020): Constructing the archaeology of the Roman conquest of Hispania: new evidence, perspectives and challenges, *Journal of Roman Archaeology* 33: 36-52.

sem outro ofício, para além do militar, e que viram o exército como a sua única forma de progressão social e profissional.

Com efeito, pode considerar-se que as mudanças que marcam este momento foram potenciadoras dos conflitos civis que se seguiram. A partir de então, o exército romano fica cada vez mais independente do Estado, esbatendo-se o sentimento de unificação e o dever de lutar por Roma, tornando-se cada vez mais dependente dos respectivos comandantes e da unidade interna da legião. Por este motivo, o exército romano transformou-se num elemento manipulável que desequilibrava o poder político sob o comando de protagonistas. Porém, atribuir às reformas de Caio Mário uma eventual intensão revolucionária política e social é ainda um tema difícil de abordar. Importa, nesta apresentação aos trabalhos que se seguem, sublinhar que este cenário dificulta determinar através do registo arqueológico quais os que delatam actividade de um ou de outro bando. Com efeito, a expressão cliché que manifesta que este é um momento em que "romanos enfrentam a romanos"[2], embora passível de ser matizada, pretende esclarecer que a partir de então o panorama militar é bem mais opaco. Embora o conflito seja entre romanos, a presença de militares hispânicos, cuja categoria jurídica coloca várias questões de difícil resposta, seria uma constante em ambos exércitos, o que se reflecte numa fusão heterogénea da cultura material, das tácticas de guerra e da disciplina militar. Esta obra é particularmente insistente nos conflitos ocorridos na última centúria antes da viragem da Era.

Apesar das dificuldades, alguns trabalhos recentes têm sido determinantes na diferenciação entre ambas realidades[3], sendo exemplo alguns dos que aqui se apresentam. Por outro lado, a desconstrução de estudos antigos e a (re)análise de alguns assentamentos determinantes para a compreensão das actividades militares em época romana-republicana já demonstrou ser eficaz para estabelecer com maior precisão os horizontes artefactuais e culturais do século I a.C. Cáceres el Viejo é, justamente, um desses sítios que acreditamos ter a capacidade de determinar as pautas de novos e precisos horizontes, ao qual estamos dedicados (C.P. e A.M.)[4].

Outro problema que assombra os estudos desta natureza, que frequentemente é notado pelos investigadores, é o facto de o exército romano ter utilizado assentamentos indígenas – aliados ou não – como base de operações ou para acomodar os soldados durante as estações frias.

---

[2] Expressão utilizada na exposição "Romans contra romans. Sertori i les guerres civils en el sud-est d'Hispània", a 8 de Março de 2016 no MARQ, e que apresentou os resultados do projecto: *Las huellas de las guerras civiles romanas en el sudeste de Hispania. Conflictos y transformación cultural* (HAR2012-32754).

[3] Morillo, A.; Cadiou, F.; Hourcade, D. (eds.) (2003): *Defensa y territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto (espacios urbanos, rurales, municipales y provinciales)* (Madrid, 2001). León-Madrid; Cadiou, F.; Magallón, Mª A.; Navarro Caballero, M. (eds.) (2008): *La guerre et ses traces dans la Péninsule Ibérique à l'époque de la conquête romaine: approaches méthodologiques* (Madrid, 2007). Salduie 8. Zaragoza; Quesada Sanz, F; Navarro Caballero, M.; Cadiou, F. (coords.) (2010): *De Armas, de Dioses y de Hombres: el papel de las armas en la conquista romana de la Península Ibérica*. Gladius 30. Madrid; Sala Sélles, F., Bayo, S. and Moratalla, J. (2013): Dianium, Sertorio y los piratas cilicios. Conquista y romanización de la Contestania ibérica, in Álvarez-Ossorio, A.; Ferrer Albelda, E.; García Vargas, E. (coord.), *Piratería y seguridad marítima en el Mediterráneo Antiguo*. Sevilla: 187-210; Sala Sellés, F.; Moratalla, J. (eds.) (2014): *Las guerras civiles romanas en Hispania: una revisión histórica desde la Contestania*. Alicante; Cadiou, F.; Navarro Caballero, M. (eds.) (2014): *La guerre et ses traces dans la péninsule Ibérique. Conflicts et Sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier siècle av. J. C.)*. Mémoires 37. Bordeaux; Fabião, C.; Pimenta, J. (eds.) (2014): *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira; Mataloto, R., Mayoral Herrera, V.; Roque, C. (eds.) (2014): *La gestación de los paisajes rurales entre la protohistoria y el período romano: Formas de asentamiento y procesos de implantación* (Redondo-Alandroal, 2012). Anejos de Archivo Español de Arqueología 70. Madrid; Padrós, C.; Ruiz de Arbulo, J. (eds.) (2015): Dossier: Castella i praesidia a la façana mediterrània de la Hispània tardorepublicana. *Revista d'Arqueología d'Ponent* 25: 229-325; Pera i Isern, J.; Vidal, J. (eds.) (2016): *Fortificaciones y control del territorio en la Hispania republicana*. Zaragoza; Principal i Ponce, J.; Ñaco del Hoyo, T.; Duran i Caixal, M.; Mestres Santacreu, I. (eds.) (2017): *Roma en la Península Ibérica presertoriana: Escenarios de implantación militar provincial*. Col·lecció Instrumenta 56. Barcelona; Morillo Cerdán, A.; Sala Sellés, F. (2019): The sertorian wars in the conquest of Hispania: from data to archaeological assessment, in Fitzpatrick, A.; Haselgrove, C. (eds), *Julius Caesar's Battle for Gaul. New Archaeological Perspectives*. Oxford: 49-72. Apenas para mencionar alguns.

[4] Pereira, C.; Morillo, A.: El campamento de Cáceres el Viejo. Una nueva aproximación de conjunto. En preparación.

Este "exército oculto"[5] dissimula-se em estratos e em arquitecturas que têm uma génese local e nem sempre é fácil averiguar quais os vestígios que comprovam esta situação. No Ocidente peninsular, concretamente no território actualmente português, alguns sítios têm oferecido evidências destas utilizações militares em povoados indígenas.

UMA BREVE EXPOSIÇÃO DOS ESTUDOS

Para que melhor possamos compreender e entender o território – real e imaginário – na perspectiva dos conquistadores, o primeiro trabalho esboça um breve ensaio sobre as representações da Península Ibérica através da narrativa mítica coetânea. Neste ensaio ganha particular relevância o mito de Gérion, com quem Héracles lutou para lhe arrebatar os bois (Hes. *Theog.* 287), cujo palco foi situado em diversas localizações do mundo então concebido pelos gregos e romanos. Uma dessas localizações era, justamente, no Ocidente mediterrâneo, numa ilha próxima do oceano (Apollod. *Bibl.* 2.5.10; Strab. *Geog.* 3.148; 3.150 e 3.169), localização que se converteu em uníssono durante o momento que constitui o marco temporal desta obra (Verg. *Aen.* 7.262-263; Diod. Sic. 4.17.1-2; 18.2-3), ou seja, os séculos II e I a.C., mas que em época imperial voltaria aparentemente a ser deslocada (Mangas, Plácido, 1999).

Estas narrativas foram – e continuam a ser – essenciais para o entendimento da perspectiva tida do mundo conhecido. Para Estesícoro de Hímera a ilha do mito de Gérion e o confronto com Héracles localizar-se-ia no extremo do mundo conhecido, a Ocidente. Este autor foi considerado o originador da localização ocidental do evento mitológico, associada ao limite do mundo conhecido, mas cuja localização se vai alterando consoante os limites desse mundo se alargam. Assim, "zonas de fronteira", sinónimo de extremo do mundo antigo percepcionado, e mitos fundem-se em narrativas literárias que legitimam a colonização e a conquista do herói civilizador de novos territórios habitados.

Também o mito das Hespérides convergia para a mesma geografia percepcionada pelo imaginário greco-romano e que tem em comum com o de Gérion o herói grego – Héracles – que marcou os limites do território conhecido. Aquele trabalho deixa igualmente claro que também neste caso os limites geográficos do mito se foram adaptando às fronteiras do mundo conhecido. Todavia, importa reter que estes mitos reportam igualmente uma ideia de riqueza que terá fomentado a vontade de "explorar e civilizar".

Destaca, contudo, o carácter belicista intrínseco a ambos mitos, extensível à maioria das narrativas antigas associadas ao extremo Ocidente, nas quais os próprios habitantes de territórios inóspitos são descritos como "belicosos". Esta ideia de conflitualidade, contudo, não pode ser entendida, na perspectiva de alguns autores, como uma propaganda colonizadora que pretende justificar as acções tidas no alargamento das fronteiras da região conhecida. Neste âmbito, é interessante reparar que a noção de conflito e conflitualidade que teve a Península Ibérica como palco é anterior ao momento em que se centra esta obra, situação patenteada através dos mitos tratados neste trabalho – e nas suas variadas versões –, que contribuíram, de facto, para uma representação do mundo antigo. Gregos, primeiro, e romanos, depois, surgem nestas narrativas como civilizadores, unificadores e modeladores dos novos territórios que marcam novas e dilatadas fronteiras.

A literatura antiga, porém, não oferece unicamente perspectivas acerca da percepção geográfica, mas também permite conhecer alguns aspectos sobre a condição da mulher na Antiguidade e qual a sua relação com a sociedade, com o exército e com a guerra. Este é, justamente, o tema central dos segundo e terceiro trabalhos apresentados. A mulher é observada aqui desde várias perspectivas

[5] Conceito utilizado inicialmente por Carlos Fabião, (2006): The Roman Army in Portugal, in A. Morillo Cerdán; J. Aurrecoechea Fernández (eds.), *The Roman Army in Hispania. An archaeological guide*. León: 121-122; 2ª ed. em espanhol, A. Morillo Cerdán (eds.) (2007), *El ejército romano. Guía arqueológica*. León: 113-134.

através da literatura e da iconografia: mulher; mãe; vítima; beneficiadora, entre outros. Com efeito, a relação de ambos géneros com a guerra é algo atemporal e, de uma forma mais ou menos directa, ambos foram protagonistas influenciadores e influenciados pelas acções e consequências da guerra. É certo, contudo, que a mulher tem um papel cada vez mais relevante na História Militar recente, mas também na Antiguidade reparamos que tiveram uma palavra na violência e na guerra encabeçada e legitimada pelos homens.

Vemos, pois, que da mesma forma que a guerra é para o género masculino uma obrigação de prestígio, preeminência social, mas simultaneamente uma obrigação cultural e ideológica, para as mulheres a guerra representava uma realidade que também não podiam evitar. Assim, a guerra influenciava a vida de todas as classes e géneros das sociedades antigas, propagava ideias, mesmo sem recurso à violência, e era geradora de narrativas que legitimavam as decisões político-militares. As mulheres viviam com a guerra – nas suas mais variadas situações –, sofreram com as consequências (imposições penalizadoras; baixas; violência; entre outros), mas também foram protagonistas e representantes da guerra, mediadoras da paz e até instigadoras de violência.

De igual forma, as mulheres hispanas foram relevantes nos conflitos militares ocorridos no Ocidente durante a conquista, mencionando-se, inclusive, situações concretas em que empunharam armas e lutaram ombro a ombro com os homens (App. *Hip.* 71). Ainda assim, é inegável que existiu uma evidente relação do poder e da actividade militar à força física masculina. A mulher foi sobretudo vítima e intérprete secundário que exerceu o seu poder e influência em outros âmbitos – na família, no espaço privado e no público – ora instigando a guerra com sentimento de vingança, ora apaziguando o espírito. É bem conhecida a situação da fundação de Carteia (Livy 43.3.1-4), em 170 a.C., autorizada pelo Senado romano e constituída a população pelos descendentes das relações entre militares romanos e mulheres indígenas. Todavia, não é suficiente resgatar e reconhecer o papel tido pela mulher no âmbito militar da Hispânia, devendo emergir também a sua relevância nos restantes sectores, o que já tem sido demonstrado por recentes trabalhos, valorizando-se assim a sua importância na História.

Mas não é apenas a literatura antiga que permite reconstruir o entendimento do passado, pois também a literatura dos séculos XVI e XVII permite definir e obter resultados interessantes acerca da evolução da construção da própria História Antiga, condicionada pela ideologia e pela conjuntura da época. Esse é o caso do trabalho subscrito pela dupla hispano-lusa que, centrando-se nas batalhas de *Ilipa* e de *Munda* na historiografia e corografia ibéricas de autores espanhóis e portugueses, realizam uma análise comparativa das diferentes perspectivas circunscritas em uma época concreta e construídas com base em identidades definidas pela geopolítica e sociedade coetânea. Reparamos que, tal como na Antiguidade, eventos antigos são utilizados para construir narrativas propagandísticas orientadas ao enaltecimento dos estados modernos, famílias nobres ou da própria conjuntura e poder político da época.

Com efeito, este estudo revela-se como um ensaio positivo na compreensão de eventos político-militares antigos por parte dos eruditos ibéricos que, quando comparado entre diferentes estados, resulta em dados interessantes sobre o entendimento condicionado – por vezes até manipulado – das obras clássicas por parte dos autores modernos. Dar continuidade a esta linha de investigação, estendendo a linha temporal até à contemporaneidade, dará seguramente uma perspectiva bem mais completa da evolução historiográfica de tais percepções.

O mesmo tipo de análise foi experimentado para a evolução da interpretação e da localização do lugar em que a batalha de *Munda* teve lugar, relacionando-se com o episódico evento bélico de *Urso* (Osuna, Sevilha). Foi feita uma compilação dos dados filológicos conhecidos sobre aquela batalha,

sem esquecer os resultados de trabalhos arqueológicos realizados no início do século passado por P. Paris e A. Engel, que expuseram uma potente estrutura de bastiões. Algo que claramente destaca com este trabalho é a periódica necessidade de regressar a velhos temas e a antigos trabalhos, através da consulta de documentação antiga e trabalhos publicados, para, com o auxílio das novas tecnologias, analisar determinadas questões desde diferentes perspectivas ou, pelo menos, com recurso a novas ferramentas.

Indicações literárias, vestígios arqueológicos e filologia perfilam-se em consonância para considerar válida a possível localização do *Campus Mundensis* nas proximidades de Osuna, local onde estão fossilizados habitats que terão justificado o interesse estratégico que representou *Munda* enquanto local de tradição histórica e prestígio para a conquista. Tal situação pode considerar-se plasmada na estrutura que foi posta a descoberto por Paris e Engel e também na considerada quantidade de armamento que o local forneceu, mas que exige uma intervenção futura urgente e metódica no âmbito de um ambicioso projecto científico que valorize adequadamente o sítio e a sua memória histórica.

De facto, a Arqueologia continua a ser a disciplina que permite resgatar ao tempo e à terra algumas das páginas que necessitamos para construir a História. Neste sentido, cada vez mais é importante dissecar metodicamente os sítios e os contextos que escavamos. Já não são suficientes os meros trabalhos de síntese sobre assentamentos com base em conjuntos e contextos seleccionados. As novas tecnologias, os métodos válidos na análise estratigráfica e as quantificações exaustivas são ferramentas forçosas na análise e que nos permitem um enquadramento preciso da condição e situação do povoamento antigo. O segundo bloco de trabalhos apresentados nesta obra busca, justamente, cumprir com estes novos métodos. Todavia, representam na sua maioria estudos reflectidos, contendo propostas e interpretações que vão mais além das primeiras análises e de considerações ensaiadas.

Tendo-se pretendido oferecer um panorama geral acerca das acções militares romanas na metade meridional da Península Ibérica, quer da perspectiva dos romanos quer da dos hispânicos, reconhecemos que muito ficou por dizer e outros trabalhos e assentamentos poderiam ter sido incluídos, igualmente dignos de divulgação e de reconhecimento. As várias limitações impostas, contudo, impediram que esta obra fosse mais extensa, mas deixam a porta aberta para futuras obras colectivas desta natureza.

O trabalho da equipa alicantina demonstra como a análise detalhada dos sítios e dos materiais pode mudar notavelmente o nosso entendimento por parte de alguns contextos e até de alguns assentamentos. É deveras fascinante o sistema de fortins construídos ao longo da costa alicantina que representam uma linha de vigilância implantada estrategicamente no topo de cerros de pequena dimensão. Estes sistemas estratégicos de vigilância, utilizados no contexto do conflito sertoriano e que começam agora a ser conhecidos com mais detalhe, são vestígios manifestos da instabilidade na região, mas que não são exclusivos de sítios litorais. Talvez possamos começar a delinear uma certa sistematização da estratégia utilizada num momento concreto, atribuível a um dos bandos envolvido no conflito, passível de ser associada a um método bélico característico dos partidários sertorianos. Aliás, nesta obra esta mesma estratégia pôde ser averiguada no território da Extremadura espanhola, ainda que em menor escala.

Punta de la Torre, Penyal d'Ifac, Cap Negret, Tossal de la Cala, Penya de l'Àguila e Passet de Segària são alguns dos assentamentos que foram alvo de uma renovada interpretação alentada pelo avanço do conhecimento plasmado em vários trabalhos de diversa natureza (livros, artigos, teses), resultando de projectos científicos de investigação. Tossal de la Cala é o sítio tratado com mais detalhe, o que está relacionado com as intervenções aí realizadas e que resulta num abundante número de publicações, nas quais é evidente a atenção dada à própria tipologia da arquitectura, devidamente contextualizada

pelos materiais, para, no final, ensaiar um enquadramento histórico e militar, no qual se destacam os contextos sertorianos. Todavia, os autores deixam em aberto outras possibilidades interpretativas, alentadas pela extensão da cronologia da ocupação de alguns dos sítios tratados e mencionados.

Segue-se-lhe um trabalho que actualiza e amplia os dados sobre o sítio de El Pedrosillo. Os trabalhos arqueológicos aí desenvolvidos haviam deixado claro que este local foi palco da presença de actividades militares em época romana. A última intervenção, que recorreu a outras metodologias menos convencionais e não destrutivas, permitiu uma interpretação renovada da ocupação do local, mas sobretudo da extensão espacial e temporal. Com os resultados destes trabalhos torna-se evidente o carácter militar romano do local, patenteado pelos abundantes artefactos metálicos recuperados – muitos dos quais de índole militar. A dispersão destes vestígios, associados à proximidade de recintos de planta irregular e de clara estratégia militar, amparados por outras estruturas defensivas – é o caso dos fortins circulares e dos *titula* –, permitiram, pois, ponderar sobre a possível presença de um campo de batalha.

A cronologia destas evidências parece manter a sugestão de que podem estar relacionadas com eventos militares da segunda metade do século II a.C., eventualmente no âmbito das Guerras Lusitanas (155-138 a.C.), o que é demonstrado pela cronologia dos numismas recuperados, mas também pela arquitectura e pelos artefactos. Tal como os restantes trabalhos que compõem este volume, todos os dados estão frequentemente respaldados por abundantes paralelos que legitimam muitas das conclusões apresentadas.

A mesma cronologia foi considerada para o sítio de Valdetorres, classificado como acampamento – ou acampamentos, uma vez que lhe são imputadas várias ocupações – que terá sido relevante nas acções militares das Guerras Lusitanas, mas também nos conflitos que se lhe seguiram e, ainda, no âmbito da Guerra Sertoriana. Este espaço, contudo, é considerado um possível acampamento multifásico que terá sido relevante, do ponto de vista estritamente militar, mas também logístico, em todos aqueles conflitos. A proposta de uma ocupação dilatada no tempo e a utilização continuada do mesmo espaço – ou quiçá o recorrente regresso ao mesmo lugar – são argumentos que permitem reforçar a ideia de conflitualidade deste território e o constante confronto entre romanos e hispânicos, primeiro, e silanos e marianos, depois.

A proximidade geográfica, mas também a detecção de um padrão idêntico na arquitectura e na composição de determinados contextos consente uma comparação com o acampamento militar romano de Cáceres el Viejo. De facto, este importante sítio continua a ditar pautas e modelos das ocupações militares tardo-republicanas, do qual esperamos em breve ter mais dados e um estudo detalhado. Ambos são considerados pelo autor como estabelecimentos estáveis estabelecidos com um propósito ambicioso que somente é compreendido se inserido num âmbito mais amplo. Concordamos que estes recintos não eram espaços voltados para si mesmos, tendo como propósito uma acção de expansão e de controlo, mas para cada um deles devemos encontrar o momento concreto em que foi utilizado, assim como o seu propósito.

Valdetorres é-nos apresentado como um sítio de fundamental importância relacionado com os eventos militares, abastecimento e sítios estratégicos da segunda metade do século II a.C. e primeiro quartel da centúria seguinte. Entremeando entre o registo arqueológico e os dados literários, o autor oferece-nos uma exposição argumental concludente que imputa aos sítios mencionados e seus agentes, além da estratégia militar, intenções económicas.

De Cáceres el Viejo é-nos apresentado aqui um primeiro aditamento sobre o (re)estudo do armamento. Este trabalho constitui somente uma pequena parte da análise integral e integrada que se está de momento a realizar e que pretende voltar a colocar este recinto militar no centro do

debate. Este é mais um exemplo de que o regresso aos clássicos sítios e aos velhos debates, tendo por base as mais recentes visões e avanços no entendimento dos artefactos, contextos e história, pode gerar um conhecimento mais detalhado do passado. O autor oferece-nos um panorama do conjunto armamentístico recuperado ao longo de cerca de um século no recinto militar extremenho, ambicionando através dele um esboço da composição do exército que aí se assentou.

As conclusões são condicentes com a própria arquitectura defensiva bem conhecida, onde se terá estabelecido um exército romano – no verdadeiro sentido da palavra –, mas incorporando seguramente elementos de clara génese hispânica. Estes dados estão, pois, de acordo com o âmbito cronológico que lhe vem sendo considerado. Aliás, estão bem explícitas nas conclusões do autor que conjunto e paralelos demonstram claramente um reflexo da inovação militar encetada por C. Mário. Justamente por este motivo – é sabido que as suas reformas se focaram particularmente na infantaria – sobressai a existência de abundante armamento de infantaria, mormente de índole itálica, mas também de auxiliares hispânicos, sendo particularmente relevante e interessante a presença de um conjunto fornido de elementos relacionáveis com uma unidade de artilharia.

Situação distinta da que se apresenta nos trabalhos antes mencionados é a de Villasviejas del Tamuja. Este importante sítio constitui um bom exemplo de uma realidade difícil de rastrear – a do mencionado "exército oculto" – e é actualmente alvo de um projecto de investigação que, não duvidamos, trará novos e renovados dados que permitirão conhecer este assentamento com mais detalhe. Os autores deste trabalho oferecem-nos os primeiros resultados das intervenções aí realizadas, que foram antecedidas por diagnósticos não destrutivos do subsolo, mas que revelaram um edificado complexo e imbrincado, no qual destacam algumas estruturas que, pela sua planta e materiais associados, podem ser vinculadas à consensual presença militar neste sítio.

A configuração de um dos recintos existentes em Villasviejas era já argumento para a presença de militares no aglomerado, mas que agora se consubstancia em evidências mais concretas. Foi justamente naquele recinto, no qual destaca um evidente controlo visual estratégico, que foram documentados edifícios de planimetria similar à dos ulteriores *castella*, pois os vestígios descritos integram-se nas primeiras décadas do século I a.C. Em outra área os autores identificaram também um edifício a que atribuem funções relacionadas com o abastecimento e armazenamento militar. Além de rastrear a presença militar no sítio, foi igualmente inquirida na bibliografia da especialidade a origem de construções dessa natureza, vislumbrando-lhes uma génese itálica pouco anterior ao momento antes mencionado. Assim, poderão estes exemplos representar os primeiros modelos dos edifícios descritos – os similares aos de tipo *castella* e os de armazenamento – uma proposta deveras interessante que abre outras possibilidades para identificar realidades militares dissimuladas por entre construções civis.

Conquanto os autores relacionem a maioria dos vestígios com a etapa sertoriana, auscultada através das evidências de Cáceres el Viejo com o qual se relaciona, e dos contextos escavados, foi esclarecido ainda que o sítio terá permanecido ocupado durante meados e segunda metade do século I a.C., não sendo possível, por ora, determinar com mais rigor a última fase de ocupação do sítio. Todavia, é indubitável que este local estivesse activo durante o conflito sertoriano, relacionando-se com vários assentamentos conhecidos, ensejando-se apurar, no futuro, qual o papel desempenhado pelos recintos de Villasviejas na situação que opôs romanos e hispânicos, mas também qual a sua relação com recintos militares como o de Cáceres el Viejo e a estratégia militar encetada num território que pode ter representado uma "zona de fronteira" em determinado momento da primeira metade do século I a.C.

Com efeito, os recentes trabalhos concretizados nos relevos que antecedem o Sistema Central falam nesse sentido. Cáceres Viejo de Santa Marina, embora conhecido desde há longa data, somente agora ofereceu dados que permitem um enquadramento crono-cultural mais ajustado. Se, por um lado, é

tentador considerá-lo um posto avançado, estabelecido para lá do Tejo, das ocupações militares estáveis localizadas mais a Sul, como é o caso de Cáceres el Viejo, por outro, os vestígios aí detectados invalidam uma relação com o acampamento escavado por Adolf Schulten. Implantação, arquitectura, orografia, estratégia e cultura material parecem estar mais relacionadas com as comunidades localizadas a Norte do Tejo, da mesma forma que aliciam uma relação com tácticas militares próprias de contingentes em clara desvantagem. Apesar disso, as considerações tidas para o sítio, embora representem as propensões do autor, deixam em aberto outras possibilidades, não só interpretativas, mas também cronológicas.

Depois deste trabalho, daremos um salto para o território actualmente português, começando pelo Sul, área onde as acções militares são ainda mais difíceis de rastrear, não significando isso a ausência de conflitos ou mesmo de exército. Com efeito, ainda que a presença romana no Algarve pareça ter sido progressiva e relativamente pacífica, desde pelo menos momento centrado do século II a.C., alguns sítios e vestígios podem ser prova de que isso nem sempre assim aconteceu. Cerro do Cavaco e alguns contextos de Monte Molião são chamados à colação para demonstrar a existência de evidências militares ou, pelo menos, de conflitualidade. Infelizmente, pouco sabemos sobre o primeiro caso, sendo necessário que o sítio seja investigado com mais detalhe, além dos materiais que têm sido recolhidos à superfície do terreno.

Monte Molião revela-se como um sítio de elevado interesse para a região, sendo bem conhecido o debate sobre a sua possível relação com a *Laccobriga* mencionada na literatura clássica, adepta dos partidários de Sertório. Com efeito, são conhecidos alguns vestígios no sítio que podem estar relacionados com o episódico cerco a esta cidade – concretamente um fosso de perfil em V e uma eventual ocupação tardo-republicana esporádica e temporária identificada no exterior da área urbana.

Igualmente interessantes são os dados colhidos em Castro Marim e no Cerro da Rocha Branca. Todavia, a ocupação romana-republicana deste assentamento está ainda vagamente definida, situação que aguardamos possa mudar num futuro próximo. A localidade de Castro Marim integra dois cerros de relativa identidade encimados por construções medievais e modernas. Ambos cerros guardam vestígios de uma densa ocupação da Idade do Ferro – ainda que a mais importante seja a que se implantou no cerro onde se ergue o castelo medieval –, à qual se sobrepôs a romana. É digno de referência o facto de esta ocupação se ter efectivado primeiro no cerro do Forte de São Sebastião, tendo-se trasladado, depois, para o cerro do castelo, onde se localizava o núcleo urbano. Esta situação pode, eventualmente, vincular-se com as próprias dinâmicas entre romanos e hispânicos, por vezes de conflito, mas sendo igualmente prováveis relações de paulatina assimilação.

Subimos depois para a região do Alentejo Central, área que tem sido analisada numa perspectiva de charneira entre o Tejo e o Guadiana e que está pontilhada por abundantes assentamentos que têm revelado, nas últimas décadas, importantes vestígios militares. Os autores focam-se num momento concreto, balizado entre as últimas décadas do século II e as primeiras do I a.C., situação imposta pela vasta área interior do Sul de Portugal que se traduz em abundantes sítios e vestígios desta natureza. Neste trabalho são mencionados vários assentamentos que ofereceram vários vestígios reveladores de presenças militares romanas. Os artefactos metálicos ganham particular importância na definição crono-funcional de alguns deles, correspondendo a complementos de armaduras, de indumentária, mas estando também presentes os projécteis de chumbo e as cerâmicas enquanto definidores dos horizontes cronológicos.

Este estudo, contudo, não está unicamente limitado à análise de artefactos reveladores de presenças militares recolhidos em prospecções ou recorrendo à utilização de novos métodos tecnológicos. Ao longo do trabalho são revelados dados mais concretos de contextos e de sítios delatores de enfrentamentos militares ou, pelo menos, episódios violentos. Sugere-se que o Monte

Novo e o Castelo Velho do Degebe tenham sido abandonados durante o primeiro quartel do século I a.C., o que terá sido antecedido por incêndios e pela destruição dos povoados, apoiando-se igualmente em informações colhidas nas fontes literárias. Deixando em aberto uma cronologia mais concreta, ainda que sugerindo uma relação com o conflito sertoriano, os autores anunciam que novos dados serão revelados no futuro.

Um pouco mais a Norte encontramos o emblemático sítio de Cabeça de Vaiamonte, objecto de vários trabalhos publicados e também estudos monográficos. O mais recente, resultado da tese de doutoramento da autora, é-nos aqui apresentado de forma sintetizada. Conquanto o assentamento ofereça uma ocupação bastante dilatada no tempo e os contextos das intervenções arqueológicas não possam ser reconstituídos com detalhe, destacam os vestígios relacionados com presenças militares, entre o final do século II e meados da centúria seguinte, mas sobretudo a que será coetânea do conflito sertoriano. Estamos novamente perante um "exército oculto" diluído num aglomerado civil, nem sempre sendo claro se este apoiava essa presença ou se os contextos revelam uma militarização imposta pela força/violência.

Como acontece em outros tantos casos, são mais as questões em aberto do que as certezas nos estudos que realizamos. Também neste caso a autora debate-se entre as várias problemáticas, mantendo o diálogo em aberto, reforçando propostas na esteira de outros trabalhos e avançando interpretações inovadoras acerca da ocupação militar do assentamento. A etapa sertoriana é considerada o momento em que a assimilação ente romanos e indígenas é mais evidente, embora permaneça uma certa heterogeneidade no registo arqueológico, situação que não facilita determinar a que partidários apoiava este assentamento. Conquanto Cáceres el Viejo seja reiteradamente utilizado como imagem reflectiva dos sítios descritos, é, de facto, com a cultura material de Cabeça de Vaiamonte que mais encontra semelhanças. Esta situação pode ser sintoma de que ambos formavam parte de uma estratégia de controlo do território, assumindo-se o acampamento como estruturador e coordenador de vários destacamentos disseminados em seu redor, que utilizavam povoados indígenas como local de aquartelamento.

O Castro de Chibanes é apresentado pela equipa que aí tem realizado as mais recentes escavações, que resultaram em novos estudos de que este trabalho é exemplo. Trata-se de um assentamento de leitura similar ao anterior, no qual a ocupação romana-republicana se sobrepõe à de um aglomerado indígena a partir de final do século II a.C. Uma presença militar está atesta na primeira fase dessa ocupação, a qual deixa de ser evidente a partir de momento centrado da primeira metade do século seguinte. Das considerações dos autores, destaca sobretudo a eventual relação deste sítio com o local que nos foi transmitido por Ptolomeu – *Caepiana* –, relação que já havia sido intuída antes por outros investigadores, mas que aqui volta a ser debatida. Igualmente importante é a opinião de que, mesmo após as acções de Décimo Júnio Bruto no Ocidente, a instabilidade nesta região ter sido uma realidade constante na vida das populações, mesmo apesar do silêncio das fontes durante o final do século II e início do I a.C.

A relação do Castro de Chibanes com o conflito sertoriano é assumida pelos contextos que acusam um evento violento que terá afectado consideravelmente o quotidiano da população, após o qual a presença militar parece diluir-se e é retomada uma relação evidente com a área meridional hispânica. É realmente interessante este fenómeno destrutivo, que não está documentado da mesma forma nos restantes sítios, situação que complica o quadro do enfrentamento e quais os aliados e inimigos que se opunham. Talvez trabalhos futuros possam vir a reconhecer estes vestígios em outros sítios, algo para o qual a tradicional metodologia continua a ser o único meio de consecução. Cáceres el Viejo tem sido mencionado como um local que também assistiu a um fenómeno violento desta natureza, mas que

tem perdido cada vez mais seguidores, como, aliás, se pode ver nesta obra. Em contrapartida, reflecte-se também na coincidente "desmilitarização" do aglomerado com a presença de Júlio César na Hispânia.

Do vale do Sado passamos ao vale do Tejo, onde se tem investido no estudo de um importante sítio – o Monte dos Castelinhos. Este assentamento foi já assunto para abundantes publicações e apresentações, sendo claro que se trata de uma fundação *ex novo* que perdurou até à segunda metade do século I d.C. No entanto, a primeira fase de ocupação ofereceu abundantes vestígios passíveis de ser relacionados com presenças militares. Este estudo oferece-nos uma reflexão ponderada sobre o sítio, utilizando aqueles vestígios como fundamento para uma implantação estratégica num momento concreto da Conquista Romana da Hispânia.

O investimento concedido a este sítio pelos arqueólogos municipais representa um exemplo ideal a seguir, conciliando velhos e novos métodos de investigação e recorrendo às mais recentes ferramentas tecnológicas, trabalhos que resultaram – e continuam a resultar – num conhecimento cada vez mais preciso do urbanismo e da arquitectura do assentamento, da cronologia da ocupação e também dos artefactos associados a uma fácies que está ainda vagamente definida. Também neste local as metódicas intervenções revelaram níveis e contextos passíveis de ser associados e um evento violento, mas agora eventualmente relacionado com o conflito que opôs cesarianos e pompeianos. Todavia, embora seguramente impactante para a população, o aglomerado continuou a prosperar, tendo-se prolongado a sua ocupação até ao século I d.C., tal como é dito pelos autores, situação que consente uma nova reflexão sobre a conexão Monte dos Castelinhos/*Ierabriga*.

No último trabalho aqui oferecido, um daqueles autores continua a brindar-nos com as suas recentes investigações. Tendo a área do baixo Tejo como foco central, e em jeito de breve exposição de um trabalho monográfico futuro, apresenta-nos uma leitura conjunta dos sítios conhecidos com ocupações romanas-republicanas que, de alguma forma, podem estar relacionadas com a utilização de uma via de acesso ao interior peninsular. *Olisipo* e *Scallabis*/*Moron* surgem como polos dinamizadores dessa via, em torno da qual orbitaram importantes sítios de ocupação pré-romana, mas onde também foram fundados novos, de evidente função militar.

PERDIDOS E ACHADOS: CONTEXTUALIZANDO O EXÉRCITO ROMANO NO OCIDENTE

É actualmente consensual que as fontes clássicas expressam distintas dinâmicas do processo de Conquista da Hispânia, algo que também está patente nos trabalhos apresentados. Num primeiro momento, o Ocidente parece ter estado à margem dos conflitos, quer nos enfrentamentos com os cartagineses quer nas primeiras pugnas com Celtiberos e Lusitanos. Na primeira metade do século II a.C. as lutas foram mais intensas na província da Citerior, mas depois do episódio perpetrado por Galba estenderam-se também à Ulterior, acabando por ser submetido o território até ao Tejo, algo que se conclui com o governo de Décimo Júnio Bruto. Porém, é consensual que tais enfrentamentos ocorreram sobretudo a Sul, além de algumas incursões, motivo pelo qual as áreas mais setentrionais e interiores não oferecem vestígios tão evidentes de presenças militares.

Tendo sido já mencionado antes e reiterado nestes trabalhos, transgredidas as grandes resistências ao avanço do exército romano, tem início uma nova e fluida etapa de ocupação do território. De facto, à campanha de Júnio Bruto ter-se-ão seguido outras, menos conhecidas, que ditam o domínio efectivo da região a Sul do Tejo, mas também entre este rio e o Douro. Infelizmente as notícias que a literatura nos fornece são demasiado fragmentadas e incompletas, conhecendo-se, ainda assim, confrontos com os Lusitanos nos anos de 114, 112, 109, 102, 101-100, 99, 96 e 94 a.C. (App. *Hisp*. 99-100; Eutr. 4.27; Plut. *Vit. Mar*. 6; Cic. *Verr*. 3.209; *Act. triumph*. 98, 101). De facto, muitos dos sítios que se apresentam aqui

oferecem datações de fundação e/ou ocupação que são condicentes com estas datas, sem que, por ora, seja ainda possível uma adscrição mais concreta suportada pelos dados arqueológicos. Mesmo conciliando Arqueologia e Historiografia, infelizmente nem sempre é possível determinar com precisão as fácies dos sítios nem a sua relevância militar – quando a tiveram – em cada um daqueles eventos.

Deve ter-se igualmente em conta que nesta mesma altura processam-se mudanças profundas no exército romano que têm reflexo no registo arqueológico, além de que influenciam também os eventos políticos e militares do século I a.C. As reformas de Caio Mário, implementadas a partir de 107, transformaram as unidades tácticas, o armamento, a logística do exército e tiveram impacto sobretudo no sistema de recrutamento e sentimento de luta das legiões.

Também esta realidade justifica a situação política e militar tão contrastante do século II para o século I a.C. O território cada vez mais amplo controlado por Roma, que se estende nesta altura a praticamente toda a costa do Mediterrâneo, e a evidente necessidade de recrutamento, obrigou a que o exército se profissionalizasse, algo que acabaria por mudar profundamente a obediência directa ao Senado, passando os exércitos a ser parte dependente dos comandantes. Esta mudança de poder e a imposição militar sobre a política e a sociedade, assim como a composição de um exército mais eficiente foi a antecâmara de transformações decisivas operadas vários anos mais tarde, não sem antes provocarem choques militares eternizados no registo arqueológico.

A maioria dos trabalhos versa justamente sobre estas realidades sucedidas durante o século I a.C. Alguns constituem verdadeiros achados arqueológicos que aportam dados inéditos relevantes sobre as acções militares tardo-republicanas, outros renovam velhos debates que julgávamos esgotados ou mesmo perdidos, mas que agora estão constituídos por novos argumentos. Outros tantos – mais ainda – permanecem silenciados, mas desejamos que este seja um incentivo para que, num futuro breve, possam somar-se a estes, auxiliando a composição das dinâmicas militares romanas operadas neste palco.

HISTORIOGRAFIA E FONTES
HISTORIOGRAFÍA Y FUENTES

A PENÍNSULA IBÉRICA COMO HORIZONTE MITOLÓGICO DO CONFLITO PARA GREGOS E ROMANOS[1]

Nuno Simões Rodrigues
CH / CEC - Universidade de Lisboa
CECH - Universidade de Coimbra
nonnius@fl.ul.pt
https://orcid.org/0000-0001-6109-4096

RESUMO: Este ensaio pretende analisar as representações da Península Ibérica nos *corpora* mitológicos greco-latinos, presentes sobretudo nas narrativas em torno de Gérion, de Héracles e das Hespérides, procurando salientar os aspectos essencialmente bélicos a elas associados e contextualizar a sua recepção no quadro sociopolítico grego e romano dos séculos VIII a.C. a I d.C.
Palavras-chave: Gérion; Héracles; Hespérides; Hispânia-Ibéria; Mito.

ABSTRACT: This essay aims to analyse the representations of the Iberian Peninsula in the Greek and Latin mythological *corpora*, present mainly in the narratives on Geryon, Heracles and the Hesperides, highlighting the essentially military issues concerning them and contextualizing their reception in the Greek and Roman socio-political framework, from the 8th century BC to the 1st AD.
Keywords: Geryon; Heracles; Hesperides; Hispania-Iberia; Myth.

Ao contrário do tempo, categoria essencialmente difusa, para não dizer ausente, da narrativa mítica, o espaço faz-se aí consideravelmente presente e revela-se mesmo elemento ordenador do mito no âmbito da cultura em que emerge. Ele há uma guerra de Tróia, que não se sabe quando aconteceu ao certo. Há um guerreiro que reinava em Ítaca e que andou perdido no mar por dez anos, mas sem se saber propriamente quando. Há um rei de Atenas que na juventude matou um minotauro em Creta. Há um rei de Tebas que matou o pai e se casou com a mãe. Sobre uma cronologia concreta, portanto, nada temos. Quanto muito, é-nos indicado que uns vieram antes ou depois de outros. Pela *Odisseia*, e.g., sabemos que Ulisses veio depois, ou pelo menos seria coevo de Édipo, pois o herói itacense vê a alma de Epicasta no Hades (assim é ali chamada a mãe e mulher do rei de Tebas, *Od*. 11.275). Mas quando viveu ao certo, não sabemos. O facto é que é importante não sabermos. É suficiente saber apenas que tudo se passou *in illo tempore*. O mito vive dessa e nessa névoa cronológica.

Por outro lado, referências espaciais não faltam nos textos mitológicos gregos e latinos, ainda que esses espaços possam não corresponder necessariamente a uma geografia objectiva, plenamente identificável com a realidade, e existam apenas como mero lugar imaginário (Bermejo Barrera, 1991: 85-106;

[1] Este estudo é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos CH-ULisboa: UIDB/04311/2020 e UIDP/04311/2020; CECH-UC: UIDB/00196/2020; CEC-ULisboa: UIDB/00019/2020 e UIDP/00019/2020.

Olalla, 2001). Ainda assim, não deixam de ser um lugar, explicitamente mencionado com a função de criar coordenadas referenciais para o relato, que funcionem como elementos de concretização, enquadramento e verosimilhança para a sua audiência.

Ainda que nem sempre expressamente citada nos textos mitológicos greco-latinos mais antigos, a Península Ibérica, categoria essencialmente geográfica que se substancia na Ibéria da cultura grega e na da Hispânia da cultura romana, surge também como semântica associada a topónimos e a coordenadas espaciais em algumas narrativas míticas gregas, que têm levado os filólogos, *lato sensu*, desde a própria Antiguidade (talvez assumidamente a partir de Estrabão) a incluir o território como referência presente nos *corpora* mitológicos de Gregos e Romanos.

Os vários mitos conhecidos e associados à Península Ibérica têm, de facto, sido atentamente estudados pelos especialistas e gerando, inclusive, debate, discussão e controvérsia entre aqueles que a eles se têm dedicado (vd. e.g. Blázquez Martínez, 1983; García Iglesias, 1979; Bermejo Barrera, 1991; Blázquez Martínez, García-Gelabert, 2003; García Quintela, 2001). Mas isso não tem impedido que as análises prossigam, renovando-se continuamente, como convém ao espírito científico, munindo-se das ferramentas e instrumentos que as várias disciplinas que possibilitam o estudo da Antiguidade – a História, a Filologia, a Arqueologia, a Epigrafia – colocam ao seu dispor. Os recentes trabalhos de P. Albuquerque são disso evidência (Albuquerque, 2010; 2014).

Parte do debate em torno desta problemática tem-se centrado na origem das narrativas, a saber: o seu carácter eventualmente autóctone ou a sua dimensão essencialmente grega, ou até próximo-oriental, levando em conta que as versões latinas da maioria destas narrativas são sobretudo retransmissões de fórmulas gregas anteriores. Esse é o caso, e.g., do mito de Gorgóris e Hábis, talvez aquele que melhor se enquadra na problemática referida, mas não exclusivamente, como demonstra a discussão em torno da ausência, em espaço peninsular, de representações iconográficas dos trabalhos de Héracles, por norma relacionados com a Ibéria: o roubo dos bois de Gérion e a demanda pelo jardim das Hespérides[2] (Blázquez Martínez, García-Gelabert, 2003: 205).

Outras hermenêuticas têm-se preocupado com as interpretações evemeristas do mito, filosofia e epistemologia antigas como sabemos, mas que ainda hoje têm repercussões significativas entre os exegetas, filólogos, historiadores e arqueólogos (vd. e.g. Blázquez Martínez, 1983: 30-34, e bibliografia aí citada; Gascó, 1986). Com efeito, ainda que de difícil comprovação, continua atraente a ideia ou a possibilidade de figuras com existência real ou histórica terem originado tradições convertidas em mitos pelo imaginário popular e subconsciência colectiva. Por outro lado, agendas ideológicas recorrentes também não se mantiveram alheias a estes processos epistemológicos, sendo amiúde perceptíveis no discurso analítico em torno de Tartesso, por exemplo (vd. síntese em Albuquerque, 2010: esp. 11-18; vd. ainda Cruz Andreotti, 1995).

No âmbito do tema da guerra e do conflito na Hispânia Antiga, há, em nossa perspectiva, dois desses mitos associados ao território mais ocidental da bacia mediterrânea que se destacam. Ambos integram o ciclo herculano: trata-se dos já mencionados mitos de Gérion e das Hespérides. A genealogia, metamorfoses e percursos destes mitos são bem conhecidos, bem como as afinidades temáticas que os consolidam como variantes e elementos constituintes de estruturas narrativas mais abrangentes, que ultrapassam em muito o foco da Península Ibérica (e.g. Blázquez Martínez, 1996). Aliás, há que

[2] O mito de Gorgóris e Hábis, transmitido por Pompeio Trogo/Justino, é eventualmente de essência local e autóctone, contendo talvez elementos peninsulares, sem prejuízo das estruturas comuns que lhe reconheçamos enquanto narrativa mitológica. Já os mitos de Gérion e das Hespérides são essencialmente helénicos (independentemente também das estruturas mitológicas que evidenciam), inserem-se no ciclo grego de Héracles e por isso deverão transmitir sobretudo uma colagem da percepção grega a realidades étnico-territoriais não helénicas. Sobre Gorgóris e Hábis vd. e.g., García Moreno,1979; García Quintela, 2001: 27-30; Blázquez Martínez, 1983: 32-33; Gascó, 1986; Bermejo Barrera, 1994: 67-81.

distinguir os mitos em si mesmos dos textos que os reproduzem e transmitem, estes sim, muitas vezes identificáveis com conjunturas históricas específicas, como o caso concreto da *Gerioneida* de Estesícoro parece exemplificar (Franzen, 2009; Page, 1973). Por conseguinte, há que ter presente que nem sempre, nem em todos os textos, estes mitos foram ou são localizados em lugares identificáveis com aquele território.

O mito de Gérion, por exemplo, aparece em Hesíodo localizado junto a uma ilha chamada Erítia (*Theog.* 285-300), a qual Estesícoro de Hímera, na referida epopeia chamada *Gerioneida*, entretanto desaparecida, mas citada por Estrabão, situava "junto às fontes inesgotáveis da argêntea nascente do rio Tartesso" (*Geog.* 3.2.11). Esta informação remete concretamente para o espaço peninsular, sendo depois confirmada pelas narrativas de Ferecides (Strab. 3.5.4; *FGrH* 3F18), Heródoto (4.8) e do pseudo-Apolodoro (*Bibl.* 2.5.10), devendo esta basear-se no poema de Estesícoro. De facto, independentemente de onde ao certo, para estes autores, Gérion vive no Extremo Ocidente, o Poente que coincide também com o Reino dos Mortos[3]. Mas este não era um dado absoluto para os autores antigos. Hecateu de Mileto, e.g., segundo o testemunho de Arriano (*Anab.* 2.16.5-6), contestava essa ideia, referindo que Gérion habitaria não a região da Península Ibérica, mas sim a da Península Balcânica, dizendo-o rei de Ambrácia, cidade junto ao golfo de mesmo nome[4]. Apesar de não o situar aí, o já mencionado Estesícoro relacionava aquele adversário de Héracles particularmente com a Sicília (Franzen, 2009). Já no século II a.C., uma pintura etrusca representava a personagem mitológica, associando-a à Itália central e, segundo Suetónio (*Tib.* 14.3), Tibério teria visitado o oráculo de Gérion em Patávio, a actual Pádua (vd. Gantz, 1993: I, 402-408; e ainda Mangas, Plácido, 1999: *passim*). Por conseguinte, o mito de Gérion, indiscutivelmente associado ao *limes* dos Gregos, deverá ter-se deslocado, em termos de cenário, consoante os transmissores foram também alargando e renovando os seus horizontes, simbologias, narrativas e discursos, sem que, no entanto, isso alterasse as estruturas mentais nele implícitas e mantendo sempre o seu carácter liminar[5] (Blázquez Martínez, García-Gelabert, 2003: 197-220). Aliás, deverá ter sido precisamente esta característica a justificar a mudança de cenário do mito. Cabe referir aqui também outras das suas funções, não estando excluída a hipótese de algumas destas narrativas representarem para os seus criadores um tipo de legitimação ideológica associada ao processo colonizador, através da figura do herói civilizador que é Héracles, por quem se instituem os limites do mundo conhecido e habitado. A julgar pelo que Platão escreve no *Fédon* (109a-b), para os Gregos, e durante muito tempo (eventualmente, até Alexandre), este mito definiu-se entre o Fásis (que desagua no Mar Negro, na actual Geórgia) e as Colunas de Héracles (o Estreito de Gibraltar)[6]. Esta ideia coincide com o que Bermejo Barrera classifica de "geografia da percepção" e que está relacionada sobretudo com a representação do espaço, a forma como ele é percepcionado e representado, e não tanto com o espaço em si mesmo (Bermejo Barrera, 1991: 95; vd. ainda Cruz Andreotti, 2019).

---

[3] Sobre o debate em torno da localização de Erítia, vd. Blázquez Martínez, García-Gelabert, 2003: 202-205; Blázquez, 1983; Albuquerque, 2010: 53-55. Vd. ainda Franzen, 2009.

[4] Hecateu procura uma ordem racional no mito, considerando a impossibilidade de Héracles se ter deslocado a um território tão longínquo quanto a Península Ibérica, aproximando da Grécia, por isso, o cenário do mito. Vd. Guzmán Guerra, Gómez Espelosín, Guzmán Gárate, 2007: 28.

[5] Este mesmo factor deverá ter motivado a associação dos heróis homéricos à Península Ibérica, de que Estrabão dá conta, Strab. 3, funcionado como factor civilizador de novos territórios. Vd. Vilariño Rodríguez, 2011; Robledo Casanova, 1999; Cruz Andreotti, 1991: 54. Sobre a Península Ibérica como espaço liminar para os Gregos e o facto de a sua localização geográfica favorecer a identificação com cenários mitológicos, vd. Plácido Suárez, 2008: 222, 243; Guzmán Guerra, Gómez Espelosín, Guzmán Gárate, 2007: 15.

[6] Cruz Andreotti, 1991; Jourdain-Annequin, 1989; Plácido, 1989; Franzen, 2009: 58, que salienta o facto de a colonização ter por vezes sido um acontecimento violento; Medina Miranda, 2010, que destaca o facto de o roubo do gado traduzir um acto de justiça civilizadora e de conquista da região mais ocidental da Europa e, por conseguinte, da sua introdução na *oikoumene* grega.

Já quanto ao mito das Hespérides, alguns estudos comprovaram que se trata de uma narrativa de estrutura comum a outros mitos, de que o dos Argonautas e da demanda do velo de ouro é o exemplo mais evidente, adaptada ao contexto de liminaridade ou *finis terrae* que a Península Ibérica traduz para o imaginário grego. Sem prejuízo destas interpretações, a título complementar, parece evidente também a correlação existente entre o mito das Hespérides e o do Jardim do Éden (*Gen.* 2.4-3.24), também ele uma narrativa de liminaridade, de abundância e utópica felicidade original.

A associação das ninfas do poente ou do entardecer, as Hespérides, à terra denominada Hespéria, o ocidente, como o próprio nome indica (do grego *hespera*, "noite, entardecer", associando-se por isso à morte e, daí, ao espaço dos mortos; *uespera*, em latim; vd. Hor. *Od.* 1.36.4, em que a *Hesperia ultima* é a Hispânia; Rocha Pereira, 2014, 34-35; Guzmán Guerra, Gómez Espelosín, Guzmán Gárate 2007, 43-44), remete-as para o território peninsular, fazendo a geografia percepcional convergir com um espaço real.

São, por conseguinte, estas personagens que constituem o elemento que permite associar estas narrativas à Península Ibérica. Héracles, o herói grego mais ligado ao sul ibérico e que no mito das Hespérides tem a mesma função que Jasão no dos Argonautas, poderá ser o elo de ligação. Na transição do século V para o século IV a.C., Isócrates definia Héracles como o herói que marcara os limites do território dos Helenos com as Colunas que já então lhe eram associadas (o Estreito de Gibraltar, portanto; cf. Isoc. *Philip.* 112). Mas é evidente que o mito em si, na sua estrutura, ultrapassa em muito o carácter ibérico (vd. e.g. Blázquez Martínez, 1996: 101-109). Com efeito, à semelhança do que acontece com o mito de Gérion, também o das Hespérides não se manteve sempre no mesmo horizonte geográfico. No périplo atribuído a Cílax, por exemplo, eventualmente escrito por encomenda de Dario I da Pérsia, o Jardim das Hespérides localizar-se-ia na Líbia (todavia, também território ao ocidente da Pérsia, mantendo-se, portanto, também a sua função liminar). E se *Hesperia* é a raiz do nome das Hespérides, há que não olvidar que, para alguns poetas latinos, Hespéria era a Península Itálica, espaço igualmente ocidental, relativamente à Hélade, como é evidente (Rocha Pereira, 2014: 31-33). Por conseguinte, a variação espacial é também característica deste mito.

Com efeito, enquanto *limes*, há características por norma vinculadas a essa ideia que os mitos enquadrados na Península mantêm, confirmando as concepções de marginalidade e liminaridade. Referimo-nos a ideias à partida negativas, como "estranheza", "diferença", "outro", "marginalidade", "ataxia", "medo", "desconhecido", mas também aspectos não necessariamente negativos, como a "riqueza", enquanto elemento de atracção para o Outro, e a "descoberta" e a "novidade", como categorias espoletadoras e justificadoras da necessidade de civilizar. Assim acontece, precisamente, com os mitos de Gérion e das Hespérides. Enquanto figura tricéfala ou trissomática (característica posta em causa por algumas das narrativas que dão conta deste mito, pelo facto de não ser nelas omnipresente, note-se, e.g. Serv. *ad Aen.* 7.662; vd. Blázquez Martínez, 1983: 25), Gérion é expressão dessa diferença e alteridade, marginalidade, medo e ataxia (Albuquerque, 2010: 50-55; García Quintela, 2001: 26-27; Guzmán Guerra, Gómez Espelosín, Guzmán Gárate, 2007: 22, 55-59). De igual modo, são-no membros da sua família mítica, como Pégaso (o cavalo alado) e a Górgone (cuja cabeça estava coberta de serpentes), seres maravilhosos, como outros também nascidos no extremo ocidente (Hes. *Theog.* 274-300) e que representam tudo o que os Gregos não são (Pl. *Phdr.* 229d-e considera estas figuras seres prodigiosos e monstros lendários; vd. Baglioni, 2017). Mas, enquanto pastor e proprietário de manadas de bois que se alimentam de pasto abundante e que suscitam a cobiça de Héracles (cf. Strab. 3.169), Gérion traduz uma ideia de riqueza que se associa ao território que habita, e que se complementa com as referências que outros textos fazem à abundância de metais preciosos no espaço peninsular[7]. Note-se como, para Hesíodo,

[7] Alguns autores, e.g. Plácido Suárez, 2008: 238, 245, relacionam esta questão com a existência de metais preciosos no espaço peninsular, que justificaria as referências a eles feitas em contexto mitológico. Vd. também Albuquerque, 2010: 78-80; Guzmán Guerra, Gómez Espelosín, Guzmán Gárate, 2007: 17-20.

para Íbico e para Estesícoro, Gérion é filho de Crisaor, cujo nome deriva de *khrysos*, "ouro" (*Theog.* 287; frg. 282a; frg. St.11.24). Mais tarde, Diodoro tem Crisaor como rei da Ibéria (4.17.1)[8]. Esta associação do metal precioso ao território ibérico é pertinente e não única[9]. Já Anacreonte (*apud* Strab. 3.2.14) e Heródoto (1.163) referem-se a Argantónio, rei de Tartesso, cujo nome remete para o grego *argyros*, "prata" (cf. Polyb. 10.10.3; vd. também Ferrer Albelda, 2018). Um texto paradoxográfico e pseudo-aristotélico, o *Sobre os prodígios escutados*, alude a grandes quantidades de prata e de peixe como características da região extremo-ocidental (135-136). De igual modo, alusões a árvores que dão como fruto pomos de ouro pretendem traduzir a riqueza de um território longínquo, mas, precisamente por isso, atractivo. No *Hipólito*, Eurípides define o Jardim das Hespérides como a terra das nascentes da ambrósia, conhecido alimento divino e, por conseguinte, associado à ideia de riqueza ou abundância (Eur. *Hipp.* 741-751). Já a serpente ou dragão como guardiães do tesouro substanciam o medo e os perigos que se colam ao desconhecido do espaço a dominar. Por sua vez, a intervenção do herói, em ambos os casos Héracles, corresponde ao elemento civilizador que ganha sentido com a chegada dos Gregos ao território e que o construtor da narrativa tem como pressuposto para a sua elaboração e transmissão.

Interessa-nos agora, porém, o facto de, quer um quer outro mito terem sido, logo desde a Antiguidade, associados à Ibéria-Hispânia e de, no quadro da formulação das respectivas narrativas, se destacar o seu carácter belicista e conflitual. Isto é, o mito como arquétipo do conflito. Aliás, no discurso mitológico clássico, estes dois elementos parecem associar-se sempre ao território peninsular. Note-se como o mito de Gorgóris e Hábis, por exemplo, tal como narrado no epítome que, entre os séculos II e III d.C., Justino elaborou da obra de Pompeio Trogo, se inicia com a frase: "Os bosques dos Tartéssios, nos quais se diz que os Titãs lutaram contra os deuses […]" (*Saltus uero Tartessiorum, in quibus Titanas bellum aduersus deos gessisse proditor*, Just. *Epit.* 44.4.1). Uma das teomaquias fundadoras da cultura grega, a titanomaquia, é assim localizada no território dos Tartéssios, que como é sabido coincide com a Península Ibérica.

Tal como para Blázquez e García, parece-nos que estabelecer uma conexão directa entre a figura de Gérion, e o mito correspondente, e "belicosos Lusitanos" ou considerar a narrativa como uma forma ideológica de simbolicamente camuflar e justificar crueldades colonizadoras, é avançar para uma leitura excessivamente especulativa sem grande fundamento histórico ou filológico[10]. De igual modo, fazer coincidir a morfologia tríplice de Gérion com paisagens e personagens ibéricas poderá ser um método cientificamente pouco sólido e infundamentado (Blázquez Martínez, 1983: 32; Vázquez Hoys, 2004)[11].

No entanto, também nos parece indubitável que enquanto narrativas de liminaridade, mitos como os de Gérion e das Hespérides se constroem e, sobretudo, se colam a uma representação do Outro, assumindo as características que o Eu lhe reconhece. A associação da referência ao referente tem de fazer sentido na sua audiência, sob pena de a narrativa se diluir por falta de sentido. Isto é, quando os Gregos fazem de Gérion e seu contexto e das Hespérides e seu cenário espaços de polémica e de conflito e os associam a uma geografia, ainda que meramente percepcional, eles só podem estar a criar uma representação e um símbolo do que esse lugar para eles também significava. Esse processo concretiza-se

8 E.g. Blázquez Martínez, 1983. Note-se que para Burkert, 1977; 1979: 83-86, o mito de Gérion está sobretudo relacionado com a questão animal, nomeadamente a domesticação e o sacrifício e respectivas relações com a comunidade.

9 Vd. e.g. Cunchillos, 2000, que pertinentemente propõe que o nome "Hispania" significaria "costa dos metais" ou "ilha onde se batem os metais", ao contrário do que Estrabão escreve em 3.2.6, sugerindo que o nome significaria "costa dos coelhos". Com efeito, já em D.S. 5.35.3 lemos que os Fenícios vieram até à Península Ibérica atraídos pelos metais, o que reforça a hipótese de Cunchillos, além da filologia pura.

10 Blázquez Martínez, García-Gelabert, 2003: 206, em crítica a García Quintela, 2001: 21-25. A ideia de "Lusitanos belicosos" está presente em vários autores, como e.g. J. B.J. 2.374, que atribui a expressão a Agripa.

11 Coloca a hipótese de a Medusa da mitologia grega, pelas suas características, corresponder a uma personagem tartéssica feminina e eventualmente histórica.

porque essa é também uma das funções do mito no seu *Sitz im Leben*: cristalizar uma representação que encontra eco na audiência a que se dirige. Se assim não for, então esse mito está destinado a morrer. Citando D. Plácido: "La imagen mítica de la Península Ibérica en la antigüedad clásica no constituye sin duda un reflejo realista de las condiciones históricas en que este espacio se desenvolvió, pero tampoco fue el resultado de una imaginación creativa nacida de la nada" (Plácido Suárez, 2008: 251)[12].

Que mitos como o de Gérion e seus significados e funções tinham ressonância entre os Gregos comprovam-no, e.g., a referência que no século V a.C. Ésquilo lhe faz no *Agamémnon* (869-873), mais concretamente quando Clitemnestra compara o marido ao monstro trissomático. Ou o facto de, nesse mesmo século, Líbon de Élis e o Mestre de Olímpia, o arquitecto e o escultor do templo de Zeus em Olímpia, o terem incluído entre as métopas que adornam o edifício.

Assim, parece-nos que, a alguns gregos, em algum momento da sua História, a Península Ibérica, lá nos confins do mar, surgia como um horizonte mítico de guerra e de conflito, independentemente de quem lá habitasse ou governasse em concreto. Não só, mas também. De certa forma, a referência de Pompeio Trogo à titanomaquia confirma esta ideia de modo axiomático.

Vários investigadores preocuparam-se em determinar o momento exacto em que os Gregos, principais transmissores destas narrativas, interagiram com os territórios peninsulares e seus habitantes de modo a coligirem a matéria-prima que haveria de justificar a composição, ou pelo menos a eventual significação, de mitos como os de Gérion e das Hespérides. A tarefa não é fácil e, suspeitamos, até mesmo inglória, ainda que os momentos da colonização grega do ocidente mediterrâneo e os contactos dos Helenos com o território peninsular, sobretudo a partir do século VIII a.C., sejam, evidentemente, o momento que constitui a mais séria das candidaturas ao patrocínio desse processo[13] (Blázquez Martínez, García-Gelabert, 2003: 212; Cruz Andreotti, 1991: 51; Plácido Suárez, 1989; 2008: 244). A partir dos séculos VII-VI a.C., de Hesíodo e da lírica arcaica, essa ideia parece estar já definida. E não deixa de ser sintomático que ela se mantenha até ao período romano.

Com efeito, os autores latinos clássicos e gregos da época imperial mantêm essa perspectiva, associando à Hispânia os dois trabalhos hercúleos referidos. Ainda que esses autores se limitem a transferir para a sua mitopoese uma herança pré-definida pelos Helenos, sem que haja uma preocupação em manter uma lógica de identificação da narrativa com os *realia*, o importante é que o modelo funcionava. Tratava-se de estruturas mitológicas pré-fixas que se adequavam a realidades a serem representadas pelo imaginário e subconsciente colectivos ou chamadas à colação para esse efeito. Assim, quando poetas, como Vergílio (*Aen.* 7.662-663), Ovídio (*Her.* 9.91-92; *Met.* 9.184) e Estácio (*Silv.* 6.102), e outros autores, como Diodoro (4.17.1-2; 4.18.2-3), Díon de Prusa (*Or.* 8.31) e Pausânias (4.36.3), recepcionam os mitos associados à Península Ibérica, nomeadamente os de Gérion e das Hespérides, e os retransmitem, o discurso poético continua a identificar-se com uma realidade ainda recente na memória dos romanos desse tempo e que dizia respeito à representação do território peninsular como espaço de guerra e de conflito, de alteridade e de ataxia a ordenar[14]. É sintomático que um historiador como Dionísio de Halicarnasso, no tempo e ao serviço de Augusto, se refira a Hércules como o líder de uma expedição de gregos que chega a Itália depois de conquistar a Península Ibérica e todas as regiões do Ocidente (Dion. Hal. 1.34.1). Isso era exactamente o que o próprio Augusto fizera nessa mesma época. O herói civilizador

12 Refere o mesmo autor em Plácido, 1989: 43: "De una manera o de otra, toda realidad presente encuentra su referencia en el pasado y todo el pasado sirve de modelo al mundo del presente."

13 Para uma problematização mais crítica desta leitura, vd. Bermejo Barrera, 1991. Cabe ainda referir aqui que, actualmente, têm particular importância nesta discussão as descobertas de materiais micénicos na Península Ibérica, que têm levado arqueólogos e historiadores a recuar cada vez mais a chegada dos Gregos ao espaço em questão, elaborando-se a hipótese de essa presença poder ser já efectiva nos séculos XIV e XIII a.C. Vd. Martín de la Cruz, 1992.

14 A ideia da riqueza peninsular parece também manter-se, como se deduz das palavras de Catulo (29.19), Ovídio (*Am.* 1.15.34) ou de Marcial (1.49.15; 10.96.3), que se referem ao *aureus Tagus* e *aurifer Tagus*.

já não é agora o Héracles grego, mas o Hércules latino, naturalmente, que, no entanto, continua a desempenhar a mesma função mitológica de forma eficaz, perpetuando o símbolo e a imagem para uma audiência essencialmente romana, que se confirma, e.g., nas batalhas que fazem parte da sua História. *Ilipa* (206 a.C.) e *Munda* (45 a.C.) são dois casos que concretizam essa função.

Independentemente de uma identificação ou coincidência plena do mito com um espaço geográfico literal e com categorias étnicas associadas à Ibéria-Hispânia, o facto é que os mitos em causa cumprem a função de os representar no quadro cultural dos Gregos e, mais tarde, dos Romanos. Não podemos assim deixar de concordar com D. Plácido, para quem o mito contribui para criar a imagem geral do espaço antigo, para conceber o mundo das colonizações entre os Gregos e para definir as possibilidades do Império entre os Romanos. Ainda que isso se consubstancie acima de tudo numa ampla fórmula estrutural. Daqui nasce a complexidade do discurso mitológico que tem a Península Ibérica como horizonte (Plácido Suárez, 2008: 288).

Referências Bibliográficas

Albuquerque, P. (2010): *Tartessos: entre mitos e representações*. Cadernos da UNIARQ 6. Lisboa.

Albuquerque, P. (2014): *Tartessos: a construção de identidades através do registo escrito e da documentação arqueológica: um estudo comparativo*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/11434

Baglioni, I. (2017): *Echidna e i suoi discendenti. Studio sulle entità mostruose della* Teogonia *Esiodea.* Roma.

Bermejo Barrera, J. (1991): Los mitos griegos y la Hispania antigua: consideraciones metodológicas. *Espacio, Tiempo y Forma. Historia Antigua*, serie II, 4: 85-106.

Bermejo Barrera, J. (1994): *Mitología y Mitos de la Hispania Prerromana I*. Madrid.

Blázquez Martínez, J.; García-Gelabert, M. (2003): Mitos hispánicos, in J. Martínez-Pinna (eds.), *Mito y ritual en el antiguo occidente mediterráneo*. Málaga: 197-220.

Blázquez Martínez, J. (1996): Colquida e Iberia. La saga de los Argonautas y otras leyendas de la Península Ibérica, in O. Lordkipanidze; P. Lévêque; A. Fraysse; H. Le Burel; T. Khartchilava (eds.), *Sur les traces des Argonautes* (Vani, Colchide, 1990). Paris: 101-109.

Blázquez Martínez, J. (1983): Gerión y otros mitos griegos de Occidente. *Gerión* 1: 21-38.

Burkert, W. (1977): Le mythe de Géryon: perspectives préhistoriques et tradition rituelle, in B. Gentili; G. Paioni (cur.), *Il Mito Greco* (Urbino, 1973). Roma: 277-283.

Burkert, W. (1979): *Structure and History in Greek Mythology and Ritual*. Berkeley.

Cruz Andreotti, G. (1991): Estesícoro y Tartessos. *Habis* 22: 49-62.

Cruz Andreotti, G. (1995): La Península Ibérica en los limites de la ecúmene: el caso de Tartesos. *Polis* 7: 39-75.

Cruz Andreotti, G. (2019): La geografía mítica del Estrecho: otras posibles lecturas, in F. des Boscs-Plateaux; Y. Dejugnat; A. Haushalter (eds.), *Le détroit de Gibraltar (Antiquité-Moyen Âge). I: Représentations, perceptions, imaginaires*. Madrid: 27-38.

Cunchillos Ilarri, J.-L. (2000): Nueva etimología de la palabra "Hispania", in Mª E. Aubet; M. Barthélémy (eds.), *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos* (Cádiz, 1995). Vol. I. Cádiz: 217-225.

Ferrer Albelda, E. (2018): Tarteso y el mito de Argantonio. ¿Existió Argantonio? ¿Qué fue realmente Tarteso? *Andalucía en la Historia* 60: 8-11.

Franzen, C. (2009): Sympathizing with the Monster: Making sense of Colonization in Stesichorus. *Quaderni Urbinati di Cultura Classica* 92.2: 55-72.

Gantz, T. (1993): *Early Greek Myth. A Guide to Literary and Artistic Sources*. Baltimore-London.

García Iglesias, L. (1979): La Península Ibérica y las tradiciones griegas de tipo mítico. *Archivo Español de Arqueología* 52: 131-140.

García Moreno, L. (1979): Justino 44.4 y la historia interna de Tartessos. *Archivo Español de Arqueología* 52: 111-130.

García Quintela, M. V. (2001): *Mitos hispánicos. La Edad Antigua*. Madrid.

Gascó, F. (1986): Gargoris y Habis. La leyenda de los orígenes de Tartesos. *Revista de Estudios Andaluces* 7: 127-146.

Guzmán Guerra, A; Gómez Espelosín, F.; Guzmán Gárate, I. (2007): *Iberia – Mito y Memoria*. Madrid.

Jourdain-Annequin, C. (1989): *Héraclès aux portes du soir: mythe et histoire*. Paris.

Mangas Manjarrés, J.; Plácido Suárez, D. (eds.) (1999): *La Península Ibérica prerromana: De Éforo a Eustacio*. Madrid.

Martín de la Cruz, J. (1992): La Península Ibérica y el Mediterráneo en el segundo milenio a.C. in J. Melena Jiménez (coord.), *El Mundo Micénico: Cinco siglos de la primera civilización europea 1600-1100 a.C.* (Catalogo de Exposición, 1992). Madrid: 110-123.

Medina Miranda, H. (2010): Las metamorfosis de un abigeato "civilizador". Entre la historia y el ritual: el mito hispano de Hércules. *Historia, Antropologia y Fuentes Orales* 43: 21-38.

Olalla, P. (2001): *Atlas Mitológico de Grecia.* Atenas.

Page, D. (1973): Stesichorus: The Geryoneïs. *The Journal of Hellenic Studies* 93: 138-154.

Plácido Suárez, D. (1989): Realidades arcaicas de los viajes míticos a Occidente. *Gerión* 7: 41-51.

Plácido Suárez, D. (2008): *Poder y discurso en la Antigüedad Clásica*. Madrid.

Robledo Casanova, I. (1999): Viajes míticos griegos a España. *Historia 16* 278: 74-81.

Rocha Pereira, Mª H. (2014): *Obras de Maria Helena da Rocha Pereira II: Estudos sobre a Grécia Antiga: Artigos*. Lisboa-Coimbra.

Vázquez Hoys, A. M. (2004): La Gorgona Medusa ¿Un posible mito tartésico? *Huelva Arqueológica* 20: 195-213.

Vilariño Rodríguez, J. J. (2011): La Península Ibérica y los Héroes griegos en la obra estraboniana. *Studia Historica. Historia Antigua* 29: 183-196.

ENTRE LA GUERRA Y LA PAZ. APROXIMACIONES METODOLÓGICAS AL ESTUDIO DE LAS MUJERES Y LA GUERRA EN EL MUNDO ANTIGUO

Cándida Martínez López
Universidad de Granada
candidam@ugr.es
http://orcid.org/0000-0002-4516-2025

Mercedes Oria Segura
Universidad de Sevilla
oria@us.es
https://orcid.org/0000-0002-9017-7752

RESUMEN: La aplicación de la metodología de género a la investigación sobre la guerra permite comprender la relación de las mujeres con la misma en las sociedades antiguas. Siendo el ejército y la guerra componentes esenciales de la identidad masculina, a la mujer queda reservado el papel de madre de soldados o víctima del conflicto. Cualquier otra forma de intervención femenina se considera desde ese punto de vista una inversión de los roles establecidos. Analizando los casos griego y romano, a través de las fuentes literarias e iconográficas – especialmente útiles para Roma – trataremos de caracterizar los diferentes papeles de las mujeres en la guerra: imagen de la paz, instigadoras de guerras, combatientes activas o colaboradoras directas, mediadoras, víctimas y beneficiarias del conflicto. Los modelos de relaciones de género oficialmente difundidos en las sociedades clásicas resultan no ser los únicos posibles.
Palabras clave: Conflictos bélicos; Pacificación; Participación femenina; Antigüedad Clásica; Relaciones de género.

ABSTRACT: The application of gender methodology to war research provides an understanding of the relationship that women had with war in ancient societies. The army and war being one of the essential components of male gender identity, women are reserved the role of mother of soldiers or victims of the conflict. Any other form of female intervention is considered from this point of view as a reversal of established roles. Analyzing the Greek and Roman cases, through the literary and iconographic sources – especially useful for Rome – we will try to characterize the different roles of women in war: image of peace, instigators of wars, active combatants or direct collaborators, mediators, victims and beneficiaries of the conflict. The models of gender relations officially spread in classical societies are not the only possible ones.
Keywords: War conflicts; Pacification; Female participation; Classical Antiquity; Gender relationship.

> "Pero si nosotras las mujeres no os hemos votado a ninguno de vosotros enemigo público, ni derribado vuestra casa, ni derribado vuestro ejército, ni dirigido a otro contra vosotros, ni os hemos impedido que obtengáis cargos ni honores, ¿por qué participamos en los castigos si no hemos participado en los crímenes?" (App. *B. Civ.* 4.32.4).

El discurso de Hortensia en el foro de Roma (siglo I a.C.) nos sitúa ante una perspectiva que atraviesa la historiografía antigua: las mujeres, al margen de los ejércitos identificados con los ciudadanos, no participaron ni les competían las guerras, ya que los actos y valores asociados con ellas eran parte constituyente de la identidad masculina. Tal vez por ello la relación de las mujeres con la guerra no ha sido suficientemente estudiada. Sin embargo la perspectiva que propone la historia de las mujeres ha puesto de relieve que el género atraviesa todo aspecto social, aportando una visión integral del acontecer histórico del cual la guerra forma parte. Recientes investigaciones analizan cómo las mujeres de la Antigüedad se vieron concernidas por ella (Fabre-Serris, Keith, 2015; Loman, 2004), tanto en los discursos que identificaron la guerra y la paz con lo masculino y lo femenino, como en su participación en los conflictos: lejos de quedar al margen, opinaron sobre ellos, los sufrieron, se implicaron y a veces se beneficiaron. Las mujeres aparecen como imágenes de un cuadro en el que se representan todas las figuras de un tornasolado ideológico que ora da réplica a los roles masculinos, ora los secunda con un cromatismo debilitado (Amorós, 2014: 15-33). Pero como ha señalado Violaine Sebillotte (2015), la retórica generizada de las sociedades antiguas y la historiografía tradicional ha dificultado la conceptualización de las mujeres en el poder o en la guerra.

Aproximarnos a una realidad compleja, y a veces contradictoria, requiere nuevas herramientas conceptuales y metodológicas. Partimos de la aplicación de la perspectiva de género, una vía de análisis que va más allá del relato del conflicto armado y se extiende a la conformación de exclusiones e inclusiones, las identidades masculinas y femeninas en torno a la guerra y la paz, los símbolos disponibles o las relaciones de poder entre mujeres y varones. Un segundo enfoque, que abre interesantes posibilidades en el caso del Mediterráneo romano, es el de los estudios postcoloniales, útiles para analizar los discursos que homogeneizan un conjunto diverso y desigual bajo el prisma de la experiencia y los intereses de los colonizadores (vd. Webster, Cooper, 1996; Terrenato, 2005; Raaflaub, 2007; Gradner, 2013; Epstein, 2014; Moloney, Williams, 2017; Beltrán Lloris, 2017: 18-21, etc.). Cobra especial relevancia el análisis de la imagen construida sobre las mujeres de los pueblos conquistados, considerada expresión de su "anomalía" cultural y social, y homogeneizada hasta enmascarar la diversidad de las relaciones de género y las formas de comportamiento femenino en sus sociedades de origen. Podemos así adentrarnos en las experiencias de la guerra y la paz sufridas por las mujeres: habitasen en los territorios conquistados o perteneciesen a la sociedad conquistadora, las unía su posición subordinada respecto a los varones, el papel dado al cuerpo femenino, etc. En tercer lugar, la investigación para la Paz (*Peace Research*) aporta herramientas teóricas y metodológicas sobre los campos semánticos de la paz y la guerra, y otra comprensión de un concepto ligado al final de esta, pero también a situaciones de bienestar, concordia, diálogo y mediación posibles incluso en pleno conflicto (Muñoz Muñoz, Martínez López, Jiménez Arenas, 2013; Muñoz Muñoz, Martínez López, 2012). Este horizonte aclara actitudes de las mujeres antiguas que apoyaban a sus conciudadanos en la guerra y, al tiempo, pedían la paz (Mirón, Martínez, 2000; 2012).

Las fuentes textuales e iconográficas representan por naturaleza discursos diferentes, aunque coherentes con los valores sociales dominantes. La literatura histórica relata guerras reales, la poesía y el teatro muestran las legendarias, con similar reparto de papeles entre hombres y mujeres. Las imágenes,

uno de los más poderosos medios de difusión y propaganda de la Antigüedad, ofrecen un repertorio de símbolos de feminidad y masculinidad en torno a la guerra y la paz, que reproducen, educan y crean modelos sociales de género. Así lo hacen las representaciones de la principal vía de engrandecimiento de Roma, la guerra, reflejando sobre todo sus aspectos triunfales y el papel de cada participante. Para las mujeres, la iconografía oficial se decanta por dos imágenes-tipo: la guerrera y la víctima, no siempre identificadas como vencedora y vencida; pero también por la representación femenina de la paz.

Desde estos horizontes, trataremos de ofrecer una aproximación metodológica que nos permita acercarnos a esa realidad compleja donde se entrecruzan género, clase social, ubicación de mujeres en una zona u otra, etc., centrándonos en cinco enfoques: la conformación de género de los discursos sobre la paz y la guerra; las formas de participación femenina activa o como instigadora y colaboradora; la implicación de las mujeres como mediadoras y defensoras de la paz; el sufrimiento corporal y emocional de las víctimas; y las beneficiarias de la guerra. Estos aspectos se concretan en el imaginario visual romano, creador de símbolos aún disponibles a través del tiempo.

1. LOS DISCURSOS DE LA GUERRA Y LA PAZ: LA CONFORMACIÓN DE LAS IDENTIDADES DE GÉNERO

Los conceptos de guerra y paz, y su identificación clásica generizada nacieron de forma paralela, ya que el de paz obedece a la necesidad de frenar la guerra cuando esta aparece como práctica y concepto (Muñoz Muñoz, 2001: 26). La guerra fue considerada en las sociedades clásicas una actividad masculina que excluía a las mujeres. En la *Ilíada*, cuando Andrómaca pide a su marido Héctor que no salga a la lucha por temor a que muera, él rechaza sus consejos con estas palabras: "Mas ve a casa y ocúpate de tus labores, el telar y la rueca, y ordena a las sirvientas aplicarse a la faena. Del combate se cuidarán los hombres todos que en Ilio han nacido y yo, sobre todo" (Hom. *Il.* 6.490-493).

Por el contrario la paz nacía mujer. Representada por la diosa Eirene, con cuerpo y atributos femeninos, a ella se asimilaron virtudes, potencialidades y símbolos considerados como tales (Martínez López, 1998). Las asociaciones entre paz y fertilidad, abundancia, capacidad de creación son expresadas en figuras femeninas con niños en sus brazos, mujeres portando la cornucopia como símbolo de la riqueza que la paz permite desarrollar, etc. (Muñoz Muñoz, Díez Jorge, 1999). Los relieves del *Ara Pacis Augusta* son el referente inevitable para la expresión visual de estas ideas.

Es comprensible esta conceptualización femenina de la paz en el imaginario de las sociedades antiguas. El discurso de género que sustenta la polis atribuye a hombres y mujeres funciones distintas, vitales para su supervivencia: varones, ciudadanos y soldados constituyen la comunidad política que se expresa en el espacio público; mujeres, naturaleza y fecundidad la reproducen y sostienen desde el espacio privado y la ausencia de la palabra pública. Por ello la imagen del guerrero, que siendo plenamente ciudadano por su participación en el ejército y el combate conlleva la muerte, es simétrica a la de la madre, que cumple su naturaleza como esposa y como ciudadana dando la vida. Este paralelo, bajo formas más o menos sofisticadas, conduce a pensar ambas actividades como excluyentes: al hombre, incapaz de concebir hijos, se opondría la mujer, no apta por naturaleza para combatir. Pero esta no es la única oposición en la construcción de los papeles de género relativos a la paz y la violencia. La imagen del hombre fuerte y armado se relaciona con la de la mujer débil y desarmada, una división entre protectores y protegidas que acentúa la dependencia colectiva e individual.

Las mujeres, ausentes de los ejércitos, no participaban en la guerra activa, pero este mismo discurso les hacía mantener en la práctica actitudes evidentemente contradictorias: el sufrimiento por la posible pérdida en el combate de sus familiares varones les incitaba a defender la paz; pero la satisfacción de

que ellos participasen de la gloria de defender la patria y se reconocieran sus "valores masculinos" les hacía colaborar de algún modo con la guerra. De un lado esta les impedía ejercer su función social y política fundamental: la reproducción del grupo familiar, quitándoles con ello una parte de su mundo de afectos y seguridades. De otro, contribuían a los "intereses de la patria", alentando y confirmando los valores masculinos y el equilibrio social en las relaciones de género (vd. Martínez López, 2000).

La dialéctica clásica entre la paz y la guerra, profundamente imbricada en las nociones de lo femenino y lo masculino, ha operado no solo en el plano conceptual sino también en el práctico, estableciendo una dualidad cuyos límites se han traspasado en ambas direcciones a lo largo del tiempo (Martínez López, 2000; Magallón Portolés, 1993). Hubo discursos que rompían la dicotomía, tanto en el plano literario como en el visual. Pensemos por ejemplo en la asimilación de la paz, con sus atributos de fecundidad y abundancia, como una virtud del poder masculino que en el caso de Augusto amplifica su propio poder. Por otro lado, la imagen de las mujeres representando los discursos de paz está presente desde la época arcaica griega hasta la imperial romana; pero existieron, al tiempo, imágenes femeninas asociadas a la idea de la guerra. Nos preguntamos, pues, si en el marco de estos discursos generizados era posible, y de qué forma, la figura de la guerrera, inexistente en los ejércitos antiguos. El imaginario del mundo clásico sí concibe figuras femeninas armadas y en combate, desde dos ópticas muy diferentes: la de las diosas y la de las humanas.

Las diosas de la guerra, Atenea para los griegos, Minerva, Bellona, la personificación de Roma, o la protectora de *Lanuvium* Juno Sóspita en el caso romano, comparten un modelo iconográfico muy interesante, pues superpone al peplo típicamente femenino una panoplia formada por coraza, casco – o el yelmo de piel de cabra de Juno Sośpita –, lanza y escudo, reforzada por elementos protectores sobrenaturales como la cabeza de la Gorgona. Un caso particular es el de Dea Roma, la encarnación del espíritu expansivo y victorioso con el que Roma afrontó sus guerras externas. Bellona, antigua diosa guerrera itálica compañera de Marte, fue desplazada por esta figura de creación política con la que compartía en parte iconografía y funciones. Aunque la imagen de Roma (vd. Vermeule, 1974) parte del mismo modelo helenizante, incorpora rasgos propios como las alas en el casco, elemento relacionado con la Victoria, y una mayor feminización de su aspecto mediante los rizos que escapan del casco y las joyas. Sin embargo la vemos entronizada sobre las armas capturadas a los enemigos, coronando trofeos militares y despidiendo al emperador que parte a las campañas (fig. 1). Esta figura cala en las provincias. La Roma o *Gallia Narbonensis* del relieve SO en el arco triunfal de St. Rémy (McGowen, 2010: Cap. 4, con referencias), sentada sobre el habitual montón de armas, custodia a un prisionero humillado y vencido, bajo el dominio de una figura femenina armada y victoriosa semejante a las ya descritas. Tampoco son imágenes desconocidas en el contexto de la Hispania en proceso de conquista, a cuyo estudio se dedica esta publicación. Diversas monedas de acuñación local muestran diosas con casco militar cuya identificación precisa y fuente de influencias son objeto de una controversia en la que ahora no podemos entrar (vd. Chaves, Marín, 2004).

Esta vinculación de formas femeninas con símbolos y elementos de la actividad militar marcan el carácter no humano de esas figuras que pueden, sin transgredir los discursos de género, participar de ambos. Pero al tiempo crean otro universo en el que los papeles de género pueden construirse de forma diferente. Sin embargo una diosa no es una mujer, como nos recordaba Nicole Loraux (1991). Las mujeres mitológicas o terrenales que intervinieron en acciones militares ni disfrutaron de esa veneración ni presentaron una iconografía comparable. La imagen de la combatiente queda relegada al ámbito de lo ajeno, lo diferente y lo bárbaro, ya desde el precedente mitológico de las Amazonas. Representadas con frecuencia en época romana, su aspecto, armamento y actitud resaltan la "alteridad", la "anomalía"

de una mujer armada que lucha. Lo hace además desnudando parcialmente su cuerpo, así encarna un tópico literario marcado por las concepciones de género dominantes: la erotización de la luchadora (Sharrok, 2015: 162 ss.), cuya manifestación extrema es la amazona que al morir enamora a su matador (Pentesilea y Aquiles). Las Amazonas son siempre vencidas por los griegos y así pasan al repertorio visual romano, sirviendo de modelo a otras escenas de lucha y victoria de un guerrero sobre una figura femenina. Podríamos señalar la conquista de *Britania* por Claudio en un relieve del *Sebasteion* de Afrodisias (fig. 2), monumento que según Ramsby y Severy – Hoven (2007) estaría inspirado en otro de la propia Roma (Souza, 2011). La figura de la Amazona herida transmite precisamente una imagen de vulnerabilidad que concuerda mejor con la idea preconcebida del papel de la mujer. En cuanto a las guerreras humanas, literarias como la africana Asbyte de Silio Itálico (García Amutxastegui, 2009: 342-348) o históricas como Artemisia de Halicarnaso, las reinas guerreras célticas y las valerosas hispanas de las narraciones sobre la conquista, son extranjeras, bárbaras y carecen de imagen antigua conocida. La finalidad de la iconografía propagandística oficial no puede permitirse una figura tan subversiva de los roles sociales como la de la mujer guerrera y si lo hace, es para mostrar su derrota. Ni siquiera la tiene la mítica Camila de Virgilio, que a pesar de ser itálica reviste rasgos "amazónicos" que la convierten en una anomalía exótica, una mujer viril a la que se admira y se combate a partes iguales (Sharrok, 2015). Recordemos por otra parte que varias de las diosas y guerreras mitológicas mencionadas fueron caracterizadas con atributos "poco femeninos" y, sobre todo, por su consideración de vírgenes, que las aleja de la relación clásica femenino = madre/masculino = soldado.

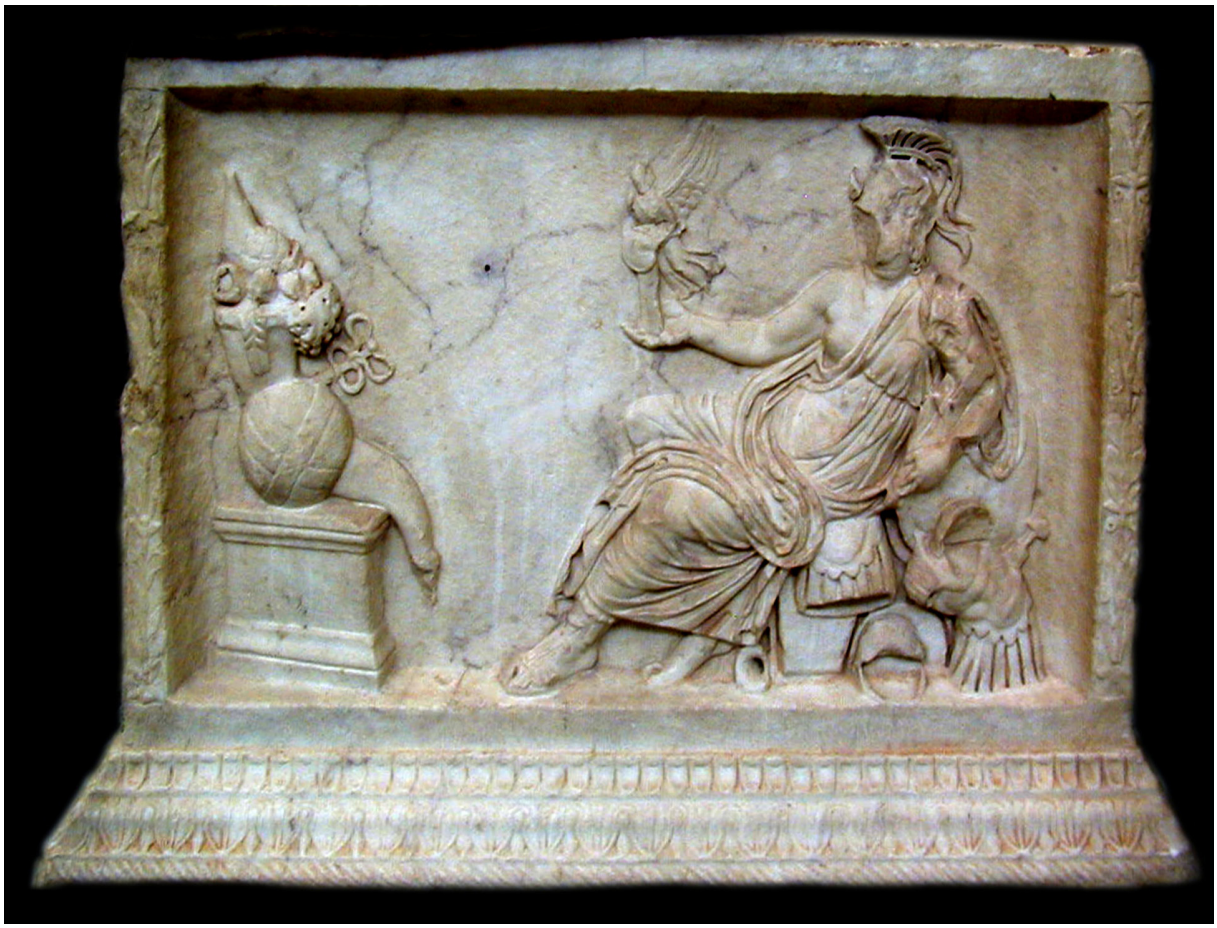


Fig. 1 - *Dea Roma*. Relieve en el altar de la gens Augusta en Cartago, final s. I a.C. - inicios s. I d.C., Museo del Bardo (Pradigue, publicada bajo licencia libre Creative Commons).

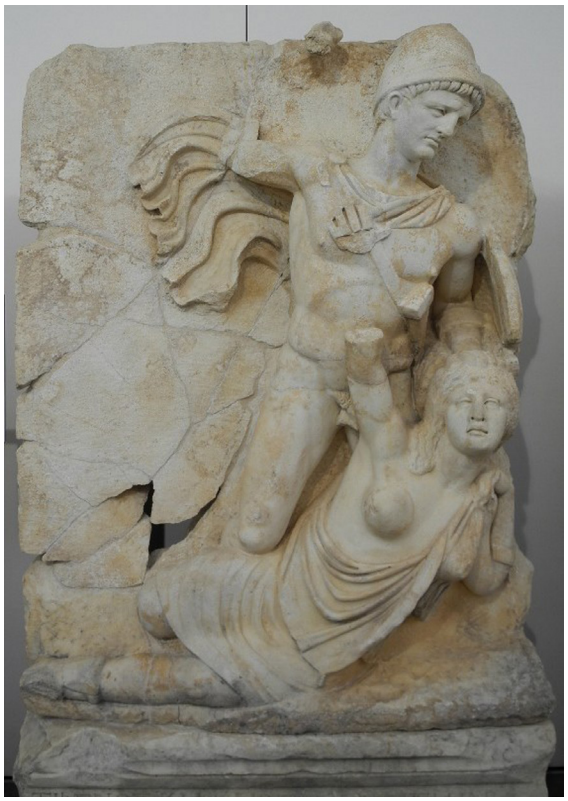


Fig. 2 - La derrota de Britania a manos de Claudio, con la iconografía propia de la lucha entre griegos y amazonas. Relieve del Sebasteion de Afrodisias, 20-60 d.C., Museo Arqueológico de Afrodisias (David J. Lull, publicada bajo licencia libre Creative Commons).

El caso de Clelia, la heroína semi-mítica romana, se aparta de este canon y el recuerdo de su imagen es excepcional. No se trata de una luchadora, sino de una rehén de guerra protagonista de una operación de fuga, liberación y negociación que beneficia finalmente a toda la comunidad romana. La recompensa a este acto de civismo es el honor inusitado de una estatua ecuestre en el foro, de la que se hacen eco diversos autores (la versión más completa de la historia en Livy 2.13.5-11), pero de la que no queda ningún resto visible. De hecho, en el amplísimo repertorio de estatuas ecuestres dedicadas en el Imperio romano a lo largo de su historia no hay ninguna femenina; menos aún en actitud guerrera, cosa que en cualquier caso Clelia no es.

Así pues, las sociedades ateniense y romana necesitaron construir mediante textos e imágenes discursos en torno a la guerra y la paz que, por afirmación o exclusión, vinculaban a lo masculino y lo femenino, generando al tiempo elementos de transgresión necesarios para afirmar el modelo. Cabe preguntarse si esta representación de la transgresión fue una total invención, o tal vez el eco de otros patrones de género diferentes a los propios, que no podían pensarse sino en términos de inversión.

2. MUJERES INSTIGADORAS, PARTICIPANTES Y COLABORADORAS EN LOS CONFLICTOS ARMADOS. ¿ALGO MÁS QUE UNA ANOMALÍA?

El discurso que excluye a las mujeres de la práctica militar conforma un *topos* clásico de masculinidad y feminidad con el que se mide la idoneidad de cualquier acción femenina relacionada con la guerra, para reforzar el propio modelo, ridiculizar y denostar actitudes no acordes con él, considerarlas extrañas o salvajes – no civilizadas – o contemplarlas sencillamente como una anomalía. Pero si quitamos la lente del modelo de género clásico, podemos descubrir una vinculación de las mujeres con el hecho guerrero que puede resultar de gran interés histórico, sin plantearse en términos de inversión. Tres perspectivas, con ejemplos antiguos constatados, llaman nuestra atención: las instigadoras de guerra, aquellas que participaron directamente en la actividad militar y las que colaboraron de algún modo con la misma.

El paradigma de las instigadoras es Helena de Troya, pero los textos clásicos transmiten otros casos donde la agencia femenina en ese sentido aparece como una completa anomalía. Como señala Celia Amorós (2014) al releer la influencia de Aspasia sobre Pericles en las Guerras de Samos y del Peloponeso, "Lo escandaloso no era aconsejar la guerra, sino que ésta fuese aconsejada por una mujer, además no ateniense, con lo que el consejo se sexualiza perdiendo su carácter público y convirtiéndose en asunto de artimaña política". Aspasia sería belicista, frente a Lisístrata la pacifista, porque en cuanto hetera (Ar. *Ach.* 523-539) ama la desmesura, la riqueza, el lujo, fruto del imperialismo cuyo pilar es la guerra, aunque esta pueda traer la ruina. La idea de la instigación femenina del conflicto por mero egoísmo personal es correlato de la misoginia masculina, incapaz de admitir mujeres conocedoras de la coyuntura política, las relaciones internacionales, el juego de alianzas, favorables así al enfrentamiento.

¿Y las participantes activas? ¿Eran una anomalía histórica? Violaine Sebillotte-Cuchet (2008) se pregunta por estas prácticas, silenciadas o consideradas mera anécdota. ¿Lo fue la proeza militar llevada a cabo por Artemisia de Halicarnaso, admirada por Heródoto (7.68-69, 87-88), quien tras la muerte de su marido ejerce el poder y encabeza una batalla naval con actitud "masculina"? ¿Artemisia tenía conocimientos y entrenamiento para llevarla a cabo? Medio griega, medio bárbara, su figura desafía la bipolaridad ateniense masculino/femenino y griego/bárbaro. En otra clave, la romana Fulvia, casada en terceras nupcias con Marco Antonio, fue denostada por su agencia en el terreno militar (Hallet, 2015). Casio Dión (48.103-104) la describe haciendo rondas de vigilancia armada con una espada y arengando a las tropas durante el asedio de Perusia por Octaviano. En acuñaciones provinciales (como *Eumeneia* en Frigia, *RPC* 3139-3140), su retrato se asocia a una divinidad guerrera, una imagen de expansión y victoria. Pero las fuentes literarias la mencionan en tono peyorativo, véanse las invectivas de Cicerón en sus *Filípicas*: 2.113, 6.4, 13.18 (las fuentes sobre Fulvia han sido recientemente recopiladas por López Casado, 2015), y los glandes de plomo del asedio la denigran con alusiones sexuales (*CIL* VI 6721.5, 6721.14). Sin embargo Hallett (2015) considera que esta imagen condenatoria de su "agresividad típicamente masculina" obedece a las convenciones de la poesía amorosa, con su retrato crítico de la amante dominadora que toma la iniciativa y su concepto del amor como combate.



Fig. 3 - Un grupo de mujeres tortura a los prisioneros dacios. Escena 45 de la Columna Trajana, 113 d.C., Foro de Trajano en Roma (Joe Mabel, publicada bajo licencia libre Creative Commons).

Las mujeres implicadas en prácticas militares salpican la literatura antigua, pero fuera del modelo clásico de ejército, procedentes de otros pueblos y, si son griegas o romanas, como una peligrosa desviación de género. Esta mirada explicaría la crueldad bárbara de la escena 45 de la Columna Trajana (fig. 3): un grupo de mujeres de indumentaria local – se descarta la interpretación de A. Pogăciaş (2017: 19) como romanas vengando a sus esposos caídos – torturan con antorchas a prisioneros desnudos. Excluyendo que se trate de dacias que se ensañan con prisioneros romanos, una escena demasiado humillante para un monumento triunfal, queda la opción de las aliadas moesias aprovechando la debilidad de sus enemigos dacios derrotados. En cualquier caso, una intervención bélica femenina desde la retaguardia, una auténtica "inversión del orden natural" destinada a minar la resistencia de los dacios (Dillon, 2006: 263-267). Pero el Mediterráneo antiguo era mucho más diverso y complejo que la mirada homogeneizadora de Atenas y Roma sobre "lo otro", lo bárbaro, la anomalía de género, incluyendo diferentes vínculos entre guerra y mujeres que merece la pena explorar, caso de la participación de hispanas en la defensa contra la conquista. La astucia y valor de las mujeres de *Salmatis* (Plut. *De mul. vir.* 248e), la valentía de las lusitanas que, según Apiano (*Ib.* 74), luchaban junto a los hombres sin proferir ni un grito en las refriegas, o la gallardía de las brácaras en el manejo de la espada (Livy 28.29), implican a muchas mujeres en el conflicto por razones patrióticas, de género, de defensa de su grupo, etc. (Martínez López, 1986, 1990). Mencionábamos antes a las reinas guerreras célticas como Boudica, que asumen el mando cuando faltan sus esposos y su propia integridad y la de sus familias se ve amenazada (vd. Hammersen, 2017: 87-91, con referencias). ¿Por qué no pensar que las relaciones de género en estos pueblos pudieron tener expresiones diferentes y propias, entre ellas que la contribución de las mujeres a la defensa de su comunidad no fuese algo extraño? La cuestión abre perspectivas de gran interés, que no nos es posible desarrollar en este trabajo, entre ellas la necesidad de comprobar si también en situaciones menos extremas los roles femeninos eran equiparables.

Tal vez lo más conocido y mejor admitido por la historiografía clásica, dado su papel patriótico, sean las colaboradoras. Sin transgredir su rol de género, la guerra les permitió situarse en el plano público como integrantes de la comunidad política y obtener reconocimiento y privilegios. Rituales propiciatorios, cantos en favor de la guerra, celebraciones por las victorias obtenidas o donaciones de su riqueza relacionan a las mujeres con la actividad militar. Busa, la rica noble de Apulia que proporcionó a los romanos trigo, vestidos y alimentos tras la derrota en Cannas (Livy 22.52.7), o las matronas romanas que dieron su dinero y atavíos tras la toma de Veyes (Livy 5.25.8-10) o la invasión de los galos (Livy 5.50.7) fueron condecoradas y obtuvieron privilegios por parte del Senado (Cid López, 2017). También las mujeres que vivieron en los campamentos, como han puesto de relieve las tablillas de Vindolanda, colaboraron en su funcionamiento y mantuvieron redes de mujeres y una cotidianidad pacífica en un contexto militar (Greene, 2013; 2016). Pero la colaboración más cotidiana es la de las madres que transmiten a sus hijos los valores patrióticos y su defensa, si es necesario, mediante la guerra, actitud que alcanza su máxima expresión en época imperial romana. La presencia de Agripina la Mayor junto a Germánico durante las campañas en el Rin la convirtió en una heroína para el pueblo romano y el ejército, un antecedente de las *Matres Castrorum* que serán mucho después Faustina la Menor – acompañante de Marco Aurelio en sus campañas (Boatwright, 2003) – y Julia Domna (Conesa, 2019). La iconografía de Agripina (vd. Wood, 2001: Cap. 5) nunca muestra su faceta de esposa inseparable del militar ni la asocia a motivos castrenses, se acentúa su función social esencial como matrona noble, exaltada como madre en las acuñaciones de su hijo Calígula (*RIC* I 42, 45, 102-103, etc.). Por el contrario, las emperatrices citadas se muestran en las monedas (fig. 4) si no como auténticas militares, sí sacrificando ante los estandartes legionarios (Faustina: *RIC* III 1711-1712; Julia Domna: *RIC* IV 567, 568, 860, etc.). Pero la

función ejercida por estas matronas imperiales respecto a la guerra resulta ser en el fondo la tradicional: madres de ciudadanos-guerreros y transmisoras de los valores establecidos. En estos casos, el rol se extiende a toda la comunidad romana, de la que se nutre el ejército. En épocas de inestabilidad militar y conflictos sucesorios, como el final de la dinastía antonina y el inicio de la severiana, asociar al ejército a las responsables de la continuidad dinástica refuerza la autoridad de la familia imperial y atribuye a la "madre común" una función protectora de amplio alcance, reforzada por su ejercicio sacerdotal que contribuye a asegurar la benevolencia de los dioses sobre la comunidad (sobre las maternidades ficticias de carácter colectivo, Hemelrijk, 2012). Sin duda, los subtextos de género de la actividad guerrera son más complejos de lo que el método clasificatorio ateniense y romano podría sugerir.



Fig. 4 - Las *Matres Castrorum*. Faustina la Menor en un sestercio de 176-180 d.C. (*RIC* III, 1712) y Julia Domna en un sestercio de 196-209 d.C. (*RIC* IV, 860) (The Trustees of the British Museum, bajo licencia CC BY-NC-SA 4.0).

3. MUJERES MEDIADORAS Y HACEDORAS DE PAZ. FORMAS DE OCUPAR EL ESPACIO PÚBLICO

Muchos comportamientos cotidianos de las mujeres constituían prácticas reguladoras de conflictos – la paz doméstica, dicen los romanos (Val. Max. 3.6; vd. Muñoz Muñoz, 1998) –, y muchas de sus actitudes favorecían situaciones de paz. Sobre esta base, el discurso de género que la vinculaba con las mujeres construyó un potente relato, donde las representantes de cierto ideal femenino – reales y de ficción – ocuparon el espacio público para frenar la guerra y defender la paz. Ello parece de un atrevimiento contradictorio, cuando la decisión sobre estos asuntos correspondía a la comunidad política masculina. Sin embargo la caracterización femenina de la paz convertía a las mujeres en uno de los mejores recursos para pensarla y explicarla.

Un primer ejemplo tiene que ver con el impacto y las graves consecuencias de las Guerras del Peloponeso, que suscitaron en la sociedad ateniense un fuerte debate en torno a la paz (Prandi, 1985), debate que Aristófanes llevó al teatro convirtiendo a las mujeres en protagonistas. ¿Por qué el autor las hace intervenir en un asunto considerado propio de varones? ¿Cómo argumentaron la necesidad de la paz? ¿Qué estrategias urdieron para conseguirla? El apasionado discurso de Lisístrata, Praxágora y las demás mujeres de las comedias de Aristófanes tiene un hilo conductor. La guerra les arranca a sus hijos y esposos, dejando sin sentido su contribución principal, según filósofos y políticos, al funcionamiento del Estado, su auténtica razón de ser como ciudadanas, que se ven obligadas a defender: proteger a su prole y procurar la perpetuidad de la comunidad. La guerra creaba tal conflicto, que volvía aceptable y justificable que las mujeres opinasen sobre la paz y la guerra y que lo hiciesen, además, en el espacio público donde se dirimen estos asuntos, y del que ellas estaban excluidas. Para eso tienen que entrar en el debate público, esgrimir sus argumentos y trazar sus estrategias, con su discurso y con sus medios, desde su posición de ciudadanas sin derechos, entrelazándose dos ámbitos que formalmente estaban separados. En *Lisístrata*, la Corifeo lo expresa de este modo: "Aunque mujer, permitid que proponga un remedio para vuestros males, pues al darle a mis hijos, también pago mi contribución al Estado." (Ar. *Lys.* 650). La propia Lisístrata señala con claridad la contradicción entre los intereses de las mujeres y del Estado en el siguiente comentario: "Nosotras tenemos parte doble: primero parimos los hijos y luego los entregamos al ejército." (Ar. *Lys.* 590). También lo manifiesta Praxágora, la protagonista de la *Asamblea de las Mujeres*, al afirmar: "Siendo madres serán las primeras en tratar de salvar a los soldados." (Ar. *Eccl.* 230-240). Todas son madres o pueden llegar a serlo; todas sufren por causa de la guerra. A todas se les crea la misma contradicción entre el correcto desarrollo de sus funciones como reproductoras y las decisiones adoptadas por su comunidad política, de modo que anteponen sus intereses comunes como género, por encima de las diferencias políticas. No podemos perder de vista que no son voces femeninas "de primera mano" y que la intención de Aristófanes es paródica, planteando situaciones de intervención pública femenina inconcebibles en la vida real. Sin embargo el autor reproduce la (según él, ridícula) opinión que un hombre de su época atribuía a las mujeres respecto a la guerra, que a todos y todas afectaba, y la presenta como algo totalmente contrapuesto a la versión masculina. Fuese esa o no su intención, consigue recrear los estereotipos de género vigentes.

El segundo ejemplo corresponde ya a Roma, donde algunas manifestaciones de mujeres en el Foro se vinculan con la negación de la guerra y la defensa de la paz, en este caso para proteger sus intereses. Un ejemplo excepcional, tanto por su rareza como por estar protagonizado por mujeres, es el que brindan las matronas romanas que protestaron ante el Senado para que no las gravasen con impuestos con los que financiar la guerra civil. A su frente, una matrona, Hortensia, pronuncia uno de los primeros discursos públicos de una mujer sustentados en la conciencia de identidad y de los fundamentos específicos de su ciudadanía como mujeres. La defensa de sus privilegios afectados por la guerra aparece bien argumentada y clarividente:

> "¿Por qué hemos de pagar impuestos si no participamos en los cargos, honores, puestos militares, ni, en una palabra, en el gobierno por el cual lucháis con tan funestos resultados? Decís: "porque es tiempo de guerra". Y ¿cuándo no ha habido guerras? ¿Cuándo han sido gravadas las mujeres, cuyo sexo las coloca aparte de todos los hombres?" (App. *B Civ*. 4.32.4).

En otro horizonte, cabe destacar la mediación femenina en los conflictos armados, figurando esta actuación como agentes de mediación y artífices de paz ya en las leyendas fundacionales del Estado romano. Estas nos permiten realizar reflexiones sobre cómo y por qué se relaciona lo femenino y las

mujeres con situaciones de paz y de regulación de conflictos (Martínez López, 2000). En el que se produce entre Roma y el pueblo de los Sabinos son las propias Sabinas, raptadas primero y ya esposas y madres de romanos, las que con su acción de mediación impiden el enfrentamiento. Ciertamente es un episodio que admite diferentes lecturas, entre ellas cómo la supervivencia del conquistado, en este caso las mujeres secuestradas, pasa por asumir e incluso propagar los valores del conquistador. Sorprende la escasez de imágenes de un episodio crucial para la constitución del pueblo romano. Aún más, la escasa iconografía antigua del episodio incide en el momento del rapto, tal como lo muestran los denarios del 89 a.C. de *L. Titurius Sabinus* (*RRC* 344/1a), en los que dos soldados se llevan por la fuerza a dos mujeres que se resisten braceando (fig. 5). Podemos añadir un relieve en el friso de la Basílica Emilia (h. 54 a.C.; sobre la controversia acerca de su fecha, Cavalieri, 2000: 465 n. 2, con bibliografía anterior), y un sarcófago del s. II conservado en el Cornell Fine Arts Museum de Orlando (Florida, EE. UU.) (White, 2014). Se trata de una cruda demostración de fuerza y dominio sobre la mujer del enemigo reservada a los conquistados (vd. Dougherty, 1998: 269 ss.), que probablemente no resultaba adecuado asociar con las propias raíces. El romano ejerce sobre sus mujeres una forma de control podríamos decir "civilizado", mediante normas legales y preceptos morales acerca del comportamiento femenino, y el destino oficial de las Sabinas es un matrimonio legal del que, desde la óptica romana, ellas serían las primeras beneficiadas. En cuanto al episodio de Coriolano (Dion. Hal. *Ant. Rom.* 8.44-53; Livy 2.40), el patricio romano que se rebela contra su ciudad aliándose con un pueblo enemigo, el papel de la madre y la esposa como mediadoras para detener la guerra es, si cabe, más crucial porque se trata de evitar no ya un enfrentamiento esperable entre vecinos rivales, sino una ruptura desde dentro del modelo de convivencia, algo así como un conflicto doméstico a escala ampliada.



Fig. 5 - El rapto de las Sabinas en un denario de *L. Titurius Sabinus*, 89 a.C. (*RRC* 344.1c) (The Trustees of the British Museum, bajo licencia CC BY-NC-SA 4.0).

En estos casos de mediación en un enfrentamiento militar, las mujeres intervienen desde su misión como ciudadanas, es decir como madres y esposas, con un fin patriótico: el de restablecer el orden social amenazado por el conflicto bélico. Se sienten con autoridad, y se les permite con reticencias, para entrar en la esfera pública cuando el conflicto de intereses es evidente y los mecanismos de regulación, por su naturaleza, significan una lucha entre grupos familiares o cívicos. Son capaces de actuar de manera conjunta y organizada como grupo, hasta el punto de que Livio (2.40.3, sobre el episodio de Coriolano; 34.8.1-2 sobre las protestas femeninas contra la Ley Oppia, una situación

similar a la que provocó la intervención de Hortensia) utiliza para referirse a sus acciones de protesta un término de connotaciones militares, *agmen*, referido a una columna que marcha en formación (vd. Cid López, 2017). Podría decirse que la intervención femenina da la vuelta al sentido de esa actuación militar, empleándola en favor de la paz.

4. CUERPOS EN COMBATE. MUJERES COMO VÍCTIMAS DE LA GUERRA

Sin participar formalmente en el ejército, las mujeres de la Antigüedad padecieron las guerras cada una desde su posición: como parte de los pueblos conquistados y derrotados, pero también entre los vencedores. El destino de las derrotadas tuvo una marca peculiar: la violencia que sufrieron sus cuerpos. Estos forman parte del combate y del botín, de la recompensa individual a cada soldado. El rapto de mujeres, para procrear o para ser objeto de explotación sexual, fue una práctica habitual en las sociedades antiguas y la violación siempre acompañó a la guerra (vd. Ashmore, 2015), ya que es además un modo de humillar al enemigo, de ejercer el dominio sobre lo más íntimo y personal. Se añade a la represión y muerte de las mujeres por su propio pueblo antes de que caigan en manos enemigas, la venta como esclavas y para la prostitución, etc. Esta conciencia se expresaba de forma elocuente en la tragedia *Las Troyanas*, un alegato contra el horror de la guerra sufrido por las mujeres, en este caso las troyanas capturadas por los aqueos, que veían morir a sus hijos y sufrían en sí mismas violaciones y esclavitud lejos de su tierra. Se vislumbra también en el temor expresado por la mujer de Mandonio en Hispania cuando pretende proteger a las jóvenes de sus familias ante Escipión (Livy 26.49.12-16).



Fig. 6 - Mujeres dacias huyendo con sus familias. Escena 76 de la Columna Trajana, 113 d.C., Foro de Trajano en Roma (http://www.trajans-column.org/?page_id=276).

La iconografía antigua no disimula estas escenas violentas. La cerámica griega muestra a Casandra agarrada al pie del Paladio, intentando protegerse infructuosamente del asalto de Ulises. La escena, reproducida en la pintura romana (Casa de Menandro en Pompeya), marca en cierto modo la pauta del modo en que en lo sucesivo va a representarse la indefensión de la vencida ante el soldado enemigo: la agresividad del atacante, la actitud de súplica, la semidesnudez que alude a la probable violencia sexual. La iconografía oficial de la victoria romana repite de forma recurrente el modelo, con pocos matices. Las imágenes de las víctimas de la batalla proliferan sobre todo a partir de época imperial. En la Columna Trajana (vd. Dillon, 2006) encontramos a las mujeres junto a niños y ancianos, huyendo del campo de batalla para refugiarse en el campamento romano (escena 39) o lejos de la ciudad conquistada (escena 76) (fig. 6), incluso con ciertas "consideraciones protocolarias" cuando se trata de mujeres de la élite gobernante dacia acompañadas por el propio emperador (escena 30). No hay violencia explícita en estas escenas, más allá del propio hecho de la huida y el exilio. Por el contrario, las escenas en la Columna de Marco Aurelio resultan especialmente duras. Frente a la iconografía trajanea, que podríamos describir como "trato humanitario a las vencidas" permitiéndoles una retirada digna junto con sus familiares, la Columna Aureliana acentúa los recursos dramáticos al retratar a las mujeres en medio del campo de batalla con gestos de terror y súplica, actitudes de huida desesperada, niños bruscamente separados de sus madres (fig. 7). Los cabellos y ropas desordenados, desnudando parcialmente a las víctimas que intentan evitarlo, acentúan su imagen de indefensión al aludir con probabilidad a agresiones sexuales y a su futuro como esclavas (Ramsby, Severy-Hoven, 2007: 56 ss.). La aparente diferencia de trato a las mujeres por parte de las tropas romanas en una y otra guerra es evidentemente fruto del diferente mensaje propagandístico a transmitir por los respectivos monumentos, siendo poco probable que responda a la práctica real en cada una de las dos guerras (Dillon, 2006: 258-260).



Fig. 7 - Mujer huyendo con su hijo de un soldado romano, escena 20 de la Columna de Marco Aurelio, 176-192 d.C., Plaza Colonna de Roma (a partir de www.livius.org).

Una vez concluido el combate, la suerte de la derrotada no es mejor y aparece reflejada con la misma crudeza en la iconografía oficial romana. Es cierto que la Columna Trajana presenta una imagen benévola de los conquistadores romanos, que acogen como refugiadas a las mujeres que huyen de la batalla y permiten integrarse como ciudadanas a las que aceptan la nueva situación (escenas 86, 91). Sin embargo la imagen más insistente es la de la prisionera: en actitud de total abatimiento al pie de una palmera o de un trofeo militar, sola o más frecuentemente acompañada, bien por un prisionero varón en pie o sentado al otro lado del elemento central, o por el general triunfante y amenazador. También aquí se emplea el recurso de la (semi)desnudez de la vencida, con idéntico significado: la barbarie de los pueblos conquistados, ajenos a los códigos morales expresados en la vestimenta romana; la vulnerabilidad de la mujer y la alusión a su destino como esclava, objeto de violencia sexual (Ramsby, Severy-Hoven, 2007: 48, 57). Es cierto que en ocasiones su compañero muestra una imagen similar de indefensión, desarmado, maniatado e incluso desnudo, como en un mosaico de Tipasa (Neira Jiménez, 2004: 880, Figs. 1-2). Sin embargo no es raro que la imagen del prisionero bárbaro, en pie e incluso con expresión desafiante, exprese más la dignidad de un poderoso enemigo vencido – engrandeciendo la propia victoria romana – que su humillación. En el caso de las mujeres, incluso cuando se muestran erguidas, esa cuestión ni siquiera se plantea. Así lo vemos en las acuñaciones conmemorativas de conquistas (fig. 8) (vd. Hammersen, 2017: 257-260): monedas de César de la conquista de Galia (*RRC* 468/2), las de *Iudaea Capta* de Vespasiano y Tito (*RIC* II 1-4, 159, 163-168, 233-235, etc.); la *Germania Capta* de Domiciano (*RIC* II 274, 325-326, 330-331, etc.), la Dacia conquistada (*RIC* II 216-223) y la *Parthia Capta* de Trajano (*RIC* II 324-325). El modelo es el mismo para las alegorías provinciales y las prisioneras humanas, apareciendo en monumentos públicos y objetos privados desde época augustea, en la que se fechan los relieves del templo de Apolo Sosiano o la Gema Augusta, en adelante. En ese templo, como en un relieve del Museo Nazionale Romano, la escena muestra a la pareja de cautivos, hombre y mujer, exhibidos sobre unas andas durante la procesión triunfal (imágenes en La Rocca, Tortorella, 2008: n.º 1.2.3 y 1.2.16). El tema presenta una larga vigencia en la iconografía oficial del triunfo (vd. Östenberg, 2009: Cap. 3), hasta el punto de emplearse todavía en el arco de Constantino, aunque este conmemora una victoria "interna" y no una conquista (Souza, 2011: 55 ss.).



Fig. 8 - Las provincias conquistadas representadas como mujeres prisioneras en las acuñaciones imperiales: Galia, denario de César del 46-45 a.C. (*RRC* 468.2); Judea, sestercio de Vespasiano, 71 d.C. (*RIC* II.1, 233); Germania, áureo de Domiciano, 95-96 d.C. (*RIC* II.1, 781); Partia, áureo de Trajano, 112-117 d.C. (*RIC* II.2, 328) (The Trustees of the British Museum, bajo licencia CC BY-NC-SA 4.0).

La feminización de las provincias conquistadas va más allá de la literalidad de las mujeres víctimas. Arranca del arte oficial augusteo y en opinión de Ramsby y Severy-Hoven (2007: 47, 53 ss.), forma parte del mismo argumentario que pretende la vuelta a las tradiciones en el ámbito ciudadano y familiar: la mujer-esposa hogareña sometida a la potestad de su marido, la mujer-provincia sometida a su conquistador en un mundo "domesticado" en cualquiera de los sentidos del término (en la misma línea, Dougherty, 1998: 270-271). El dominio masculino queda asegurado por la posesión y el control sobre la mujer, literales o metafóricos. Es cierto que si la provincia conquistada ha sido "pacificada" e "integrada" más o menos completamente, adopta una iconografía honorable, como las matronas rodeadas de símbolos de abundancia en diversas amonedaciones imperiales (Méthy, 1992), y algunas de las personificaciones en el *Hadrianeum* de Roma (vd. Juhász, 2015). Pero en plena exaltación de la conquista reciente, la imagen es casi invariablemente la que acabamos de describir.

Pero el sufrimiento de las mujeres no se limitó a las vencidas. También las de los vencedores pudieron ser víctimas de la guerra. En una perspectiva interseccional, eran las mujeres de las capas más humildes quienes la padecían de forma singular. Al perder a sus familiares quedan viudas, huérfanas; muchas empobrecidas. Esa masa de mujeres pobres que pululaban por Roma la formaban, en parte, víctimas de las guerras que pasaban a la prostitución como forma de sustento. Además la vida de cualquier mujer, sin distinción de rango social, podía verse afectada por la guerra en tanto mermaba o contravenía su mundo de afectos y referencias emocionales con la muerte de sus hijos, padres o maridos. Pero su dolor podía ser reprimido, incluso con la muerte, si era contrario al ideal patriótico o familiar. Recordemos la muerte de Horacia a manos de su hermano por llorar la muerte de un enemigo, uno de los Curiacios que era su prometido (Livy 1.26), o la intervención de los magistrados para alejar a las matronas de los espacios públicos donde lamentaban la pérdida de sus familiares tras la derrota de Trasimeno:

> "El dolor por las pérdidas y las manifestaciones externas hacen que los magistrados intenten acabar con el alboroto y el miedo, para lo cual apartan a las matronas de los espacios públicos y las llevan a sus casas obligándolas a permanecer dentro" (Livy 22.55.6-2).

Hay marcas visibles y otras invisibles que quedan en los cuerpos y la memoria de las mujeres: la experiencia del dolor de una guerra que ellas no eligieron, los muertos, el miedo, la soledad, las violencias sexuales, las violencias corporales, el desarraigo, la asunción de responsabilidades antes desconocidas, los desplazamientos. Pero la conversión de lo vivido en relato histórico no depende de su valor intrínseco como tal experiencia única e irrepetible, sino de criterios culturales y políticos sobre qué es lo que tiene legitimidad para permanecer y qué debe constituirse en objeto de interés y de estudio para la historia (Llona, 2009). Muchas limitaciones para reconocer la violencia ejercida contra las mujeres tienen que ver con su falta de visibilidad en las fuentes, escritas o visuales, al relacionarse con la intimidad y vida personal. Pero en ellas también hay que ver la cultura patriarcal que no reconoce diferencias por razón de género y uniformiza el tratamiento de las víctimas desde la experiencia masculina, invisibilizando a las mujeres que sufrieron otras formas de violencia en la guerra.

5. BENEFICIARIAS DE LA GUERRA

Nos referimos por último a los beneficios de la guerra para algunas mujeres, las de los vencedores-conquistadores, que podían beneficiarse del imperialismo – ateniense o romano – mediante la redistribución de la riqueza obtenida por los varones de su núcleo familiar, mejorando así su nivel de vida. Pero la guerra también alteraba las relaciones entre mujeres y hombres en el seno de la familia

y, con ello, las formas de control ejercido sobre estas. El caso de las mujeres de las élites de Roma en el periodo republicano es paradigmático. Aunque sometidas a tutela, la distancia de maridos y padres impidió ejercerla con la misma severidad que en su presencia. Además, la muerte en la guerra de sus parientes masculinos aumentaba sus posibilidades de heredar, atesorando así enormes fortunas. La mayor presencia de mujeres en el espacio público, con acciones de matronazgo arquitectónico en muchas ciudades de Italia en el siglo I a.C., es sintomática de esa mayor riqueza, autonomía y capacidad de intervenir en espacios antes negados (Martínez et al., 2019). También aquellas que colaboraron en alguna medida al éxito de su patria, como ya hemos señalado, lograron honores y privilegios públicos, que las prestigiaron y distinguieron en su proyección social.

Estas aproximaciones metodológicas sobre la vinculación de las mujeres con las guerras desde diversas ópticas señalan la necesidad de incorporar la perspectiva de género, tanto en los discursos sobre la guerra y la paz como sobre las prácticas que los sustentan, ya sea en el campo puramente militar o en el social. Los roles de género tradicionales del hombre, ciudadano, soldado, triunfador frente a la mujer, ciudadana, madre, garante de una paz fructífera, se trasladan a la propaganda oficial y se visualizan en una imagen de madre protectora, bien sobrenatural como diosa armada y triunfal o bien terrena, en la función cívica de madre de ciudadanos-soldados que afecta incluso a las emperatrices romanas. De igual modo, resalta la importancia de contemplar la diversidad entre las mujeres y su distinta experiencia ante la guerra según la clase o su posición entre los que conquistan o entre los conquistados. En el bando conquistador, el romano en el caso que hemos analizado más de cerca, se fomenta la imagen descrita y se silencia, también visualmente, el sufrimiento que la guerra genera en las mujeres propias. En cuanto a la conquistada, solo puede asociarse a una imagen de derrota, generalmente mostrada en toda su crudeza. Finalmente, no se trata de ver la presencia de las mujeres en la guerra, ni siquiera cuando aparecen con un rol activo en la misma, como una inversión de lo femenino y lo masculino, sino como modelos de género y culturales diferentes a los hegemónicos.

Referencias Bibliográficas

Amorós Puente, C. (2014): La mujer, ¿instigadora de guerras?, in F. Quesada Sanz (eds.), *Mujeres en guerra: cuerpos, territorios y anexiones*. Madrid: 15-33.

Ashmore, M. (2015): *Rape culture in ancient Rome*. Classic Honors Papers 3. New London (Connecticut). Accesible *online*: http://digitalcommons.conncoll.edu/classicshp/3 (descargado 11-8-2020).

Beltrán Lloris, F. (2017): Acerca del concepto de romanización, in T. Tortosa; S. F. Ramallo Asensio (eds.), *El tiempo final de los santuarios ibéricos en los procesos de impacto y consolidación del mundo romano* (Murcia, 2015). Anejos de Archivo Español de Arqueología 79. Madrid: 17-26.

Boatwright, M. (2003): Faustina the Younger: "*Mater Castrorum*", in R. Frei-Stolba; A. Bielman; O. Bianchi (eds.), *Les femmes antiques entre sphère privée et sphère publique* (Lausanne-Neuchâtel, 2000-2002). Berna: 249-268.

Cavalieri, M. (2000): La basilica in Italia: decorazione scultorea e sue valenze politico-culturali. *Athenaeum* 88,2: 465-476.

Chaves Tristán, F.; Marín Ceballos, Mª (2004): Las cabezas galeadas en la amonedación hispana, in M. Caccamo Caltabiano; D. Castrizio; M. Pugliesi (eds.), *La tradizione iconica come fonte storica. Il ruolo della Numismatica negli studi di iconografia* (Messina, 2003). Reggio Calabria: 351-384.

Cid López, R. (2017): Las matronas y los *agmina mulierum* en la Roma antigua: Del matriotismo a la protesta, in C. Martínez López; P. Ubric Rabaneda (eds.), *Cartografías de género en las ciudades antiguas* (Granada, 2016). Granada: 207-232.

Conesa Navarro, P. (2019): Faustina la Menor y Julia Domna como *Matres Castrorum*: Dos mujeres al servicio de la propaganda imperial de las dinastías Antonina y Severa. *Lucentum* 38: 281-299.

Dillon, S. (2006): Women on the columns of Trajan and Marcus Aurelius and the visual language of Roman victory, in S. Dillon; K. Welch (eds.), *Representations of war in ancient Rome*. Cambridge: 534-588.

Dougherty, C. (1998): Sowing the seeds of violence: rape, women and the land, in M. Wyke (eds.), *Parchments of gender: deciphering the bodies of Antiquity*. Oxford: 267-284.

Epstein, C. (2014): The postcolonial perspective: An introduction. *International Theory* 6,2: 294-311.

FABRE-SERRIS, J.; KEITH, A. (eds.) (2015): *Women and war in Antiquity*. Baltimore.

GARCÍA AMUTXASTEGI, I. (2009): Las figuras femeninas en *Púnica* de Silio Itálico: El caso de Sofonisba y de Asbite. *Arenal* 16,2: 331-351.

GARDNER, A. (2013): Thinking about Roman Imperialism: Postcolonialism, Globalisation and Beyond? *Britannia* 44: 1-25.

GREENE, E. (2013): Female Networks in Military Communities in the Roman West: A View from the Vindolanda Tablets, in E. HEMELRIJK; G. WOOLF (eds.), *Women and the Roman City in the Latin West*. Mnemosyne, Supplements 360. Leiden: 369-390.

GREENE, E. (2016): Identities and Social Roles of Women in Military Communities of the Roman West, in S. BUDIN; J. TURFA (eds.), *Women in Antiquity: Real Women across the Ancient World*. London: 942-953.

HALLETT, J. (2015): Fulvia: The representation of an elite Roman woman warrior, in J. FABRE-SERRIS; A. KEITH (eds.), *Women and war in Antiquity*. Baltimore: 247-263.

HAMMERSEN, L. (2017): *Indigenous women in Gaul, Britannia, Germania an celtic Hispania, 400 BC – AD 235*. Tesis doctoral, Universidad de Bangor (Gales, R.U.). Accesible *online*: http://e.bangor.ac.uk/9865/1/Hammersen%20PhD%202017.pdf (descargado 8-10-2019).

HEMELRIJK, E. (2012): Fictive motherhood and female authority in Roman cities. *Eugesta* 2: 201-220. Publicación online: https://eugesta-revue.univ-lille.fr/numeros/numero-2-2012/ (consultado 12-8-2020).

JUHÁSZ, L. (2015): The iconography of the Roman provinces personifications and their role in the imperial propaganda. *Dissertationes Archaeologicae* 3,3: 301-308.

LA ROCCA, E.; TORTORELLA, S. (dir.) (2008): *Trionfi Romani. Catalogo della Mostra* (Roma, 2008). Milano.

LOMAN, P. (2004): No Woman No War: Women's Participation in Ancient Greek Warfare. *Greece & Rome* 51,1: 34-54.

LLONA GONZÁLEZ, M. (2009): Memoria histórica y feminismo. *Jornadas Feministas* (Granada, 2009). Accesible *online*: http://www.feministas.org/IMG/pdf/Llona-memoria-feminismo.pdf (consultado 30-7-2020).

LÓPEZ CASADO, R. (2015): Fulvia, corazón de cónsul, in P. HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ (eds.), *Amor y sexualidad en la Historia* (Salamanca, 2014). Temas y Perspectivas de la Historia 4. Salamanca: 117-135.

LORAUX, N. (1991): ¿Qué es una diosa?, in G. DUBY; M. PERROT (dir.), *Historia de las mujeres. I. La Antigüedad*. Madrid: 29-69.

MAGALLÓN PORTOLÉS, C. (1993): Hombres y mujeres: el sistema sexo-género y sus implicaciones para la paz. *Mientras Tanto* 54: 61-76.

MARTÍNEZ LÓPEZ, C. (1986): Las mujeres en la Península Ibérica durante la conquista cartaginesa y romana, in E. GARRIDO GONZÁLEZ (eds.), *La mujer en el mundo antiguo* (Madrid, 1985). Madrid: 387-396.

MARTÍNEZ LÓPEZ, C. (1990): Las mujeres en la conquista y romanización de Hispania meridional. *Florentia Iliberritana* 1: 245-255.

MARTÍNEZ LÓPEZ, C. (1998): Eirene y Pax: Conceptualización y prácticas pacíficas femeninas en las sociedades antiguas. *Arenal* 5,2: 238-261.

MARTÍNEZ LÓPEZ, C. (2000): Las mujeres y la paz en la historia: Aportaciones desde el mundo antiguo, in F. MUÑOZ MUÑOZ; M. LÓPEZ MARTÍNEZ (eds.), *Historia de la paz: Tiempos, espacios y actores*. Granada: 225-290.

MARTÍNEZ LÓPEZ, C.; GALLEGO FRANCO, H.; MIRÓN PÉREZ, M.ª D.; ORIA SEGURA, M. (2019): *Constructoras de ciudad: Mujeres y arquitectura en el occidente romano*. Granada.

MCGOWEN, S. L. (2010): *Sacred and civic stone monuments of the Northwest Roman provinces*. BAR International Series 2109. Oxford.

MÉTHY, N. (1992): La représentation des provinces dans le monnayage romain de l'époque impériale (70-235 ap. J.C.). *Numismatica e Antichità Classiche – Quaderni Ticinesi* 21: 267-293.

MIRÓN PÉREZ, Mª D.; MARTÍNEZ LÓPEZ, C. (2000): La Paz desde la perspectiva de los estudios de género: una aportación fundamental para construir un mundo más igualitario, justo y pacífico, in J. RODRÍGUEZ ALCÁZAR (eds.), *Cultivar la paz: perspectivas desde la Universidad de Granada*. Granada: 125-132.

MIRÓN PÉREZ, Mª D. (dir.); MARTÍNEZ LÓPEZ, C.; DÍEZ JORGE, Mª E.; SÁNCHEZ ROMERO, M.; MARTÍN CASARES, A. (2002): *Las mujeres y la paz: génesis y evolución de conceptualizaciones, símbolos y prácticas*. Madrid.

MOLONEY, E.; WILLIAMS, M. (eds.) (2017): *Peace and Reconciliation in the Classical World*. Londres.

MUÑOZ MUÑOZ, F. (1998): La pax romana, in F. MUÑOZ MUÑOZ; B. MOLINA RUEDA (eds.), *Cosmovisiones de paz en el Mediterráneo antiguo y medieval*. Granada: 191-228.

MUÑOZ MUÑOZ, F. (2001): *La paz imperfecta*. Granada.

MUÑOZ MUÑOZ, F.; DÍEZ JORGE, E. (1999): *Pax orbis terrarum*: La imagen de la pax en las monedas romanas. *Florentia Iliberritana* 10: 211-250.

MUÑOZ MUÑOZ, F.; MARTÍNEZ LÓPEZ, C. (2012): Los *habitus* de la paz imperfecta, in F. MUÑOZ MUÑOZ; J. BOLAÑOS CARMONA (eds.), *Los habitus de la paz: teorías y prácticas de la paz imperfecta*. Granada: 37-64.

MUÑOZ MUÑOZ, F.; MARTÍNEZ LÓPEZ, C.; JIMÉNEZ ARENAS, J. (2013): Los conflictos y la paz como motores de la historia, in A. JIMÉNEZ; J. LOZANO; F. SÁNCHEZ-MONTES; M. BIRRIEL (eds.), *Construyendo historia: estudios en torno a Juan Luis Castellano*. Granada: 595-605.

MUÑOZ MUÑOZ, F.; RODRÍGUEZ ALCÁZAR, J. (1997): Horizontes de la investigación sobre la paz, in Mª J. CANO PÉREZ; F. MUÑOZ MUÑOZ (eds.), *Hacia un Mediterráneo pacífico*. Granada: 59-75.

NEIRA JIMÉNEZ, Mª L. (2004): La imagen del "otro": representaciones de "bárbaros" en la musivaria romana, in M. KHANOUSSI; P. RUGGERI; C. VISMARA (eds.), *L'Africa Romana XV. Ai confini dell'Impero: contatti, scambi, conflitti* (Tozeur, 2002). Roma: 877-894.

Östenberg, I. (2009): *Staging the World: Spoils, captives and representations in the Roman triumphal procession*. Oxford.

Pogăciaş, A. (2017): The Dacian society - Fierce Warriors and their women: Sources and representations. *Hiperboreea Journal* 4,1: 5-22.

Prandi, L. (1985): Il dibattito sulla pace durante la guerra del Peloponneso, in M. Sordi (eds.), *La pace nel mondo antico.* Milán: 69-85.

Raaflaub, K. (2007). *War and Peace in the Ancient World*. Malden.

Ramsby, T.; Severy-Hoven, B. (2007): Gender, sex and the domestication of the Empire in art of the Augustan age. *Arethusa* 40,1: 43-71.

Sebillotte-Cuchet, V. (2015): The Warrior Queens of Caria, in J. Fabre-Serris; A. Keith (eds.), *Women and war in Antiquity*. Baltimore: 228-246.

Sebillotte-Cuchet, V. (2008): Hérodote et Artémisia d'Halicarnasse: Deux métis face à l'ordre des genres athénien. *Clio. Femmes, Genre, Histoire* 27: 15-33.

Sharrok, A. (2015): Warrior women in Roman epic, in J. Fabre-Serris; A. Keith (eds.), *Women and war in Antiquity*. Baltimore: 157-178.

Souza, Ph. de (2011): War, slavery and empire in Roman imperial iconography. *Bulletin of the Institute of Classical Studies* 54,1: 31-62.

Terrenato, N. (2005): The deceptive archetype: Roman colonialism and post-colonial thought, in H. Hurst; S. Owen (eds.), *Ancient Colonizations. Analogy, Similarity and Difference*. London: 59-72.

Vermeule, C. (1974): *The goddess Roma in the art of the Roman Empire*. Boston (2ª ed.).

Webster, J.; Cooper, N. (eds.) (1996) : *Roman Imperialism: Post-colonial Perpectives*. Leicester.

White, F. (2014): Marble provenance investigation of the Roman Sabine sarcophagus. *Open Journal of Archaeometry* 2,2: 119-123.

Wood, S. (2001): *Imperial women: A study in public images, 40 BC – AD 68*. Leiden.

LAS HISPANAS Y ROMA: LA OPOSICIÓN DE LAS MUJERES A LA CONQUISTA ROMANA (206-45 A.C.). UNA REVISIÓN

Rosalía Hernández García
Universidad Complutense de Madrid
rohernan@ucm.es
https://orcid.org/0000-0002-1091-5920

RESUMEN: La mujer, relegada por la historiografía tradicional al hogar y abanderada de la paz y la conciliación familiar, no tiene cabida en el sector guerrero, ámbito exclusivo del varón. Sin embargo, las nuevas investigaciones y los nuevos enfoques en numerosas disciplinas históricas están dando lugar al planteamiento de temas inviables hace unas décadas.

Un ejemplo de ello son las fuentes literarias grecolatinas, objetivo de esta ponencia, las cuáles nos resaltan a unas hispanas defendiéndose con armas y prefiriendo la muerte antes que la esclavitud, tanto de ellas como de sus hijos. La aparente contradicción de estas visiones nos plantea la necesidad de la puesta en valor de aquellas fuentes literarias con el objetivo de definir, más claramente, no solo el papel de la mujer dentro del ámbito guerrero (el enfrentamiento armado y trabajos secundarios) sino su importancia dentro de la sociedad a la que pertenecía en aspectos como la conservación y transmisión de la educación guerrera de su propia comunidad, elementos imprescindibles para definir una sociedad desbordada ante la presión militar romana acaecida durante el periodo del 206 al 45 a.C. en la Península Ibérica.

Palabras clave: Mujer; Hispania prerromana; Conquista romana; Guerra.

ABSTRACT: According to historiography, women were consigned to the household and championed peace and family union, thus having no place in warfare, a context which was exclusive to males. Nevertheless, new research and new approaches in many historical disciplines are enabling the discussion of certain topics which were unthinkable a few decades ago.

Among these, there is the case of Graeco-Latin literary sources, the main subject of this communication, which highlight 'hispanas' defending themselves with weapons and choosing death over slavery either for themselves or their children. What seems as a contradiction between these two perspectives poses the need to vindicate said literary sources in order to define more clearly not only the role of women in warfare – armed confrontations and secondary jobs – but also their importance within their society regarding the conservation and passing-down of the warrior education from their community, which was essential in defining a society overflown by Roman military pressure from 206 to 45 BC in the Iberian Peninsula.

Keywords: Women; Pre-Roman Hispania; Roman conquest; War.

1. INTRODUCCIÓN: QUÉ SABEMOS DEL SECTOR FEMENINO

Parecen quedar lejos aquellos estudios historiográficos en los cuales el sector femenino era el eterno "sujeto silente". La historiografía moderna se conformó con el modelo femenino resaltado en las fuentes literarias grecolatinas, basado en el denominado patriarcado romano, por el cual la mujer quedaba relegada al interior del hogar, sin ningún papel relevante, excepto el de ser madre y con ello, dar ciudadanos al Estado.

Este patrón repetido a lo largo de toda la historiografía comienza a cuestionarse a finales del s. XIX cuando surgen estudios muy concretos que resaltan a aquellas figuras femeninas más relevantes de la Historia. Los estudios de este periodo se centran en dar a conocer los sentimientos, la sexualidad y el mundo privado de estas mujeres, con el principal objetivo de darle al sector femenino no solo un lugar en la historia sino una historia propia (Schmitt, 1991: 553).

Posteriormente, la investigación se centra en la relación entre lo masculino y lo femenino, resaltándose la producción, los bienes, los dones, los gestos rituales, la muerte y la vestimenta, entre otras, lo que permitió precisar la división de los roles sexuales y la organización de los espacios en función de ellos. Es en estos momentos cuando se revisan todas las fuentes literarias existentes: mitos, historia, poesía, narraciones, tratados médicos y filosóficos… (Schmitt, 1991: 554). De la misma manera se comienza a descubrir que las mujeres, inmersas en un modelo patriarcal, son representadas como "las otras" frente a los varones; es decir, está muy presente el concepto de alteridad, de modo que la mujer se imagina diferente y por oposición a los rasgos que definen al *aner* griego, o el *vir* romano. Esta oposición implica una relación desigual, ya que el discurso masculino es hegemónico y define a la vez el papel social de las mujeres, siempre en desventaja en privilegios, derechos y deberes. En este sentido, las mujeres, como protagonistas de los hechos históricos, son auténticos sujetos subalternos en las representaciones culturales y en la realidad cotidiana. Han sido imaginadas desde la otredad y la desigualdad con los varones; tal situación se inscribe en un modelo social, patriarcal, defendido por normas legales, y legitimado por discursos masculinos, en cuya elaboración es determinante el papel de los mitos y la religión (Cid López, 2015: 40-41). La excesiva oposición masculino/femenino nos lleva al siguiente paso de la investigación donde el objetivo primordial es la introducción del estudio sobre las mujeres en el marco de la historia global y el comienzo de creación de un armazón conceptual teórico (Schmitt, 1991: 555).

Aunque la investigación de la Península Ibérica no ha ido al mismo ritmo que en el resto de Europa y América, la evolución de los trabajos relacionados con el sector femenino también ha tenido un avance más que notable, caracterizado por las diferencias entre la "zona ibérica" y el resto de la Península, la relevancia de los hallazgos arqueológicos del momento (como las denominadas "damas", la localización de armas dentro de tumbas femeninas o el hallazgo de numerosísimos exvotos femeninos…) y la investigación de las fuentes literarias, la cual ha oscilado entre la aceptación automática o la total negación de la información que de ellas tenemos. Gracias a esta serie de trabajos de las últimas décadas, hoy conocemos mejor la realidad de las mujeres de la Antigüedad y podemos percibir igualmente cómo se construyó la noción de lo femenino y su relación con lo masculino (Cid López, 2015: 40-41).

A día de hoy, los actuales enfoques en la investigación nos permiten hacernos nuevas preguntas sobre el mundo femenino, como la que forma parte del objeto de nuestra ponencia: las mujeres ¿formaron parte del ámbito guerrero o este fue exclusivamente masculino, como se ha defendido hasta el momento? En esta breve exposición, intentaremos dar respuesta a esta pregunta centrándonos en el ámbito hispano durante el periodo de conquista romana (218-19 a.C.) y teniendo como fuente principal a las más que controvertidas fuentes literarias.

2. LAS FUENTES GRECOLATINAS: ¿QUÉ NOS DICEN DE MUJER Y GUERRA?

Tal y como muestran los escritos antiguos, la guerra en la Antigüedad era un mundo de hombres en el que la participación activa de las mujeres se presentaba esporádicamente y bajo circunstancias muy concretas: el avituallamiento y acompañamiento de tropas; cómo meras espectadoras y/o víctimas directas del conflicto armado. Algunos estudios respecto al mundo griego[1] ya pusieron de relieve el papel destacado de las mujeres en situaciones de extrema emergencia, principalmente cuando el enemigo se encontraba ante las puertas de la ciudad o dentro de ella, las mujeres son mostradas como colaboradoras necesarias para la defensa de la *polis*; sin embargo, sería su cautiverio el tema más extensamente tratado como motivo literario, junto con episodios de raptos y las consecuentes vejaciones (Oller Guzmán, 2017: 164).

No obstante, tenemos textos, los menos, que nos hablan de mujeres que intervienen activamente en la guerra y se mezclan en asuntos de Estado. Algunas de ellas incluso son descritas como tan o más buenas guerreras o estrategas que sus congéneres masculinos y por esta razón podemos suponer que debieron de despertar admiración y temor por partes iguales. Los textos más relevantes que destacan la cuestión de la mujer guerrera, de forma general, son tres: El *Tractatus anonymus de Mulieribus*[2], las *Virtudes de las Mujeres*[3] de Plutarco y las *Estratagemas*[4] de Polieno el Macedonio, donde mujeres, tanto griegas como bárbaras, son destacadas junto con sus acciones. Aunque los ejemplos de participación de la mujer en conflictos armados en la Antigüedad son pocos y esporádicos, no hay duda de que estos fueron considerados dignos de recuerdo y por esa razón recopilados en tratados monográficos. Es posible incluso que hubiera una literatura más abundante sobre las virtudes y las acciones memorables de las mujeres que la que nos ha llegado, como parecen sugerir las coincidencias en algunos episodios de la obra de Polieno, Plutarco y la obra anónima antes mencionada (Oller Guzmán, 2017: 172).

Como hemos podido ver, la cuestión de la mujer y la guerra se planteaba en las fuentes literarias mucho antes de que *Iberia* comenzara a aparecer en los escritos de los autores grecolatinos con mayor intensidad, hecho que no se dará hasta la segunda Guerra Púnica (218-202 a.C.)[5]. Cuando la conquista culmine con la costosa campaña de los pueblos del norte, la ya provincia romana denominada Hispania, desaparecerá de las fuentes, las cuales derivarán su relato a otros puntos del Imperio. Por tanto, nos encontramos exclusivamente con una narración cuyo eje principal es el elemento bélico, a priori, de gran interés para la búsqueda del tema que aquí nos interesa, la implicación del sector femenino en el conflicto armado; sin embargo, la información que autores como Polibio, Posidonio, Artemidoro o

---

1 Uno de los estudios clásicos a tener en cuenta es el de (Schaps, 1982).

2 Obra anónima (siglos II-I a.C.) que recopila 14 relatos sobre reina y princesas, tanto griegas como bárbaras. Para una consulta más exhaustiva sobre la misma consultar (Gera, 1997).

3 Tratado moral de Plutarco (46-135 d.C.).

4 El objetivo de esta recopilación de, casi un millar de pasajes históricos o pseudo-históricos, era de servir de instrucción a los emperadores Marco Aurelio y Lucio Vero, corregentes en el año 162 d. C. y sus comandantes militares en lo referente a la guerra a través de una presentación exhaustiva de ejemplos, protagonizados, en su mayoría por hombres, aunque también algunas mujeres son protagonistas de diversos enfrentamientos con el enemigo, al que logran vencer. Aunque el autor destaca que estas están obligadas por las circunstancias, no deja de resultar llamativo que acaben formando parte de una obra dedicada, en exclusiva, a la guerra. (Oller Guzmán, 2017: 165-66).

5 Anteriormente a este periodo conocemos algunas menciones de lugares geográficos, en numerosas ocasiones relacionados con templos o santuarios, que parecen corresponder a marcadores para marineros y comerciantes que aludían a lugares peligrosos, la proximidad de puertos o puntos clave de rutas comerciales. Estos espacios, en su mayoría, consagrados a los dioses, nos son desconocidos en las fuentes hasta la llegada de los griegos, quienes nos dejan constancia de su existencia en las fuentes literarias bajo la *interpretatio graeca*. Así pues, muchos de los enclaves con denominación griega o latina que se nos han transmitido en las fuentes literarias fueron originariamente conocidos por colonos o navegantes de origen fenicio (Marín Ceballos, 2010: 498).

Asclepíades recogieron de la península, y que posteriormente utilizarían Estrabón, Tito Livio, Plinio el Viejo o Apiano en sus obras respectivas tienen el objetivo principal de generar una literatura al servicio del poder y la propaganda romana (Sánchez-Moreno, Domínguez Monedero, Gómez Pantoja, 2008: 19-50) justificando así la conquista de los territorios ibéricos y reforzando el estereotipo de civilización/barbarie. De esta forma, informaciones como la precariedad de recursos; el entorno natural remoto, poco accesible y de gran dureza; la escasa presencia de leyes y derecho; la indisciplina y belicosidad, el comportamiento regido por las necesidades físicas más perentorias y el instinto animal de libertad y supervivencia, dejan de ser la descripción de estos pueblos para convertirse en elementos que justifican la acción de conquista romana[6] (Gallego Franco, 1999: 56).

La escasa presencia femenina en las fuentes literarias se caracteriza por la definición "ideal" tanto de la mujer romana como de la "bárbara" o local, habitualmente contrapuestas. Cuando se alude a la mujer romana se hace bajo el prisma del ideal femenino grecolatino, basado en la dependencia del *pater familias*, sin embargo, la visión cambia radicalmente cuando se menciona a la mujer indígena, la cual pasará a ser un elemento más del discurso barbarizante que caracteriza a las fuentes clásicas[7]. En Hispania, los autores clásicos muestran a las mujeres de las sociedades locales con una gran importancia en la economía de la comunidad, realizando trabajos relacionados con la agricultura, la minería y/o la actividad artesanal (Strab. *Geog.* 3.4.17; 3.2.9 y 3.3.7); como guardianas de la memoria histórica y las tradiciones guerreras (Sall. *Hist.* 2.92) o tomando parte en los enfrentamientos bélicos (Ps. Frontin. *Str.* 4.7.33; Polyaenus *Strat.* 7.48; Plut. *De mul. vir.* 248e; App. *Iber.* 73-75; Strab. *Geog.* 3.4.17) y en las consecuencias de los mismos como rehenes o prisioneras (Strab. *Geog*. 3.4.17; Polyaenus *Strat.* 7.48; App. *Iber.* 45.73.75; Val. Max. 9.2.4). Por tanto, de forma general, podemos decir que los datos relativos a la "mujer bárbara" no solo son escasos sino que aparecen cuando sus acciones chocan con el ideal de lo que tenía que ser una mujer en la familia y la sociedad romana; aunque también es tomado como ejemplo en lo que se ha denominado el "buen salvaje", por el cual, los escritores latinos, toman el comportamiento de las mujeres locales como contraste de los valores morales tradicionales romanos, o como pretexto para exaltar las virtudes romanas y la clemencia del conquistador (Gallego Franco, 1999: 57).

La escasa información que tenemos sobre las hispanas en las fuentes literarias greco-romanas podría contrarrestarse con la información propia de cada comunidad local, sin embargo, nada sabemos de las sociedades hispanas contemporáneas al enfrentamiento bélico con cartagineses y romanos por su propia mano. En la mayoría de las ocasiones, excepto algunos textos en lengua ibérica, todavía en fase de estudio[8], estamos ante sociedades ágrafas.

Por tanto, el acercamiento a las fuentes literarias, llenas de elementos externos y cuyo objetivo principal es el de servir como justificación de las acciones romanas, tiene que realizarse con extrema precaución; lejos, por tanto, de la descripción fidedigna de los pueblos locales y, mucho menos, de la descripción de la vida y modos femeninos. Aun así, son una de las fuentes principales para conocer a la mujer y su implicación en los enfrentamientos bélicos surgidos en la Península Ibérica entre el 218 y el 19 a.C.

---

6 Estrabón así lo expresa cuando describe a los pueblos locales de Iberia: 3.2.15. Aunque no será el único momento en el que se para a destacar estas características: 3.3.5-7; 3.3.8; 3.4; 3.5; 3.13-17.

7 Algunos de los estudios más relevantes donde se analiza detenidamente la visión de la mujer bárbara en las fuentes hispanas son (Gallego Franco, 1999; González Santana, 2010).

8 Al ya clásico trabajo de (Olmos Romera, 2000: 575), habría que añadirle los últimos avances recogidos (Velaza Frías, 2006; Moncunill Martí 2018) en los cuáles se muestran algunas conclusiones sobre las últimas investigaciones en torno a las inscripciones donde aparece nomenclatura femenina.

3. LA OPOSICIÓN DE LAS MUJERES A LA CONQUISTA ROMANA

Cuando hablamos sobre la relevancia o no de la mujer en el mundo de la guerra en la Antigüedad, casi de forma inconsciente, nos vamos a aquellos episodios que relatan el propio enfrentamiento bélico. De esta manera, omitimos numerosas acciones de gran relevancia dentro del ámbito guerrero más allá de la propia batalla. La diplomacia, antesala y consecuencia de los propios enfrentamientos armados; los "trabajos secundarios" que ayudan a que el enfrentamiento armado se lleve a cabo y dan apoyo cuando este está aconteciendo, y las consecuencias del mismo, donde la esclavitud y el suicidio copan numerosas alusiones de mujeres, son elementos que hay que tener en cuenta cuando buscamos al sector femenino dentro del ámbito guerrero.

3.1. LA DIPLOMACIA: ANTESALA Y CONSECUENCIA DE LOS PROPIOS ENFRENTAMIENTOS ARMADOS.

Dentro del ámbito diplomático, la toma de rehenes constituye un recurso ampliamente difundido en la Antigüedad; concretamente en el entorno del *ius belli romano*, la aportación de rehenes constituye una cláusula importante en la parte dispositiva de los acuerdos junto con la entrega de armas, la instalación de guarniciones y la imposición de cargas económicas (García Riaza, 1997: 81).

El medio indígena hispano parece que tiene asimilado sin problemas este sistema de entrega de rehenes en sus relaciones con Roma, quizás no solo como consecuencia de una imposición itálica, sino por posible subsistencia en Iberia de una institución análoga anterior (García Riaza, 1997: 82). Tal y como nos muestran las propias fuentes grecolatinas, esta práctica fue ampliamente utilizada, y tuvo su periodo más intenso, durante la intervención militar cartaginesa en la Península, anteriormente a la llegada de Roma. Por tanto, no nos puede extrañar que, dentro de los grupos de rehenes, encontremos tanto a mujeres como a niños como garantía de fidelidad. Estos fueron utilizados como prenda de observación de "tratados internacionales" una vez producida la entrada en vigor de estos pactos asimétricos, ya que tan solo una de las partes interesadas aportaba al acuerdo el aval de sus ciudadanos, en este caso, las poblaciones locales (García Riaza, 1997: 84). Mujeres e hijos de individuos de "alta cuna" son los elegidos para ser "garantía" del cumplimiento de un pacto, tras el cual regresarían a sus hogares. Estos deben de ser tratados acorde a su condición de rehenes, siendo fundamental el mantenimiento de la integridad física (García Riaza, 1997: 85).

Sin embargo, aunque la presencia femenina como rehenes en estos pactos no es algo extraño en el proceder romano, en las menciones que tenemos respecto a Iberia se da la circunstancia de que ninguno de los responsables de la liberación había sido el destinatario inicial de los rehenes; es decir, los romanos son los que se encargan de hacer la devolución de los rehenes que habían solicitado anteriormente los cartagineses. Esta situación no invalida el papel inicial de los rehenes, ya que la devolución de los mismos fue el resultado de la firma de acuerdos de cooperación militar de las poblaciones locales con Roma donde la vuelta de los rehenes a sus respectivas comunidades de origen era la condición principal. Los autores nos resaltan cómo son los propios líderes locales quienes se personan delante de la autoridad romana para reclamar a sus esposas e hijos, ofreciendo a cambio de su liberación su colaboración con Roma, así como fuerzas militares y oro. Edecón, rey edetano, pacta la devolución de su mujer y sus hijos[9], Indíbil, rey de los ilergetes y Mandonio, rey de los ausetanos, hacen lo propio por sus mujeres

[9] "Edecón, rey de los edecanes, quien, así que supo de la caída de Cartagena y que Escipión retenía a su mujer y a sus hijos, calculó al punto que los íberos cambiarían de bando y resolvió convertirse en adalid de aquel movimiento: confiaba mucho en que así recuperaría a los suyos y que daría la impresión de que había abrazado a la causa romana por principios y no por necesidad [...] Poco después de que las fuerzas romanas hubieran sido enviadas al campamento de invierno se presentó en Tarragona con un cortejo de parientes y amigos [...] Por eso pedía que le fueran restituidos hijos y esposa, y poder volver a casa con el título de amigo, para demostrar al máximo posible un motivo razonable de su adhesión a Publio Cornelio en persona y a la causa romana" (Polyb. 10.34) y "Escipión, ya predispuesto a ello y que había pensado, más o menos, lo mismo que le había dicho a Edecón, le devolvió la mujer y los hijos, y le confirmó su amistad" (Polyb. 10.35.1).

e hijas[10], al igual que Alucio, denominado *prínceps celtiberorum*, pacta la liberación de su prometida[11] a cambio de la incorporación de este a las filas romanas con mil cuatrocientos jinetes (García Riaza, 1997: 86-87).

La relevancia del sector femenino no se encuentra únicamente en su presencia; en algunos de los relatos que conservamos son ellas mismas las que piden audiencia a la autoridad romana y se dirigen a ellos pidiendo que se respeten los derechos que, como rehenes, y por tanto, por su alto "status social", les corresponden; así la mujer de más edad, esposa de Mandonio, se dirige a Escipión pidiéndole "que exigiera a los guardias más celo en el cuidado y atención a las mujeres" y asegurara la honra de las más jóvenes. Peticiones que el general romano no tiene inconveniente en atender: "[…] las confió a un hombre de probada integridad mandándole que las cuidara con no menos respeto y atención que si fueran las esposas y madres de los acogidos en hospitalidad", después de destacar su "valía y dignidad, que ni siquiera en la desgracia habías olvidado de lo que es honroso para una señora y para una madre" (Livy 26.49.11-16).

En todo momento, los textos latinos se preocupan de resaltar la idea de *humanitas*. El mismo Escipión nos dice que, "siguiendo los principios del pueblo romano que son los míos propios, yo procedería de manera que no fuera violado entre nosotros lo que en cualquier lugar se tenga por sagrado", destacando de esta manera que los cartagineses no cumplían los acuerdos relativos a la petición de

[10] "Mientras tanto, de entremedio de la muchedumbre de rehenes una mujer de edad, esposa de Mandonio, que era hermano de Indíbil, el reyezuelo de los ilergetes se postró llorando a los pies del general y comenzó a suplicarle con juramentos que exigiera a los guardias más celo en el cuidado y atención a las mujeres. Asegurándole Escipión sin reservas que de nada les iba a faltar a ellas, replicó la mujer: "Esas comodidades no nos importan mucho, pues ¿qué cosa no es ya bastante en la presente desventura? Otra preocupación me mortifica cuando miro la edad que tienen estas, pues la verdad, yo ya no corro riesgo de una afrenta de las que puedo sufrir como mujer". Alrededor de ella estaban, resplandecientes de juventud y hermosura, las hijas de Indíbil y otras de igual alcurnia, todas las cuales la honraban como a una madre. Y en esto Escipión le dice: "Siguiendo los principios del pueblo romano que son los míos propios, yo procedería de manera que no fuera violado entre nosotros lo que en cualquier lugar se tenga por sagrado; pero ahora, el que me preocupe con más celo de esto lo logra también vuestra valía y dignidad, que ni siguiera en la desgracia habías olvidado de lo que es honroso para una señora y para una madre". Y luego las confió a un hombre de probada integridad mandándole que las cuidara con no menos respeto y atención que si fueran las esposas y madres de los acogidos en hospitalidad" Livy (26.49.11-16).

[11] "Luego, los soldados le conducen a su presencia una prisionera, una joven doncella de tan extraordinaria hermosura que por donde quiera que pasaba atraía las miradas de todos. Escipión, preguntándole por su país y sus progenitores, entre otras cosas se enteró de que es la prometida de un príncipe de los celtíberos, cuyo nombre era Alucio. Así pues, de inmediato llamados de su país los padres y el novio, como mientras tanto oyera decir que éste andaba perdidamente enamorado de su prometida, tan pronto llegó, se dirige a él en términos más estudiados que a los padres: "como jóvenes que somos, te voy a hablar de hombre a hombre, para que en nuestra conversación existan menos recelos. Cuando tu novia, capturada por mis soldados, fue conducida a mi presencia, me enteré de que la quieres con toda tu alma y su belleza da fe de ello; más, puesto que yo mismo, si me fuera permitido disfrutar del placer de la juventud, sobre todo dentro de un amor limpio y lícito, y los asuntos del estado no acapararan mi atención, querría que, a mí, de estar tan enamorado de mi novia, se me concediera esta gracia, he decidido favorecer este amor tuyo que puedo proteger. Tu novia ha sido tratada a mi lado con el mismo respeto que en casa de tus suegros, sus padres; te la hemos guardado para que se te pueda conceder un don inmaculado y digno de ti y de mí. Por este regalo voy a estipular esta única condición: que seas amigo del pueblo romano y, si tú crees que soy un hombre honesto tal como ya de tiempo atrás estos pueblos sabían que eran mi padre y mi tío, que reconozcas que en la ciudadanía romana hay muchos hombres semejantes a nosotros, y que se puede afirmar que hoy día no hay ningún pueblo en la tierra al que menos te gustaría tener como enemigo tuyo y de tu patria, y cuya amistad apetezcas más". El joven, inundado de turbación y de alegría, estrechándole la mano, invocaba a los dioses todos para que correspondieran por él en su agradecimiento a Escipión, puesto que él era incapaz de hacerlo en proporción a sus sentimientos y al favor que de éste había recibido; después fueron convocados los padres y parientes de la doncella, los cuales, como habían llevado una cantidad bastante grande de oro para redimirla, ya que la muchacha había sido devuelta sin rescate, comenzaron a rogar a Escipión que les aceptara ese oro como regalo afirmando que para ellos esta aceptación no sería un motivo de gratitud menor que la entrega de la doncella sin haber sido deshonrada. Escipión, ya que lo pedían con tanto ahínco, prometiendo que lo iba a aceptar, ordenó que fuera colocado ante sus pies y, convocado Alucio a su presencia, le dijo "Además de la dote que tendrás que recibir de tu suegro, se te añadirán de mi parte estos regalos de boda". Y le invitó a que recogiera el oro y se quedara con él. Exultante por estos regalos y honores, fue despedido hacia su tierra, colmando los oídos de sus conciudadanos con las merecidas alabanzas de Escipión, pues afirmaba había llegado un joven semejante a los dioses, que vencía a todas las cosas tanto con las armas como con su benevolencia y sus favores. Y de esta manera, tras realizar una leva entre sus súbditos, con mil cuatrocientos jinetes que escogió, volvió junto a Escipión a los pocos días." (Livy 26.50).

rehenes, no así los romanos, símbolo de civilización. Siempre que se hace alusión a la toma de rehenes femeninos e infantiles, el sujeto que hace la petición es "el otro"[12].

En todo momento, nos encontramos con un objetivo muy claro en la exposición de los hechos por parte de las fuentes greco-latinas: ellos, tomando las palabras del mismo Escipión, "siguiendo los principios del pueblo romano" reconocen y ponen en práctica la petición de rehenes, pero tienen extremo cuidado en cumplir con la obligación de tratarlos como les corresponde a los individuos (sean del sexo que sean, aunque especialmente si son mujeres) de tal alto "status social". Difícil es verificar si, finalmente, ese trato fue el real o solo las palabras que los autores clásicos quisieron adjudicar a los garantes del poder romano en la Península.

3.2. MUJERES EN ARMAS: LAS HISPANAS CONTRA ROMA

A pesar de la visión que la historiografía tradicional nos ha mostrado, contamos con fragmentos en las fuentes literarias que resaltan la presencia de las mujeres portando armas en los enfrentamientos armados que narran las fuentes literarias greco-romanas. En Hispania, el enfrentamiento con los cartagineses primero y contra los romanos posteriormente, nos ha dejado diversas referencias a estas "mujeres guerreras", que, aunque resaltadas en las fuentes como símbolo de barbarie, son de enorme relevancia cuando estudiamos aspectos relacionados con los enfrentamientos armados que tuvieron lugar en la Península Ibérica. De hecho, las fuentes literarias pro-romanas no solo resaltan el proceder de las mujeres cuando se enfrentan a las fuerzas romanas, sino que también se hacen eco de aquellos episodios sucedidos anteriormente, pasando a formar parte de la descripción de estos pueblos "bárbaros". La presencia de Aníbal[13] en Iberia, a finales del siglo III a.C., nos ha dejado uno de los episodios más antiguos de la implicación femenina en el enfrentamiento bélico: su expedición contra la ciudad de *Salmantica*[14]. Serán Plutarco[15] y Polieno[16] quienes rescaten este episodio en sus obras relatando cómo

---

12 Esta lectura del uso de intercambio de rehenes como marcador de Cartagineses = barbarie/Roma = civilización destacando la "perfidia" púnica como *topos* propagandístico es uno más de los numerosos ejemplos de la utilización de la retórica romana. Para más información sobre este tema consultar la obra de (Heftner, 2007).

13 En algunas de las fuentes que conservamos, existen alusiones a la presencia de amazonas en Hispania. La noticia que más destaca entre las conservadas hasta el momento hace alusión a una amazona, que acompañaba a Aníbal en los enfrentamientos con los pueblos hispanos. En el poema de Silio Itálico, denominado *Púnica*, encontramos la descripción de esta intrépida guerrera llamada Asbite [para un mayor conocimiento de esta figura femenina consultar (García Amutxastegi, 2009)], definida por Silio con las características de las tradicionales amazonas escitias (Mayor, 2017: 376). A pesar de ser considerada "personaje de ficción" de la trama de Silio, parece que nos encontramos, de nuevo, ante la interpretación de los autores clásicos, en clave de moral, de la tradición romana y las consecuencias nefastas que trae a la mujer el incumplimiento de las normas sociales. Asbite, por tanto, entra a formar parte del modelo de mujer extranjera, seductora y guerrera, opuesta a la tradicional matrona romana. Asbite, por tanto, aunque no hispana, forma parte de la misma visión de extranjera que, a diferencia de las mujeres romanas, destacan por estar presente en los episodios insertos dentro de las acciones bélicas. Por su comportamiento, caracterizado como culturalmente distinto o no civilizado, estas mujeres se oponen a la romana tradicional, dejando bien patente de este modo el antagonismo que establece la épica no sólo entre el hombre y la mujer, sino también entre los romanos y los extranjeros.

14 Para más información sobre este episodio consultar (Fernández Chicarro, 1954).

15 "Aníbal, el hijo de Barca, antes de hacer su expedición contra los romanos, atacó en España una gran ciudad: Salmántica. […]. Las mujeres, al considerar que los enemigos iban a registrar a cada uno de los hombres que salía, pero que a ellas no las tocarían, cogieron espadas, las escondieron y salieron al mismo tiempo que sus maridos […]. En este momento las mujeres llamaron a sus hombres, les entregaron las espadas y algunas, incluso, atacaron por sí mismas a los guardianes. También una arrebató la espada a Banón, el intérprete, y lo golpeó, pero por suerte para él llevaba puesta la coraza. De los demás, a unos los derribaron los hombres, pusieron en fuga a otros y se abrieron salida junto con sus mujeres" (Plut., *De mul*. virt. 248e).

16 "When Hannibal was besieging Salmatis, a great and wealthy city in Spain, he agreed with the inhabitants to raise the siege, on payment of three hundred talents of silver, and the delivery of three hundred hostages. The inhabitants of Salmatis afterwards refused to carry out the terms of their agreement. As a result, Hannibal detached a body of troops to plunder the town. The barbarians then begged him for permission to leave the city with their wives, and only the clothes which they wore; they promised to leave behind their slaves, weapons, and other belongings. The women according marched out with their husbands, each carrying a dagger concealed in her bosom. The soldiers immediately entered the town, and started plundering it. Then the women gave the daggers to their husbands, who re-entered the city and attacked the plunderers, while some of the women accompanied them with drawn swords. They captured some of the enemy, and drove the rest out of the city. Out of respect for the bravery of the women, Hannibal restored to them their hostages, their country, and their property" (Polyaenus, *Strat*. 7.48). Texto localizado en http://www.attalus.org/translate/polyaenus7.html [consultado el 03/06/2020].

las salmantinas lograron sacar las armas de la ciudad, sitiada por el ejército de Aníbal, escondidas en sus ropas, enfrentarse junto con sus maridos a la fuerza cartaginesa y salir victoriosas de tal situación. Polieno hace hincapié en esto último cuando destaca "por respeto a la valentía de las mujeres, Aníbal les restauró los rehenes, su ciudad y sus propiedades".

Ya con la presencia romana en la Península, será Apiano el encargado de destacar aquellos episodios donde las mujeres toman parte activa en el enfrentamiento contra la fuerza militar romana. Ejemplo de ello es el extracto donde nos relata la expedición que realizó Décimo Junio Bruto (180-113 a.C.) contra los brácaros[17], resaltando que el "pueblo es enormemente belicoso y combaten juntamente con sus mujeres, que llevan armas y mueren con ardor". En otro lugar de la narración, el autor griego hace alusión a la presencia de "mujeres que combatirían al lado de los hombres que acompañaban a Viriato", otorgándoles a estas féminas gran valor (App. *Iber.* 71).

Aunque escasas, estas referencias[18] nos indican que existe una relación entre el sector femenino y la actividad militar en la Península, al menos en estos momentos, aunque en nada tenga que ver con una instrucción militar previa; *a priori*, estas mujeres no llevarían a cabo tareas guerreras de forma cotidiana, aunque se incorporasen en la lucha activa en momentos de extrema necesidad. Además, la introducción de estos grupos femeninos da más fuerza, dramatismo y tensión al relato que, junto con que son episodios resaltados de forma aislada y en momentos de crisis aguda, son un aporte más para que los autores greco-romanos expliquen a sus lectores el estado de barbarie en el que se encontraban estos pueblos y la consiguiente necesidad de "civilizarlos".

3.3. "Trabajos secundarios": la presencia femenina en la trastienda del enfrentamiento armado

Tal y como hemos visto, aunque escasas, tenemos menciones de la presencia femenina no solo en los enfrentamientos armados, sino en los denominados trabajos secundarios de defensa, lo que podríamos denominar un trabajo militar no cualificado. Un ejemplo de ello es el relato de Tito Livio donde narra cómo las mujeres suministraban proyectiles a los combatientes y les acercaban piedras a los que trabajaban en la fortificación ante el ataque romano a su población, *Iliturgis*, en el 206 a.C. (Livy 28.19).

Aunque en Hispania las fuentes solo relatan este episodio, parece más que probable que las mujeres podrían haberse encargado de todo lo necesario tanto para la preparación de la batalla como el suministro de aquellos elementos imprescindibles durante la misma, etc., ya que encontramos otros episodios similares en otras zonas del Mediterráneo[19]: la utilización de toda la población, tal y como nos destaca Polieno en su obra, es la táctica empleada durante el asedio de Esparta en el 272 a.C. cuando la hija del rey, *Arquidamia*, coordinó a las mujeres para cavar trincheras, proveer de armas a los soldados

[17] "Sexto Junio Bruto […] hizo una expedición contra los brácaros, […]. Es éste un pueblo enormemente belicoso que combate juntamente con sus mujeres que llevan armas y mueren con ardor sin que ninguno de ellos haga gesto de huir, ni muestre su espalda, ni deje escapar un grito. De las mujeres que son capturadas, unas se dan muerte a sí mismas y otras, incluso, dan muerte a sus hijos con sus propias manos, alegres con la muerte más que con la esclavitud…" (App. *Iber*. 72), Apiano comete un error en su relato, adscribiendo la acción a Sexto Junio Bruto y no a Décimo Junio Bruto, por ello la diferencia de nomenclatura entre ambas alusiones.

[18] Por supuesto, estas menciones en nada tiene que ver con la creencia posterior de autores como Adolf Schulten, en su obra *Hispania* de 1920, quien hace alusión a la existencia de amazonismo en Galicia o las referencias de Julio Caro Baroja, en su obra *Los pueblos del norte de la Península Ibérica* de 1943, a la existencia de viejas costumbres, sobre todo en la provincia de León que podrían corresponderse con un matriarcado extremo, siendo las alusiones del autor Estrabón (Strab. 4.4.17-18), el origen de estas premisas. Las últimas investigaciones apoyan la idea de que esta situación es más un debate historiográfico que una realidad, y nos indican que ni siquiera podemos hablar de la existencia de un matriarcado atenuado, teniendo, por tanto, que desechar la idea de la existencia de mujeres guerreras con un dominio político y social del pueblo donde vivían.

[19] Para una profundización de otras actuaciones parecidas dentro de la literatura griega resaltamos (Loraux, 1985; Schaps, 1982; Loman, 2004).

y afilar lanzas (Livy 28.19). Con todo ello, parece que tanto griegos como romanos aprobarían que las mujeres y madres defendieran fieramente sus hogares y familias en circunstancias desesperadas, incluso si tal comportamiento iba en contra de la verdadera naturaleza de las féminas (Mayor, 2017: 263)[20].

Otra forma en que las mujeres aparecen apoyando la acción bélica de los guerreros es a través de sus palabras. Cada día parece más clara la importante función del sector femenino en la educación y la transmisión de la tradición (muy probablemente a través de relatos épicos y míticos) dentro de sus propias comunidades, también en los momentos de enfrentamiento bélico. Así nos lo hace saber Salustio cuando resalta que las mujeres son las encargadas de dar brío a los ánimos de los guerreros recordando las hazañas bélicas de los antepasados o incluso dando ejemplo de cómo le era propio vivir a un celtíbero. (Sall. *Hist.* 2.92).

3.4. CONSECUENCIAS DEL ENFRENTAMIENTO ARMADO: LA ESCLAVITUD Y EL SUICIDIO COMO PARADIGMA FEMENINO

Como no podía ser de otra manera, las mujeres, junto con el resto de la población, sufrirían las consecuencias directas de la derrota frente a la potencia romana. Es en este momento cuando el sector femenino tiene un mayor protagonismo en las fuentes.

El resultado más habitual ante la derrota era el convertirse en prisioneros de guerra. Diversos autores antiguos hacen referencia a esta actividad en sus obras, aunque de nuevo será Apiano el que resalte esta actividad en relación con el sector femenino cuando habla del asedio y la toma de Colenda[21], en el siglo I a.C., por parte del cónsul romano Tito Didio. Una vez capturada la población, esta era vendida al mejor postor; imaginamos que los beneficios de dicha venta eran más que rentables. En el caso de las mujeres, parece que eran adquiridas, principalmente, por familias romanas como esclavas domésticas (Alvar Ezquerra, 2000: 378), los autores resaltan la figura del ama de cría y el ama seca, así como a aquellas mujeres que ayudaban a peinarse y vestirse a las mujeres de la casa, toda ellas muy queridas en el ámbito familiar (Alfaro Giner, 2010: 18), aunque obviamente tendrían que pasar años para que las esclavas domésticas adquiridas fruto de la conquista de un territorio tuvieran ese estatus dentro de la *domus*, suponemos que, en un primer momento, ocuparían otros puestos menos relevantes dentro de los numerosos trabajos que hay que realizar dentro de la casa romana. Otro porcentaje de las mismas pasaría al mundo de la prostitución, principalmente acompañando al ejército[22] (Martínez López, 1990: 250).

---

[20] A modo de curiosidad, destacamos aquí el pragmático tratado bélico chino titulado "El libro de Lord Shang (ca. 390 a.C.)" recomendaba a los comandantes dividir a la población en tres batallones de ambos sexos para defender una ciudad. Los hombres y mujeres más débiles y ancianos podrían ocuparse del abastecimiento de comida y víveres para el vecindario y el ejército; las mujeres fuertes y capaces debían construir trampas y obstáculos con estacas, cavar trincheras, defender las fortalezas y ejecutar las estrategias de tierra quemada; los hombres fuertes, por último, habrían de servir en primera línea (Mayor, 2017: 399-400). Parece que la presencia de las mujeres durante el enfrentamiento bélico es un recurso utilizado en todas las culturas antiguas.

[21] [Toma de la ciudad de Colenda por los romanos] "Tras asediar a Colenda la tomó en el noveno mes después de haberse entregado ella misma y a los de Colenda con sus hijos y mujeres los vendió como esclavos". (App. *Iber*. 99).

[22] [Escipión es mandado a Numancia] "Tras su llegada, expulsó a todos los mercaderes, prostitutas, adivinos y sacrificadores" (App. *Iber*. 85); "[Guerra de Numancia] Además se suprimieron las prostitutas, los servidores y los bagajes, salvo los imprescindibles. [...] Una vez que por este procedimiento la tropa volvió a la disciplina, se entabló el combate [...]" (Flor. 1.34.10).
"Fue en aquella ocasión cuando unos soldados romanos muy jóvenes encontraron a una muchacha en la flor de la edad que, en belleza, superaba a las demás mujeres. Sabían que Publio Cornelio era mujeriego, y fueron a su encuentro con la joven diciéndole que se la entregaban. Él se sorprendió; admirado de aquella beldad, les dijo que de ser soldado raso, no hubiera habido regalo que hubiera aceptado más complacido. Sin embargo, él era el general, y no había obsequio que pudiera aceptar menos. Con ello dio a entender – al menos a mí me lo parece – que estas cosas proporcionan a los jóvenes un gusto y un pasatiempo alguna vez, a saber, en tiempos de ocio y de relajación; en cambio, en épocas de acción son un gran obstáculo tanto corporal como espiritual para los que las llevan a cabo. A sus soldados les dijo que les quedaba agradecido; mandó llamar al padre de la joven y se la entregó con la recomendación de que la casara con el conciudadano que le pareciera bien. Con tal mesura y continencia, se ganó la estima de sus subordinados" (Polyb. 10.19.3-7).

La seguridad que tenía la población ante el destino que les esperaba una vez asimilados por la potencia romana provocó que surgieran numerosos episodios de resistencia. La población local intentaba evadir, a cualquier precio, convertirse en esclavos romanos; de esta manera, las fuentes nos relatan cómo el suicidio comenzó a convertirse en la única salida (Alvar Ezquerra, 2000: 368). Diodoro es un ejemplo claro de ello cuando nos resalta que "la mayor parte de los prisioneros bárbaros, mientras marchaban por los caminos, unos se suicidaban, otros se daban muerte entre sí, pues no soportaban el ultraje derivado de la esclavitud" (Diod. Sic. 34-35.4).

En estos episodios referentes a Hispania, mujeres y niños toman todo el protagonismo de la escena con consecuencias dramáticas: el empleo de armas o la ingesta de veneno comienza a convertirse en un habitual para librarse de la esclavitud. Diversos autores hacen referencia a estos episodios: Estrabón nos relata que "unas madres dieron muerte a sus hijos antes de que fueran capturadas en la guerra con los cántabros; y un niño (de cuatro años), cuando sus padres y hermanos se hallaban encadenados, los mató a todos tras apoderarse de un arma, ya que su padre se lo había ordenado; y una mujer dio muerte a los que habían sido capturados con ella. Uno que había sido convocado por unos soldados borrachos se arrojó a una hoguera. […] También es ibérica la costumbre de llevar encima un veneno, que obtienen de una planta similar al apio, indoloro, de manera que lo tengan a mano en la ocasión adecuada ante circunstancias indeseadas, y el hecho de que se consagren a los que se han vinculado de manera que llegan a morir por ellos." (Strab. 3.4.17-18). Diodoro[23] destaca cómo las mujeres de Sagunto matan a sus hijos y se ahorcan después. Tito Livio[24] y Apiano[25] narran cómo, en la toma de Astapa, la población se organiza para darse muerte en caso de caer la ciudad en manos romanas; la consecuencia de todo ello es dantesca: mujeres y niños degollados y prendidos fuegos por unos pocos hombres elegidos que posteriormente se suicidan.

No hay ninguna duda de que la narración de estos episodios se encuentra inmersa en los objetivos, ya desarrollados, de las fuentes literarias. Estas, además, aluden a mujeres y niños para dar un tinte más dramático a la escena y valorar la valentía de estos individuos que no tomaban parte en la batalla, sino que prefieren morir antes del destino que les esperaba. Que estos episodios se basan en hechos reales, no nos cabe duda, aunque no estamos seguros de que tuvieran ese tinte tan dramático ni fueran algo tan generalizado. Suponemos, más bien, que, ante algunas noticias reales en este sentido, las fuentes literarias grecolatinas las tomaran como un elemento más del ya conocido y explicado estereotipo bárbaro/civilizado y el ideal del "buen salvaje".

4. CONCLUSIONES

La llegada de Roma a la península en el siglo III a.C. provocaría una situación de enorme excepcionalidad para los grupos locales que, unidos en coaliciones, hacen frente a un enemigo común: la potencia militar romana. Este momento es el que recogen las fuentes literarias, en extremo tendenciosas, que se encargan de destacar solo aquello que les interesa, con el objetivo último de justificar la conquista

[23] [Toma de Sagunto] "Y las mujeres, después de matar a sus hijos, se ahorcaron." (Diod. Sic. 25.15).

[24] [Toma de Astapa. Los habitantes se inmolan en la plaza del pueblo antes que caer en manos romanas]. "Determinaron un lugar en el Foro al que llevaron sus propiedades más queridas. Una vez que ordenaron a sus mujeres e hijos que se sentaran sobre este montón, pusieron leña alrededor y echaron gavillas." (Livy 28.22.6).

[25] [Toma de Astapa ciudad que había permanecido siempre al lado cartaginés] "[…] en aquella ocasión sus habitantes, cuando Marcio estableció el cerco en torno a ellos, sabedores de que cuando los romanos los capturaran los convertirían en esclavos, reunieron en el ágora lo que les quedaba y apiñando maderas a su alrededor llevaron sobre la pira a sus hijos y a sus mujeres. A cincuenta de ellos, a los mejores, les hicieron jurar que una vez que la ciudad fuese tomada, darían muerte a las mujeres y a los hijos, prenderían el fuego y se degollarían a sí mismos. Y tras haber puesto como testigos a los dioses de esto se abalanzaron contra Marcio, […], sin embargo, los romanos acabaron venciendo por su número, […]. Cuando todos perecieron, los cincuenta degollaron a las mujeres y a los niños, y tras prender el fuego se arrojaron a sí mismos, haciendo que los enemigos consiguieran una victoria sin beneficio" (App. *Iber*. 33).

peninsular; y todo ello a través de los ojos del conquistador, varón y con unos prejuicios más que asumidos: en este relato, las sociedades locales se convierten en el otro, el bárbaro.

La participación femenina en el relato únicamente se resalta en contadas ocasiones y, habitualmente, con el objetivo de dar más fuerza al relato. En cuanto a las menciones del sector femenino dentro de las acciones bélicas, parecen corresponder a una situación excepcional. Es más que plausible que, ante una fuerza como el ejército romano, toda la población aportara su trabajo para la lucha contra la potencia enemiga; la posibilidad de que existieran mujeres guerreras como tal, instruidas para dicha actividad, parece excesivamente especulativa en Hispania. Sin embargo, la situación de excepción que se produce en la Península en los siglos III-I a.C. dio lugar a que estas influyeran en los enfrentamientos bélicos. Pese a todo, lo que sí queda claro es que debemos descartar la imagen de la mujer desvalida; la defensa de los suyos era lo más importante, y así queda reflejado en otras zonas del Mediterráneo donde esta imagen femenina es admitida por las fuentes grecolatinas si el objetivo era la defensa de sus hogares, lo que nos lleva a destacar también la intervención de estas féminas en los denominados "trabajos secundarios", tan relevantes como el propio enfrentamiento armado. Dentro de estos, la diplomacia, y dentro de la misma, la exigencia de rehenes ha destacado como eje fundamental en las relaciones entre ambos bandos a las mujeres y niños pertenecientes a la aristocracia; estos eran enviados como garantía del cumplimiento de tratados en calidad de rehenes. La importancia de la mujer queda clara no solo en cuanto a su valor en el acuerdo diplomático, sino cuando llegan a reclamar su posición y los cuidados que les correspondían. El ejemplo más claro tiene como protagonista a Escipión, quien no solo las escucha, sino que toma las medidas oportunas para que sean complacidas. Sin embargo, a pesar de que nos encontramos ante un elemento habitual en los tratados, las fuentes siempre nos resaltan a las mujeres cuando estas han sido rehenes de los cartagineses y pasan a manos romanas, nunca después; aunque nos consta que este sistema siguió siendo utilizado por las fuerzas romanas, estos nunca vuelven a ser nombrados, convirtiéndose estos episodios en claros ejemplos de la *humanitas* romana.

Como no podía ser de otro modo, las mujeres de las poblaciones locales sufren las consecuencias de los enfrentamientos militares una vez que Roma se hace con el territorio. Un sector de la población es aniquilado en los diversos choques armados, según las fuentes, como consecuencia de una afrenta de la población y como castigo a la misma. Aquellos que sobrevivieron fueron, en su gran mayoría, hechos prisioneros con el único objetivo de sacar beneficio económico a través de su venta de esclavos. Muchas mujeres acabarían como sirvientas dentro de las *domus* romanas o como prostitutas sirviendo al ejército, según las mismas fuentes nos indican. Dentro de este proceso, tan habitual en la guerra, cabe destacar un *topos* literario donde la mujer se convierte en protagonista por excepción: la negativa de los hispanos a ser esclavizados. Parece que, aunque probablemente existieron ese tipo de episodios, estos responden más a una ideología basada en la contraposición de bárbaro/civilizado, dentro de la cual el ansia de libertad y la preferencia de la muerte a la esclavitud eran más que comunes dentro de la mentalidad de las sociedades locales. Las mujeres en este caso se convierten en eje central de los suicidios colectivos o los asesinatos de sus propios hijos y maridos antes que caer en la esclavitud.

Parece ser, por tanto, que la implicación militar de las mujeres, aunque posiblemente existente en aquellos casos que nos han llegado, no puede tomarse más allá de hechos puntuales que responden al momento de excepción provocado por la presencia romana (y anteriormente a ella, la cartaginesa). Lo que sí es claro es que consiguió llamar tanto la atención de los autores clásicos que estos resaltaron su forma de actuar. Nos encontramos más bien frente a una sociedad desbordada ante la nueva situación creada por la presencia cartaginesa y, sobre todo, romana, en la que la única forma de "plantar cara al enemigo" era el empleo de todos sus recursos y la implicación de toda la sociedad (hombres, mujeres, niños y ancianos).

Fuentes Literarias:

Balasch Recort, M. (trad.); Cruz Andreotti, G. (2007): Políbio: *Historias.* Madrid.

Bennett, C. (trad.); McElwain, M. (eds.) (1925): Frontinus: *The Stratagems and The Aqueducts of Rome*. Londres.

Fernández Valverde, J.; Ramírez de Verger, A. (eds.) (2009): Tito Livio: *La segunda Guerra Púnica*. Tomo 1. Libros XXI-XXV y Tomo 2. Libros XXVI-XXX. Madrid.

Gómez Espelosín, F. (1993): Apiano: *Sobre Iberia y Aníbal*. Madrid.

Gómez Espelosín, F.; Cruz Andreotti, G.; García Quintela, M. (eds.) (2009): Estrabón: *Geografía de Iberia*. Madrid.

Hinojo Andrés, G.; Moreno Ferrero, I. (2000): Lucio Anneo Floro: *Epítome de la historia de Tito Livio*. Madrid.

López Moreda, S.; Villalba Álvarez, J.; Harto Trujillo, Mª (2003): Valerio Máximo: *Hechos y dichos memorables*. Tomo 2. Madrid.

López Salvá, M. (trad.); Antonia Medel, Mª (1987): Plutarco: *Obras morales y de costumbres*. Madrid.

Vela Tejada, J.; Martín García, F. (1991): Polieno: *Stratagemas*. Madrid.

Walton, F. (1989): Diodorus Siculus: *Library of History: in twelve volumes*. Cambridge.

Referencias Bibliográficas

Alfaro Giner, C. (2010): La mujer y el trabajo en la Hispania prerromana y romana: Actividades domésticas y profesionales, in M. Del Val Valdivieso (eds.), *El trabajo de las mujeres en España (desde la Antigüedad al siglo XX)*. Mélanges de la Casa Velázquez 40-2. Madrid: 15-38.

Alvar Ezquerra, J (2000): El sexo y la edad en la derrota: los romanos en Hispania, in Mª Myro Martín (eds.), *Las edades de la dependencia durante la Antigüedad*. Madrid: 363-384.

Cid López, R. (2015): El género y los estudios históricos sobre las mujeres de la Antigüedad: Reflexiones sobre los usos y evolución de un concepto. *Revista de Historiografía* 22: 25-49.

Fernández Chicarro, Mª C. (1954): Valor de las mujeres salmantinas en las campañas contra Hannibal. *Helmantica* 17: 257-264.

Gallego Franco, H. (1999): La imagen de la "mujer bárbara": a propósito de Estrabón, Tácito y Germania. *Faventia* 21,1: 55-63.

García Amutxastegi, I. (2009): Las figuras femeninas en Púnica de Silio Itálico: El caso de Sofonisba y de Asbite. *Arenal: Revista de historia de mujeres* 16,2: 331-51.

García Riaza, E. (1997): La función de los rehenes en la diplomacia hispano-republicana. *Memorias de Historia Antigua* 18: 81-107.

Gera, D. L. (1997): *Warrior women. The anonymous Tractatus de mulieribus*. Leiden.

González Santana, M. (2010): *El mito de la bárbara. Las mujeres del Noroeste hispánico en los textos grecolatinos.* Avilés-Asturias.

Heftner, H. (2007): *Punica fides*. Das römische Feindbild der "punischen Treulosigkeit" und der Ausbruch des Zweiten Punischen Krieges, in G. Mandl; I. Steffelbauer (eds.), *Kriege in der Antiken Welt*. Essen: 356-75.

Loman, P. (2004): No Woman No War: Women's Participation in Ancient Greek Warfare. *Greece & Rome* 51,1: 34-54.

Loraux, N. (1985): La cité, l`historien, les femmes. *Pallas* 32: 7-40.

Marín Ceballos (2010): Imagen y culto de Astarté en la Península Ibérica: I. Las fuentes griegas y latinas, in M. Bandera Romero; E. Ferrer Albelda (coord.), *El Carambolo: 50 años de un tesoro*. Sevilla: 491-512.

Martínez López, C. (1990): Las mujeres en la conquista y romanización de la Hispania meridional. *Florentia Iliberritana* 1: 245-254.

Mayor, A. (2017): *Amazonas: guerreras del mundo antiguo*. Madrid.

Moncunill Martí, N. (2018): Mujeres iberas en inscripciones latinas: estudio morfológico de los nombres femeninos en ibérico, in J. Vallejo; I. Igartua; C. García (eds.), *Studia Philologica et Diachronica in Honorem Joaquín Gorrochategui: Indoeuropaea et Palaeohispanica*. Vitoria-Gasteiz: 331-358.

Oller Guzmán, M. (2017): Maneras femeninas de vencer al enemigo en las "Estratagemas" de Polieno, in I. Antela; C. Zaragoza; A. Guimerà (coord.), *Placer y dolor: las mujeres en la Antigüedad*. Alcalá de Henares: 161-178.

Olmos Romera, R. (2000): Imágenes de la mujer en la representación ibérica de lo sagrado, in G. Duby; M. Perrot (eds.), *Historia de las mujeres en Occidente*. Madrid: 573-88.

Sánchez-Moreno, E.; Domínguez Monedero, A.; Gómez Pantoja, J. (2008): *Protohistoria y Antigüedad de la Península Ibérica. Las fuentes y la Iberia colonial*. Historia de España 1. Madrid.

Schaps, D. (1982): The women of Greece in Wartime. *Classical Philology* 77: 193-213.

Schmitt, P. (1991): La historia de las mujeres en la historia antigua, hoy, in G. Duby; M. Perrot (eds.), *Historia de las mujeres en Occidente*. Madrid: 552-571.

Velaza Frías (2006): Tras las huellas del femenino en ibérico: una hipótesis de trabajo. *Paleohispanica* 6: 247-254.

ILIPA Y *MUNDA* EN LA HISTORIOGRAFÍA Y COROGRAFÍA IBÉRICAS DE LOS SIGLOS XVI Y XVII

José Ramón Herrera Delgado
Universidad de Sevilla
jrherrera96@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-7298-4577

Pedro Albuquerque
FCT / UNIARQ - Universidade de Lisboa
Universidade de Sevilha
Cátedra CIPSH - Universidade Aberta
albuquerque@us.es
https://orcid.org/0000-0003-4800-7343

RESUMEN: En el presente trabajo analizamos la representación de las batallas de *Ilipa y Munda* en la historiografía y corografía ibéricas de los siglos XVI y XVII, concretamente en las obras de autores españoles como Florián de Ocampo, Pedro de Medina, Ambrosio de Morales y Rodrigo Caro, y portugueses como André de Resende y Bernardo de Brito. Se pretende presentar un análisis comparativo sobre el papel de las personalidades individuales y colectivas mencionadas por los autores clásicos en la construcción de determinadas imágenes de los pasados patrios. Desde esta perspectiva, se señala que los autores españoles y portugueses eligen diferentes intervinientes del conflicto como representantes de las identidades colectivas nacionales. Además, el estudio del discurso corográfico, así como la identificación de paisajes antiguos en los mapas (especialmente de A. Ortelius) y territorios modernos, permite obtener una perspectiva más precisa de la exegesis de las fuentes antiguas en la Edad Moderna.
Palabras clave: Historiografía; Pensamiento corográfico; Batalla de *Ilipa*; Batalla de *Munda*; Siglos de Oro.

ABSTRACT: This paper examines the depiction of the Battles of Ilipa and Munda in the Iberian Historiography and Chorography of the 16th and 17th Centuries, particularly in the works of Florian de Ocampo, Pedro de Medina, Ambrosio de Morales, Rodrigo Caro (Spain), André de Resende and Bernardo de Brito (Portugal). The main goal is to provide a comparative insight into the role of collective and individual personalities mentioned in classical sources in the construction of certain images of national pasts. From this point of view, Portuguese and Spanish authors select different parts involved in the conflict as representatives of their collective identities. Besides that, the examination of chorographical discourse, as well as the identification of ancient landscapes in Modern maps (especially by A. Ortelius) and territories, allow us to have a more accurate perspective of the exegesis of ancient sources in modern times.
Keywords: Historiography; Chorographic thought; Battle of Ilipa; Battle of Munda; Golden Centuries.

1. INTRODUCCIÓN

El estudio de las batallas de *Ilipa* y *Munda* con criterio arqueológico está dando lugar a muchas y muy depuradas contribuciones que enriquecen el panorama de conocimiento sobre ellas, como evidencian los trabajos que componen este volumen. En ese sentido, la representación de la Antigüedad en los discursos historiográficos y corográficos se erige en una línea de investigación de primer orden, y en concreto la percepción de estas batallas en los autores de época moderna resulta fundamental, puesto que fosilizan una determinada visión de estos conflictos por parte del contexto social e intelectual en la que se insertan estos autores.

Estas fuentes son las primeras en dotar a *Ilipa* y *Munda* de relevancia como acontecimientos históricos, siempre en consonancia con la imagen del pasado que cada autor pretende transmitir. La aparición de las obras en las que se insertan los discursos de estos autores guarda relación a nivel general con la recepción del legado clásico, y a nivel específico con el papel de las personalidades individuales y colectivas en la construcción de los pasados patrios.

Con respecto a la primera de las cuestiones, hay que destacar que, como sabemos, Italia es durante el siglo XV un núcleo cultural de enorme relevancia, unida en ese sentido por la voluntad de recuperación del pasado clásico que caracteriza al Renacimiento. La llegada en estos momentos de los primeros textos clásicos en manuscritos a Europa (es el caso, por ejemplo, de Ptolomeo) dio lugar a un entusiasmo generalizado que se va a concretar en sendos intentos de identificar los topónimos mencionados por estas fuentes en los territorios nacionales o, en otras palabras, en el nacimiento de las primeras corografías modernas en Europa (cf. Albuquerque, Ferrer, 2019). Esta tendencia se va a plasmar en la producción escrita posterior, como se verá enseguida.

En cuanto a la segunda cuestión, durante los siglos XVI y XVII asistimos a un interés generalizado por narrar la historia de los estados modernos en función de intereses específicos que tienen que ver con revestirlos de prestigio, y que podemos observar en distintos autores europeos en general, y españoles y portugueses en particular.

En este contexto debemos situar las aproximaciones historiográficas y corográficas a las batallas de *Ilipa* y *Munda*, cuyos autores han tratado a veces de identificar los topónimos, mientras que en otros casos se han interesado por las consecuencias de estas batallas y la participación de los antepasados españoles o portugueses en ellas. El análisis de estas aproximaciones se centrará sobre todo en autores españoles, en tanto que son estos los que más participan del discurso corográfico propiamente dicho en los términos en los que se describirá a continuación, y sobre todo porque su tratamiento de las batallas que nos ocupan se encamina a objetivos muy concretos, como tendremos ocasión de ver.

2. EL PENSAMIENTO COROGRÁFICO

La dinámica de intentar identificar sobre el terreno los lugares mencionados por las fuentes clásicas se va a reflejar a mediados del siglo XV en las primeras corografías modernas. La etimología del término es bastante expresiva: procede del griego χῶρος (“lugar”, “espacio”) + γραφια (“escritura”), derivando en “representación de un lugar” (Rohl, 2011). Su objetivo es relacionar el pasado y el presente de un territorio mediante la identificación de paisajes antiguos (Albuquerque, Ferrer, 2019; Herrera, 2019: 10). La tendencia se hace patente y especialmente reveladora en el estudio de las ciudades, posiblemente por su vinculación en este periodo a los poderes civiles que median en esa construcción de los pasados patrios como parte interesada.

El género corográfico surge en Italia, como se dijo, siendo la primera corografía moderna la obra de F. Biondo *Roma Ristaurata et Italia Ilustrata* (1453) (Albuquerque, Ferrer, 2019). Como se puede apreciar

desde el título de la obra, el vínculo entre pasado y presente es manifiesto y se expresa en la clarísima declaración de intenciones que supone esa "restauración" de una Roma que, además de representar la parte por el todo de un ideal de imperio y civilización, alude también a una de las ciudades más relevantes en la historia política moderna. En ese sentido, resulta evidente la orientación política del discurso de Biondo hacia la unificación de Italia, en el contexto del reinado de Alfonso V de Aragón en Nápoles (Castner, 2016; Albuquerque, Ferrer, 2019).

Las obras corográficas, que proliferan en Europa durante los siglos XVI y XVII, tienen en común la identificación de los paisajes y lugares antiguos en los territorios contemporáneos a los autores, a menudo partiendo de "falsas etimologías" o de elucubraciones sobre el origen remoto de los topónimos (cf. Albuquerque, Ferrer, 2019, con bibliografía). Empero, conviene no solo evitar el predominio de esa perspectiva de cara al análisis histórico que nos compete, sino también considerar la influencia de este tipo de identificaciones en el contexto social en el que se gestan. Aunque las derivaciones toponímicas, a efectos de la localización de un lugar mencionado en las fuentes antiguas, se convierten en simples especulaciones, la similitud existe, y si bien no es probatoria de nada en sí misma, resulta muy tentador creer que la evolución toponímica siguió unos derroteros tan aparentemente directos desde la Antigüedad, más aún cuando la pervivencia de los topónimos antiguos puede entenderse en claves de legitimar la antigüedad de los pueblos (cf. Albuquerque, Ferrer, 2019).

Lo que llamamos pensamiento corográfico se caracteriza, por tanto, por la descripción de un territorio y sus ciudades incluyendo referencias a su pasado o sus fundadores, y hay que tener en cuenta que en Europa sus exponentes tuvieron mayor éxito en Alemania e Inglaterra, no tanto en la Península Ibérica, donde habrá que esperar al siglo XVII y a la eclosión de las historias locales, tales como la de Rodrigo Caro, para apreciar su mayor impacto (vd. Rallo Gruss, 2009: IXss.).

Un ejemplo paradigmático de los inicios del pensamiento corográfico en España anterior al siglo XVII, aplicado a la localización de los topónimos que nos interesan, es la propuesta de identificación de *Munda* realizada por Ambrosio de Morales en su *Crónica General de España* (Morales, 1574), donde la identifica con el municipio malagueño de Monda:

> "Era Munda entónces una ciudad principal puesta en un alto, con campos fértiles y de muchas frescuras y ahora parece su sitio con un pequeño pueblo cerca de las villas de Teba, y de Coyn y Cartama, y no más de cinco léguas de Málaga á la falda de la sierra que llaman de Tolox, y con llamarse ahora Monda, retiene casi entero el nombre antiguo" (op. cit. Morales, 1574: 179).

No se trata de la única identificación de *Munda* con Monda. Florián de Ocampo igualmente lo hizo (Ocampo, 1544: 313), pero la afirmación de Morales resulta más expresiva en los términos que se analizan aquí. Sin embargo, el interés de este sabio, como ocurre con el resto de los autores españoles de su época, se alinea en mayor medida con la vinculación con el pasado por medio de los hechos históricos narrados y los grandes personajes que en ellos aparecen, más que con la descripción del propio paisaje. Esta última tendrá mayor relevancia cuando la identificación del topónimo se base en la abundancia de un determinado recurso (como ocurre con el estaño de las Casitérides) y traiga consigo los más variados intentos de apropiación (cf. Albuquerque, Ferrer, 2019; Herrera, 2019).

El aspecto común a la representación de las batallas de *Ilipa* y *Munda* en todos los autores a comentar no es otro que el anacronismo inherente a esa relación entre el pasado y el presente y que, a falta de poder demostrar las derivaciones toponímicas, bien podía mantenerse en la conciencia colectiva de los aludidos. El recurso más frecuente y representativo de esto es la referencia a las poblaciones locales

usando etnónimos modernos, en este caso "españoles". El discurso histórico se estructura a partir de la identificación de la nación con las poblaciones indígenas descritas por los autores clásicos, con el objetivo de legitimar, a través de un constructo del pasado, una determinada imagen política necesaria para el presente (cf., para el caso de Tarteso, Álvarez, 2005).

3. LA REPRESENTACIÓN DE *ILIPA* Y *MUNDA* EN LOS AUTORES IBÉRICOS DE LOS SIGLOS XVI Y XVII

Como se ha puesto de relieve, el presente trabajo tiene en cuenta autores portugueses y españoles. La diferenciación entre estos puede entenderse en términos políticos, puesto que los eruditos de cada país tienden a favorecer a su propia nación introduciéndola de lleno en la narración histórica, pero el mayor interés que reviste es que unos y otros apoyaron, en ambos conflictos, a bandos distintos. Antes de abordar la cuestión desde la óptica de la producción historiográfica y corográfica española, sin embargo, un comentario general a la aproximación lusa resulta del mayor interés.

3.1. ILIPA Y MUNDA EN LOS AUTORES PORTUGUESES DEL SIGLO XVI

El autor que mejor representa al ámbito portugués es Bernardo de Brito, que hace referencia a las dos batallas (Brito, 1597: 148; 368ss). La perspectiva de *Ilipa* en la *Monarchia Lusitana* se integra en un discurso marcado por la gran importancia de los cartagineses en "theatro" histórico portugués. De hecho, Brito dedica a la presencia de este pueblo todo el segundo libro de la primera parte (en torno a doscientas páginas), entre su llegada y la destrucción de Cartago. Lo más llamativo es, sin embargo, el ambiente de las relaciones entre portugueses y cartagineses, por ejemplo, en la fundación de ciudades como Mértola (ibid.: 145v-146). Esta imagen contrasta con la de los romanos, cuya importancia era mayor entre los autores españoles (cf. Ferrer, 2016, para la imagen de los cartagineses en el siglo XVI), que se presentan en la obra como enemigos de los lusitanos. Asimismo, la importancia de Hércules tebano en la estructuración del pasado mítico de Portugal como uno de sus primitivos pobladores (Fernandes, 2007) es también una evidencia de un discurso histórico que busca emanciparse del legado grecolatino a través de la valoración de los relatos bíblicos y de las relaciones con Egipto (cf. Rego, 2009).

Igualmente, con respecto a la batalla de *Munda*, Brito nos acerca a una visión diametralmente opuesta a la de sus congéneres españoles al retratar Lusitania como refugio de los vencidos y como partidaria de Pompeyo (Brito, 1597: 148). Además de Brito, menciona la batalla de *Munda* André de Resende, haciendo referencia a la rapidez con la que Sexto Pompeyo habría recibido ayuda de los lusitanos en su huida (Resende, 1597: 165).

Como se puede ver, ambos eruditos tienen en común la brevedad con la que se refieren a las batallas objeto de este análisis, así como el apoyo más o menos directo al bando pompeyano en el caso de *Munda*. La disparidad de objetivos que caracteriza a la producción historiográfica hasta aquí citada respecto a la que se abordará enseguida explica que las descripciones e identificaciones definitorias del pensamiento corográfico estén más presentes en el lado español. Sin embargo, la profundización en los siguientes autores permite una comparación muy interesante, en particular en términos de la percepción que unos y otros tuvieron de estos conflictos, algo que podría estar relacionado no solo con los objetivos de sus obras, sino también con sus contextos intelectuales.

3.2. ILIPA Y MUNDA EN LOS AUTORES ESPAÑOLES DEL SIGLO XVI

Antes de analizar la representación de las dos batallas en la producción historiográfica y corográfica españolas del siglo XVI, conviene anotar un par de aspectos más sobre el género corográfico. Para Kagan (1995: 80-81), la visión de la corografía, "casi inseparable de la historia de las ciudades", que

caracterizaba a los historiadores del siglo XVI resultaba más exacta, al considerarla "historia particular" en contraposición a la "historia general", siendo la principal diferencia el hecho de que la primera, como la corografía, carecía de límites cronológicos. Por otro lado, este género, de moda en la Europa del XVI, como se dijo, encuentra cumplida expresión en España de manos de cosmógrafos y geógrafos entre los cuales se encuentra Pedro de Medina (ibid., vd. *infra*). Este intelectual se suma a la nómina de autores que presentaron en su producción historiográfica alguna reflexión sobre las batallas que nos interesan aquí, a saber, Florián de Ocampo y Ambrosio de Morales.

Florián de Ocampo fue cronista de Carlos V y recibió el encargo de escribir una crónica de la Historia de España, del cual solo pudo completar una pequeña parte: *Los quatro primeros libros de la Cronica General de España* (1544). El proyecto de Ocampo, tal y como describe en su prólogo, constaba de ochenta libros que seguirían una división tripartita: los primeros veinte llegarían a la era cristiana, los siguientes veinte hasta la invasión árabe y los últimos cuarenta abarcarían hasta el reinado de Carlos V, es decir, su presente. Como se sabe, el autor no pudo ir más allá de la llegada de los escipiones a España (Ferrer Albelda, 2016: 29).

Esta *Cronica* se caracteriza por la tendencia a vincular el presente al legado clásico a partir de un discurso en que los *nostoi* son determinantes para la fundación de ciudades españolas, y participa del pensamiento corográfico en tanto que describe algunos aspectos de las ciudades a las que hace referencia, en particular estratégicos y de recursos. Como aportación histórica, sin embargo, acusa la falta de un hilo conductor homogéneo además de una desmesurada carga de leyenda, como atestigua la introducción de personajes como Tubal, Gárgoris o Argantonio (para una visión de la mitología imbricada en la obra de Ocampo, vd. Caballero, 2002; Álvarez, 2005: 25-32).

Con el objetivo de promover, a través del discurso histórico, la unidad de los españoles soñada por los Reyes Católicos, el autor adopta una perspectiva invasionista que le lleva a presentar una secuencia de pueblos que entran en contacto con los antepasados autóctonos (fenicios, cartagineses, romanos), asistiendo estos a las fundaciones de una forma que podríamos considerar pasiva e ingenua. Un ejemplo de esto lo refleja la fundación de Sagunto por los griegos de Zacinto, que habrían engañado fácilmente a los españoles para poder introducirse en el territorio (Gómez, 2012: 182). En cualquier caso, el relato de Ocampo termina en el libro V con la muerte de Publio y Cneo Cornelio Escipión, es decir, antes de la batalla de *Ilipa,* por lo que no llega a abordarla. Sin embargo, con respecto a la representación de las batallas que nos ocupan, el análisis de esta obra revela tres aspectos interesantes a tener en cuenta.

En primer lugar, ninguna de las dos batallas es tratada monográficamente por el autor: *Munda* es mencionada en el contexto de las guerras civiles, y se anticipa la voluntad de Ocampo de tratar la batalla, si bien no sería él quien finalmente concluyese la obra. Por otro lado, el cronista sitúa un choque previo a *Ilipa* entre romanos y cartagineses en *Munda,* pero este no es único ni decisivo para el devenir de la guerra en la Península. A ello hay que añadir que, ya antes que Morales, Ocampo identificó *Munda* con Monda (Málaga), listando algunos pueblos del entorno, tales como Fuengirola, Marbella o Ronda (Ocampo, 1544: 313).

Otro rasgo significativo de su discurso es la identificación anacrónica entre los habitantes de una determinada región geográfica y su nacionalidad moderna, por ejemplo, al referirse en el título del capítulo XXXIV (libro V) a franceses que ayudan a los cartagineses, contra los españoles del ejército romano (ibid.: 314). Este rasgo se va a repetir, con variaciones, entre sus contemporáneos, resaltando el papel de este tipo de obras en la consolidación de discursos patrios, y reflejando quizá en este caso las rivalidades entre los estados modernos. En ese sentido, el interés de la obra de Ocampo radica en el hecho de preparar el camino para la continuación de la *Crónica* por Ambrosio de Morales.

Por otro lado, Pedro de Medina escribió una obra de carácter histórico-geográfico titulada *Libro de las grandezas y cosas memorables de España* (1548). Su narración busca enfatizar el papel de los españoles en los distintos periodos a los que hace referencia, sobre los cuales el relato omite mucha información, entre ella la referencia a las batallas y por supuesto el desarrollo de las mismas. En concreto, el título del capítulo XV, "Cómo los romanos con ayuda de los españoles acabaron de echar de España todos los cartagineses" es toda una declaración de intenciones respecto a su discurso, en que resalta el protagonismo de sus compatriotas. Así lo hace cuando se refiere a los ilergetes Indíbil, Mandonio y Delcón como españoles que habrían guiado a los romanos hasta el lugar donde se encontraban los cartagineses, simplificando los hechos: "y con ayuda dellos diose la Batalla donde fueron rotos los cartagineses y huyo Hasdrubal y passando los perineos llego a Ytalia donde murio" (Medina, 1548: 14).

Para Medina, el fin del conflicto entre romanos y cartagineses en la Península Ibérica es anterior a la huida de Asdrúbal Barca hacia Italia, de manera que el autor obvia la última batalla en el sur peninsular. Este hecho, junto a su mención de Cartagena como último topónimo peninsular en esa huida, pone de manifiesto su desconocimiento de los hechos de la batalla de *Ilipa* y del final de la guerra en territorio ibérico. La ausencia de una descripción de este evento y de su localización son síntomas de un evidente desinterés por la misma, que se confirma cuando el tránsito al capítulo XVI aborda directamente las campañas contra Viriato, resultando aún más llamativo que el siguiente capítulo se sitúe en la llegada de los godos (Medina, 1548: 14v-15v), simplificación que se ajusta a los intereses del autor.

En ese sentido, el objetivo de Medina se aleja de una narración histórica rigurosa para magnificar en la medida de lo posible la ayuda de los españoles en la expulsión del enemigo cartaginés, estableciendo una fuerte relación de pertenencia con el territorio de la Península Ibérica (incluyendo Portugal) con el fin de engrandecer el linaje de los Medina Sidonia, puesto por él en relación con los romanos y los godos. Así lo reconoce en su *Epístola* o preámbulo dirigido al entonces duque Juan Alonso de Guzmán, refiriéndose también a Alonso Pérez de Guzmán, primer Duque de Medina Sidonia "y el mas antiguo en la sucession de los duques de España" (Medina, 1548: *Epístola*).

El lapso cronológico entre la Segunda Guerra Púnica y la llegada de los godos no contempla el periodo de las guerras civiles, por lo que carece de alusiones a la batalla de *Munda*. De ello se deduce que la producción historiográfica previa a Ambrosio de Morales desarrolla de forma insuficiente la representación de las batallas de *Ilipa* y *Munda*, en el caso de Medina por falta de interés de cara a sus objetivos, mientras que en el de Ocampo debido más probablemente a no haber llegado a concluir su obra.

Llegamos así a Ambrosio de Morales, sacerdote de la orden de San Jerónimo y cronista del rey Felipe II, que desde 1574 continúa la *Crónica General de España* iniciada por Ocampo. El pensamiento corográfico no tuvo un gran peso relativo en la producción historiográfica de Morales, al menos en lo que a la identificación sistemática de los paisajes de la Antigüedad se refiere (cf. Albuquerque, Ferrer, 2019: 25-26). Ello no excluye un interés por los vestigios del pasado para el estudio de la historia, tales como la epigrafía, las monedas, los textos grecolatinos, ruinas, etc. (Mora, 2004a). Sin embargo, en el caso que nos ocupa se puede apreciar cómo la relevancia histórica de los enfrentamientos entre romanos y cartagineses primero, y entre cesarianos y pompeyanos después actúa como catalizador de ese interés en el autor, al menos en un sentido básico.

En el caso de la batalla de *Ilipa*, dedica más extensión al relato de la batalla que a la discusión sobre dónde tuvo lugar (Morales, 1574: 47-48). En ese sentido, se limita a descartar la propuesta de Apiano de que la batalla habría tenido lugar cerca de la ciudad de Cerbona, para concluir que realmente tuvo lugar cerca de la ciudad de Beturia o Betula, en Andalucía, aduciendo los testimonios de Polibio y Tito Livio (ibid.: 48). No aporta, sin embargo, la identificación exacta de esa ciudad, lo cual demuestra que le interesaba más la narración de los hechos.

En efecto, el relato del conflicto, más interesante aquí por su mayor peso en el discurso del autor, se caracteriza por una aproximación detallada que la valora como una batalla igualada y en la que habría españoles tanto auxiliando al bando romano como al bando cartaginés. Se distancia en ese sentido de Pedro de Medina y su simplificación, para dar cuenta de sucesos más complejos. De acuerdo con el tratamiento de Morales, en un conflicto en el que el equilibrio era manifiesto y las tropas de ambos bandos estaban cuidadosamente ordenadas, el componente principal que habría decantado la contienda sería el genio estratégico de Escipión, que según Morales buscó deliberadamente alargarla para agotar las fuerzas y provisiones de los cartagineses, tal y como se puede apreciar en el siguiente fragmento: "Y el haber durado mucho tiempo hasta entónces la batalla, aquejaba ya á los Cartagineses y los forzaba á desmayar con hambre. Scipion que habia deseado esto, de industria habia dilatado la pelea […]" (Morales, 1574: 47).

Su discurso sobre la batalla de *Munda* mantiene en esencia las características descritas, si bien en este caso muestra mayor interés por la descripción corográfica del lugar donde cree que se produce quizá debido a que se tratase de una identificación asentada, puesto que sabemos que Abraham Ortelius, geógrafo oficial de Felipe II, la sostuvo más tarde en su *Hispaniae Veteris Descriptio* (1586), citando a Ambrosio de Morales como fuente. Hay que tener en cuenta que Morales colaboró con intelectuales que tuvieron relación con Ortelius, siendo un caso muy claro el de Arias Montano (Albuquerque, Ferrer, 2019: 26 y n. 32), lo cual pudo influir en la reputación que adquirió esta identificación.

Cuando habla sobre *Munda*, el autor da una enorme importancia al componente psicológico de la batalla, algo que adquiere sentido si se considera, por un lado, la relación entre ambos bandos – que están librando una guerra civil – y por otro la trascendencia del conflicto, que queda clara en su valoración del mismo: "Esta batalla que Julio César dió á Gneyo Pompeyo el mozo en Munda, fué una de las más señaladas que ha habido en el mundo" (Morales, 1574: 178v).

Esto queda muy bien reflejado en el aparente declive que sufre Pompeyo, a quien la pérdida de ciudades no presagiaba nada bueno, y cuyo entorno le aconsejaba convertir la contienda en una batalla de desgaste, nada de lo cual acabó con su ánimo (ibid.: 195). Otro ejemplo de esto se encuentra en la motivación de los soldados de un general y del otro: los de César querían alcanzar la victoria y ser recompensados, mientras que el interés de los de Pompeyo no sería menor, puesto que si perdían la batalla César no les perdonaría (ibid.: 179-179v).

Las circunstancias de la batalla, que enfrentaba a generales del mismo ejército, convierten la tensión psicológica en la narración de Morales en un factor decisivo. Así lo atestigua el hecho de que entre dos estrategas de primer orden la victoria se decida por la sensación de que los pompeyanos huían, que habría subido la moral de las tropas cesarianas hasta el punto de hacer huir realmente a las huestes de Pompeyo (ibid.: 180-180v).

Un componente fundamental de esa tensión psicológica es la lealtad, implícitamente presente en los apoyos divergentes que españoles y portugueses dieron a César y Pompeyo (vd. supra), pero especialmente y en mayor medida de las tropas de cada bando a su respectivo general. La lealtad es el móvil último de una lucha fratricida en la que había mucho en juego, tanto que los contendientes harían que el conflicto trascendiese la Península Ibérica, involucrando a aliados africanos (ibid.: 179).

En conclusión, con respecto a la representación de las batallas de *Ilipa* y *Munda* en la obra de Ambrosio de Morales, hay que decir que se trata del primero de los autores analizados en mostrar algún interés en el desarrollo de estas batallas. Probablemente el empeño por narrarlas en detalle surge como resultado de su formación en la Universidad de Alcalá, que no en vano contribuyó a su reputación como cronista. Sin embargo, ese interés no se extiende todavía de igual manera a los lugares exactos en los

que ambas batallas tuvieron lugar, y nos encontramos ya a comienzos del último cuarto del siglo XVI. En definitiva, habrá que esperar al siglo XVII para que las historias locales pongan de manifiesto en la Península Ibérica la importancia del discurso propiamente corográfico llegando incluso a estar por encima del historiográfico en ese sentido, como se verá en la obra de Rodrigo Caro.

3.3. ILIPA Y MUNDA EN LOS AUTORES ESPAÑOLES DEL SIGLO XVII

Las historias locales tienen, en el siglo XVII, mayor protagonismo que en la etapa precedente, merced de la multiplicación de obras elaboradas desde los círculos eclesiásticos (Álvarez, 2005: 32-33) y, en el caso que nos ocupa, del desarrollo cultural en Andalucía durante los siglos XVI y XVII, que convierte a esta región en un "espacio cultural privilegiado" (Domínguez, 1992: 29). Siguiendo la misma tendencia de legitimar el prestigio del presente a través de las grandezas del pasado, Andalucía cobra aquí importancia como escenario de las batallas analizadas si hacemos caso a cualquiera de las propuestas, pero también como marco de los grandes ejemplos de historia local. Dentro de estos, obviamente desde los círculos eclesiásticos, destaca Rodrigo Caro como representante del pensamiento corográfico en el estudio de las antigüedades de la ciudad y provincia de Sevilla (cf. Kagan, 1995: 80-81; Candau Chacón, 1997).

Rodrigo Caro (1573-1647) fue un erudito y anticuario sevillano nacido en Utrera. Buen conocedor del latín, se dedicó al estudio de antigüedades, destacando su producción historiográfica en el ámbito de las monedas (Mora, 2004b). Caro escribió y publicó en la década de los 30 del siglo XVII una obra cuyo título es de por sí una auténtica declaración de intenciones con respecto a la ejemplificación del género corográfico: *Antigüedades de Sevilla* (Caro, 1634), que en su título completo incluye la *Corographia de su convento iuridico o antigua chancilleria*. Se trata de un trabajo que ayuda en buena medida a entender la vida de este autor, porque estaba llamada a significar su salto a una vida cortesana exitosa, que por distintas razones – que además retrasaron su publicación – no consiguió lograr (para una síntesis del contexto social en el que se encuadra la obra, vd. Lazure, 2011). En cualquier caso, el carácter explícitamente corográfico de este documento supone una importante diferencia respecto a las citadas anteriormente, y es que la de Caro no pretende ser en modo alguno una síntesis histórica, por lo que no podemos esperar una representación pormenorizada de las batallas de *Ilipa* y *Munda*.

Esa aclaración permite entender que el autor se limite a situar la batalla de *Ilipa* en Carmona, partiendo de una derivación toponímica de la propuesta que atribuye a Apiano:

> "Luego dize [Apiano] que Magon vencido en Betica se recogio a Careon como lugar tan fuerte, y alli mandò, que viniessen todos los exercitos Carthaginenses, para con todo su poder dar batalla a Scipion, en la qual (aunque con mucho peligro de los Romanos) finalmente fue vencido el Cartaghines" (Caro, 1634: 155v).

Conviene destacar que a Caro no parece interesarle especialmente la valoración de la participación de "españoles" en la batalla, lo que le distingue de los autores del siglo precedente (especialmente Pedro de Medina y Ambrosio de Morales). En cambio, la relación entre Carmona e *Ilipa* constituye una novedad en el panorama intelectual español del 1500 y 1600. Esta atribución, además de fundamentarse en un argumento esencialmente toponímico, demuestra una tendencia para identificar en la provincia de Sevilla en general, y a Carmona en particular, un episodio de innegable transcendencia en la historia antigua de España. Cabe referir que, para este erudito, Carmona era el lugar más fuerte de Andalucía (Caro, 1634: 156). Por otro lado, aunque no trate la batalla de *Ilipa,* el autor anónimo de *Libros de Antigüedades de Andalucía* identifica la ciudad con Peñaflor (Rallo Gruss, 2019: 66)

Con respecto a *Munda*, Caro describe el escenario de la batalla como una gran planicie cercana al río que entonces llamaban Grande, es decir, el Guadalquivir (Caro, 1634: 181), apoyándose en la coincidencia entre la geografía de *Monda* y la descripción que hace Aulo Hircio, lo cual permite apreciar un carácter corográfico de su discurso, que recuerda a la descripción de Ambrosio de Morales (vd. asimismo Reinoso s.d.: 23ss.). Efectivamente, el erudito sevillano cita a Morales como apoyo a su identificación, si bien no hace suyas las dudas que Morales muestra respecto al testimonio de Apiano, muy probablemente porque no conviene a su hipótesis. Ese uso interesado de las fuentes por parte de Rodrigo Caro no sorprende cuando sus obras han sido descritas como "eruditas y a la vez artificiosas, hiperbólicas, penetradas hasta la médula de las falsificaciones que corrompieron nuestra historia eclesiástica y civil" (Domínguez, 1932: 35).

La representación de ambas batallas en su obra está claramente marcada por esa narración de las grandezas, como demuestra por un lado el mantenimiento de un tono ensalzador al llegar a la batalla de *Munda*, y por otro lado la consideración de esta última como una victoria de César "Decretoria del Imperio", haciendo de ella un acontecimiento muy destacado dentro de la historia de Roma. Ello queda patente en el siguiente fragmento:

> "Con lo quâl quedó tan glorioso y ufano [César], que la mandò poner en el Kalendario Romano por fiesta aniversaria con sacrifizio, y hazimiento de gracias, y no puso en cuenta la gran vitoria de Munda, que fue la Decretoria del Imperio, ni la de Cordova de tanta importancia, y tan costosa, sino sola la de Sevilla, como Cabeça de toda la Provincia" (Caro, 1634: 77).

La victoria conseguida por César en *Munda* es para el autor la más importante, con la única excepción de la toma de Sevilla, de manera que el concepto central que emerge aquí es la gloria. Esta visión de la guerra en términos generales como un camino más hacia el triunfo no es exclusiva de Rodrigo Caro, sino que es refrendada por la producción historiográfica de los Siglos de Oro; de hecho, para estos autores, la guerra civil cesaro-pompeyana, y por extensión la batalla de *Munda*, cargan con la importancia de marcar el paso de la República al Imperio (Almeida, 2002: 202). Ello justifica con creces el tono que emplea Caro para referirse a la batalla como "gran victoria", atribuyendo a Dion Casio el considerarla "triunfo y victoria de España" (Caro, 1634: 77).

Todos los aspectos comentados hacen de las *Antigüedades de Sevilla* de Rodrigo Caro, como ejemplo de historia local, quizás el mayor exponente del pensamiento corográfico en los autores ibéricos de los siglos XVI y XVII aplicado a nuestro caso de estudio. El siglo XVIII va a suponer en Andalucía un antes y un después en la evolución de los estudios clásicos, al aumentar considerablemente el rigor de la crítica textual en general y de la labor de los historiadores locales en particular (Guinea, 1991: 242).

4. CONSIDERACIONES FINALES

El recorrido llevado a cabo a lo largo de este trabajo muestra diversos aspectos a destacar. En primer lugar, tanto los autores del siglo XVI como los del siglo XVII en la Península Ibérica, españoles y portugueses, tienden a mostrar interés en estas batallas en la medida en que les sirven como pretexto para construcciones del pasado interesadas y orientadas en todos los casos bien a cantar las grandezas de los estados modernos recién creados, o bien las alabanzas de las grandes familias nobiliarias, como ocurre con Pedro de Medina y los Medina Sidonia. El *modus operandi* es siempre el mismo: identificar la nación a la que el historiador pertenece (España o Portugal), con las poblaciones indígenas que, de acuerdo con las fuentes romanas aducidas en cada caso, intervienen en las batallas en beneficio de un bando u otro.

En ese sentido, resulta especialmente interesante la diversidad mostrada dentro de esa tendencia por autores españoles y portugueses. Por ejemplo, según Brito los portugueses ayudaron en *Ilipa* a los cartagineses y en *Munda* a Pompeyo, mientras que los españoles aparecen en muchos casos auxiliando a los romanos en *Ilipa* – como ocurre según Pedro de Medina – y a César en *Munda*. Una excepción a esto es Ambrosio de Morales, quizá debido a que pretendiese mantener cierto rigor en su narración histórica. Lo que está claro es que cada autor debía mantener un relato que, más o menos fiel a la verdad (frecuentemente sacrificada), sí fuera consecuente con los intereses del poder, lo cual determinó en el caso portugués una ficticia genealogía según la cual la madre de Aníbal era portuguesa, y Braga habría sido fundada por Himilcón. Por su parte, Pedro de Medina escribió en época de Carlos V, que se hizo llamar César, por lo que no resulta extraño que para él los españoles apoyaran a los romanos. Ambas posturas podrían a su vez tener que ver con las rivalidades propias de los estados modernos.

Otra cuestión interesante es que autores analizados coinciden en la identificación de *Munda*, pero no en la de *Ilipa*, algo difícil de explicar más allá del probable solapamiento de fuentes, pero que aporta mucha información acerca de hasta qué punto fue arraigada la derivación toponímica *Munda*/Monda. Resultaría del mayor interés estudiar en detalle las fuentes de estos autores para llegar a saber cuál era el alcance real de la toponimia y qué otros factores pudieron haber influido en este aspecto. Este tipo de derivaciones continuaron siendo corrientes en siglos posteriores, llegando con vigor al siglo XIX, donde fue un componente de importancia para el desarrollo de debates historiográficos como el de la localización de las Casitérides, que tuvo su origen en el siglo XVI y tiene en común con el que nos ocupa los antecedentes que remiten al género corográfico (cf. Albuquerque, Ferrer, 2019).

El ejemplo de Rodrigo Caro permite comprender la relación entre la historia local y la corografía, pues se distancia del objetivo de engrandecer a la nación para narrar las grandezas de la ciudad de Sevilla y describir su pasado. Se ha propuesto para el caso de las corografías granadinas cómo este tipo de obras podían tener no tanto una función de mero elogio, sino servir como una respuesta para elevar la moral de la población de la ciudad ante un momento de declive (Arias de Saavedra, 2015: 2293). Tendría sentido que fuera este el caso de las *Antigüedades de Sevilla* si se considera la gran importancia que la ciudad había tenido en la Edad Moderna con anterioridad a que Felipe II estableciera la capital en Madrid.

En definitiva, el estudio de la representación de episodios pretéritos y la construcción de identidades colectivas a través de sus protagonistas resulta de gran interés para entender la recepción y la hermenéutica de las fuentes clásicas en época moderna, tal como se expone en los discursos historiográficos y corográficos brevemente tratados en este texto. La ampliación de este análisis a los trabajos eruditos de los siglos posteriores permitiría, seguramente, tener una visión más completa de los cambios y continuidades hasta nuestros días, especialmente en el análisis de las batallas que son objeto de esta monografía y que constituyen dos momentos transcendentes de la presencia romana en la Península Ibérica.

Referencias Bibliográficas

Albuquerque, P.; Ferrer Albelda, E. (2019): Las Casitérides: discursos historiográficos y apropiaciones de un topónimo errante (c. 1453 – 1902), in E. Ferrer Albelda (eds.), *La ruta de las Estrímnides: Navegación y conocimiento del litoral atlántico de Iberia en la Antigüedad*. Monografías de Gahia 4. Alcalá de Henares: 17-66.

Almeida, B. (2002): Las guerras civiles romanas en los Siglos de Oro, in M. Lobato; F. Domínguez Matito (eds.), *Memoria de la palabra: Actas del VI Congreso de la Asociación Internacional Siglo de Oro* (Burgos-La Rioja, 2002). Burgos-La Rioja: 201-209.

Álvarez Martí-Aguilar, M. (2005): *Tarteso: la construcción de un mito en la Historiografía española.* Monografías 27. Málaga.

Arias de Saavedra Alías, I. (2015): Un ejemplo de historia local en la España moderna: las corografías granadinas, in J. Iglesias Rodríguez; R. Pérez García; M. Fernández Chaves (eds.), *Comercio y cultura en la Edad Moderna: Actas de la XIII Reunión Científica de la Fundación Española de Historia Moderna* (Sevilla, 2014). Sevilla: 2289-2301.

Brito, B. (1597): *Monarchia Lusytana: Parte primeira que contem as historias de Portugal desde a criaçao do mundo te o nacimento de nosso sñor Iesvcristo.* Madrid.

Caballero López, J. (2002): Mito e historia en la *Crónica General de España* de Florián de Ocampo, in M. Lobato; F. Domínguez Matito (eds.), *Memoria de la palabra: Actas del VI Congreso de la Asociación Internacional Siglo de Oro* (Burgos-La Rioja, 2002). Burgos-La Rioja: 397-405.

Candau Pachón, M. (1997): Rodrigo Caro, visitador eclesiástico. *Huelva en su historia* 6: 105-124.

Caro, R. (1634): *Antigüedades y Principado de la Ilustrissima ciudad de Sevilla y chorographia de su convento iuridico, o antigua chancilleria.* Sevilla.

Domínguez Ortiz, A. (1992): La historiografía local andaluza en el siglo XVII, in J. Villegas (eds.), *Actas Irvine-92: Actas del XI Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas* (Irvine, 1992). Madrid: 29-41.

Fernandes, J. (2007): Estrutura e função do mito de Hércules na Monarquia Lusitana de Bernardo de Brito. *Ágora: Estudos Clássicos a debate* 9: 119-150.

Ferrer Albelda, E. (2016): *La España Cartaginesa: Claves historiográficas para la Historia de España*. Edición digital de la 1ª ed. (1996). Sevilla.

Gómez Martos, F. (2012): La justificación mítica de las ciudades en las historias generales de España de Florián de Ocampo y Juan de Mariana. *Revista de* Historiografía 16, IX: 179-184.

Guinea Díaz, P. (1991): Antigüedad e historia local en el siglo XVIII andaluz. *Florentia Iliberritana* 2: 241-257.

Herrera Delgado, J. (2019): Bonsor y las Casitérides: Transcripción y análisis crítico del manuscrito *An Archaeological exploration of the Scilly Isles, 1899-1900*. Trabajo de Fin de Grado. Universidad de Sevilla (inédito).

Kagan, R. (1995): La corografía en la Castilla moderna. Género, Historia, Nación.

Studia Historica. Historia Moderna 13: 47-59.

Lazure, G. (2011): Rodrigo Caro y la corte de Felipe IV: itinerario de unas ambiciones frustradas, in O. Wood; J. Roe; J. Lawrance (dir.), *Poder y Saber: Bibliotecas y bibliofilia en la época del Conde Duque de Olivares*. Madrid: 121-140.

Medina, P. de (1548): *Libro de grandezas y cosas memorables de España*. Sevilla.

Mora Rodríguez, G. (2004a): Ambrosio de Morales, in M. Ayarzaguena Sanz; G. Mora Rodríguez (eds.), *Pioneros de la Arqueología en España (1500-1912)*. Zona Arqueológica 4. Alcalá de Henares: 21-23.

Mora Rodríguez, G. (2004b): Rodrigo Caro, in M. Ayarzaguena Sanz; G. Mora Rodríguez (eds.), *Pioneros de la Arqueología en España (1500-1912)*. Zona Arqueológica 4. Alcalá de Henares: 33-35.

Morales, A. de (1574): La *Coronica General de España Que continuaua Ambrosio de Morales natural de Cordoua, Coronista del Rey Nuestro Señor Don Philipe segundo deste nombre, y cathredatico de Rhetorica en la Vniuersidad de Alcala de Henares.* Alcalá de Henares.

Morales, A. De (1574) [1791]: *Coronica General de España que continuaba Ambrosio de Morales Coronista del Rey Nuestro Señor Don Felipe II.* Madrid.

Ocampo, F. de (1544): *Los quatro libros primeros de la Cronica General de España que recopila el maestro Florian docampo criado y cronista del Emperador Rey nuestro Señor por mandado de su magestad cesarea*. Zamora.

Rallo Gruss, A. (2009): *Libros de antigüedades de Andalucía.* Sevilla.

Rego, A. S. (2009): Introdução. *B. de Brito, Monarchia Lusitana.* Lisboa: XI-XXX.

Reinoso y Malo, F. (s.d.) [s. XVIII]: *Antigüedades de Ronda* (MS). [s.l.]: [s.n.]

Resende, A. de (1597): *De antiquitatibus Lusitaniae.* Roma.

Rohl, D. (2011): The chorographic tradition and seventeenth- and eighteenth-century Scottish antiquaries. *Journal of Art Historiography* 5: 1-18.

LA BATALLA DE *MUNDA* Y EL EPÍLOGO DEL ASEDIO DE *URSO*[1]

Jesús Salas Álvarrez
Universidad Complutense de Madrid
jessalas@ucm.es
https://orcid.org/0000-0002-7364-4347

RESUMEN: El lugar exacto en el que tuvo lugar la batalla de *Munda*, entre los hijos de Pompeyo y las tropas cesarianas, ha sido uno de los temas más debatidos en la historiografía arqueológica andaluza y española desde el siglo XVI.
Este trabajo analiza, desde un punto de vista historiográfico, la interpretación que diferentes autores han realizado sobre la cuestión, en busca de una posible pauta que nos permita rastrear una evolución en su conocimiento desde la arqueología de base filológica hasta la arqueología de campo.
Relacionado con este tema, se encuentra la excavación practicada en 1903 por Pierre Paris y Arthur Engel en el llamado "Olivar de Postigo" (Osuna, Sevilla), en el que salieron a la luz una serie de estructuras defensivas y *militaria* romana, relacionada con este conflicto bélico. Para estudiar este episodio, ha de tenerse en cuenta la correspondencia mantenida entre Pierre Paris y Arthur Engel con León Heuzey, Conservador del Museo del Louvre, que hasta el momento presente no ha sido tenida en cuenta por las numerosas publicaciones realizadas sobre esta intervención arqueológica.
Palabras clave: Munda Pompeyana; Urso; Historiografía; Ejército romano.

ABSTRACT: The exact place where the Battle of Munda took place, between the sons of Pompey and the Cesarian troops, has been one of the most debated themes in Andalusian and Spanish archaeological historiography since the 16th century.
This paper analyses, from a historiographical point of view, the interpretation that different authors have made on the issue, in search of a possible guideline that will allow us to trace an evolution in their knowledge from philological-based archaeology to field archaeology.
Related to this topic is the excavation carried out in 1903 by Pierre Paris and Arthur Engel in the so-called "Olivar de Postigo" (Osuna, Seville), in which came to light a series of Roman defensive and *militaria* structures, related to this war conflict.
To study this episode, account should be taken of the correspondence between Pierre Paris and Arthur Engel with Leon Heuzey, Curator of the Louvre Museum, which to date has not been taken into account by the numerous publications made on this archaeological intervention
Keywords: Munda Pompeyana; Urso; Historiography; Roman Army.

[1] Este trabajo se inscribe dentro del Proyecto de Investigación "Paisaje y territorio militarizado en la Hispania romana: movilidad y transferencia cultural (ss. II a.C.-IV d.C.)" (I+D HAR2017-85929-P), concedido por el Ministerio de Economía, Industria y Competitividad (MINECO), a la Agencia Estatal de Investigación (AEI) y al Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER), cuyos investigadores principales son Ángel Morillo y Cruces Blázquez Cerrato.

La ubicación del *Campus Mundensis* o lugar donde tuvo lugar el enfrentamiento entre los partidarios de César y los hijos de Cneo Pompeyo Magno continúa aun hoy siendo un tema recurrente dentro de la Historia Antigua de la Península Ibérica. Periódicamente vuelve a la actualidad, debido a la realización de trabajos arqueológicos, a la publicación de un artículo científico[2] o, simplemente, a la aparición de una noticia en prensa, en la que se hace referencia a la Batalla de *Munda*.

1. *MUNDA UBI EST? EX VARIIS LOCIS IN UNUN LOCUM*

La primera obra en la que se hace mención a la ubicación de *Munda*, son *Las Antigüedades de las Ciudades de España* (Alcalá de Henares, 1575) del cordobés Ambrosio de Morales. Esta publicación forma parte de la *Crónica General de España*, realizada durante el reinado de Felipe II, que tenía la intención de ensalzar a la monarquía hispana.

En esta investigación, que se incluye dentro de los denominados "estudios de geografía o topografía antigua" (Beltrán, 1992: 113), Morales defendió que el sitio de *Munda* había que buscarlo en la localidad malagueña de Monda, basándose para ello en las semejanzas lingüísticas entre ambos topónimos, en la concordancia entre la topografía del lugar y la mención de los textos clásicos – del que Ambrosio de Morales era un profundo conocedor – y a la presencia de una inscripción[3] en la Iglesia de Santiago Apóstol de la localidad, en la que se mencionaba a la "vrbe Mvnda" (Morales, 1575: Libro IX, Cap. 8).

Nos encontramos, pues, ante la primera de las hipótesis de la ubicación del *Campus Mundensis*, opción que fue seguida por otros eruditos y anticuarios como Bernardo de Alderete (Alderete, 1614: Tomo I, 39) y, en especial, por Rodrigo Caro (Caro, 1634: 18). Llama la atención este último personaje, quien por su formación humanística, por su modo de trabajo (Salas, 2002: 36-37) y por su cargo como Visitador del Arzobispado de Sevilla recorrió todo este territorio, anotando cualquier hallazgo arqueológico y numismático que le permitiese identificar los restos arqueológicos, tanto los que él mismo vio como de los que recibió noticia, con las ciudades mencionadas en las fuentes clásicas. Pese a la objetividad y rigor de sus trabajos, en este caso concreto del epígrafe mencionado por Morales, no existe constancia que fuese visto *in situ* por el propio Rodrigo Caro (Oliver, Oliver, 1861: 218).

Frente a esta postura, que podríamos calificar como "oficialista" por las conexiones culturales de sus defensores, el anticuario rondeño Macario Fariñas del Corral sostuvo, en su estudio titulado las *Antigüedades de Ronda*[4], que el historiador cordobés había caído en un doble error en su obra sobre las antigüedades de España. El primero era la no identificación con *Munda* de las ruinas existentes en el

---

[2] En el transcurso del proceso de evaluación por pares ciegos previo a la publicación del presente trabajo, la revista *Cuadernos de los Amigos de los Museos de Osuna* ha incluido en su número 22, correspondiente al año 2020, un trabajo del Dr. Juan Antonio Pachón Romero que sigue una parecidísima línea argumental a la que se presenta en este trabajo, firmado por mí, y que ahora se publica en esta monografía.
La justificación de esa investigación por parte del Dr. Pachón Romero se basa, según consta en la página 71 del artículo, exclusivamente en que "Transcurridos dos mil setenta y cinco años desde la celebérrima batalla de *Munda*, quizás sea hora para volver a recapitular sobre sus circunstancias y el contexto geográfico donde pudo producirse, toda vez que su ubicación sigue suscitando controvertidos debates entre sus estudiosos, pese a los últimos encuentros científicos que lo han tratado", uno de ellos es, tal y como argumenta el propio autor, las recientes jornadas "*De Ilipa a Munda*", en Sevilla (https://delegacion-geografia-e-historia-us.webnode.com.ve/l/seminario-de-ilipa-a-munda/)».
Como puede apreciarse en el enlace web aportado, que ha sido consultado en fecha 7 de mayo de 2021, fue en el marco de ese Seminario Internacional, celebrado en Sevilla los días 3 y 4 de diciembre de 2019, en el que se expuso una reflexión historiográfica sobre la ubicación de *Munda*, y su relación con el episodio bélico de *Urso* (Osuna, Sevilla). Esta idea fue la base de esta contribución a la monografía que ahora se publica. Una vez examinados ambos documentos, pueden observarse las coincidencias tanto en la idea como en la línea argumental entre el trabajo presentado en 2019 y el publicado en 2020.

[3] CIL II* 160, que E. Hübner demostró que era una falsificación.

[4] En el año 2014 se ha editado la obra, con un estudio introductorio de Rafael Valentín López Flores y de Sergio Ramírez González.

paraje conocido como Ronda la Vieja, la actual *Acinipo*. Y el segundo error fue su creencia que el *Campus Mundensis* había de localizarse en Monda, "un lugar pequeño en la Sierra, entre Ronda y Málaga. Dejóse llevar de la analogía del vocablo, y probó su sentir con la relación de una piedra, que algún embustero le envío diciendo que estaba sobre la puerta de la iglesia. No vio el lugar, y habló por agena relación" (Fariñas, 2014: 91-94; Oliver, Oliver, 1861: 218). De esta forma, nace la segunda de las ubicaciones de *Munda*, que también tuvo sus seguidores en los siglos posteriores, como veremos más adelante.

En el Siglo XVIII, la cuestión de la ubicación de *Munda* continuó siendo unos de los temas preferidos de estudio por parte de los eruditos y anticuarios, tanto españoles como europeos, que continuaban divididos entre las dos posturas antes mencionadas.

Defensores de la postura oficialista de Ambrosio de Morales fueron dos proyectos subvencionados por la monarquía borbónica, la *España Sagrada* del Padre Henrique Flórez de Setién (Flórez, 1754: 72 y 291-293) y el *Viaje de España* de Luis José Velázquez de Velasco (Velázquez, 2015: Tomo I, 429). A estos se unirían otros anticuarios andaluces, como Patricio Gutiérrez Bravo (Gutiérrez, 1771: 189 y 195-196).

En el polo opuesto se encontraban el viajero inglés Francis Carter, quien defendió la ubicación planteada por Macario Fariñas del Corral (Carter, 1777: Tomo II, 30-31), o Francisco Pérez Bayer, quien rechazó la propuesta de Ambrosio de Morales, porque las descripciones de las fuentes clásicas no concordaban que esta localización exacta (Pérez Bayer, 1782: 165v).

En 1790 la *Sociedad de Anticuarios de Londres*, presidida por el General Melville y a la que pertenecía Francis Carter, presentó una propuesta para el estudio del *Campus Mundensis*, que fue supervisada por la Real Academia de la Historia[5]. La finalidad de este proyecto conjunto hispano-británico era conocer:

> "3º.- La posición verdadera y tamaño de dicha ciudad, que mejor se pueda juzgar ahora por los vestigios de sus muros y fosos, por donde se venga en conocimiento haber sido antes el sitio y toma por Julio César [...]. 4º.- Lo que queda de antigüedades, ya sean en arquitectura, cementerios, edificios, esculturas, inscripciones en mármol, utensilios, monedas, medallas, armas, monumentos sepulcrales, urnas y otros artículos pertenecientes a una ciudad romana que se halle todavía en Monda o junto a ella, o en sitios más distantes, adonde hayan sido llevados [...]. 5º.- La disposición, superficie y forma de las cercanías de *Munda* en cuanto parece haber tenido relación con el campamento de los dos ejércitos de César y de Cneo Pompeyo, los movimientos de ambos antes de la batalla y la extensión del terreno en el cual verdaderamente se dio. 6º.- Las mudanzas que se puede suponer haber hecho los dos ejércitos en una refriega tan dilatada y porfiada como se dice que fue, antes de la deshecha y derrota total de Cneo Pompeyo. 7º.- Si quedan todavía algunos escritos antiguos españoles, tradiciones razonables, términos particulares en latín, o cualquier otra lengua, túmulos, cementerios, fragmentos de armas y otros indicios del campo de batalla, o adonde se hizo la mayor carnicería o se saber haber estado allí anteriormente. 8º.- Cuales son las mutaciones de importancia que sirvan a la averiguación de los puntos antiguos de que se trata y que se puede razonablemente suponer haber sobrevivido desde el tiempo de esta grande época [...]. 9º.- Finalmente la determinación [...] del campo de batalla" (Berlanga, 2001: 330; Salas, 2010: 291-292).

[5] El expediente completo se conserva en el archivo de la Real Academia de la Historia. Mss. 11/8331.

Se trataba de dilucidar definitivamente la localización de *Munda*, si bien, del análisis de la propuesta británica, podemos observar que existe una pequeña confusión a la hora de la búsqueda del lugar, por cuanto se menciona tanto el sitio de la batalla como el emplazamiento de la ciudad, que es a todas luces inexistente. Aunque el principal problema que se topó el proyecto fue la dirección del mismo, encargada al Teniente Coronel de Ingenieros Domingo Belestá, quien tenía un amplio conocimiento de topografía, pues en aquellos momentos dirigía, cerca de Monda, las labores de restauración del camino de Málaga a Antequera. En cambio, no poseía conocimiento alguno sobre lenguas clásicas y epigrafía, lo cual era fundamental para realizar el trabajo encomendado (Ortiz, 1862: 149-150 y 154-155; Berlanga, 2001: 329; Salas, 2010: 292; Salas, 2015: 160).

Para llevar a cabo sus investigaciones, Domingo Belestá consultó con numerosos anticuarios y eruditos sus impresiones sobre el objeto de su trabajo (Berlanga, 2001: 330-333; Salas, 2010: 293-298) y recorrió el territorio de las actuales provincias de Málaga, Córdoba y Sevilla (fig. 1).

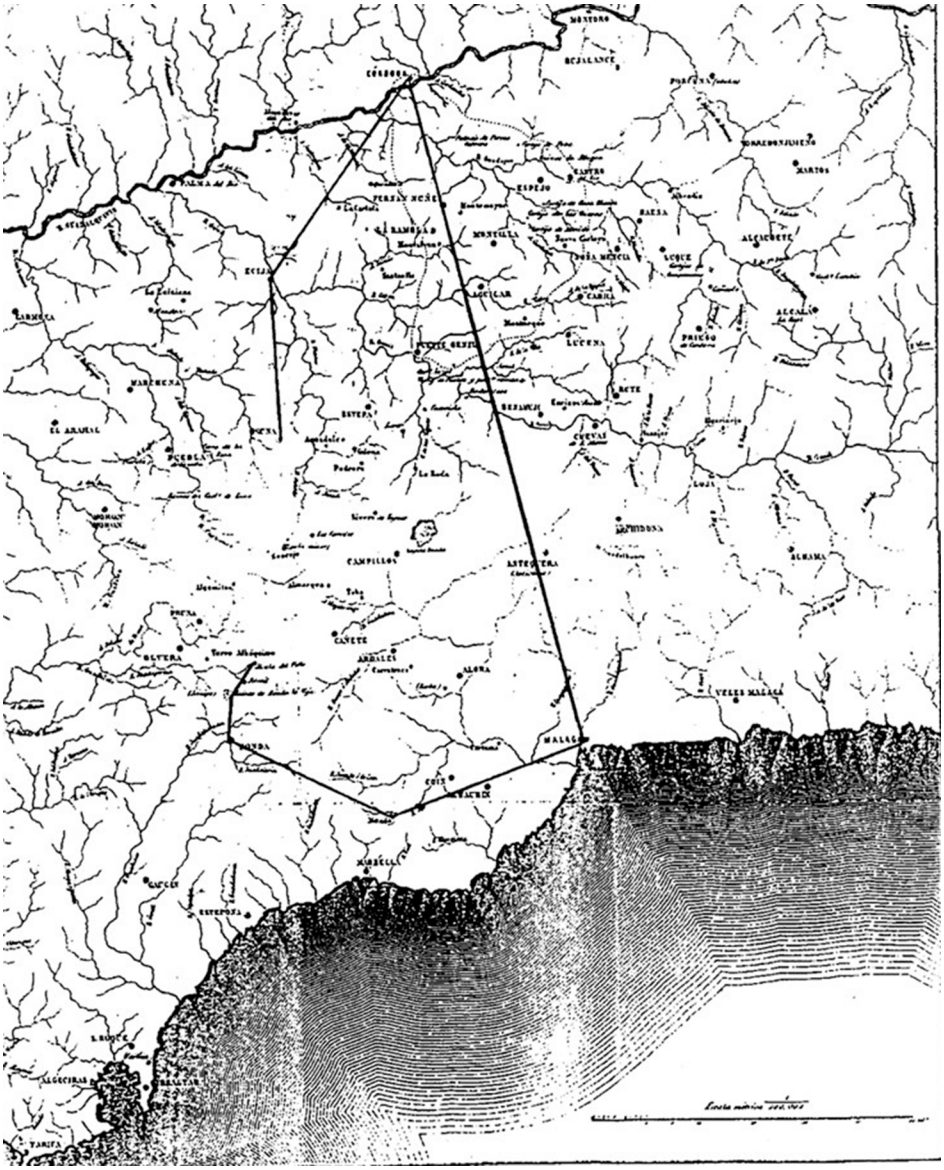


Fig. 1 - Itinerario seguido por D. Belestá entre Mayo y Noviembre de 1791 para llevar a cabo su Comisión (Berlanga, 2001: 341).

Sin embargo, Domingo Belestá no pudo llegar a ninguna conclusión sobre el lugar exacto donde debía ubicarse *Munda*, pese a trabajos y viajes realizados, debido a su falta de conocimientos sobre epigrafía y lenguas clásicas, tal y como ponen de manifiesto muchos de los informantes y eruditos con los que se entrevistó (Salas, 2010: 296-297).

Ante esta circunstancia, en 1792 el gobierno español envió a la *Sociedad de Anticuarios de Londres* una disertación firmada por Francisco Pérez Bayer (Berlanga, 2001: 333-334; Salas, 2010: 297), incluida posteriormente en el Tomo IX de la nueva edición de la *Historia de España* del Padre Mariana, editada en 1796 por B. Monfort en Valencia, y en la que se dejó clara la postura oficial española sobre la localización de *Munda*:

> "[...] el teatro de la guerra entre César y los hijos de Pompeyo fue la comarca de Córdoba, en sus cercanías y hasta ocho leguas a Oriente y Mediodía de ella. Que César no sacó ni un pie de esta comarca hasta después de ganada la batalla y de haberse apoderado de Córdoba. Que ni sus tropas salieron de dicha comarca, y se alargaron hasta Osuna hasta después de ganada *Munda*.
> Que esta ciudad perteneció al Convento Jurídico de Écija. Que estuvo situada entre *Itucci*, Espejo y Osuna. Que no distaba mucho de esta última, y mil cuatrocientos estadios de Carteia".

Para apoyar esta hipótesis, aportaba el dibujo de un glande encontrado en las cercanías de Utrera (Sevilla), perteneciente a las tropas pompeyanas (Salas, 2010: 297-298).

Frente a esta postura oficial defendida por la Real Academia de la Historia, que era la tercera ubicación propuesta para *Munda*, surgieron nuevas publicaciones que volvieron a reclamar los emplazamientos malagueños de Ronda la Vieja y de Monda, como los verdaderos lugares donde debía situarse el *Campus Mundensis* (Salas, 2010: 298).

Fue también el momento en el que José Ortiz y Sanz redactó su *Disertación histórico-geográfica acerca del parage de la célebre ciudad de Munda, junto a la cual venció Julio César a los hijos de Pompeyo*, que ya aparecería póstumamente. En ella, aportaba una nueva ubicación, la cuarta, en la Campiña Sevillana, cercana a las lagunas de Ayala, Calderona y de La Ballesta, en las inmediaciones de la localidad de La Lantejuela, al sostener que: "Munda o su área se hallará cuando se busque en un cerro por cuyo pie corra hacia la siniestra un arroyo pantanoso; tenga al lado opuesto un campo o vega llana ancha unas cinco millas; no diste mucho de Córdoba, esté cercana a Osuna y á Écija, y precisamente a seis millas" (Ortiz, 1862: 21).

Estos posicionamientos se mantuvieron durante toda la primera mitad del Siglo XIX, hasta que a mediados de siglo aparecieron nuevos planteamientos, basados en estudios sobre el terreno.

En 1857 la Real Academia de la Historia realizó una Convocatoria para la Demostración del sitio que ocupó la célebre Ciudad Pompeyana de *Munda*, resultando vencedora la obra *Munda Pompeyana* (1861) de los hermanos José y Manuel Oliver Hurtado, quienes situaron la ciudad en el despoblado de Ronda la Vieja (Berlanga, 2005: 336; 2005: 126-131; Gómez Pantoja, 2004; 2005: 102-104; Salas, 2015: 162), tras estudiar todas las fuentes clásicas y recorrer parte de las provincias de Málaga, Córdoba, Cádiz y Sevilla.

En 1863 el Coronel E. Stoffel visitó España para documentar las batallas de *Ilerda* y de *Munda*, y la posterior inclusión de los datos obtenidos en una *Historie de Jules Cesar* que estaba realizando en esos momentos Napoleón III (Gómez Pantoja, 2004; 2005: 102-104; Salas, 2015: 161-162; Salas, Durán, 2016:

194-195). Ante la inexistencia de una cartografía adecuada de la zona a estudiar, solicitó la colaboración del gobierno de Isabel II, que se tradujo en la creación de una comisión de militares hispano-franceses para la ejecución del proyecto.

El resultado fue la elaboración del mapa topográfico de la Provincia de Córdoba y un plano (fig. 2) que viene a resumir el resultado de los trabajos de E. Stoffel, que posteriormente fue incluido en la historia de Julio César, y en el que se ponía de manifiesto que el *Campus Mundensis* se ubicó en una zona de llanura, "los Llanos de Vanda", situados entre las localidades cordobesas de Espejo – la *Ucubi* de las fuentes clásicas – y Montilla, a la que se identificó con *Munda* (Gómez Pantoja, 1995: 17-26; 2004; 2005: 103; Maier, Salas, 2007: 212-213; Salas, 2015: 163; Salas, Durán, 2016: 197).

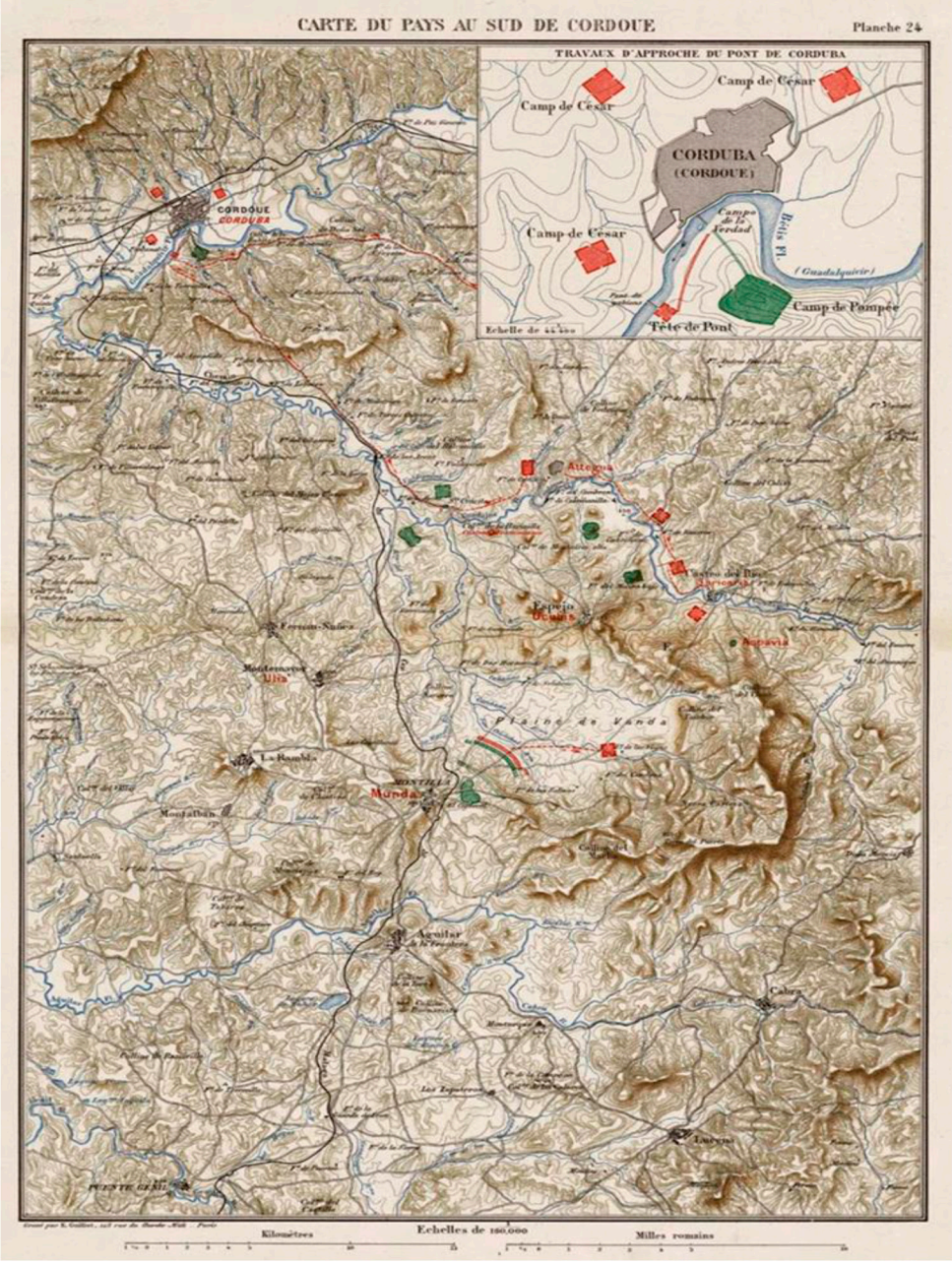


Fig. 2 - Desarrollo de la Campaña de Munda en la zona de Montilla, Córdoba (Stoffel, 1887).

En 1864, José Oliver y Hurtado decidió continuar sus investigaciones, realizando prospecciones en el territorio comprendido en la margen meridional del río Genil y las estribaciones N de las Serranías de Ronda y de Málaga, zona no explorada por la Comisión francoespañola encabezada por E. Stoffel, y cuya principal conclusión fue que Oliver y Hurtado pasó a defender la hipótesis expresada por José Ortiz y Sanz de ubicar a *Munda* (fig. 3) en las inmediaciones de Osuna (Fernández Guerra, 1866: 28-29; Berlanga, 2001: 338).

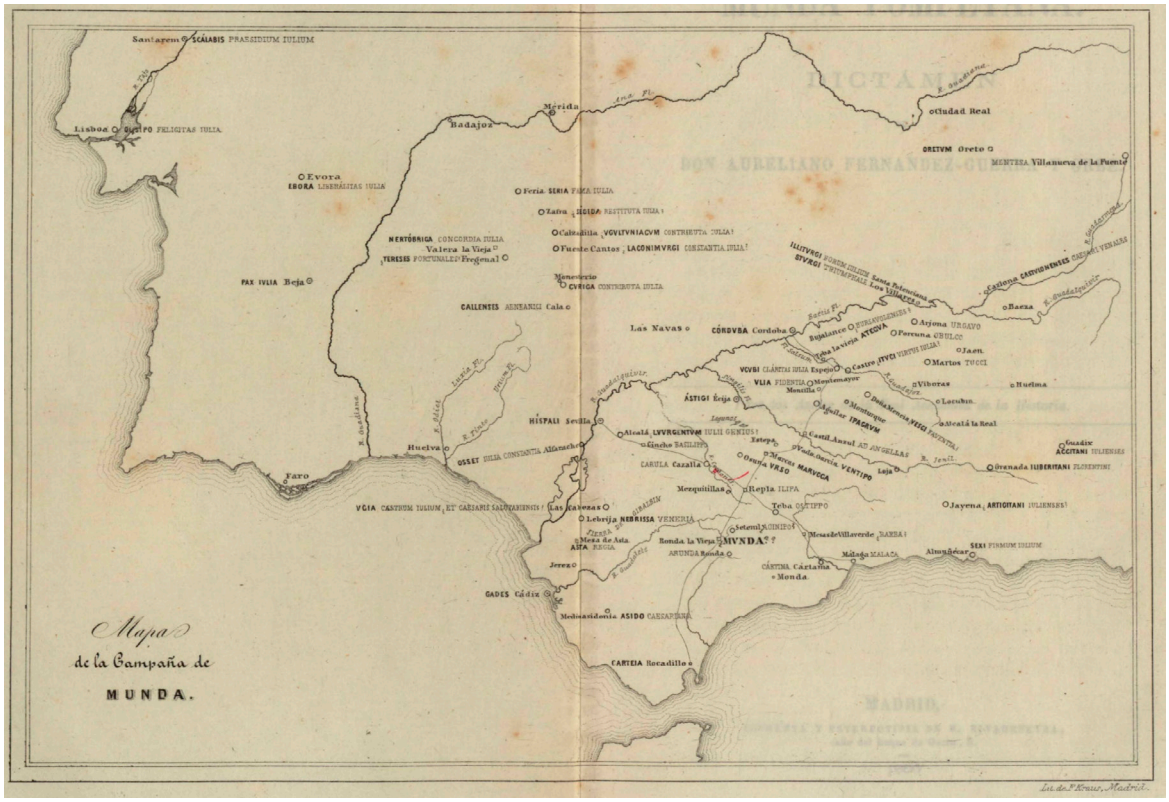


Fig. 3 - Ubicación de Munda en la zona de Osuna (Sevilla), propuesta por José Oliver Hurtado en 1864 (Fernández--Guerra, 1866).

2. LA ARQUEOLOGÍA MODERNA Y LA UBICACIÓN DE *MUNDA*

Durante buena parte del siglo XX han seguido vigentes ambas teorías sobre la ubicación del *Campus Mundensis*, hasta los años 70 del siglo pasado, cuando Ramón Corzo inició una serie de prospecciones y estudios territoriales en la Campiña Sevillana (Corzo, 1973; 1979).

Su idea (fig. 4) era la de "establecer con cierta precisión cuáles debieron ser los caminos utilizados en las campañas militares que constituyen el epígono decisivo de las Guerras Civiles, en el que se llega a la derrota definitiva del partido pompeyano por las tropas de César. Un conocimiento más exacto de las vías de comunicación utilizadas puede contribuir a establecer con claridad el escenario topográfico de la batalla de *Munda*" (Corzo, 1973: 241).

Esta lectura arqueológica fue facilitada por el hallazgo de varios glandes de plomo con la inscripción *CN(eus) MAG (nus) IMP(erator)*[6], en los denominados "Cerro de la Camorra" y "Cerros de la Atalaya, de las Infantas o de las Balas" (Corzo, 1973: 247-248; Salas, 2015: 165), donde en época Flavia se estableció el *Municipium Flavium Villonensis*[7] (González, 1992). A estos indicios hay que sumar tanto la semejanza topográfica con los pasajes descritos en el *Bellum Hispaniense*, como la proximidad con la localidad de Osuna (Corzo, 1973: 252).

[6] CIL II2/5, 1121 y 1123.

[7] En el Rancho de la Estaca (La Lantejuela) se halló un fragmento de la *Lex Villonensis*. CIL II2/5, 1120.

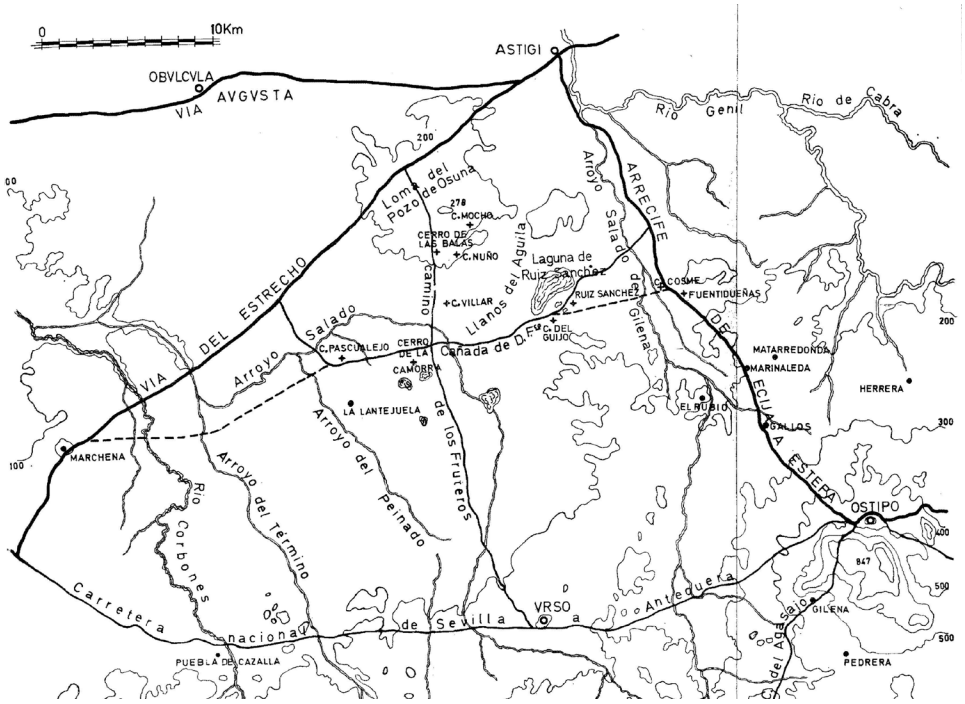


Fig. 4 - Configuración del *Campus Mundensis* según R. Corzo (1973: fig. 11).

En paralelo a estas investigaciones, F. Didierjan realizó entre 1978 y 1982 una serie de prospecciones aéreas sobre diversos yacimientos arqueológicos de la Campiña Sevillana, que debemos ubicar dentro de un programa de colaboración interdisciplinar entre investigadores franceses y españoles. El resultado fue la detección, a través de la fotografía aérea, en el "Cerro de Pajares" (Osuna) de una muralla con muros de cortina dispuestos en arco, precedidos de bastiones y de un doble foso (fig. 5), mientras que en la parte S. del "Cerro de la Camorra" (La Lantejuela) (fig. 6) se documentaron los restos de una muralla con muros de cortina y bastiones (Moret, 1996: 544).



Fig. 5 - Fotografía aérea oblicua del Cerro de los Pajares, Osuna (Didierjan, 1983: fig. 38).



Fig. 6 - Fotografía aérea oblicua del Cerro de la Camorra, La Lantejuela (Didierjan, 1983: fig. 39).

La cronología que se aplicó inmediatamente a ambos recintos fue de época tardorrepublicana y se asimilaron a construcciones realizadas en el enfrentamiento bélico de *Munda*. Aunque P. Moret realizó un reconocimiento superficial del terreno, nunca se han llevado a cabo prospecciones superficiales de carácter intensivo en el lugar, que constaten el estado de conservación de dichas estructuras y la posible cronología de las mismas, bien sean prerromanas, posteriores a la conquista romana (Moret, 1996: 545) o, incluso, medievales, puesto que la zona durante mucho tiempo formó parte de la denominada

"Banda Morisca" o zona de frontera entre los reinos de Castilla y de Granada, donde hay documentadas numerosas fortificaciones bien estudiadas (Molina, 2016).

En 1984, V. Durán Recio y M. A. Ferreiro López presentaron una prueba más para ubicar *Munda* en los denominados "Llanos del Águila", a unos 800 m del Cerro de la Camorra y a unos 500 m del arroyo Salado, cerca de La Lantejuela (Sevilla). Aunque en ningún momento indicaron ni las circunstancias del descubrimiento (labores agrícolas, furtivismo, trabajos arqueológicos) ni el contexto, presentaron a la comunidad científica el hallazgo de un pasador de plata (fig. 7) (Durán, Ferreiro, 1984: 233-234; Durán, 1984: 17; 1989) con la inscripción *A.VARO*[8], es decir *Publivs Attivs Varvs*, uno de los legados pompeyanos fallecido en la batalla, y que hoy en día es tenido como un epígrafe falso.



Fig. 7 - Pasador de plata con la inscripción A.VARO. CIL II2/5, 56*.

Uno de los elementos que no ha sido tenido en cuenta hasta hace muy poco es la existencia en las cercanías de la actual localidad sevillana de La Lantejuela de un complejo de lagunas endorreica, que posteriormente quedarían englobadas en los territorios de las colonias de *Astigi* y de *Vrso* (Castro, 2019: 139-140). Solamente se ha relacionado con las menciones en el *Bellum Hispaniense* (28, 4) a la presencia en el lugar de una zona de humedales y lagunas que, una vez encharcadas, servían para la defensa del territorio (Castro, 2019: 142). Pero, además, hay que pensar en otra cuestión, pues este paisaje era el único que podía servir para abastecer de agua, sal, forraje y alimentos (aves y animales) a un ejército en campaña, de ahí que fuese un lugar idóneo para establecer campamentos.

3. LAS EVIDENCIAS DEL *BELLUM HISPANIENSE* EN OSUNA. LA EXCAVACIÓN DE LA MISIÓN FRANCESA EN 1903

Según el capítulo 41 del *Bellum Hispaniense*, las tropas pompeyanas se refugiaron en la cercana localidad de *Vrso* (Osuna, Sevilla), distante pocos kilómetros al E del *Campus Mundensis*. Las evidencias del conflicto fueron sacadas a la luz, en las excavaciones practicadas en 1903, por A. Engel y P. Paris, en el denominado "Garrotal de Postigo" (Engel, Paris, 1999; Salas, 2002; Ruiz Cecilia, 2007; Quesada, 2008; Ruiz, Moret, 2009).

Conocemos el desarrollo de la Misión Francesa en Osuna gracias a la memoria publicada por A. Engel y P. Paris en 1906 (Engel, Paris, 1999)[9], que nos permite valorar el desarrollo de las excavaciones practicadas, así como los descubrimientos efectuados. A ellos hay que unirles la correspondencia mantenida entre A. Engel y P. Paris con L. Heuzey, conservador del Departamento de Antigüedades Orientales del Museo del Louvre, que había participado años atrás en la *Mission archéologique de Macédoine* que había estudiado los campos de batalla de *Farsalia* y *Filipos*.

[8] CIL II²/5, 56*.

[9] La edición facsímil fue publicada en 1999 por la Universidad de Granada, con una excelente introducción por parte de M. Pastor, J. A. Pachón y P. Rouillard.

La intervención vino motivada por el hallazgo de una serie de esculturas (Beltrán, Salas, 2002; López, 2017) en el llamado "Garrotal de Postigo", que despertaron el interés de A. Engel, quien por entonces se encontraba realizando una serie de prospecciones en los llamados "Cerro de la Cabeza" y "Cerro de la Camorra", para corroborar si allí se encontraba el emplazamiento exacto de la batalla de *Munda*[10]. Hacer notar que la investigación de A. Engel se apartaba de la postura oficial francesa, en su día defendida por E. Stoffel, quien abogaba por situar el lugar del combate en la localidad cordobesa de Montilla (Stoffel, 1887).

Las excavaciones practicadas por A. Engel y P. Paris (fig. 8) exhumaron un lienzo de muralla, de 95 m de longitud por 10 m de anchura, que presentaba la cara externa ataludada, a la que se adosaron 4 grandes bastiones semicirculares y elípticos, de 6,5 m de diámetro cada, y colocados cada 16 m, y junto al bastión 3 se documentó un pequeño contrafuerte semicircular. También constataron, gracias al hallazgo de útiles de cantería, que había sido retallada la base de roca sobre la que se asentaba la muralla (Engel, Paris, 1999: 385-387).

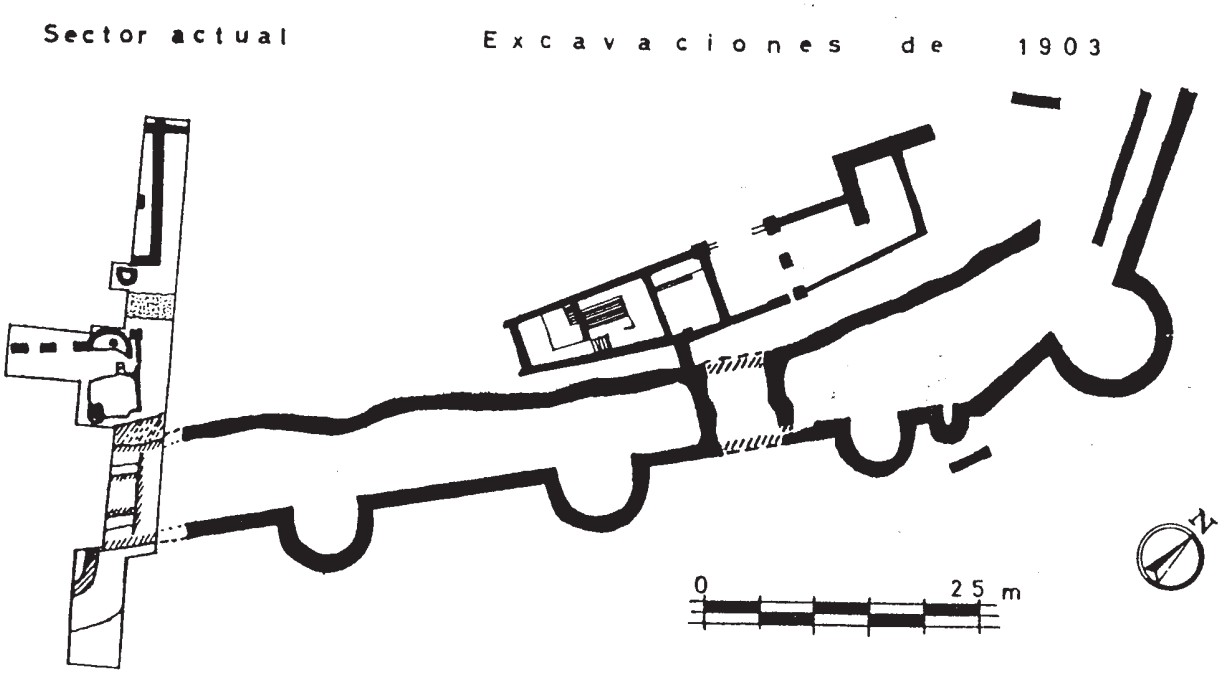


Fig. 8 - Planta de la muralla y estructuras adyacentes exhumadas por A. Engel y P. Paris en 1903 y por R. Corzo en 1973 (Corzo, 1977: fig. 12).

En trabajos posteriores, P. Paris defendió que sobre esta muralla se elevaría otro muro más regular y de gran aparejo, cuyo desplome sembró de bloques escuadrados y piedras irregulares la pendiente de la colina que coronaría esta fortificación (Paris, 1910: 206-207; Salas, 2002: 87-88).

Esta apreciación no fue documentada por R. Corzo, cuando en 1973 realizó una investigación junto al lugar de excavación de A. Engel y P. Paris (fig. 8), documentando otro bastión y fechando la construcción entre el 50 y el 45 a.C., por las similitudes que se observaban con los tratados de Vitrubio y con otros recintos fortificados, así como por un denario anepígrafo de la familia Julia, encontrado en el interior del terraplén de la muralla, fechado en el año 83 a.C. (Corzo, 1973: 14-18; Moret, 1996: 544-545).

Esto venía a concordar con la idea defendida por los excavadores franceses que la muralla se había erigido de forma precipitada, para repeler un peligro inminente, que relacionaron con el asedio

[10] Carta de A. Engel a L. Heuzey de 5 de mayo de 1903.

cesariano, por los glandes con la inscripción *CN MAG IMP*[11], también documentados por R. Corzo junto con otros elementos de *militaria* (Engel, Paris, 1999: 380).

Sin embargo, autores posteriores han puesto en duda la cronología otorgada a la muralla por sus excavadores, al ver semejanzas arquitectónicas con otros recintos prerromanos, incluidos otros existentes en la propia Osuna (Escacena, 2002; Juárez, 2002; Pachón, Ruiz, 2005; Ruiz, 2007: 121-122), e incluso hay autores que, reconociendo su origen prerromano, admiten su uso durante el *Bellum Hispaniense* (Hourcade, 2003: fig. 3), pues los objetos allí hallados, entre los que destacan entre ellos numerosas armas, forman parte de ese episodio histórico (Beltrán, Salas, 2002: 245; Salas, 2002: 89), y evidenciarían el asalto de las tropas cesarianas a la fortaleza defendida por los seguidores de Cneo Pompeyo.

En cuanto a las armas documentadas en las excavaciones de 1903 y 1973, han sido recientemente reestudiadas por F. Quesada (Quesada, 2008), quien destaca la existencia de artefactos de muy diversas características: espadas, puñales, jabalinas, puntas de flechas de distinta tipología, espigas y punta de *pila*, proyectiles incendiarios, tridentes, *pila* con arpón lateral en la punta, proyectiles de catapulta, glandes de plomo y bolas de catapulta, muchos de ellos conservados actualmente en el Museo de Saint-Germain-en-Laye (Rouillard, 1997).

Es destacable una idea que subraya F. Quesada acerca de la procedencia y pertenencia de los materiales:

> "Sólo sabemos que aparecieron delante y detrás de la línea de muralla, por lo que no es posible diferenciar por su posición las armas de los defensores (romanos pompeyanos y sus iberos aliados) que en principio debieran ser las arrojadizas halladas extramuros y las no arrojadizas intramuros, de las de los atacantes cesarianos (distribución inversa). Sabemos que la mayoría de los glandes de honda, con marcas epigráficas alusivas a Cneo Pompeyo, debieron pertenecer a los defensores, mientras que las puntas de anzuelo son probablemente cesarianas" (Quesada, 2008: 17).

Esta cuestión podría resolverse con una investigación moderna en el lugar, porque la muralla excavada por A. Engel y P. Paris aún es reconocible en el terreno (Pachón, Ruiz, 2005: 420, figs. 5 y 6; Quesada, 2008: 13, fig. 2), con lo que todas estas cuestiones controvertidas podrían resolverse.

4. CONCLUSIONES

A modo de conclusiones, podemos decir que nos encontramos ante una cuestión recurrente, que no ha sido resuelta definitivamente por la investigación, y que como consecuencia de cualquier acto – congreso, noticia en prensa, publicación – o de algún hallazgo arqueológico, vuelve a la actualidad de la investigación.

Conocemos muchos datos y publicaciones, pero se hace necesario reestudiar tanto la documentación conservada en los archivos como los materiales conservados en diversos museos y colecciones privadas. A ello habría que unir la necesidad de estudiar con otros ojos la zona donde, actualmente, la mayor parte de los investigadores coinciden en la ubicación del *Campus Mundensis*, que es en las inmediaciones de la localidad sevillana de La Lantejuela.

Seguimos aún anclados en los estudios efectuados en los años 70 y 80 del siglo pasado, de los que en absoluto renegamos, porque continúan aún vigentes. Sin embargo, faltan trabajos más actualizados en la zona, en los cuales se usen métodos más modernos (prospecciones geofísicas, con georradar,

[11] CIL II²/5, 1122.

LiDAR y Teledetección, prospecciones superficiales microespaciales,…) que aporten nuevos datos, que completen el panorama que conocemos hasta el momento.

Por otra parte, y en relación con el episodio del asedio de *Vrso* (Osuna), un nuevo estudio de la zona donde se ubica la muralla excavada por A. Engel y P. Paris en 1903 y por R. Corzo en 1973, aprovechando los nuevos métodos de la "arqueología no destructiva", puede arrojarnos nuevos datos que ayuden a comprender mejor la muralla exhumada en ambas intervenciones arqueológicas, pero también conocer mejor el enfrentamiento que se dio frente a los muros de la ciudad de *Vrso*.

Y todo esto, teniendo en cuenta que en los casos del *Campus Mundensis* y de la muralla de Osuna, nos encontramos ante un patrimonio que corre peligro de perderse para las generaciones futuras de investigadores, no sólo por las labores agrícolas que se efectúan en ambos parajes, sino también por la realización de actividades contrarias a la conservación del patrimonio arqueológico – uso de detectores de metales –, que son muy abundantes en toda la Campiña sevillana.

Referencias Bibliográficas

Alderete, B. (1614): *Varias antigüedades de España, África y otras provincias*. Amberes.

Beltrán Fortes, J. (1993): Entre la erudición y el coleccionismo: anticuarios andaluces de los siglos XVI al XVIII, in J. Beltrán; F. Gascó (eds.), *La Antigüedad como Argumento. Historiografía de Arqueología e Historia Antigua en Andalucía.* Sevilla: 105-124.

Beltrán Fortes, J.; Salas Álvarez, J. (2002): Los relieves de Osuna, in F. Chaves Tristán (coord.), *Urso: A la búsqueda de su pasado*. Osuna: 235-272.

Berlanga Palomo, Mª J. (2001): Un capítulo en la historiografía sobre la localización de *Munda*: la comisión de Domingo Belesta a fines del siglo XVIII. *BAETICA: Estudios de Historia Moderna y Contemporánea* 23: 325-342.

Berlanga Palomo, Mª J. (2005): *Arqueología y erudición en Málaga durante el Siglo XIX.* Málaga.

Caro, R. (1634): *Antigüedades y principado de la ilustrissima ciudad de Sevilla y Chorographia de su convento iuridico, o antigua Chancilleria*. Sevilla.

Carter, F. (1777): *A journey from Gibraltar to Malaga, with a view of that garrison and its enviroment; a particular account of the towns in the Hoya of Malaga; the ancient and natural history of those cities, of the coast between them and the mountains of Ronda. Illustrated with the medals of each municipal town; and a chart, perspectives and drawings, taken in the year 1772*. Londres, 3 vols.

Castro Sánchez, Mª (2019): La Lantejuela, un complejo endorreico entre dos colonias béticas: *Astigi* y *Urso*, in L. Lagóstena Barrios (coord.), *Economía de los Humedales. Prácticas sostenibles y aprovechamientos históricos*. Barcelona: 137-152.

Corzo Sánchez, R. (1973): *Munda* y las vías de comunicación del *Bellum Hispaniense*. *Habis* 4: 241-252.

Corzo Sánchez, R. (1977): *Osuna de Pompeyo a César. Excavaciones en la Muralla Republicana.* Sevilla.

Corzo Sánchez, R. (1979): Arqueología de *Osuna*. *Archivo Hispalense* 62,189: 117-138.

Didierjan, F. (1983): Enceintes Urbaines Antiques dans la Province de Séville, in A. Bazzana; A. Humbert (eds.), *Prospections Aériennes. Les Paysages et leur Histoire. Cinq campagnes de la Casa de Velázquez en Espagne (1978-1982)*. Casa de Velázquez 10. Madrid: 73-80.

Durán Recio, V. (1984): *La Batalla de Munda.* Córdoba.

Durán Recio, V. (1989): Muerte de *Attius Varus* en *Munda*, in J. González Fernández (coord.), *Estudios sobre Urso: Colonia Iulia Generativa*. Sevilla: 367-376.

Durán Recio, V.; Ferreiro López, M. (1984): Acerca del lugar donde se dio la batalla de *Munda*. *Habis* 15: 229-236.

Escacena Carrasco, J. (2002): Murallas fenicias para Tartessos. Un análisis darwinista. *Spal* 11: 69-105.

Fariñas del Corral, M. (2014): *Antigüedades de Ronda*. Edición, estudio introductorio y transcripción a cargo de Rafael Valentín López Flores y Sergio Ramírez González. Ronda.

Fernández Guerra, A. (1866): *Munda Pompeyana. Dictamen de Don Aureliano Fernández-Guerra y Orbe. Viaje arqueológico de Don José Oliver y Hurtado*. Madrid.

Flórez de Setién, H. (1752): *España Sagrada. Teatro Geográfico histórico de la Iglesia de España. Origen, divisiones y límites de todas sus Provincias. Antigüedad, traslaciones y estado antiguo, y presente de sus Sillas en todos los dominios de España y Portugal. Con varias Disertaciones Críticas para ilustrar la Historia Eclesiástica de España*. Tomo X. Madrid.

Gómez-Pantoja, J. (1995): Stoffel en España. Una respuesta a Joël Le Gall. *Gerión* 13: 17-26.

Gómez-Pantoja, J. (2004): Stoffel y Munda. *Zona Arqueológica* 3: 353-362.

Gómez-Pantoja, J. (2005): Buscando "Munda" desesperadamente, in E. Melchor Gil; E. Mellado Rodríguez; J. Rodríguez Neila (eds.), *Julio César y Corduba: Tiempo y espacio en la campaña de Munda (49-45 a.C.)* (Córdoba, 2003). Córdoba: 89-137.

González Fernández, J. (1992): *Lex Villonensis*. *Habis* 23: 97-120.

Gutiérrez Bravo, P. (1771): *Discursos geográficos de la Bética Romana, sus límites, sus ríos, sus gentes, sus pueblos, sus nombres antiguos y modernos y la situación de cada uno de ellos, sus lápidas y medallas geográficas*. RAH 9/5984(1) y BN Mss. 18971.

Hourcade, D. (2003): Les murailles des villes romaines de l´Hispanie républicaine et augustéenne: enceintes ou fortifications du territoire urbain?, in A. Morillo Cerdán; F. Cadiou; D. Hourcade (eds.), *Defensa y territorio en Hispania : De los Escipiones a Augusto* (Madrid, 2001). Léon-Madrid: 295-324.

Juárez Martín, J. (2002): El Cerro de San Cristóbal de Estepa. Un modelo de lugar fortificado, in F. Amores Carredano (eds.), *Fortificaciones en el Entorno del Bajo Guadalquivir* (Alcalá de Guadaira, 2001). Sevilla: 37-49.

López García, I. (2017): *Corpus Signorum Imperii Romani. España: Osuna (Provincia de Sevilla. Hispania Ulterior Baetica)*. Sevilla-Tarragona.

Maier Allende, J.; Salas Álvarez, J. (2007): Los inspectores de antigüedades de la Real Academia de la Historia en Andalucía, in Mª Belén Deamos; J. Beltrán Fortes (eds.), *Las instituciones en el origen y desarrollo de la arqueología en España*. Spal Monografías 10. Sevilla: 175-238.

Molina Rozalem, J. F. (2016): *Fortificaciones de la banda morisca en la provincia de Sevilla*. Arte Hispalense 109. Sevilla.

Morales, A. (1575): *Las Antigüedades de las Ciudades de España que van nombradas en la Crónica con las averiguaciones de sus sitios y nombres antiguos*. Alcalá de Henares.

Moret, P. (1996): *Les fortifications ibériques de la fin de l'âge du Bronze à la conquête romaine*. Casa de Velázquez 56. Madrid.

Oliver Hurtado, J.; Oliver Hurtado, M. (1861): *Munda Pompeyana*. Madrid.

Ortiz y Sanz, J. (1862): *Disertación histórico-geográfica acerca del parage de la célebre ciudad de Munda, junto a la cual venció Julio César a los hijos de Pompeyo. Obra póstuma de D. José Ortiz y Sanz, Deán que fue de Játiba, Académico de la Historia, y de mérito de la de Nobles de San Fernando. Precedida de una advertencia por D. Salvador Enguídanos*. Madrid.

Pachón Romero, J.; Ruiz Cecilia, J. (2005): La muralla Engel/Paris y la necrópolis protohistórica de Osuna. *Florentia Iliberritana* 16: 383-423.

Pérez Bayer, F. (1782): *Diario del Viaje que hizo desde Valencia a Andalucía y Portugal en 1782*. BN Mss. 5953-5954 y RAH Mss. 9/5474 y 9/5498.

Pérez Bayer, F. (1796): Discurso sobre el sitio de Monda, in P. Mariana (eds.), *Historia de España*. Tomo IX. Valencia.

Quesada Sanz, F. (2008): Armamento romano e ibérico en "*Urso*" (Osuna): Testimonio de una época. *Cuadernos de los Amigos de los Museos de Osuna* 10: 13-19.

Rouillard, P.; Truzskowiski, E.; Sievers, E.; Chapa, T. (1997): *Antiquités de l´Espagne*. Paris.

Ruiz Cecilia, J. (2007): *Testimonios arqueológicos de la antigua Osuna*. Spal Monografías 8. Sevilla.

Ruiz Cecilia, J.; Moret, P. (eds.) (2009): *Osuna retratada. Memoria fotográfica de la Misión Francesa de 1903*. Osuna.

Salas Álvarez, J. (2002): *Imagen historiográfica de la antigua Ursa (Osuna, Sevilla)*. Sevilla.

Salas Álvarez, J. (2010): *La Arqueología en Andalucía durante la Ilustración (1736-1808)*. Málaga-Sevilla.

Salas Álvarez, J. (2015): La utilización de la Arqueología Filológica para la ubicación de escenarios bélicos en época antigua: apuntes historiográficos para el estudio del caso concreto de Munda Pompeyana, in E. Martínez Ruiz; J. Cantera Montenegro (dir.), *Perspectivas y Novedades de la Historia Militar. Una aproximación global* (Madrid, 2013). Madrid: 155-169.

Salas Álvarez, J.; Durán Cabello, R. (2016): La influencia de la figura de Julio César y del Ejército Romano en la Política del Segundo Impero Francés, in E. Martínez Ruiz; J. Cantera Montenegro; M. Pi Corrales (coord.), *La organización de los ejércitos*. Tomo I. Madrid: 191-224.

Stoffel, E. (1887): *Histoire de Jules Cesar, Guerre Civile*. Tomo 2. Paris.

Velázquez de Velasco, L. (2015): *Viaje de las Antigüedades de España (1752-1765)*. 2 vols. Madrid.

SÍTIOS E CONTEXTOS DE ORIENTE PARA OCIDENTE

YACIMIENTOS Y CONTEXTOS DE ORIENTE A OCCIDENTE

ARQUEOLOGÍA DE LA CONQUISTA ROMANA EN LA CONTESTANIA IBÉRICA. LOS FORTINES TARDORREPUBLICANOS DE LA COSTA Y LA VIGILANCIA DEL CAMINO HACIA *CARTHAGO NOVA*

Sonia Bayo Fuentes
Universidad de Alicante
sonia.bayo@ua.es
http://orcid.org/0000-0001-8864-6524

Jesús Moratalla Jávega
INAPH - Universidad de Alicante
jesus.moratalla@ua.es
http://orcid.org/0000-0003-0227-6150

Feliciana Sala Sellés
INAPH - Universidad de Alicante
feliciana.sala@ua.es
http://orcid.org/0000-0003-1644-8611

RESUMEN: A fines del siglo XX la Arqueología sacaba a la luz la fortificación bárquida del Tossal de Manises (Alicante) y con ella las primeras evidencias del conflicto que iniciaba la conquista de Hispania en un territorio, la Contestania ibérica, donde las fuentes escritas no mencionaban enfrentamientos. Durante las guerras sertorianas, la costa alicantina volvió a ser un espacio estratégico, como indica la red de fortines construida por Sertorio al sur del cabo de la Nau. Presentamos aquí otro sistema de vigilancia constituido por pequeños enclaves en altura, esta vez en la vía que discurre por la cuenca del río Vinalopó y comarca del Bajo Segura hacia *Carthago Nova*. Considerados tradicionalmente poblados ibéricos de la fase final, y recientemente relacionados con las guerras sertorianas, su revisión apunta a lugares de vigilancia construidos durante la guerra de Cesar contra los pompeyanos.
Palabras clave: Guerras civiles romanas; Control de las vías; Sudeste Hispania.

ABSTRACT: At the end of the 20th century, Archaeology had brought to light the barcid fortification of El Tossal de Manises (Alicante) and with it, the first material evidence of the conflict that sparked the conquest of Hispania. Specially, in a territory, the Iberian *Contestania*, where the written sources never mentioned any clashes or confrontations. Later, during the Sertorian Wars, the coast of Alicante became again a strategic theatre, as it indicates the already known network of forts built by Sertorius south of Cabo de la Nau. In this paper it is presented another surveillance system composed of small enclaves located on hilltops, this time on the road that runs through the Vinalopó river basin and the Bajo Segura region towards *Carthago Nova*. Although traditionally considered late Iberian settlements, and more recently related to the Sertorian wars, the revision of the data leads to interpret these sites as surveillance points built during Cesar's war against Pompei.
Keywords: Roman civil wars; Roads control; Southeast Hispania.

1. LOS FORTINES TARDO-REPUBLICANOS DE LA COSTA NORTE ALICANTINA

En su *Contestania ibérica*, E. Llobregat (1972: 59-62) definió la naturaleza de unos "poblados ibéricos fortificados de baja época" situados sobre promontorios de la costa norte alicantina, cuya fecha *ante quem* quedaba establecida por la ausencia de *terra sigillata*. En 2010[1] iniciamos su estudio con el objeto de conocer la vida de los iberos en esa fase final, así como comprobar los indicadores de la incipiente romanización que todos los autores sin excepción admitían. A medida que avanzaba la investigación, los datos ponían en duda su identidad como enclaves iberos de los siglos II-I a.C. hasta que, finalmente, concluimos que se trataba de fortines ocupados por pequeñas guarniciones del ejército romano republicano durante las guerras sertorianas (Sala, Bayo, Moratalla, 2013; Sala et al., 2014; Sala, Moratalla, Abad, 2014). Aunque no nos extenderemos en los detalles metodológicos que permitieron la nueva interpretación, para lo que remitimos a un artículo de reciente aparición (Sala, 2020), conviene recordar que fue la revisión de la excavación del Padre Belda de 1943 en el Tossal de la Cala (Bayo, 2010) lo que marcó el inicio de la investigación, tras reconocer armamento y objetos de *militaria* romanos entre los materiales arqueológicos. Dichos yacimientos son, al sur del cabo de la Nau, Punta de la Torre (Teulada-Moraira), Penyal d'Ifac (Calp), Cap Negret (Altea) y Tossal de la Cala (Benidorm) (fig. 1); al norte, sobre elevaciones algo alejadas de la costa, pero con gran visibilidad están Penya de l'Àguila (Dénia) y Passet de Segària (Benimeli).



Fig. 1 - Cartografía histórica del área de estudio y yacimientos citados en el texto.

[1] La reflexión que aquí presentamos se realiza en el marco del proyecto de investigación HAR2016-76917-P, concedido por el Ministerio de Economía, Industria y Competitividad y financiado por la Agencia Estatal de Investigación (AEI) y el Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER).

El Tossal de la Cala es el único yacimiento en el que hemos podido intervenir, excavándolo en extensión mediante un convenio de colaboración con el Ayuntamiento de Benidorm, gracias a lo cual contamos con un interesante dossier de datos sobre su arquitectura, pasando de este modo a ser el referente con el que entender los restantes enclaves (Bayo et al., e.p.). En primer lugar, la extensión del Tossal de la Cala se repite en todos, incluidos los fortines de Penya de l'Àguila y Passet de Segària donde, aunque las murallas o aterrazamientos abarquen una extensión casi cinco veces mayor, el asentamiento propiamente dicho se reduce a 0,5 ha aproximadamente. En segundo lugar, las fortificaciones se levantan con sencillas fábricas de mampostería, pero adoptando soluciones constructivas bien estudiadas para responder a estrategias defensivas concretas. La fortificación del Tossal de la Cala, que ahora podemos ver – y entender – en toda su extensión, es tan simple como efectiva: un sencillo muro de mampostería de un solo metro de grosor discurre por las vertientes norte y oeste del promontorio adaptando su trazado a un escarpe rocoso, con los muros medianeros de las estancias intestando con él para conformar un sólido bloque rectangular – muralla más tabiques y muro de fachada – que realmente funciona como una muralla de casernas (fig. 2).

Construir levantando al unísono muralla y muros medianeros no parece un ensayo *ad hoc*, sino una pauta constructiva aprendida, y la estudiada adaptación a la orografía del cerro la vemos nuevamente aplicada en el Penyal d'Ifac y la Penya de l'Àguila. En el primero, adosan el lienzo a los afloramientos de la roca para ahorrar tiempo y material constructivo (Bazzana, Aranegui, 1980: 423, fig. 1); en el segundo, el trazado de las tres murallas sigue el recorrido de los afloramientos rocosos y ello explica, por ejemplo, el quiebro de 10 m en la muralla II con el que se gana en flanqueo, además de romper la linealidad de la cortina y darle estabilidad. La vista cenital permite observar que las murallas se dispusieron en barrera en los estrechamientos del espolón para frenar un ataque que sabían seguro avanzaría desde el este (fig. 3).

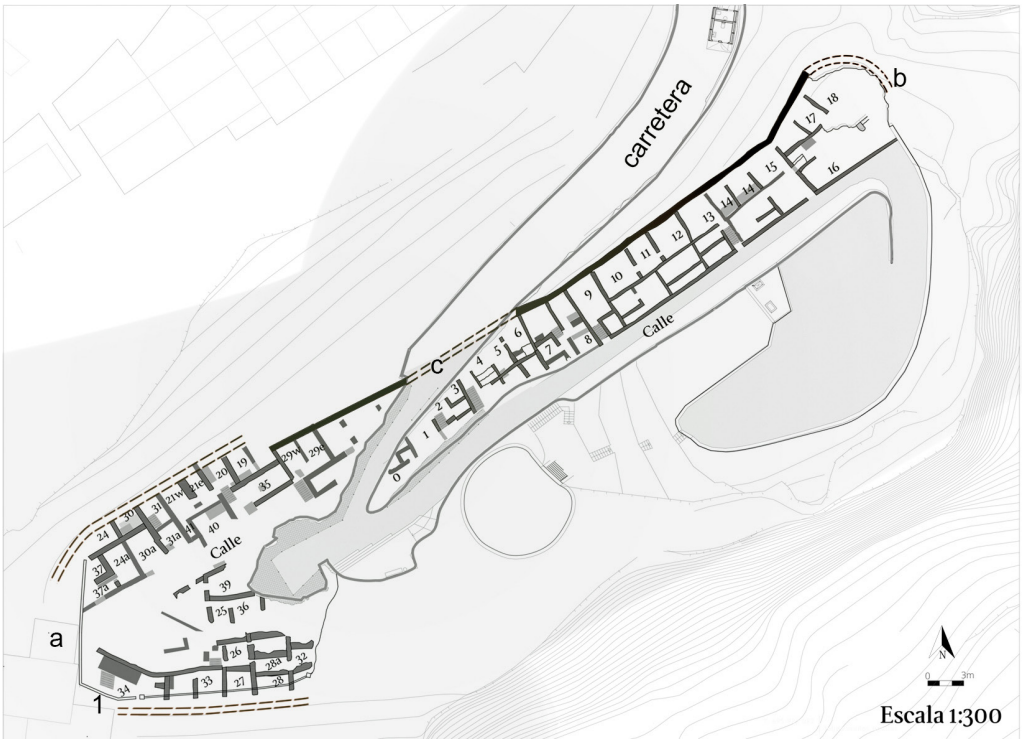


Fig. 2 - Planimetría general del fortín del Tossal de la Cala. Con las letras a, b y c se señala las tres opciones posibles para la localización de la o las puertas de la fortificación y el número 1 señala una estructura semiciclópea que pudo estar en relación con la posible puerta. La línea negra corresponde al trazado de la muralla.

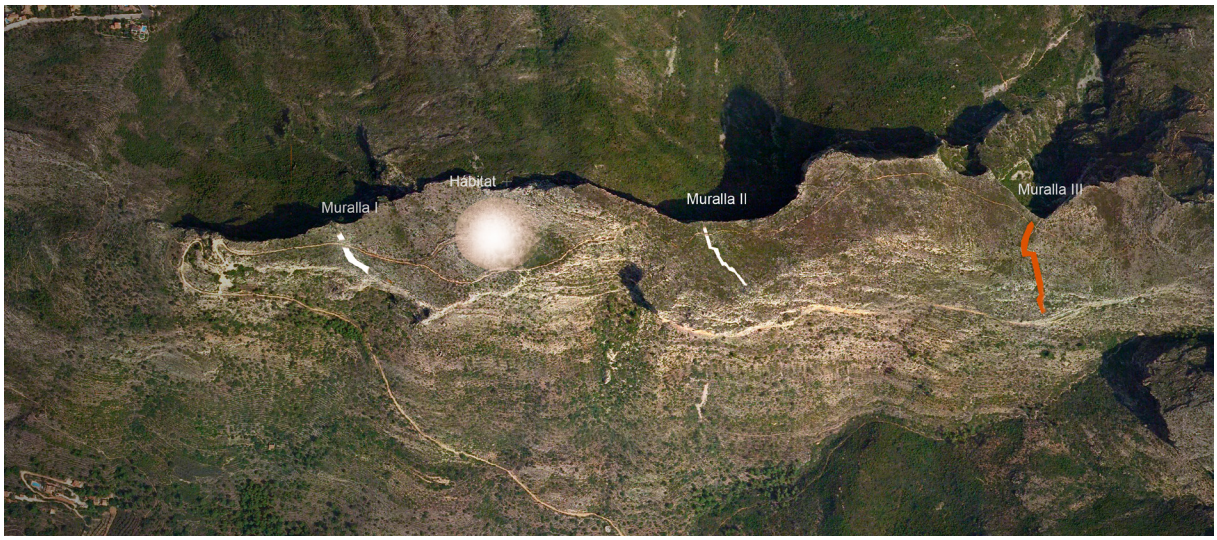


Fig. 3 - Vista aérea de la Penya de l'Àguila. Se observan las murallas dispuestas en barrera en los estrechamientos del espolón resaltadas en blanco. El hábitat propiamente dicho ocuparía el espacio sombreado con el círculo.

2. LA RECONSTRUCCIÓN HISTÓRICA A PARTIR DE LA ARQUEOLOGÍA

La revisión de los objetos arqueológicos de los fortines concretó su ocupación en las primeras décadas del siglo I a.C. (Bayo, 2014; 2018; Doménech, 2014), cronología que nos llevaba al marco histórico de las guerras sertorianas, bien conocido por otro lado a partir de la célebre biografía de Plutarco sobre Sertorio y los estudios que de ella se derivan (p.ej. Spann, 1976; Neira, 1986; Beltrán Lloris, 1990; García Mora, 1991; Konrad, 1995; Salinas, 2006; 2014). En concreto, nos situamos en los años en que el Senado romano se vio obligado a enviar refuerzos al mando de un joven militar, Gn. Pompeyo Magno, quien tras cruzar los Pirineos e iniciar el descenso por la costa mediterránea se encuentra en el entorno de nuestra área de estudio en el 76 a.C., donde tienen lugar tres batallas decisivas (fig. 1): ese año el ejército pompeyano es vencido en *Lauro*; al año siguiente la *Valentia* sertoriana es arrasada y, poco después, la batalla de *Sucro* quedaba en tablas, aunque marcaba un punto de inflexión en el conflicto. En esta última batalla Sertorio decidió esperar al ejército de Metelo en el lado sur del vado del río *Sucro*/Júcar, tratando de impedir que se uniera a las tropas de Pompeyo. Sertorio debía saber que Metelo avanzaba por el corredor de Montesa, descartando los valles interiores de la Contestania por su complicada orografía, y su estrategia es comprensible sino controlaba las vías terrestres pues, de haber sido así, Sertorio habría esperado a Metelo en el inicio del corredor de Montesa/vía Heraclea por el oeste y no en su extremo oriental. Al construir la red de fortines costeros Sertorio pretendió quizá contrarrestar su escaso o nulo control militar de los caminos. Es más, elegir *Dianium* como base naval en torno al año 77 a.C. (Strab. 3.4.6; Sall. *Hist.* 1.124; Cic. *Verr.* 2.5.146.) (Pérez Vilatela, 1992: 131) no se puede desligar de la decisión de construir los fortines al sur del cabo de la Nau (Sala, Bayo, Moratalla, 2013; Sala et al., 2014; Sala, Moratalla, Abad, 2014). Sertorio aliviaba en parte la delicada situación provocada por el puerto de *Carthago Nova* en manos senatoriales y se aseguraba una vía segura de escape hacia Italia (Salinas, 2006: 156) como, de hecho, así fue hasta el año 70 a.C. (Cic. *Verr.* 5.146.151 y 154).

Dénia/*Dianium* es el mejor puerto entre *Carthago Nova* y *Tarraco* y su elección no fue caprichosa. Con un buen refugio natural, es punto de llegada de las naves que realizan la travesía desde Ibiza, y las calas y refugios de la costa alicantina, algunos localizados a los pies de los fortines, son excelentes lugares donde esconder las pequeñas y rápidas naves cilicias. Entendemos así la alianza entre Sertorio y los piratas. Las guarniciones en la cima de los promontorios costeros y las naves cilicias en las calas

actuarían en una simbiosis perfecta; el seguimiento visual desde los fortines de los barcos hacia el sur acabaría en muchos casos con su asalto por los piratas, con el cargamento destinado al avituallamiento del ejército sertoriano. En unas fechas en las que incluso Pompeyo tenía serias dificultades para aprovisionar su ejército y reclamó ayuda económica al Senado (Sall. *Hist.* 2.98) (Ferrer Maestro, 2005: 65-76), el elevado número de ánforas vinarias itálicas y de salazones del área del Estrecho en el Tossal de la Cala y en los restantes fortines sólo se explica por el concurso de las acciones piráticas.

Pero no están solos los fortines sertorianos en el litoral de la Contestania ibérica. A pocos kilómetros al sur del Tossal de la Cala, en pleno centro de la población actual de la Vila Joiosa, se localiza la *fossa fastigata* de un campamento datado en época sertoriana por los materiales arqueológicos hallados en su colmatación (Espinosa et al., 2014) (fig. 4). A intramuros sólo se documentan hogueras, manchas de cenizas y ningún resto de construcciones estables (Sellés, 2015). Esta nula documentación constructiva parece más propia de un campamento de marcha o *aestivo* (Morillo, 1993; Peralta, 2002); de hecho, los materiales arqueológicos recuperados en la *fossa fastigata* son escasos y muy fragmentarios. Más al sur, el Tossal de Manises/*Lucentum* presenta la fortificación de estas fechas más potente entre Cartagena y Sagunto (Olcina, 2009; Olcina, Guilabert, Tendero, 2014; 2020) (fig. 4). La muralla romana se adosó como un guante a la fortificación bárquida y se reforzó con torres macizas construidas en *opus quadratum*. Los primeros excavadores asociaron la muralla a la creación del municipio de *Lucentum* por Augusto; sin embargo, los trabajos últimos descubren en la trinchera de fundación y en los mismos rellenos fragmentos cerámicos fechables entre finales del siglo II y primeras décadas del I a.C. La fortificación romana, por tanto, se databa a principios del siglo I a.C. y se relacionaba con el conflicto sertoriano (Olcina, Guilabert, Tendero, 2014).



Fig. 4 - Arriba, sección de la *fossa fastigata* del campamento de la Vila Joiosa (Espinosa et al., 2014); abajo, vista aérea del Tossal de Manises con la muralla romana (resaltada en blanco) adosándose a la fortificación bárquida para contornear la trama urbana del municipio augusteo (MARQ).

Como se ha dicho, un objetivo de la alianza de Sertorio con los cilicios pudo ser remediar el grave problema de abastecimiento causado por el cierre de los cauces oficiales de comercio asaltando las naves mercantes senatoriales, y creemos que a esta situación se refiere Cicerón en la defensa de Marco Fonteyo, cuando éste afirma que mandaba convoyes a Metelo desde la Galia porque las ayudas enviadas desde Roma por mar eran interceptadas por los sertorianos en la "costa levantina" (Cic. *Font.* 13) (Muñiz, 1978: 252). De este testimonio se deduce que la navegación por este tramo de costa llegó a ser peligrosa y la alternativa, navegar por alta mar desde Ibiza al cabo de Palos con una corriente en contra (Dies Cusí, 2005: 57), se emplearía como solución extrema. En este escenario resulta tentador relacionar el campamento *aestivo* con un hipotético destacamento de soldados pompeyanos que, haciendo noche en la Vila Joiosa, se dispuso a atacar el cercano fortín sertoriano del Tossal de la Cala donde, de hecho, diferentes testimonios de visitantes en el siglo XIX y de los primeros excavadores mencionan cenizas esparcidas por la ladera o cubriendo las escaleras interiores de las estancias. Este destacamento en marcha sólo pudo haber partido desde el *castellum* del Tossal de Manises. Sobre su papel en este conflicto, y puesto que es imposible diferenciar entre el ejército sertoriano y el pompeyano a partir del contexto material, debemos echar mano de nuevo de la geografía histórica. La ocupación del cerro empieza en época bárquida, con una fortificación cuya función era la de puesto avanzado de la capital *Qart Hadasht* en la vigilancia del mar, dando a entender que, al menos hasta este punto, la costa sureste peninsular era vital para los intereses cartagineses. Su suerte iría ligada a la de la capital bárquida, de modo que, cuando ésta es conquistada por Escipión, el Tossal de Manises también es destruido. No es descabellado pensar que durante el conflicto sertoriano la fortificación del Tossal de Manises jugase idéntico papel que su antecesora bárquida, y que el *castellum* estuviese ocupado por las mismas fuerzas pompeyanas que defendían el puerto de *Carthago Nova*, situación que se volverá a repetir en época bizantina e islámica, es decir, siempre que hay conflicto bélico en medio marítimo (Olcina, Guilabert, Tendero, 2020: 252-253).

3. LA VIGILANCIA DEL CAMINO HACIA *CARTHAGO NOVA*

Arriba hemos descrito como escenario probable que Sertorio no tuviese el control de los caminos del sureste peninsular, pero tampoco lo tenía Pompeyo, ya que en los meses previos a la batalla de *Sucro* venía descendiendo por la costa mediterránea, ni Metelo, localizado hasta el 75 a.C. en el suroeste peninsular. Por ello en la segunda fase del proyecto nos interesamos por aquellos yacimientos del valle del Vinalopó datados tradicionalmente entre los siglos II-I a.C. (fig. 1), pequeños enclaves en altura fortificados, alguno de los cuales estaba siendo relacionado por sus excavadores con las guerras sertorianas.

Abandonando la vía Heraclea-Augusta para descender hacia la costa por la cuenca del río Vinalopó, el primer yacimiento es el castillo de Salvatierra (Villena) (fig. 1), una pequeña fortificación de origen califal y perduración hasta el siglo XIV construida en un espolón de la sierra de La Villa, que domina la cubeta alta del Vinalopó (fig. 5). Las excavaciones de J. M. Soler en 1951 recuperaron, en los aterrazamientos del castillo islámico, un conjunto significativo de fragmentos cerámicos ibéricos, alguno con decoración zoomorfa y vegetal, y escasa campaniense A tardía y calena, que llevaron a la datación del sitio entre los siglos III y I a.C. El yacimiento ha sido objeto de una puesta al día y el contexto material de la fase ibérica datado ahora entre fines del siglo II y I a.C. (Hernández, 2015: 213-233; Bayo, 2018: 403-404). Por las reducidas dimensiones de la construcción islámica de forma alargada y adaptada a la cresta del espolón, el lugar se interpreta como una atalaya de vigilancia de la vía del Vinalopó, cometido que también cumpliría en época antigua. Resulta interesante la existencia de cinco cisternas excavadas en la roca, que en su momento el primer excavador atribuyó a época ibérica y la revisión actual pone en duda, apuntando como más probable su asociación a la fortificación islámica por paralelos en otras fortificaciones medievales (Hernández,

2015: 215-216). Los ejemplos medievales son reconocidos, pero también las hay en fortificaciones del siglo I a.C. que, de un modo u otro, están vinculadas a episodios de la conquista romana, como Castellar de Meca y Molón de Camporrobles (Valencia), citados por la autora, o Sant Miquel d'Olèrdola, en el paso de la vía Heraclea por Tarragona (Molist, 2014).

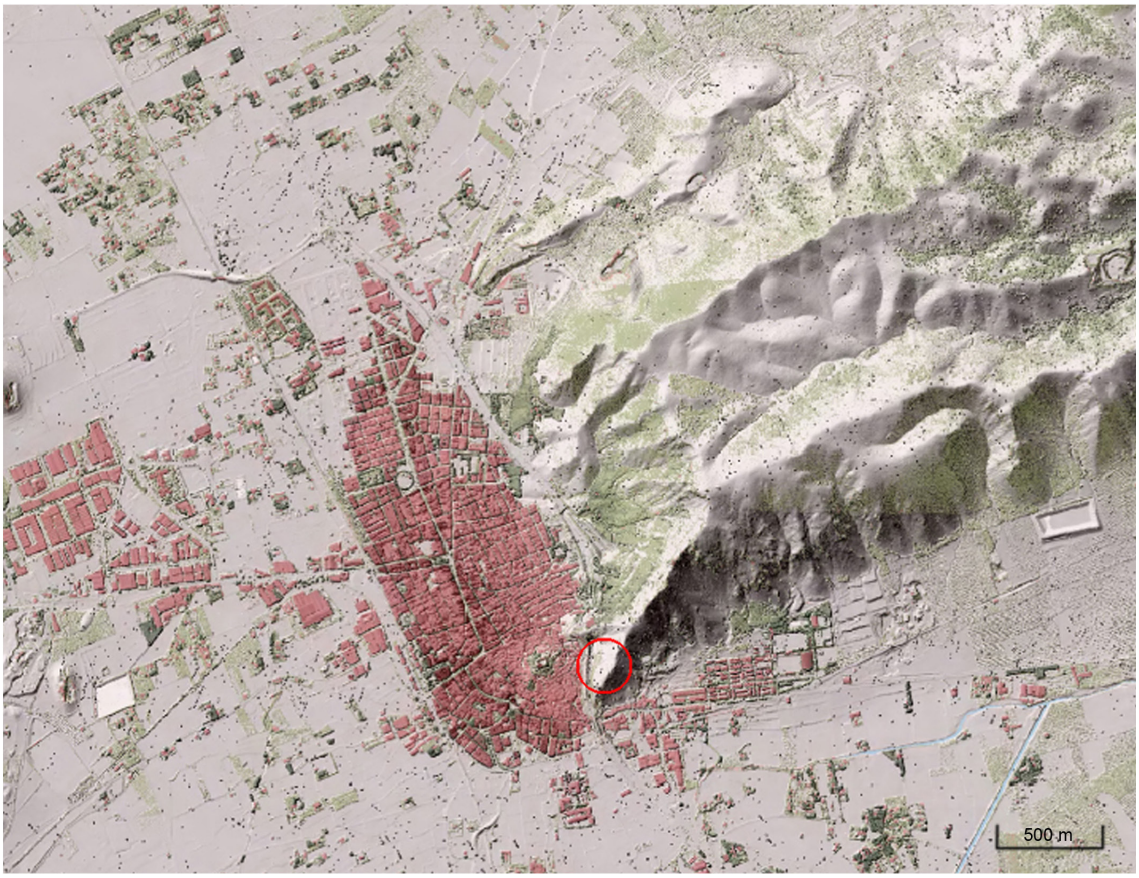


Fig. 5 - Localización del castillo de Salvatierra en la sierra de La Villa, desde donde domina la localidad de Villena y la cubeta alta del Vinalopó (base LiDAR del IGN).

Más al sur tenemos El Monastil (Elda), un pequeño recinto fortificado construido sobre un espolón del extremo oriental de la sierra de El Monastil perfilado por un meandro encajonado del río Vinalopó (fig. 1). El yacimiento fue sistemáticamente vaciado entre los años 60 y 70 por aficionados locales, sin metodología ni registro documental, lo que ha hecho que la interpretación del lugar haya ido variando, dependiendo del paradigma científico vigente en cada momento (Poveda, 1988; Uroz, 2008). La última versión relaciona el enclave con las guerras sertorianas y, de hecho, una reciente exposición temporal en el Museo Arqueológico Municipal de Elda exhibía un interesante e inédito conjunto de *militaria*. Las excavaciones siguen inéditas, pero el yacimiento está hoy consolidado y un simple examen visual permite ver que se trata de un pequeño recinto alargado organizado en torno a una calle central, con edificios sencillos de dos estancias alineados a un lado y otro de la calle y con la muralla que no llega al metro de espesor como pared zaguera (fig. 6), una disposición que recuerda enormemente la arquitectura del fortín sertoriano del Tossal de la Cala (fig. 2).

La cerámica campaniense A, calena tardía y campaniense C (Tordera, 1996) y la cerámica ibérica decorada en el estilo Elche-Archena y en el llamado "estilo del Monastil" (Nordström, 1973: 167) determinaron la datación en los siglos II-I a.C., pero lo que aquí nos interesa destacar es el alfar romano localizado en la base del cerro. La *figlina* fabricó material constructivo – ladrillo –, evidencias

de fabricación de copas de paredes finas e indicios de fabricación de morteros, además de lucernas, producto que ha datado el alfar entre el tercer cuarto del siglo I a.C. y el primer cuarto del siglo I d.C. por el hallazgo de una base con la marca del posible propietario o encargado de producción del taller, *Lucius Eros*, al parecer un liberto de origen griego (Poveda, 1998). Por otro lado, la presencia de ánfora Ovoide 1/Lomba do Canho 67 en El Monastil es otro indicador de una cronología en torno a mediados del siglo I a.C. (Almeida, 2008: 74; Bayo, 2018: 491).



Fig. 6 Localización de El Monastil en un espolón sobre el río Vinalopó, vista cenital del enclave y perspectiva desde el este donde se aprecia la muralla septentrional resaltada en blanco como muro zaguero de las estancias (base LiDAR del IGN).

Del castillo de Monforte del Cid (fig. 1), un núcleo medieval localizado sobre un pequeño cerro que se yergue por encima del llano de la cubeta media del río Vinalopó, procede un lote de cerámicas ibéricas localizadas durante una excavación de urgencia en los años 80 del pasado siglo, dirigida por M. Benito. Entre ellas se identifican cerámicas comunes ibéricas, pintadas, ánforas y cerámica calena de barniz negro, así como algunos fragmentos decorados en el estilo Elche-Archena. El registro vuelve a mostrar una datación posible en todo el siglo I a.C. hasta el último cuarto y la variada presencia de tipos aboga por la existencia en el cerro de un establecimiento de dicha época, probablemente arrasado por las remodelaciones medievales y modernas (Moratalla, 2004: 263). El hecho en sí resulta de gran interés, pues Monforte es punto nodal de las comunicaciones por el llano de la cubeta media del Vinalopó y desde aquí parten caminos en todas direcciones, controlados visualmente desde la pequeña loma. Sin duda el carácter geoestratégico del cerro supuso una variable de considerable importancia para su ocupación. No debe ser casual que apenas a 2 km al sur se localice el ámbito sacro de la Fontana, con el que probablemente comparta cronología.

Más al sur, sobre un promontorio que controla uno de los pasos que atraviesan la sierra de Crevillent para comunicar las cubetas de medio y bajo Vinalopó, se sitúa el Castellar Colorat (Crevillent) (fig. 1). En la cima se mantienen en pie varios tramos de una sólida fábrica de grandes mampuestos bien careados de una pequeña fortificación de planta cuadrangular y puerta de 3,5 m de luz defendida por sendos torreones; en el meridional, el paramento de la esquina y primeros metros del pasillo de entrada presenta una fábrica de sillares colocados burdamente (fig. 7). En 1982 se practicaron unas catas

que ofrecieron una sencilla estratigrafía sobre roca natural, aparentemente de nivel único, así como un interesante conjunto cerámico de fines del siglo V y primera mitad del siglo IV a.C. (González Prats, 1986). La fortificación se analizó como de época ibérica plena (Moret, 1996: 478-479), pero en el Museo Arqueológico Municipal de Crevillent se conserva una donación de hallazgos superficiales claramente tardo-republicanos – ánfora grecoitálica y Dr. 1, un as republicano y un proyectil de honda de plomo – que ha llevado a relacionar el sitio con las guerras sertorianas (Moratalla, 2004: 932; Ramón, 2019: 118), apuntando con lógica a una reocupación del fortín ibérico en ese momento a la que se atribuye la fábrica de sillares. Entre los materiales de la excavación de 1982, depositados en el Museo Arqueológico Provincial-MARQ, revisados por nosotros, no aparece ni un solo fragmento de época tardo-republicana, dato que nos obliga a ser cautelosos en la datación definitiva de la fortificación. En cualquier caso, los materiales tardo-republicanos admiten una cronología avanzada en el siglo I a.C.



Fig. 7 - Localización del Castellar Colorat sobre uno de los pasos de la sierra de Crevillent y vista del Bajo Vinalopó desde el pasillo de la puerta de la fortificación (base LiDAR del IGN; foto P. Ramón).

Ya en el Bajo Vinalopó y enfilando el último tramo del camino hacia *Carthago Nova*, tenemos la mencionada Alcudia de Elche (fig. 1), un yacimiento en llano considerado una de las capitales ibéricas de la *regio* Contestania y lugar beneficiario de dos fundaciones coloniales, la primera con César y la segunda con Augusto, *Colonia Iulia Ilici Augusta*, evolucionando desde entonces de la mano de la capital provincial. Las recientes revisiones de las antiguas excavaciones de A. Ramos Folqués ofrecen elementos para una corrección de la cronoestratigrafía establecida en los años 70 e inamovible desde entonces (Tendero, Ronda, 2014; Ronda, 2018) y, desde luego, no parece que pasara de capitalidad ibérica a *civitas* romana sin solución de continuidad, como ha sido la visión tradicional. Así, en las excavaciones del sector 10D en los años 50 aparece abundante armamento y objetos de *militaria* que señalan la presencia de población militar romana. Algunas piezas han sido catalogadas (Tendero, Ronda, 2014: 225, fig. 5), pero queda un buen número de piezas metálicas por identificar. En este sector, Tendero y Ronda observan dos facies constructivas por debajo del nivel de la ciudad altoimperial que adscriben a las dos fundaciones coloniales, aunque podría tratarse de una sola facies constructiva con reformas posteriores. En cualquier caso, la identificación de los vasos cerámicos que van asociados a dicha *militaria*, dibujados con detalle por Ramos en los diarios de excavación, ha permitido a las autoras datar este nivel entre mediados y segunda mitad del siglo I a.C. y, lo que es también interesante, detectar un *hiatus* de ocupación entre los siglos III y II a.C. al menos en este sector de La Alcudia (Tendero, Ronda, 2014: 227). Si a ello añadimos que el conjunto cerrado de la "Tienda del Alfarero", el ítem que dató la cerámica ibérica de estilo Elche-Archena en el tránsito del siglo II al I a.C., fue una "creación museográfica" de

A. Ramos Folqués, hecha a partir de vasos hallados en diferentes puntos del yacimiento (Sala, 1992; Ronda, 2018: 328-329), resulta evidente que la cronología del nivel E o ibero-púnico de La Alcudia, 228 a.C. a mediados del siglo I a.C., debe ser revisada y no sería raro que se ciñiera a la segunda mitad del siglo I a.C., entre el conflicto César-Pompeyo y el mandato de Augusto. Si en estas fechas La Alcudia es, constructivamente hablando, una *civitas* o un *castrum* es un asunto no menor que sólo se podrá resolver con excavaciones en extensión, pero queda claro que su existencia en este punto está en función del camino desde la vía Heraclea-Augusta a *Carthago Nova*.

4. UNA PROPUESTA DE RECONSTRUCCIÓN HISTÓRICA

A diferencia de los fortines costeros sertorianos, cuya interpretación se ha sustentado en la excavación integra del Tossal de la Cala y en el estudio de repertorios materiales amplios, en los yacimientos de la vía del Vinalopó trabajamos con excavaciones parciales de dudosa o escasa documentación y con registros materiales muy reducidos que han aportado una cronología amplia en todo el siglo I a.C. Sin embargo, una datación laxa como ésta no sirve para el estudio de la conquista romana en Hispania en el momento actual de la investigación. Hay que manejar secuencias estratigráficas fiables que aporten cronologías lo más concretas posible, que en la zona de Vinalopó hemos visto que no existen, y a este punto nos vale el dato que nos facilita A. Guilabert extraído de su tesis doctoral en curso sobre la secuencia estratigráfica de los repertorios cerámicos en el Tossal de Manises/*Lucentum*, según el cual la cerámica campaniense A tardía y calena sigue todavía en uso en el último cuarto del siglo I a.C., incluso con porcentajes por encima de las primeras importaciones de sigillata aretina. De acuerdo con este dato, la datación de los yacimientos del Vinalopó se podría llevar a mediados del siglo I a.C. y es en época cesariana cuando la geografía histórica da sentido a un sistema de control de la vía hacia *Carthago Nova* a través del valle del Vinalopó (fig. 1). Vaya por delante que nuestra hipótesis sólo se podrá validar o rechazar con excavaciones actuales.

Puesto que las fuentes escritas no mencionan acciones militares en la cuenca del Vinalopó ni en el Bajo Segura, debemos recurrir a algunos pasajes que indirectamente señalan que no fue un camino fortificado. En el año 81 a.C. Sertorio lo recorrió sin dificultades para alcanzar el puerto de *Carthago Nova* e iniciar el periplo africano con su ejército. En el 76 a.C. volvería a recorrer el camino para intentar sin éxito un último asalto al puerto defendido por C. Memmio, cuestor de Pompeyo, tras lo cual probablemente Sertorio decidió concentrar sus fuerzas en impedir la unión de los ejércitos de Metelo y Pompeyo (Salinas, 2006: 161). En el 75 a.C., por los movimientos del ejército de Metelo y la estrategia de Sertorio en la batalla de *Sucro* no parece que ninguno tuviese el control de los caminos mediante el despliegue de pequeñas guarniciones. Tras esta batalla, el conflicto se trasladó al valle del Ebro donde Sertorio buscó refugio y, a partir de ese momento, no encontramos una razón convincente para que el ejército pompeyano fortificara el camino hacia *Carthago Nova*, en principio ya bajo su control. Así pues, de confirmarse que los yacimientos en altura de la cuenca del Vinalopó son puntos de vigilancia, no tiene sentido que sean de época sertoriana y sí una acción de César.

Tras la batalla de *Munda*, César llegó a *Carthago Nova* por mar acompañado por Octavio. Allí pasaron varios meses que aprovecharon para presidir tribunales de justicia y entrevistarse con líderes iberos de territorios cercanos con los que pactó alianzas (Perea, 2017: 85-86). El puerto y la ciudad, que hasta entonces habían sido administrados por partidarios de la causa pompeyana, quedaron bajo el control de César, tras lo cual partieron por mar hacia *Tarraco* y desde aquí César continuaría camino hacia Roma. Poco antes de su asesinato concedería a *Carthago Nova* el estatuto de colonia romana con el nombre de *Colonia Vrbs Nova Carthago*, y asimismo a la *Colonia Iulia Ilici* (Abascal, 2006; Amela, 2014-2015). César había ganado la guerra, pero no nos debe extrañar que quedaran bolsas de fieles pompeyanos, capaces

de lanzar ataques por sorpresa para recuperar el puerto, y que intentara neutralizarlos vigilando los caminos que conducen a *Carthago Nova*, como el valle del Vinalopó. De hecho, el paraje sacro de la Fontana (Monforte) con su surgencia de aguas seguía en uso a mediados del siglo I a.C., lo que confirma el tránsito por la vía en ese momento.

Los yacimientos del Bajo Segura, en el tramo entre *Ilici* y *Carthago Nova* de la figura 1, son hallazgos de cerámica en llano y su registro material todavía menos definido, aunque coinciden las importaciones de ánforas itálicas, con cerámica campaniense y cerámica ibérica común y pintada con las primeras sigillatas aretinas (Moratalla, 2004). Podría tratarse de *casae* o de postas construidas cuando Augusto oficializa el camino como ramal secundario de la vía Augusta tras la concesión de la nueva colonia a *Carthago Nova* e *Ilici*. La *mansio* de *Thiar* se ha identificado en un paraje a las afueras de Pilar de la Horadada donde la secuencia cerámica llega sin solución de continuidad hasta época islámica (García Samper, 2007). De igual modo, los puestos de vigilancia en altura del Vinalopó, trasladados al llano, pasarían a ser las postas del camino augusteo y no puede ser casual que las *mansiones* recogidas en los itinerarios se sitúen en el entorno de los yacimientos en altura, por ejemplo *Aspis* en el entorno del castillo de Monforte.

No queremos terminar sin el comentario que nos sugiere la existencia de un alfar romano en uso al menos desde mediados del siglo I a.C. a los pies de El Monastil. El alfar se ha visto como testimonio del avance de la romanización en el valle del Vinalopó, aunque lo cierto es que no está documentado que los vasos cerámicos fabricados aquí se redistribuyeran por el territorio inmediato. En nuestra opinión, sin embargo, se repite un registro que también se dio en el fortín sertoriano del Tossal de la Cala, en cuya base se excavó parte de una instalación alfarera en uso durante la ocupación del fortín (López, Torregrosa, 2006). A este punto, es interesante traer a colación que el célebre y recurrido horno ibérico de Fontscaldes (Valls, Tarragona), considerado proveedor de una buena parte de los *kalathoi* tardíos distribuidos por el Mediterráneo occidental, es en realidad un horno romano de planta cuadrada que fabricó material latericio para enclaves militares tardo-republicanos y las *villae* de la temprana ocupación de aquel territorio (Solé, 1996; 1997). En lo que respecta a los productos que eran la base de la alimentación de los soldados, se acepta que no todo el aprovisionamiento vendría desde Roma y que el Senado fue cediendo este trabajo a los territorios hispánicos por una cuestión práctica (Cadiou, 2008: 609; Morillo, Salido, 2010: 135). La fabricación de *militaria* o de diferentes tipos de vasos cerámicos, entre otros productos, para el abastecimiento de los campamentos alto imperiales hispanos es un hecho cada vez mejor conocido (Morillo, 2006). Dado que las campañas en Hispania en época tardo-republicana empezaban a ser prolongadas y los ejércitos afincados muy amplios, no descartamos que los alfares de El Monastil y Tossal de la Cala se dedicaran al abastecimiento de productos necesarios para la vida cotidiana de las guarniciones en momentos en que fueran difíciles de conseguir desde Roma, o para la construcción y mantenimiento de los fortines, como sería el material latericio.

Referencias Bibliográficas

Abascal Palazón, J. (2006): Los tres viajes de Augusto a Hispania y su relación con la promoción jurídica de las ciudades. *Iberia: Revista de la Antigüedad* 9: 63-78.

Almeida, R. (2008): *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. Col·lecció Instrumenta 28. Barcelona.

Amela Valvede, L. (2014-2015): Reflexiones sobre el origen de la colonia romana de *Carthago Nova*. *Arse* 48-49: 317-329.

Bayo Fuentes, S. (2010): *El yacimiento Ibérico de "El Tossal de la Cala": Nuevo estudio de los materiales depositados en el MARQ correspondientes a las excavaciones de José Belda y Miquel Tarradell*. Alicante.

Bayo Fuentes, S. (2014): Identificación del uso del espacio y su momento histórico a partir de los contextos materiales, in F. Sala sellés; J. Moratalla Jávega (eds.), *Las guerras civiles romanas en Hispania: una revisión histórica desde la Contestania.* Alicante: 99-113.

Bayo Fuentes, S. (2018): *Contestania Ibérica en los siglos II-I a.n.e.: Poblamiento y Romanización.* Tesis doctoral, Universidad de Alicante: http://hdl.handle.net/10045/99256

BAYO FUENTES, S.; MORATALLA JÁVEGA, J.; MORILLO CERDÁN, A.; SALA SELLÉS, F. e.p.: El fortín romano tardo-republicano del Tossal de la Cala (Benidorm, Alicante): Autopsia y reinterpretación de un yacimiento histórico. *Archivo Español de Arqueología*.

BAZZANA, A.; ARANEGUI GASCÓ, C. (1980): Vestiges de structures défensives d'époque romaine tardive et d'époque musulmane au Peñón d'Ifac (Calpe, province de Alicante). *Mélanges de la Casa de Velázquez* 16: 421-436.

BELTRÁN LLORIS, F. (1990): La pietas de Sertorio. *Gerión* 8: 211-226.

CADIOU, F. (2008): *Hibera in terra miles: Les armées romaines et la conquête de l'Hispanie sous la république (218-45 av. J.-C.)*. Madrid.

DÍES CUSÍ, E. (2005): Los condicionantes técnicos de la navegación fenicia en el Mediterráneo Oriental, in A. MEDEROS MARTÍN; V. PEÑA; C. WAGNER (coord.), *La navegación fenicia: tecnología naval y derroteros: encuentro entre marinos, arqueólogos e historiadores*. Madrid: 55-84.

DOMÉNECH BELDA, C. (2014): El conflicto sertoriano en el sureste peninsular a través de los registros numismáticos, in F. SALA SELLÉS; J. MORATALLA JÁVEGA (eds.), *Las guerras civiles romanas en Hispania: una revisión histórica desde la Contestania.* Alicante: 91-97.

ESPINOSA RUIZ, A.; RUIZ ALCALDE, D.; MARCOS GONZÁLEZ, A.; PEÑA DOMÍNGUEZ, P.; MARTÍNEZ SÁNCHEZ, A. (2014): El campamento militar de las guerras sertorianas de Villajoyosa, in F. SALA SELLES; J. MORATALLA JÁVEGA (eds.), *Las guerras civiles romanas en Hispania: una revisión histórica desde la Contestania.* Alicante: 115-125.

FERRER MAESTRO, J. (2005): *La república participada: Intereses privados y negocios públicos en Roma*. Castelló.

GARCÍA MORA, F. (1991): *Un episodio de la Hispania republicana: la guerra de Sertorio*. Granada.

GARCÍA SAMPER, M. (2007): Una ocupación romana tardorrepublicana en «La Cañada de Práez» (Pilar de la Horadada, Alicante). *Caesaraugusta* 78: 397-416.

GONZÁLEZ PRATS, A. (1986): La Peña Negra V: Excavaciones en el poblado del Bronce Antiguo y en el recinto fortificado ibérico (Campaña de 1982). *Noticiario Arqueológico Hispánico* 27: 143-263.

HERNÁNDEZ ALCARAZ, L. (2015): El poblamiento ibérico y romano en la sierra de San Cristóbal, in F. TENDERO FERNÁNDEZ (coord.), *Salvatierra de Villena: Arqueología e historia en la sierra de San Cristóbal*. Villena: 213-233.

KONRAD, CH. (1995): A new chronology of the Sertorian war. *Athenaeum* 83: 157-187.

LLOBREGAT CONESA, E. (1972): *Contestania Ibérica.* Alicante.

LÓPEZ SEGUÍ, E.; TORREGROSA GIMÉNEZ, P. (2006): *El Principado (Finestrat, Alicante): Un área industrial del poblado ibero-romano del Tossal de la Cala*. Finestrat.

MOLIST CAPELLA, N. (2014): La fortificación tardorrepublicana de Olérdola y el control del acceso norte a *Tarraco*, in F. SALA SELLÉS; J. MORATALLA JÁVEGA (eds.), *Las guerras civiles romanas en Hispania: una revisión histórica desde la Contestania.* Alicante: 229-248.

MORATALLA JÁVEGA, J. (2004): *Organización del territorio y modelos de poblamiento en la Contestania Ibérica.* Tesis doctoral. Universidad de Alicante: http://hdl.handle.net/10045/3751

MORET, P. (1996): *Les fortifications ibériques de la fin de l'âge du Bronze à la conquête romaine*. Casa de Velázquez 56. Madrid.

MORILLO CERDÁN, A. (1993): Campamentos romanos en España a través de los textos clásicos. *Espacio, Tiempo y Forma. Historia Antigua*, serie II, 6: 379-397.

MORILLO CERDÁN, A. (eds.) (2006): *Arqueología Militar Romana en Hispania: Producción y abastecimiento en el ámbito militar II* (León, 2005). León.

MORILLO CERDÁN, A.; SALIDO DOMÍNGUEZ, J. (2010): El aprovisionamiento del ejército romano en Hispania: Transporte, almacenaje y redistribución, in J. J. PALAO (eds.), *Militares y civiles en la antigua Roma: dos mundos diferentes, dos mundos unidos.* Salamanca: 135-164.

MUÑIZ COELLO, J. (1978): Sobre el abastecimiento al ejército romano durante la conquista de Hispania. *Habis* 9: 243-254.

NEIRA JIMÉNEZ, Mª (1986): Aportaciones al estudio de las fuentes literarias antiguas de Sertorio. *Gerión* 4: 189-211.

NORDSTRÖM, S. (1973): *La céramique peinte ibérique de la province d'Alicante: 2*. Stockholm.

OLCINA DOMÉNECH, M. (2009): *Lucentum, Tossal de Manises: Arqueología e historia*. Alicante.

OLCINA DOMÉNECH, M.; GUILABERT MAS, A.; TENDERO PORRAS, E. (2014): Fortificaciones tardorrepublicanas de *Lucentum* (Hipania Citerior), in F. SALA SELLÉS; J. MORATALLA JÁVEGA (eds.), *Las guerras civiles romanas en Hispania: una revisión histórica desde la Contestania.* Alicante: 99-113.

OLCINA DOMÉNECH, M.; GUILABERT MAS, A.; TENDERO PORRAS, E. (2020): *El Tossal de Manises-Lucentum: Entre los Barca y los Omeyas*. Serie Mayor 14. Alicante.

PERALTA LABRADOR, E. (2002): Los campamentos romanos de campaña (*Castra Aestiva*): evidencias científicas y carencias académicas. *Nivel 0, Revista del Grupo Arqueológico Attica* 10: 49-87.

PEREA YÉBENES, S. (2017): Julio César y el joven Octavio en Hispania en el año 45 a.C.: La cuestión del itinerario cesariano y las apelaciones de los saguntinos en *Carthago Nova* según Nicolás de Damasco, Bíos Καίσαρος, 23-27. *Hispania Antiqua* 41: 68-106.

PÉREZ VILATELA, L. (1992): Denia entre Sertorio, Pompeyo y los piratas, in *Actes del III Congrés d'Estudis de la Marina Alta* (1990). Denia: 129-139.

POVEDA NAVARRO, A. (1988): *El poblado íbero-romano de "El Monastil": (Elda, Alicante)*. Elda.

POVEDA NAVARRO, A. (1998): Una nueva *Figlina* de la Hispania Citerior: La *Officina* de *L. Eros. Espacio, Tiempo y Forma. Historia Antigua*, serie II, 11: 271-293.

Ramón Baraza, P. (2019): Arquitectura tardorepublicana en la Contestania ibérica: Patrones constructivos entre el *Oppidum* y la Colonia. *Recerques del Museu d'Alcoi* 28: 115-128.

Ronda Femenia, A. (2018): *L'Alcúdia de Alejandro Ramos Folqués: Contextos arqueológicos y humanos en el yacimiento de la Dama de Elche*. Alicante.

Sala Sellés, F. (1992): *La tienda del alfarero del yacimiento ibérico de la Alcudia (Elche-Alicante)*. Alicante.

Sala Sellés, F. (2020): Los fortines romanos tardo-republicanos de la costa norte de Alicante: Historia de una estrategia y de una investigación, in A. Carretero; C. Papí (coord.), *Actualidad de la investigación arqueológica en España I (2018-2019). Conferencias impartidas en el Museo Arqueológico Nacional.* Madrid: 83-100.

Sala Sellés, F; Bayo Fuentes, S.; Moratalla Jávega, J. (2013): *Dianium*, Sertorio y los piratas cilicios: Conquista y romanización de la Contestania ibérica, in A. Álvarez-Ossorio; E. Ferrer Albelda; E. García Vargas (coord.), *Piratería y seguridad marítima en el Mediterráneo antiguo.* Sevilla: 187-209.

Sala Sellés, F.; Abad Casal, L.; Bayo Fuentes, S.; Doménech Belda, C. (2014): Las huellas de las guerras sertorianas en el sureste de Hispania: elementos para una revisión historiográfica, in F. Cadiou; M. Navarro Caballero (coord.), *La guerre et ses traces: Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (III^e-I^er s. av. J.-C.)*. Mémoires 37. Bordeaux: 181-202.

Sala Sellés, F.; Moratalla Jávega, J.; Abad Casal, L. (2014): Los fortines de la costa septentrional alicantina: una red de vigilancia de la navegación, in F. Sala Sellés; J. Moratalla Jávega (eds.), *Las guerras civiles romanas en Hispania: una revisión histórica desde la Contestania.* Alicante: 79-89.

Salinas de Frías, M. (2006): Geografía real y ficticia de la epopeya sertoriana, in G. Cruz Andreotti; P. le Roux; P. Moret (coord.), *La invención de una geografía de la Península Ibérica, I: La época republicana* (Madrid, 2005). Málaga: 153-174.

Salinas de Frías, M. (2014): Reflexiones sobre la guerra de Sertorio en la Hispania Citerior y sus fuentes literarias, in F. Sala Sellés; J. Moratalla Jávega (eds.), *Las guerras civiles romanas en Hispania: una revisión histórica desde la Contestania.* Alicante: 23-33.

Sellés Rodríguez, A. (2015): *La fossa fastigata del campamento romano republicano de Villajoyosa: estudio de sus materiales y del territorio*. Trabajo de Fin de Máster, Universidad de Alicante (inédito).

Solé Folch, D. (1996): Interrogants sobre el taller ibèric de Fontscaldes. *Quaderns de Vilaniu* 29: 109-128.

Solé Folch, D. (1997): Interrogants sobre el taller ibèric de Fontscaldes (II). *Quaderns de Vilaniu* 32: 3-28.

Spann, Ph. (1976): *Quintus Sertorius: Citizen. Soldier, Exile*. Doctoral dissertation. University of Texas.

Tendero Porras, M.; Ronda Femenía, A. (2014): *Ilici* en las Guerras Civiles, in F. Sala Sellés; J. Moratalla Jávega (eds.), *Las guerras civiles romanas en Hispania: una revisión histórica desde la Contestania.* Alicante: 217-228.

Tordera Guarinos, F. (1996): El comercio de barniz negro en el poblado de El Monastil (Elda, Alicante), ss. III-I a.C., in Actas del *XXIII Congreso Nacional de Arqueología* (Elche, 1995). Vol. I. Elche: 481-492.

Uroz Rodríguez, H. (2008): Los Iberos de Elda: El poder de las imágenes, las imágenes del poder, in R. Azuar Ruiz (coord.), *Elda, Arqueología y Museo*. Alicante: 60-77.

EL COMPLEJO MILITAR TARDORREPUBLICANO DEL PEDROSILLO (CASAS DE REINA, BADAJOZ). CAMPAÑA DE 2010[1]

Ángel Morillo Cerdán
Universidad Complutense de Madrid
amorillo@ucm.es
https://orcid.org/0000-0003-2139-0346

Rosalía Duran Cabello
Universidad Complutense de Madrid
roduran@ucm.es
https://orcid.org/0000-0002-9896-7716

Esperanza Martín Hernández
Arqueóloga
dolabra@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-1718-7281

Germán Rodríguez Martín
Arqueólogo
germanroma@gmail.com
https:/orcid.org/0000-0003-3909-4019

RESUMEN: El Pedrosillo (Casas de Reina, Badajoz) se ubica en la vertiente septentrional de Sierra Morena (Badajoz, España). Las excavaciones y sondeos arqueológicos que se llevaron a cabo entre los años 2004 y 2007 revelaron la existencia de un complejo militar romano de época republicana, formado por dos fuertes poligonales, además de numerosos recintos circulares y defensas complementarias como muros de piedra aislados (*titula*) que se extendían por las dos riberas de un arroyo.

La campaña del año 2010 se centró en delimitar espacialmente la amplitud del yacimiento a partir de los hallazgos, señalando las áreas con mayor densidad de ocupación, así como en tratar de precisar aún más la cronología del asentamiento a través del análisis de los materiales recuperados. De ahí que hayamos abordado una prospección magnética georreferenciada empleando detector de metales, combinándola con una prospección en superficie.

Los hallazgos más significativos son los asociados a la ocupación romano republicana de todo este espacio. Se han documentado diversos restos de *militaria* (varias glandes de plomo, punta de venablo), objetos de indumentaria personal (pasador en "T), piquetas de tienda o un amuleto fálico en plomo. El hallazgo de varias monedas romanas republicanas permite acotar el marco temporal en el que tuvo lugar el asentamiento, centrándolo en la segunda mitad del siglo II a.C. La dispersión espacial de los materiales también permite llegar a determinadas conclusiones. Los hallazgos romanorrepublicanos se concentran en el interior de los recintos militares o en sus inmediaciones. Esto confirma su identificación como objetos perdidos durante la ocupación romana. Su ausencia en los espacios aparentemente preparados de forma intencionada por los romanos como campo de batalla nos lleva a plantear si dicho enfrentamiento tuvo lugar.

Palabras-clave: Lusitania; Guerras Lusitanas; República romana; Campamentos; Campo de batalla; Monedas; *Militaria*; Balas de honda de plomo

[1] Este trabajo se inscribe dentro del Proyecto de Investigación "Paisaje y territorio militarizado en la Hispania romana: movilidad y transferencia cultural (ss. II a.C.-IV d.C.)" (I+D HAR2017-85929-P), concedido por el Ministerio de Economía, Industria y Competitividad (MINECO), a la Agencia Estatal de Investigación (AEI) y al Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER), cuyos investigadores principales son Ángel Morillo y Cruces Blázquez Cerrato.

ABSTRACT: Pedrosillo (Casas de Reina, Badajoz) lies at the northern foothills of Sierra Morena (Badajoz, Spain). The diggings and surveys undertaken during the years 2004-2007 showed up a Late Republican Roman military complex formed by two polygonal forts, circular redoubts and an attached system of complementary defenses as isolated walls (*titula*) that take up both banks of a stream.

The campaign developed in 2010 focused in the spatial definition of the site according to the findings, stressing the areas with a more intense occupation. It also aimed at getting a more precise date for the settlement by means of the analysis of the material recovered. That is why a geo-referenced magnetic survey making use of metal detector has been undertaken, combined with a general surface survey. The results have been transferred to a cartographic and digital base for its computer treatment and processing by means of a geographical information system.

The more significant findings are those related to the Roman republican settlement. Several remains from *militaria* (lead slingshots, iron spear), objects belonging to the personal garment like the T-shaped fibulae, tent pegs, lead phallic amulet, have been recorded. Together with them, the finding of three Roman republican coins allow us to limit the time frame of the settlement, taking it to the contexts of second half of 2nd Century BC. The spatial distribution of the materials also leads to certain conclusions. There are a high concentration of Roman republican findings in and around the roman forts, what confirms that they were objects that got lost during the Roman settlement. They are absent from the spaces deliberately laid out by the Romans as battlefield, and this fact make us wonder if that battle took place indeed.

Keywords: Lusitanian; Lusitanian Wars; Roman Republic; Roman Forts; Battlefield; Coins; *Militaria*; Lead Slingshots

1. EL YACIMIENTO DEL PEDROSILLO. INTERVENCIONES ARQUEOLÓGICAS ANTERIORES

El yacimiento de El Pedrosillo se localiza en la provincia de Badajoz a 7 km al noreste de la actual ciudad de Llerena, junto a las últimas estribaciones de Sierra Morena y próximo a un paso natural de la Cordillera. Se extiende a lo largo de una extensa superficie con un ligero declive de más de 350 ha, aunque la parte principal ocupa unas 50 ha en torno a las dos orillas del arroyo Pedrosillo, que da nombre al yacimiento, en una zona donde se unen los términos municipales de Llerena, Higuera de Llerena y Casas de Reina, municipio al que corresponden las estructuras constructivas más destacadas (fig. 1).

En el año 2003, J.-G. Gorges y G. Rodríguez Martín localizaron el yacimiento, acometiendo una prospección superficial sistemática e intensiva de toda el área. Se identificaron dos recintos poligonales, además de varias construcciones de planta circular y cuadrangular, así como defensas complementarias como muros de piedra aislados (*titula*) (Gorges, Rodríguez Martín, 2004; 2006). A la vista de su posible identificación como un conjunto de estructuras militares de época romana, a partir de 2005 se configuró un nuevo equipo investigador, incorporando a A. Morillo, R. Durán Cabello y E. Martín Hernández, con los que han colaborado puntualmente otros investigadores.

La primera campaña de excavación, acometida en el año 2006 bajo la dirección científica de J.-G. Gorges, A. Morillo y G. Rodríguez Martín, estuvo encaminada a confirmar las hipótesis planteadas a partir de las prospecciones anteriores. Se acometieron 8 sondeos, que confirmaron la existencia de dos recintos poligonales (C2 y C2a), de 9,8 ha y 3,45 ha respectivamente. Ambos recintos militares carecían de foso.

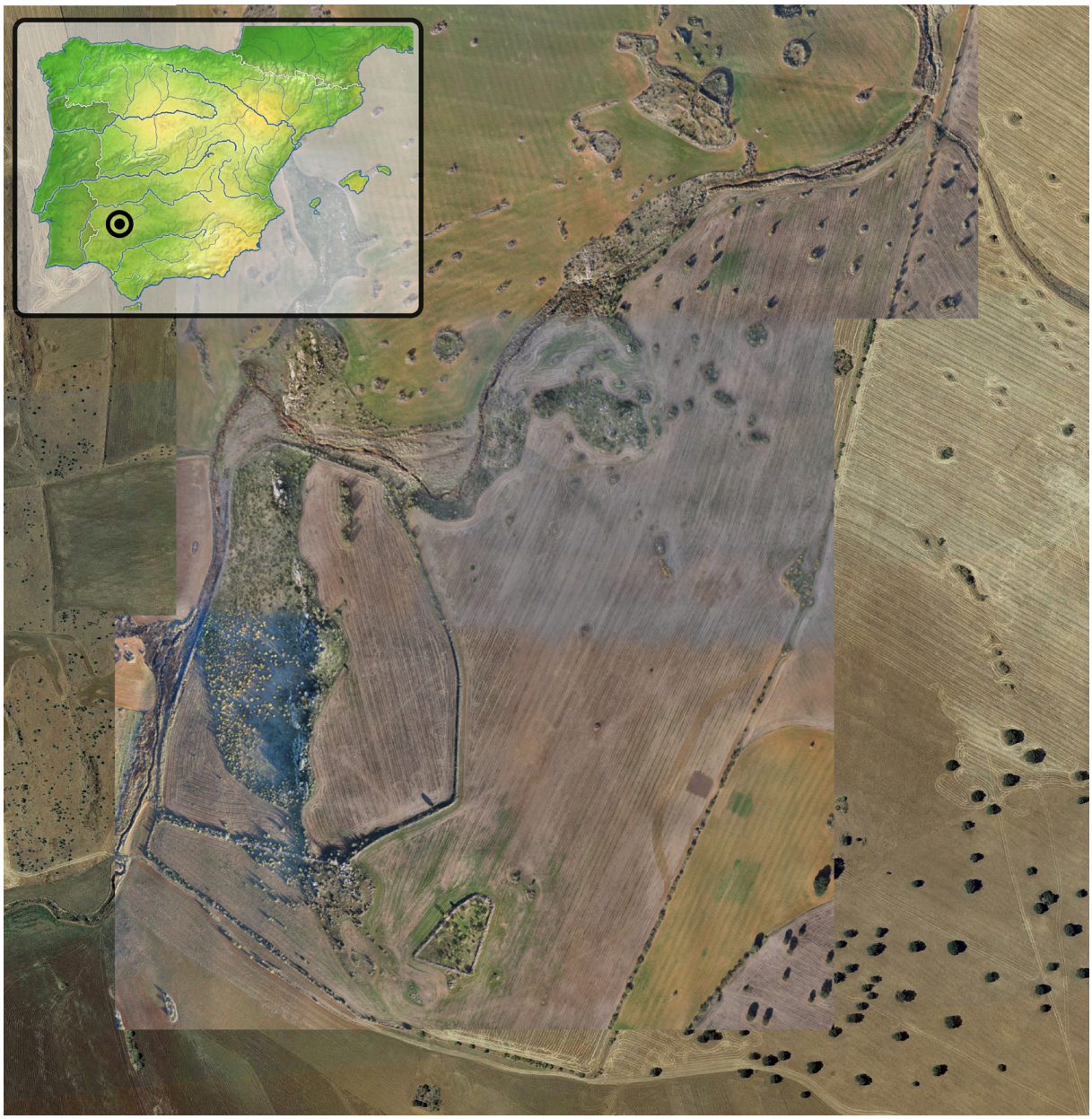


Fig. 1 - Localización del yacimiento del Pedrosillo y ortofotografía elaborada por el CAI de Arqueometría de la Universidad Complutense de Madrid (octubre 2015) sobre ortofotografía del Instituto Geográfico Nacional.

En el caso del pequeño fuerte (*castellum*) (C2a), allí donde la fotografía aérea nos había hecho suponer la presencia de un recinto anterior con estructura defensiva de tipo *agger* en madera y tierra, las excavaciones permitieron descartar por completo esta hipótesis. Los sondeos revelaron en este sector la presencia de grandes estructuras domésticas de tendencia circular de época Calcolítica/Edad de Bronce, realizadas con grandes piedras sin trabar (Gorges et al., 2009: 273-274). Dichas cabañas, que se encontraban en la zona más alta del terreno, fueron completamente desmanteladas de forma intencionada, probablemente para crear una zona despejada que permitiera una visibilidad completa desde el fuerte romano. La prospección intensiva del pequeño fuerte permitió documentar *in situ* varias piquetas de tiendas de campaña todavía clavadas en el suelo a intervalos regulares de entre 3,30 y 3,60 m (11-12 pies romanos), lo que nos proporcionó el módulo de la disposición de las tiendas de campaña, separadas 6 m del muro oriental del recinto (Gorges et al., 2009: 274-276).

El recinto grande (C2), que podemos interpretar como un campamento legionario republicano, también fue objeto de intervenciones. Se documentó el sistema constructivo del muro, idéntico en dimensiones y características al del recinto anterior. Las estructuras se realizaron con piedras del lugar, colocadas sin apenas cimentación (15-20 cm). Se edificaron dos paramentos realizados con bloques de piedras (esquistos) grandes y colocados en seco, de tal manera que la superficie exterior ofrece una gran regularidad y verticalidad, con relleno interno de piedras menores trabadas con tierra, desaparecida hoy en día debido a la exposición continuada del muro a los elementos. A este sistema constructivo se le suele denominar con la inexacta definición de *emplecton*. El alzado máximo es de 1,40 m. El paramento interior manifiesta en todos los casos asimismo una inclinación o retranqueo hacia el interior de unos 17°, tal vez para afianzar mejor la estructura de la cerca defensiva (Morillo et al., 2011: 68). La anchura del muro es regular, de entre 1,80 y 2 m alcanzando en zonas muy concretas los 2,5 m. El único vano de acceso mide 70 cm (fig. 2).



Fig. 2 - Perspectiva general del conjunto desde el campamento principal (C2) en dirección noreste.

Se pudo comprobar que, antes de construir los dos recintos, se produjo el desmantelamiento intencionado de las ruinas de las construcciones del poblado calcolítico preexistente hasta el nivel de cimentación, orientado a facilitar la recuperación de material pétreo para la elevación de los muros del campamento y despejar de obstáculos todo el entorno, lo que ha generado una plataforma artificial. Asimismo, se despejó completamente de piedras un espacio de aproximadamente 1 m de anchura junto al paramento interior. Sin embargo, en cuanto nos alejamos de las defensas de los recintos vuelven a aflorar las ruinas de las estructuras prehistóricas (Gorges et al., 2009: 271-272; Morillo et al., 2011: 62-63).

La segunda campaña de excavación del Pedrosillo se llevó a cabo durante el mes de octubre de 2007 bajo la dirección científica de A. Morillo, J.-G. Gorges y G. Rodríguez Martín. Los trabajos de excavación arqueológica consistieron en la realización de 7 sondeos en diferentes puntos del complejo militar. Asimismo, se dio comienzo a una prospección magnética georreferenciada empleando un detector de metales (Morillo et al., 2011: figs. 2 y 8).

Buena parte de los trabajos de excavación se concentraron en el campamento más grande. Se pudo constatar la homogeneidad de las dimensiones de los muros perimetrales de todas las estructuras defensivas romanas, así como de la técnica constructiva empleada. Los sondeos confirmaron la escasa potencia arqueológica de todo el conjunto arqueológico (unos 20-30 cm por debajo de la cota actual de circulación). Se documentó también la ausencia de construcciones interiores, lo que parece indicar la existencia de estructuras perecederas, probablemente tiendas de campaña. El hallazgo mediante detector de metales de una nueva piqueta de tienda en su interior, concretamente en las proximidades del muro oriental, confirmaría dicha hipótesis (Morillo et al., 2011: 62-63).

El resto de las intervenciones (sondeos 4, 5 y 6) se efectuaron fuera de los dos recintos militares, en otros sectores del complejo militar. El sondeo 4, dividido en cuatro catas, se acometió en uno de los recintos o fortines circulares que se disponen a ambos lados del arroyo. Se escogió uno de los mejor conservados (C5), situado en la margen izquierda del arroyo que divide el campo de batalla en dos mitades. Este recinto ha continuado en uso hasta época actual, ya que ofrece un cómodo refugio a los ganados que pastorean por la zona. La planta del fortín se asemeja a un óvalo ligeramente oblongo, cuyas dimensiones son de 26,05 m, en su eje mayor, y de 24,4 m en el menor. El patrón constructivo es el mismo que el empleado en los recintos principales. La anchura del muro está entre 1,77 y 1,93 m y su máxima elevación es de 1,40 m. La técnica constructiva es la misma que para los anteriores, grandes piedras careadas al exterior conformando los paramentos, y un relleno de piedras menores en su interior. La cara exterior manifiesta asimismo una inclinación hacia el interior. En este caso se pudo documentar el umbral de la puerta de acceso al fortín circular, de 0,55 m de anchura (Morillo et al., 2011: 63-64, figs. 3-5). La forma circular del recinto parece orientada a controlar el espacio circundante y batirlo mediante descargas de proyectiles.

Los sondeos 6a (3 x 1,5 m) y 6b (2,5 x 1,5 m) sirvieron para comprobar el sistema constructivo y la potencia arqueológica de uno de los fortines poligonales, en este caso el situado en una eminencia del terreno frente al campamento grande, controlando ambas riberas del arroyo (F1). También en este caso se confirmó que la anchura del muro perimetral (aproximadamente 1,60 m) y su sistema constructivo resultaban muy semejantes a los del resto de estructuras del complejo militar (Morillo et al., 2011: 64).

Uno de los elementos más espectaculares del conjunto es, incuestionablemente, el constituido por líneas paralelas de obstáculos artificiales (*titula*) colocados en la parte media y baja de la ladera. Generalmente realizados con un talud de tierra precedido de una zanja delante de las defensas de un campamento para entorpecer el asalto a su entrada obligando a rodearlo (Reddé, 1995), los *titula* son aquí verdaderas secciones aisladas de muros de piedra dispuestas en filas paralelas al tresbolillo (cada fila corresponde al medio de los huecos de la fila inmediata) a ambos lados del arroyo Pedrosillo, controlando el paso del mismo. Su finalidad parece relacionarse precisamente con dificultar el avance de cualquier posible enemigo de infantería o caballería y obligarle a realizar un recorrido zigzagueante, más vulnerable a los proyectiles de los defensores.

En este caso están construidos siguiendo la técnica atestiguada en el resto del conjunto. Presentan unas medidas que oscilan entre los 10 y los 30 m de largo, y 1,5-3 m de anchura. La documentación arqueológica de estos elementos fue el objetivo del sondeo 5. Se eligió uno de los *titula* más grandes y uno de los mejor conservados, situado justamente frente al arroyo, entre el campamento grande y el recinto poligonal donde se realizó el sondeo 6. Las excavaciones revelaron que su construcción era muy regular. Su longitud alcanza los 20 m, mientras su anchura oscila entre los 1,7 y 2,2 m. Sus rasgos constructivos son del mismo tipo que en el resto de las estructuras. La altura original conservada es de al menos 1 metro (Morillo et al., 2011: 64-65, figs. 6 y 7).

La identificación del yacimiento como un complejo militar romano se vio completamente ratificada tras la realización de prospecciones empleando el detector de metales bajo supervisión arqueológica. En el pequeño fuerte poligonal se localizó una moneda hispano-púnica (Morillo et al., 2011: 66, fig. 9). Dichas emisiones, de ceca probablemente meridional, se acuñan a finales del siglo III a.C. y siguen en circulación durante toda la siguiente centuria (García-Bellido, Blázquez, 2001: 156-166; Blázquez Cerrato, 2002: 251-253). Por lo que se refiere al campamento grande, los hallazgos se concentraban en su zona septentrional, que presenta una suave pendiente que desciende hacia el arroyo, la zona más adecuada desde el punto de vista topográfico para el asentamiento. En esta área se halló una glande de plomo, una punta de *pilum catapultarium* en hierro de sección cuadrangular y otro elemento similar, en este caso de mayores dimensiones. A ese conjunto se añade una nueva piqueta de hierro con cabeza en "T", del mismo tipo que las anteriores, hallada muy cerca del paramento interior del muro oriental. Estos elementos, en particular la moneda, proporcionaron las primeras evidencias para la datación de este complejo militar romano tardorrepublicano (Morillo et al., 2011: 67-68, fig. 9-13).

2. LAS INTERVENCIONES ARQUEOLÓGICAS DE 2010. LA EXTENSIÓN DE LAS PROSPECCIONES MAGNÉTICAS GEORREFERENCIADAS

Una vez aclarados, gracias a las campañas de los años anteriores, los principales rasgos constructivos y estructurales del yacimiento de El Pedrosillo, así como su identificación como un complejo militar romano republicano, abordamos la que sería la última campaña prevista en el yacimiento. La intervención de 2010, realizada bajo la dirección científica de A. Morillo, G. Rodríguez Martín y E. Martín Hernández entre los meses de septiembre y octubre, se centró en delimitar espacialmente la amplitud del yacimiento a partir de los hallazgos, señalando las áreas con mayor densidad de ocupación, así como en tratar de precisar aún más la cronología del asentamiento a través del análisis de los materiales recuperados. Los trabajos de prospección estaban orientados no tanto a la recogida cuantitativa de materiales arqueológicos, como a la determinación de la entidad real de los diferentes lugares, realizando una valoración cualitativa que permitiría interpretar el conjunto y sus diferentes partes.

Teniendo en cuenta los problemas que presentan los complejos militares y campos de batalla romanos de época republicana, con escasa potencia estratigráfica y sin restos cerámicos, el protocolo de actuación que se viene planteando desde hace algunos años contempla el empleo del detector de metales como parte de las técnicas de prospección aplicables con notable éxito (Morillo, 2008: 81; Quesada, 2008: 30; Noguera, Blé, Valdés, 2015). Este instrumento ha demostrado ser sumamente útil en la identificación de este tipo de asentamientos de época republicana, como ha sucedido en casos hispanos como Andagoste (Cuartango, Álava) (Ocharan, Unzueta, 2002), La Palma (l'Aldea, Tarragona) y el Camí del Castellet de Banyoles (Tivissa, Tarragona) (Noguera, 2008), Santo Tomé/*Baecula* (Bellón et al., 2015), el propio Pedrosillo (Morillo et al., 2011), La Cabeza del Cid (Hinojosa, Guadalajara (Cerdeño, Gamo, 2016) o El Cabezo de Alcalá de Azaila (Romeo Marugan, 2021). El empleo de detectores de metales ha significado una auténtica revolución en la Arqueología Militar romana en la Península Ibérica y constituye uno de los ejemplos mejores de la flexibilidad de la moderna arqueología española, que ha tenido la virtud de ser puntera en nichos de investigación muy concretos (Morillo et al., 2020: 40).

En el caso que aquí nos ocupa hemos abordado una prospección magnética georreferenciada empleando dicha técnica, combinándola con una prospección general en superficie. Las labores desarrolladas se llevaron a cabo mediante tres aparatos de detección (Garret ACE 250), que se graduaron a intensidad media, sin discriminación de material, regulados a una profundidad variable entre 0 y 25 cm, método empleado para identificar preferentemente objetos de hierro y bronce. Con esta técnica se realizó un sistema de muestreo consistente en una prospección sistemática mediante transectos lineales

de 2 m de separación, que corresponde a la medida estimada de vaivén del detector en cada uno de los transectos. Éstos permitían definir unidades de documentación artificiales (Unidades de Muestreo o UMs), de forma cuadrangular/rectangular, de 2 m de anchura por una longitud variable. Los surcos del arado existentes sobre el terreno en algunos sectores sirvieron como guía y condicionaron en último término la dirección del paso de los prospectores, El resultado es una unidad de prospección regular, fácil de trazar e inspeccionar y replicable *ad infinitum* en cualquier lugar; constituye un módulo básico con el que abordar de forma la documentación y su contexto paisajístico (Chapa Brunet et al., 2003: 18).

La extracción de las anomalías se realizaba marcando un rectángulo de 25 x 25 cm que era excavado por capas de 2 a 4 cm, profundizándose de 2 a 15 cm. Sólo excepcionalmente se ha llegado a 20 cm, siempre en niveles superficiales. Posteriormente, los hoyos se tapaban con la propia tierra de la microexcavación. Una vez recuperado el objeto éste era descrito y tomadas las coordenadas con GPS, georreferenciando así todos los hallazgos sobre base cartográfica vectorial para posteriormente reflejarlos en el plano de dispersión general. Para apoyar esta metodología se contó en todo momento con una estación total Leica TCR307, que permitió, además del posicionamiento mediante GPS, hacer un levantamiento topográfico del conjunto a fin de obtener una planimetría tridimensional de todos los materiales arqueológicos y de los planos de pendiente que ofrece el yacimiento. Toda la información obtenida se ha trasladado a la base cartográfica y digital disponible para su tratamiento y procesado informático a través de un Sistema de Información Geográfica (SIG).

Las áreas analizadas no presentaban excesivas dificultades técnicas a la hora de realizar la prospección, ya que la vegetación era escasa, generalmente herbáceas y algún arbusto, además de piedras y cantos que fueron apartados previamente.

Si en la campaña de 2007 las prospecciones se limitaron al pequeño fuerte C2a, y algo menos de la mitad del gran recinto C2, así como el fortín circular y el *titulum* donde se habían practicado catas, en esta campaña se extendieron a la totalidad de los recintos y al espacio intermedio, un amplio espacio que había sido preparado y adecuado mediante fortines circulares y secciones de muros aislados alineados. Todo el sector occidental del campamento grande se dejó sin prospectar debido a la vegetación cerrada de retamas, configurando un espacio en reserva para futuras prospecciones (fig. 3).



Fig. 3 - Área cubierta por metalodetección sobre ortofotografía © Google Earth de 08/01/2019.

Se han localizado casi 60 objetos, la mayoría de ellos metálicos, aunque también se han recuperado fragmentos cerámicos. La mayoría de los restos identificados son de época romana republicana, contemporáneos de los recintos pétreos y directamente asociados a aquellos, aunque también hemos recogido materiales de época romana altoimperial (cerámica y material latericio), medieval (moneda), moderna (restos de sello de plomo, cerámica) y contemporánea (recipientes cerámicos y una moneda). Su dispersión nos permite hablar, por ejemplo, de otras realidades arqueológicas, como un establecimiento rústico menor de finales del siglo I/comienzos del II d.C. en el sector meridional. Mantenemos en el mapa de hallazgos la numeración original relativa a los mismos en su momento de hallazgo (fig. 4)

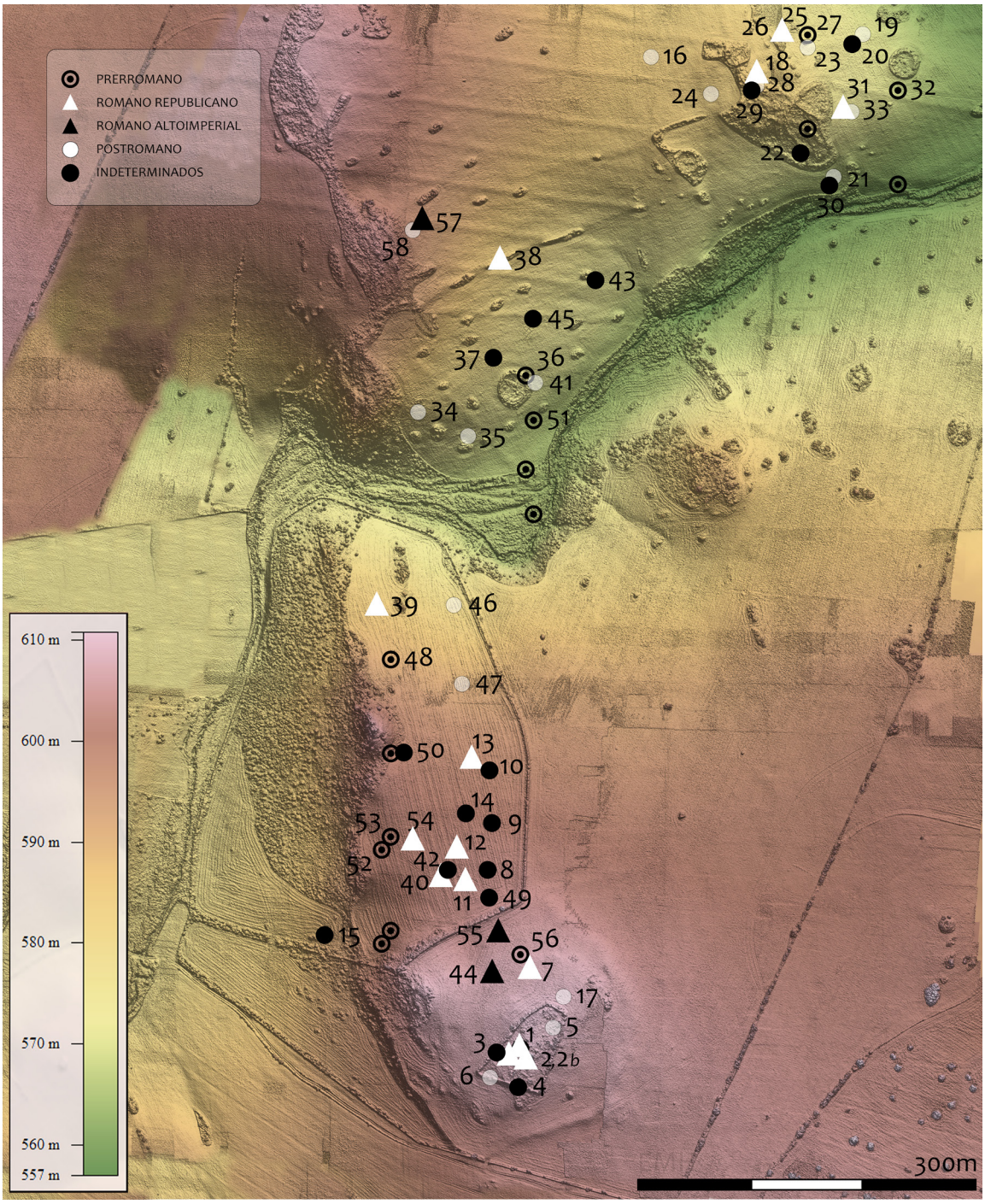


Fig. 4 - Localización de hallazgos en prospección (convencional y con detector) sobre Modelo Digital de Terreno generado a partir de fotogrametría y datos LiDAR del Instituto Geográfico Nacional.

A continuación, presentaremos los materiales de época romano republicana. Una de las primeras cuestiones a reseñar es la ausencia de restos cerámicos atribuibles a este momento. Este es un rasgo característico de campamentos de campaña romanos, que deriva del comportamiento del propio ejército romano, que se mueve con rapidez sobre el terreno transportando un ajuar limitado evitando recipientes cerámicos que se rompen fácilmente. Este hecho dificulta el establecimiento de marcos temporales para dichos recintos al no poder contar con dichos recipientes como elemento para aquilatar una datación más ajustada (Morillo, 2008: 89).

Todos los restos correspondientes al periodo tardorrepublicano son metálicos, de hierro, bronce y plomo, identificados mediante detector. Hemos descartado en este estudio numerosos fragmentos de hierro y plomo, que no podemos ni identificar ni correlacionar desde el punto de vista cultural (fig. 5).

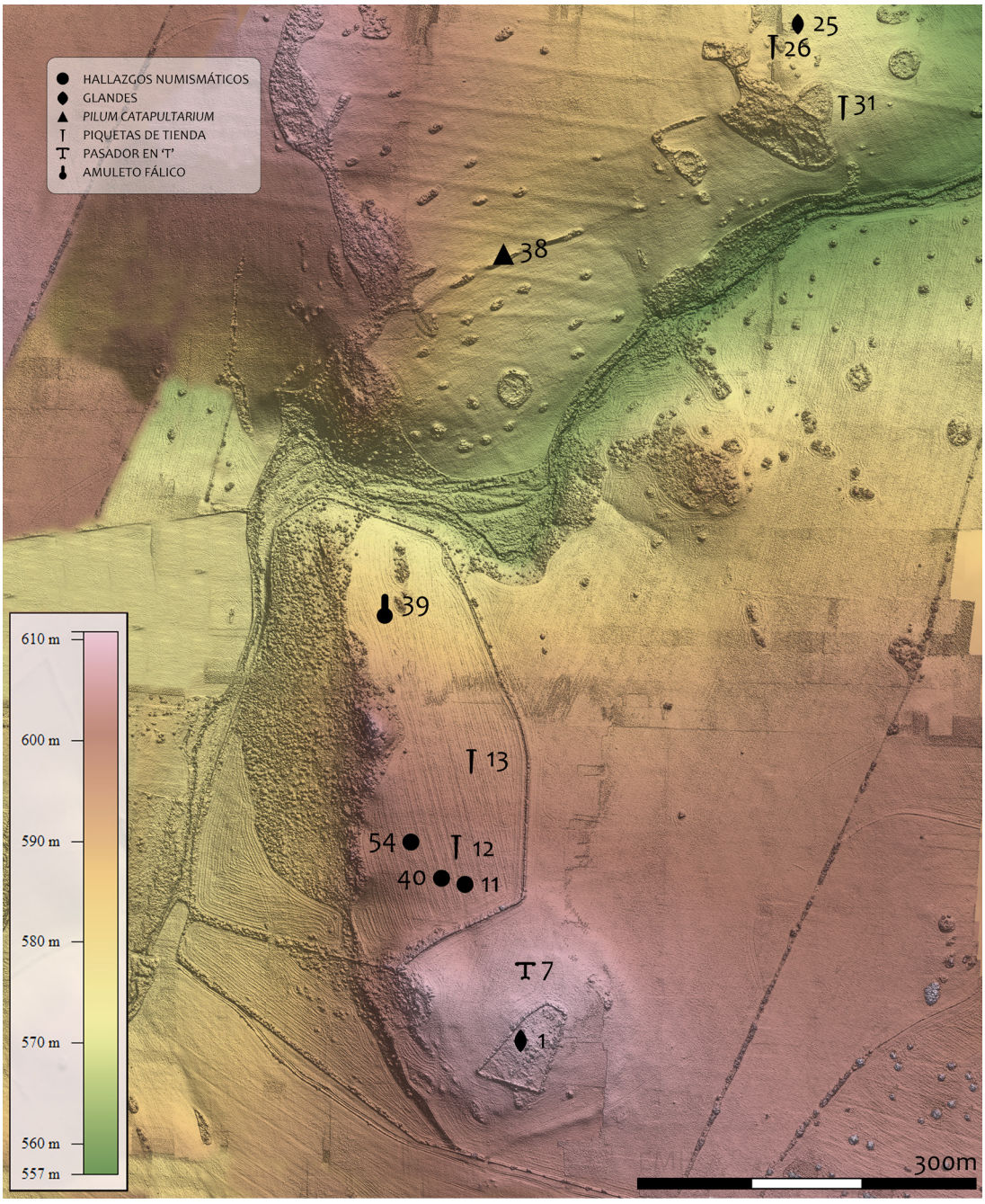


Fig. 5 - Localización de hallazgos de época romanorrepublicana sobre Modelo Digital de Terreno generado a partir de fotogrametría y datos LiDAR del Instituto Geográfico Nacional.



Fig. 6 - Materiales romanorrepublicanos obtenidos en el transcurso de la prospección: hallazgos numismáticos.

Uno de los capítulos más interesantes lo constituyen los hallazgos numismáticos. En esta campaña se han identificado 3 piezas (fig. 6). La primera de ellas (n.º 40) es un victoriato forrado (RRC 53/1), acuñado con posterioridad al 211 a.C., que no conserva nada del revestimiento de plata. Presenta en el anverso una cabeza laureada de Júpiter mirando hacia la derecha, y en el reverso una victoria alada en pie coronando un trofeo. No se aprecia la palabra ROMA que llevan las acuñaciones de este tipo en exergo. Está deformada por la acuñación (módulo de 1,33 x 1,26 cm). Su peso es de 1,71 g y la posición del eje de cuños es 6.

Los otros dos ejemplares son ases sextantales del tipo Jano bifronte laureado y proa de nave a la derecha, con ROMA en el exergo. El primero (n.º 54) pertenece a la acuñación RRC 56/2, que tuvo lugar entre el 211-206 a.C. Su módulo es de 3,18 cm y su peso 30 g. La posición del eje de cuños es 4. La segunda pieza (n.º 11) pertenece al tipo RRC 162/3, acuñado en Roma entre 179-170 a.C. Tiene un módulo de 3,08 cm, 29 g de peso y el eje de sus cuños es 12.

Los tres ejemplares presentan muy considerable desgaste, evidencia de un largo periodo de circulación. La fecha más antigua la ofrece el victoriato (n.º 40), emitido con posterioridad al 211 a.C., mientras que la datación *post quem* la proporciona el desgastado as sextantal RRC 162/3 (n.º 11), acuñado entre el 179 y 170 a.C.

Este tipo de ejemplares son habituales en la mayoría de los contextos arqueológicos hispanos del siglo II a.C. ya que presentan una larga perduración en las estratigrafías. Sin embargo, tal y como ha apuntado Blázquez Cerrato (2014: 417), en el Occidente peninsular, las monedas de bronce romano-rrepublicanas son mucho más escasas. La mayoría corresponde además a las acuñaciones sextantales y semiunciales, emitidas entre el 189 y 158 a.C. Entre la vertiente septentrional de Sierra Morena y el norte del Tajo, hasta su desembocadura, se han localizado en una veintena de yacimientos, jalonando los corredores naturales este-oeste y norte-sur (Blázquez Cerrato, 2010: 430; 2014: 417-419, fig. 3). Un aspecto muy llamativo es su ausencia o extremada escasez en establecimientos mineros del último tercio del siglo II a.C. y primeras décadas de la siguiente centuria, como La Loba (Fuenteovejuna, Córdoba), donde las acuñaciones de cecas ibéricas de la Ulterior, como Cástulo y Obulco, constituyen la mayoría del numerario en bronce (Chaves, Otero, 2002: 181, cuadro 93). Otros poblados mineros como Valderrepisa, donde se ha publicado un victoriato y un *quadrans* (Marcos Alonso, 1993: 42-43), Mina Diógenes (Solana del Pino, Ciudad Real), yacimiento en el que se documentan 4 ases roma-norrepublicanos, o Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres), donde se han dado a conocer sólo un as (Blázquez Cerrato, 2002: 80), ilustran muy bien respecto a la reducida circulación de estas series romanas tardorrepublicanas. Algo más elevada parece ser su presencia en Hornachuelos (Ribera del Fresno, Badajoz) (Jiménez Ávila, 1991).

La presencia de la moneda de bronce romanorrepublicana, en una región escasamente monetizada como ésta, concentrada además en determinados yacimientos y franjas cronológicas, se pone en relación con la presencia del ejército romano en sus movimientos para controlar el territorio al norte de Sierra Morena (Blázquez Cerrato, 2014: 423). Dicha hipótesis se ve plenamente refrendada con los hallazgos que aquí presentamos. Otro aspecto más que vincularía este conjunto con una circulación de carácter militar, sería la pertenencia de uno de los ejemplares documentados, el victoriato (n.º 40), a una de las últimas series acuñadas en este tipo de monedas (RRC 53/1). Se ha propuesto precisamente la existencia de imitaciones hispanas de victoriatos con pesos más bajos destinadas al pago de tropas (Marchetti, 1978: 386-399; García-Bellido, 1986; Lechuga Galindo, 1986: 65-68). Y de ahí la continuidad y el carácter retardatario del uso de esta moneda en el ejército destinado en Hispania.

Por lo que se refiere al armamento, se han localizado diferentes proyectiles de hierro y plomo, como cabría esperar de un campo de batalla (Quesada et al., 2015: 246) (fig. 7). Entre los primeros destaca parte de un virote de *pilum catapultarium* piramidal de sección cuadrangular, de 5,04 cm de longitud y 1,50 cm de base (n.º 38), casi idéntico a otro localizado durante las prospecciones de 2007 en el campamento legionario (Morillo et al., 2011: 67-68, fig. 9). En este caso ha perdido la parte inferior, correspondiente al enmangue en forma de espiga, del que se conserva el arranque truncado (vd. fig. 6). Estos dardos se lanzaban con dispositivos de artillería de torsión de pequeño tamaño (*manuballistae*) mediante resortes de crines u otro material similar que proporcionaban impulso al proyectil (Marsden,

1969: 48-85; Campbell, 2003; Sáez Abad, 2006). El interés de la investigación hacia los *pila catapultaría* ha sido menor que en otras categorías de *militaria*, careciendo por el momento de una clasificación de sus diferentes tipos. El hecho de que se trate de objetos de fabricación artesanal y no estandarizada contribuye no poco a esta situación. Excepciones en este sentido son los trabajos de Baatz (1982: 229-231) y Sievers (2001: 169-172), que no han tenido excesiva repercusión, o el reciente de Poux (2008: 354-360). Este hecho complica en muchas ocasiones la identificación funcional de estas piezas, tal y como ha reflexionado acertadamente Blé en su tesis doctoral, donde sintetiza perfectamente el estado de la investigación y las carencias metodológicas (Blé, 2015: 225-233).

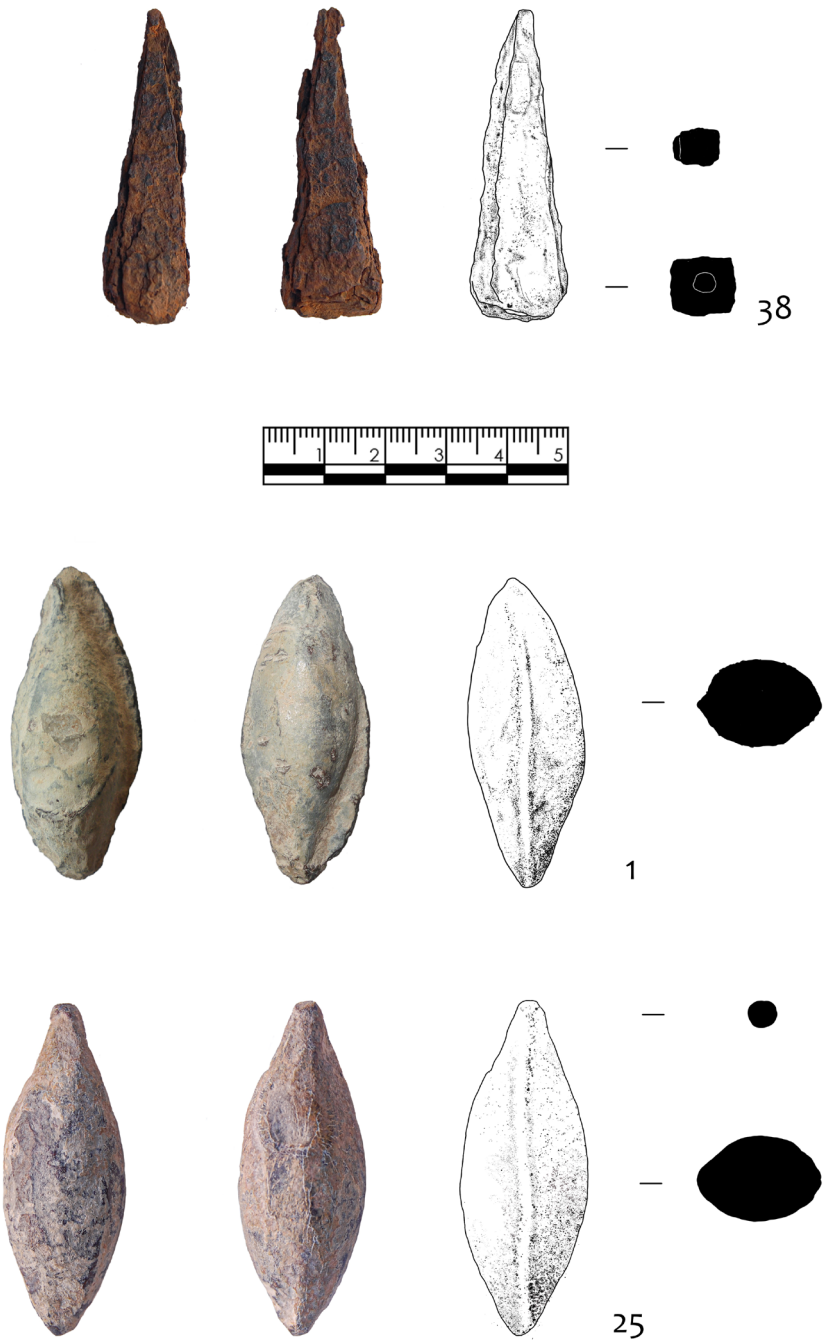


Fig. 7 - Materiales romanorrepublicanos obtenidos en el transcurso de la prospección: proyectiles (*pilum catapultarium* y glandes).

Si bien los ejemplares de *pila catapultaria* con cabeza piramidal apuntada de entre 2,4 y 3 cm) y enmangue tubular son los más comunes ya desde finales del siglo III a.C. (p.e. Blé, 2012, para el caso hispano), los ejemplares del tipo que aquí reseñamos presentan considerables diferencias respecto a los anteriores, como la mayor longitud de la punta piramidal, en torno a 5-6 cm, que es mucho más estilizada, además de que el enmangue se realiza no de forma tubular hueca, sino en forma de espiga, de menor diámetro. Esto les hace asemejarse más a un dardo que a un proyectil de artillería. De hecho, piezas muy semejantes, aunque con unas dimensiones mayores han sido identificadas como puntas de flecha "compuestas", por investigadores como Sievers (2001: 169, fig. 79, n.º 575-577). Por otra parte, presentan dimensiones y formas muy semejantes a las de las puntas del denominado habitualmente "tipo pesado", hoy en día *pilum* "de lengüeta", que aparece durante el siglo II a.C. y que se generaliza a partir de época de Mario (Connolly, 1997: 41-49; 2001-02; Horvat, 1997), motivo por el cual a veces no resulta fácil distinguirlos, en especial cuando las moharras de los *pila* llegan hasta nosotros en estado fragmentario y sin la barra metálica completa. Este hecho indica probablemente una inspiración indudable en los extremos piramidales de los *pila*, o simplemente una evolución en paralelo buscando un proyectil aerodinámico y con gran poder de perforación.

En la Península Ibérica este tipo está muy bien atestiguado en contextos militares tardorrepublicanos como los fuertes de la *circumvallatio* de *Numantia* (Schulten, 1927: lám. 34, n.º 12-17; lám. 35, n.º 1-10; lám. 36, n.º 7, 10, 12 y 18; Luik, 2002: 193, n.º 142-146, n.º 148-150, lám. 86; 195-196, n.º 194-200, lám. 90), Renieblas (Luik, 2002: 231-232, n.º 206-213, lám. 190), Andagoste (Ocharan, Unzueta, 2002: 314-315, fig. 2, n.º 1-5). También aparecen en campamentos vinculados a las guerras cántabras como La Muela (Peralta, 2007: 503-504, lám. VI) o Monte Bernorio (Torres Martínez, Martínez Velasco, Pérez Farraces, 2013: 69, fig. 5, 14 y 15), e incluso en recintos del siglo I d.C. como Herrera de Pisuerga (García Díez, Sáez Abad, 2007: 458-459, fig. 5, 1, 1). Fuera de nuestras fronteras se detectan entre el periodo augusteo y los siglos II-III, por ejemplo, en Crap Ses (Rageth, Zanier, Klein, 2010: 243, fig. 2, 11-14), *Vetera Castra* (Hanel, 1995: 50-51, lám. 51, B830 y B827) o *Vindolanda* (Birley, 1996: 21-22, fig. 8).

Un aspecto que no debemos dejar de reseñar es que de los elementos de artillería sólo disponían las tropas legionarias, no los *auxilia*, al menos en época altoimperial (Sáez Abad, 2006: 139). Las legiones contaban con un cuerpo de arqueros especializados, muy abundantes en el periodo tardorrepublicano (Bishop, Coulston, 1993: 79).

En el *castellum* pequeño se recuperaron dos elementos que podrían ser otras puntas de flechas o proyectiles de hierro (n.º 2 y 2b), pero su estado de conservación no permite aventurar hipótesis sobre su identificación.

Se han localizado asimismo dos proyectiles de plomo (vd. fig. 7). Las glandes son prácticamente idénticas en peso y características a la hallada durante la campaña de 2007 (Morillo et al., 2011: 67, fig. 10). La primera de ellas (n.º 1) presenta una longitud de 52 cm, un diámetro máximo de 2,17 cm y un peso de 86,71 g. La segunda bala (n.º 25) presenta la misma longitud (52 cm) mientras su diámetro máximo es de 2 cm y su peso de 86,26 g. En el primer caso (n.º 1) se trata de un ejemplar fundido en molde bivalvo, ya que se aprecia el resalte propio de la línea de unión entre las dos valvas, mientras el n.º 25 parece haber sido elaborado mediante la técnica del martillado. Ambos carecen de cualquier tipo de inscripción. Su superficie exterior es blanquecina, con una pátina gris clara. Se pueden clasificar dentro del tipo IIa de Völling (bicónicos con extremos afilados) (Völling, 1990).

Las balas de plomo para honda constituyen unos de los mejores testimonios de actividad bélica del ejército romano, tanto durante el periodo tardorrepublicano como en época imperial. Su utilidad se concentra en barrer al enemigo tanto en campo abierto como en los parapetos de las murallas enemigas

mediante continuas descargas. El alcance máximo de los proyectiles más comunes (55 g) se ha calculado en 130-140 m, aunque su alcance más efectivo se sitúa entre 80 y 130 m (Romeo Marugán, 2017: 117-120).

Se conocen numerosos ejemplares recogidos durante el periodo republicano. Por este motivo se detectan abundantemente en campos de batalla republicanos como Numancia (Schulten, 1927: 251: lám. 35; Luik, 2002: 198, lám. 95, n.º 257-258), *Munda* (Engel, Paris, 1906: 445-448; Pina, Zanier, 2006; Grünewald, Richter, 2006), Alesia (Sievers, 2001: 173 y 178, lám. 84), Andagoste (Ocharan, Unzueta, 2002: 314-315, fig. 2, 7-8), el río Quipar (Fontenla, 2005), *Perusia* (Benedetti, 2012), Baecula (Quesada et al., 2015: 346-355), *Ilerda* (López Vilar, 2013) o Ulia-Montemayor (Quesada, Moralejo, 2020); también en *castra* estables como Cáceres el Viejo[2] y campamentos de campaña de este mismo periodo, como Caylus/Puech Boussac (Saint-Affrique) (Gruat, Marty, Poujol, 2002), Zalbeta (Aranguren) (Armendariz, 2005), Sanisera (Müller, 2018), La Palma (l'Aldea, Tarragona) o el Camí del Castellet de Banyoles (Tivissa, Tarragona), asociado en este último caso al asalto del *oppidum* (Noguera, 2008: 34, 42-44, fig. 5 y 13), al igual que en Titelberg (Metzler, 1995: 356, lám. 190), La Cloche (Les Pennes-Mirabeau) (Chabot, Feugère, 1993), Bibracte (Poux et al., 2008: 105, fig. 3), Azaila (Romeo Marugan, 2021: 78-80, fig. 11), Son Catllar (Ciutadella, Menorca) (Prados, Jiménez, Gomariz, 2021: 36, fig. 13) y diversos yacimientos en torno a Monzón (Huesca) (Contreras et al., 2006-2007); fortines como los de la costa contestana (Bayo, 2010: 586-591) o Cáceres Viejo (Pereira, Dias, 2020: 110); en asentamientos romanos de carácter civil como La Caridad de Caminreal, donde aparecen varios glandes recién fabricados, alguno de ellos todavía sin separar entre sí (Vicente, Punter, Ezquerra, 1997: 195, fig. 39); en otros casos se trata de hallazgos descontextualizados como el importante conjunto de Azuaga, de más de 1800 balas de honda con marca Q ME/MET (Q. Caecilio Metelo Pio), datadas durante las guerras sertorianas (Domergue, 1970), los del poblado minero de Hornachuelos (Jiménez Ávila, 1989-90: 130-131, fig. 3), o los dados a conocer recientemente en Huete (Moralejo, Saavedra, 2016), el entorno de Driebes, en Guadalajara (Bermúdez, Guisado, 2019) y Los Enebrales, junto a *Segobriga* (Cebrián, 2014). En los últimos años se han revelado especialmente abundantes en recintos militares y *oppida* del Occidente peninsular, destacando entre otros amplios conjuntos como el de Chões de Alpompé (Santarém), Alto dos Cacos (Almeirim), Castelo das Juntas (Moura), a los que podemos añadir otros mucho más parcos como Lomba do Canho (Arganil), Castelo da Lousa (Mourão), Cabeça de Vaiamonte (Monforte) o Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira), por mencionar tan sólo algunos de los más numerosos (vd. Guerra, Pimenta, Sequeira, 2014; Mataloto, 2014 y, especialmente Fabião, Pereira, Pimenta, 2015: 125, con bibliografía de referencia).

Estos materiales escasean en Hispania en época altoimperial, habiéndose documentado solo en algunos contextos de las guerras cántabras (Peralta, 2007: 497). Sin embargo, son frecuentes durante el periodo altoimperial en las fronteras septentrionales del Imperio.

A pesar de su abundancia los proyectiles de honda fabricados en plomo presentan no pocos problemas de interpretación, derivados de la variabilidad de módulos, pesos y técnica de elaboración, rasgos propios de una fabricación artesanal, no estandarizada, que depende de circunstancias y decisiones particulares. Por el momento el único estudio de conjunto es el de Völling, que estableció 6 tipos a partir de la morfología de los hallazgos documentados, siendo los fusiformes los más frecuentes (Völling, 1990). Aun así, dicha clasificación es muy sumaria y no siempre es fácil distinguir entre algunos tipos.

La mayor parte de los hallazgos presentan grupos de proyectiles de formas y pesos muy diferentes, por lo que resulta difícil encontrar un criterio de datación adecuado. La aparición de la marca sobre los proyectiles plúmbeos a partir de las guerras sertorianas (Díaz Ariño, 2008: 221) constituye un claro

[2] Tres ejemplares procedentes de las recientes excavaciones realizadas en este yacimiento se encuentran actualmente en estudio por parte de C. Fernández Ibáñez en la revisión sobre los materiales de Cáceres el Viejo, actualmente en curso (Pereira, Morillo, 2021: en preparación).

elemento de cronología absoluta, al menos para los que llevan inscripciones. En el caso de las balas de plomo anepígrafas se suele aceptar que las republicanas, de módulo más grande, fueron cambiando hacia tamaños más reducidos (Poux, 2008: 368-370). Recientemente se ha propuesto una secuencia evolutiva más completa, basada en algunos contextos como *Baecula*, que plantea que los proyectiles de honda de plomo fueron más pesados (más de 60 g) a partir de la guerra sertoriana y durante todas las guerras civiles, mientras los anteriores eran más ligeros. A partir de Augusto volvería a reducirse el peso de las glandes (Quesada et al., 2015: 351-353, fig. 18). Sin embargo, esta sugerente hipótesis se basa por el momento sólo en el cálculo de los pesos medios y sería necesario ampliar la base documental y los parámetros de comparación, como los mismos autores señalan.

Otros autores señalan la probable existencia de módulos diferentes en relación con la distancia de lanzamiento y fuerza del impacto, de tal manera que pudieron emplearse simultáneamente. Poux apunta que, en contextos como Numancia, Titelberg, Caylus/Puech Boussac, Dünsberg, Alesia o Haltern, los módulos se agrupan en dos o tres grupos con pesos muy diferentes (Poux, 2008: 369).

De cualquier forma, no debemos suponer un control muy riguroso de los pesos y medidas, tal y como demuestran las evidencias arqueológicas (Mataloto, 2014: 358).

Los ejemplares que hemos recuperado en El Pedrosillo se encuentran entre los más pesados, por encima de 80 g, superando incluso los 86 g, lo que los aproxima al valor de tres *uncias* (onzas), esto es un *quadrans* o cuarto de libra (82,2 g). Aunque las glandes de este peso no son las más habituales, abundantes ejemplares con pesos semejantes, cercanos al *quadrans*, se encuentran en conjuntos del siglo I a.C. como Passet de Segària (Bayo, 2010: 591), Castelo de Juntas, Alto dos Cacos, Cabeça de Vaiamonte (Fabião, Pereira, Pimenta, 2015: 127) o Montemayor (Quesada, Moralejo, 2020: 243, fig. 9); pero también los hallamos en conjuntos del siglo II a.C., como Chões de Alpompé (Fabião, 2006: 241-242) y Ampurias (Puig i Cadafalch, 1911-12), estos últimos con pesos por encima de los 70 g. También en la Galia se constatan en contextos cesarianos como Pierredon o Caylus/Puech Boussac, además de Haltern, ya en Germania (Poux, 2008: 368).

Una última cuestión sería la relativa al tipo de tropas que empleaba este armamento. Siempre se suelen asociar a la presencia de honderos baleáricos, constatada desde el punto de vista de las fuentes a partir de la última fase de la guerra numantina (App. *Iber.* 92; Frontin. *Str.* 2.27). Pero también se ha apuntado su posible participación entre las tropas romanas durante la segunda guerra púnica (Quesada et al., 2015: 353-354). En este mismo trabajo se apunta que es dudoso el empleo de hondas por parte de los auxiliares hispánicos durante los últimos siglos de la República.

Otros elementos entran dentro de lo que podríamos definir como utillaje militar, materiales que podrían tener diferentes funciones, pero que se interpretan como evidencias de la actuación del ejército romano en función de su hallazgo en contextos de campamentos o campos de batalla (Poux, 2008: 389). En nuestro caso dentro de esta categoría se enmarcan las nuevas piquetas de tienda recogidas (fig. 8). Responden al modelo ya constatado en diversas intervenciones en el yacimiento (Gorges et al., 2009: 274, fig. 4; Morillo et al., 2011: 67, fig. 11). Están fabricadas en hierro y son largas (entre 12 y 18 cm), con vástago de sección cuadrangular (0,7-0,9 cm) y cabeza en 'T' (1,3-2,5 cm). Una de ellas se encuentra completa (n.º 13) y presenta 17,9 cm de longitud, 0,68 de sección y cabeza de 1,52 cm, parcialmente conservada. Se han documentado otros tres ejemplares de este mismo tipo en estado fragmentario, que responden a las mismas características: un fragmento de vástago de hierro (n.º 12), de 6 cm de longitud y sección de 0,68 cm; otra clavija (n.º 31), de 7,72 cm de longitud, 0,81 de sección y cabeza de 2,35 cm; y finalmente un clavo (n.º 26), con las mismas características, pero de tipología más reducida (2,4 cm de longitud, 0,34 de sección y cabeza de 1,3 cm), cuya identificación como clavija parece menos probable.

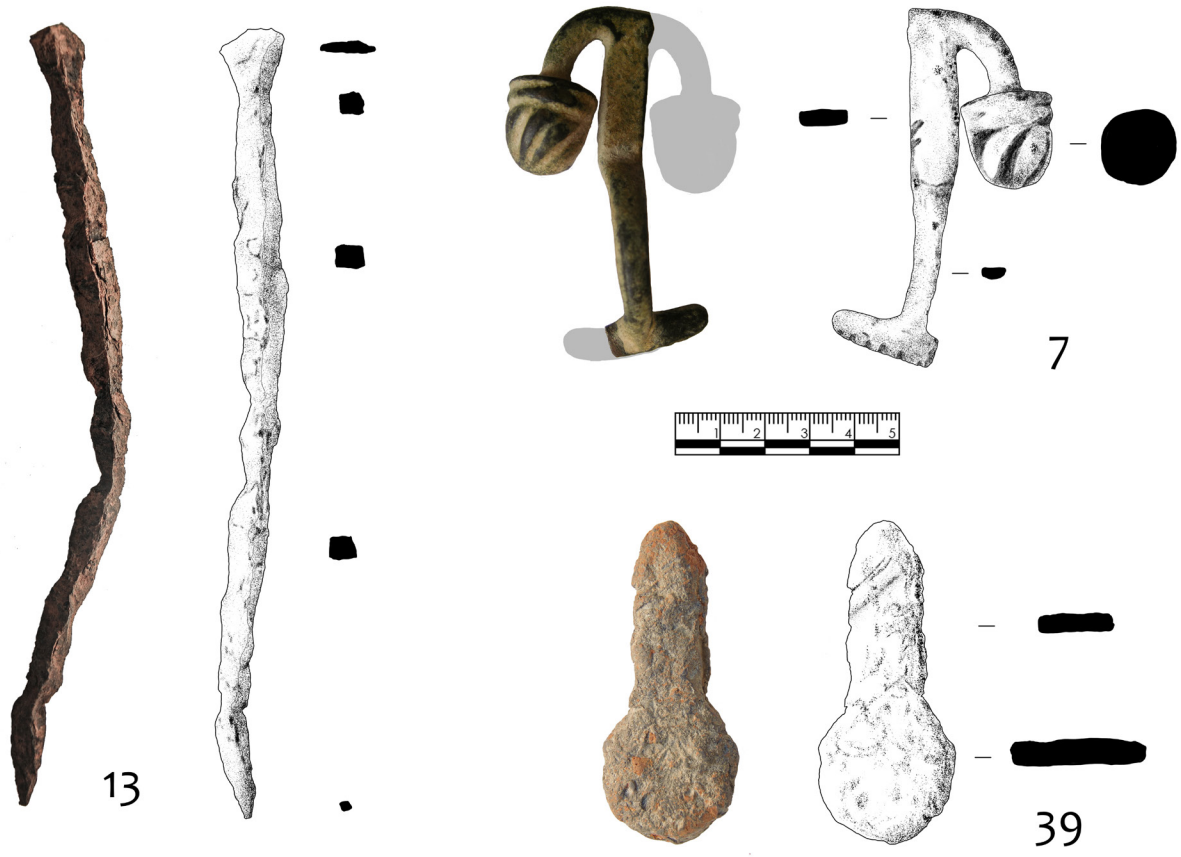


Fig. 8. Materiales romanorrepublicanos obtenidos en el transcurso de la prospección: piqueta de tienda, pasador en "T" y amuleto fálico.

Este tipo de piquetas de tienda de campaña ha pasado casi desapercibo en la investigación como material militar, por lo que en algunos catálogos de objetos de cronología romana han recibido la simple denominación de "clavos" más o menos largos, sin avanzar más sobre su homologación al módulo de las clavijas de tienda de otros tipos y asociándose a otros usos domésticos. Aunque no cabe duda de que los clavos de hierro tuvieron diversas utilidades, en particular en el ámbito de la carpintería, en contextos militares de campaña, dichos elementos no pueden explicarse de otra manera que en razón de su utilidad como elementos de sujeción de las tiendas de campaña.

Un simple repaso a la bibliografía científica ha permitido rastrear la variabilidad de los elementos metálicos de sujeción de las tiendas romanas. Junto al tipo más conocido, las clavijas de bronce o hierro de cabeza redondeada y perforada o con anilla, se documentan clavos de hierro con un orificio en la parte superior o con un apéndice perforado en uno de sus laterales, e incluso clavos de hierro con cabeza engrosada y redondeada, como los publicados hace unos años en Alésia como simples elementos de construcción (Sievers et al., 2001: 323, lám. 111, n.º 315-318), hoy en día reinterpretados adecuadamente como piquetas (Poux, 2008: 392). Y todos ellos conviviendo no sólo dentro de los mismos parámetros espacio-temporales, sino incluso dentro de los mismos asentamientos. Ejemplos inmejorables en este sentido serían los campamentos cesarianos de la Galia (Poux, 2008: 392, fig. 64), los augusteos de las guerras cántabras (Peralta, 2007: 508-509; lám. XII) o Panonia (Istenič, 2019: 130-132, fig. 53 y 54), o los del campo de batalla de Harzhorn (Pöppelmann, Deppmeyer, Steinmetz, 2013: 280-281, lám. 14). Resulta lógico pensar que dentro del criterio de máxima rentabilidad productiva y extremado pragmatismo de una campaña militar se sacrifique la estandarización en razón de la utilidad, recurriendo a todo aquello

que pudiera servir para sujetar una tienda de campaña al menor coste y mayor rapidez de elaboración. Dicho carácter utilitario de las piquetas de tienda podría estar detrás de la variabilidad de sus dimensiones, aunque dentro de la misma se aprecian al menos dos o tres agrupaciones en cuanto a longitudes, que podría responder a diferentes posiciones (sujeción de los laterales y vientos propiamente dichos). Por otra parte, no debemos olvidar que se conoce el empleo de piquetas de madera o asta, como en Newstead (Curle, 1911: 310), Bodengraven (Kooij, 1997: 396-397) o *Vindolanda* (Clarke, Breeze, Mackay, 1980: 28), evidencia del carácter utilitario de estos sencillos elementos.

Clavijas de tienda de la misma tipología que las documentadas en El Pedrosillo ya se habían publicado con anterioridad en asentamientos con contextos arqueológicos militares romanos como Newstead (Curle, 1911: fig. LXVII, 21, 24, 26, 27), los campamentos numantinos (Manrique Mayor, 1980: 20, fig. 3, n.º 10727 del Museo Numantino) o los recintos augusteos de La Loma y La Muela, que formaron parte del despliegue del ejército romano durante la conquista de Cantabria (Peralta, 2007: 508-509; lám. XII). Ejemplares del mismo tipo se conocen en los campamentos de Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984: 126-127, lám. 38, n.º 442-445) y Aguilar de Anguita (Barril, Salve, 1998: 62), clasificados como simples clavos de hierro a pesar de responder al mismo patrón y módulo que las piquetas de tienda, muy diferente al de otro tipo de clavos para construcción. La revisión directa de dichos materiales, en las colecciones del Museo de Cáceres y Museo Arqueológico Nacional de Madrid, ha permitido constatar su abundancia, mucho mayor de lo que sugieren las publicaciones, a pesar de su deficiente estado de conservación, y su analogía con los ejemplares del Pedrosillo (Morillo et al., 2021: e.p.).

Con todo, fue la identificación de 5 de estas clavijas todavía clavadas *in situ* a distancias regulares en el pequeño campamento del Pedrosillo en 2006, a unos 10-15 cm de la superficie y a unos 18 pies de la línea de defensas, que permiten incluso reconocer el módulo de las tiendas de campaña, lo que ha confirmado sin lugar a duda el empleo de dichos elementos para la sujeción de las cuerdas que tensaban el cuero de las tiendas (Gorges et al., 2009: 274-276). A partir de ese momento, esta hipótesis se abre paso en la bibliografía especializada (Driel-Murray, 2017: 7). Recientemente se han dado a conocer nuevos hallazgos del mismo tipo en contextos militares tardorrepublicanos en Hispania, como la Cabeza del Cid (Cerdeño, Gamo, 2016: 178: fig. 9, 3) o *Baecula* (Bellón et al., 2015: 248, 253, 309, fig. 18).

Por lo que se refiere a los elementos de indumentaria, en los que se menciona el precedente del Pedrosillo, gran interés reviste un pasador de bronce en forma de "T" parcialmente conservado (n.º 7) (vd. fig. 8). Ha llegado hasta nosotros el vástago central completo, de 4 cm de longitud, arqueado en su parte posterior, además de otro vástago transversal curvo, con el arco cóncavo muy pronunciado, rematado con un botón con forma de bellota gallonado de forma oblicua, terminado en un pequeño apéndice. Se ha perdido la otra mitad de dicho vástago, junto con el otro botón. En el extremo contrario se conserva parte de otra varilla menor transversal, en este caso recto, sin remates, pero decorado con incisiones en toda su longitud. Este ejemplar se enmarca dentro del tipo c de Palol (1955-56: 98).

Este tipo de pasadores se interpretan como prendedores o sujeciones de cinturón a la manera de hebilla, derivado tal vez de las fíbulas de La Tène (Palol, 1955-56: 98-102). Se trata de una categoría exclusivamente peninsular, muy abundante, con numerosas subvariantes tipológicas y con una larga cronología, pero muy mal estudiada, ya que raramente se han publicado en contexto arqueológico. Se han realizado algunas aproximaciones (Palol, 1955-56; Villaverde Vega, 1993) pero seguimos careciendo de un análisis de conjunto.

Su origen se ha situado en el mundo ibérico, formando parte de la indumentaria de los siglos II-I a.C., como demostraría su representación en la Gran Dama Oferente del Cerro de los Santos o el hallazgo de varios ejemplares en el santuario ibérico del Castellar de Santisteban (Jaén) (Palol, 1955-56:

100 y 104; Villaverde Vega, 1993: 400-402). Son especialmente abundantes en el Mediodía y Sureste peninsular, extendiéndose hacia las dos mesetas, lo que indicaría un uso más frecuente de este elemento en dichas zonas, alcanzando puntualmente el País Vasco meridional y la *Mauretania Tingitana* (Villaverde Vega, 1993: 402-404). Aunque los materiales en contexto no son especialmente abundantes, parece que su uso, con variantes tipológicas algo diferentes aún por definir con exactitud, se prolonga durante el periodo imperial (Palol, 1955-56: 105; Fernández Ibáñez, 2004: 254). Piezas con un concepto muy semejante, se documentan asimismo en época bajomedieval y moderna (Viladés, Palomar, 1998; Mariné, 2015).

Finalmente, debemos mencionar el hallazgo de un tosco amuleto de plomo con forma de falo esquemático, en el que se aprecia perfectamente por una de sus caras el glande y el tronco del órgano sexual masculino, delimitados por dos líneas incisas de separación, además de un bloque circular en el extremo contrario que representa la bolsa escrotal (n.º 39). La cara posterior carece de decoración. Su longitud es 6,95 cm, con una anchura máxima 2,98 cm y la mínima de 1,6 cm. Su peso es 119,5 g. La pieza presenta una pátina gris oscura con algunas manchas blancas (vd. fig. 8).

Dentro de los amuletos con forma fálica (*fascinus*), los más habituales y conocidos son los fabricados en bronce que cuentan con una anilla superior para ser usados como colgantes, aunque también se conocen algunos del mismo tipo en plata u oro (Sáenz, Lasuén, 2004; Sinner, Martínez-Chico, Ferrante, 2020: 147-148, fig. 6). Las colecciones publicadas (p.e. Rolland, 1965; Hoyo, Vázquez Hoys, 1996; Zarzalejos, Aurrecoechea, Fernández Ochoa, 1988; Pozo, 2002: 88-94; Morena López, Romero Conde, 2015) recogen solo ejemplares de bronce, considerados colgantes, y soslayan los fabricados en plomo. Sin embargo, amuletos fálicos en este metal, alguno muy semejante al que aquí presentamos, toscos y con sólo una de sus caras trabajadas, sí han llegado a publicarse (Galeano, Gil, 1998, 56-57, n.º 4 y 5). Por el momento los ejemplares de este tipo publicados son escasos y no existe un trabajo de referencia; sin embargo, todo parece indicar que estos materiales deben ser mucho más abundantes de lo que se ha creído hasta el momento y que su escasa documentación es más un problema de investigación que una ausencia real. De hecho, en un rastreo inicial realizado hemos podido comprobar que abundan en colecciones privadas, noticias de prensa y portales de venta en línea[3]. Escasa atención ha prestado también la investigación a los amuletos fálicos de piedra, cerámica, hueso o ámbar (Abras, Gurri, 2014: 69 y 105; Major, 2015: fig. 560; Vass, 2016).

Por el momento, no se ha establecido una evolución cronológica entre los diferentes tipos de amuletos fálicos elaborados en distintos materiales. No cabe duda que buena parte de los mismos pudieron emplearse como colgantes personales; sin embargo, en otros casos, como el que aquí nos ocupa, los amuletos de plomo, piedra o cerámica, debido a su mayor peso y a la carencia de anilla de sustentación, plantean un empleo algo diferente, e indican que debían ser llevados por su poseedor de otra manera o depositados en determinados lugares.

Es evidente su carácter apotropaico como talismanes contra el Mal de Ojo, lo que implica su empleo para defender al individuo, en vida o tras su muerte, o un lugar concreto. De hecho, se han localizado, además de en numerosas sepulturas, ocultos en un almacén de una vivienda de Pompeya (Allison, 2013: 87) o en los *principia* o cuartel general de campamentos como *Aquincum* (Vass, 2016: 72). Su significado se ha querido buscar tanto en el carácter protector y viril que tiene el falo, como en la

[3] A manera de ejemplo, en pocos años se han dado a conocer hallazgos de este tipo en lugares tan alejados como *Vindolanda* (https://detritusofempire.blogspot.com/2012/05/vindolanda-2012-day-one.html), Binchester (https://twitter.com/romanbinchester/status/619118582727856128) o el puerto de Mazarrón (https://murciatoday.com/2000_year_old-roman-phallus-amulet-found-by-divers-in-puerto-de-mazarr%C3%B3n_1099286-a.html) (vd. Sinner, Martínez-Chico, Ferrante, 2020: 148).

exhibición impúdica del miembro erecto, que obliga a apartar los ojos al neutralizar al posible "aojador" demostrando su mayor virilidad y fortaleza o su empleo como magia antipática (Gómez Peña, 2008: 333-334). El empleo como soporte del plomo, metal empleado habitualmente en los rituales de magia por los romanos por su vinculación con divinidades y espíritus de ultratumba, como demuestran las *tabellae defixionis* (Sánchez Natalías, 2011), vendría a reforzar el carácter arcano y supersticioso de ejemplares como los el que aquí presentamos.

Su utilización parece difundirse especialmente en provincias como Britania, Germania o Panonia (Green, 1978: 34-35; Swift, 2011: 216-218; Allison, 2013: 86-88; Vass, 2016), lo que ha llevado a denominarlos incluso como *Limesphalli* (Oldestein, 1976: 158-159). Su abundancia en estos ambientes castrenses, donde la virilidad constituye una virtud inherente, y extremadamente supersticiosos, resulta lógica. Por lo que se refiere a Hispania, si bien se encuentra entre las regiones donde este tipo de amuletos son muy abundantes, por el momento, no se había asociado directamente a un contexto militar[4].

3. ALGUNAS CONSIDERACIONES FINALES

Los hallazgos metálicos recuperados mediante prospección con detector de metales confirman sin duda el carácter militar romano de este yacimiento, ya apuntado en trabajos anteriores a partir tanto de los restos arquitectónicos como del registro arqueológico de carácter material (Gorges et al., 2009; Morillo et al., 2011). En su mayor parte corresponden a proyectiles, algo habitual en campos de batalla (Quesada et al., 2015: 246), a los que debemos añadir piquetas de tienda y monedas.

El geoposicionamiento de los hallazgos romanos de época republicana documentados a través de la prospección tradicional y mediante detector de metales nos permite avanzar en la interpretación del conjunto: los materiales se concentran en áreas muy concretas, en su mayoría en el interior de los dos recintos defensivos: por un lado, el pequeño fuerte y la mitad oriental del recinto grande, en particular la zona meridional y el espacio intermedio entre ambos recintos. Esta constituye además la zona más alta desde el punto de vista de la topografía. De ahí proceden todas las monedas recuperadas en la prospección (n.º 11, 40, 54), una *glans plumbea* (n.º 1), varias piquetas de tienda (n.º 12 y 13), el pasador en "T" (n.º 7), y varias piezas de plomo, entre las que destaca el amuleto con forma de falo (n.º 39) (fig. 9). Aunque es la zona más explotada en los últimos años desde el punto de vista agrícola, la densidad de materiales no deja lugar a dudas respecto a la importancia del asentamiento en este sector; en segundo lugar, la extensión de las prospecciones al otro lado del arroyo Pedrosillo permite vislumbrar una segunda área de concentración de hallazgos en un sector donde se aprecian varias construcciones de difícil interpretación, con varios fortines circulares muy deformados en la actualidad y uno cuadrangular, que controlaría el acceso al vado por su parte septentrional. De ahí proceden una *glans* (n.º 25) y dos piquetas (n.º 26 y 31). El hallazgo de materiales, en particular piquetas de tienda en esta zona, parece apuntar también a un espacio habitacional, aunque en este caso no se ha identificado un recinto militar al uso. Finalmente, entre ambos espacios, también en la ribera izquierda del arroyo como en el caso anterior, en una zona donde los *titula* y los fortines circulares se conservan muy bien, se encontró una punta de venablo (n.º 38) y varios fragmentos de plomo, aunque no hemos podido confirmar la datación romana de los mismos.

[4] Tenemos en preparación un trabajo, que publicaremos próximamente, sobre estos hallazgos en contextos hispanos para observar si su vinculación con el ámbito militar es tan evidente como en las otras provincias. De ser así, tendríamos aquí el precedente de lo que parece haber sido una práctica mágica habitual entre las tropas romanas.



Fig. 9 - Moneda tardorrepublicana (n.º 54) y amuleto fálico en plomo (n.º 39) en el momento de su hallazgo.

Por el contrario, las prospecciones, que se extendieron por buena parte del espacio que rodea a ambos recintos a ambos lados del vado del arroyo, en torno al conjunto de construcciones dispuestas con una finalidad específica (fortines circulares y los *titula* aislados) para un enfrentamiento bélico contra un enemigo que disponía de una caballería fuerte, apenas han revelado hallazgos. Esto parece confirmar la interpretación de los restos materiales encontrados como objetos perdidos (monedas, glandes, punta, amuleto) o abandonados intencionadamente (piquetas) durante la ocupación romana de este espacio. En modo alguno corresponden al registro material de un campo en el que se ha combatido al enemigo lanzándole proyectiles o luchando cuerpo a cuerpo, lo que hubiera determinado el hallazgo de numerosas armas y proyectiles. Todo ello nos lleva a plantear que dicho enfrentamiento, a pesar de la preparación previa, no tuvo lugar.

No obstante, a la vista del registro material, no podemos dudar ni del carácter militar romano del asentamiento, confirmado sin lugar a duda tanto por las estructuras construidas y por los *militaria* perdidos, ni de su cronología tardorrepublicana. De hecho, si ya contábamos con algún elemento de datación como una moneda hispanopúnica (Morillo et al., 2011: 66-67), el hallazgo de un victoriato y de dos ases sextantales en la presente campaña, emisiones con una larga perduración en las estratigrafías, que constituyen la base de la circulación monetaria en bronce durante el siglo II a.C. en el Mediodía y Levante peninsulares, permiten aquilatar mejor el marco cronológico del asentamiento, en todo caso posterior al 179-170 a.C. Dichas monedas son muy escasas además en el Occidente peninsular, escasamente monetizado, asociándose la mayoría de ellas a la presencia de un grupo cerrado como el ejército.

Otros materiales, como el pasador en "T" o las piquetas de tienda carecen de la bibliografía científica de estudios que permitan una datación ajustada. Por lo que se refiere a los *pila catapultaria* y las glandes, aunque podemos asociarlos sin duda a contextos tardorrepublicanos por sus características (dimensiones y peso), tampoco estamos en condiciones de precisar más su cronología. Todos ellos son habituales en contextos romanos de carácter militar. Es difícil también pronunciarse sobre su pertenencia a contingentes itálicos o auxiliares peninsulares, ya que es muy común que compartan armas y cultura material en su conjunto durante los siglos II-I a.C. (Quesada, 2019: 412). Sin embargo, los paralelos parecen indicar que parecen corresponder a tropas legionarias. Muy llamativa es la presencia de un amuleto fálico, elemento muy vinculado al mundo militar o ámbito militarizado en las fronteras septentrionales durante la época altoimperial, aunque por el momento no se ha constatado en ningún campamento o campo de batalla tardorrepublicano. Finalmente, la ausencia de tachuelas de calzado es un hecho común a numerosos campamentos y campos de batalla tardorrepublicanos como Cáceres el Viejo, el cerco de Numancia, Renieblas, como bien se ha indicado recientemente (Quesada et al., 2015: 384-387). Lo mismo se confirma en recintos recientemente descubiertos como Cabezo del Cid (Cerdeño, Gamo, 2016: 178).

De cualquier manera, tanto el ámbito geográfico, como las características de las estructuras defensivas y, particularmente, el análisis de los materiales nos aproximaría tal vez al contexto de las Guerras Lusitanas (155-138 a.C.), sin descartar una datación algunas décadas posteriores, anterior al tránsito al siglo I a.C.

Agradecimientos

Las intervenciones arqueológicas, autorizadas por la Consejería de Cultura y Turismo de la Junta de Extremadura el 2/08/2010, contaron con el apoyo económico del grupo complutense de investigación "Ciudades Romanas" (CIR), en aquel momento dirigido por J. Mangas Manjarrés. En los trabajos de campo participaron asimismo Miguel Rodríguez Cenador y Javier Salido Domínguez, a quienes damos las gracias. Queremos agradecer a Cruces Blázquez Cerrato y Carmelo Fernández Ibáñez sus sugerencias de cara a la identificación y contextualización de algunos materiales.

Referencias Bibliográficas

Abras, M.; Gurri, E. (2014): *El sexe a l'època romana*. Barcelona.

Allison, P. (2013): *People and Spaces in Roman Military Bases*. Cambridge.

Armendariz Martija, J. (2005): Propuesta de identificación del campamento de invierno de Pompeyo en territorio vascón. *Trabajos de Arqueología Navarra* 18: 41-63.

Barril Vicente, M; Salve Quejido, V. (1998): Reexcavando Aguilar de Anguita a través de los documentos escritos y los materiales depositados en el M.A.N. *Kalathos* 17: 47-90.

Bayo Fuentes, S. (2018): *Contestania Ibérica en los siglos II-I a.n.e.: Poblamiento y Romanización.* Tesis doctoral, Universidad de Alicante: http://hdl.handle.net/10045/99256

Bellón Ruiz, J.; Ruiz Rodríguez, A.; Molinos Molinos, M.; Rueda Gálan, C., Gómez Cabeza, F. (eds.) (2015) - *La Segunda Guerra Púnica en la península ibérica. Baecula: Arqueologia de una batalla*. CAAI Textos 7. Jaén.

Benedetti, L. (2012): *Glandes perusinae. Revisione e aggiornamenti*. Roma.

Bermúdez Gómez, Mª; Guisado de Monti, J. (2019): Sertorio en guerra. Nuevos datos sobre las guerras civiles romanas en el entorno de Caraca, in E. Gamo Pazos; J. Fernández Ortea; D. Álvarez Jiménez (eds.), *En ningún lugar… Caraca y la romanización de la Hispania interior*. Guadalajara: 103-119.

Birley, R. (1996): *Vindolanda. Research Reports, New Series: The Small finds, Fasc. 1. The Weapons*. Vol. IV. Greenhead.

Bishop. M.; Coulston, J. (1993): *Roman military equipment from the Punic Wars to the fall of Rome*. London.

Blázquez Cerrato, C. (2002): *Circulación monetaria en el área occidental de la península ibérica. La moneda en torno al "Camino de la Plata"*. Montagnac.

Blázquez Cerrato, C. (2010): El proceso de monetización de Lusitania desde el siglo I a.C. al siglo I d.C., in J.-G. Gorges; T. Nogales Basarrate (eds.), *Naissance de la Lusitanie romaine (Ier av. - Ier ap. J.-C.)/Origen de la Lusitania Romana (siglos I a.C.-I d.C.)*. Toulouse-Mérida: 405-435.

Blázquez Cerrato, C. (2014): Huellas militares numismáticas en el occidente peninsular, in F. Cadiou; M. Navarro Caballero (coord.), *La guerre et ses traces: Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier s. av. J.-C.)*. Mémoires 37. Bordeaux: 415-428.

Blé Gimeno, E. (2012): *Tormenta romana*. Análisis morfológico y funcional de la artillería romana tardorrepublicana en el nordeste peninsular. *Gladius* 32: 25-48.

Blé Gimeno, E. (2015): *Guerra y conflicto en el nordeste de Hispania durante el período romano republicano (218 - 45 a.C.): La presencia del ejército romano a partir de sus evidencias arqueológicas metálicas*. Tesis doctoral, Universidad de Barcelona: https://www.tdx.cat/handle/10803/398391#page=1

Campbell, D. B. (2003): *Greek and Roman Artillery 399 BC-AD 363.* New Vanguard 89. Oxford.

Cebrián Fernández, R. (2014): Estudio de los glandes de plomo procedentes del entorno de Segóbriga (Saelices, Hispania Citerior), in E. Martínez Ruiz; J. Cantera Montenegro (dir.), *Perspectivas y Novedades de la Historia Militar. Una aproximación global* (Madrid, 2013). Madrid: 171-191

Cerdeño Serrano, Mª; Gamo Pazos, E. (2016): Estudio preliminar del campamento romano de La Cabeza del Cid (Hinojosa, Guadalajara, España). *Complutum* 27,1: 169-184.

Chabot, L.; Feugère, M. (1993): Les armes de l'oppidum de la Cloche (Les Pennes, Mirabeau, Bouches-du Rhône) et la destruction du site au Ier siècle avant notre ère. *Documents d'Archéologie Meridionale* 16: 337-351.

Chapa Brunet, T.; Uriarte González, A.; Vicent García, J.; Mayoral Herrera, V.; Pereira Sieso, J. (2003): Propuesta metodológica para una prospección arqueológica sistemática: El caso del Guadiana Menor (Jaén, España). *Trabajos de Prehistoria* 60,1: 11-34.

Chaves Tristán, F.; Otero Morán, P. (2002): Hallazgos monetales, in J. Blázquez Martínez; C. Domergue; P. Sillières (eds.), *La Loba (Fuenteovejuna, Cordoue, Espagne). La mine et le village minier antiques*. Mémoires 7. Bordeaux: 163-230.

Clarke, D.; Breeze, D.; Mackay, G. (1980): *The Romans in Scotland. An introduction to the collections of the National Museums of Antiquities of Scotland*. Edinburgh.

Connolly, P. (1997): Pilum, Gladius and Pugio in the Late Republic, in M. Feugère (dir.), *L´Équipement militaire et l´armement de la république (IVe-Ier s. Avant J.-C.)* (Montpellier, 1996). Journal of Roman Military Equipment Studies 8. Oxford: 42-57.

Connolly, P. (2001-02): The pilum from Marius to Nero. A reconsideration of its development and function. *Journal of Roman Military Equipment Studies* 12-13: 1-8.

Contreras Cortés, F.; Müller, R.; Montaner, J.; Valle, F. (2006-2007): Estudio pormenorizado de los glandes de plomo depositados en el Cehimo. *Revista Cehimo* 33: 97-163.

Crawford, M. (1974): RRC = *Roman Republican Coinage*. Cambridge.

Curle, J. (1911): *A roman frontier post and its people. The fort of Newstead in the Parish of Melrose*. Glasgow.

Díaz Ariño, B. (2008): *Epigrafía Latina Republicana de Hispania*. Colecció Instrumenta 26. Barcelona.

Domergue, C. (1967): La mine antique de Diógenes (Province de Ciudad Real). *Mélanges de la Casa de Velázquez* 3: 29-91.

Domergue, C. (1970): Un Témoignage sur l'Industrie Minére et Métallurgique du Plomb dans la Région d'Azuaga (Badajoz) pendant la Guerre de Sertorius, in *Actas del XI Congreso Nacional de Arqueología* (Mérida, 1968). Zaragoza: 608-626.

Driel-Murray C. van (2017): Warm and dry: a complete Roman tent from Vindolanda, in Q. Mould (eds.), *Leather in Warfare: Attack, Defence and the Unexpected* (Leeds, 2014). Leeds: 1-16.

Engel, A.; Paris, P. (1906): Une forteresse ibérique à *Osuna* (Fouilles de 1903). *Nouvelles Archives Missions Scientiques et Litéraires* 13,4: 357-491.

Fabião, C. (2006): Chões de Alpompé fort, in A. Morillo Cerdán; J. Aurrecoechea Fernández, J. (eds.), *The Roman Army in Hispania. Am archaeological guide*. León: 241-242.

Fabião, C.; Pereira, T.; Pimenta, J. (2015): Coleção de metais do sítio arqueológico dos Chões de Alpompé, Santarém. *Cira Arqueologia* 4: 110-150.

Fernández Ibáñez, C. (2004): Materiales romanos de Herrera de Pisuerga (Palencia). El yacimiento de El Cuartel I: los primeros asentamientos militares. *Sautuola* 10: 237-279.

Fontenla Ballesta, S. (2005): Glandes de honda procedentes de la batalla de Asso. *Alberca* 3: 67-84.

Galeano Cuenca, G; Gil Fernández, R. (1998): Sobre algunos bronces romanos del museo de Priego de Córdoba. *Antiquitas* 9: 55-60.

García-Bellido, Mª P. (1986): A Hub from ancient Spain. *Numismatic Chronicle* 146: 76-84.

García-Bellido, Mª P.; Blázquez Cerrato, C. (2001): *Diccionario de cecas y pueblos hispánicos*. Madrid.

García Díez, F.; Sáez Abad, R. (2007): La artillería en la Hispania romana. *Sautuola* 13: 445-464.

Gómez Peña, A. (2008): Amuleto fálico romano hallado en la Puebla del Río (Sevilla). *Spal* 17: 329-334.

Gorges, J.-G.; Rodríguez Martín, F. G. (2004): De Lusitanie en Bétique: Regina et le réseau routier romain entre Guadiana et Sierra Morena, in J.-G. Gorges; E. Cerrillo Martín de Cáceres; T. Nogales Basarrate (eds.), *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las comunicaciones* (Cáceres, 2002). Madrid: 61-108.

Gorges, J.-G.; Rodríguez Martín, F. G. (2006): Un probable complejo militar romano de época republicana en la Beturia Túrdula: notas preliminares sobre el campamento del "Pedrosillo" (Casas de Reina, Badajoz), in A. Morillo Cerdán (eds.), *Arqueología Militar Romana en Hispania: Producción y abastecimiento en el ámbito militar II* (León, 2005). León: 655-669.

Gorges, J.-G.; Morillo Cerdán, A.; Rodríguez Martín, G.; Martín Hernández, E. (2009): Le campement romano-républicain du "Pedrosillo" (Casas de Reina, Badajoz, Espagne) à l'épreuve des sondages: premiers résultats de la campagne 2006, in A. Morillo Cerdán; N. Hanel; E. Martín Hernández (eds.), *Limes XX: Estudios sobre la Frontera Romana/Roman Frontier Studies* (León, 2006). Anejos de Gladius 13. Madrid: 267-279.

Green, M. J. (1978): *A corpus of small cult objects from the military areas of Roman Britain*. BAR British Series 52. Oxford.

Gruat, Ph.; Marty, G.; Poujol, J. (2002): Des balles de fronde en plomb de l'armée romaine à Caylus/Puech Boussac (Saint-Affrique). *Vivre en Rouergue* 16: 87-96.

Grünewald, M.; Richter, A. (2006): Zeugen Caesars schwerster Schlacht? Beschriftete andalusische Schleuderbleie aus der Zeit des Zweiten Punischen Krieges und der Kampagne von Munda. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik* 157: 261-269.

Guerra, A.; Pimenta, J.; Sequeira, J. (2014): Conjuntos de *Glandes Plumbeae* do sítio arqueológico do Alto dos Cacos-Almeirim, in C. Fabião; J. Pimenta (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: 293-321.

Hanel, N. (1995): *Vetera I: Die Funde aus den römischen Lagern auf dem Fürstenberg bei Xanten*. Rheinische Ausgrabungen 35. Köln.

Horvat, J. (1997): Roman Republican weapons from Smihel in Slovenia, in M. Feugère (dir.), *L'equipment militaire et l'armement de la République (IVe-Ier s. avant J.-C.)* (Montpellier, 1996). Journal of Roman Military Equipment Studies 8. Oxford: 105-120.

Hoyo Calleja, J. del; Vázquez Hoys, A. Mª (1996): Clasificación funcional y formal de amuletos fálicos en Hispania. *Espacio, Tiempo y Forma. Historia Antigua*, serie II, 9: 441-446.

Huther, S. (2014): *Der römische Weihebezirk von Osterburken III (3 Bände). Band 1.1 - Die Holzbauwerke. Textband*. Darmstadtt.

Istenič, J. (2019): *Roman military equipment from the river Ljubljanica. Typology, Chronology and Technology*. Katalogi in Monografije 43. Ljubljana.

Jiménez Ávila, J. (1989-90): Notas sobre la minería romano-republicana bajoextremeña: las explotaciones de plomo de la Sierra de Hornachos (Badajoz). *Anas* 2-3: 123-134.

Jiménez Ávila, J. (1991): *Estudio numismático del poblado de Hornachuelos (Ribera del Fresno, Badajoz)*. Serie de Arqueología Extremeña 4. Cáceres.

Kooij, D. van der (1997): *Bodegraven Oud Bodegraafseweg 2*, in R. van Heeringen (eds.), *Archeologische kroniek van Holland over 1996, II*. Tijdschrift Holland 29-6. Zuid-Holland: 395-397.

Lechuga Galindo, M. (1986): *Tesorillos de moneda romano-republicana de la región de Murcia*. Murcia.

López Vilar, J. (2013): César contra Pompeyo. *Glandes inscriptae* de la batalla de *Ilerda* (49 a.C.). *Chiron* 43: 431-457.

Luik, M. (2002): *Die Funde aus den Römischen Lagern um Numantia in Römisch-Germanischen Zentralmuseum*. Kataloge vor- und frühgeschichtlicher Altertümer 31. Mainz-Rhein.

Major, H. (2015): An overview of the small finds assemblage, in M. Atkinson; S. Preston (eds.), *Heybridge, A Late Iron Age and Roman Settlement: Excavations at Elms Farm 1993-5*. Internet Archaeology 40. Vol. II. http://dx.doi.org/10.11141/ia.40.1.major6

Manrique Mayor, M. (1980): *Instrumentos de hierro de Numancia conservados en el museo Numantino (Soria)*. Madrid.

Marchetti, P. (1978): *Histoire économique et monétaire de la Deuxième Guerre Punique*. Bruxelles.

Marcos Alonso, C. (1993): Apéndice. Monedas halladas en el yacimiento de Valderrepisa (Fuencaliente, Ciudad Real). *Mélanges de la Casa de Velázquez* 29,1: 42-50.

Mariné Isidro, M. (2015): ¿Al hilo de santa Teresa?: Un vistazo a los pasadores en T de Ávila, in C. L. López (coord.), *La institución Gran Duque de Alba a Santa Teresa de Jesús en el V centenario de su nacimiento*. Ávila: 265-278.

Marsden, E. W. (1969): *Greek and Roman Artillery. Historical Development*. Oxford.

Mataloto, R. (2014): A propósito de um conjunto de *glandes plumbleae*: o Castelo das Juntas (Moura) no contexto do episódio Sertoriano das Guerras Civis na margem esquerda do Guadiana, in C. Fabião; J. Pimenta (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: 343-384.

Metzler, J. (1995): *Das treverische Oppidum auf dem Titelberg (G.-H. Luxembourg): Zur Kontinuität zwischen der spätkeltischen und der frührömischen Zeit in Nord-Gallien*. Dossiers d'Archéologie du Musée National d'Histoire et d'Art 3. Luxembourg.

Moralejo Ordax, J.; Saavedra, J. M. (2016): ¿César contra Pompeyo? Nuevos hallazgos para el estudio de la inscripción SCAE en las glandes de honda de Hispania. *Onoba* 4: 41-68.

Morena López, J.; Romero Conde, J. (2015): La colección de amuletos fálicos romanos del Museo Histórico Municipal de Baena (Córdoba). *Antiquitas* 27: 95-110.

Morillo Cerdán, A. (2008): Criterios de identificación de campamentos romanos. *Salduie* 8: 77-97.

Morillo Cerdán, A.; Adroher Auroux, A.; Dobson, M.; Martín Hernández, E. (2020): Constructing the archaeology of the Roman conquest of Hispania: new evidence, perspectives and challenges. *Journal of Roman Archaeology* 33: 36-52.

Morillo Cerdán, A.; Aurrecoechea Fernández, J. (2006): *The Roman Army in Hispania. An archaeological guide*. León.

Morillo Cerdán, A.; Rodríguez Martín, G.; Martín Hernández, E.; Durán Cabello, R. (2011): The Roman Republican Battlefield at Pedrosillo (Casas de Reina, Badajoz, Spain): New research (2007). *Conimbriga* 50: 59-79.

Morillo Cerdán, A.; Sala Sellés, F. (2019): The Sertorian Wars in the conquest of Hispania: from data to archaeological assessment, in A. Fitzpatrick; C. Haselgrove (eds.), *The Archaeology of Caesar in Britain and Gaul. New archaeological perspectives*. Oxford-Philadelphia: 49-72.

Müller, R. (2018): *Die Bleifunde der römisch-republikanischen Anlage von Sanisera*. Archaeopress Roman Archaeology 46. Oxford.

Noguera Guillén, J. (2008): Los inicios de la conquista romana de Iberia: Los campamentos de campaña del curso inferior del río Ebro. *Archivo Español de Arqueología* 81: 31-84.

Noguera Guillén, J.; Blé Gimeno, E.; Valdés Matías, P. (2015): Metal detecting for Surveying Marching Camps?, in L. Vagalinski; N. Sharankov (eds), *Limes XXII: Proceedings of the 22nd International Congress of Roman Frontier Studies* (Ruse-Bulgaria, 2012). Sofia: 853-860.

Ocharan Larrondo, J.; Unzueta Portilla, M. (2002): Andagoste (Cuartango, Álava): Un nuevo escenario de las guerras de conquista en el norte de Hispania, in A. Morillo Cerdán (eds.), *Arqueología militar romana en Hispania* (Segovia, 1998). Anejos de Gladius 5. Madrid: 311-325.

Oldestein, J. (1976): Zur Ausrüstung römischer Auxiliareinheiten. *Beriche Römisch-Germanische Commission* 57: 21-284.

Palol i Salellas, P. de (1955-56): Pasadores en T iberorromanos en la Península Ibérica. *Ampurias* 17-18: 97-110.

Peralta Labrador, E. (2007): Armas de y para la conquista de la antigua Cantabria, in C. Fernández Ibáñez (eds.), *Metalistería en la Hispania romana*. Sautuola 13. Santander: 493-512.

Pereira, C.; Días, I. (2020): Acciones y reacciones: testimonios de los conflictos civiles romanos en Extremadura. El caso de Cáceres Viejo (Casas de Millán, Cáceres, España). *Archivo Español de Arqueología* 93: 103-126.

Pereira, C.; Morillo Cerdán, A. (eds.) (2021): *El campamento de Cáceres el Viejo. Una nueva aproximación de conjunto* (en preparación).

Pimenta, J. (coord.) (2013): *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo): Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo* (Catálogo de Exposição, 2013). Lisboa-Vila Franca de Xira.

Pina Polo, F.; Zanier, W. (2009): *Glandes Inscriptae* aus der Hispania Ulterior, in A. Morillo Cerdán; N. Hanel; E. Martín Hernández (eds.), *Limes XX: Estudios sobre la Frontera Romana/Roman Frontier Studies* (León, 2006). Anejos de Gladius 13. Madrid: 577-588.

Pöppelmann, H.; Deppmeyer, K.; Steinmetz, H. (eds.): *Roms vergessener Feldzug. Der Schlacht am Harzhorn*. Veröffentlichungen des Braunschweigischen Landesmuseum 115. Darmstadt.

Poux, M. (2008): L'empreinte du militaire tardo-républicain dans les faciès mobiliers de La Tène finale, in M. Poux (eds.), *Sur les traces de César: Militaria tardo-républicains en contexte gaulois.* Bribacte 14. Glux-en-Glenne: 299-432.

Pozo Rodríguez, S. (2002): Variedad arqueológica de la provincia *Baetica*: Bronces romanos inéditos. Grandes bronces. Estatuillas. Mobiliario doméstico, amuletos fálicos. Espejos. Balanzas. Contrapesos. Asas y apliques de sítulas. *Antiquitas* 14: 69-122.

Prados Martínez, F.; Jiménez Vialas, H.; Torres Gomariz, O. (2021): Un nuevo hito para el estudio de la poliorcética púnica. El acceso en codo de Son Catlar (Ciutadella, Menorca), *Gladius* 41, 25-43.

Puig i Cadafalch, J. (1911-1912): Troballa d'armes i restes de maquines de guerra a Empúries. *Anuari de l'Institut d'estudis Catalans* 4: 671-672.

Quesada Sanz, F. (2008): La "Arqueología de los campos de batalla": Notas para un estado de la cuestión y una guía de investigación. *Salduie* 8: 21-35.

Quesada Sanz, F. (2019): La cultura material militar en Hispania, in E. Sánchez López; M. Bustamante Álvarez (eds.), *Arqueología Romana en la Península Ibérica*. Granada: 409-437.

Quesada Sanz, F.; Gómez Cabeza, F.; Molinos Molinos, M.; Bellón Ruiz, J. (2015): El armamento hallado en el campo de batalla de las Albahacas-*Baecula*, in J. Bellón Ruiz; A. Ruiz Rodríguez; M. Molinos Molinos; C. Rueda Gálan; F. Gómez Cabeza (eds.), *La Segunda Guerra Púnica en la Península Ibérica. Baecula: Arqueología de una batalla*. CAAI Textos 7. Jaén: 311-396.

Quesada Sanz, F.; Moralejo Ordax, J. (2020): Tras las huellas de Julio César: los campos de batalla cesarianos de Ulia/Montemayor y el hallazgo de un carro de época ibérica, in *Actualidad de la investigación arqueológica en España II (2019-2020)*. Madrid: 229-252.

Rageth, J.; Zanier W.; Klein, S. (2010): Crap Ses und Septimer: Archäologische Zeugnisse der römischen Alpeneroberung 16/15 v. Chr. aus Graubünden. *Germania* 88: 241-183.

Reddé, M. (1995): *Titulum et clavicula.* À propos des fouilles récentes d'Alésia. *Revue Archéologique de l'Est et du Centre-Est* 46,2: 349-356.

Rolland, H. (1965): *Bronzes antiques de Haute Provence (Basses-Alpes, Vaucluse)*. Supplément Gallia 18. Paris.

Romeo Marugán, F. (2017): Piedra y plomo: la honda frente a los asentamientos fortificados del noreste de la península ibérica a partir del siglo III a.C. y su repercusión en los sistemas defensivos. *Gladius* 37: 109-128.

Romeo Marugán, F. (2021): El sistema ofensivo y campo de batalla del entorno de la ciudad antigua del Cabezo de Alcalá de Azaila (Teruel). Primeros resultados. *Gladius* 41: 67-89.

Sáenz Preciado, J.; Lasuén Alegre, M. (2004): El amuleto fálico de oro de *Bilbilis* (Calatayud-Zaragoza). *Salduie* 4: 221-227.

Sáez Abad, R. (2006): *Artillería y poliorcética en el mundo grecorromano*. Anejos de Gladius 8. Madrid.

Sánchez Natalías, C. (2011): Escribiendo una *defixio*: los textos de maldición a través de sus soportes. *Acta Classica Universitatis Scientiarum Debreceniensis* 47: 79-93.

Schulten, A. (1927): *Numantia. Die Ergebnisse der Ausgrabungen 1905-1912. III. Die Lager des Scipio*. München.

Sievers, S. (2001): Les armes d'Alésia, in M. Reddé; S. von Schnurbein (dirs.), *Alésia: Fouilles et recherches franco-allemandes sur les travaux militaires romains autor du Mont-Auxois (1991-1997)*. Mémoires de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres 22. Vol. II. Paris: 121-209.

Sinner, A.; Martínez-Chico, D.; Ferrante, M. (2020): El yacimiento subacuático de Las Amoladeras, Cabo de Palos (Cartagena). Nuevos enfoques. *Zephyrus* 85: 139-162.

Swift, E. (2011): Personal ornament, in L. Allason-Jones (eds.), *Artefacts in Roman Britain: Their purpose and use*. Cambridge: 194-218.

Torres Martínez, J.; Martínez Velasco, A; Pérez Farraces, C. (2013): Los proyectiles de artillería romana en el *oppidum* de Monte Bernorio (Villarén, Palencia) y las campañas de Augusto en la primera fase de la guerra cantábrica. *Gladius* 33: 57-80.

Ulbert, G. (1984): *Cáceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanish-Extremadura*. Madrider Beiträge IX. Mainz-Rhein.

Unzueta Portilla, M.; Ocharan Larrondo, J. (1999): Aproximación a la conquista romana del Cantábrico oriental: el campamento y/o campo de batalla de Andagoste (Cuartango, Álava), in J. M. Iglesias Gil; J. A. Muñiz Castro (eds.), *Regio Cantabrorum (Santander)*. Santander: 125-142.

Vass, L. (2016): Is that not charming? *Fascinum in Aquincum*: Protection against evil eye. Phallic amulets in a roman city. *Budapest Régiségei* 49: 63-87.

Vicente, J. D.; Punter, M. P.; Ezquerra, B. (1997): La catapulta tardo-republicana y otro equipamiento militar de "La Caridad" (Caminreal, Teruel), in M. Feugère (dir.), *L´Équipement militaire et l´armement de la république (IV^e-I^er s. Avant J.-C.)* (Montpellier, 1996). Journal of Roman Military Equipment Studies 8. Oxford: 167-199.

Viladés Castillo, J.; Palomar Llorente, M. (1998): Pasadores en 'T' iberorromanos versus pasadores en 'T' bajomedievales. Nueva propuesta cronológica. *Boletín del Museo de Zaragoza* 14: 221-236.

Villaverde Vega, N. (1993): A propósito de unos pasadores en forma de "T" iberorromanos localizados en Carteia (San Roque, Cádiz) y en Septem Fratres (Ceuta). *Espacio, Tiempo y Forma. Historia Antigua*, serie II, 6: 399-418.

Völling, Th. (1990): Funditores im römischen Heer. *Saalburg Jahrbuch* 45: 24-58.

Zarzalejos Prieto, M.; Aurrecoechea Fernández, J.; Fernández Ochoa, C. (1988): Amuletos fálicos romanos inéditos de las provincias de Madrid y Toledo. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid* 15: 301-318.

EL CAMPAMENTO ROMANO DE VALDETORRES EN LOS CONFLICTOS MILITARES DE LOS SIGLOS II Y I A.N.E. EN EL SUR HISPANO

Francisco Javier Heras Mora
Junta de Extremadura
fjheras@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-7185-5079

RESUMEN: El enclave militar de Valdetorres se alza como una pieza de gran interés en la narración histórica de la conquista romana de *Hispania*. La morfología de su muralla, la planta de sus construcciones interiores y, sobre todo, su registro artefactual lo confirman como un campamento de la República, recurrente y multifásico. El ajuste cronológico, basado en el análisis de sus contextos materiales, permite considerarlo como un documento histórico más, muestra palpable de la intensa actividad bélica en un territorio – el extremo occidental peninsular – especialmente significativo por el tratamiento que le dan las fuentes clásicas al perenne conflicto lusitano. Cada fase supone una ocupación – o reocupación – del establecimiento por parte de las legiones. Esto es evidente en el componente cerámico de toda la secuencia, que deriva de un sistema oficial de aprovisionamiento, normalizado y particular, común a otros puntos de conflicto y centros logísticos coetáneos. Por otro lado, esas ocupaciones son un síntoma inequívoco de acciones militares, de la necesidad de defender determinados intereses, de contar con bases estratégicas en campañas de reconocimiento o como apoyo al movimiento de las tropas y suministros. Vemos pues que la fundación del campamento de Valdetorres, en un momento indeterminado del tercer cuarto del siglo II antes de la Era, debió ser consecuencia de alguna de las tácticas ofensivas romanas durante las Guerras Lusitanas. A partir de entonces, las distintas fases del enclave conciernen a acciones punitivas frente a esos mismos lusitanos y, en último término, tal vez, al conflicto sertoriano.
Palabras clave Campamento romano; Guerras Lusitanas; Guerras Civiles; *Hispania Ulterior*; Guadiana.

ABSTRACT: The military settlement of Valdetorres stands as an interest site in the historical narrative of the Roman conquest of *Hispania*. The morphology of its wall, the plan of its interior constructions and, above all, its artifactual record confirm it as a recurrent and multiphase fortress of the Republic. The chronological adjustment, based on the analysis of its material contexts, allows it to be considered as one more historical document. It is a palpable sample of the intense war activity in a territory – the western peninsula – especially significant due to the treatment that classical sources give to the perennial Lusitanian conflict. Each phase involves an occupation – or reoccupation – of the establishment by the legions. This is evident in the ceramic component of the whole sequence, which derives from an official, standardized and particular supply system, common to other contemporary conflict points and logistics centers. On the other hand, these occupations are an unequivocal symptom of military actions, of the need to defend certain interests, to have strategic bases in reconnaissance campaigns or to support the movement of troops and supplies. Therefore, we see that the founding of the Valdetorres camp, at an undetermined moment in the third quarter of the II BC, must have been the consequence of some of the Roman offensive tactics during the Lusitanian War. From then on, the different phases of the settlement fit with punitive actions against the Lusitanians and, finally, perhaps, the Sertorian conflict.
Keywords: Roman military fortress; Lusitanian War; Civil War; *Ulterior Hispania*; Guadiana River.

1. INTRODUCCIÓN

El campamento de Valdetorres constituye uno de los escasos ejemplos hispanos conocidos de castrametación romanorrepublicana fuera del ámbito numantino y, con el de Cáceres el Viejo, permite ilustrar una parte muy relevante de la dinámica bélica de la conquista romana de este sector del interior peninsular. Los datos relativos a la poliorcética o a la secuencia cronológica, apoyada firmemente en su registro material, lo convierten en un establecimiento del máximo interés para la disciplina militar en España, a pesar de lo reciente de su descubrimiento (Heras, 2009). Junto al esperanzador panorama que se divisa a la luz de las últimas revisiones y hallazgos en el tramo inferior del Tajo o su estuario, nuestro enclave contribuye a imprimir, entre todos ellos, un impulso fuerte y decidido a la renovación de la temática para época Republicana, comparable al creciente número de *castra* imperiales en otros ámbitos de la Península Ibérica.

El enclave ocupa un espacio algo amesetado al borde de las llanuras del Guadiana, un terreno ligeramente ondulante sin mayor preeminencia visual que la que le permite la extensa vega aluvial, a una cota pocos metros inferior. En realidad, Valdetorres es hoy una pequeña localidad de la provincia de Badajoz, abocada a la agricultura que explota la llanura sedimentaria. Ésta queda circunscrita por la Sierra de San Pedro, al norte, que la separa de los territorios de Cáceres y la comarca metalífera de Plasenzuela, y las sierras cuarcíticas que definen el valle de la Serena, con no menos interés minero durante la Antigüedad, al SE, en la ruta hacia Córdoba.

Desde un punto de vista geoestratégico, el campamento de Valdetorres se inscribe pues en la línea del Guadiana, determinante como corredor E-O entre la Meseta Sur, a través de la Siberia Extremeña, y las tierras bajas portuguesas, en un eje que pudiera proyectarse incluso hacia la misma Lisboa. Por otro lado, supone un verdadero hito avanzado al norte de Sierra Morena, necesario para contrarrestar posibles presiones hacia un espacio dual urbano-minero en consolidación, con *Sisapo*/La Bienvenida al E o *Corduba* al SE (fig. 1).

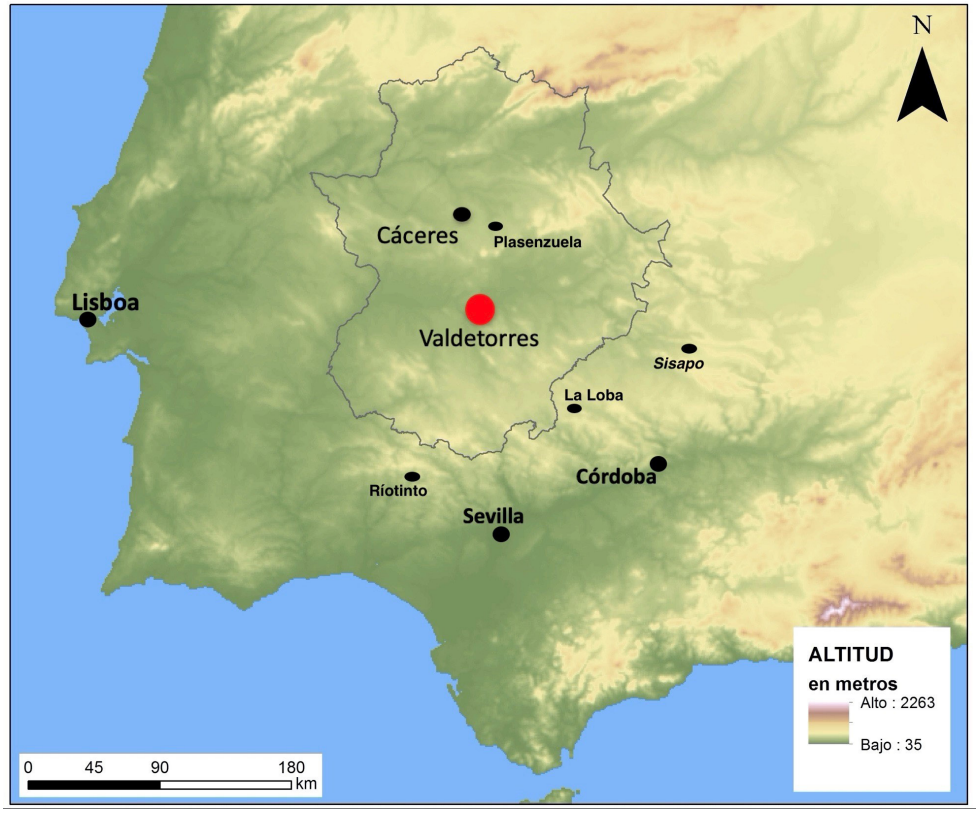


Fig. 1 - Situación del campamento de Valdetorres en el contexto geográfico del SO peninsular.

Por su ubicación y naturaleza, el cuartel militar de Valdetorres no puede entenderse de forma aislada, sino como una pieza de relevancia – veremos con qué protagonismo – dentro de la estrategia de control del territorio y, en particular, de los recursos que contiene. Por su carácter multifásico, cada reocupación puede ser valorada en una posición relativa distinta, cambiante, en función de la coyuntura bélica a que corresponda. Ambas dimensiones, la geográfica y la temporal, resultan un todo indisoluble que permitirá ese encaje histórico que se pretende aquí. A ellas debemos unir la consideración material, útil no sólo para el ajuste cronológico, sino para analizar aspectos tales como la logística militar o la posibilidad de comparación con otros ambientes no castrenses y que pudieron concursar igualmente en los primeros tiempos de la implantación romana. No entraré en el análisis de esta última dimensión, pues nos llevaría a extenderme más allá de mi compromiso para este encuentro, para centrarme en las cualidades del campamento de Valdetorres y su razón de ser a lo largo del curso de la guerra. En estas páginas trataremos de apuntalar algunas de estas cuestiones, aun dibujadas con trazo grueso, y precisar convenientemente las fechas en que está activo. Esto, con las limitaciones de un proyecto arqueológico inconcluso, pero también con una estratigrafía secuenciada y respaldada por un registro material solvente.

Esa secuencia parte de una campaña de excavaciones de resultado inesperado, en 2003. Un año antes, y tras la localización en superficie de materiales de cronología prehistórica y protohistórica, junto a fragmentos de cerámica de barniz negro y de algún ánfora romanorrepublicana, aflorados durante las labores de urbanización del sector oriental del núcleo urbano de Valdetorres, se puso en alerta a la administración regional. Meses después llegará la oportunidad de intervenir de urgencia un solar – calle San Pablo s/nº, en la zona conocida como El Santo – donde se proyectaba la construcción de una vivienda unifamiliar. La apertura de las zanjas de cimentación reveló enseguida la existencia de estructuras bajo la superficie y, de ahí, la acometida de una excavación en extensión, hasta agotar los niveles arqueológicos.

A lo largo de los meses y años siguientes, se suceden nuevas oportunidades de intervención, aunque la intensidad y recursos fueron menores que la primera campaña. No obstante, en buena parte de los sondeos realizados en la zona se constataron restos de estructuras – aun precariamente conservadas –, la mayoría asociadas a materiales de cronología romanorrepublicana. Pero, sin duda, después de aquélla, los hallazgos más sobresalientes y determinantes acerca de la entidad del yacimiento arqueológico de Valdetorres corresponden a los restos aparecidos en 2005. Entonces se replanteaba el trazado de un vial público, junto a un puente que salvara el paso del ferrocarril y, más tarde, un segundo viaducto para cruzar el río Guadámez. La obra civil atravesaba todo ese sector E de la localidad, de N a S, topográficamente en el mismo borde oriental de la plataforma donde se asienta.

La enorme superficie que ocupaban los trabajos de desmonte y terraplenado para la construcción de este vial habrían posibilitado la determinación del trazado de la muralla, cuyos restos aparecieron en todos y cada uno de los sondeos de limpieza auspiciados desde la Administración. Hemos de lamentar que las labores arqueológicas apenas se limitaran a ello y no se acometiera una excavación en extensión y profundidad, permitiendo conocer detalles de los accesos y valorar la existencia de torres o fosos.

2. LA SECUENCIA CONSTRUCTIVA: ESTRATIGRAFÍA, ESPACIOS Y MURALLA

La estratigrafía del enclave partía de ocupaciones prehistóricas, desde elementos de talla lítica sobre los depósitos geológicos de arcilla terciaria, a los materiales de la Edad del Cobre que aparecían en los niveles inferiores y en las tierras de labor que bordean el núcleo urbano. Una fosa – basurero – rellena de cenizas y otros restos orgánicos y cerámicos acreditan la existencia de un hábitat durante, al

menos, el Período Orientalizante, sin que pueda ser determinada la entidad del núcleo ni su vigencia a partir del siglo VI a.n.e. En todo caso, existe un hiato claro en la secuencia, que se plasma en cierto aterrazamiento topográfico, enrasando ligeramente el terreno en las cotas más elevadas y aportando tierra de relleno en el sector más deprimido.

En este último nivel apreciamos materiales de distintos momentos, pre y protohistóricos, junto a algún tipo torneado – ya propiamente romano – que marcará de algún modo el inicio de la etapa republicana de la ocupación del cerro de Valdetorres. Como tal, la primera edificación corresponde a una estancia de planta rectangular, de 3,50 x 4,10 m. Responde a muros de mampostería en seco, con bloques de cuarcita bien careados, de 0,60 cm de ancho. Como detalle, en el interior apreciamos un hogar, conformado por una gruesa capa de arcilla refractada sobre un encachado aislante de cantos redondeados de río.

La amortización de esta dependencia viene determinada por un nuevo estrato de nivelación, cuyos materiales integrarán el primer contexto claramente romano – el "contexto 1" que analizaremos más adelante –, y una segunda interfaz de uso. Corresponde a un suelo de tierra compacta en el que se conserva alguna línea de pequeñas losas de piedra, dispuestas horizontalmente, y cortos tramos de muros, similares a los de la construcción anterior, que parecen definir ambientes distintos dentro del mismo momento. A este segundo corresponde también una superficie de arcilla, sumamente endurecida por la acción del fuego, y un lecho de hasta 20 cm de espesor, compuesto de fragmentos cerámicos, en su mayoría material anfórico; este depósito será nuestro "contexto 2" (Heras, Bustamante, 2007). A falta de paredes que definan con claridad los distintos ambientes, los límites rectilíneos de este lecho cerámico marcan perfectamente el trazado de los muros desaparecidos, determinándose al menos tres de los cuatro lados de una nueva construcción rectangular.

Sobre el suelo de tierra endurecida aparecieron nuevos fragmentos cerámicos, que definen un nivel de abandono, nuestro "contexto 3", que clausura aquel segundo momento de la ocupación republicana. Un nuevo estrato de tierra arcillosa y una capa de cantos de río de límites irregulares suponen la amortización de lo anterior y una nueva regularización del terreno. Cierra la secuencia constructiva otro estrato de tierra compacta, plana y uniforme, que vuelve a servir de pavimento, en realidad dos superficies con una diferencia de cota entre sí de no más de diez centímetros. La característica más sobresaliente de estos últimos suelos es la conservación de un conjunto de ladrillos losanges, formando parte de un pavimento u hogar. La acumulación de más fragmentos cerámicos sobre las losas, entre ellos, formas bien reconocibles del repertorio anfórico y de cocina romanorrepublicano – el "contexto 4" –, marca el final de la ocupación de este sector del yacimiento arqueológico.

En resumen, podemos definir con claridad al menos tres momentos constructivos dentro de la secuencia republicana del sitio. La primera viene precedida de una actividad regularizadora del terreno y consiste en la construcción de estancias de planta rectangular. Una segunda etapa determina la instalación de nuevas dependencias sucesivas, cuya alineación marca un sensible cambio en la orientación de los muros de la fase precedente; su característica más reseñable es la solera de fragmentos cerámicos bajo el suelo de una de ellas. La tercera, sin descartar actividad constructiva entre tanto, corresponde a un suelo de ladrillos con forma de rombo, semejantes a los documentados por Schulten en Cáceres el Viejo.

En cuanto a la muralla, en realidad, de ella tan sólo se conserva su cimentación, un denso encachado de cantos de río, apoyados directamente sobre la arcilla geológica excavada y distribuidos en dos franjas paralelas que se proyectan recta y longitudinalmente, de N a S, a lo largo del borde oriental de la plataforma de Valdetorres (fig. 2). La superficie intervenida en 2005 no rebasó los límites del vial en construcción y, a pesar de ello, los sondeos de limpieza que sirvieron para determinar la

extensión de sus cimientos pusieron de manifiesto una longitud de al menos 200 m. En los tramos de mayor amplitud de las obras se pudo comprobar esa doble línea: dos paramentos paralelos, siendo el más estrecho – interior – de 1,20 m y, de 1,80 m, el exterior, separados entre sí por un espacio sin piedras de 1,70 m, hasta alcanzar los 4,70 m de anchura total. Como detalle interesante, se notó una terminación más cuidada y el empleo de bloques más regulares y de mayor tamaño, formando un careado uniforme que debió imprimirle resistencia en la cara más expuesta. Ambas cimentaciones se unen entre sí mediante muros perpendiculares, con un ancho similar al de la franja interior, de idénticas características constructivas que el resto de la estructura y completamente imbricados en el conjunto, recreando un esquema que, una vez más, reconocemos en el vecino enclave de Cáceres el Viejo (fig. 3).

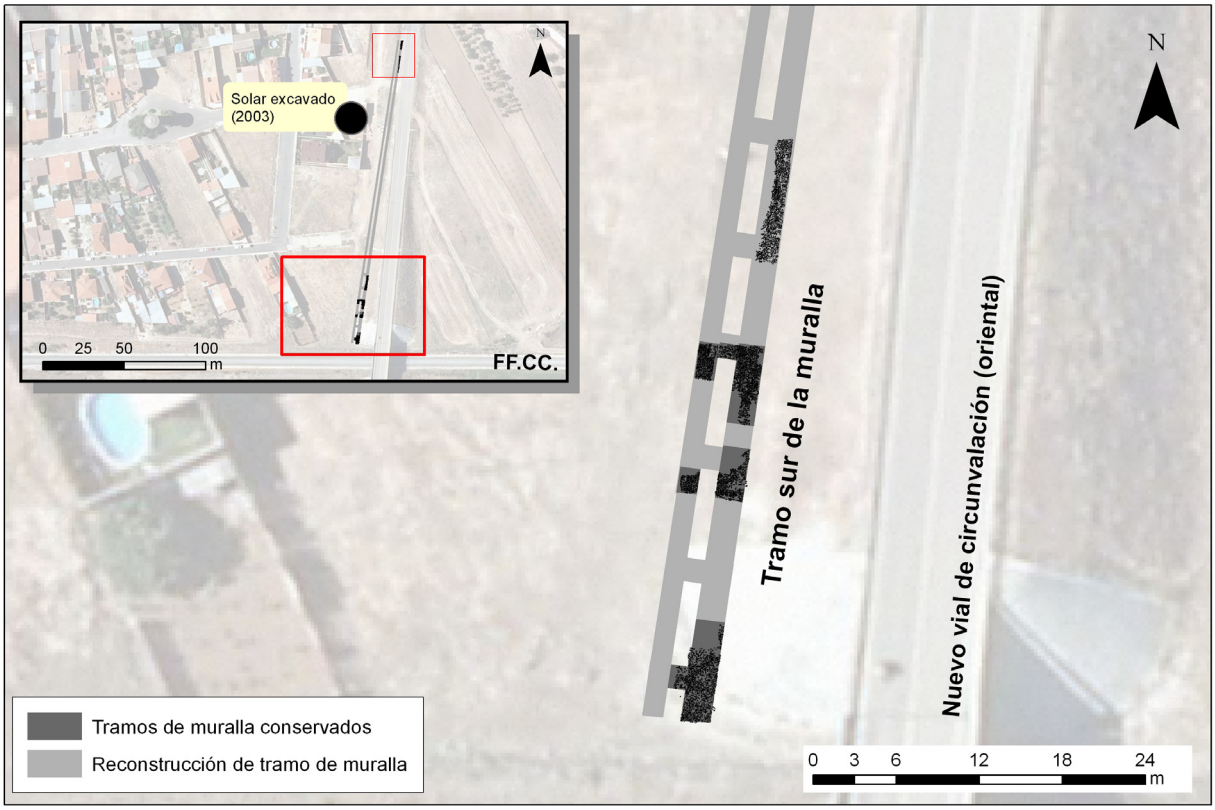


Fig. 2 - Planta de los restos de la muralla oriental del campamento de Valdetorres.

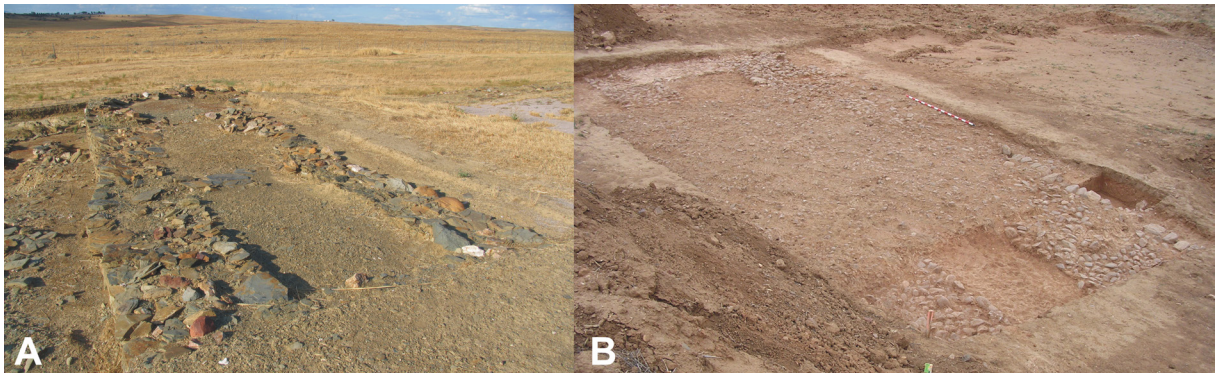


Fig. 3 - Detalle de un tramo de muralla de Cáceres el Viejo (A) y de los restos de la muralla oriental del recinto de Valdetorres, intervenida en 2005 (B).

Podríamos sospechar que esta gran construcción debió contar al menos con un zócalo o pequeño alzado de piedra. Si bien, ningún indicio parece avalar tal posibilidad, pues no se conservan bloques directamente sobre los cantos de río. Mas al contrario, hemos de suponer el empleo de madera y tierra compactada en el relleno. La escasa disposición de roca en el entorno geológico inmediato debió ser determinante en la técnica edilicia escogida para la muralla y las construcciones del interior, donde se recurre al desmonte y reutilización de la piedra.

La otra cuestión importante es la relación entre la muralla y la secuencia constructiva que apreciamos en la estratigrafía, y que no es más – ni menos – que la correspondencia entre las fases establecidas en el interior y la construcción del recinto militar. Dicho de otro modo, en esa relación se encuentra el dato clave de la fundación del campamento. La limpieza a tramos de la cimentación de la muralla apenas sí propició la localización de algunos restos cerámicos, aunque no resultaron definitorios para determinar una fecha de construcción o amortización: fragmentos informes de ánfora y tipos genéricos de cerámica común romana. A pesar de esta dificultad inicial, es posible relacionar el aspecto estratigráfico – y, por tanto, cronológico – con el trazado de la muralla. Suponiendo un diseño regular por parte del gromático, hemos de esperar un trazado a eje de las líneas que organizan el interior del campamento y del propio cierre rectilíneo del recinto. En este sentido, la proyección de los muros que describen las dependencias sólo coincide con la orientación de la muralla aquéllos de la fase más antigua de las tres individualizadas para la etapa republicana del sitio (fig. 4). Esto es, la primera ocupación romana de Valdetorres fue militar y trajo consigo la construcción de la muralla; el resto de las fases se superponen entre sí variando sensiblemente el esquema original, donde la referencia del trazado de aquélla se mantiene, pues el muro defensivo seguiría en pie, pero las construcciones del interior ya no responden escrupulosamente a la geometría fundacional del campamento.

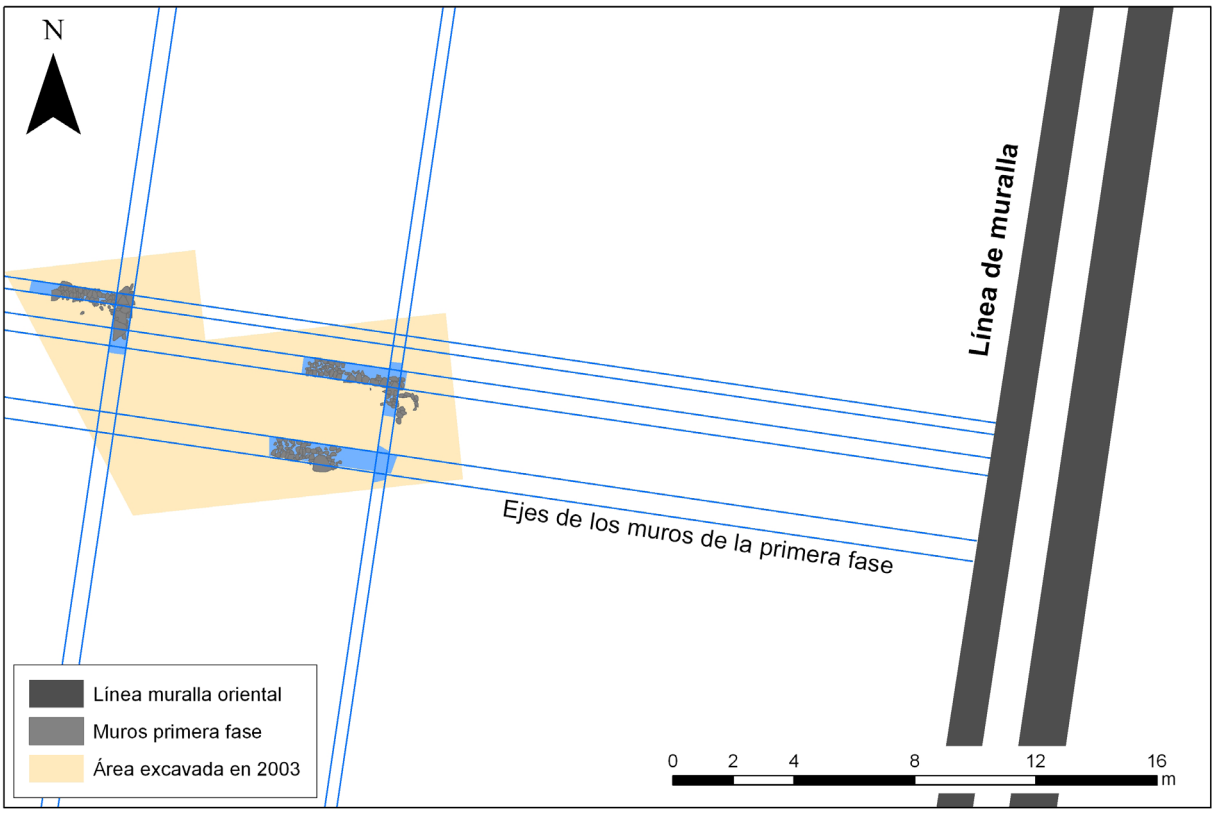


Fig. 4 - Planta de los restos de las dependencias interiores del campamento correspondientes a la primera fase de la secuencia y su proyección hacia la muralla.

No deseo finalizar este apartado descriptivo sin antes detenernos brevemente en un aspecto relacionado con el esquema poliorcético del campamento. Y es que, a pesar de las consabidas limitaciones de la intervención sobre la muralla a que he aludido, tal vez podamos contar con la prueba de la existencia de fosos en el perímetro amurallado. Revisando la fotografía aérea correspondiente al "vuelo americano" de 1956 y superponiendo el plano con los restos de la cimentación de la muralla sobre aquélla, se aprecia con notable nitidez la perfecta correspondencia del doble muro defensivo con sendas líneas blanquecinas que atraviesan toda esa área. Así mismo, se advierte con claridad una segunda línea, más oscura, paralela a las anteriores e igualmente recta, con la misma proyección longitudinal de la muralla y a unos metros de ella (fig. 5).

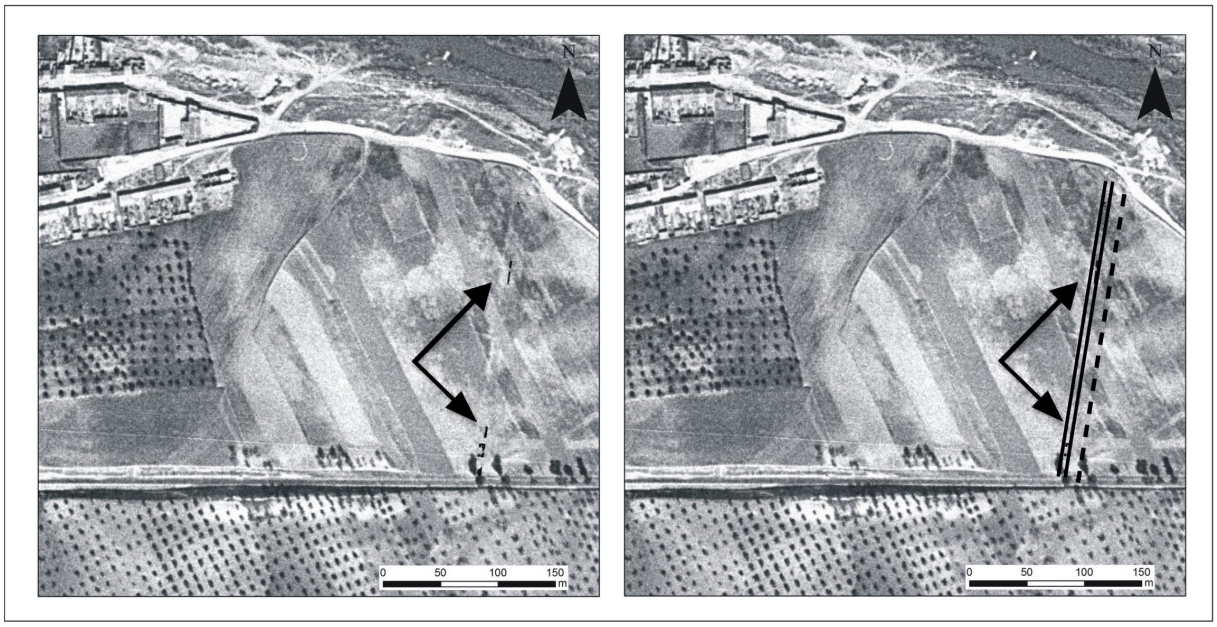


Fig. 5 - Fotografía aérea del "vuelo americano", previo a la urbanización de la zona oriental de Valdetorres con superposición de los restos de la muralla del campamento. La doble línea continua marca el trazado documentado de la muralla; en línea discontinua, la proyección del supuesto foso en relación con la línea oscura apreciada en la fotografía.

En un esquema "ideal" de *castra* republicano como puede ser el del campamento cacereño, la muralla del recinto rectangular va precedida de sendos fosos en "V", sucesivos y paralelos, excavados en la roca, rodeando toda su extensión y con la sola interrupción de los accesos al interior. No podemos confirmar su existencia ni la verdadera entidad de las alineaciones en la fotografía aérea previa a la urbanización de la zona, aunque la identificación de éstas con un foso va en consonancia con este tipo de recursos poliorcéticos de la castrametación romana.

3. UN ESTABLECIMIENTO MULTIFÁSICO: MATERIALES Y CRONOLOGÍA

El campamento de Valdetorres es ante todo un establecimiento multifásico y su secuencia debe entenderse como reflejo de unas necesidades y acciones militares, partiendo del momento mismo de su fundación. Las razones son históricas y han de formar parte del decurso de la implantación militar en la región, en *Hispania* e incluso en el seno de la propia expansión occidental de Roma. Por ello resulta clave apurar los límites de los intervalos cronológicos de cada una de sus fases, contextualizar históricamente cada reocupación y descubrir, en definitiva, ciertos detalles de la estrategia de la República a lo largo de prácticamente su último siglo de vida.

Con ese afán, en su estudio se han venido definiendo una serie de conjuntos materiales, "contextos" cerrados, cierto que con desiguales posibilidades, en función de su composición. El primero de ellos – contexto 1 – obedece al estrato que amortiza aquella primera estancia rectangular asentada sobre la nivelación del terreno y que, como anticipaba líneas atrás, se corresponde con la construcción de la muralla. Componen este conjunto los primeros tipos importados, como un fragmento de ánfora ebusitana – T-8.1. de Ramón –, algunos informes de grecoitálica, otro de lucerna itálica de barniz negro y el pie de un ungüentario fusiforme, cuencos y tapaderas de origen itálico, como la del tipo COM-IT 7a. También reconocemos el perfil de un plato de barniz negro Campaniense A – forma L. 36 – y algunos fondos de pie anular en pasta anaranjada que recuerdan formas de barniz negro – L. 2 – , además de una reducida representación de cerámicas pintadas de tradición prerromana.

Por el escaso número de objetos y la amplitud temporal de los tipos representados, las posibilidades objetivas de este primer conjunto son *a priori* limitadas desde el punto de vista cronológico. El ánfora de tradición púnica acaso aportaría un referente para el siglo II a.n.e., a lo sumo y sin más concreción; las formas itálicas – lucerna y ungüentario – no son más útiles en este sentido, aunque sí denuncian una clara filiación romana para el conjunto, reforzada por la Campaniense A y las "imitaciones" de barniz negro. Con todo, el siguiente y posterior contexto probablemente ajuste en mayor medida el intervalo temporal, aportando una fecha *ante quem*, útil no obstante para acercar la fundación del campamento.

El segundo – contexto 2 – es sin duda el conjunto más numeroso y representativo desde el punto de vista cronotipológico (fig. 6). Corresponde a aquel lecho cerámico bajo el suelo de uno de los espacios que definían el segundo momento del campamento. Por su cualidad aislante, los fragmentos que incluye fueron en buena medida seleccionados, incorporando los más gruesos y de mayor tamaño. Las ánforas son, por esta razón, las más numerosas en la muestra, en su mayoría grecoitálicas "de transición", las de origen suritálico y "tripolitanas" o "africanas antiguas" de pastas rojizas y de engobe amarillento; una de ellas con pasta ocre-verdosa, de posible procedencia norteafricana, con un sello de *Tanit* sobre el cuello. Otros tipos, aún minoritarios, son las cilíndricas de ascendencia púnica, del tipo T-9.1.1.1. de Ramón, también llamadas "de los campamentos numantinos", y un interesante ejemplar de ánfora Rodia. La cronología de todas ellas abunda en el intervalo del tercer cuarto del siglo II a.n.e., aunque tal vez el dato más relevante a efectos cronológicos sea el que proporciona esta última, a partir de los sellos sobre las asas. Uno de ellos contiene el epónimo, el nombre del magistrado rodio del momento, Ἐπὶ Τειμ/οθέου – [año de] *T(e)imotheos*-, y Δαλίο[υ] – [mes de] *Dalios* – ; la otra marca estampada representa un ancla, que alude al nombre del fabricante Λυσίωνος, *Lysion*. Con ello, logramos una interesante aproximación cronológica, coincidente con las otras ánforas y más concluyente, en el intervalo del 133-129, quizás *ca.* 131 a.n.e., propuesta por G. Finkielsztejn (2001). Además de las ánforas, el segundo grupo cerámico con mayor presencia lo integran las formas comunes de cocina itálicas, como la conocida Vegas 2 – COM-IT 1a del *Dicocer* – , las cazuelas, fuentes y los habituales *opercula.* Tampoco faltan botellas y jarras de posible origen púnico-gadirita, platos o fuentes de pastas rojo-anaranjadas oxidantes, que reproducen los característicos perfiles de las formas L. 5 y L. 6 de barniz negro, y contenedores de almacén romanos e incluso parte de un tonel, ilustrativo recipiente para el transporte animal asociado a tradiciones peninsulares. Resaltaré además la aparición de un vaso "ibérico" tipo *kalathos*, decorado con pintura roja a bandas y segmentos de círculos concéntricos, paradójicamente habitual en los contextos militares u oficiales romanos del tercer cuarto del siglo II, como los contextos fundacionales de *Valentia*, de la fortificación del puerto de Lisboa, los silos de ese momento de Ampurias o del cerco escipiónico de Numancia (Sanmartí, Principal, 1997; Aquilué et al., 2002; Álvarez et al., 2003; Ribera, 2010; Principal, 2013; Pimenta, 2014).

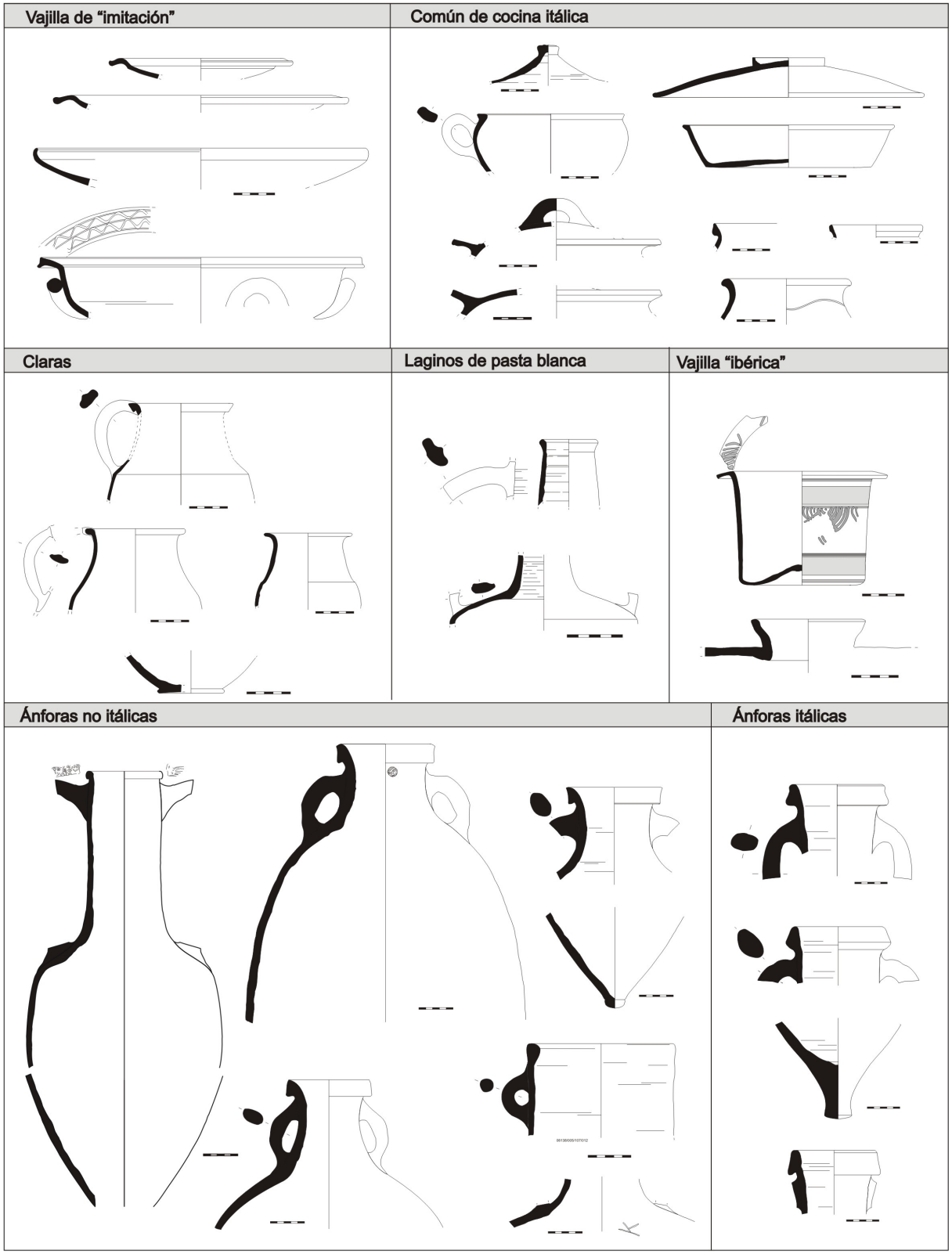


Fig. 6 - Síntesis de los materiales pertenecientes al lecho cerámico – contexto 2 – correspondientes a la segunda fase de ocupación del campamento de Valdetorres.

El tercer contexto analizado corresponde al nivel de abandono de la estancia anterior. Contiene algunos fragmentos de barniz negro, entre ellos el depósito de una lucerna Ricci E y un vaso que reproduce la forma L. 2, pero sin el acabado negro de las anteriores. Aparecen por primera vez representadas las ánforas Dr. 1A de pastas vesubianas, sin descartar que, entre el resto del material informe, algunos fragmentos puedan pertenecer a otro tipo de contenedor de origen similar, como las grecoitálicas. Se repiten además, la mayoría de las formas de cocina que ya aparecían en la fase anterior, como las ollas Vegas 2, que aquí son ya abundantes, las tapaderas planas de pie anular, las de perfil y un fragmento de *lagynos* de pasta blanca. Destacan dos morteros de borde bífido, que recuerdan producciones surhispánicas o norteafricanas de tradición púnica.

El cuarto conjunto material está relacionado con aquel pavimento de ladrillos romboidales que, recordemos, ya suponen una llamada de atención por su presencia en uno de los ambientes más destacados del campamento de Cáceres el Viejo. Sobre la superficie que marcan esos ladrillos, como documentos materiales más concluyentes volvemos a documentar aquellas ollas itálicas y otros tipos de cocina, como jarras de posible ascendencia púnica y los *opercula,* además las gruesas tapaderas de ánfora. En ámbito de la vajilla fina, acaso resaltar parte de un vaso de paredes finas Mayet II. Ya en el aparato anfórico, destaquemos algún ejemplar de Dr. 1A y fragmentos de otras de origen adriático – por sus característicos barros con inclusiones volcánicas rojas – que pudieran corresponder a las habituales L. 2 de los contextos militares de inicios del siglo I a.n.e., como el campamento cacereño.

Su relación estratigráfica con los contextos anteriores, más determinantes cronológicamente, y la ausencia de ítems propios de momentos avanzados del siglo I a.n.e., como las variantes B o C de las ánforas Dr. 1, las Ovoide 1 o Haltern 70, pudieran llevarnos a fechas propias del primer cuarto o primera mitad de esta centuria. Los propios ladrillos losanges y su ajuste al módulo de las piezas de Cáceres el Viejo, tal vez, nos lleve a mantener cierta sincronía con él.

Tras este sucinto repaso, podemos concluir en una triple ocupación del campamento de Valdetorres, sin perjuicio de subfases o de que, al incorporarse nuevos datos, conozcamos una vigencia mayor del enclave, más allá de los límites temporales que venimos fijando. Por ahora, cabe sostenerse una fecha de fundación para el establecimiento militar comprendida en el tercer cuarto del siglo II a.n.e. Esta propuesta viene avalada por aquel primer contexto material, por su asociación con las estructuras alineadas con la muralla y, en términos relativos, por la cronología extraída del análisis del segundo conjunto material cerrado. En esta línea, supongamos la corta vida útil de una frágil ánfora vinaria oriental transportada hasta un campamento de interior, cuyo suministro logístico está sometido a la duración de las distintas campañas militares en suelo hispano. El interesante dato cronológico del ánfora rodia – *ca* 131 a.n.e. – , en perfecta sintonía con las "campamentos numantinos", las "africanas", grecoitálicas y, en definitiva, con la composición de otros conjuntos peninsulares bien calibrados y de ese momento, reporta cierta seguridad en aquel sentido.

Cuestión bien distinta es ya el abandono del campamento. Los tipos cerámicos presentes en el último estadio de la secuencia estratigráfica de Valdetorres alcanzan una escasa representación. Las certezas y precisiones en el ámbito cronológico son pocas, aunque sugiero cierta proximidad al enclave cacereño, con el que comparte determinados aspectos materiales.

4. EL ENCAJE HISTÓRICO: FASES HISTÓRICAS, INTENSIDAD BÉLICA Y TIEMPO "ENTREGUERRAS"

El campamento de Valdetorres, con su muralla y construcciones erigidas en un momento indeterminado del tercer cuarto del siglo II a.n.e., encarna el comienzo de la nueva estrategia de implantación

romana en esta parte del territorio interior hispano. Ningún otro enclave inauguró Roma hasta ese momento, no al menos de la forma y condiciones propias de un asentamiento estable.

¿Quiere decir esto que la *Urbs* no contó con apoyos en el territorio para sustentar el desarrollo de su política militar más allá de este primer campamento? Probablemente no. La obra de Apiano está llena de alusiones a topónimos asociados a hibernadas, a puntos seguros donde el ejército puede recuperarse de una derrota o reponerse a la espera de reanudar la guerra llegada la estación propicia. Ataques, sitios y saqueos van seguidos de rendiciones y, éstas, del compromiso del derrotado con el vencedor, como el de acoger y sustentar al ejército en esos tiempos de inactividad, con infinidad de matices terminológicos, culturales, estratégicos y hasta económicos e impositivos (Ñaco, 2001: 72, 89-90; García, 2002: 212). Algunas renovaciones poliorcéticas en los *oppida* e hiatos claros en la secuencia estratigráfica y constructiva, vinculados a una considerable irrupción de materiales de ascendencia itálica y armamento legionario – itálico o "auxiliar" –, denuncian la posibilidad de que algunos de esos poblados albergaran tropas en condiciones de "hospitalidad", contrastadas por las fuentes, como compensación del derrotado (Roth, 1999: 143-144; Ñaco, 2001; Fabião, 2007: 128-130; Cadiou, 2008: 356-359; Heras, 2018: 58-61, 573-639, 706-709). Refacciones de torres y murallas con soluciones técnicas de corte "helenístico" no deben leerse como una renovación interna inspirada en extraños influjos culturales mediterráneos, sino como la aplicación de los conocimientos adquiridos e implementados por el ejército romano en edilicia militar, buscando parapetarse durante largas estancias en "ciudades amigas" – como *Conistorgis* – y, en todo caso, defendiendo lo conseguido tras el asalto y rendición.

Lamentablemente, las citas de Apiano, Livio, Polibio o Salustio no dejan constancia de los campamentos, acaso acciones punitivas aquí y allá y, en el mejor de los casos, sintomáticas fortificaciones, como la del puerto de Lisboa por Junio Bruto (Strab. *Geog*. 3.3.1). A pesar de todo ello, del recurso del apoyo al ejército en la retaguardia por parte de las comunidades rendidas y de los más que seguros campamentos de marcha, de rastreo difícil por la Arqueología, lo cierto es que hasta ahora se han echado en falta aquellos cuarteles más estables, que sirvieron de avance en la conquista del territorio. De alguna forma, el campamento de Valdetorres pudo significar eso mismo, y su fundación cumpliría el objetivo de albergar un ejército movilizado, una base desde la que reconocer y consolidar un territorio que, aún a mediados del siglo II a.n.e., le era desconocido. Por esas fechas, los restos de asalto y destrucción en Castillejos de Fuente de Cantos o – quizás también – el Castrejón de Capote, justo en la falda norte de Sierra Morena, podrían hacernos suponer la llegada de las legiones hasta aquí. De nuevo Apiano y Polibio agregan el contrapunto histórico a estos signos materiales, como el ataque de Marco Atilio a los lusitanos y la destrucción de *Oxthraca* (App. *Iber*. 58) o el asalto de otro Marco – tal vez el mismo Atilio (Berrocal, 1992: 45-46) – al *oppidum* de *Nerkobrika* (Polyb. 35.2) también contra los lusitanos, para hibernar después en *Corduba*, el puerto seguro inmediatamente al sur de estas montañas.

Sin embargo, habrá de pasar por lo menos una década para que Roma se aventure más allá, llegue y se establezca en la orilla del Guadiana. Precisamente oteando el curso mismo de este río, Valdetorres erigía sus murallas y excavaba los fosos con la previsión de dar cobijo a una o dos legiones, durante al menos una campaña en momentos tan convulsos como las denominadas Guerras Lusitanas. Los conjuntos materiales que hemos repasado líneas atrás ponen en evidencia un aprovisionamiento "oficial", sintomáticamente próximos a los contextos más antiguos de Lisboa (Pimenta, 2014: 47), en 138 a.n.e., puerto logístico en la costa atlántica, esencial en el suministro del ejército destacado en el interior. El balance cronológico del campamento de Valdetorres avala de alguna forma la proximidad de su fundación a las campañas de Bruto en la zona, puesto que, asumiendo una fundación algo anterior al *ca.* 130-131 a.n.e., a partir del sello anfórico – de la segunda fase del campamento, recordemos – y el acuerdo sin fisuras de los demás ítems, podría sostenerse su implicación en aquéllas, pero también las acciones

de Galba o Cepión, poco tiempo atrás. No debe extrañarnos que las maniobras de uno y otro durante el conflicto lusitano se inserten en el marco geográfico del margen izquierdo – sur – del Guadiana. Recordemos que *Conistorgis* fue retaguardia del primero (App. *Iber*. 58) y la ciudad de *Arsa* – también en Ptolomeo (2.4.10) – quedó sometida por este último en su marcha contra Viriato (App. *Iber.* 70), quizás aquella *Erisana* asediada por Emiliano, y también Serviliano toma cinco *oppida* de la *Baeturia* (App. *Iber*. 68-70), el territorio comprendido entre Sierra Morena y el Guadiana.

Si las murallas terreras de Valdetorres, a tenor de los datos estratigráficos y cronológicos, se habrían levantado en el contexto histórico del conflicto lusitano, de Galba a Bruto, resistirán probablemente una década más y sucesivas reocupaciones posteriores, al menos la que marca el lecho cerámico fechado a comienzos del último tercio del siglo II a.n.e. El cambio en la orientación de los muros respecto a la fase anterior, ocultos bajo los nuevos suelos, pone de manifiesto un salto estratigráfico y denota una recurrencia sobre el sitio, más que la continuidad del enclave. En tal caso, nos topamos con una nueva ocupación, igualmente militar, con suministro oficial, que podemos suponer vinculado con acciones militares más allá de las campañas de Décimo Junio Bruto a lo largo de la fachada atlántica, con un propósito económico y ya no tanto pacificador (García, 2002: 127-128).

La lástima es que, a partir de ahora, se abre para el ámbito occidental peninsular una "etapa oscura" – en palabras de J. de Francisco (1996: 72) – , donde la guerra con los lusitanos ya no son objetivo de la narración de Apiano y, con los escasos, inconexos y sumamente escuetos retazos que nos ofrecen las fuentes y las actas triunfales, perdemos la linealidad de los acontecimientos que afectan a este espacio. A pesar de ello, parece claro que la pacificación de Bruto no supuso el fin de los problemas en la *Ulterior*. Recordemos las palabras de Plutarco a propósito de la labor de Mario durante su pretura en la provincia, "que era todavía bárbara y salvaje en sus costumbres", limpiándola de bandidos (Plut. *De vit. mor.* 6).

El desvío de la mirada de los historiadores no ha de suponer en modo alguno un descenso drástico de la conflictividad en el territorio, más bien constatar que la guerra ya no se resuelve en todas las ocasiones con grandes ejércitos que asaltan importantes ciudades o combaten a enemigos definidos y bien organizados. La inseguridad debió ser una constante a pesar de ello y los intereses de Roma permanecen en los filones metálicos de Sierra Morena, desde las montañas jienenses hasta los pliegues, falla y depósitos onubenses – Riotinto –, desde la depresión bética hasta el contacto con la Meseta – Almadén – y las tierras del sur pacense.

Creo que en este otro contexto de conflictividad latente – y seguramente también manifiesta, a pesar del aparente silencio de las fuentes históricas – y con el objeto de garantizar la viabilidad de las explotaciones mineras, deberemos entender la necesidad de seguir apostando tropas frente a la línea del Guadiana, dejando en la retaguardia, precisamente, todas aquellas serranías argentíferas que parecen haber sido el marco geográfico de las "guerras lusitanas historiográficas".

Este periodo "entreguerras" – de Bruto a Sertorio, aunque de límites difusos – estuvo caracterizado por una importante actividad económica, responsable de un tipo de implantación sobre el territorio que ya no es sólo militar, aunque conviva con ella. Probablemente sea éste el momento de despegue y efervescencia de las minas de Riotinto o de *Sisapo*/Almadén – en ambos casos, en un sentido geográfico amplio – , también de La Loba, el poblado minero del NO cordobés del *ca.* 120 al 90-80 a.n.e. (Chaves, Otero, 2002;2018), y, por extensión, de aquellas comarcas próximas, como el área de Azuaga, La Serena y La Siberia, en el arco SE de la provincia de Badajoz. En el centro mismo de ésta surge por estas fechas el *oppidum* de Hornachuelos, con fisonomía y recursos poliorcéticos de autoría romana y con una clara vocación de centro de control y explotación minera. Tanto el topónimo actual, como el nombre con que pudo habérsele conocido en la Antigüedad, *Fornacis* (Ptol. *Geog.* 2.4.10) (Rodríguez, Pérez, Duque, 2019) remiten a hornos metalúrgicos y escoriales romanorrepublicanos, aún muy presentes en todo su entorno.

El impacto de la presencia romana, como vemos, se hace notar en los hábitats mineros, pero también en el registro arqueológico de algunos de los poblados excavados, con señales de transformación y presencia de materiales inequívocamente romanos (una síntesis en Heras, 2018: 550-559, 573-639). El avance de la conquista y, en todo caso, el afianzamiento del control del territorio y sus recursos no concluía aquí. Al otro lado del *Anas* permanecían pueblos indómitos y aguardaban nuevas oportunidades, por lo que cabe esperar que no tardaran en auspiciarse acciones punitivas hacia el norte, rebasando el río y adentrándose en la cuenca del *Tagus*. Inmerso en una sinergia de expansión del dominio, exploración del espacio y de consecución de riqueza procedente del botín de guerra, el ejército debió actuar en los llanos y riberos cacereños, donde encontramos extraordinarios documentos históricos, como el llamado Bronce de Alcántara, una *deditio* del 104 a.n.e. que ilustra precisamente ese avance del conflicto hacia el norte (López, Sánchez, García, 1984).

El campamento de Valdetorres, en este otro tiempo, ya queda alejado de ese nuevo escenario, aun cuando no sabemos con seguridad si pudo funcionar como estación de paso o punto seguro en caso de revés bélico. En cambio, sí podría haber surgido entonces un nuevo enclave indiscutiblemente militar, esta vez frente a la línea del Tajo, la siguiente barrera geográfica, quizás sólo simbólica. Los *castra Servilia,* referidos por Plinio a tenor de su descripción de la provincia *Lusitania* (Plin. *NH* 4.117), constituyen aún hoy una verdadera incógnita, a pesar de ser parte de un largo debate. Se supone, a raíz de las palabras de Plinio, que *castra Servilia* fue *contributa* de *Norba*, junto a *castra Caecilia*, el nombre que Schulten propuso para los restos del campamento de Cáceres el Viejo. Fuentes en mano, el arqueólogo alemán elaboró una proposición que se traducirá en la identificación de este enclave militar con *castra Caecilia* – también citado en el *It. Ant.* 433.4 – y hacer responsable de su construcción a *Q. Caecilius Metellus Pius*, el Metelo de la Guerra Civil y que combate a Q. Sertorio en *Hispania – ca.* 79-78 a.n.e. – (Schulten, 1937: 174; corroborado por los estudios de Hildebrand, 1984: 203), una ecuación, en definitiva, en la que no encontrará buen encaje aquel *Servilia* pliniano.

De lo primero, obtenemos que, en adelante, los contextos materiales presumiblemente sertorianos habrán de calibrarse con el registro arqueológico de Cáceres el Viejo, próximos en cualquier caso al cambio de siglo. El problema surge cuando se le supone un campamento monofásico y existen indicios en otro sentido. Y es que se documentan superposiciones de estructuras y el repertorio monetario indica cierto "carácter obsoleto" de una parte – bronce romano – respecto del denario (Abásolo, González, Mora, 2008: 130), que abunda en una amplitud impropia de un campamento supuestamente fundado y destruido en tan corto intervalo de tiempo. Para explicarlo, la propuesta más conocida parte del prof. Beltrán (1973-74: 294-298), que sugiere un origen algo anterior, quizás en torno al año 93, relacionándolo con las campañas de Licinio y, a su vez, con el topónimo de [*castra*] *Liciniana* (Ptol. *Geog.* 2.5.8). En otra ocasión, yo mismo insinué otra posibilidad, integrando esa otra pieza suelta que es *castra Servilia* (Heras, 2018: 569). Lo hacía tomando en consideración el estudio de A. Guerra a propósito de *Caepiana* y su posible identificación con Chibanes, junto al estuario del Tajo, proponiendo vincular ese topónimo con *Caepio*, hijo del homónimo Q. Servilio Cepión que combatió a Viriato (Guerra, 2004). Las acciones de ese otro militar en la región son escasamente conocidas (Val. Max. 6.9.13; Eutr. 4.27), aunque sí consta que sirviera en la *Ulterior*, obteniendo el triunfo sobre los lusitanos en *ca.* 109-107 a.n.e.

A partir de ello, la posibilidad de mantener un campamento más estable de lo que pensara Schulten sobre Cáceres el Viejo o de reutilizarlo, como pudiera haberlo hecho Metelo dos décadas más tarde, ofrece soluciones de interpretación más integradoras que quizás podamos no desechar *a priori*. La rendición del *oppidum* de Alcántara o el rastro del ejército en el registro material de otros poblados en las proximidades del Tajo (armamento, numismática o *militaria* en general), requieren de la presencia de tropas en la zona y de bases operativas, no siempre efímeros acuartelamientos de macha.

Al margen de todas estas lecturas, alternativas y complementarias, y demás detalles, parece claro que el conflicto no está cerrado y, de hecho, los lusitanos – tal vez ya un corónimo genérico para los historiadores clásicos – son vencidos sucesivamente, según consta en las actas triunfales – *Obs*. 42 – o en Apiano (*Iber*. 100), por Marco Mario – el hermano del conocido general, Cayo – en 102 a.n.e. También L. Cornelio Dolabela logra nuevas victorias sobre ellos, como lo hiciera más tarde Licinio Craso, en 98 y 93 a.n.e., respectivamente (Degrassi, 1947: 561), aunque tampoco faltará algún revés, referido al 105 a.n.e. – *Obs*. 42 –, con la pérdida de un ejército dirigido por ¿Pisón? (García Moreno, 1987: 72).

Victorias y derrotas que se prolongan hasta bien entrado el siglo I a.n.e. ponen de manifiesto la inseguridad para Roma y para la rentabilidad de sus actividades económicas en estos territorios. Esto parece ser evidente en la presencia de armas y objetos de importación romanos en la necrópolis más reciente del poblado de Villasviejas del Tamuja, con refacciones constructivas y una notable renovación poliorcética (Hernández, Rodríguez, Sánchez, 1989: 26; Hernández, 1993: 262), además de un repertorio numismático próximo al del vecino campamento cacereño (Blázquez, 1995), que podemos entender en sintonía con la presencia de tropas – itálicos y/o auxiliares – en el seno de la comunidad que habita el núcleo desde el que se dominan los filones argentíferos de Plasenzuela.

Esta necesidad de control de los recursos resulta clave para los inversores, muchas veces las mismas familias que forman o influyen en las decisiones del Senado Romano. Consecuencia de ello, la inestabilidad o pérdida de ese control deriva hacia una rápida contestación. El conflicto civil de comienzos del siglo I a.n.e., traído de alguna forma hasta las provincias hispanas, lleva a una contundente respuesta, dirigida a evitar que Q. Sertorio se haga con la producción metalífera y comprometa las inversiones de aquellas familias. El envío de un probado militar como Metelo y, a continuación, la incorporación de Pompeyo a *Hispania* demuestra el interés por acabar lo antes posible con el peligro sertoriano. La estrategia combinada de ambos ejércitos o la voluntad del primero por dificultar que Sertorio se haga con los recursos-clave, entre otros factores, decantaron a la postre la victoria hacia el bando senatorial, no sin antes dejar sobre el terreno un seguro rastro en forma de niveles de destrucción en los poblados partidarios de aquél y de campamentos. El cacereño de *Castra Caecilia* pudo ser uno de ellos, quizás reocupado y rebautizado por Cecilio Metelo a raíz de sus campañas entre el Guadiana y el Tajo; tal vez el de Valdetorres, próximo geográficamente al topónimo *Metellinensis*, ejemplifique nuevamente el empleo de bases militares precedentes.

Tanto en un caso como en el otro, debemos tener presente la situación relativa de los enclaves. El primero comparte espacio con las minas argentíferas que rodean al poblado de Villasviejas del Tamuja y, el segundo, contempla el paso hacia *Corduba* a través del Guadiana, formando parte de un corredor natural y directo que transita también por el valle de la Serena y la depresión – minera también – del Guadiato, que desemboca en esta ciudad-puerto. No debe ser casual que en el mismo enclave del Tamuja hubiera aparecido un nutrido tesorillo de monedas cordubenses de época de Metelo, como parte de una hipotética acuñación "de necesidad" con fines militares (Chaves, 2006: 389-390). Estos hitos estratégicos, junto a los que conforman las líneas de provisión militar, y no esos artificiales ejes perpendiculares de que hablaba Schulten para explicar la organización de la supuesta toponimia bélico-civil (Schulten, 1926: 133-139), marcarán los movimientos de las legiones en el enfrentamiento metelo-sertoriano.

5. CONCLUSIONES

Valdetorres muestra un esquema constructivo que, salvando las distancias geológicas y del propio conocimiento de cada uno, no parece distanciarse excesivamente del otro gran campamento republicano de la región, Cáceres el Viejo. Ambos comparten murallas rectas, conformadas por muros paralelos y tirantes perpendiculares que los unen, y seguramente también fosos perimetrales que acrecientan la

seguridad de sus moradores. Ni uno ni otro permiten ser concebidos como estaciones de marcha, sino como cuarteles con cierta estabilidad que sirven de base para operaciones en su entorno y en el marco de al menos una campaña. Así visto, cada cual fue erigido para cumplir un propósito establecido, sólo entendible en su contexto espacial y temporal.

La fundación del campamento de Valdetorres coincide con las llamadas guerras lusitanas, un conflicto cuyos límites parecen rebasar los del concepto historiográfico y cuyo recorrido – muchas veces esquivo por la falta de información – se torna irregular, discontinuo, cambiante y, a todas luces, más duradero en el tiempo. Precisamente las aportaciones cronológicas de algunas de sus fases ponen de relieve el mantenimiento de la conflictividad y la necesidad de apostar un ejército después del supuesto logro de la paz. En particular, los indicios materiales presentan una reocupación después de las campañas de supuesta pacificación de Junio Bruto, pero con una pauta de suministro semejante a la conformación de los registros militares u oficiales del cerco numantino, de la fortificación olisiponense o la fundación de *Valentia*.

Debido a su carácter multifásico, la aparente sincronía con todos ellos – incluido el de Cáceres – y otros paradigmas de la implantación romana en *Hispania*, convierte a Valdetorres en un registro bien calibrado y agente vertebrador para la secuencia de la conquista y afianzamiento de los intereses de Roma en estas tierras. Esos intereses son indudablemente militares, pero también parecen responder a una estrategia bien calculada de índole económica, objetivo y justificación de la propia guerra en la Península. En un ciclo que se retroalimenta, la evolución del conflicto parece mantener una vinculación muy estrecha con los recursos metalíferos de que disponen estos territorios y su conocimiento – cada vez mayor–, a la par que la necesidad de garantizar su salvaguarda, con más empeño durante los momentos de máxima inestabilidad. La presencia del ejército o el control en las minas del suroeste hispano puede ser rastreada a través de los objetos que forman parte de los conjuntos metálicos, cerámicos, numismáticos y funerarios, al tiempo que determinadas técnicas constructivas empleadas en los hábitats. Los puertos de Córdoba, Sevilla – tal vez *Ilipa* – o Lisboa cobran un especial protagonismo ante las necesidades de suministro y apoyo de las legiones en campaña. Estas ciudades, capitalizadoras de la logística militar, asumen un papel muy importante también como bases económicas, dando lugar al germen del nuevo tejido urbano que impulsa Roma aquí.

Como parte de una red compleja que trasciende del recinto militar, los campamentos – al menos los extremeños – surgen como avanzadas en la prosecución de la guerra, pero sin duda se comportan como auténticos enclaves de control de unos intereses que, como he venido sosteniendo en trabajos anteriores, van más allá de la nuda estrategia bélica. Así, si Cáceres el Viejo pudo nacer ante la necesidad de conformar una base frente al Tajo, en realidad le tocará servir de mecanismo de presión sobre el territorio y sus recursos en un momento de especial complejidad en la pugna entre las facciones enfrentadas en el conflicto civil metelo-sertoriano. Por su parte, Valdetorres podría haber desempeñado décadas atrás un papel semejante frente al Guadiana, incluso compartiendo objetivos en algún momento posterior y desde un flanco distinto.

Referencias Bibliográficas

Abásolo Álvarez, J.; González Fernández, M.; Mora Serrano, B. (2008): Recientes investigaciones en el Campamento de Cáceres el Viejo, in P. Sanabria (eds.), *Arqueología urbana en Cáceres: Investigaciones e intervenciones recientes en la ciudad de Cáceres y su entorno* (Cáceres, 2006). Cáceres: 115-143.

Álvarez García, N.; Ballester Martínez, C.; Espí Pérez, I.; Máñez Rodero, J.; Marín Jordá, C.; Pascual Berlanga, G.; Ribera i Lacomba, A.; Roselló Mesquida, M. (2003): Las cerámicas de tres nuevos depósitos votivos de fundación de las excavaciones de L'Almoina (Valencia), in *Actes du Congrès de la SFECAG*. Saint-Roman-en-Gal: 369-395.

Aquilué Abadias, X.; Castanyer i Masoliver, P.; Santos Retolaza, M.; Tremoleda i Trilla, J. (2002): El campo de silos del área central de la ciudad romana de Empúries. *Romula* 1: 9-38.

Beltrán Lloris, M. (1973-74): Problemas de Arqueología cacereña: el campamento romano de Cáceres el Viejo (Cáceres). Estudio numismático. *Numisma* 120-131: 255-310.

Berrocal-Rangel, L. (1992): *Los pueblos célticos del Suroeste de la Península Ibérica*. Madrid.

Blázquez Cerrato, C. (1995): Sobre las cecas celtibéricas de *Tamusia* y *Sekaisa* y su relación con Extremadura. *Archivo Español de Arqueología* 68: 243-258.

Cadiou, F. (2008): *Hibera in terra miles: Les armées romaines et la conquête de l'Hispanie sous la république (218-45 av. J.-C.)*. Madrid.

Chaves Tristán, F. (2006): Un hallazgo de monedas de *Corduba* en Extremadura. *Numisma* 250: 363-392.

Chaves Tristán, F.; Otero Morán, P. (2002): Los hallazgos monetales, in J. Blázquez Martínez; C. Domergue; P. Sillières (eds.), *La Loba (Fuenteovejuna, Cordoue, Espagne). La mine et le village minier antiques*. Mémoires 7. Bordeaux: 163-230.

Degrassi, A. (1947): *Inscriptiones Italiae, XIII Fasti et elogia, fasc. I, Fasti consulares et triumphales*. Roma.

Fabião, C. (2007): El ejército romano en Portugal, in A. Morillo Cerdán (eds.), *El ejército romano en Hispania: Guía Arqueológica*. León: 113-134.

Finkielsztejn, G. (2001): *Chronologie détaillée et révisée des éponymes amphoriques rhodiens, de 270 à 108 av. J.-C. environ: Premiers bilan*. BAR International Series 990. Oxford.

Francisco Martín, J. de (1996): *Conquista y romanización de Lusitania*. 2ª ed., Salamanca.

García Moreno, L. (1987): Reflexiones de un historiador sobre el bronce de Alcántara, in L. García Moreno (dir.), *Hispani Tumultuantes: de Numancia a Sertorio*. Memorias del Seminario de Historia Antigua 1. Alcalá de Henares: 67-79.

García Riaza, E. (2002): *Celtíberos y lusitanos frente a Roma: diplomacia y derecho de guerra*. Anejos de Veleia, Serie minor 18. Vitoria.

Guerra, A. (2004): *Caepiana*: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico. *Revista Portuguesa de Arqueología* 7,2: 217-235.

Heras Mora, F. (2009): El Santo de Valdetorres (Badajoz, España): Un nuevo enclave militar romano en la línea del Guadiana, in A. Morillo Cerdán; N. Hanel; E. Martín Hernández (eds.), *Limes XX: Estudios sobre la Frontera Romana/Roman Frontier Studies* (León, 2006). Anejos de Gladius 13. Madrid: 315-327.

Heras Mora, F. (2018): *La implantación militar romana en el suroeste hispano (siglos II-I a.n.e.)*. Anejos de Gladius 18. Madrid.

Heras Mora, F.; Bustamante Álvarez, M. (2007): Contribución al estudio de las ánforas tardorrepublicanas del enclave militar de "El Santo" de Valdetorres (Badajoz, España). *Vipasca* 2, 2ª serie: 318-324.

Hernández Hernández, F. (1993): La necrópolis de 'El Romazal', Plasenzuela (Cáceres), in J. Mangas Manjarrés; J. Alvar Ezquerra (eds.), *Homenaje a J. Mª Blázquez*. Vol. II. Madrid: 257-270.

Hernández Hernández, F.; Rodríguez López, M.; Sánchez Sánchez, M. (1989): *Excavaciones en el castro de Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres)*. Mérida.

Hildebrandt, J. (1984): Die Münzen aus Caceres el Viejo, in G. Ulbert (eds.), *Cáceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura*. Madrider Beiträge 11. Mainz am Rhein: 257-297.

López Melero, R.; Sánchez Abal, J.; García Jiménez, S. (1984): El bronce de Alcántara. Una *deditio* del 104 a.C. *Gerión* 2: 265-323.

Ñaco del Hoyo, A. (2001): *Milites in oppidis hibernabant*: El *hospitium militare* invernal en ciudades peregrinas y los abusos de la hospitalidad *sub tectis* durante la República. *Dialogues d'Histoire Ancienne* 27,2: 63-90.

Pimenta, J. (2014): Os contextos da conquista. *Olisipo* e Décimo Júnio Bruto, in C. Fabião; J. Pimenta (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: 44-60.

Principal Ponce, J. (2013): Cuando Arqueología e Historia se dan la mano: Cartago y Numancia, dos buenos referentes, in A. Ribera i Lacomba (coord.), *Manual de cerámica romana. Del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Alcalá de Henares: 331-356.

Ribera i Lacomba, A. (2010): Depósitos rituales de *Valentia* (*Hispania*): De la primera fundación republicana (138 a. C.) a la segunda augustea, in H. Giuseppe; M. Serlorenzi (eds.), *I riti del costruire nelle acque violate*. Roma: 270-294.

Rodríguez Díaz, A.; Pérez Gutiérrez, M.; Duque Espino, D. (2019): "Estrechando el círculo" de la *Fornacis* de Ptolomeo: el *oppidum* de Hornachuelos (Ribera del Fresno, Badajoz). *Conimbriga* 58: 47-99.

Roth, J. (1999): *The logistics of the Roman Army at war (264 B.C. - A.D. 235)*. Leiden-Boston-Colonia.

Sanmartí Grego, E.; Principal Ponce, J. (1997): Las cerámicas de importación, itálicas e ibéricas, procedentes de los campamentos numantinos. *Revista d'Arqueologia de Ponent* 7: 35-75.

Schulten, A. (1926): *Sertorio.* (reed. 2013). Sevilla.

Schulten, A. (1937): *Las guerras del 154-72 a. de J. C.* (*Fontes Hispaniae Antiquae* IV). Barcelona.

REFLEXIONES PRELIMINARES SOBRE LA REVISIÓN DEL CONJUNTO ARMAMENTÍSTICO DEL FINAL DE LA REPÚBLICA EN EL CAMPAMENTO DE CÁCERES EL VIEJO (CÁCERES, ESPAÑA)[1]

Carmelo Fernández Ibáñez
Museo de Palencia e Instituto de Prehistoria y
Arqueología "Sautuola" (Santander)
carmelomuseo@gmail.com / feribaca@jcyl.es
https://orcid.org/0000-0003-4781-1647

RESUMEN: Con el estudio y la reinterpretación de los nuevos hallazgos en torno al armamento republicano en *Hispania*, y también, el reestudio de los objetos exhumados años atrás, la investigación está logrando en las últimas décadas una visión complementaria en la comprensión de los acontecimientos históricos más relevantes (normalmente contiendas), que se hacinan en el período temporal encuadrado entre la conquista y el Imperio. Uno de estos casos es la segunda pugna civil de Roma o conflicto sertoriano, y uno de sus principales emplazamientos militares es el campamento de Cáceres el Viejo. Como emblemático lugar, se realiza un resumido análisis de los objetos identificados como armas tras un siglo de excavaciones, intentando a partir de ellas desvelar el cuerpo de ejército allí apostado y sus diferentes unidades de intervención.
Palabras clave: Armas; infantería; metal; Segunda Guerra Civil; Sertorio.

ABSTRACT: With the study and reinterpretation of new discoveries of Roman Republican weaponry in *Hispania*, and also the re-study of objects exhumed years ago, research in recent decades is achieving a complementary vision in the understanding of the most relevant historical events (usually conflicts), which take place in the period between the conquest and the Empire. One of these cases is the second civil strife in Rome or the Sertorian conflict, and one of its main military sites is the camp of Cáceres el Viejo. As an emblematic site, a summary analysis is made of the objects identified as weapons after a century of excavations, in an attempt to reveal the army corps stationed there and its different units of intervention.
Keywords: Infantry; Metal; Second Civil War; Sertorius; Weapons.

1. INTRODUCCIÓN

Cáceres el Viejo es un emblemático campamento tardorrepublicano cuya vida se desarrolló durante la segunda guerra civil de Roma (82-72 a.C.). Es por lo tanto un yacimiento arqueológico de primer orden en todos los sentidos para el estudio de esta época en *Hispania*. El proyecto de reestudio y actualización del amplio conjunto de objetos tras las excavaciones de A. Schulten/R. Paulsen (1910,

[1] Este trabajo se inscribe dentro del Proyecto de Investigación "Paisaje y territorio militarizado en la Hispania romana: movilidad y transferencia cultural (ss. II a.C.-IV d.C.)" (I+D HAR2017-85929-P), concedido por el Ministerio de Economía, Industria y Competitividad (MINECO), a la Agencia Estatal de Investigación (AEI) y al Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER), cuyos investigadores principales son Ángel Morillo y Cruces Blázquez Cerrato.

1927-28, 1930 y que fue la base del excelente estudio de G. Ulbert), más las posteriores intervenciones de J. A. Abásolo/Mª L. González (2001) y J. A. Salgado (2015) aúna en la actualidad a un amplio elenco de investigadores y sus especialidades, una de las cuales son las armas; este trabajo supone un adelanto a un estudio más amplio. El conjunto es variado en tipos pero no en materias – piedra pero sobre todo en metal (hierro fundamentalmente) –, contando con diversas y a la vez específicas problemáticas como son por ejemplo su reducido número, su actual estado de conservación, la dispersión o la imposibilidad de acceso a cierto número, bien de hallazgos bien de información de campo. No obstante resulta muy representativo de lo que supuso un cuerpo de ejército en un recinto militar y sus diferentes unidades de intervención ante una grave problemática socio-política en una República que periclita.

2. EL ARMAMENTO DE INFANTERÍA/CABALLERÍA

2.1. LAS ARMAS DE ASTA

Pila

Fueron ocho los *pila* claramente identificados por Ulbert (1984: 105) de tipo lengüeta, aunque en honor a la verdad es muy difícil realizar hoy – y al igual que entonces – una neta cuantificación de los *pila* exhumados por Schulten, debido al estado de conservación en que hoy se encuentran estas armas. Es posible hoy identificar alguno más de los ya contabilizados por Ulbert (1984: taf. 25, n.º 187, 189, 190, 193, 194). Desde luego debieron ser muchas las barras de los *pila* abandonados en el campamento en función de las más que escuetas características que muestran un nutrido conjunto y que aun podemos ver en el Museo de Cáceres. Entre ellas es más que seguro que se encuentren las vistas por Ulbert y hoy más deformadas aun debido al avance de la corrosión del hierro, y que incluso ya lo estaban entonces. En vista de esto seriamente dudamos de las reconstrucciones que este investigador alemán hizo de las moharras n.º 187, 193 y 194 (taf. 25) a base de unir tres o cuatro fragmentos inconexos; e incluso así mismo ponemos en duda lo que también identificó como algunas de sus puntas piramidales (n.º 187, 189, 193, 194).

Por nuestra parte y sólo admitiendo como *pilum* aquellos objetos que presentasen las características más claras y evidentes, contabilizamos nueve ejemplares de placa/lengüeta. Cuatro entre los hallados por Schulten y recogidos por Ulbert (1984: 188 y 189), más el n.º 360 en su lámina (abb.) 36, ya que se trata de una placa rectangular con dos remaches, y que erróneamente identificó como un tirador de puerta, y que entonces tenía dimensiones 220 x 37 mm (fig. 1, n.º 3) pues hoy también este objeto se encuentra mutilado. Las barras n.º 189 y 190 que sólo conservaban el tercio inferior y que pertenecerían a la parte inferior de una barra de *pilum* que se unía a la placa desaparecida, no hemos podido identificarlos en el Museo de Cáceres; aunque los contabilizamos, dándolos por desaparecidos debido a la alteración férrea a la que aludimos o quizás se encuentran entre el pequeño conjunto que Schulten se llevó a Alemania. Precisamente en el Römisch-Germanischen Zentralmuseum Mainz (R.G.Z.M.) y con el n.º inv. 151 se conserva un fragmento de barra no publicado, de 283 mm de longitud y 5,5 mm de diámetro sin punta ni placa.

Las excavaciones de J. A. Abásolo proporcionaron una moharra de 750 mm de longitud carente de la lengüeta, y de la que tan sólo se conserva el inicio fracturado en forma de "D" tan característico en fractura de los *pila* en este yacimiento. A lo que debemos adicionar un interesante pasador (por el tan reducido número de ejemplares que conocemos) de 37 mm de longitud compuesto por, una barra torsionada a cuyos extremos se encuentran sendos remaches en forma de estrella de cuatro puntas con dimensiones cada una de ellas de 50 x 50 mm.

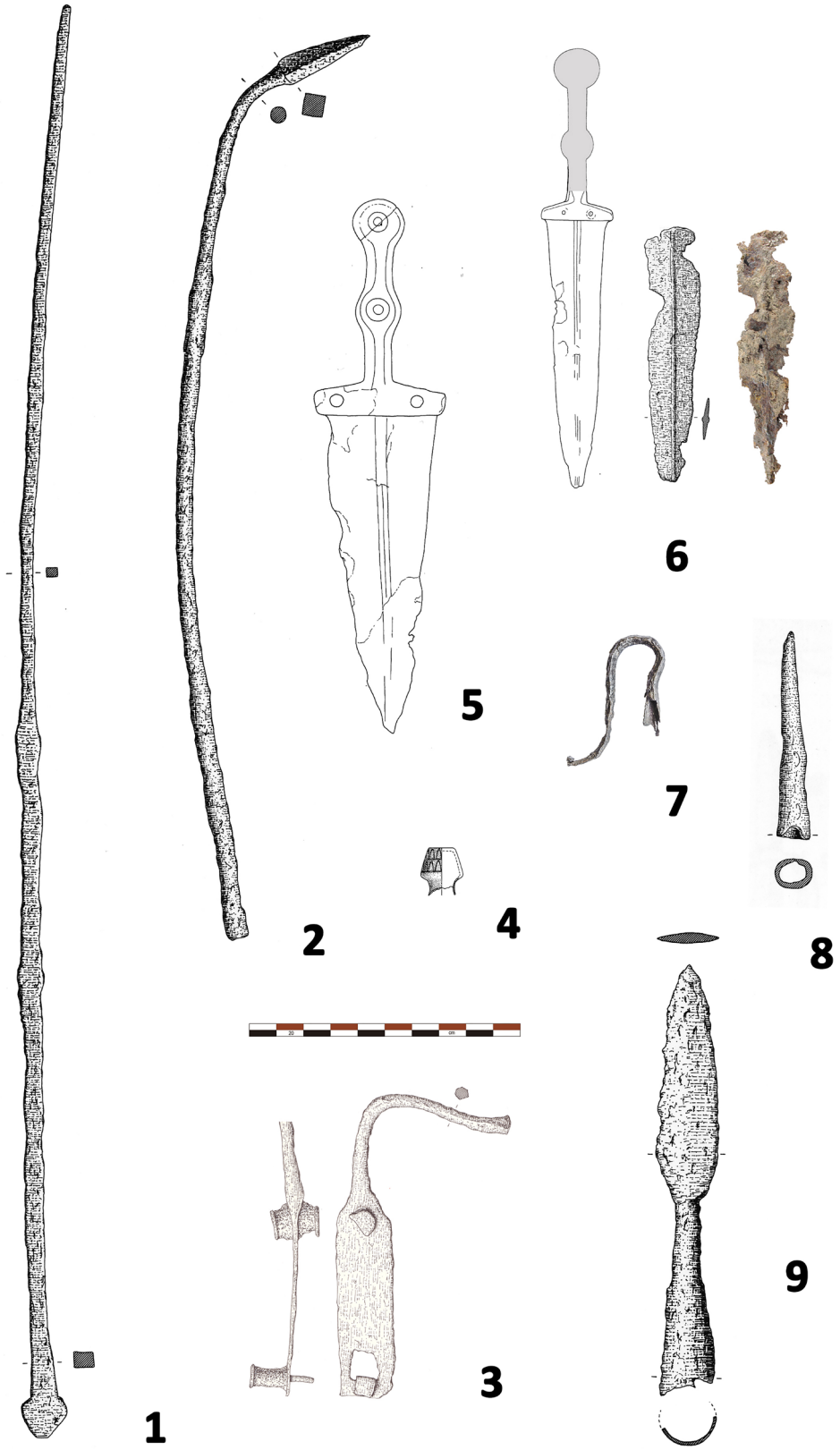


Fig. 1 - Cáceres el Viejo. Armas: n.º 1 - Moharra de *pilum* de placa o lengüeta; n.º 2 - Fragmento de moharra de *pilum*; n.º 3 - Placa o lengüeta de moharra de *pilum* (cuando se encontraba completa); n.º 4 - Cimera o botón-remate de yelmo de tipo Montefortino; n.º 5 - Daga; n.º 6 - Hoja de daga en la evolución de su alteración hasta hoy (foto C. Pereira); n.º 7 - Fragmento de *pilum* de cubo (foto C. Pereira); n.º 8 - Moharra cónica de jabalina; n.º 9 - Moharra de lanza (Ulbert, 1984: Tafel 24, n.º 181).

Por lo que a partir de los datos extraídos tras el análisis de los objetos conservados en este campamento, hemos de exponer que los *pila* del primer cuarto del siglo I a.C. (por lo menos en Cáceres el Viejo), poseían una longitud de moharra de casi un metro. Dato este que, en virtud de los hallazgos de *Valentia* con una longitud total de 900 mm (fig. 5, n.º 1) (Ribera, 1995: 33) o La Caridad con 950 y 1000 mm (Vicente, Punter, Ezquerra, 1997: 183-184), corroboran entre todos aquel aserto y también que aumentan su longitud a partir de la reforma de Mario con respecto a los del siglo anterior. La placa de estos *pila* en Cáceres el Viejo se aseguraba a la madera con doble remache, embutiéndose en la parte superior de un asta circular de madera que tenía un diámetro de 37 mm, siendo este cercano a las dimensiones de Caminreal (40 y 45 mm en la anchura de sus placas) (*idem*); 25 mm en *Valentia* (fig. 5, n.º 1). En ninguno de los casos tenemos constancia alguna que se utilizasen zunchos/viloras metálicos de refuerzo entre madera y metal. Esta protección, o no la hemos hallado aun en los yacimientos excavados, o se trata de un añadido posterior en el tiempo, medio siglo después, ya en los inicios del imperio.

En lo que a *pila* de cubo se refiere, fueron hallados dos ejemplares muy alterados y desechados en época por su fractura y doblez, uno de ellos un reducido fragmento deformado e inédito que aun se encuentra en Alemania (RGZM – n.º inv. 149) (fig. 1, n.º 7). El otro ejemplar más completo se trata de un objeto cónico hoy de 255 mm de longitud (375 mm midió Ulbert, 1984: 225, abb. 24, n.º 192), al que le falta la punta y algunos centímetros en la embocadura (28 mm Ø cuando se descubrió). Muestra la costumbre vista en el armamento indígena hispano de llevar sendos anillos de refuerzo en base-cobre, aunque estos en absoluto son tan robustos como los vistos siempre en moharras de lanza (no de jabalina) siglos antes. Este mismo refuerzo se aprecia en los *pila* de cubo hallados en Lezuza (603 y 505 mm de longitud) y que también se atribuyen a época sertoriana (Quesada, Uroz, 2020: 39-40). Estos objetos de indudable carácter perforante, que junto a las jabalinas han de ser incluidos entre el armamento ligero, también han sido hallados en La Caridad de Caminreal con dimensiones entre los 414 y los 324 mm de longitud (fig. 5, n.º 3) (Vicente, Punter, Ezquerra, 1997: 185-186); el portugués de Chibanes con sus 550 mm de longitud no es totalmente seguro que pertenezca a esta segunda guerra civil (Soares et al., 2019: 55). Este modelo de moharra con cubo para enmangar de clara raigambre hispana y que alguna vez se propuso fuese la *falarica*[2] de las fuentes escritas (Livy 21.8.10) (Quesada, 2010: 111), se considera que pudiera haber sido utilizada por tropas itálicas por su sección circular, frente a la sección cuadrada que pudiera ser considerada una modalidad más de tipo indígena. En este sentido el primer fragmento comentado de los dos hallados en el campamento de Cáceres, sólo tal vez pudo haber tenido sección cuadrada (¿8 x 8 mm?), y que debido a su gran alteración no es posible categóricamente confirmarlo.

Hasta

Son tres las moharras de lanza, estando su análisis condicionado por el pésimo estado de conservación, ya que incluso dos de ellas se encontraban mutiladas cuando fueron descubiertas. Evidencian dos modelos diferenciables por el tamaño y características anatómicas que no se adaptan nada bien a la morfología de los tipos ibéricos (Quesada, 1997a: I, 360-392). Una es la de mayor longitud, cuya hoja estrecha toma la forma de sauce con un refuerzo convexo central, cuyo cubo aunque seguramente corto en origen se encuentra prácticamente perdido. Sus escuetas particularidades pueden estar relacionadas con un arma larga y perforante, de acometida, con tubo corto para enmangar, apta para la lucha a pie en primera línea o bien como pica de caballería (Ulbert, 1984: taf. 24, n.º 184); entre otros posibles objetos fueron halladas tres espuelas de hierro y bronce más un aplique de arnés (Ulbert, 1984: 109-111, 222). En

[2] A. Jimeno et al. (2004: 249, 254-255) a partir de los hallazgos en la necrópolis de Numancia interpretan también como *falarica* una larga moharra de *pilum* indígena de hierro de enmangamiento de cubo, de entre 325 y 470 mm de longitud, cuya punta se muestra lanceolada con secciones biconvexa o romboidal (tumbas 10, 41, 129 y 143). Un ejemplar de idénticas características fue hallado en el conjunto de Caminreal (Vicente, Punter, Ezquerra, 1997: 185, fig. 28, n.º 15.785).

este sentido sus 242 mm de longitud actuales (debió ser algo mayor por las fracturas que hoy muestra) nos recuerdan a la moharra de la tumba 12 en la necrópolis de Dobogó hill (Eslovenia), que con 485 mm ha sido adscrita efectivamente a la caballería; esta última tiene una sección romboidal y ha sido fechada entre mediados/finales del s. I d.C. (Mráv, 2014: 22, fig. 8, 20). La de Cáceres el Viejo tal vez podría ser incluida en el tipo VIIA de Quesada (1997a: I, 373, 377).

El otro modelo del cual se conservan dos ejemplares aunque uno de ellos se encuentra muy dañado, es de hoja lanceolada más ancha, lisa y biconvexa en sección (fig. 1, n.º 9). Su forma es diacrónica en el tiempo, muy común y que por ejemplizar con dos extremos temporales en *Iberia-Hispania* era empleada tanto por las poblaciones indígenas prerromanas como entre los hallazgos romanos a inicios del imperio en la guerra cantábrica de Augusto (29-19 a.C.) (Fernández, 2015: 332-333). Son incluso idénticas y las podemos comparar con las mucho más tardías de época Hadriánea en el siglo II d.C. También son del tipo mediano VIIA de Quesada (1997a: I, 307), y entre sus características se encuentra además el medir entre 200-400 mm y portar un tubo casi tan largo como la hoja. Son así mismo comunes durante esta contienda sertoriana, habiéndose hallado en cantidad de dieciséis ejemplares en Caminreal (Vicente, Punter, Ezquerra, 1997: 186-193). Compartían existencia con las de arista central y sección romboidal que hasta ahora son minoría (poblado de Azaila). El uso que ha sido propuesto para este modelo de lanza ha sido de tipo múltiple o sea, tanto para empuñar como para ser arrojada como proyectil manual en manos de la población indígena.

Todos los autores coinciden en alcanzar un resultado baldío al realizar cualquier intento de tipología con las puntas de lanza de la Antigüedad, a no ser por ejemplo un determinado grupo cultural enmarcado en un también determinado marco cronológico, algo más bien escaso. Este dato demuestra, si bien en la generalidad, fundamentalmente una más que evidente atemporalidad formal de carácter diacrónico en prácticamente la totalidad de las moharras de lanza.

Regatones vs veruta

Son doce los objetos cónicos de enmangamiento en cubo y forjados en hierro a partir de plegar una lámina los cuales, la investigación tradicional siempre creyó que todos ellos fueron utilizados como remates metálicos para el extremo inferior de todo tipo de armas de asta; Ulbert no publicó todos los que en realidad fueron hallados. Diremos así mismo que seis de ellos muestran algún tipo de fractura en algún extremo y por lo tanto no se encuentran completos. Uno está rasgado y además presenta un pequeño agujero junto a la embocadura para un clavo pasante que asegurase su fijación. No obstante lo más característico a casi todos ellos nuevamente es su condicionante alteración a nivel topográfico debido a un alto grado de corrosión lo que ha provocado el aumentar considerablemente su volumen, y por lo tanto también a nivel dimensional, lo que sólo a veces hace difícil su correcta identificación[3].

El problema que se nos plantea a la hora de diferenciar cuál de ellos se trata de conteras de lanza (regatón) o cuales son la moharra de un venablo, supone la misma controversia que la investigación sigue intentando dilucidar desde hace décadas. Para ello y como solución a nivel metodológico hemos

[3] Debido a ello somos muy escépticos con respecto al dato que se suele acopiar últimamente en la literatura científica, y que nosotros no obstante también hemos recogido, como es el peso de estos objetos. Téngase en cuenta que el proceso natural de corrosión supone una transformación (total o parcial) de la materia, de un estado metálico a uno mineral, siendo características de este último el poseer una densidad mucho menor; esto resulta particularmente evidente en el hierro. Por lo tanto, como cada edafosistema que compone cada yacimiento arqueológico es diferente, las implicaciones sobre los objetos arqueológicos metálicos que así mismo nos oferta también serán distintas, ofreciéndonos como resultado diferentes estados de conservación. *Ergo*, siempre distintos a lo que fueron en la Antigüedad. Esto se complica, y la diferencia puede ser incluso distinta según el tipo de metal-base o aleación de que se trate, etc. Estos problemas han sido también ponderados por otros autores (Fernández, 2003; García Jiménez, 2006). No obstante también es verdad que ciertas piezas que, si bien son minoría, su estado de conservación resulta tan excelente que los datos que ofrece son muy fiables (Fernández, Peralta, 2016).

considerado que la diferencia radique en el diámetro de la embocadura. Partimos del hecho cierto que una lanza empuñada para la lucha cuerpo a cuerpo no debería ser nunca inferior a 20 mm (Quesada, 1997a: I, 347, 427). Es incluso posible que alguno de ellos pudiera ser un dardo de catapulta de tipo *scorpio* que veremos más adelante, tal y como es posible perfectamente distinguir por sus cabezas piramidales en los yacimientos norteños de la guerra contra cántabros y astures (29-19 a.C.), y cuyos diámetros son mayores incluso que aquel guarismo. El ejemplo lo tendríamos en proyectiles con cabeza piramidal en La Loma (Cantabria) con un diámetro de embocadura de 28 mm (Fernández, 2015: 334, fig. 6, n.º 5).

En la jabalina y debido a que se trata de un arma ligera el diámetro del asta sería menor, y como cuyo fin es ser arrojada a veces a la mayor distancia posible, nunca debería llevar el lastre que supondría un cono de hierro en uno de sus extremos. Comenzaremos por estas últimas.

Son dos los conos metálicos considerados como puntas de jabalina (figs. 1-8 y 3, 4). Presentan como particularidad el ostentar entre 100 y 60 mm de longitud, con diámetros de embocadura de 19 y 15,1 mm. Ya Schulten creyó que estas piezas fuesen puntas de proyectil para jabalina o de artillería entre el material que extrajo en los campamentos de la *circunvalatio* numantina de Renieblas y Castillejo (Schulten, 1929: taf. 21 n.º 22-25, 29-31). Esta consideración así mismo ha resultado evidente entre los investigadores a la hora de analizar ajuares de las necrópolis prerromanas de las diversas poblaciones de la Península (iberos, vacceos, lusitanos…), en los cuales o bien la exclusividad o al contrario, la masiva presencia de estos conos de hierro se presentan de manera diferencial con respecto a las puntas de lanza o pica. Filológicamente Quesada (1997a: I, 328-329, 427) atribuye este arma al término *verutum-a* trasmitido por T. Livio, así como también la posibilidad de que pudieran ser arrojados por la caballería.

Por lo tanto son diez los conos que hemos identificado como conteras o remates para lanzas, picas o *pila* (fig. 5, n.º 8). Los diámetros (sólo en siete de ellos) se encuentran en un rango entre los 25,4 y 66 mm. Para comparar con ellos: la lanza (fig. 1, n.º 9) y la pica vistos anteriormente tienen diámetros de 21 mm (en origen, hoy fracturada) (fig. 1, n.º 9) y 15 mm (en la parte superior del cubo, hoy fracturado); los *pila* de cubo 28 y 13 mm (este último muy fracturado) (fig. 1, n.º 7); el *pilum* de placa 370 mm (fig. 1, n.º 3). Vemos por lo tanto que apenas coinciden aunque entran dentro del rango de lo probable (datos que se agravan con la deformación por la corrosión). No concuerdan sobre todo para los *pila* de placa, a no ser que estos no lo llevasen o bien que el extremo inferior redujese el diámetro de la madera, algo sobre lo cual no tenemos datos.

2.2. *ARMAS DE CINTURA*

Gladii et falcata

Con respecto a este tipo de arma el campamento de Cáceres arrojó cierto material que nos muestra el uso de quizás al menos tres tipos de espada diferente, en base no sólo a las armas en sí mismas sino a sus vainas o fundas.

En primer lugar dos modelos de vainas enterizas de hierro (fig. 2, n.º 2) y que en origen cubrían por entero a la hoja de la espada; son fragmentos con dimensiones 320 x 55 y 302 x 37 mm. Se corresponden con vainas La Tène que han perdido entre otros elementos sus embocaduras, sistemas de suspensión y remates, y que en su génesis centroeuropea (siglo V a.C.) eran una unión de hierro y bronce. Una de ellas es una lámina que muestra solapas o pletinas laterales, lo que indica que era parte del sistema de ensamblaje a la otra placa ausente, menos ancha. Se trata de la técnica más antigua de unión o "ensamblaje simple" que tiene su origen en la I Edad del Hierro (García Jiménez, 2012: 81). Al estar constituida esta vaina por dos partes distintas, no nos es posible saber si nuestro fragmento es de anverso o reverso, lo que tal vez nos hubiera podido proporcionar su origen (García Jiménez, 2006: 128). La otra vaina se encuentra formada por la unión de dos láminas, una lisa y la otra de sección en "V",

actualmente unidas por remaches; claramente se trata de una reparación (fig. 2, n.º 2). En origen el modo de unión de ambas placas sería más moderno y distinto al anterior. Permanecerían unidas a lo largo de ambos bordes mediante un tubo también de metal que abierto en toda su longitud abraza (más bien "pinza") los laterales de dichas placas protegiéndolas a la vez (García Jiménez, 2012: 79, 82). El interior de las fundas estaría recubierto de madera.

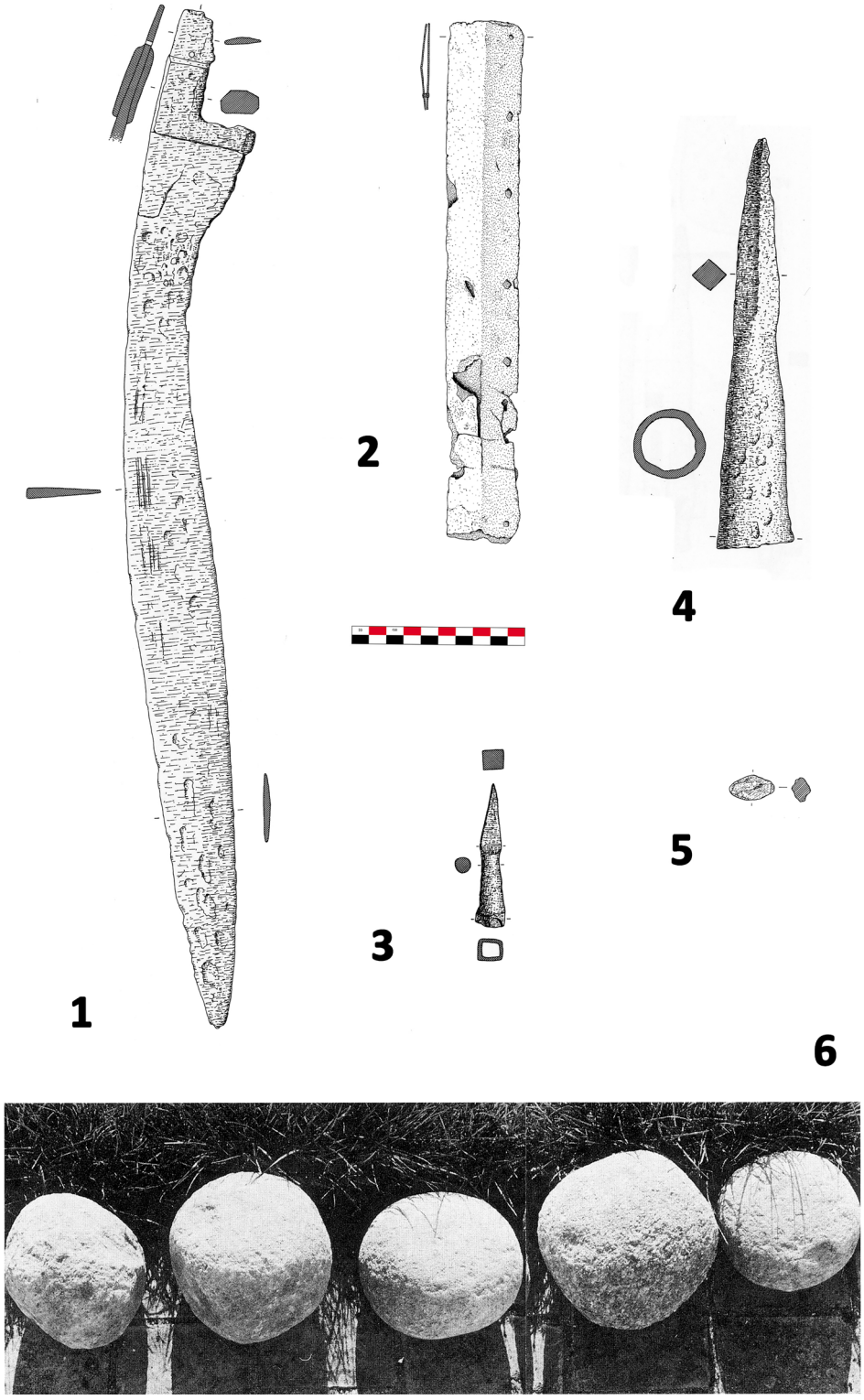


Fig. 2 - Cáceres el Viejo. Armas: n.º 1 - Falcata; n.º 2 - Fragmento de vaina o funda de espada (reparada); n.º 3 - Punta de dardo de *cheiroballistra*; n.º 4 - Virote o punta de dardo de catapulta; n.º 5 - *Glans*; n.º 6 - Bolaños de granito (Ulbert, 1984: Tafel 56).

Nada sabemos con seguridad del tipo de espadas que pudieron envainar. Podríamos pensar en principio que fuesen espadas La Téne celtibéricas, poblaciones indígenas de esta confederación que sabemos que actuaron como aliados en el bando sertoriano (Santos, 1980: 195-196), y que desde el siglo IV a.C. adoptaron este tipo de espada continental. De hecho espadas La Tène con una anchura de hoja de 37 mm como tiene una de las vainas sólo las hallamos en el área triangular celtibérica que abarcan las provincias de Soria-Guadalajara-Zaragoza (yacimientos de Atance y Arcóbriga), incluso un par de ejemplares en este último lugar con 25 y 26 mm. También hay ejemplares en este entorno geográfico (Numancia, Renieblas, La Osera, Ucero…) con anchuras entre 32 y 39 mm (García Jiménez, 2012: 501-506; Quesada, 1997a: II, 853-856). Para la otra vaina de 55 mm el número de este tipo de espadas aumenta exponencialmente (anchuras entre 40 y 55-59 mm, incluso en ella también cabrían ejemplares de *gladius hispaniensis*. En este sentido vemos como en los 12 fragmentos aparecidos en el posiblemente depósito sertoriano de La Azucarera, sus anchuras máximas se encuentran entre los 43-51 mm (Iriarte et al., 1997: 238-244). En cuanto a su longitud, podríamos quizás pensar que al ser para armas de sección lenticular y filos paralelos (tipos IV a VI de Jiménez) sus longitudes rondarían entre 650 y 830 mm (García Jiménez, 2006: 157-165).

Un pequeño fragmento inédito, recto en su delineación, de hierro con 7 mm de anchura, en forma de "U" y fondo plano (caña angular), parece corresponder a una reducida parte de la cantonera de una vaina. Quizás de espada vistas las características de este reducido objeto de tan sólo 54 mm de longitud. No hay seguridad que perteneciese exclusivamente a una funda de espada, por lo que quizás pudo también haber pertenecido a la caña de una vaina de menores dimensiones con destino a una daga. El único motivo por el cual lo incluimos en este apartado, es que en este reunimos los fragmentos de todas las vainas halladas en el yacimiento.

Pero lo que verdaderamente nos debe interesar es el dato que proporciona este objeto como presencia en el yacimiento de un modelo con armazón metálico (y cuerpo interior orgánico). Se trata de un tipo nacido ya en el siglo IV a.C. tanto para espadas como para dagas, exclusivo de las poblaciones indígenas ibéricas y que tuvo aceptación en la Península pasando al ejército romano en primer lugar como funda del *gladius hispaniensis*.

Finalmente, contamos con uno de los ejemplares más modernos (seguramente del más postrero) de espada ibérica como es la falcata (fig. 2, n.º 1). El ejemplar hallado en el campamento se encuentra casi completo, careciendo de empuñadura que está fracturada. Es sintomática la presencia de este tipo de arma en los yacimientos que tienen que ver con la contienda sertoriana como puedan ser La Caridad (Vicente, Punter, Ezquerra, 1997: 193-194), Azaila (Quesada, 1997a: I, 82-83) o Cabeça de Vaiamonte en Portugal (Pereira, 2016: 145-146) entre alguno más, siendo el primero y este de Cáceres las muestras más completas. A nivel dimensional y teniendo en cuenta que sólo es posible tomar las referencias de la hoja con filo doble, esta con 510 mm de longitud sobrepasa la media (489 mm) (Quesada, 1997a: I, 85-86) lo mismo que sucede en el ejemplar de La Caridad. La anchura máxima (49 mm) tampoco llega a la media (58 mm), lo mismo que ocurre en la base de la empuñadura – anchura basal de la guarda – (57 mm frente a 64 mm). Teniendo en cuenta que su longitud total es de 595 mm encontrándose fracturada, y la media de la longitud (sobre 189 ejemplares) es de 602 mm, la falcata de Cáceres sobrepasaría esa medida al igual que en el de La Caridad ya citado. Diríase que son algo más estilizadas. Este tipo de espada, que puede ser considerada en su manejo por tropas aliadas de infantería como seña de identidad, no resulta extraña su presencia en esta contienda ante la actual consideración de compatibilidad en el combate entre tropas indígenas y de Roma tras lustros de haber actuado aquellos como auxiliares o mercenarios al servicio de la República en sus múltiples lances bélicos.

Pugiones

Nos encontramos en un periodo en el que el puñal, más concretamente hispano y si la reciente investigación no equivoca el hecho, haría aproximadamente un tercio de siglo que fue paulatinamente adoptándose como arma a la panoplia del ejército romano. Y precisamente Cáceres el Viejo ha significado respecto a la adopción de la daga lo mismo que lo fue para con el *pilum*, un referente en la historiografía del conocimiento de este armamento para el ejército de Roma en general y tardorrepublicano en particular (Fernández, Kavanagh, Vega, 2012).

La daga fue otra arma característica y ocasional entre el equipamiento de la época tal y como lo comprobamos en otros yacimientos relacionados con el conflicto sertoriano, y que como ejemplo podemos citar los de La Caridad (Teruel) (Vicente, Punter, Ezquerra, 1997: 183-184), *Gracurris* (La Rioja) (Iriarte et al., 1997: 247, fig. 4), Azaila (Teruel) y quizás Cabeça de Vaimonte en Portugal; aunque el material de este último lugar se encuentra mezclado con el de la 2ª Guerra Civil (Pereira, 2016: 143-145, est. 24, n.º 7).

Cáceres el Viejo proporcionó cinco restos de dagas, estando completa tan sólo una de ellas. Resultan extraños los hallazgos de armas completas (mayoritariamente se encuentran hojas), por lo que hemos de suponer que el punto débil de este arma se encontraba en la base de la espiga, concretamente en la zona que se correspondía con el punto de unión entre la empuñadura y la hoja. Una de las partes más características que podríamos destacar en este arma es la empuñadura, en donde el considerable aumento en el tamaño del disco del pomo así como la reducción del número de sus componentes, son particularidades que podríamos quizás considerar como modificaciones romanas.

En lo que a las hojas se refiere, las dagas del siglo I a.C. muestran todas ellas un nervio central de refuerzo que se nos muestra de forma convexa, aunque hemos de ser cautos pues forma y dimensiones es normal encontrarlas alteradas y sobredimensionadas producto de la corrosión. Y en cuanto a la forma de las hojas estas suelen ser de tres tipos: las hay de filos convergentes formando un triángulo (Tipo I) siendo algo que se ha considerado costumbre indígena, y la tendencia pistiliforme (Tipo II) que se ha comprobado parecer ser un gusto más romano (Kavanagh, 2008: 67), habiéndolas también de filos paralelos (Tipo III) aunque las menos.

Finalmente hay un interesante ejemplar en este yacimiento hallado en las excavaciones del año 1928 (Paulsen, 1930: 71, abb. 1), único por el momento a nivel formal y que lamentablemente se encuentra extraviado (fig. 1, n.º 5). La sinuosa forma de la empuñadura conforma dos leves discos no demasiado marcados o no tan despejados como los que estamos acostumbrados a ver en el prototipo de este modelo de daga. La hoja es triangular con refuerzo central como es común a buena parte de las dagas hispanas en esta época tardorepublicana, pero con una anchura mayor (60 mm) que las hojas triangulares de las dagas bidiscoidales (40-45 mm). Su longitud (255 mm) también es mayor que en aquellas (150-179 mm) (Kavanagh, 2008: 52). Creemos por el momento que su forma delata que, quizás, se trate de un subproducto adaptado, derivado, tal vez de los antiguos puñales de antenas tan característicos del siglo IV a.C. y escasamente abundantes en el territorio ibérico del sur y sureste peninsulares (Cuadrado, 1963), cuyas longitudes oscilan entre los 240 y 300 mm. Aunque por el momento carecemos de modelos intermedios que corroboren plenamente esta hipótesis.

2.3. EQUIPAMIENTO DE PROTECCIÓN

Yelmos (Galea)

Contrariamente a lo que suele ser habitual en los yacimientos excavados y relacionados de una u otra manera con la presencia de la milicia antigua, como es, el no hallar restos de cierto tipo de por entonces valioso armamento, el campamento aportó un par de botones apicales de casco de tipo

Montefortino[4]. Más no obstante se trata de unos fragmentos tan reducidos que a partir de los cuales nos es imposible establecer las características específicas del modelo del yelmo al que pertenecieron, a no ser cuestiones tan genéricas a los tipos tardíos como sea el presentar un cuenco hemisférico con guardanuca oblicuo.

Estos yelmos son difíciles de clasificar si no se encuentran en contexto, aunque a la misma conclusión se llega, como es nuestro caso, si están incompletos pero contextualizados. No obstante se corresponden con elementos de estructura hueca, que por lo tanto no fueron añadidos una vez conformado el capacete. Uno de ellos posee como decoración un tema de ovas o escamas en dos registros. Este reiterado motivo se corresponde con el Tipo Ia de García-Mouriño (1993: 125) y 3º de Quesada (1997b: 162-163), siendo un motivo recurrente desde la 2ª mitad del siglo II a.C. y que lo muestran un nutrido grupo de yelmos desde la costa (Son Espases, Cabecico del Tesoro-14, Almaciles…) hasta el interior (Fossos de Bayona, Alarcos, Quintana Redonda…) (Mazzoli, 2016: 125, tav. 2, 4, 6…). El modelo Montefortino es el tipo de casco empleado en esta contienda civil, habiendo aparecido ejemplares con grados de conservación muy diversa en La Azucarera (La Rioja) (Iriarte et al., 1997), Caminreal (Teruel) (Vicente, Punter, Ezquerra, 1997), Quintana Redonda (Soria), Santorcaz (Madrid) y Lezuza (Albacete) (Quesada, Uroz, 2020), todos de bronce a excepción de este último en hierro.

Debido a que son objetos valiosos y pese a que estos yelmos eran adquiridos por indígenas hispanos al servicio de Roma (o Cartago) como mercenarios o aliados, es probable que los de Cáceres viniesen guarneciendo las cabezas de soldados itálicos. Forman parte estos remates de yelmos integrados en el grupo tardío que geográficamente es el que se halla tierra adentro, siguiendo el sentido de la conquista romana de la Península, dado que los más antiguos conforman sendos grupos costeros al SE y N del mediterráneo hispano (Mazzoli, 2016: 110).

3. EL ARMAMENTO ARTILLERO

3.1. MUNICIÓN PARA ARTILLERÍA MAIOR

Ballista et catapulta fueron las máquinas de guerra en la antigüedad hasta la aparición de la pólvora. Según nos indican los restos hallados (realmente más dardos que los propios artefactos) estos artilugios eran comunes en los ejércitos republicanos tanto para los asedios en la retaguardia, como indica Vegecio, como emplazadas en torres para la defensa de plazas y campamentos como es este de Cáceres. Así y para el conflicto sertoriano hallamos sus restos en La Caridad y Azaila como contextos más seguros (Sáez, 2005: 151-154; Vicente, Punter, Ezquerra, 1997), indicando que se correspondían con el de tamaño reducido denominado *scorpio*. En el campamento de Cáceres han sido hallados dos tipos de proyectiles (*missilia* en palabras de Tito Livio): puntas metálicas (*pila catapultaria*) y bolaños de piedra de propulsión.

Con respecto a los proyectiles metálicos estos suponían la munición de las catapultas lanzadardos, habiendo sido individualizados siete ejemplares provenientes de las excavaciones, todos ellos de hierro. Son de dos tipos, teniendo ambos la cabeza piramidal aunque con diferente longitud y forma. Del primer tipo hay sólo un ejemplar (probablemente hoy extraviado) sin el cubo de enmangamiento por fractura y conservando sólo la parte maciza de esta sección inferior, presentando en el extremo opuesto una cabeza piramidal. El otro modelo es el que podríamos denominar cónico, en el cual se nos plantea un problema con respecto al que ya vimos con los regatones y las puntas de jabalina (*veruta*), y es, el poder diferenciar ambos. Nada a nivel físico hay que nos asegure hoy cuando unos fueron conteras de

[4] A estos se suman dos controvertidos objetos en bronce (Ulbert, 1984: 221-222, taf. 19, n.º 116 y 118) que así mismo también se han interpretado recientemente sin argumentos como tales remates de casco (Mazzoli, 2016: tav. 7, n.º 5-6). Tienen la forma de pequeños recipientes (así los representó Ulbert) con el labio redondeado y omphalo en el centro de la base. De 18 y 26 mm de altura, el primero es de galbo cónico con carena alta, y el otro de carena baja muestra un perfil claramente campaniforme junto una pequeña perforación cerca del borde. Aunque no los consideramos como tales debido fundamentalmente a que sus formas nada tienen que ver con lo hasta ahora conocido, no podemos asegurar ni contradecir dicha clasificación ni aportar otra, ya que por el momento no hallamos paralelos ni interpretación alguna.

lanza o pequeñas moharras, mientras que otros serían cabezas de proyectil artillero. Para dilucidar este asunto hemos considerado a estos últimos cuando la sección circular del cubo hueco de enmangamiento se transformaba en paralepipédica maciza (cuadrada o rectangular). Además, los más claros tendrían un concreto espacio transicional en forma de leve inflexión que separa ambas secciones, tal y como vemos fue la tónica (y posiblemente el motivo) en el catálogo de la *militaria* altoimperial de Vindonissa (Unz, Dechler-Erb, 1997: 25-26, taf. 24). El mismo criterio que creemos utilizó Luik (2002: abb. 188) para individualizar el proyectil de Numancia.

De esta manera contamos con tres objetos de estas características, uno de ellos inédito y considerado el otro como regatón por Ulbert (1984: 226, n.º 202) (fig. 2, n.º 4). Tienen longitudes de 234 y 140 mm, con puntas de 109 y 53 mm también de longitud y embocaduras de 41 y 20,6 mm Ø respectivamente. Un importante dato a tener en cuenta a la hora de considerar a los objetos de este tipo como moharras de proyectil artillero, es el hallazgo que se hizo en las excavaciones del año 2015. Este objeto con una punta de 90 mm de longitud y 20 mm Ø fue hallado en la base de la torre sur de la *Porta Principalis Sinistra* (Salgado, 2015: 18). Finalmente, el modelo sin solución de continuidad entre ambos extremos, son conos de 124, 120, 111 y 100 mm de longitud y tan sólo uno de ellos rasgado, con diámetros de embocadura entre 19 y 27 mm. Todas estas armas entrarían en el grupo de "calibre grande" (entre 100-120 mm de longitud) en los módulos básicos establecidos por E. Blé (2012: 37 y 39).

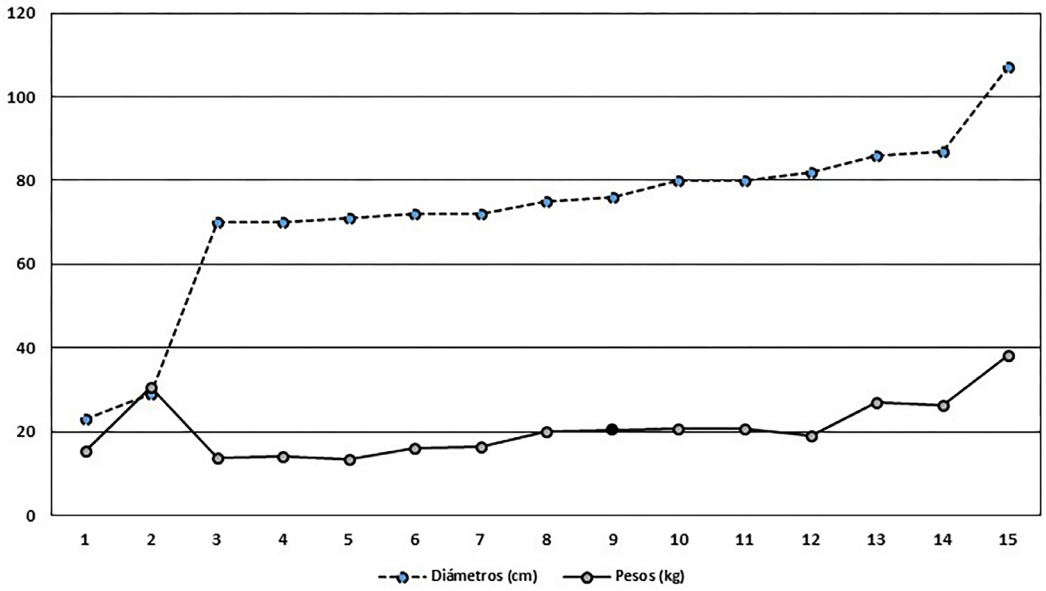


Fig. 3 - Cáceres el Viejo. Gráfica comparativa de las principales características de los quince bolaños pétreos: diámetros y pesos.

Un nutrido grupo de 31 proyectiles esféricos de granito (*lithoboloi-petroboloi*) (fig. 2, n.º 6) evidencian la utilización de grandes y pesadas máquinas de tipo *ballistae* (los "onagros" de época muy tardía citados por Veg. *Mil.* 4.22.4 y 8), siendo la única materia bélica que no es metálica. Con diámetros entre 1070 y 230 mm también abarcan un amplio abanico de pesos entre 38,3 y 13,6 kg, lo que aprovechando el cálculo de Ulbert (1984: 112) nos hallaríamos ante un arco "*grosso modo*" entre 62 y 31 minas áticas. Según se aprecia en el gráfico de la figura 3, sobre las medidas que dicho autor tomó sobre 15 que consideró que reunían las características generales, observamos la semejanza paralela que muestran las curvas de series de datos. No obstante se comprobará que la gráfica es irregular en los primeros tramos, lo que quizás tenga explicación en el hecho de que se encuentre incompleta la serie en los calibres más pequeños. Una secuencia tan continua nos prueba una completa serie de calibres, por lo tanto también

un variando número y tamaño de máquinas lanza-piedras. Así mismo que las densidades producto de sus pesos son los mismos por haber sido extraída la materia de una misma cantera. Los bolaños son un arma artillera muy utilizada y por lo tanto común en yacimientos relacionados con esta contienda: Azaila, Botorrita, Numancia, Calahorra o Sagunto (Sáez, 2005: 155-158).

3.2. ARTILLERÍA LIGERA

Por artillería ligera o armada ligera (*levis armatura*) entendemos aquellas armas que, pese a que el militar romano entendía como infantería (Veg. *Mil.* 1.20.16), hoy en día la consideramos diferente al manejar un tipo de "maquinaria" que, aunque simple, era transportada y manejada por un solo soldado, y qué duda cabe que efectiva. No solamente se trataba de arqueros.

Para nuestro caso concreto contamos con objetos que a nuestro juicio constatan la presencia de dos diferentes tipos de cuerpos de intervención, como son la artillería de torsión ligera, tan esquiva aun a la investigación entre los restos de armas hoy conocidos, y las unidades de honderos (*funditores*/*ferentarii*). En el orden en que se establecía el ejército en el campo de batalla formaban parte de *alae* de hostigamiento *et provocatio*.

El objeto que hemos clasificado con el n.º 3 en nuestra figura 2 se trata de un pequeño proyectil de 83 mm de longitud, con cabeza piramidal de 39,6 mm de longitud y que se enmangaba por medio de un cubo cuadrangular de 14,1 x 12,6 mm. Fue clasificado como una punta de proyectil (Ulbert, 1984: 225, n.º 185). En primer lugar hemos de tener en cuenta que se trata de un pequeño y robusto objeto, alejado formalmente de lo que normalmente estamos acostumbrados a ver en puntas de flecha republicanas con aletas tanto en la Galia (Poux, 2008: 360-365) como en *Hispania* (Sievers, 1997), y por supuesto de las de tipo fusiforme con y sin arpón empleadas en las guerras del mismo siglo o bien en el imperio inicial (Fernández, 2015: 335-340). En esta contienda sertoriana curiosamente no se ha hallado hasta el momento ni un solo proyectil para arco. Indudablemente tampoco por el tamaño se trataría de puntas para gran artillería de torsión, más perfectamente pudiera tratarse de proyectiles para máquinas transportables de pequeño tamaño tipo *manuballista*/*cheiroballistra* (Iriarte, 2000; Sáez, 2005: 68). Y no solamente, por el evidente parecido formal con las de mayor tamaño, sino muchas de ellas incluso semejantes a las de época medieval disparadas mediante ballestas, evidenciando a las claras una continuidad; todas ellas, antiguas y modernas, forjadas en hierro. Los tipos, tamaños y formas serían (son) muy variados, y aunque se encuentran escasamente identificadas en la literatura sobre el armamento romano, pueden ser rastreadas hasta la tardoromanidad.

Tan sólo tres son los *glandes* con que hasta ahora contamos, habiendo sido exhumados en las recientes excavaciones en 2001 de J. A. Abásolo (Abásolo, González, Mora, 2008) y J. Á. Salgado (2015: 11). Siendo ovoides dos de ellos y el otro quasi-bicónico (fig. 2, n.º 5), ambos presentan extremos redondeados que tipológicamente se integrarían en el tipo 1a de Völling (1990) y con pesos: 44, 41,5 y 34,9 g; *secuncia*, 1½ onza. Indudablemente resulta por ahora muy exigua la representación de este tipo de arma en el yacimiento y los datos que aportan, como para hacer otro tipo de consideraciones tales como pudieran ser la comparativa de pesos o el porcentaje de sus formas. De momento y ahora tan sólo su presencia es destacable. Un dato que no deseamos pasar por alto es la observación que realizó J. Á. Salgado el año 2015 durante la campaña de excavaciones en el campamento: "*Acumulación de cantos de cuarcita junto a la cara interna de la muralla, constatado en las tres zonas intervenidas*" (Salgado, 2015: 11). Este arqueólogo apunta la posibilidad de que pudiesen haber sido utilizadas como proyectiles arrojadizos. Este mismo tipo de objetos sin elaborar y para el mismo fin también han sido tenidos en cuenta durante las excavaciones en el castro de La Loma (Palencia), asediado en el transcurso de la guerra cantábrica de Augusto (Peralta, 2006: 32).

4. LO QUE OFRECE "CÁCERES EL VIEJO" A LA CONTIENDA SERTORIANA EN LA PENÍNSULA IBÉRICA

El campamento de Cáceres el Viejo resulta para la actual investigación un muy interesante emplazamiento militar por múltiples razones desde nuestra perspectiva armamentística (aparte de otras muchas), evidentemente por las inferencias que desde diversas ópticas nos es posible extrapolar a partir de ellas.

Lo que primeramente y muy a las claras evidencia la totalidad del considerable conjunto de objetos exhumados a partir de las diversas intervenciones de excavación (Ulbert, 1984; Abásolo, González, Mora, 2008; Salgado, 2015), es que este lugar era eminentemente un núcleo poblacional de carácter militar totalmente autónomo, lo que se corresponde con un canónico recinto campamental romano. Las armas, como no podría ser de otra manera, afirman la presencia de un ejército al completo, de la época, por lo cual resulta de máximo interés, ya que no se conoce hasta hoy (al menos de forma tan exclusiva) otro yacimiento de sus excepcionales características cronológicas (82-72 a.C.), históricas, militares, etc. Pese a que el armamento se nos muestre también en otros lugares de contienda (*Valentia*), integrado en poblaciones civiles (Caminreal, Azaila, Lezuza, Vaiamonte…) o depósitos (Alfaro), este conjunto pese a su reducido número de objetos (entorno a los ochenta) y aunque se eche en falta – quizás de momento – algún elemento ausente (espadas, escudos), supone en su totalidad, *grosso modo*, el reflejo de un ejército innovado a partir de la gran reforma llevada a cabo por C. Mario. De tal manera que junto a la totalidad de armas descubiertas hasta ahora en los diversos lugares que actualmente conocemos en la Península (fig. 4), se va completando el conocimiento de la panoplia tanto del ejército tardorrepublicano en general y en esta guerra en particular (fig. 5), como del contingente itálico en particular y junto a éste, del que se servían los soldados indígenas hispanos entre cuyo muestrario se encuentran algunas armas ya por entonces antiguas.

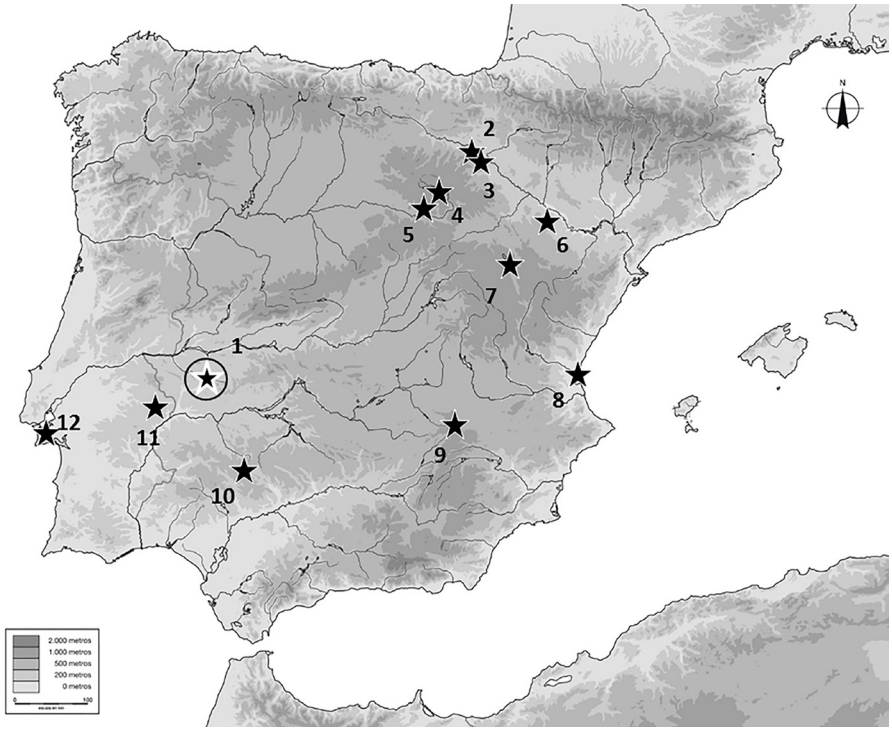


Fig. 4 - Principales yacimientos y hallazgos de armas de época sertoriana en la Península Ibérica: n.º 1 - Campamento de Cáceres el Viejo (Cáceres); n.º 2 - Ciudad de Calahorra/*Calagurris* (La Rioja); n.º 3 - Depósito de armas de La Azucarera (Alfaro/*Gracurris*, La Rioja); n.º 4 - Campamento V de Renieblas y poblado de Numancia/*Numantia* (Soria); n.º 5 - Ocultación de Quintana Redonda (Soria); n.º 6 - Poblado de Cabezo de Alcalá de Azaila (Teruel); n.º 7 - Ciudad de La Caridad (Teruel); n.º 8 - Ciudad de Valencia/*Valentia*; n.º 9 - Poblado de *Libisosa* (Albacete); n.º 10 - Poblado de Azuaga (Badajoz); n.º 11 - Poblado de Cabeça de Vaiamonte (Monforte); n.º 12 - Castro de Chibanes (Palmela).

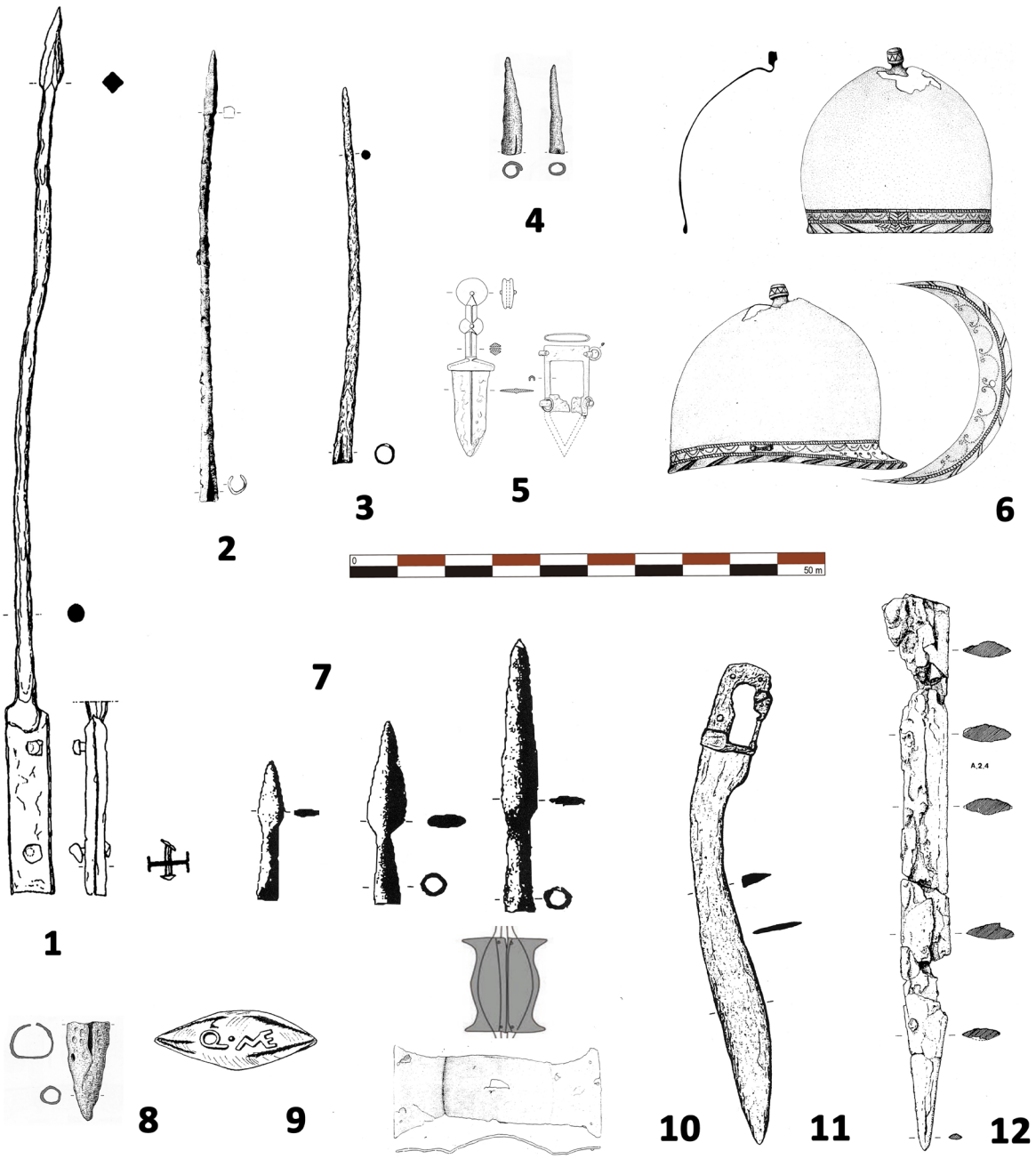


Fig. 5 - Muestra del conjunto de armas de época sertoriana en *Hispania*: n.º 1 - Moharra de *pilum* de placa o lengüeta (Valencia/*Valentia* (Ribera, 1995: fig. 15, n.º 4); n.º 2 - Moharra de *pilum* de cubo con punta piramidal, Valencia/*Valentia* (Ribera, 1995: fig. 15, n.º 3); n.º 3 - Moharra de *pilum* de cubo con punta cónica, La Caridad, Teruel (Vicente, Punter, Ezquerra, 1997: fig. 27); n.º 4 - Moharras cónicas de jabalinas, Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984: Tafel 25, n.º 205 y 206); n.º 5 - Daga doblediscoidal con vaina de cañas, El Molón (Pinta, Rovira, Gómez, 1987-88: fig. 11); n.º 6 - Yelmo Montefortino, Quintana Redonda, Soria (Pascual, 1991); n.º 7 - Moharras de lanza/pica y jabalina, La Caridad, Teruel (Vicente, Punter, Ezquerra, 1997: fig. 28); n.º 8 - Regatón, Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984: Tafel 25, n.º 209); n.º 9 - Proyectil de plomo (*glans*), Castillo de Miramontes, Badajoz (Domergue, 1970 – sin escala); n.º 10 - Umbos de escudo de aletas y bivalvo, Valencia/*Valentia* (Ribera, 1995: fig. 16, n.º 4; reconstrucción García, Quesada, 2014: fig. 1 – sin escala); n.º 11 - Falcata, La Caridad, Teruel (Vicente, Punter, Ezquerra, 1997: fig. 32); n.º 12 - Hoja de espada, Alfaro/*Gracurris*, La Rioja (Iriarte et al., 1997: fig. 15, n.º A.2.4).

La miscelánea armamentística nos muestra la lógica presencia de un básico y abundante cuerpo de infantería compuesto por soldados itálicos junto a una tropa de indígenas hispanos a los cuales es difícil dar asignación étnica categórica, pero que bien podríamos identificar con los celtíberos, lusitanos e íberos que incluso nos transmite Plutarco (*Vit. Sert.* 22) y que eran partidarios de Sertorio, junto también con un reducido número así mismo de caballería nativa. Así mismo una potente unidad de artillería doble en cuanto a máquinas (*tormenta*) lanza-dardos, y sobre todo lanza-piedras de muy diversos calibres, más unidades de apoyo con honderos e ingenios portátiles de menor calibre, accionados aquellos y estos mediante torsión. Se trata sin duda de una base de operaciones a partir de la cual se realizasen acciones de defensa y ataque en un amplio territorio.

Lo que hoy ha llegado hasta nosotros no son otra cosa que los restos del abandono – más o menos – pacífico del lugar, aquello que ya resultaba inservible, pesado de transportar o extraviado. Creemos incluso que lo que fue interpretado por Schulten como ataque y destrucción de fortín a partir del nivel de incendio detectado en el templo (Ulbert, 1984: 204), no pudiera ser otra cosa que la quema y destrucción intencionada del lugar tras el abandono para que no pudiera ser aprovechado por el enemigo.

Agradecimientos

Es indudable que cualquier empresa de las características que hemos expuesto necesariamente es deudora de ayuda, que nos siguen prestando amigos tales como Ángel Morillo Cerdán y Carlos Pires Pereira (Universidades Complutense de Madrid y Lisboa respectivamente), directores del proyecto del reestudio del campamento de Cáceres el Viejo, así como también de José Miguel González Bornay conservador del Museo de Cáceres, por las múltiples facilidades prestadas. No deseo olvidarme tampoco de otros, también amigos, y que juntos formamos algo tan difícil en nuestro país, como es el constituir un colectivo que busca y se entusiasma tan sólo con el conocimiento.

Referencias Bibliográficas

Abásolo Álvarez, J.; González Fernández, M.; Mora Serrano, B. (2008): Recientes investigaciones en el campamento de Cáceres el Viejo, in P. Sanabria (eds.), *Arqueología urbana en Cáceres: Investigaciones e intervenciones recientes en la ciudad de Cáceres y su entorno* (Cáceres, 2006). Cáceres: 115-143.

Blé Gimeno, E. (2012): *Tormenta romana*. Análisis morfológico y funcional de la artillería romana tardorepublicana en el nordeste peninsular. *Gladius* 32: 25-48.

Cuadrado Díaz, E. (1963): Puñales de antenas en territorio ibérico. *Zephyrus* 14: 17-27.

Fernández Ibañez, C. (2003): La alteración del hierro por sales. Ayer y hoy. Problemas y soluciones, in C. Fernández; R. Palacio (eds.), *La conservación del material arqueológico subacuático*. Monte Buciero 9. Santoña: 277-302.

Fernández Ibañez, C. (2015): Las armas del enemigo. *Militaria* romana de metal en la guerra cantábrica de Augusto, in J. Camino Mayor; E. Peralta Labrador; J. Torres Martínez (eds.), *Las Guerras Astur-Cántabras* (Gijón, 2014). Gijón: 323-344.

Fernández Ibañez, C.; Kavanagh de Prado, E.; Vega Avelaira, T. (2012): Sobre el origen de la daga en el ejército de Roma. Apreciaciones desde el modelo bidiscoidal hispano, in C. Fernández Ibañez; R. Bohigas Roldán (eds.), *In Durii regione romanitas. Estudios sobre la presencia romana en el valle del Duero en homenaje a Javier Cortes Álvarez de Miranda*. Palencia-Santander: 201-209.

Fernández Ibañez, C.; Peralta Labrador, E. (2016): Proyectiles incendiarios (*malleoli*) utilizados en el asedio romano al poblado indígena de La Loma (Palencia, España). *Instrumentum* 43: 21-25.

García Jiménez, G. (2006): *Entre iberos y celtas: las espadas de tipo La Tène del noroeste de la península ibérica*. Madrid.

García Jiménez, G. (2012): *El armamento de influencia la Tène en la Península Ibérica (siglos V–I a.C.)*. Monographies Instrumentum 43. Montagnac.

García-Mouriño, J. (1993): Los cascos de tipo Montefortino en la Península Ibérica. Aportación al estudio del armamento de la IIª Edad del Hierro. *Complutum* 4: 95-146.

Iriarte Kortazar, A. (2000): Pseudo-Hebron´s *cheiroballistra* a(nother) reconstruction: I. Thereties. *Journal of Roman Military Equipment Studies* 11: 47-75.

Iriarte Kortazar, A.; Gil Zubillaga, E.; Filloy Nieva, I.; García García, Mª (1997): A votive deposit of republican weapons at *Gracurris* (Alfaro, La Rioja, Spain), in M. Feugère (dir.), *L'equipment militaire et l'armement de la République (IVe-Ier s. avant J.-C.)* (Montpellier, 1996). Journal of Roman Military Equipment Studies 8. Oxford: 233-250.

JIMENO MARTÍNEZ, A.; TORRE ECHÁVARRI, J.; BERZOSA DEL CAMPO, R.; MARTÍNEZ NARANJO, J. (2004): *La necrópolis celtibérica de Numancia*. Memorias 12. Valladolid.

KAVANAGH, E. (2008): El puñal bidiscoidal peninsular: tipología y relación con el puñal militar romano (*pugio*). *Gladius* 28: 5-58.

LUIK, M. (2002): *Die Funde aus den Römischen Lagern um Numantia in Römisch-Germanischen Zentralmuseum*. Kataloge vor- und frühgeschichtlicher Altertümer 31. Mainz-Rhein.

MAZZOLI, M. (2016): Elmi 'Montefortino' nel Mediterraneo occidentale, in R. GRAELLS I FABREGAT; D. MARZOLI (eds.), *Armas de la Hispania prerromana: Actas del encuentro Armamento y guerra en la Península Ibérica prerromana (s. VI-I a.C.): Problemas, objetivos y estrategias*. Mainz: 109-134.

MRÁV, Z. (2014): A Flavian weapon grave of an auxiliary cavalryman from the Dobogó hill, Keszthly/Cserszegtomaj (country Zala): Preliminary Report, in O. HEINRICH; P. STRAUB (eds.), *People, settlement and landscape on lake Balaton over millennia*. Budapest: 101-116.

PASCUAL DÍEZ, A. C. (1991): *Carta arqueológica de Soria. Zona centro*. Soria.

PAULSEN, R. (1930): Die Fundgegenstände aus dem Lager Caceres. *Jahrbuch des Deutschen Archäologischen Institut* 45: 58-87.

PERALTA LABRADOR, E. (2006): El asedio de La Loma. Guerras cántabras en la montaña palentina. *Revista de Arqueología del Siglo XXI* 303: 24-33.

PEREIRA, T. (2016): *O papel do exército no processo de romanização: a Cabeça de Vaimonte (Monforte) como estudo de caso*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/37914?locale=en

PINTA, J. L.; ROVIRA, J.; GÓMEZ, R. (1987-88): Yacimientos arqueológicos de Camporrobles (Plana de Utiel, Valencia) y áreas cercanas: una zona de contacto entre la meseta las áreas costeras. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonenses* 13: 291-332.

POUX, M. (2008): L´empreinte du militaire tardo-républicain dans les faciès mobiliers de La Tène finale, in M. POUX (eds.), *Sur les traces de César: militaria tardo-républicains en contexte gaulois.* Bribacte 14. Glux-en-Glenne: 299-432.

QUESADA SANZ, F. (1997a): *El armamento ibérico: Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura ibérica (siglos VI-I a.C.)*. Monographies Instrumentum 3. 2 vols. Montagnac.

QUESADA SANZ, F. (1997b): Montefortino-type and related helmets in the Iberian Peninsula: a study in archaeological context, in M. FEUGÈRE (dir.), *L'equipment militaire et l'armement de la République (IVe-Ier s. avant J.-C.)* (Montpellier, 1996). Journal of Roman Military Equipment Studies 8. Oxford: 151-166.

QUESADA SANZ, F. (2010): *Armas de la antigua Iberia. De Tartesos a Numancia*. Madrid.

QUESADA SANZ, F.; UROZ RODRÍGUEZ, H. (2020): El armamento de época iberorromana de *Libisosa* (Lezuza, Albacete). Un conjunto excepcional. *Gladius* 40: 19-72.

RIBERA I LACOMBA, A. (1995): La primera evidencia arqueológica de la destrucción de *Valentia* por Pompeyo. *Journal of Roman Archaeology* 8: 19-40.

SÁEZ ABAD, R. (2005): *Artillería y poliorcética en el mundo grecorromano*. Anejos de Gladius 8. Madrid.

SALGADO, J. (2015): *Consolidación y adecuación del yacimiento arqueológico de Cáceres el Viejo (Cáceres). Informe preliminar*. Cáceres (inédito).

SANTOS, N. (1980): Los celtíberos en el ejército romano de época republicana. *Celtiberia* 60: 181-201.

SIEVERS, S. (1997): Armes, in P. ROUILLARD (eds.), *Antiquités de l´Espagne: Dépôt au Musée des Antiquités Nationales de Saint-Germain-en-Laye*. Paris: 58-71.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C.; DUARTE, S.; PEREIRA, T.; SORÍA, V. (2019): Aspectos da presença militar romano-republicana no Castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 22: 79-83.

SCHULTEN, A. (1929): *Die Lager bei Renieblas*. München.

ULBERT, G. (1984): *Cáceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanish-Extremadura*. Madrider Beiträge IX. Mainz-Rhein.

UNZ, CH.; DECHLER-ERB, E. (1997): *Katalog der militaría aus Vindonissa: militärische Funde, Pferdegeschirr und Jochteile bis 1976*. Veröffentlichungen der Gesellschaft Pro Vindonissa 14. Brugg.

VICENTE, J. D.; PUNTER, Mª P; EZQUERRA, B. (1997): La catapulta tardo-republicana y otro equipamiento militar de 'La Caridad' (Caminreal, Teruel), in M. FEUGÈRE (dir.), *L´Équipement militaire et l´armement de la république (IVe-Ier s. Avant J.-C.)* (Montpellier, 1996). Journal of Roman Military Equipment Studies 8. Oxford: 167-199.

VÖLLING, TH. (1990): Funditores im römischen Heer. *Saalburg Jahrbuch* 45: 24-58.

EN BUSCA DEL EJÉRCITO INVISIBLE: RASTREANDO LA PRESENCIA MILITAR TARDORREPUBLICANA EN EL CASTRO DE VILLASVIEJAS DEL TAMUJA[1]

Victorino Mayoral Herrera
Instituto de Arqueología-Mérida (CSIC-Junta de Extremadura)
vmayoral@iam.csic.es
https://orcid.org/0000-0002-1120-299X

Pedro Delgado Molina
Profesional independiente
pedrodelgadomolina@yahoo.es

Carmen Pro Muñoz
Universidad de Extremadura
cpro@unex.es
https://orcid.org/0000-0001-8377-0972

RESUMEN: La dominación Romana del Suroeste de la Península fue un proceso complejo en el que fue preciso combinar el ejercicio de la fuerza y la implantación *ex novo*, con la negociación y el control indirecto. Como resultado, es a menudo difícil rastrear a través del registro material la presencia de los contingentes militares, e incluso deslindar con claridad las identidades de los actores (indígenas autóctonos, poblaciones desplazadas, itálicos, romanos…) que intervienen en dicha transformación. Un ejemplo paradigmático de esta situación lo constituye el caso del castro de Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres), cuya ocupación tardorrepublicana ha suscitado interpretaciones encontradas acerca del papel de una posible presencia militar. En este trabajo se revisan las hipótesis planteadas a la luz de los resultados de una serie de intervenciones recientes. Por un lado, se presentan los resultados de las prospecciones geofísicas desarrolladas en amplias zonas del sitio. Estas han permitido trazar su urbanismo y delimitar varias estructuras cuya funcionalidad y filiación es valorada. Por otro lado, se ofrecen datos de excavación de algunas de estas estructuras, que pueden precisar mejor la secuencia histórica del sitio y su vinculación con la discutida presencia militar.

Palabras clave: Edad del Hierro; Romanización; Guerras sertorianas; Prospección geofísica.

[1] Los trabajos de prospección geofísica en el castro de Villaviejas fueron realizados en el marco del proyecto de investigación "Desarrollo de métodos de mínima invasión para la revalorización socio-cultural de zonas arqueológicas" (IB16150), financiado por la Consejería de Innovación de la Junta de Extremadura. Las excavaciones realizadas han sido posibles gracias al Servicio de Empleo Extremeño (Sexpe) y la Mancomunidad Integral Sierra de Montánchez, a través de la Escuela Profesional "Sierra y Llano".

ABSTRACT: The Roman conquest of the Southwest of the Iberian Peninsula was a complex process that combined violent coercion and ex novo implantations with negotiation and indirect control. As a result, it is often difficult to trace the presence of military contingents through the material record, and even a clear identification of the cultural actors involved in this transformation (local natives, displaced indigenous populations, Italics, Romans…). A paradigmatic study case of this kind of scenario is the hillfort of Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres), whose late-republican occupation has raised conflicting interpretations about the role of a possible military presence. This paper reviews these hypotheses in light of new data as a result of current research in the site. On the one hand, we count now with an extensive exploration of the spatial structure of the hillfort through geophysical survey and remote sensing methods. These have made it possible to trace its urban planning and delimit various structures whose functionality and cultural affiliation is valued. On the other hand, excavation data of some of these structures offers ground truthing of the survey and adds very valuable new data in order to clarify the historical sequence of the site and its link with this hypothetical military presence.

Keywords: Iron Age; Romanization; Sertorian wars; Geophysical survey.

1. INTRODUCCIÓN: EL ESQUIVO RASTRO DE UN PROCESO DE CONQUISTA Y DOMINACIÓN

La identificación arqueológica de la conquista e implantación romana en la Península ha experimentado un gran impulso en los últimos años. Gracias a estos trabajos, cada vez tenemos una imagen más completa y matizada de la materialidad de las formas de ocupación que trajo consigo este largo y complejo proceso. Se han prodigado los trabajos para la caracterización de casos que no se ajustan a las características de los núcleos de hábitat indígenas por lo que respecta a sus pautas de localización, arquitectura y sistemas defensivos (recintos campamentales, *castella*, *turres* y otras fortificaciones...). A esto habría que sumar como un indicador de esta presencia extraña, la recuperación de cantidades destacadas de materiales de importación (cerámicas de barniz negro, vajilla de bronce, ánforas, elementos de adorno personal), y en su caso, la presencia de *militaria* y numerario romano. En líneas generales, las dimensiones y entidad de estos sitios permiten rastrear una serie de transformaciones que nos llevan desde un escenario de conquista, en el cual se construyen *ex novo* recintos de poca durabilidad fruto de las campañas, hacia un modelo más estable que implica una presencia más prolongada de contingentes, orientados al control del territorio, vías de comunicación, rutas comerciales o explotación de recursos críticos etc.

Sin embargo aún existen aspectos que precisan de una mejor definición por su carácter "híbrido" a caballo entre las manifestaciones que hunden su raíz en las sociedades indígenas y aquellas que son nítidamente externas. En un trabajo de referencia (2007) ya el prof. Fabião llamó la atención sobre una serie de enclaves con una clara ocupación previa, que habrían acusado el impacto de la conquista y la implantación. Si por un lado siguen en sus pautas de localización una lógica indígena, en grado variable se recuperan en ellos repertorios materiales de filiación itálica y romana que sugieren, más que la manifestación de un proceso de intercambio, la presencia física de elementos foráneos. Planteaba así este autor la hipótesis de que, a lo largo del proceso de dominación de estos territorios, los contingentes romanos (y otros elementos asociados para la administración y control del territorio) se habrían "empotrado"

en asentamientos de la población local. Estas guarniciones militares insertadas en el entramado de los caseríos de los poblados fortificados serían mucho más difíciles de detectar arqueológicamente frente a otros tipos de asentamientos de nueva planta, constituyendo así un "ejército invisible" cuya evidencia material no ha parado de crecer en los últimos años.

El desvelamiento de este fenómeno ha sido gradual y no sin reticencias, siendo de hecho, a decir de autores como Mataloto, un fenómeno singular de la Península en el contexto de las formas de ocupación de los ejércitos romanos en su conjunto (Mataloto, 2014: 376). Contamos ahora con múltiples ejemplos de ocupaciones de este tipo a lo largo del Suroeste peninsular, desde la fachada atlántica como Chibanes (Soares et al., 2019) hasta la región del Alentejo como Castelo Velho do Degebe, Castelo das Juntas (Albergaria, Melro, Ramos, 2000), Cabeço de Vaiamonte (Fabião, 1996), o Castelo Velho de Safara (Costa, 2010). En el lado español se multiplican también los ejemplos que podrían responder a esta casuística, como Cáceres Viejo (Pereira, 2017), o, como veremos más adelante, el caso de Villasviejas del Tamuja.

La cronología y la entidad de los conjuntos de materiales recuperados en estos sitios sugiere una presencia militar limitada en el tiempo, que se ciñe a contextos históricos específicos. En este sentido la evidencia apunta a una abundancia de casos fechables en una etapa que supuso para el territorio de la Lusitania una especial inestabilidad e intensidad en el movimiento de tropas: las guerras sertorianas. No obstante, es aún necesario calibrar con cuidado las dataciones para evitar que otros escenarios de conflicto de la república tardía pasen desapercibidos, como ocurre con la Guerra Civil entre César y Pompeyo.

Estos enclaves "mixtos" en un momento de intensos cambios nos plantean muchas preguntas. En primer lugar sobre su funcionalidad: ¿podemos hablar de bases de aprovisionamiento, puestos de control de las comunicaciones, centros de apoyo logístico para el movimientos de tropas? ¿hablamos sólo de contingentes militares o también de personal dedicado a servicios administrativos, de mantenimiento, asistencia etc.? Pero también, y quizás de manera más importante, albergamos dudas acerca de las bases sobre las que se asentaría la conformación de estas comunidades ¿fueron fruto únicamente de la coerción de las armas, trajeron consigo una "refundación" de los sitios y una anulación de las comunidades indígenas? ¿o éstas tuvieron un papel relevante dentro de un proceso de negociación?

¿Cómo podemos responder a todos estos interrogantes? El principal problema a la hora de interpretar esta presencia exógena en un contexto aparentemente local es que, aunque contamos con extensos repertorios materiales, la mayoría son fruto de excavaciones antiguas y no tenemos información detallada de los contextos estratigráficos. Tenemos aún menos datos sobre la distribución espacial de estos hallazgos, lo cual nos permitiría definir áreas funcionales e identificar a escala microespacial actividades de producción, consumo etc. Aún menos sabemos de la organización del espacio a la escala intermedia en la que se define el entramado urbanístico y la organización espacial interna de los asentamientos. Se nos escapa esta "anatomía" de los poblados, cuando su caracterización podría resultar clave a la hora de individualizar espacialmente esta presencia militar que atestiguan las piezas.

Bien es cierto que este problema afecta por igual a nuestro conocimiento del conjunto de los poblados fortificados del final de la Edad del Hierro, en general para todo el ámbito de la Lusitania y regiones circundantes. Aunque excede los márgenes de este trabajo, es notoria la escasez de asentamientos en los que ha sido posible obtener una lectura extensiva de su ordenación interna. Excepcional en este sentido es el registro de los grandes poblados del ámbito vettón como El Raso de Candeleda (Fernández Gómez, 2011), Ulaca (Álvarez-Sanchís et al., 2008) o el Cerro de la Mesa (Pereira et al., 2020), o casos como el de Mesas do Castelinho en el actual territorio portugués (Fabião, Guerra, 1994). Así las cosas, resulta complicado entender el papel de estos grandes asentamientos en el proceso de gestación del fenómeno urbano y su consolidación como lugares centrales dentro de una estructuración del territorio.

Si bien hunde sus raíces en la dinámica de las comunidades indígenas, este proceso de cambio no puede entenderse sin el efecto catalizador de la conquista. Sin duda en este sentido los núcleos de implantación militar habrían jugado un papel destacado.

2. VILLASVIEJAS DEL TAMUJA, UN GRAN ENCLAVE EN LA ENCRUCIJADA DE TIEMPOS DE CAMBIO

El asentamiento de Villasviejas del Tamuja, en la localidad cacereña de Botija (fig. 1), viene ocupando desde hace ya años un lugar destacado dentro de este proceloso debate que venimos considerando. El sitio no necesita por tanto una presentación muy extensa, más allá de unas coordenadas básicas. Situado en un meandro del río Tamuja, en plena penillanura trujillano-cacereña, es considerado como uno de los ejemplos más representativos y mejor conocidos del fenómeno de los castros del ámbito cultural vettón en la Alta Extremadura. Las investigaciones sistemáticas en el lugar se remontan a los años 70 del siglo pasado, destacando la labor realizada por el equipo de F. Hernández de la Universidad Complutense de Madrid, tanto en el poblado (Hernández, Sánchez, Rodríguez, 1989) como en las tres necrópolis que se han excavado (Hernández, Martín, 2017) y en la prospección del territorio circundante (Hernández, Martín, Galán, 2009). Esta larga labor ha permitido fijar bien algunos datos básicos de la biografía del asentamiento, como su secuencia temporal, que se extiende entre inicios del siglo IV hasta inicios del siglo I a.C. La entidad y sentido de la ocupación protohistórica inicial del sitio no ha suscitado una especial discusión científica. Se reconoce como un enclave pequeño, de no más de cuatro hectáreas, que albergaría tras sus murallas de pizarra una pequeña comunidad, siguiendo la pauta locacional repetida en muchos otros casos de la región. En un momento avanzado de la vida del castro, ya bajo dominio romano, duplica su extensión, ocupando un nuevo recinto al Sur del original, y dotándose de un sistema defensivo más monumental y complejo, con murallas de aparejo muy regular de granito, bastiones de gran monumentalidad y fosos. Todas estas transformaciones remiten a un nuevo contexto histórico en el que entrarán en juego numerosos elementos para un enconado debate, que conecta con la temática del trabajo que aquí nos ocupa.

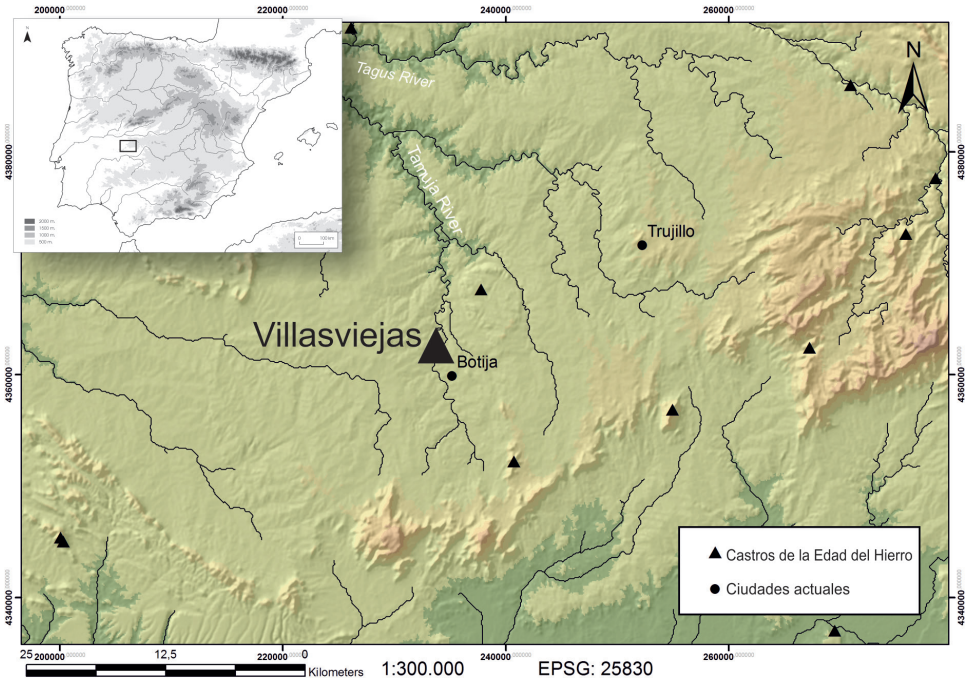


Fig. 1 - Localización del castro de Villasviejas del Tamuja.

Desde los primeros trabajos de excavación se puso de manifiesto la importancia de esta ocupación de la Edad del Hierro Final, o si se quiere, de la etapa romana inicial. Las estructuras de habitación correspondientes a esta fase ocuparían la totalidad de los dos recintos. Los repertorios materiales tanto del hábitat como de los enterramientos (necrópolis de El Romazal I), ofrecían una amplia muestra de producciones que grosso modo nos remiten a una franja temporal entre la segunda mitad del siglo II y las primeras décadas del siglo I a.C. No poco significativo es en este sentido, como veremos, el problema de la identificación con el sitio de Villasviejas de la ceca de *Tamusia* y sus dos emisiones monetales.

Sin embargo, la lectura en términos históricos de todos estos elementos ha dado lugar a interpretaciones fuertemente encontradas, que aquí vamos a exponer de manera muy sucinta como parte de un estado de la cuestión. Por una parte, desde la perspectiva del equipo de la Dra. Hernández se ha puesto fuertemente el acento en la continuidad (Hernández, Martín, Galán, 2009: 110, 125, 130). Con una visión centrada en la evolución interna de una comunidad indígena, los cambios en el registro material son vistos como la expresión de transformaciones sociales que esta experimenta como resultado de nuevas circunstancias históricas. Se rechaza por tanto la idea de un modelo explicativo basado en la sustitución de grupos humanos en virtud de desplazamientos migratorios o movimientos militares. Esta lectura va aparejada a unas similares reticencias a la hora de admitir la mencionada identificación del castro con la ceca de *Tamusia* y a su vinculación con la actividad minera en el entorno, cuya cronología ellos rebajan notablemente y vinculan a una explotación sólo de plomo de época imperial. El papel que juega en este esquema la posible presencia militar romana es muy limitado, admitiéndose como mucho la posibilidad de que el lugar hubiera servido de base ocasional para el asentamiento temporal de tropas. La complejidad y extensión del sitio, así como la monumentalidad de los sistemas defensivos en su fase final, son vistos más en clave de una contraposición indígena a los conquistadores que como una posible manifestación de su presencia dentro del mismo.

Frente a esta valoración de corte indigenista, ya desde los años 80 del pasado siglo se planteó la posibilidad de que Villasviejas hubiera sido un enclave relacionado de manera destacada con la presencia militar romana. En su trabajo sobre el impacto del conflicto sertoriano en la Lusitania, Esteban y Sánchez Abal (1988) consideran la posibilidad de su identificación con *Castra Servilia*, uno de los *castra contributa* relacionados con la posterior fundación de la *Colonia Norba Caesarina*. Esta hipótesis de un acantonamiento estable ligado a las guerras sertorianas ha sido retomada más recientemente (González, Heras, 2010; Heras, 2018). La crítica a la visión continuista de los excavadores del sitio da paso de forma pendular a un planteamiento que, por el contrario, enfatiza la ruptura radical que suponen las últimas fases de la vida del castro. Se llega a plantear una "refundación", si bien no se sostiene de manera categórica la existencia de una base militar permanente (Heras, 2018: 890-891). Pesarían en este sentido las evidencias de refacción y amortización del sistema defensivo, o la fuerte representación del armamento en los ajuares del Romazal I, formando un tipo de panoplia compatible con la presencia de "soldados que irrumpen y se yuxtaponen a una jerarquía preestablecida" (Heras, 2018: 165). Esta reivindicación del componente militar en Villasviejas está ligada a un fuerte convencimiento de que el apogeo de esta ocupación estaría relacionado con el control y explotación de la minería.

Como es bien sabido, otro elemento cultural externo que habría caracterizado a esta etapa final de Villasviejas es el de origen celtibérico. Se pone de manifiesto en el registro funerario, pero de modo aún más determinante a través de la ya mencionada ceca de *Tamusia*, que, si por un lado no ofrece paralelos en su ámbito regional, muestra estrechas conexiones con otras cecas del área oriental de la Meseta. En su momento Burillo (1998: 308-312) vinculó estos elementos (no sólo en Villasviejas, sino en otros enclaves del Sur y Suroeste peninsular) a una verdadera migración vinculada a la explotación minera. Por contra, Pina Polo ha relacionado este desplazamiento más a la acción transformadora de la injerencia romana

que a una actividad económica, planteando la posibilidad de la deportación de toda una comunidad procedente de *Segeda* (2004: 239-246). De un modo más genérico, no resulta descabellada la idea de una intensa movilidad relacionada con esta etapa de fuerte inestabilidad, posiblemente como expresión de la participación de contingentes indígenas como auxiliares.

En resumidas cuentas, todos estos elementos entremezclados nos dibujan un complejo crisol que no admite explicaciones sencillas, polarizadas en uno u otro elemento. De otro modo corremos el riesgo de terminar atrapados en una discusión centrada en rastrear la filiación cultural de los mismos, asumiendo con ello de manera implícita un modelo explicativo del cambio focalizado en la sustitución de unas poblaciones por otras. Si es por un lado evidente que la materialidad de esta etapa muestra huellas de identidades foráneas, no podemos asumir sin más que hayan actuado como un rodillo sobre una comunidad local que llevaba más de tres siglos habitando y estructurando el territorio. Nos parece por tanto acertado hablar de cambio social y acercarnos a estos contactos como un fenómeno de negociación y transformación dialéctica entre unos y otros.

3. NUEVOS MATERIALES Y NUEVOS MÉTODOS PARA REVITALIZAR UN VIEJO DEBATE

Más allá de las posturas encontradas que acabamos de sintetizar, existe común acuerdo entre los diferentes autores acerca de una cosa: en tanto en cuanto no se aporten más elementos para la discusión a partir de nuevos trabajos en el sitio, muchas de las hipótesis formuladas no podrán ser contrastadas. A este respecto la base empírica sobre la que se ha venido trabajando en los últimos años (en especial por lo que respecta a los espacios de hábitat) ha sido esencialmente la misma de la que se disponía desde la finalización de las excavaciones en los años 90 del pasado siglo. Tras un largo paréntesis (hecha la salvedad de algunas intervenciones aún inéditas con motivo de la puesta en marcha de un plan director para el yacimiento), a partir del año 2017 una serie de intervenciones y estudios han venido a renovar este panorama gracias a dos iniciativas destacadas.

La primera de ellas es un proyecto de investigación de tres años de duración desarrollado conjuntamente por el Instituto de Arqueología – Mérida, la Universidad de Extremadura y el Centro de Investigaciones Científicas y Técnicas de Extremadura. El objetivo principal del mismo es explorar nuevas vías para mejorar el conocimiento de estos grandes núcleos fortificados de la protohistoria, a la par que se generan medios para su revalorización como un recurso turístico y cultural. Frente a un modelo basado en la excavación de pequeñas áreas, nuestro puntal metodológico ha sido un trabajo integrado de una amplia batería de sistemas de registro no invasivo. Se han empleado por un lado varios métodos geofísicos, destacando la prospección geomagnética y con georradar de amplias zonas (vd. Mayoral et al., 2019 para una exposición detallada). Al mismo tiempo se ha trabajado con métodos de teledetección a partir de imágenes aéreas con múltiples sensores: visible, infrarrojo térmico, multiespectral y lidar (vd. una exposición de lo hecho con los tres primeros en Salgado et al., 2020).

El resultado a día de hoy ha sido una radiografía extensiva del yacimiento, que si bien no siempre proporciona el detalle necesario para delinear la planta individualizada de edificios (aunque a veces sí, como veremos), nos aporta una imagen global del entramado urbano. Esto permite responder a importantes interrogantes sobre la fisonomía del poblado, y supone un gran salto cualitativo frente a la "ceguera" que al respecto suponía un conocimiento de poco más del 1% de todo el interior de los recintos amurallados. Este proyecto sigue activo y ha ido engarzando con otras iniciativas de ámbito municipal y comarcal.

La segunda iniciativa destacable para la renovación del estado de la cuestión sobre el sitio ha sido la reactivación de las excavaciones arqueológicas. Estos nuevos trabajos se desarrollaron a lo largo

del año 2019, gracias a la puesta en marcha, a instancias del Servicio de Empleo Extremeño (Sexpe) y la Mancomunidad Integral Sierra de Montánchez, de la Escuela Profesional "Sierra y Llano" para la formación de auxiliares de arqueología. Las escuelas profesionales persiguen la integración en el mercado laboral de personas mediante la especialización laboral en actividades vinculadas al estudio, cuidado y mantenimiento del patrimonio presente en la zona. Con este objetivo, se ha desarrollado la intervención arqueológica en el ámbito de la muralla. La intervención realizada en Villasviejas tuvo un carácter integral, ya que ha cubierto todo el proceso, desde la excavación y documentación hasta la consolidación e integración de los nuevos hallazgos en el circuito visitable del yacimiento. Así, además de los alumnos, han participado en todo el proceso un equipo de arqueólogos, topógrafos, dibujantes y restauradores.

En cuanto al sector del yacimiento en el que se desarrollaron los trabajos, se plantearon dos zonas de excavación a lo largo del perímetro amurallado del recinto B. El primero se concibió como una ampliación de las catas practicadas por el equipo de F. Hernández en el año 1968. La segunda zona de trabajo se abrió en la esquina NO del recinto, donde los trabajos previos de prospección geofísica planteaban la posibilidad de que existiera un gran baluarte flanqueando una de las entradas del recinto.

Queremos destacar que tanto el proyecto de investigación como la actividad de la Escuela Profesional se han desarrollado de una manera colaborativa y perfectamente coordinada, obteniendo de ello un mutuo beneficio. El primero ha visto así posible el contraste directo de los diagnósticos formulados a través de la prospección geofísica. La segunda ha contado con el apoyo logístico y algunos recursos para la documentación de los hallazgos, además de la participación de los investigadores en las actividades docentes.

4. LOS RESULTADOS

4.1. ANATOMÍA DE UN YACIMIENTO: LOS DATOS DE LA PROSPECCIÓN GEOFÍSICA

La superficie prospectada hasta la fecha permite una caracterización global de la organización interna de los dos recintos de castro. En términos generales llama la atención la gran regularidad que caracteriza a todo el conjunto, destacando las dimensiones y trazado rectilíneo de las arterias principales de la red viaria. En otro trabajo (Mayoral et al., 2019: 316) hemos propuesto que no obstante dentro del recinto A, supuesto núcleo original del asentamiento en el siglo IV, se apreciaba una adaptación más orgánica a la topografía y un urbanismo más irregular. Esta imagen de continuidad en la organización espacial se vería reforzada por las evidencias en las zonas excavadas de un mantenimiento de la misma orientación en las estructuras que se superponen. Por contra, la estructuración interna del recinto B nos muestra dos elementos que lo diferencian claramente del anterior. El primero es la existencia de un amplio espacio sin edificar (fig. 2), que se extiende por toda la mitad Norte del perímetro. El segundo es la presencia de una serie de edificaciones que han podido ser claramente individualizadas y que destacan por su planificación y trazado regular. En su planta ofrecen muy pocas semejanzas con la arquitectura doméstica de tradición local, y sí en cambio con modelos foráneos que sugieren una funcionalidad especializada.

El primero de ellos (edificio A, fig. 3) se define como un bloque cuadrangular, salvo en su lateral Oeste, con unas dimensiones totales de 22,5 x 23 m y una orientación N-S. Gracias a la fusión de datos aportados por varios métodos geofísicos (magnética, tomografía y georradar) conocemos detalles sobre su organización interna. Identificamos así un pasillo o espacio distribuidor central de 15 x 6 m rodeado por tres lados de una serie de estancias alargadas en batería de entre 3,7 y 4 m de anchura y de 7,5 a 9 m de longitud. Algunas no obstante muestran subdivisiones en espacios cuadrangulares de menores dimensiones. Por el Sur el citado pasillo limita con el muro de cierre del conjunto, que a juzgar por los datos de magnetometría estaría formado por una estructura masiva que se engrosa hacia la mitad. Esto sugiere la existencia de una plataforma, quizás una base para el acceso a una planta superior. Finalmente,

los datos de la tomografía indican claramente que este espacio distribuidor tiene una notable potencia estratigráfica, detectándose una anomalía de baja resistividad que podría indicar la presencia de una cava o nivel subterráneo. Hay que apuntar al respecto que esta edificación se localiza en la vertiente N del recinto amurallado, en un espacio con un importante desnivel. Estructuralmente lo más probable es que este conjunto, como el resto de las edificaciones del castro, fuera levantado con zócalos de pizarra y alzados de tierra. Los valores de la magnetometría y resistividad son altamente coincidentes con los de otras muchas construcciones detectadas. Cabe apuntar en todo caso respecto a la cubierta, que en este mismo sector durante las prospecciones se recuperaron varios fragmentos de material latericio, incluyendo algunas pestañas de *tegulae*.

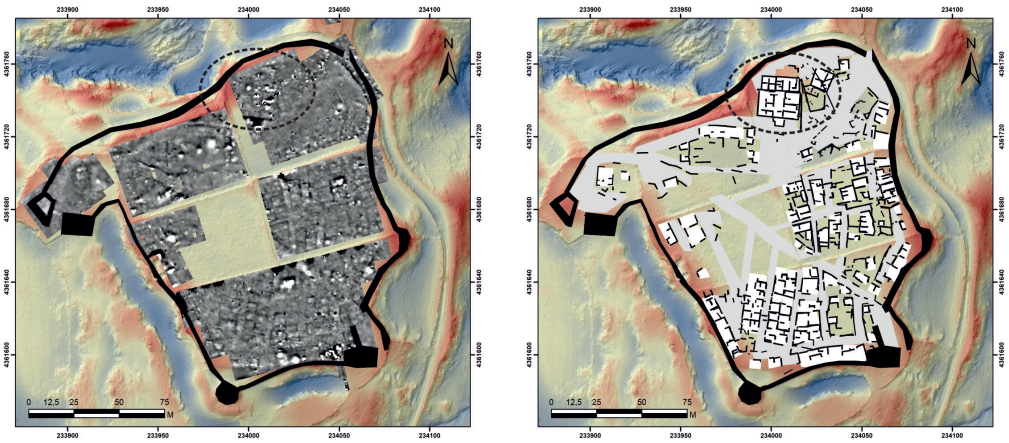


Fig. 2 - Resultados e interpretación de la prospección geofísica del recinto B de Villasviejas del Tamuja. Resaltado con un círculo la ubicación del edificio A.

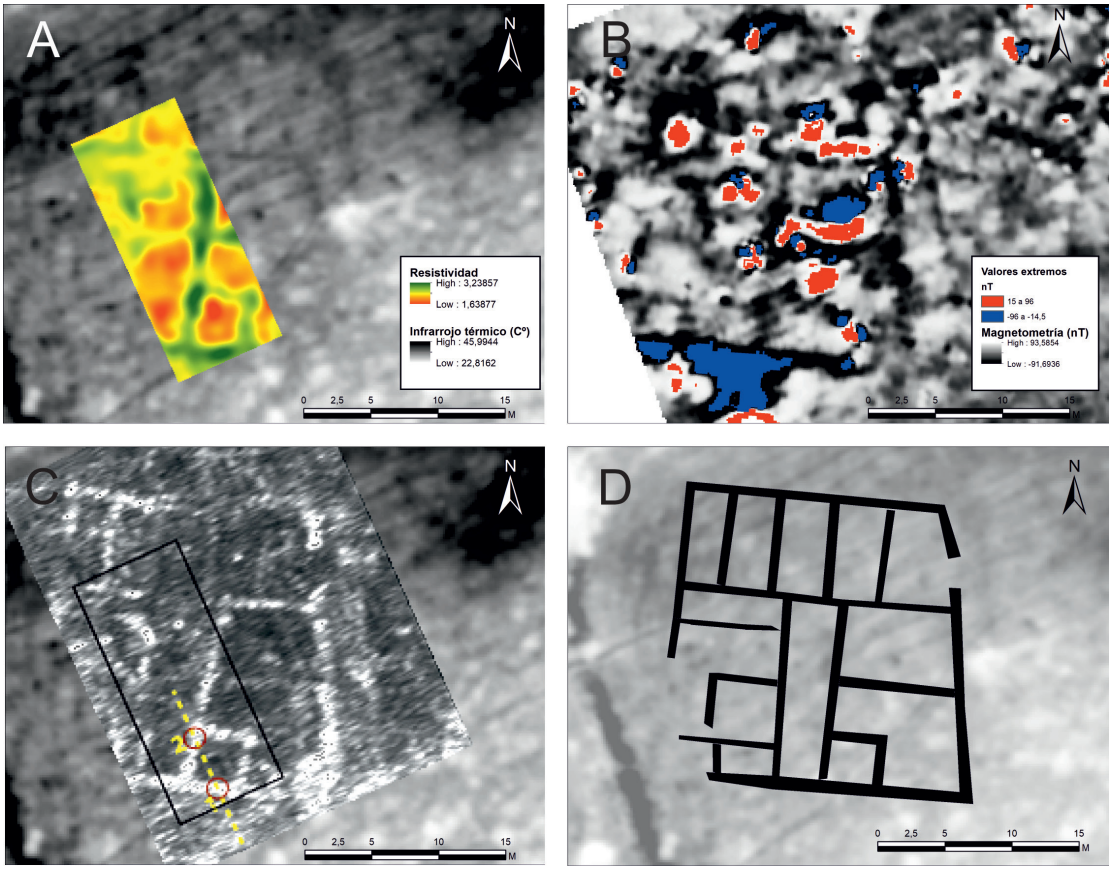


Fig. 3 - Desvelamiento de la estructura de "Edificio A": A - Infrarrojo térmico y resistividad; B - Magnetometría; C – Georradar; D - Propuesta de interpretación.

El segundo edificio, o mejor dicho conjunto de ellos, se localiza en el ángulo SO del recinto (B, C y D, fig. 4). Los dos primeros se conforman como sendos volúmenes rectangulares de entre 9 y 11 m de anchura, con la misma orientación que el ya descrito edificio A y rodeados por calles por sus lados E, O y S. La longitud total es desconocida al prolongarse hacia el N metiéndose por debajo de un cercado que delimita la parcela agrícola actual. Internamente ambos bloques se dividen en una serie de estancias cuadrangulares colocadas en batería con unas dimensiones muy regulares, de entre 4,5 y 5,8 m de lado. Por su parte, el edificio D toca en su extremo Sur con el C formando un ángulo cerrado que delimita un pequeño espacio abierto de forma rectangular. Ofrece hacia el interior del recinto una fachada rectilínea, adosándose a la cara interna de la muralla. En este caso los compartimentos internos que se identifican (al menos 5) son también regulares, pero con unas dimensiones algo mayores (7, 6, 7, 6,1 y 5,3 m). También este módulo se mete por debajo de la linde de la parcela, pero parece tener su continuidad al otro lado, conectando con la serie de estancias excavadas en 2019 y cuyos resultados se muestran a continuación.

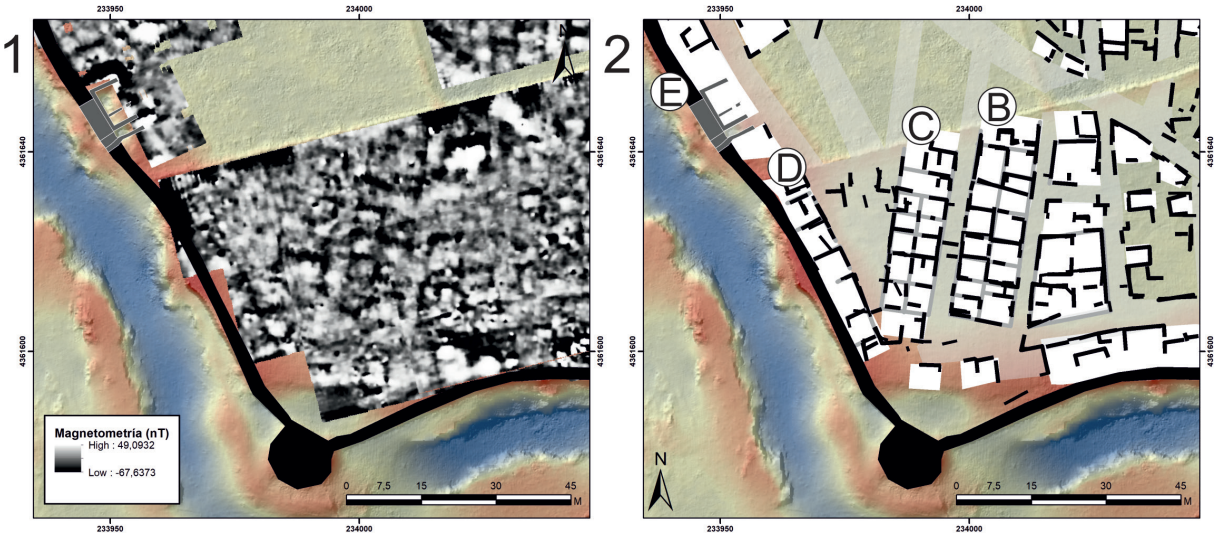


Fig. 4 - Desvelamiento de la estructura de los edificios B-C-D y relación espacial con la zona excavada (E). 1 - Resultado de la prospección geomagnética; 2 - Interpretación.

4.2. LAS EXCAVACIONES EN LA MURALLA Y EDIFICACIONES ANEXAS

Como ya se ha indicado, el propósito fundamental de la excavación del sector N desarrollada por la Escuela Profesional era recuperar y musealizar los restos de un conjunto de estancias adosadas a la muralla del recinto B y exhumadas en el año 1968. Considerando la estructura urbanística de dicho recinto a la luz de los estudios no invasivos, constatamos que dichos departamentos respetan la regularidad y la alineación mostrada por el edificio D, ya descrito, del que no distan más de 20 m. Es pues posible que este complejo estuviera directamente vinculado a un conjunto más amplio de dependencias colocadas en batería a lo largo de la cara interna de la muralla.

Por lo que respecta a la secuencia ocupacional en este sector, comenzaría en la construcción de la muralla (A1). Hemos podido refrendar lo ya conocido acerca de la estructura: aparejo de granito (sillarejo), bien trabajado, que se presenta trabado con tierra; núcleo conformado por bolos de granito y tierra con restos de pizarra machacada. Su perfil es ataludado, y se aprecia un modo constructivo por tongadas en la elevación de los alzados.

En nuestra intervención hemos podido detectar una anomalía en la estructura que consiste en que el extremo sur del tramo excavado se presenta rematado, mostrando un acabado listo para ser

visto. Entendemos que la presencia de esta discontinuidad en este punto del desarrollo de la muralla puede responder a dos posibilidades. La primera es que estemos ante un plan constructivo que prevé la ejecución de la muralla como un conjunto de casetones que se van articulando, trabando entre sí, de ahí el acabado que documentamos en este punto. Entendemos que esta concepción del parapeto defensivo requiere de la presencia de elementos arquitectónicos que permitan unir esos tramos fabricados de manera independiente. Sin embargo no hemos podido documentar la presencia de enjarjes que realizasen esa función. Constructivamente, entendemos que también carece de base, ya que no aportaría solidez a la estructura resultante, sino más bien todo lo contrario. La segunda posibilidad es que estemos ante un pequeño vano o poterna, interpretándose la anomalía referida como el lateral norte de la misma.



Fig. 5 - Aspectos de la excavación desarrollada en 2019 en el sector occidental del recinto B.

Teniendo en cuenta todo lo expresado y la fisonomía que conserva la cerca defensiva en este punto, entendemos que es más plausible esta segunda lectura. Las reformas posteriores "fosilizan" la presencia de una apertura de aproximadamente 1,5 m de ancho que hace permeable en este punto a la cerca.

Tras el establecimiento del parapeto defensivo y con un proyecto constructivo diferente, a tenor de las relaciones físicas establecidas, documentamos un momento de reforma del extremo sur de la estructura. Este momento es identificado como A2, e identifica la restitución de la muralla para cegar la poterna. Su restitución no parece que fuera integral, sino que se hizo hasta una cota determinada, coincidente con la de la posterior ocupación identificada como A12.

Una vez establecido el recinto murado, la secuencia cronológica nos sitúa en la construcción del Edificio I, que identificamos como A4. Se trataría del edificio documentado ya en la campaña de 1968. En aquel momento se le otorgó un uso doméstico, apoyándose sus excavadores en paralelos identificados por J. Maluquer en sus trabajos de 1959 en el castro de Las Merchanas. El edificio se ordena en dos estancias, comunicadas entre sí por un vano, situado en el vértice SE de la Hab. C.

Si bien nos falta el cierre del conjunto por el lado nororiental, podemos decir a tenor de los resultados de la geofísica que éste queda a pocos centímetros del límite de la zona excavada. La magnetometría dibuja con claridad la forma de este bloque de entre siete y ocho metros de anchura, construido a lo largo de la cara interna de la muralla, y que daría a una calle rectilínea que recorre todo el costado suroccidental del recinto B, la misma que delimita el edificio D.

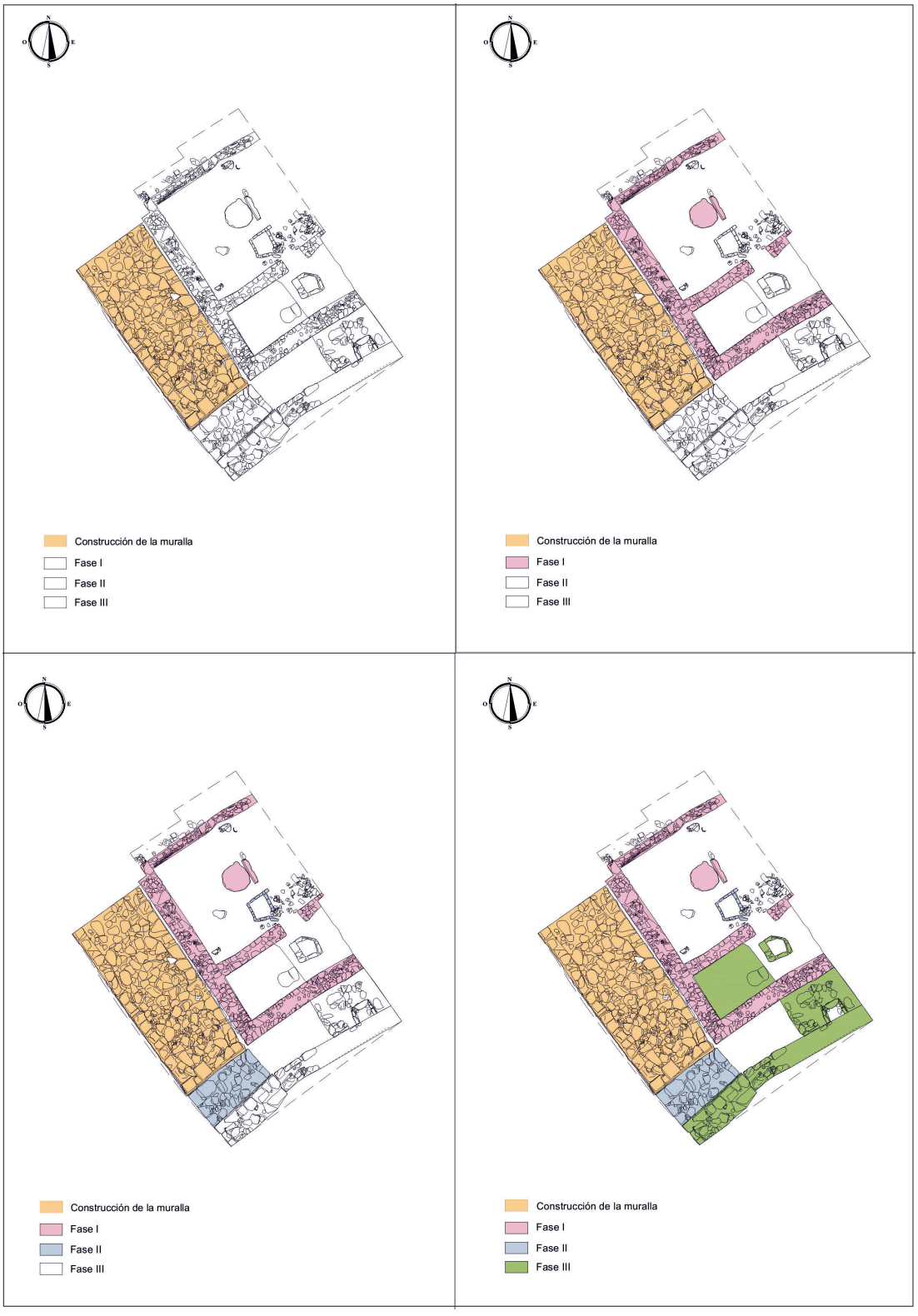


Fig. 6 - Secuencia ocupacional del sector excavado en el recinto B en 2019.

Volviendo al espacio excavado, las estancias presentan dimensiones no muy diferentes, que parecen presentar soluciones comunes en cuanto a acabado y materiales empleados. Se ha documentado la presencia de enlucidos de barro que regularizaron el interior. Como decíamos. el conjunto se presenta adosado a la muralla y, a juzgar por las particularidades de esta relación, lo estuvo desde fechas muy tempranas del establecimiento del Recinto B. Los interiores aparecen pavimentados con sencillos suelos de tierra batida. En el espacio central se emplazaba un hogar rectangular de 1 x 1 m construido con una capa de arcilla y dos bloques de granito en dos de las esquinas como soportes auxiliares.

Por lo que respecta a los materiales de esta fase, cabe destacar en primer lugar su abundancia y variedad, fruto de un abandono repentino en el que se produciría un incendio. Este conjunto cerrado es de gran valor para la definición cronológica y funcional de estas estancias adosadas a la muralla. Su estudio detallado se encuentra en proceso, aunque queremos avanzar aquí de manera preliminar una valoración general.

Se documenta en primer lugar un repertorio cerámico con gran protagonismo de los contenedores de almacenaje. Son principalmente *dolia* y grandes vasos cerrados de tradición indígena, pero también ánforas itálicas tipo Dressel 1. No se recuperó ninguna pieza de barniz negro, pero sí abundantes recipientes de imitación de formas itálicas, tanto en el repertorio de cerámicas de cocina (morteros, ollas), como en el de mesa (botellas, cuencos, platos, una lucerna), con producciones de pastas toscas y también comunes con alisados cuidados y decoraciones geométricas en rojo vinoso y estampillados. Se recuperó asimismo un lote de 11 fusayolas, la mayoría de ellas con decoración estampillada. El conjunto también destaca por la abundancia y diversidad de elementos metálicos, tanto de hierro (destacando una punta de lanza), como de plomo (dos proyectiles de honda, tres ponderales) y bronce (anillos, seis fíbulas y otras piezas indeterminadas). La tipología de estas últimas define un arco temporal que será preciso afinar en el futuro. De manera preliminar podemos decir que encontramos ejemplares de fíbulas tipo La Téne II (tipo 8B de Argente) presentes en las propias necrópolis del yacimiento (Hernández, Martín, 2017: 238, fig. 167) (fig. 7, n.º 1 y 2). Estas piezas son comunes en contextos indígenas de época tardorrepublicana del valle del Tajo, empezando por los propios castros de la provincia de Cáceres como el Castillejo del Casar de Cáceres, o en las Necrópolis del Castillejo de Valdecañas y La Coraja, (Martín, 1999: 223). También ocurre así en contextos de hábitat de la segunda mitad del II a.C. al Sur del Guadiana (Berrocal, 1992: 137-138). Contamos además con al menos dos ejemplares de fíbula tipo La Tene III (tipo I de Mariné) (fig. 7, n.º 3). Esta autora las considera propias de un momento de contacto entre el mundo indígena y romano, entre finales del siglo II e inicios del I a.C. Este contexto de transición hace de hecho que algunas de estas piezas se unifiquen con el tipo Nauheim. Su dispersión se centra en el Sur de la Meseta y parte del Alentejo, con ejemplares en Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984: taf. 8, n.º 29). Es igualmente un tipo documentado en otros contextos republicanos para los que se ha defendido un carácter militar como Cabeça de Vaiamonte (Ponte, 1986: 54; Pereira, 2018: fig. 91 n.º 11-13), Lomba do Canho (Nunes, Fabião, Guerra, 1988: fig. 11), o Chibanes (Soares et al., 2019: 90, fig. 10). Finalmente, contamos con un ejemplar de fíbula en Omega variante 21.2.b1 de Mariné (2001: 258-274) (fig.7, n.º 6). Como es bien conocido este tipo presenta una amplísima perduración cronológica, si bien contamos con ejemplares fechados a inicios del siglo I a.C., como (una vez más) Cáceres el Viejo, y con paralelos en la propia necrópolis de El Romazal (Hernández, Martín, 2017: 238, fig. 167). Otro elemento con valor diagnóstico de este conjunto es un ejemplar completo de lucerna tipo Ricci G. De nuevo el paralelo más inmediato que encontramos es el del campamento de Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984: taf. 41, n.º 476-479) y, al igual que las fíbulas tipo Nauheim, también aparece en el nivel de destrucción de *Valentia* fechado en el 75 a.C. (Ribera, Marín, 2004-2005: 274). Otros contextos de cronología similar en los que

se documenta este tipo de lucerna son los niveles de destrucción del poblado sevillano de Alhonoz, o la fase final de Cerro Macareno fechada entre el año 100 e inicios del siglo I a.C. (García, 1991: 219). Aunque aún nos falta un examen a fondo, otro elemento que sin duda va a acotar este gradiente temporal será la identificación de las series de dos ases de Cástulo recuperada en el mismo contexto.

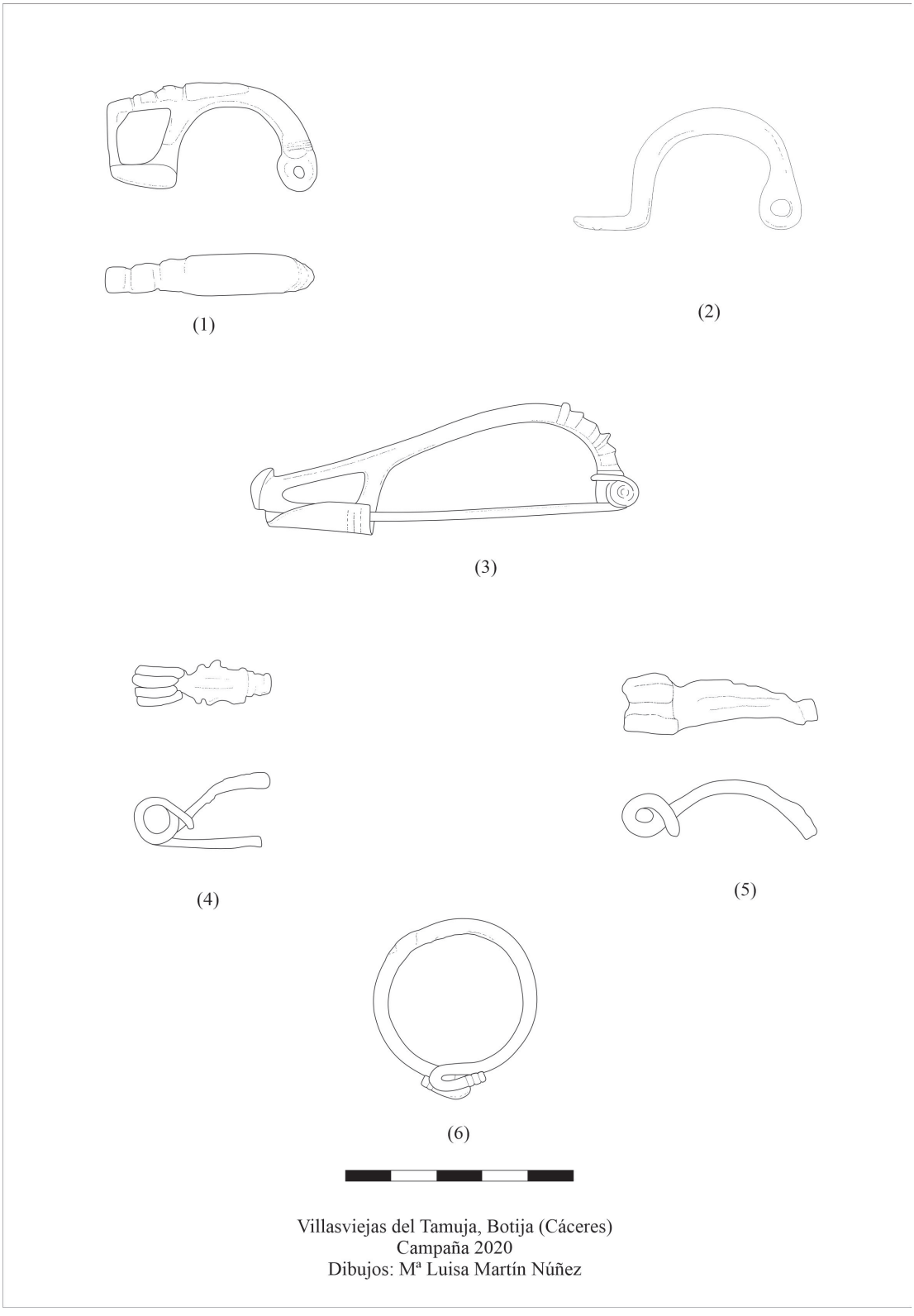


Fig. 7 - Selección de piezas recuperadas en el nivel de ocupación del espacio C.

Este nivel de incendio y colapso es amortizado por las estructuras que integran A6. Este momento se define por la reocupación de la Hab. C tras un abandono rápido como nos muestran los materiales recuperados *in situ*. En este momento se dota de nuevos enlucidos de barro a los muros, y se instala junto al acceso a la habitación contigua una estructura cuadrangular de unos 86 cm de lado realizada en adobe. De manera preliminar la interpretamos como un troje o compartimento destinado al almacenamiento de grano. Este uso resultaría coherente con la dedicación de este espacio al almacenaje tal y como lo habíamos caracterizado en la fase anterior.

La siguiente fase detectada se corresponde con la última ocupación de las estructuras, documentando una serie de actividades cuyo origen y funcionamiento parecen sincrónicos. Este momento pivota en torno a la reforma del parapeto defensivo y el apoyo en la misma de nuevas estructuras habitacionales. Esta refacción de la muralla identificada como A3 se diferencia claramente de las fábricas anteriores tanto en la forma como en el trabajo y el tamaño del aparejo empleado. Las relaciones físicas nos hablan de una clara diacronía con respecto de A2.

Será la instalación de las estructuras de A3 las que propician la "fosilización" del vano original, aunque en una cota superior y sin facilitar el paso al interior del recinto. Esta limitación es la que nos lleva a pensar en otras funciones para la plataforma que se genera, tal vez para dar soporte a un emplazamiento de artillería de torsión frente a un posible asedio. Queda amortizada por la instalación A8, edificio anejo al anterior por su flanco Sur, el cual difiere de éste en su modo constructivo, combinando mampostería de pizarra con sillarejos de granito. A pesar de esta diferencia constructiva, encontramos elementos que nos indican un funcionamiento coetáneo de ambos edificios, como es el estrato de nivelación empleado para lograr la cota necesaria para hacer funcional el espacio situado entre ambos edificios y ponerla en relación con la restitución de la muralla.

A juzgar por el modo constructivo y el aparejo elegido, los movimientos de tierra asociados y las reformas de estructuras públicas vinculadas a su construcción, podemos inferir que esta nueva unidad edilicia habría tenido un papel relevante dentro del entramado urbano del Recinto B. Sin embargo, la envergadura de la construcción contrasta con la sencillez de los elementos exhumados en el interior de la estancia, que indican una modesta actividad doméstica conformada por pavimentos de tierra con losas de pizarra y hogares construidos con el mismo material (A12). Es difícil precisar la cronología de este nivel de uso, que ya amortiza la cresta de arrasamiento de la muralla, dada la gran escasez de materiales asociados. No hay en todo caso ningún elemento, por ejemplo, *terra sigillata*, que lleve a rebajar las fechas más allá del cambio de Era. Las relaciones estratigráficas son en todo caso claras, ya que sitúan su construcción en un momento coetáneo a la reforma de la muralla identificada como A3, lo que permite establecer que sería la actividad más reciente identificada antes del abandono definitivo y la construcción del cercado de piedra de la parcela agrícola.

5. DISCUSIÓN: REVISITANDO LA HIPÓTESIS DE VILLASVIEJAS COMO ENCLAVE MILITAR Y ESTRATÉGICO A INICIOS DEL SIGLO I A.C.

Los resultados aportados en este trabajo permiten plantear la confirmación arqueológica de que en las primeras décadas del siglo I a.C. en Villasviejas coexistió un hábitat indígena con una guarnición militar dotada de las infraestructuras necesarias para el alojamiento de la tropa y el almacenaje. Las evidencias más tangibles de esto se concentran en el recinto B, que ya era considerado como el emplazamiento más probable de un hipotético acantonamiento. Reforzó siempre esta creencia la notable diferencia de las características topográficas respecto al recinto A. Si este último responde a una localización muy poco destacada en el paisaje, el primero se sitúa en un punto más destacado. La cota más

alta corresponde al bastión de la esquina Suroeste del recinto, denominado en la toponimia local como "el castillo", a escasos metros de los edificios B, C y D antes descritos. Es el único punto del castro desde donde puede visualizarse el entorno a larga distancia, y de hecho permite controlar el interior de buena parte del recinto A. Esta notable ventaja estratégica ya sugirió una relación de dominio o control de uno respecto al otro (Cazorla et al., 2008: 11). A ello hay que añadir las notables diferencias del sistema defensivo, y las apreciaciones cronológicas que se derivan de las catas practicadas por el equipo de la Dra. Hernández. A todo esto habría que sumar ahora el carácter diferenciado de su urbanismo, revelado por la geofísica, junto con la tipología de las plantas identificadas. Todas ellas destacan de entrada por una regularidad que indica a las claras su diseño planificado y su función especializada. Se diferencian nítidamente de la organización espacial de los conjuntos indígenas de carácter doméstico. Estimamos además que hay una serie de analogías significativas con diversas construcciones de cronología tardorrepublicana, que valoramos a continuación.

Por lo que respecta al edificio A (fig. 8), encontramos paralelos de interés a partir de la revisión realizada por Moret (1999: 59-65) de los modelos arquitectónicos para las casas fuertes de la Bética y Lusitania (podemos destacar en este sentido ejemplos no muy lejanos geográficamente, como los de los *castella* del bajo Alentejo estudiados por M. Maia (1986, 1988). El estudio de Moret rastrea fuera de la Península el esquema de simetría axial que caracteriza a estos edificios, estableciendo dos arquetipos de referencia. El primero es el de las casas de campo de planta tripartita organizadas simétricamente en torno a un corredor, un tipo de arquitectura rural que se documenta en Italia a partir del siglo II a.C. El segundo modelo es el de las estructuras de almacenaje de planta igualmente tripartita, presentes en el ámbito helenístico, y que habría sido adoptado por Roma en este mismo período. Ambas influencias estarían detrás de la adopción de un tipo de planta estandarizada, sin antecedentes en la arquitectura local, y que se asocia a contextos de la presencia romana temprana en la Península. El esquema de estancias alargadas en batería destinadas al almacenaje se rastrea también en una serie de edificios públicos de entre finales del II y la primera mitad del I ac. como el *horreum* del foro de *Valentia* (Ribera, 2011), o los posibles casos de Botorrita, Osca y Baetulo. Con una planta menos regular, pero en la misma línea de espacios especializados para el almacenaje, cabe citar el caso del edificio tardorrepublicano excavado en el Cerro de la Atalaya (La Higuera, Jaén) (Barba, Fernández, Torres, 2016). En consecuencia, planteamos aquí la hipótesis de que nuestro edificio A es una estructura destinada al almacenaje cuya planificación sigue los citados modelos de raigambre helenística/itálica.

En cuanto a los edificios B, C y D, los paralelos nos remiten de nuevo a una arquitectura foránea asociada a contextos militares (fig. 9). Llamamos la atención en este sentido sobre algunas de las estructuras excavadas por Schulten en los campamentos del entorno de Numancia. A través del amplio espectro cronológico (desde mediados del siglo II hasta la época sertoriana) y funcional (identificación de las diferentes unidades y cuerpos que conformaban las legiones) se reconoce de manera repetitiva la estructura de pequeñas estancias en batería con unas dimensiones medias de 3-4 m de lado interpretadas como *contubernia*. Esta sería la unidad básica de alojamiento de la tropa que daría cobijo a los *contubernia*, grupos de 6-8 hombres, 3 en el caso de unidades de caballería. Cada bloque de barracones fosilizaría la estructura definida por el modelo teórico polibiano de filas de tiendas, una por centuria, conformando cada dos un manípulo. Dobson (2008: 85) defiende que esta reconstrucción teórica se reconocería arqueológicamente en las plantas de los campamentos excavados por Schulten. Por lo que respecta a nuestras estructuras, se hace patente la gran similitud de la disposición en batería de departamentos cuadrangulares con algunos de estos complejos numantinos, si bien las dimensiones medias de los teóricos *contubernia* son algo mayores. Como ejemplos más destacables

podemos citar Renieblas III E-8, (Dobson, 2008: 142-144, fig. 54, 56 y 69, G-H, fig. 171), Renieblas V (Dobson, 2008: 214, fig. 103), Castillejo (Dobson, 2008: fig. 161) Saledilla (fig. 206), Peña Redonda y Molino. En este último caso llama la atención la relación entre los bloques de barracones formando un espacio triangular, similar al que se forma entre nuestros edificios C y D.

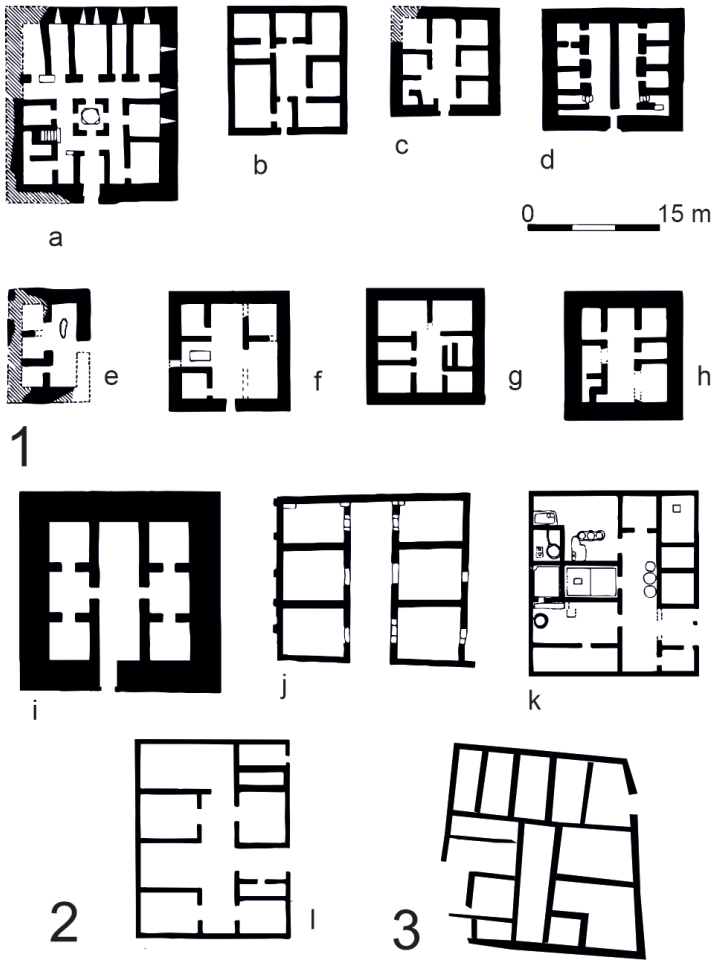


Fig. 8 - Estructuras con simetría axial y planta tripartita recogidas por Moret (1999: fig. 45 y 46).
1 - Casas fuertes de la Lusitania y la Bética: a) - Castelo da Lousa, Mourão (Wahl, 1986); b) - La Sevillana, Esparragosa de Lares (Aguilar, Guichard, 1993); c) - Castelinho dos Mouros, Castro Verde (Maia, 1986); d) - El Tesorillo, Teba (Serrano, Atencia, Luque, 1985); e) - Cerro del Espino, Torre del Campo (Choclán, 1990); f) - Castelo da Chaminé, Castro Verde (Maia, 1986); g) - Castelo dos Namorados, Castro Verde (Maia, 1986); h) - Castelo do Manuel Galo, Mértola (Maia, 1986).
2 - Paralelismos itálicos y helenísticos: i) - «Nekromanteion» de Ephyra, edificio central (Dakarēs, 1970); j) - *horreum* de Ostia, regio IV, insula V.12 (Rickman, 1971); k) - Posta Crusta, Ordona, Apulia (De Boe, 1975); l) - Villa Sambuco, San Giovenale, Etruria (McKay, 1998).
3 - Planta del edificio A a la misma escala.

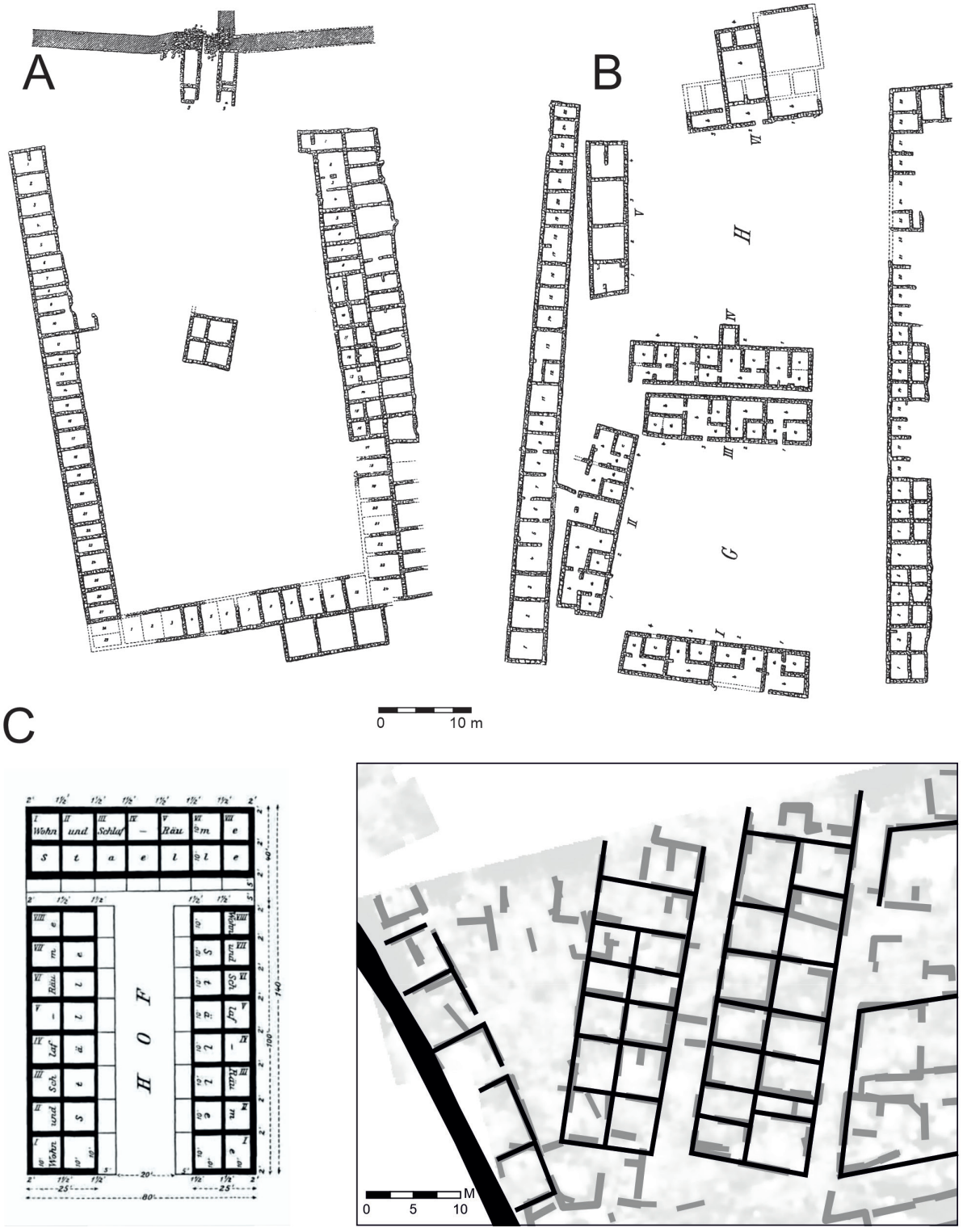


Fig. 9 - Análisis comparativo de estructuras de barracones de los campamentos numantinos.
A - Campamento III de Renieblas, bloque de barracones I, fila E (adaptado de Schulten, 1929: plano IX; retirado de Dobson, 2008: fig. 69).
B - Campamento III, área G-H (adaptado de Schulten, 1929: plano XIV; retirado de Dobson, 2008: 171, fig. 71).
C - Esquema ideal de los barracones de la llamada Fase Negra del campamento de Castillejo (Dobson, 2008: 271, fig. 161).
D - Planta de las estructuras de Villasviejas a la misma escala.

A la vista de esta serie de posibles analogías, se pone de manifiesto que nuestros edificios B y C se asemejan en especial a una serie de casos en los que los *contubernia* se disponen alineados lado con lado, frente a la estructura de tres bloques en herradura. En su detallada revisión de la documentación aportada por Schulten, Dobson (2008: 114) plantea la posibilidad de que sendos esquemas reflejaran dos modelos organizativos distintos, el basado en la legión manipular y el basado en la cohorte (Frente a esta visión vd. la revisión crítica de Cadiou, 2001: 174-175 que pone en duda esta diacronía). Por Lo que respecta a Villasviejas no podemos decir mucho más que al menos un sector del recinto B estaría conformado por módulos rectangulares, bien aislados, bien adosados a la cara interior de la muralla.

¿Qué nos aporta el resultado de las excavaciones para caracterizar mejor este conjunto? De entrada, podemos decir que las estructuras exhumadas encajan de manera muy coherente con el esquema urbanístico del recinto B (tal y como se observa en la fig. 4). De hecho, se aprecia una continuidad directa con la serie de estancias en batería dispuestas a lo largo de la cara interna de la muralla (edificio D). Por otro lado, la evidencia del portillo posteriormente cegado pone de manifiesto que este sector ofrece una diacronía más amplia de lo que se venía considerando hasta la fecha. Tenemos al menos una fase contemporánea a la construcción de la muralla, que habría sido amortizada por la construcción del edificio que se adosa a su cara interna. Podemos determinar bien el momento final de dicha estructura gracias al conjunto cerrado que marca su incendio y abandono repentino. La combinación de los diversos elementos diagnósticos presentes en él nos inclina a una fecha entre el inicio y el primer cuarto del siglo I a.C., muy probablemente en la etapa sertoriana, a tenor de las numerosas analogías que ofrece este contexto con los del campamento de Cáceres el Viejo. Estos resultados en todo caso deben ser considerados como preliminares, siendo preciso aún un examen más pormenorizado que permita afinar mejor la cronología. Otra cuestión importante que valorar es si la funcionalidad de estas estancias excavadas guarda alguna relación con la que hemos atribuido a los edificios C, D y E, situados a escasos metros de la zona excavada. Nos inclinamos a considerarlo así, dada la combinación de ítems que se dan en dicho contexto: los glandes, la punta de lanza, la tipología de las fíbulas, las ánforas vinarias, lucernas, y en general un repertorio cerámico con estrechas semejanzas con otros conjuntos de interpretación castrense citados en este trabajo.

Finalmente, la secuencia excavada nos habla de una amortización de este nivel de habitación que no estaría relacionada con la implantación romana en el sitio, sino con una última fase de ocupación, que aunque no podemos fechar con seguridad dada la escasez de elementos diagnósticos, tentamos de establecer entre mediados del siglo I a.C. y el cambio de Era. No hay al respecto ninguna constancia de materiales de cronología imperial en todos los trabajos desarrollados en el yacimiento. Es importante reseñar que este humilde nivel de uso se asocia a construcciones que – ahora sí – amortizan la muralla, aunque ésta mantuviera su vigencia como límite físico del recinto.

Tenemos, en resumidas cuentas, un conjunto que por su estructura y organización del espacio nos remite al fenómeno de tipologías foráneas en contextos indígenas, el "ejército invisible" del que hablamos en la introducción. El reto que esto representa es definir una contextualización adecuada dentro del conocimiento sobre la estructuración interna de este tipo de núcleos, pues como ya se apuntó, este tipo de registro es escaso y disperso. Apenas contamos con ejemplos de entramados revelados por un estudio geofísico extensivo. Sin duda es de nuevo Cáceres el Viejo el caso más cercano en todos los sentidos al de Villasviejas. Sin embargo, la planta de las excavaciones de Schulten es muy fragmentaria y no permite establecer muchas analogías. Si bien es cierto que se cuenta desde 2017 con una prospección geomagnética de todo el asentamiento, lamentablemente esta permanece inédita desde entonces. Hemos de dejar también a un lado el conjunto documentado en Lomba do Canho, por corresponder a un asentamiento campamental creado *ex novo*.

Poco más hay que reseñar, pues por ejemplo tampoco existen datos publicados sobre el edificio cuadrangular identificado en las prospecciones en el castro de Cerro Furado (Baleizão) e interpretado como una construcción romana erigida en un asentamiento indígena (Fabião, 2006: 130). Más clara es en cambio la documentación del granero sobreelevado excavado en el sitio de Castelo das Juntas (un tipo de estructura también documentada en el fortín de Pedrão, sitio republicano vinculado al poblado de Chibanes, ya citado). Como en el caso de Villasviejas, la presencia de este tipo de edificios podría hacer referencia a necesidades de almacenaje y aprovisionamiento en un contexto con presencia militar de cronología sertoriana. En cualquier caso, y retomando la idea inicial de este trabajo, será preciso conectar los extensos repertorios materiales conocidos hasta ahora con una lectura espacial más extensiva de los sitios si queremos seguir profundizando en la definición de esta compleja relación entre lo indígena y lo romano, lo "civil" y lo "militar" en los asentamientos correspondientes a este período de dramáticos cambios.

Agradecimientos

Queremos expresar nuestro agradecimiento al Excmo. Ayuntamiento de Botija por todo el apoyo prestado para la realización de los trabajos. Gracias igualmente a R. Mataloto por sus valiosas apreciaciones sobre los materiales de excavación.

Referencias Bibliográficas

Aguilar Sáenz, A.; Guichard, P. (1993): *Villas romaines d'Estremadure: Doña María, La Sevillana et leur environnement. Casa de Velázquez 43*. Madrid.

Albergaria, J.; Melro, S.; Ramos, A. (2000): Escavações arqueológicas no Castelo das Juntas (Moura). *Era Arqueología* 1: 38-51.

Álvarez-Sanchís, J.; Marín Suárez, C.; Falquina Aparicio, A.; Ruiz Zapatero, G. (2008): El *oppidum* vettón de Ulaca (Solosancho, Ávila) y su necrópolis, in J. Álvarez-Sanchís (eds.), *Arqueología Vettona: la Meseta occidental en la Edad del Hierro*. Zona Arqueológica 8. Alcalá de Henares: 338-361.

Argente Oliver, J. (1994): *Las fíbulas de la Edad del Hierro en la Meseta Oriental: valoración tipológica, cronológica y cultural*. Madrid.

Barba Colmenero, V.; Fernández Ordóñez, A.; Torres Soria, M. (2016): Un centro de tránsito en el valle alto del Guadalquivir, el Cerro de la Atalaya en Lahiguera de Jaén, in R. Járrega Domínguez; P. Berni Millet (eds.), *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo: III Congreso Internacional de la Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua* (Tarragona, 2014). Ex Officina Hispana 3. Madrid: 294-309.

Berrocal-Rangel, J. (1992): *Los pueblos célticos del Suroeste de la Península Ibérica*. Complutum Extra 2. Madrid.

Burillo Mozota, F. (1998): *Los celtíberos: Etnias y estados*. Barcelona.

Cadiou, F. (2001): Les guerres en Hispania et l'émergence de la Cohorte Légionnaire dans l'armée romaine sous la République: une révision critique. *Gladius* 21: 167-182.

Cazorla Martín, R.; Mayoral Herrera, V.; Salgado Carmona, J. (2008): El sistema defensivo de Villasviejas de Tamuja (Botija, Cáceres): una aplicación de software libre en el análisis de paisajes arqueológicos. *II Jornada de SIG libre*. Disponible en http://hdl.handle.net/10261/137946

Choclán Sabina, C. (1990): Excavación de urgencia en el cerro del Espino (Torredelcampo, Jaén). *Anuario Arqueológico de Andalucía* 1988, t. III: 157-163.

Costa, T. (2010): *O Castelo Velho de Safara, Moura: elementos para o seu estudo.* Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/4255?locale=pt_PT

Dakarēs, S. (1970): *The Antiquity of Epirus: the Acheron Necromanteion, Ephyra-Pandosia-Cassope*. Athens.

De Boe, G. (1975): Villa romana in località "Posta Crusta". Rapporto provvisorio sulle campagne di scavo 1972 e 1973. *Notizie Degli Scavi Di Antichità* 39: 516-530.

Dobson, M. (2008): *The army of the Roman Republic: the second century BC, Polybius and the camps at Numantia, Spain*. Oxford.

Esteban Ortega, J.; Sánchez Abal, J. (1988): Sertorio y Metello en la Lusitania: Nuevos planteamientos, in E. Ripoll Perelló (eds.), *Actas del Congreso Internacional "El Estrecho de Gibraltar"* (Ceuta, 1987). Vol. I. Madrid: 749-755.

Fabião, C. (1996): O povoado fortificado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte). *A Cidade: Revista Cultural de Portalegre* 11: 35-84.

Fabião, C. (2007): El ejército romano en Portugal, in A. Morillo Cerdán (coord.), *El ejército romano en Hispania. Guía arqueológica*. León: 113-134.

Fabiao, C.; Guerra, A. (1994): As ocupações antigas de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Resultados preliminares das campanhas de 1990-1992, in *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1993). Lisboa: 275-289.

Fernández Gómez, F. (2011): *El poblado fortificado de El Raso de Candeleda (Ávila): el núcleo D: un poblado de la III Edad del Hierro en la Meseta de Castilla*. Ávila.

García de Leaniz, M. (1991): Lucernas romanas del Museo Arqueológico de Sevilla: A. Lucernas tardo-republicanas. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología* 57: 215-244.

González Cordero, A.; Heras Mora, F. (2010): El castro de Botija y sus minas. Una revisión historiográfica de la obra de Clemente Roswag, in J. Pérez Macías; E. Romero Bomba (eds), *IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular (recurso electrónico)* (Aracena, 2008). Collectánea 145. Huelva: 881-912.

Heras Mora, F. (2018): *La implantación militar romana en el suroeste hispano (Siglos II-I a.n.e)*. Anejos de Gladius 18. Madrid.

Hernández Hernández, F.; Martín Bravo, A.; Galán Domingo, E. (2009): A la vista de las murallas: Análisis arqueológico del entorno del castro prerromano de Villasviejas del Tamuja (Cáceres). *Complutum* 20,1: 109-132.

Hernández Hernández, F.; Sánchez Sánchez, Mª A.; Rodríguez López, Mª D. (1989): *Excavaciones en el castro de Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres)*. Mérida.

Hernández Hernández, F.; Martín Bravo, A. (eds) (2017): *Las necrópolis del Romazal y el conjunto arqueológico de Villasviejas del Tamuja (Botija/Plasenzuela, Cáceres)*. Serie Arqueología y Patrimonio 12. Madrid.

Mariné Isidro, Mª (2001): *Fíbulas romanas en Hispania: la Meseta*. Anejos de Archivo Español de Arqueología 24. Madrid.

Martín Bravo, A. (1999): *Los orígenes de Lusitania. El I milenio a.C. en la Alta Extremadura*. Madrid.

Mataloto, R. (2014): A propósito de um conjunto de *glandes plumbeae*: o Castelo das Juntas (Moura) no contexto do episódio Sertoriano das Guerras Civis na margem esquerda do Guadiana, in C. Fabião; J. Pimenta (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: 343-384.

Mayoral Herrera, V.; Charro Lobato, C.; Salgado Carmona, J.; Pro Muñoz, C.; Tena Rey, Mª de; Chapa Brunet, T.; Vallés Iriso, J.; Terrón López, J.; Quirós Rosado, E. (2019): Radiography of an Iron Age hillfort: non-invasive archaeology in the settlement of Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres). *Trabajos de Prehistoria* 76,2: 303-322.

Maia, M. (1986): Os Castella do Sul de Portugal. *Madrider Mitteilungen* 27: 195-223.

Maia, M. (1988): Os Castella do Sul de Portugal: sua integração Histórica, in *Actas do 1º Encontro de Arqueologia da Região de Beja* (Beja, 1986). Beja: 43-55.

Moret, P. (1999): Casas fuertes romanas de la Bética y la Lusitania, in J.-G. Gorges; G. Rodríguez Martín (eds.), *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Casa de Velázquez 65. Madrid: 55-89.

McKay, A. (1998): *Houses, Villas, and Palaces in the Roman World.* Baltimore/London.

Nunes, J.; Fabião, C.; Guerra, A. (1988): *O acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Arganil.

Pereira, C. (2017): Serra de Santa Marina, Cáceres Viejo (Casas de Millán, Cáceres, Espanha). Um sítio paradigmático no contexto das guerras sertorianas. *Cira Arqueologia* 5: 33-54.

Pereira Sieso, J.; Chapa Brunet, T.; Charro Lobato, C.; Vallés Iriso, J.; Mayoral Herrera, V. (2020): Nuevas perspectivas en el estudio del urbanismo del asentamiento fortificado del Cerro de la Mesa (Alcolea de Tajo, Toledo) mediante métodos no destructivos, in A. Carretero Pérez; C. Papí Rodes (coord.), *Actualidad de la investigación arqueológica en España I (2018-2019). Conferencias impartidas en el MAN*. Madrid: 365-381.

Pereira, T. (2018): *O papel do exército no processo de romanização: a Cabeça de Vaiamonte (Monforte) como estudo de caso*. Dissertação de Doutoramento, Universidad de Lisboa: http://hdl.handle.net/10451/37914

Pina Polo, F. (2004): Deportaciones como castigo e instrumento de colonización durante la República romana: el caso de Hispania, in F. Marco Simón; F. Pina Polo; J. Remesal Rodríguez (eds.), *Vivir en tierra extraña: Emigración e integración cultural en el mundo antiguo* (Zaragoza, 2003). Instrumenta 16. Barcelona: 211-246.

Ponte, S. da (1986): Fíbulas de Vaiamonte (Monforte), in J. de Hoz (eds.), *Actas del III Coloquio sobre. Lenguas y culturas paleohispanicas* (Lisboa, 1980). Salamanca: 137-158.

Ribera i Lacomba, A. (2011): Los *horrea* de *Valentia*, in J. Arce Martínez; B. Goffaux (eds.), *Horrea d'Hispanie et de la Méditerranée romaine*. Casa de Velázquez 125. Madrid: 201-224.

Ribera i Lacomba, A.; Marín Jordá, C. (2004-2005): Las cerámicas del nivel de destrucción de *Valentia* (75 a.C.) y el final de Azaila. *Kalathos* 22-23: 271-300.

Rickman, G. (1971): *Roman Granaries and store buildings.* Cambridge.

Salgado Carmona, J.; Quirós Rosado, E.; Mayoral Herrera, V.; Charro Lobato, C. (2020): Assessing the potential of multispectral and thermal UAV imagery from archaeological sites. A case study from the Iron Age hillfort of Villasviejas del Tamuja (Cáceres, Spain). *Journal of Archaeological Science: Reports* 31: 102-312.

Serrano Ramos, E.; Atencia Páez, R.; Luque Moraño, A. (1985): Memoria de las excavaciones del yacimiento arqueológico de El Tesorillo (Teba, Málaga). *Noticiario Arqueológico Hispánico* 26: 117-153.

Soares, J.; Tavares da Silva, C.; Duarte, S.; Pereira, T.; Soría, V. (2019): Aspectos da presença militar romano-republicana no Castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 22: 79-93.

Ulbert, G. (1984): *Cáceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanish-Extremadura*. Madrider Beiträge IX. Mainz-Rhein.

Wahl, J. (1985): Castelo da Lousa. Ein wehrgeöft Caesarisch-Augusteischer Zeit. *Madrider Mitteilungen* 26: 150-176.

ESTRATÉGIAS DE ACÇÃO E CONTROLO DO TERRITÓRIO. NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE CÁCERES VIEJO (CASAS DE MILLÁN, CÁCERES)[1]

Carlos Pereira
UNIARQ - Universidade de Lisboa
FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia
carlos_samuel_pereira@hotmail.com
https://orcid.org/0000-0002-4116-3602

RESUMO: Após a realização de duas campanhas de escavação em Cáceres Viejo de Santa Marina, pretende-se com este trabalho oferecer uma síntese dos resultados obtidos. Por outro lado, apresenta-se a ocupação do local desde uma perspectiva distinta, expondo a globalidade dos vestígios, argumentos e história dos eventos militares romanos na região, de forma que o leitor possa conceber a sua própria opinião. Apesar disso, a posição geoestratégica do sítio, assim como uma influência cultural da área da Meseta, é algo que permanece nesta interpretação, situação que não parece ser indissociável da implantação deste e de outros sítios que pontoam a cordilheira que antecede o Sistema Central.
Palavras-chave: Santa Marina; Arqueologia Militar; Período Romano-Republicano; Extremadura; Exército.

ABSTRACT: After two campaigns of excavations at Cáceres Viejo of Santa Marina with this paper we pretend offer a synthesis of the mains results. We present the archaeological site from a different perspective, exposing the main vestiges, arguments, and the history of the military events that took place in this region. In this way, the person who read this work can conceive his own opinion. Despite that, the geostrategic position of this occupation, as well the evidence of the cultural influence of habitats from the north is something that remains in the mind of the author. In fact, this doesn't seem undissociated form the type of establishment of this and other settlements that coexist in the reliefs that point the mountain range that precede the Spanish Central System.
Keywords: Santa Marina; Military Archaeology; Roman Republican period; Extremadura; Roman Army.

[1] Trabalho realizado no âmbito dos projectos "Acampamentos militares romanos no Ocidente peninsular: estratégias de conquista e controlo do território", SFRH/BPD/108721/2015, e "Paisaje y territorio militarizado en la Hispania romana: movilidad y transferencia cultural (ss. II a.C.-IV d.C.)" (I+D HAR2017-85929-P), concedido pelo Ministerio de Economía, Industria y Competitividad (MINECO), à Agencia Estatal de Investigación (AEI) e ao Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER), cujos investigadores responsáveis são Ángel Morillo e Cruces Blázquez Cerrato.

1. INTRODUÇÃO

Os resultados obtidos com as intervenções arqueológicas realizadas em Cáceres Viejo de Santa Marina[2] (fig. 1 e 2), quer na de 2016 (Pereira, 2017) quer na de 2017 (Pereira, Dias, 2020), permitiram reunir evidências que fundamentaram uma proposta cronológica balizada na primeira metade do século I d.C. Além disso, os trabalhos arqueológicos consentiram a recolha de artefactos relacionados com uma provável presença militar, também patente no tipo de implantação e na arquitectura posta a descoberto (Pereira, Dias, 2020). Até ao momento, nesse local foi documentada uma única ocupação, limitada no tempo, característica de uma arquitectura própria erguida com matéria-prima local e estruturas defensivas igualmente construídas sem recorrer a evidentes preocupações estéticas ou a complexas técnicas de engenharia.

Foram realizadas intervenções em duas áreas distintas, de forma a averiguar a cronologia de estruturas visíveis a Oeste e a Este do cerro de Santa Marina. A Oeste, no Sector 1, foi realizada uma sondagem que pretendia datar um edifício de dimensões consideráveis, o que, infelizmente, não foi possível (Pereira, 2017: 35-36). Apesar disso, pudemos ponderar acerca da contemporaneidade desta estrutura com as restantes, uma vez que existem artefactos depositados no Museo de Cáceres que o consentem (ibid.: 51, fig. 12), concretamente um machado idêntico aos que foram recolhidos no Castro de Berrocalillo. Infelizmente, este artefacto foi recolhido em condições que desconhecemos e entregue à instituição juntamente com uma nota que informa da recolha, no interior daquele recinto, de "monedas republicanas e ibéricas de la zona sur" (acervo do Museo de Cáceres). As moedas, porém, nunca foram entregues ao museu.

Na área oposta a esta, a Este, também implantada no topo do cerro, foi realizada outra intervenção, que tinha como objectivo averiguar a função e a cronologia de espaços que estavam bem definidos à superfície. Por todo o cerro são visíveis estruturas a descoberto, mas nesta zona aparentavam uma maior complexidade, próximas a espaços que pareciam corresponder a arruamentos alinhados com a crista da elevação. Esta zona, Sector 2, foi escavada em duas campanhas, totalizando 173 m^2, tendo-se colocado a descoberto vários espaços habitacionais privados e públicos ou semipúblicos.

Sendo desnecessário repetir uma descrição detalhada da arquitectura ou dos contextos, pois já o fizemos em outra ocasião (Pereira, Dias, 2020), importa, ainda assim, insistir em alguns pontos que parecem reveladores do tipo de ocupação. De facto, a curta e única ocupação do espaço, realizada num local de difícil acesso e sem evidentes recursos (além dos defensivos), impõe questões de difícil resposta. Se tivermos em conta, ainda, que a ocupação é limitada no tempo e que as construções foram realizadas sem grandes cuidados, quase exclusivamente com recurso aos materiais do próprio cerro, não podemos deixar de equacionar uma eventual relação deste sítio com a instabilidade política e militar que esta região vivenciou durante a primeira metade do século I a.C.

Pretende-se, com este trabalho, examinar esta ocupação a partir de outras perspectivas, o que é consentido pelo facto de já se ter divulgado os resultados e os primeiros ensaios interpretativos sobre o sítio. Sendo verdade, porém, que a arquitectura não permite grandes conjecturas, nem os materiais facilitam uma datação precisa, o excelente estado de conservação dos contextos e dos materiais, a existência de outros sítios arqueológicos idênticos nos arredores e a leitura conjunta dos dados de época romana-republicana conhecidos para esta região consente, pelo menos, que possamos debater sobre a sua função e relevância num quadro mais amplo da ocupação e presença romana na província de Cáceres.

Neste sentido, devemos lembrar a recolha de um numisma de prata (Pereira, 2017: 41, fig. 8) que, embora não seja revelador da cronologia desta ocupação, é um elemento datante *post quem*

[2] Este sítio pode ser facilmente confundido com o homónimo localizado nos arredores da cidade de Cáceres, motivo pelo qual optámos por denominá-lo desta forma, tal como fizemos em trabalho anterior (Pereira, Dias, 2020).

significativo (RRC 280/1). Aliás, em outra ocasião tivemos a oportunidade de afirmar que, tratando-se de uma cunhagem de 80 a.C., não é improvável uma datação do assentamento centrada na década seguinte (Pereira, Dias, 2020: 118). A inexistência de desgaste da moeda, assim como amortizações semelhantes em contextos idênticos (Alapont, Calvo, Ribera, 2010: 15-16; Ribera, 2014: 67-68), permitem assumir que o sítio possa ter sido ocupado a partir desse momento. Numismas deste tipo foram documentados nos tesouros da Charneca, em Torres Novas (Hipólito, 1960-61: 80), de Santana da Carnota, em Alenquer (Viegas, Parreira, 1984: 79-85), Portugal, e de Maluenda, em Zaragoza, Espanha (Villaronga, 1964: 167, n.º 31). Note-se que em todos eles as moedas mais recentes não ultrapassam 76 a.C., o que permitiu sugerir a sua formação no primeiro quartel dessa centúria, possivelmente no âmbito dos conflitos sertorianos (Marcos, 1999), sobretudo no caso espanhol (Ripollés, 1982: 305-306). Fortalece essa possibilidade o facto de os conjuntos dessa época geralmente apresentarem o pico máximo de exemplares entre os anos 91-79 a.C. (Blázquez, 2014: 421).

Se a presença deste numisma, que estava num espaço de habitação austero e ao lado de outro onde foi recolhido um conjunto de glandes de chumbo aglomeradas numa das esquinas, pode sugerir a eventual presença de algum destacamento militar senatorial, podendo corresponder, como foi sugerido, a um posto avançado do recinto militar de Cáceres el Viejo (García, 1979: 332), a maioria dos materiais parece contrariar essa possibilidade. Com efeito, as cerâmicas transparecem evidentes afinidades com os assentamentos a Norte do Tejo, das áreas de influência Vetona e Celtibérica, não se assemelhando sequer as produções locais às daquele acampamento militar (Ulbert, 1984: 175-178), esse seguramente às ordens do senado silano.

2. EVIDÊNCIAS E PROBLEMÁTICAS ARQUEOLÓGICAS

Apesar das dificuldades que expusemos em trabalhos anteriores, foi possível reunir dados de vária natureza para melhor compreender o sítio de Cáceres Viejo de Santa Marina (fig. 1). Os mais relevantes são, de facto, aqueles que foram obtidos com as intervenções arqueológicas metódicas e a recolha de artefactos devidamente integrados em contextos estratigráficos (Pereira, 2017; Pereira, Dias, 2020).

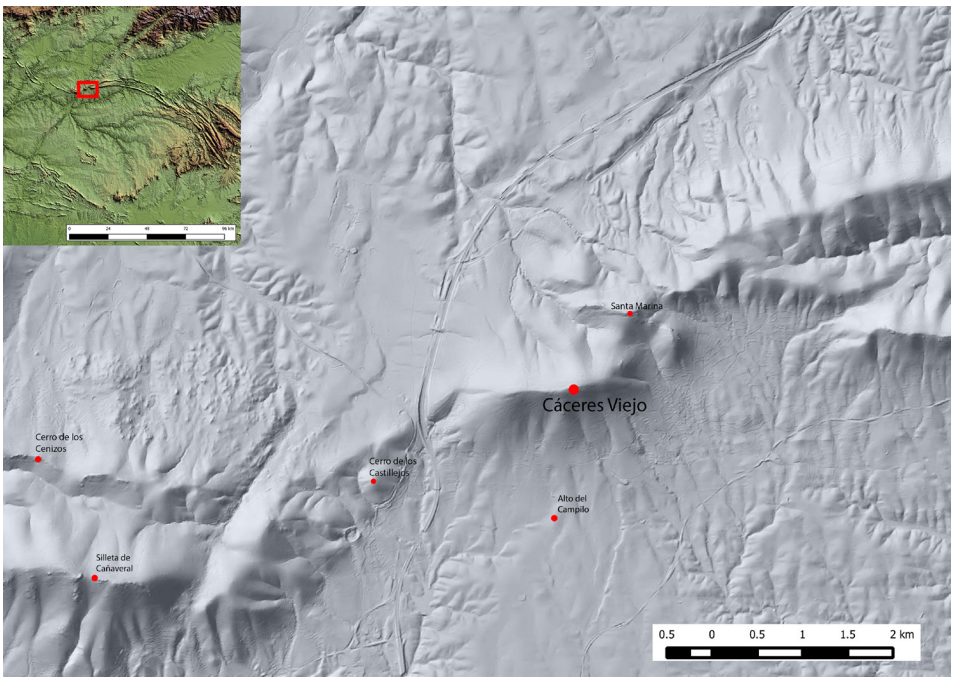


Fig. 1 - Localização dos sítios arqueológicos nas imediações de Cáceres Viejo de Santa Marina mencionados no texto. Mapa de base LiDAR.

A arquitectura constatada é de grande simplicidade, com espaços bem definidos, implantados no topo da vertente Sul, tendo-se escavado plataformas para esse efeito. De facto, a forte pendente da vertente condicionou consideravelmente as construções, seguramente auferindo-lhes um efeito escalonado. Na planta registada (fig. 2) definem-se edifícios com alguns espaços privados, com estruturas de combustão e eventuais bancadas ou tarimbas (compartimento 4). Num desses compartimentos foi possível documentar uma área de armazenamento que deveria funcionar como despensa (compartimento 3). Todos os compartimentos conservam os vãos voltados para um espaço público ou semipúblico, em alguns casos bem definidos e estruturados com alinhamentos de pedras que seguramente desviavam as águas pluviais. Justamente nesta área foi acrescentado outro compartimento (compartimento 5), de feitura mais cuidada.

O que mais surpreende nas construções é o facto de aparentarem ter sido realizadas sem grandes cuidados e sem uma selecção evidente dos materiais para a sua edificação. Da mesma forma, o interior não deveria estar equipado com revestimentos parietais e os solos eram maioritariamente de terra, exceptuando apenas o de um dos compartimentos (compartimento 5), que estava empedrado (Pereira, Dias, 2020: 112-114, fig. 13), quase todos equipados com estruturas de combustão.

Outra característica significativa é o facto de as paredes serem integralmente construídas com pedra, situação que é demonstrada, pelo menos no Sector 2, pela elevada quantidade de pedra que constituía os derrubes. Todavia, não é improvável que as paredes das habitações fossem de pouca entidade, ou seja, com um pé-direito baixo, e a cobertura realizada com materiais perecíveis de forma a dissimular as construções na paisagem. Com efeito, estas construções, elevadas com materiais locais e a mais de 200 m de altura desde o sopé do cerro, seriam difíceis de distinguir na paisagem.

Conquanto se tenha considerado uma ocupação pré-romana para o sítio (Martín, 1995: 303-304; Heras, 2018: 100-102), até ao momento não foi possível detectar vestígios de construções anteriores à época tardo-republicana. Com efeito, é difícil conceber uma ocupação neste cerro, sobretudo se tivermos em conta que não está guarnecido de recursos naturais de primeira ordem, nem permitia a rentabilização do solo, maioritariamente rochoso. Apesar do que foi dito, esses recursos estavam disponíveis nas imediações da elevação natural, mas transportá-los por uma vertente ingreme até uma altura considerável somente deveria justificar-se em condições excepcionais. Aliás, a presença de grandes recipientes, sobretudo os toneliformes, deverá ter tido essa função (Pereira, Dias, 2020: 115-116, fig. 17).

Além do que foi exposto, devemos igualmente ter em conta a existência de um sítio arqueológico nas proximidades que, efectivamente, deverá corresponder a uma ocupação dessas características. O Cerro de los Castillejos, em Cañaveral, está implantado numa elevação de pouca entidade, imediatamente ao lado da Via da Prata, e oferece uma planta ovalada irregular, em torno da qual se vêem espaços definidos. O sítio parece estar relativamente intacto, não tendo sido do interesse dos investigadores até ao momento. O seu estudo pode contribuir positivamente para o esclarecimento de algumas questões, nomeadamente as que se prendem com a localização das *mansiones* (Roldán, 1971; 1975; 2007; Haba, Rodrigo, 1990; Cerrillo, 2004; Cerrillo, Montalvo, 2009; Fernández, Morillo, Gil, 2012) e o comércio que transitaria por essa via (García-Figuerola, 2011), uma vez que o local deverá ter sido ocupado também em época romana. No entanto, ainda que a presença de fragmentos de *tegulae* à superfície do terreno assim o dê a entender, somente trabalhos de escavação metódicos poderão confirmar ou refutar essa possibilidade.

Voltando ao sítio objecto de análise, a arquitectura que descrevemos está disseminada por uma grande extensão da Serra de Santa Marina, mas, ainda assim, expondo diferentes espaços de dimensões variáveis. Não obstante, a mais frequente ronda os 12 m^2 (3 x 3,7 m ou 2,8 x 4,5 m) (fig. 2), parecendo corresponder a módulos alongados que se enfrentam e justapõem alternadamente, limitados a ambos

extremos por arruamentos. Ainda que seja aliciante ver nesta reprodução de edificações e proporções uma inspiração militar (Protase, Gaiu, 1999: 418; Petruț, Gui, Trincă, 2014: 71), ainda que adaptada ao terreno, é necessário ampliar a área intervencionada e esclarecer se os edifícios contíguos mantêm, ou não, este padrão. Por outro lado, embora no terreno pareça evidente a existência dos referidos arruamentos, estes carecem ainda de uma intervenção arqueológica.

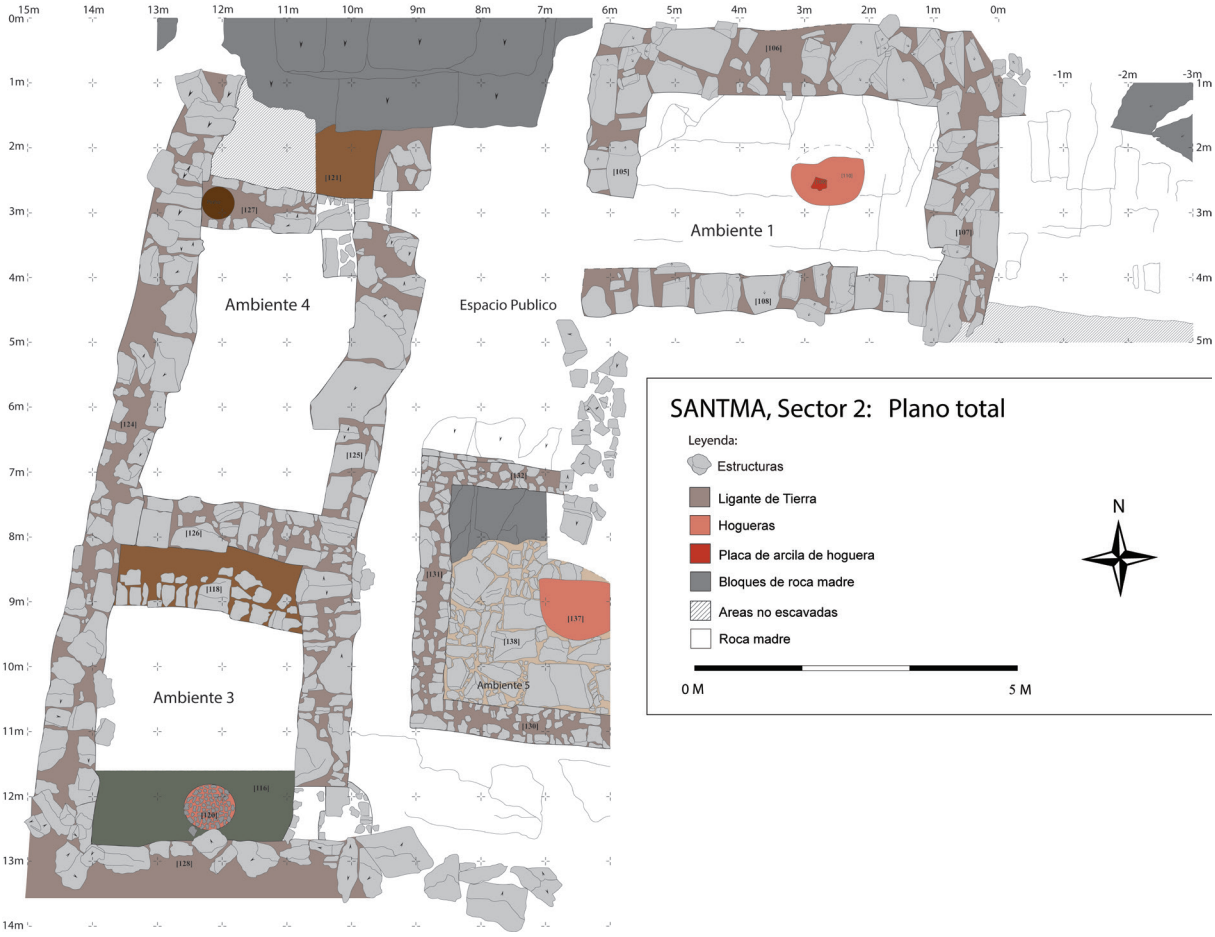


Fig. 2 - Planta das estruturas registadas no Sector 2 de Cáceres Viejo de Santa Marina.

Todavia, a arquitectura visível em Cáceres el Viejo de Santa Marina não se resume unicamente a espaços habitados, muitos dos quais aproveitam as formações geológicas naturais na sua construção (Pereira, 2017: 38-39, fig. 5). Próximo ao cume do cerro, do lado Norte, podem encontrar-se troços lineares de aglomerados de pedra que parecem ter funcionado como estruturas defensivas. Além de estas terem sido implantadas justamente no lado mais desprotegido, serpenteiam o cerro aproveitando as cristas rochosas que ofereciam uma evidente defensabilidade natural. De facto, o acesso ao topo da serra somente era possível pela vertente Norte, sendo plausível que os acessos ao assentamento aí se localizem.

Estas evidências, mais uma vez, não transparecem um evidente cuidado na sua construção e, na maioria dos casos, não recorreram sequer à utilização de um ligante que mantivesse a integridade das estruturas. Se, por um lado, estes indícios podem ser um argumento a favor de que o assentamento foi construído num curto espaço de tempo, por outro, é difícil, para não dizer impossível, determinar se essa situação se deveu a uma imposição da conjuntura da época ou se foi determinada pelo facto de os seus ocupantes saberem, à partida, que o local seria ocupado por pouco tempo.

Apesar da extensão já escavada, sobretudo no Sector 2, o volume de materiais não é elevado, somando cerca de uma centena de artefactos. Todavia, a pouca quantidade de materiais é compensada pelo seu elevado estado de conservação, estando muitos dos recipientes notavelmente completos. Esta situação coloca igualmente algumas questões de difícil resposta, parecendo evidente, ainda assim, que o sítio foi abandonado de forma programada. Até ao momento, nenhum indício aponta que o seu abandono tenha sido apressado, já que parece evidente que os seus ocupantes recolheram os bens que seriam úteis, tendo deixado para trás unicamente os que foram descartados. Neste sentido, embora o grosso do conjunto corresponda a cerâmicas comuns de fabrico local/regional, sendo minoritárias as de importação, estamos impossibilitados de garantir que a realidade fosse objectivamente essa.

Se as cerâmicas comuns não permitem esclarecer essa questão, falam em outro sentido, expondo as influências/preferências dos seus habitantes. Com efeito, a maioria do conjunto é claramente de tradição indígena, destacando-se mais uma vez os recipientes toneliformes, reproduzindo repertórios que têm a sua matriz em sítios a Norte do Tejo, na área da Meseta, como é o caso de Las Cogotas (Ruiz, Álvarez-Sanchís, 1995; Álvarez-Sanchís, 2011), de El Raso (Fernández, 2008), de La Mesa de Miranda (Cabré, Cabré, Molinero, 1950; Martín, Esparza, 1992; Álvarez-Sanchís, 2011) ou de Las Merchanas (Álvarez-Sanchís, 1999: 120-126; Martín, 1999; Benet, López, 2008). Grande parte destes sítios, com importantes ocupações pré-romanas, permaneceram ocupados até final do século II a.C. e início da centúria seguinte.

Dos sítios mencionados, destacamos El Raso de Candeleda (Fernández, López, 1990; Fernández, 2011), local com o qual, além de aí se ter identificado a produção deste tipo de recipientes, as cerâmicas de Cáceres Viejo de Santa Marina apresentam fortes afinidades, concretamente com as da fase III, datada da primeira metade do século I a.C. Esta situação pode ser argumento de eventuais relações, comerciais ou políticas, entre os aglomerados localizados a Norte do Tejo até, pelo menos, à viragem do século II para o I a.C.

Tendo em mente, ainda assim, que o sítio pode ter sido abandonado premeditadamente, em contrapartida os recipientes registados não são comparáveis com o conjunto da mesma categoria identificado no acampamento militar de Cáceres el Viejo, ainda que neste também se tenham registado algumas cerâmicas de tradição ibérica (Ulbert, 1984: 174-176), mas que actualmente sabemos corresponderem apenas a uma pequena percentagem[3]. Apesar disso, esta situação não é atípica nem inédita em contextos desta natureza e cronologia, pois esta coexistência é particularmente notada no centro da Península Ibérica (Blanco, 2017: 146; Hernández, Martín, 2017: 313-315), mas igualmente no Sul (Berrocal-Rangel, 1989; 1994; Adroher, 2014: 282-283).

Ainda que a presença de artefactos importados seja bastante diminuta, não excluímos que esses tenham sido levados pelos habitantes quando o local foi abandonado. Todavia, a ser assim, também as cerâmicas comuns deveriam delatar outra realidade, como acontece no acampamento de Cáceres el Viejo. De facto, também nesse recinto militar se produziu a maioria das cerâmicas comuns, mas cujas morfologias denunciam influências claramente itálicas e da Ulterior.

Os escassos materiais importados serviram, sobretudo, para datar a ocupação de Cáceres Viejo de Santa Marina. Já fizemos menção ao numisma de prata (Pereira, 2017: 41, fig. 8), que permitiu demarcar uma datação *post quem*, mas devemos igualmente referir a recolha de um fragmento de bordo de uma ânfora de tipo Ovóide 4, produzida no vale do Guadalquivir (Pereira, Dias, 2020: 106, fig. 7), cujo arranque da produção tem sido considerada a partir de início da década de 70 a.C. (García, 2012: 177-205; García, Almeida, González, 2011: 224).

[3] Estudo realizado pelo professor Luís Barrocal-Rangel, que será integrado na monografia dedicada ao acampamento militar romano, que está a ser preparada.

Além da arquitectura, do tipo de implantação do assentamento e da presença de estruturas defensivas sem aparente precedente pré-romano, também os artefactos promulgam uma eventual ocupação militar. A recolha de um conjunto de sete *glandes plumbeae*, acumuladas num espaço concreto do compartimento 3, demonstra que estavam aí colocadas intencionalmente e destinadas a uma eventual utilização. Trata-se de projecteis de chumbo, com pesos que variam entre as 39 e as 53 g, com uma média de 43,8 g, possivelmente fabricados mediante a técnica de fundição (Völling, 1990: 40-41), e cabem nos tipos Ia e Ic definidos por Thomas Völling (ibid.: 34-35) aos que o autor atribuiu uma cronologia dos séculos II e I a.C. Como foi já referido, com base em informações literárias, o peso destes projecteis estaria relacionado com a distância que se pretendia alcançar (Völling, 1990: 36), situação que pode ser intuída para conjuntos que transparecem uma considerada variabilidade de pesos (Mataloto, 2014: 358-359; Pereira, 2018: 140-142). Ainda assim, este conjunto oferece pesos ligeiramente abaixo da média, a qual rondaria as duas onças (54,6 g) e cujo alcance poderia atingir os 50 ou 60 m (Fontenla, 2005: 69-70). Não conservam rebarbas, mas, globalmente, ostentam em uma das extremidades um oco que sugere terem sido, de facto, fabricadas em molde de tipo "ramo de uvas".

Este conjunto de projécteis ostenta uma forte oxidação, provavelmente devida à elevada lixiviação do solo, o que impede verificar se conservam vestígios de impactos, que permitiria determinar se foram reaproveitadas ou se estavam por utilizar. Por outro lado, não foi registado qualquer indício de que possam ter sido fabricadas no local, o que reforçaria uma eventual função militar do assentamento, como foi sugerido para outros casos (Poux, Guyard, 1999: 29; Mataloto, 2014: 348; Fabião, Pereira, Pimenta, 2015: 128). Pelo contrário, a sua acumulação num determinado espaço é uma realidade semelhante à que foi documentada na Lomba do Canho (Guerra, 1987: 171-172).

Os projécteis de chumbo não foram, porém, os únicos identificados em Cáceres Viejo de Santa Marina. No Sector 2 foi recolhido um total de sete projecteis esféricos de pedra, com diâmetros que variam entre 6 e 10 cm, que estavam dispersos por todos os espaços em que se escavou. Estes elementos são abundantes nas imediações do cerro, mormente na área do Valle de los Muertos, por onde passou a Via da Prata e de onde serão provenientes. Elementos de arremesso deste tipo foram também documentados em Numância (Menéndez, 1962: 175-176, fig. 130) e em Monte Bernorio (Torres-Martínez, Martínez, Pérez, 2013: 66, fig. 5), tendo-se identificado igualmente no recinto militar de Cáceres el Viejo. Os raros exemplares deste acampamento oferecem dimensões e peso similar, que ronda as 500 g, parecendo evidente que não se destinavam a ser lançados com recurso a funda.

Apesar do que se expôs, somos obrigados a reconhecer que faltam outros argumentos que falem em favor de uma ocupação militar, o que seguramente se deve ao facto de o local ter sido abandonado de forma programada e de corresponder a uma ocupação que não seguiu os padrões oficiais de um corpo militar regular. Todavia, não parece sensato falar deste importante sítio sem que se analise em amplitude a orografia do terreno e a ocupação de uma área mais vasta. Como dissemos, desde o início chamou a atenção o facto de este local se implantar a Sul do Sistema Central, a uma altura que não é a norma em assentamentos com esta cronologia. Por este motivo, os trabalhos desenvolvidos na área contemplaram também a realização de prospecções ao longo da cordilheira.

A orografia nesta área oferece duas realidades consideravelmente dispares, a Sul e a Norte, separadas por este maciço. A Sul é visível a peneplanície de Trujillo-Cáceres, atravessada pelo Tejo, onde domina uma paisagem eminentemente plana, árida, com suaves ondulações interrompidas casualmente por pequenas elevações de quartzito, é o caso daquela onde se implantou a cidade de Cáceres, ou por profundos vales, como o do rio Almonte ou do Tejo. A Norte a paisagem é completamente distinta, característica de um relevo muito irregular, formado por elevações entre os 500 e os 800 m de altura, que se vão fundir com as do Sistema Central. A cordilheira que antecede este Sistema, na qual

se encontra Cáceres Viejo de Santa Marina, representa a primeira barreira de um território de difícil transito e de densa vegetação. Desde a fronteira com Portugal, na área de Monfortinho, está composta pelas serras de Garrapata, la Solana, Sierra Grande, del Arco e de Santa Marina, a partir da qual se divide em duas formações geológica paralelas que se bifurcam sucessivamente, correspondentes ao Parque Natural de Monfragüe, que acabam por se fundir aos montes de Guadalupe e de Toledo.

Reparamos, pois, que esta orografia forma um relevo linear praticamente continuo (fig. 3), desde Aldeia do Bispo, a Norte de Idanha-a-Velha, até às formações da Serra de Guadalupe. As peneplanícies de Trujillo-Cáceres dão lugar, a partir daí, a um terreno visivelmente irregular que, embora se identifiquem algumas zonas mais regulares, como o Campo Arañuelo, acabam por se massificar no Sistema Central.

Na Antiguidade esta formação, juntamente com o Tejo, deverá ter sido relevante, quer enquanto marco da paisagem quer como "zona de fronteira". Aliás, a proliferação de abundantes sítios arqueológicos no cume e na base destas serras é prova disso (fig. 1). Na envolvente imediata à Serra de Santa Marina encontramos alguns sítios que aí se implantaram devido às características do terreno, mas também devido à proximidade do Caminho da Prata. Esse terá sido, eventualmente, o caso do sítio que já comentámos, o Cerro de los Castillejos, também conhecido como Castillo de Cañaveral (Alonso, 1988: 59), implantando numa pequena elevação sobranceira àquele caminho.



Fig. 3 - A cordilheira que antecede o Sistema Central vista desde a Sierra del Arco, com localização de Cáceres Viejo. Sentido Oeste/Este.

Um pouco mais afastado, implantado no sopé da serra de Santa Marina, encontramos outro sítio para o qual, infelizmente, não conhecemos muitas informações. Sabe-se que foi "explorado" pelo reverendo Enrique Escribano, nos anos 50, e que daí terá resultado a recolha de abundante espólio. Sobre a cronologia e tipologia da ocupação nada sabemos, além de que são ainda visíveis estruturas no terreno, concretamente na área do Alto del Campillo. No imaginário popular este local ficou conhecido como "Casa del Pretor", para o qual seguramente terão contribuído as informações transmitidas por Públio Hurtado (1927: 268), assim como o facto de oferecer a mesma toponímia que o acampamento militar escavado por Adolf Schulten (1918).

Com efeito, esta situação tem gerado confusões entre a toponímia local e os vestígios arqueológicos, sobretudo a partir da publicação de Gervasio Velo y Nieto (1968: 659-660), que referiu as recentes escavações de Enrique Escribano, mas que confundiu a designação do local onde se realizaram com a do sítio referido por Públio Hurtado. Mas se a designação popular do sítio do Alto del Campillo pode remeter para uma ocupação militar antiga, essa situação vê-se contrariada pela recolha de alguns numismas na área, que foi realizada pelo proprietário do terreno. Tivemos a oportunidade de ver alguns desses numismas[4] ficando claro que se trata de exemplares tardios, dos séculos IV e V, sendo um deles uma Maiorina de Arcádio (RIC IX, 27b-1), cunhada em Heracleia entre 392 e 395 d.C.

Embora estes sítios arqueológicos se localizem no sopé da cordilheira descrita, outros foram implantados no cume das serras: é o caso de Santa Marina, do Cerro de los Cenizos e, eventualmente, Silleta de Cañaveral. Todos estes sítios têm em comum com Cáceres Viejo de Santa Marina, para além do tipo de implantação, o facto de oferecerem o mesmo tipo de vestígios arqueológicos, concretamente espaços bem definidos com a mesma área de utilização. Não é improvável que se trate de assentamentos contemporâneos, estrategicamente implantados e com contacto visual entre si, com funções militares ou, pelo menos, de controle do território. Todavia, a tipologia e cronologia dessas ocupações somente poderão ser confirmadas com a realização de trabalhos arqueológicos.

3. ZONA ESTRATÉGICA ENTRE A PLANÍCIE E A SERRA

Esta região, atravessada pelo Tejo e pelas elevações naturais que antecedem o Sistema Central, representou, ao longo do tempo, uma barreira natural que dificultou consideravelmente o avanço militar em ambos sentidos. Essa situação está documentada durante o processo de expansão muçulmana na actual Extremadura (Pachecho, 1991: 34-36; Manzano, 1991: 188-189; García, 2007: 93-94 e 98), mas é particularmente bem conhecida durante o processo de Reconquista (Clemente, Montaña, 1994: 83-84; 2000: 14-15; Ríos, 2019: 40), cujo avanço militar esteve parado nesta região durante bastante tempo.

Reforçava esta "zona de fronteira" o facto de o Tejo oferecer apenas um ponto de passagem com um vau relativamente baixo e margens mais acessíveis, facilitando o seu controlo, justamente o local onde se viria a edificar a ponte romana de Alconétar (López-Menchero, 2011: 17; Pizzo, 2016), que servia o Caminho da Prata. Com efeito, o percurso mais directo desde *Norba* a *Salmantica* era justamente aquele que passava pelo vau de Alconétar e pelo Puerto de los Castaños (Roldán, 1971; 1975; 2007; Gil, 2012: 10), traçado que também o Caminho Real seguiu, ainda que com algumas diferenças substanciais (Castro, Valiente, 2016).

É evidente, portanto, que também na Antiguidade esta configuração orográfica deverá ter desempenhado funções diversas de defesa, obstáculo ou controlo do território em caso de instabilidade política e/ou militar, da mesma forma que podiam assumir funções de contacto intercultural (López, Sánchez, García, 1984: 290). Estas características do terreno podem, além disso, ser a justificação para o facto de esta região ter sido palco de sucessivas ocorrências militares durante o processo de conquista romana, mas que, a partir de determinado momento, deverão ter tido o Tejo como limite (Roldán, 2007: 332-333).

Algumas dessas situações podem corresponder-se com a campanha de 179 a.C. de L. Postúmio Albino, eleito pretor o ano anterior, e que teve como objectivo uma incursão a território dos Váceos (Roldán, Wulff, 2001: 155-158), ou a que foi realizada mais tarde, em 151 a.C., por L. Licínio Luculo, durante a qual *Cauca* foi tomada (Blanco, 2015). Estas primeiras incursões a Norte do Tejo não demonstram, contudo, que essa região estaria sob a égide de Roma, além de que as "zonas de fronteira", neste período, eram consideravelmente turvas e vastas.

[4] Agradecemos a Don Jesús Carlos Rodríguez Rodríguez que gentilmente nos facilitou o acesso aos materiais.

A região volta a ser mencionada pela literatura clássica no âmbito das acções militares lideradas por Quinto Servílio Cipião, realizadas em 139 a.C., que penetraram em território vetão (Ruiz, Álvarez-Sanchéz, 2002), não sem antes garantir uma adequada segurança de retaguarda, assentando o acampamento correspondente a *Castra Serviliana*, ou o abastecimento do contingente militar realizado, segundo opinião de alguns investigadores, a partir do litoral meridional (*Turris Caepionis*) e do atlântico (*Castra Caepiana*) (Roldán, Wulff, 2001: 86-90). Para este caso, porém, um trabalho posterior sugeriu, apoiado nos dados arqueológicos do sítio, que o local tenha sido fundado pelo seu descendente, pretor em 109 a.C. (Guerra, 2004: 233).

O bronze de Alcântara permite assumir que a região a Sul do Tejo estaria submetida a partir de 104 a.C. (López, Sánchez, García, 1984), ou pelo menos controlada, já que poucos anos depois também Licínio Crasso estabeleceu um acampamento na região, na década de 90 a.C. (Beltrán, 1973-74; 1976; Cadiou, 2003: 85). Todavia, durante o seu governo na Ulterior não se narraram acções ou eventos militares relevantes, o que, juntamente ao facto de lhe ter sido repetidamente renovado o cargo provincial durante cinco anos, demonstra que Roma já manifestava os efeitos das convulsões sociais e políticas que advieram (Mantas, 2015: 337-336). Talvez também por este mesmo motivo, não temos informações sobre as actividades praticadas nesta região na década seguinte, coincidente com a Guerra Social e os primeiros impactos militares da primeira Guerra Civil Romana, entre cinanos e silanos (Mantas, 2015: 337-347; Heredia, 2017; Carlà-Uhink, 2019).

A descrição destes eventos, ainda que em alguns deles se narrem incursões para lá do grande Rio (Livy 40.17), demonstram que, efectivamente, a dupla barreira natural (Tejo e cordilheira que antecede o Sistema Central) retardou consideravelmente o eficaz processo de conquista a Norte do Tejo. Situação diferente, porém, deve ser a que sucedeu à Guerra Social e Civil e teve a Península Ibérica como palco – a guerra sertoriana. Embora esta região possa ter permanecido como uma "zona de fronteira", o processo de "romanização" é agora uma realidade bissectada exercida por duas facções políticas e militares que se enfrentam.

A guerra sertoriana corresponde a um fenómeno consideravelmente complexo (Morillo, Sala, 2019: 50-51), no qual romanos enfrentam romanos, podendo-se considerar eventos militares específicos em distintos momentos e em distintas regiões (Morillo, 2014: 48). Com efeito, para Sertório a Hispânia serviu como cenário bélico, como centro de comando e facilitou os meios (humanos e materiais) para encetar a luta pelo poder (Matyszak, 2013: 68-72). As informações literárias sobre este episódio são mais abundantes, sobretudo sobre o seu oponente, Q. Cecílio Metelo, mas isso não se reflecte numa interpretação fácil dos vestígios arqueológicos, como é o caso em estudo, situação dificultada por vários motivos que já foram detalhados (Morillo, 2014; Morillo, Sala, 2019).

Apesar disso, importa relembrar algumas questões que contribuem para a dificuldade em interpretar ou associar vestígios arqueológicos a este episódio. Além de, como foi dito, este conflito se caracterizar por um enfrentamento entre romanos, a presença de militares indígenas em ambos exércitos contribuiu para uma fusão heterodoxa da cultura material, mas sobretudo das tácticas de guerra e da disciplina militar. Esta situação deveria ser particularmente evidente nas fileiras do exército sertoriano, maioritariamente composto por militares indígenas, além de que, por inferioridade numérica e táctica nativa, recorriam frequentemente à técnica de guerrilha (Cadiou, 2004).

Após estes apontamentos, que serão relevantes na compreensão do tipo de assentamento em análise, centremo-nos novamente na região que nos ocupa. Ainda que não saibamos exactamente qual seria a localização do exército de Sertório no início do conflito, tem-se assumido que estaria na parte oriental da Lusitânia (Chic, 1986; García, 1991: 65; Salinas, 2006: 157), justamente a região onde a literatura clássica coloca o contingente de Metelo.

Com a chegada do general romano, no ano de 79 a.C., Sertório viu-se obrigado a uma táctica claramente de defesa, tendo-se refugiado, segundo García Morá (1991: 84), na área delimitada entre o Tejo e o Douro. Ainda que não possamos descartar por completo esta posição, o certo é que outras vozes reclamaram uma posição mais a Sul (Pérez, 2000, Salinas, 2006; Heras, 2018: 84-85), na esteira do que Schulten havia defendido (1928) e apoiados nas indicações de Salústio, que fez referência às acções militares de Metelo (*Hist.* I.101-121). Perante a situação geográfica descrita e a sua relevância ao longo do tempo, é plausível que, na fase inicial do conflito, a "zona de fronteira" entre ambos exércitos estivesse nesta região, já que o recinto militar de Cáceres el Viejo foi considerado uma fundação de Metelo (Madoz, 1846, Tomo V: 87; Schulten, 1937: 173) e que aquele autor clássico informa que o general romano terá realizado incursões até ao Tejo sem, contudo, afirmar que o transpôs (Heras, 2018: 85). Mais complexa é a relação de *Caecilio Vico* com as movimentações de Metelo (Roldán, Wulff, 2001; Roldán, 2007: 333), localizada em Puerto de Béjar, *mansio* assim denominada inicialmente por Blázquez (1920) e Besnier (1924), mas que já foi considerada como *Caelionico* (Roldán, 1975: 225; Fernández, Morillo, Gil, 2012: 166-167).

Se conciliarmos todos os dados até agora descritos, incluídos os de Cáceres Viejo de Santa Marina, não parece descabido ponderar que este assentamento tenha cumprido funções no âmbito destes conflitos. Além de alguns artefactos delatarem actividades militares, a cultura material contrasta fortemente com a do recinto militar de Cáceres el Viejo e a sua implantação pode ser considerada resultado da táctica de guerrilha. Da mesma forma que esta região terá representado uma área de fronteira durante o processo de conquista, realidade que pode ser contrastada entre os sítios a Norte (Rio-Miranda, Iglesias, 2002; Fernández, López, 1990) e a Sul do Tejo (Sánchez, 1979; Esteban, Salas, 1988; Ongil, 1992; Redondo, Esteban, Salas, 1992; Alonso, 1992; Heras et al., 2003; Hernández, Martín, 2017), e também o foi em época medieval (García, 2007: 93-94 e 98; Clemente, Montaña, 1994: 83-84; 2000: 14-15; Ríos, 2019: 40), é credível pensar que durante o conflito sertoriano terá desempenhado funções idênticas.

Apesar do que foi considerado, devemos admitir que as posições militares nunca eram rígidas, já que a literatura esclarece sobre a frequente realização de incursões de ambos exércitos em território inimigo (Curchin, 1997: 68; Pereira, Dias, 2020: 118). Por outro lado, evidentemente que "as linhas de frente de conflito" eram móveis (Cadiou, 2008: 411-416), transferindo-se consoante as vitórias e o número de contingentes de cada exército. No entanto, estas posições podiam fortalecer-se dependendo da região e dos relevos naturais que cada exército dominasse, motivo pelo qual, mesmo aceitando que não existiam "linhas de fronteira" (Cadiou, 2008: 411-416; Heras, 2018: 62), seguramente existiram "zonas de fronteira" (Curchin, 1997: 68) que tinham na sua retaguarda bases militares que reforçavam o controlo e garantiam a logística aos contingentes na região.

As actividades militares nesta zona não cessaram, contudo, com os conflitos sertorianos. Com efeito, anos mais tarde, durante o governo de Júlio César na Ulterior e com o objectivo de pôr fim às incursões de vetões e lusitanos, foram realizadas campanhas entre o Tejo e o Douro, obrigando os habitantes dessa região a descer dos *oppida* para zonas mais planas (Álvarez-Sanchís, 2010: 276). Estas referências demonstram que, embora estes aglomerados gozassem já de um evidente desenvolvimento resultante da conquista (Álvarez-Sanchís, 2003: 141-145), as comunidades a Norte do Tejo ainda não estavam plenamente controladas. Apesar disso, tem-se considerado que a economia indígena e a sua organização política haviam sido paulatinamente substituídas pelo centralismo romano (Salinas, 2001; Álvarez-Sanchís, 2016: 41).

Tal como foi já sublinhado (Álvarez-Sanchís, 2010: 276), se, por um lado, estas acções, de proibição de defesas e coacção de instalação nas planícies, tiveram um considerável impacto na rede de povoamento, por outro, não podemos atribuir essa responsabilidade unicamente a causas e efeitos

militares. Além de que nem todos os *oppida* foram abandonados neste momento (El Raso somente é abandonado em meados/terceiro quartel do século I a.C.), não é improvável que estas trasladações fossem efectivadas por iniciativa indígena de forma a aproximarem-se de recursos agrícolas e mineiros, mas também dos circuitos de abastecimento controlados pelo exército e incentivada pela maior demografia (Álvarez-Sanchís, 2011: 173-174).

A Guerra Civil que enfrentou cesarianos e pompeianos é outro episódio que não pode ser ignorado, mas para o qual, infelizmente, temos poucas informações para esta região. Alguns indícios apontam a Extremadura como uma das áreas onde os exércitos terão circulado (Caes. *BCiv.* I.38) que, considerando igualmente o achado de um tesouro numismático em El Raso (Álvarez-Sanchís, 2016: 41), indicam que esta região era consideravelmente insegura neste momento. Além disso, deve ter-se ainda em conta os indícios da política urbanizadora e territorial cesariana na região, concedendo estatuto colonial a *Metellinum* e estabelecendo *Norba Caesarina* (Salas, 1996; Roldán, 2007: 333-334; Edmondson, 2011: 38-42; Guerra, Collado, Pérez, 2014). Apesar do que foi dito, neste momento não parece que a área em questão, entre o vale do Tejo e o Sistema Central, correspondesse a uma "zona de fronteira".

4. REFLEXÕES FINAIS

Determinar com precisão o momento, a função e a ocupação de Cáceres Viejo de Santa Marina é uma tarefa difícil com os dados que possuímos até ao momento. Esperamos que futuros trabalhos possam vir a reunir mais dados e argumentos *ante* e *post quem*. Apesar disso, é possível colocar como hipótese que o assentamento deva ter existido durante o segundo quartel do século I a.C., apoiados nos materiais que foram recolhidos durante duas campanhas de escavação (Pereira, 2017; Pereira, Dias, 2020).

Outros indícios falam acerca do tipo de ocupação, pois as características da implantação não parecem relacioná-lo com um aglomerado civil, mas sim com uma ocupação estratégica. Todavia, essa estratégia poderia estar relacionada não apenas com o controlo do Caminho da Prata, mas também tirando partido da orografia desta região, que resulta numa barreira natural que deveria ser difícil de transpor e essencial para o controlo do território.

A eventual utilização desta "muralha natural" pode ter estado relacionada com um obstáculo ao avanço do exército senatorial, estacionado na zona a partir de 79 a.C., situação que permite ter em conta a proposta de García Morales (1979), quando propôs tratar-se de um posto avançado de Cáceres el Viejo. No entanto, quando comparamos ambos estabelecimentos verificamos que oferecem vestígios contrastantes: na cultura material, na arquitectura, mas sobretudo nos critérios de implantação. Com efeito, nem os repertórios, nem as pastas das cerâmicas se aproximam, patenteando distintas origens e influências. Pensamos que, no caso de Cáceres Viejo de Santa Marina, a sua relação deva ter sido mais próxima com os sítios a Norte do Tejo (Pereira, Dias, 2020: 119-120), enquanto o recinto militar localizado mais a Sul delata claras relações com a Ulterior.

Atendendo à proximidade temporal, não devemos desconsiderar, ainda assim, uma relação do sítio com as circulações militares realizadas em 61 a.C., entre o Tejo e o Douro, durante o governo de Júlio César na Ulterior (Novillo, 2010: 212-213), tendo como objectivo anular as incursões de Vetões e Lusitanos e obrigar os habitantes dos *oppida* a fixar-se em zonas planas. Não obstante, não podemos atribuir essa responsabilidade unicamente a causas e efeitos militares, já que nem todos os *oppida* foram abandonados neste momento e nem todas as trasladações podem ser atribuídas às acções militares cesarianas (Álvarez-Sanchís 2011: 173-174).

Agradecimentos

O presente trabalho somente foi possível graças aos trabalhos de campo realizados na propriedade de Don Jesús Carlos Rodríguez Rodríguez e sua família que, após ouvir pacientemente as justificações de um amante do património arqueológico, compreendeu a importância do sítio e nos deu total acesso ao terreno.

À UNIARQ, pelo apoio prestado que representou uma ajuda imprescindível na ausência de respostas a pedidos de cooperação para a investigação e divulgação do património extremenho, tendo a maioria do financiamento sido suportado por expensas próprias.

Um especial agradecimento, também, aos colegas e amigos que desinteressadamente me ajudaram a realizar as intervenções: Íris Dias, João Gomes, Cristina Rojo, José Tena, Alexia Mena e Liliana Teles, a todos um muito bem-haja.

Referências Bibliográficas

Adroher Auroux, A. (2014): Cerámica Gris Bruñida Republicana (GBR): el problema de las imitaciones en ceramología arqueológica, in R. Morais; A. Fernández Fernández; M. Sousa (eds.), *As produções cerâmicas de imitação na Hispânia* (Braga, 2013). Monografías Ex Officina Hispana II. Porto: 281-290.

Alapont Martín, L.; Calvo Gálvez, M.; Ribera i Lacomba, A. (2010): *La destrucción de Valentia por Pompeyo*. Quaderns de Difusió Arqueològica 6. Valencia.

Alonso Sánchez, A. (1988): *Fortificaciones romanas en Extremadura: la defensa del territorio*. Cáceres.

Alonso Sánchez, A. (1992): El fortín romano del "Castillo del Puerto", Cáceres. El control del territorio. *Extremadura Arqueológica* 2: 417-430.

Álvarez-Sanchís, J. (1999): *Los Vettones*. Madrid.

Álvarez-Sanchís, J. (2003) - *Los Señores del Ganado. Arqueología de los pueblos prerromanos en el occidente de Iberia*. Madrid.

Álvarez-Sanchís, J. (2010): La cerámica con decoración a peine: de "fósil guía" a indicador de etnicidad, in F. Romero Carnicero; C. Sanz Mínguez (eds.), *De la Región Vaccea a la Arqueología Vaccea* (Valladolid, 2009). Vaccea Monografías 4. Valladolid: 293-318.

Álvarez-Sanchís, J. (2011): Ciudades vettonas. *Complutum* 22: 147-184.

Álvarez-Sanchís, J. (2016): Tiempos revueltos (400-50 a.C.): Los Castros de Ávila y sus defensas. *Castillos de España* 179-181: 31-42.

Beltrán Lloris, M. (1973-74): Problemas de la arqueología cacereña: el campamento romano de Cáceres el Viejo (Cáceres): Estudio numismático. *Numisma* 23-24: 255-310.

Beltrán Lloris, M. (1976): La cerámica del campamento de Cáceres el Viejo (Cáceres), in *V Congreso de Estudios Extremeños: Ponencias VII y VIII, Arqueología y Arte Antiguo* (Mérida-Badajoz, 1974). Cáceres: 3-22.

Benet Jordana, N.; López Jiménez, O. (2008): Investigaciones recientes en la Edad del Hierro en Salamanca y la Beira Alta: los castros del occidente, in J. Álvarez-Sanchís (eds.), *Arqueología Vettona. La Meseta Occidental en la Edad del Hierro*. Zona Arqueológica 12. Alcalá de Henares: 162-181.

Berrocal-Rangel, L. (1989): El asentamiento "céltico" del Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid* 6: 245-295.

Berrocal-Rangel, L. (1994): *Oppida* y castros de la Beturia céltica. *Cumplutum* Extra 4: 189-241.

Besnier, M. (1924): Itinéraires épigraphiques d'Espagne. *Bulletin Hispanique* 26,1: 5-26.

Blanco García, J. (2015): Sobre la ubicación del campamento de Lúculo durante el asedio de *Cauca* del 151 a.C. y las posiciones de Pompeyo Magno en la destrucción del 74 a.C. *Oppidum, Cuadernos de Investigación* 11: 19-30.

Blanco García, J. (2017): Cerámica común romana altoimperial de cocina y mesa, de fabricación local, en la Meseta, in C. Fernández Ochoa; A. Morillo Cerdán; Mª Zarzalejos Prieto (coord.), *Manual de cerámica romana III: cerámicas romanas de época altoimperial III: cerámica común de mesa, cocina y almacenaje, imitaciones hispanas de series romanas, otras producciones*. Alcalá de Henares: 143-236.

Blázquez y Delgado-Aguilera, A. (1920): Cuatro téseras militares. *Boletín de la Real Academia de la Historia* 77: 99-107.

Blázquez Cerrato, C. (2014): Huellas militares numismáticas en el occidente peninsular, in F. Cadiou; M. Navarro Caballero (coord.), *La guerre et ses traces: Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier s. av. J.-C.)*. Mémoires 37. Bordeaux: 415-428.

Cabré Aguiló, J., Cabré de Morán, Mª; Molinero Pérez, A. (1950): *El Castro y la Necrópolis del Hierro Céltico de Chamartín de La Sierra (Ávila)*. Acta Arqueológica Hispánica V. Madrid.

Cadiou, F. (2003): Garnisons et camps permanents: un réseau défensif des territoires provinciaux dans l'Hispanie républicaine?, in A. Morillo Cerdán; F.

CADIOU; D. HOURCADE (eds.), *Defensa y territorio en Hispania : De los Escipiones a Augusto* (Madrid, 2001). Léon-Madrid: 81-100.

CADIOU, F. (2004): Sertorius et la guérilla, in CL. AULIARD; L. BODIOU (dir.), *Au jardin des Hespérides. Histoire, société et épigraphie des mondes anciens*. Mélanges offerts à Alain Tranoy. Rennes: 297-314.

CADIOU, F. (2008): *Hibera in terra miles: Les armées romaines et la conquête de l'Hispanie sous la république (218-45 av. J.-C.)*. Madrid.

CARLÀ-UHINK, F. (2019): (Re-)Founding Italy: The Social War, its aftermath and the construction of a roman-italic identity in the Roman Republic. *History in Flux* 1,1: 3-19.

CASTRO CASTILLO, Mª; VALIENTE LOURTAU, A. (2016): El paso del Camino Real por el municipio cacereño de Cañaveral: un desvío medieval de la Vía de la Plata, in F. LORENZANA DE LA PUENTE; R. SEGOVIA SOPO (coord.), *XVI Jornada de Historia de Fuente de Cantos* (Fuente de Cantos, 2015). Badajoz: 193-222.

CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, E. (2004): La Vía de la Plata en Extremadura. Observaciones históricas y arqueológicas, in J.-G. GORGES; E. CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES; T. NOGALES BASARRATE (eds.), *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: las comunicaciones* (Cáceres, 2002). Madrid: 177-194.

CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, E.; MONTALVO FRÍAS, A. (2009): La Vía de la Plata en Extremadura: de *Augusta Emerita* a *Caecilius Vicus*, in A. MONTALVO FRÍAS (coord.), *La Vía de la Plata. Una calzada y mil caminos*. Catálogo de Exposición (Mérida, 2008). Madrid: 49-57.

CHIC GARCÍA, G. (1986): Q. Sertorius, procónsul, in G. FATÁS CABEZA (dir.), *Epigrafía hispánica de época Romano-Republicana* (Zaragoza, 1983). Zaragoza: 171-175.

CLEMENTE RAMOS, J.; MONTAÑA CONCHIÑA, J. (1994): La Extremadura cristiana (1142-1230). Ocupación del espacio y transformaciones socioeconómicas. *Historia, Instituciones, Documentos* 21: 83-124.

CLEMENTE RAMOS, J.; MONTAÑA CONCHIÑA, J. (2000): Repoblación y ocupación del espacio en Extremadura (1142-C. 1350), in J. CLEMENTE RAMOS; J. MONTAÑA CONCHIÑA (coord.), *Actas de las I jornadas de historia medieval de Extremadura* (Cáceres, 1998). Cáceres: 13-40.

CURCHIN, L. (1997): Roman frontier concepts in the Spanish interior: configuration and ideology, in W. GROENMAN-VANWAATERINGE; B. VAN BEEK; W. WILLEMS; S. WYNIA (eds.), *Roman Frontier Studies 1995: Proceedings of the XVIth International Congress of Roman Frontier Studies* (Rolduc, 1995). Oxbow Monograph 91. Oxford: 67-71.

EDMONSON, J. (2011): "A Tale of Two Colonies": *Augusta Emerita* (Mérida) and *Metellinum* (Medellín) in Roman Lusitania, in R. SWEETMAN (eds.), *An offprint from Roman Colonies in the First Century of their Foundation*. Oxford: 32-54.

ESTEBAN ORTEGA, J.; SALAS MARTÍN, J. (1988): 1ª campaña de excavaciones en el Castro de "El Castillejo" de Santiago del Campo (Cáceres). *Extremadura Arqueológica* 1: 129-142.

FABIÃO, C.; PEREIRA, T.; PIMENTA, J. (2015): Colecção de metais do sítio arqueológico dos Chões de Alpompé: Santarém. *Cira Arqueologia* 4: 110-150.

FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. (2008): Anatomía de un castro vettón. El Raso de Candeleda, in J. ÁLVAREZ-SANCHÍS (eds.), *Arqueología Vettona. La Meseta occidental en la Edad del Hierro*. Zona Arqueológica 12. Alcalá de Henares: 182-200.

FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. (2011): *El poblado fortificado de "El Raso de Candeleda" (Ávila), el Núcleo D. Un poblado de la III Edad del Hierro en la Meseta de Castilla*. Sevilla.

FERNÁNDEZ GÓMEZ, F.; LÓPEZ FERNÁNDEZ, Mª (1990): Secuencia cultural de El Raso de Candeleda (Ávila). *Numantia* 3: 95-124.

FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO CERDÁN, A.; GIL SENDINO, F. (2012): El itinerario de barro: Cuestiones de autenticidad y lectura. *Zephyrus* 70: 151-179.

FONTENLA BALLESTA, S. (2005): Glandes de honda procedentes de la batalla de *Asso*. *Alberca* 3: 67-84.

GARCÍA-FIGUEROLA, M. (2011): El comercio en la vía de la plata durante la época romana, in M. GARCÍA-FIGUEROLA (coord.), *Historia del comercio y la industria de Salamanca y provincia. Actas de las segundas Jornadas* (Salamanca, 2011). Salamanca: 11-30.

GARCÍA MORÁ, F. (1991): *Un episodio de la Hispania republicana: la guerra de Sertorio, planteamientos iniciales*. Granada.

GARCÍA MORALES, F. (1979): El "otro Cáceres el Viejo", in E. CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES; A. RODRÍGUEZ SÁNCHEZ (eds.), *Estudios dedicados a Carlos Callejo Serrano*. Cáceres: 323-334.

GARCÍA OLIVA, Mª (2007): Un espacio sin poder: la transierra extremeña durante la época musulmana. *Studia Historica, Historia Medieval* 25: 89-120.

GARCÍA VARGAS, E. (2012): Producciones anfóricas tardorrepublicanas y tempranoaugusteas del valle del Guadalquivir: Formas y ritmos de la romanización en Turdetania a través del artesanado cerámico, in D. BERNAL CASASOLA; A. RIBERA I LACOMBA (coord.), *Cerámicas Hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz: 177-205.

GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2011): Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a.C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización. *SPAL* 20: 185-283.

GIL CAMARÓN, M. (2012): La Vía de la Plata y los otros caminos que unían el mundo orientalizante y la meseta norte occidental. *El canto de la musa* 9: 1-16.

GUERRA, A. (1987): Acerca dos projécteis para funda da Lomba do Canho (Arganil). *O Arqueólogo Português* Série IV,5: 161-177.

GUERRA, A. (2004): *Caepiana*: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7,2: 217-235.

Guerra Millán, S., Collado Giraldo, H.; Pérez Romero, S. (2014): *Metellinum*: síntesis histórica y novedades arqueológicas de esta ciudad romana, in T. Nogales Basarrate; M. Pérez del Castillo (eds.), *Ciudades romanas de Extremadura*. Studia Lusitana 8. Mérida: 195-221.

Haba Quirós, S.; Rodrigo López, S. (1990): La Vía de la Plata entre las mansiones de *Rusticiana* y *Caecilius Vicus*: la calzada en relación con el asentamiento, in *Simposio sobre La red viaria en la Hispania romana* (Zaragoza, 1987). Zaragoza: 241-252.

Heras Mora, J. (2018): *La implantación militar romana en el suroeste hispano (Siglos II-I a.n.e.)*. Anejos de Gladius 18. Madrid.

Heras Mora, J.; Gil Montes, J.; Cáceres Campón, V.; Calderón Fraile, N. (2003): Poblamento preromano y romanización: un ejemplo en torno a Talaván (Cáceres). *Norba* 16: 123-142.

Heredia Chimeno, C. (2017): The Social War as a civil war: an initial step in the analysis of its nature. *De Rebus Antiquis* 7: 18-34.

Hernández Hernández, F.; Martín Bravo, A. (2017): *Las necropolis de El Romazal y el conjunto arqueológico de Villasviejas del Tamuja (Botija/ Plasenzuela, Cáceres)*. Serie Arqueología y Património 12. Madrid.

Hipólito, M. C. (1960-61): Dos tesouros de moedas romanas em Portugal. *Conimbriga* 2-3: 1-166.

Hurtado Pérez, P. (1927): *Castillos, torres y casas fuertes de la provincia de Cáceres*. Mérida.

López Melero, R.; Sánchez Abal, J.; García Jiménez, S. (1984): El bronce de Alcántara. Una *deditio* del 104 a.C. *Gerión* 2: 265-323.

López-Menchero, V. (2011): El desplazamiento de estructuras arqueológicas en España. Trasladar para conservar, conservar para difundir. *Conservar Patrimonio* 13-14: 11-26.

Madoz, P. (1846): *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar*. Tomo V. Madrid.

Mantas, V. (2015): Conflitos civis em Roma: dos Gracos a Sula, in J. Brandão; F. Oliveira (coord.), *História de Roma Antiga: Das origens à morte de César*. Vol. I. Coimbra: 313-361.

Manzano Moreno, E. (1991): *La frontera de Al-Andalus en época de los Omeyas*. Madrid.

Mataloto, R. (2014): A propósito de um conjunto de *glandes plumbeae*: o Castelo das Juntas (Moura) no contexto do episódio Sertoriano das Guerras Civis na margem esquerda do Guadiana, in C. Fabião; J. Pimenta (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: 343-384.

Marcos Alonso, C. (1999): La moneda en tiempos de guerra: el conflicto de Sertorio, in *Moneda y exèrcits: III Curs d'Historia monetaria d'Hispania*. Barcelona: 83-106.

Martín Bravo, A. (1995): *Las sociedades de la edad del hierro en la Alta Extremadura*. Tesis doctoral, Universidad Complutense de Madrid.

Martín Valls, R. (1999): La Edad del Hierro, in M. Salinas de Frías (dir.), *Historia de Salamanca. I. Prehistoria y Edad Antigua* (2ª ed.). Salamanca: 123-217.

Martín Valls, R.; Esparza Arroyo, A. (1992): Génesis y evolución de la Cultura Celtibérica, in M. Almagro-Gorbea; G. Ruiz Zapatero (eds.), *Paleoetnología de la Península Ibérica. Reflexiones y perspectivas de futuro.* Complutum 2-3. Madrid: 259-279.

Matyszak, P. (2013): *Sertorius and the Struggle for Spain*. South Yorkshire.

Menéndez Pidal, R. (1962): Las Guerras de lusitanos y celtíberos contra Roma Segundo Periodo: La Guerra Numantina (143 a 133 a. de J.C.), in R. Menéndez Pidal (dir.), *España Romana: Historia de España*. Tomo II. Madrid: 145-186.

Morillo Cerdán, A. (2014): Campamentos y fortificaciones tardorrepublicanas en Hispania. 'Calibrando' a Sertorio, in F. Sala Sellés; J. Moratalla Jávega (eds.), *Las guerras civiles romanas en Hispania. Una revisión histórica desde la contestania*. Alicante: 35-49.

Morillo Cerdán, A.; Sala Sellés, F. (2019): The sertorian wars in the conquest of Hispania: from data to archaeological assessment, in A. Fitzpatrick; C. Haselgrove (eds.), *Julius Caesar's Battle for Gaul. New Archaeological Perspectives*. Oxford: 49-72.

Novillo López, M. (2010): La propretura cesariana en la Hispania Ulterior: "La II guerra lusitana". *Gerión* 28,1: 207-221.

Ongil Valentín, M. (1992): Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres). El poblado (1986-1990). *Extremadura Arqueológica* 2: 247-254.

Pachecho Paniagua, J. (1991): *Extremadura en los geógrafos árabes*. Badajoz.

Pereira, C. (2017): Serra de Santa Marina, Cáceres Viejo (Casas de Millán, Cáceres, Espanha). Um Sítio paradigmático no contexto das Guerras Sertorianas. *Cira Arqueologia* 5: 33-54.

Pereira, C.; Dias, I. (2020): Acciones y reacciones: testimonios de los conflictos civiles romanos en Extremadura. El caso de Cáceres Viejo (Casas de Millán, Cáceres, España). *Archivo Español de Arqueología* 93: 103-126.

Pereira, T. (2016): *O papel do exército no processo de romanização: a Cabeça de Vaimonte (Monforte) como estudo de caso*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/37914?locale=en

Pérez Vilatela, L. (2000): *Lusitania. Historia y etnología*. Madrid.

Petruț, D.; Gui, M.; Trincă, H. (2014): Lighting Roman Military Barracks. An Interdisciplinary Approach Based on Evidence from Dacia. *Archaeologia Bulgarica* 18,3: 65-92.

Pizzo, A. (2016): El puente romano de Alcántara: nueva documentación arqueológica y evidencias constructivas previas. *Arqueología de la Arquitectura* 13: 1-22.

Poux, M.; Guyard, L. (1999): Un moule a balles de fronde inscrit d'époque tardorépublicaine a Paris (rue Saint-Martin). *Instrumentum* 9: 29-30.

Protase, D.; Gaiu, C. (1999): Le camp romain et l'établissement civil d'Ilişua. Les résultats des fouilles archéologiques effectuées dans le courant des années 1978-1995, in N. Gudea (eds.), *Proceedings of the XVIIth International Congress of Roman Frontier Studies* (Zalău, 1997). Zalău: 415-429.

Redondo Rodríguez, J.; Esteban Ortega, J.; Salas Martín, J. (1992): El castro de la Coraja de Aldeacentenera, Cáceres. *Extremadura Arqueológica* 2: 269-282.

Ribera i Lacomba, A. (2014): La destrucción de *Valentia* (75 a.C.) y la cultura material de la época de Sertorio (82-75 a.C.), in F. Sala Sellés; J. Moratalla Jávega (eds.), *Las guerras civiles romanas en Hispania: una revisión histórica desde la Contestania.* Alicante: 65-77.

Río-Miranda Álcon, J.; Iglesias Rodríguez, Mª (2002): El castro vettón del Berrocalillo (Plasencia). *Revista Ahigal* 15.

Ríos Saloma, M. (2019): La frontera entre Cristiandad e Islam: un modelo para el estudio de las realidades medievales en la Península Ibérica, in J. Kume (eds.), *Beyond the Seas: a medievalists' meeting in Tokyo*. Tokyo: 37-65.

Ripollés Alegre, P. (1982): *La circulación monetaria en la tarraconense mediterránea*. Tesis doctoral, Universitat de València.

Roldán Hervás, J. (1971): *Iter ab Emerita Asturicam: el Camino de la Plata*. Salamanca.

Roldán Hervás, J. (1975): *Itineraria hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*. Valladolid-Granada.

Roldán Hervás, J. (2007): El Camino de la Plata: *iter* o *negotium*. *Gérion* Extra 1: 323-340.

Roldán Hervás, J.; Wulff Alonso, F. (2001): *Citerior y Ulterior: las provincias romanas de Hispania en la era republicana*. Madrid.

Ruiz Zapatero, G.; Álvarez-Sanchís, J. (1995): Las Cogotas: Oppida and the Roots of Urbanism in the Spanish Meseta, in B. Cunliffe; S. Keay (eds.), *Social complexity and the Development of Towns in Iberia: from the Copper Age to the second century AD* (London, 1994). Proceedings of the British Academy 86. London: 209-236.

Ruiz Zapatero, G.; Álvarez-Sánchez, J. (2002): Etnicidad y Arqueología: tras la identidad de los Vettones. *Spal* 11: 253-275.

Salas Martín, J. (1996): Fuentes para el estudio de la colonia *Norba Caesarina* y sus *contributa Castra Servilia* y *Castra Caecilia*. *Anas* 9: 59-78.

Salinas de Frías, M. (2001): *Los vettones. Indigenismo y romanización en el occidente de la Meseta*. Salamanca.

Salinas de Frías, M. (2006): Geografía ficticia y geografía real de la epopeya sertoriana, in G. Cruz Andreotti; P. le Roux; P. Moret (coord.), *La invención de una geografía de la Península Ibérica, I: La época republicana* (Madrid, 2005). Málaga: 153-176.

Sanchéz Abal, J. (1979): El castro de Sansueña, Aliseda (Cáceres). Situación y descripción del sistema defensivo, in E. Cerrillo Martín de Cáceres; A. Rodríguez Sánchez (coord.), *Estudios dedicados a C. Callejo Serrano*. Cáceres: 659-662.

Schulten, A. (1918): Ein Römisches lager aus dem Sertorianischen Kriege. J*ahrbuch des Deutschen Archäologischen Institut* 33: 75-106.

Schulten, A. (dir.) (1937): *Fontes Hispaniae Antiquae*, vols. III, IV y VII. Barcelona.

Torres-Martínez, J.; Martínez Velasco, A.; Pérez Farraces, C. (2013): Los proyectiles de artillería romana en el *oppidum* de Monte Bernorio (Villarén, Palencia) y las campañas de Augusto en la primera fase de la guerra cantábrica. *Gladius* 33: 57-80.

Ulbert, G. (1984): *Cáceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanish-Extremadura*. Madrider Beiträge IX. Mainz-Rhein.

Velo y Nieto, G. (1968): *Castillos de Extremadura. Tierra de conquistadores*. Madrid.

Viegas, J. R.; Parreira, R. (1984): Der Schatzfund von Santana da Carnota (Alenquer/Portugal). *Madrider Mitteilungen* 25: 79-91.

Villaronga, L. (1964): Notas a un hallazgo de denarios en Maluenda (Zaragoza). *Ampurias* 26-27: 165-173.

Völling, Th. (1990): Funditores im römischen Heer. *Saalburg Jahrbuch* 45: 24-58.

GUERRA E PAZ: O ALGARVE ROMANO ENTRE *ILIPA* E *MUNDA*

Ana Margarida Arruda
UNIARQ - Universidade de Lisboa
a.m.arruda@letras.ulisboa.pt
https://orcid.org/0000-0002-7446-1104

RESUMO: O processo de romanização do Algarve litoral parece ter sido relativamente pacífico. Apesar dos dados arqueológicos revelarem uma presença efectiva de populações romanizadas desde o século II a.n.e., as evidências de actividades militares no território são muito escassas. Mas o Serro do Cavaco, em Tavira, pode tratar-se de um acampamento tardo-republicano e em Monte Molião (Lagos) um fosso, algumas armas e a natureza dos níveis datados do primeiro quartel do século I a.n.e. tornam mais nítida a sua correspondência com a *Laccobriga* de Plutarco.

Palavras-chave: Algarve romano; Conquista romana; *Militaria*; Estruturas defensivas.

ABSTRACT: Algarve romanization was mostly a peaceful process. The data about military activities are rare, even if the presence of Romanized populations is well known since the beginning of the II century b.c.e. However, Serro do Cavaco (Tavira) can be considered a late republic roman camp and in Monte Molião (Lagos) a ditch, some weapons and the nature of the levels dated of the two first decades of the I century b.c.e. make possible its relation with the *Laccobriga* siege described by Plutarco.

Keywords: Roman Algarve; Roman conquest; *Militaria*; Defensive structures

1. INTRODUÇÃO

No Algarve, os vestígios arqueológicos datados da época romano-republicana, entre os inícios do II a.n.e. e o terceiro quartel do I a.n.e. são já relativamente abundantes. Contudo, os que se podem conectar com o processo da conquista são muito poucos. De facto, são muito escassos os materiais e as estruturas directamente relacionados com actividades militares, e todos estes são susceptíveis de diversas interpretações.

Deixámos por tratar neste trabalho o Castelinho dos Mouros, em Alcoutim (Gradim et al., 2010; 2015), ao qual se podem juntar o Castelo de Alcaria Cova e o Castelo de Pomar (Gradim et al., 2010). Esta opção deve-se ao facto de os sítios se localizarem numa área muito setentrional, já em plena Serra do Caldeirão, e, por outro lado, se integrarem numa realidade distinta daquela que analisamos aqui, uma vez se podem conectar directamente com a temática dos edifícios fortificados denominados "*castella*", temática que outros colegas, neste mesmo volume, discutem com a devida e merecida profundidade.

Apesar disso, atrevo-me lembrar que a funcionalidade destas fortificações é alvo de discussão desde a sua identificação por Manuel Maia (1977-78; 1986), não sendo absolutamente pacífica a sua relação com acções bélicas, como aquele investigador pretendeu. Como se sabe, há quem defenda o carácter "civil" destas construções, admitindo que se trata de residências rurais, *villae* fortificadas (Wahl, 1985; Alarcão, 1988; Moret, 1995; 1999; 2004; Alarcão, Carvalho, Gonçalves, 2010), remetendo para a primeira ocupação rural dos territórios do interior alentejano. A função militar, contudo, continua a ser defendida por vários autores (Mantas, 1996; Fabião, 1998).



Fig. 1 - Localização dos sítios citados no texto (adaptado de Google Earth).

Neste trabalho, valorizamos um conjunto de sítios que se distribuem, de forma mais ou menos uniforme pelo litoral algarvio (fig. 1), parecendo importante começar por recordar que coincidem, na sua grande maioria, com importantes povoados da II Idade do Ferro, por um lado, e com núcleos populacionais de considerável relevância na época romana imperial, por outro. A única excepção a este cenário é, aparentemente, o Serro do Cavaco em Tavira, sem quaisquer evidências de ocupação posterior ao século I a.n.e., sendo muito duvidosa, como iremos tentar provar, a dos séculos IV e II a.n.e. que se tem defendido (Fabião, 2003; Maia, 2003; Maia, Silva, 2004).

Os trabalhos arqueológicos levados a efeito em alguns destes sítios em anos mais ou menos recentes e a publicação dos respectivos resultados permitem tecer algumas considerações sobre o início do processo de romanização da área meridional portuguesa e repensá-lo também tendo em consideração algumas referências dos textos clássicos.

2. OS SÍTIOS: ESTRUTURAS, MATERIAIS, CRONOLOGIAS

Os dados recuperados nos diversos sítios não são necessariamente idênticos do ponto de vista da sua qualidade e quantidade. De facto, enquanto alguns são provenientes de intervenções arqueológicas programadas e extensas em área, porque estão enquadradas em projectos de investigação, como são os casos do Castelo de Castro Marim, de Monte Molião, outras decorreram em contexto de emergência ou de salvamento, por exemplo o Forte de São Sebastião de Castro Marim e Faro, cujos trabalhos se resumiram a sondagens de dimensão variável. O Serro do Cavaco, em Tavira, foi apenas prospectado, e sobre Vila Velha de Alvor e o Cerro da Rocha Branca pouco se sabe ainda, uma vez permanecem praticamente inéditos, para o período que aqui se trata, os resultados das intervenções arqueológicas que neles decorreram.

A informação disponível sugere, contudo, que a instalação de grupos humanos com origem em Itália ou em áreas já romanizadas da Península Ibérica ocorreu maioritariamente ainda no século II a.n.e., mas no último quartel.

Com efeito, quer no Forte de São Sebastião de Castro Marim (Arruda, Pereira, 2008) quer em Faro (Viegas, 2011) os materiais arqueológicos que proporcionaram esta cronologia são abundantes, tal como também em Monte Molião (Arruda, Pereira, 2010; Arruda, Sousa, 2013; Dias, 2015).

No sítio da foz do Guadiana (fig. 2), as ânforas integram-se no tipo Dressel 1A de produção itálica, tendo sido igualmente documentadas as fabricadas no Norte de África, do grupo Mañá C2 (série 7 de Ramón Torres), em Cádis, concretamente as Maña C2, as CC.NN. (9.1.1.1. de Ramón Torre), as Mañá Pascual A 4 tardias (série 12 de Ramón Torres) e as D de Pellicer, e, no Baixo Guadalquivir, as Castro Marim 1. A cerâmica campaniense pertence ao tipo A, estando representadas as formas Morel 2283 e 2233 e Lamboglia 5, 6, 27, 31, e os vasos de paredes finas pertencem à forma II de Mayet. Os vasos de mesa incluem ainda as taças e os pratos de cerâmica de tipo kuass gaditanas das formas II, V e X de Niveau (Arruda, Pereira, 2018). Menos abundantes são os materiais com a mesma cronologia identificados no Castelo (Bargão, 2006; Viegas, 2011) e no Enterreiro, localizado na margem direita do esteiro da Lezíria (Pereira, Arruda, 2015).

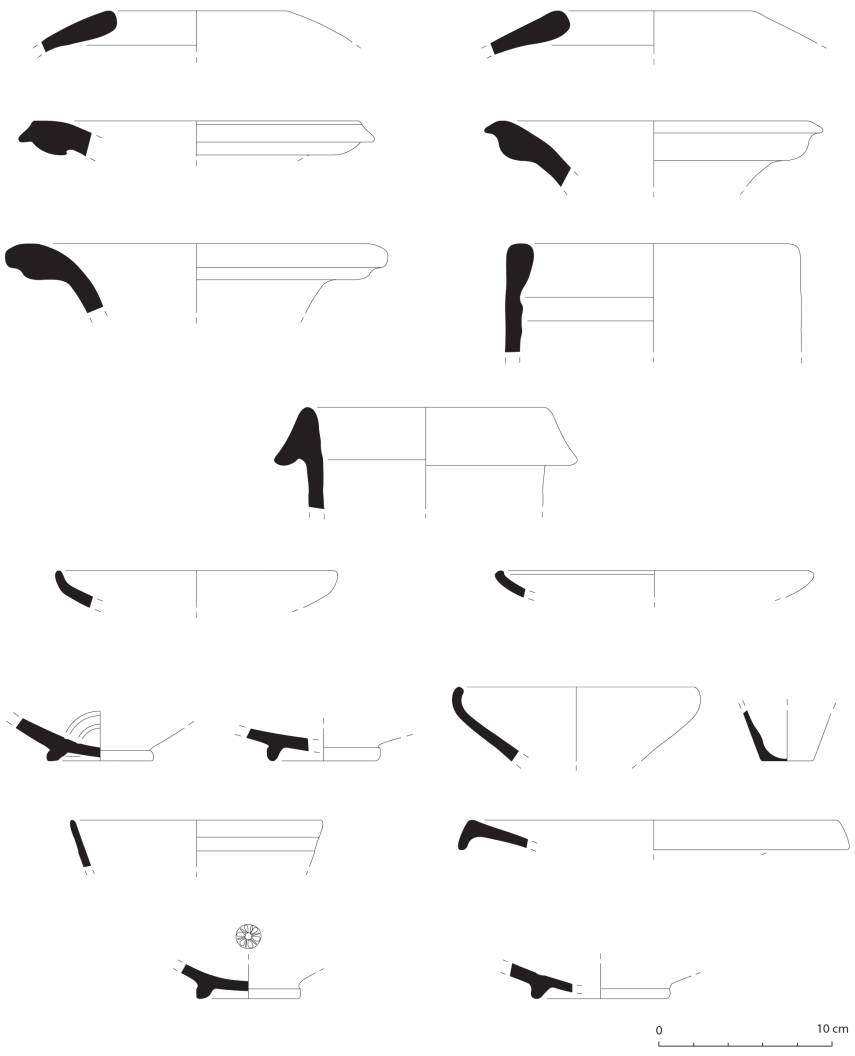


Fig. 2 - Materiais arqueológicos de época republicana do Forte de São Sebastião, Castro Marim (adaptado de Arruda, Pereira, 2018).

Em Faro, mais concretamente no espaço do Museu Municipal, a situação é praticamente idêntica em termos de espólios recolhidos (Viegas, 2011), estando representadas as mesmas categorias cerâmicas e as mesmas formas, mas o conjunto das ânforas integra também as greco-itálicas e as Lamboglia 2 e, para além da campaniense A, está também representada a calena (fig. 3).

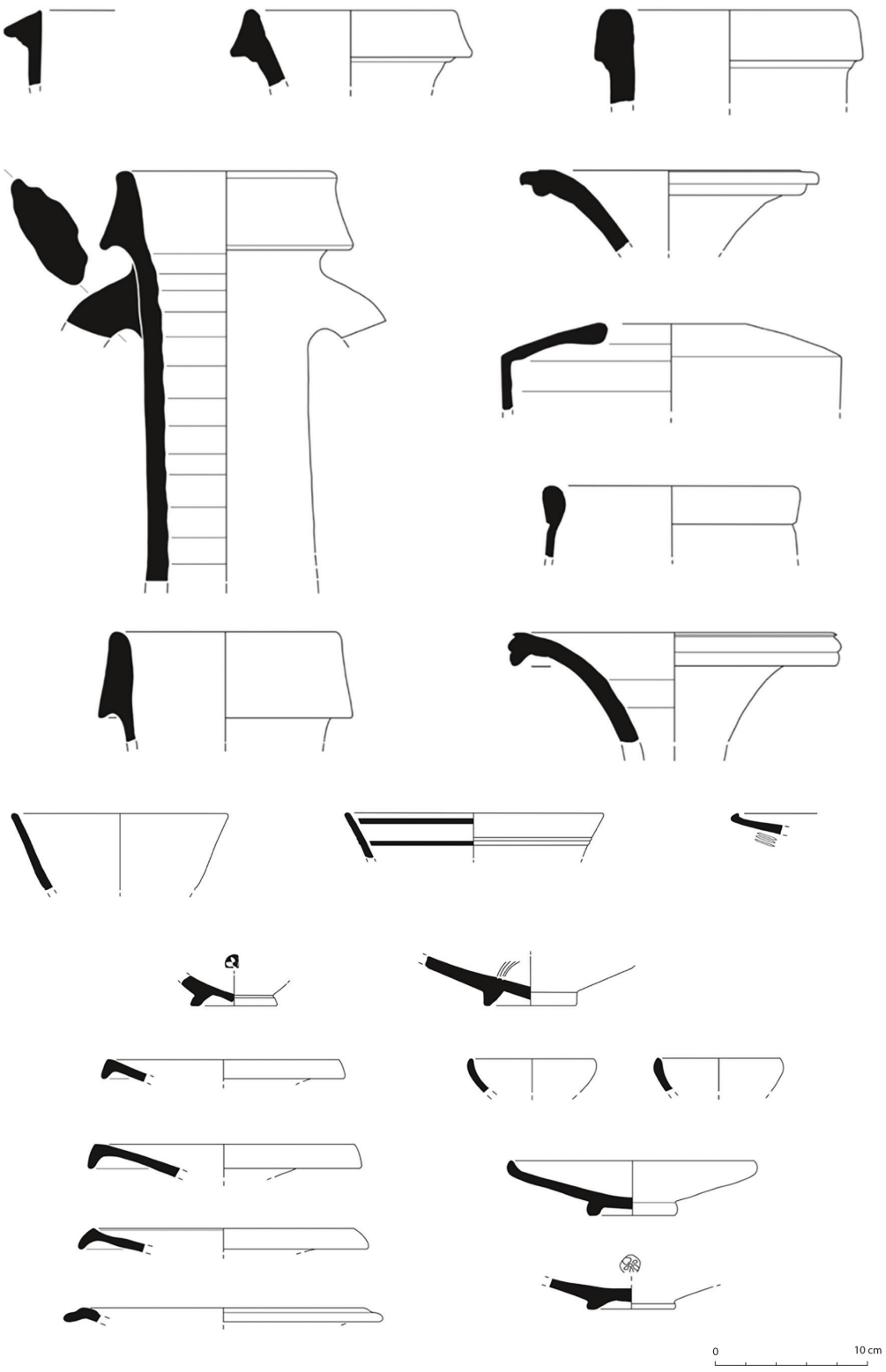


Fig. 3 - Faro: materiais republicanos (adaptado de Viegas, 2011).

Em ambos os sítios, as ocupações da Idade do Ferro subjaziam a estas de época romana, com o da foz do Guadiana a registar uma maior antiguidade no que se refere à permanência de populações sidéricas, isto se admitirmos, como parece plausível, que as duas elevações (Castelo e Forte) correspondem a dois polos de um único sítio (fig. 4). Quer na colina onde, em época medieval, se ergueu o Castelo quer na que lhe fica em frente, onde se construiu a ermida de São Sebastião, em grande parte destruída pela fortaleza seiscentista das guerras da restauração, a Idade do Ferro remonta ao século VII a.n.e. (Arruda, 1999-2000; Arruda et al., 2013; Arruda, Pereira, 2008).



Fig. 4 - Vista aérea de Castro Marim: o Castelo e o Forte de São Sebastião.

Em Faro, a ocupação da Idade do Ferro não parece recuar para trás do século IV a.n.e. (Arruda, Sousa, Bargão, 2005; Arruda, 2007a), momento igualmente muito bem documentado em Castro Marim (Arruda, 2005).

Às ocupações republicanas do século II a.n.e. seguiram-se as da centúria seguinte, quando a cerâmica campaniense, maioritariamente produzida em Cales, substituiu, quase por completo, a napolitana, permanecendo, contudo, no que à cerâmica de mesa diz respeito, as produções tipo Kuass (Niveau, 2003). A continuidade prolonga-se para a época imperial, até à antiguidade tardia na actual capital provincial, esbatendo-se no final do século I em Castro Marim.

Também em Monte Molião, sítio onde os fenómenos de continuidade se verificam, com importantes níveis da Idade do Ferro (Arruda et al., 2008; Arruda et al., 2014) e romanos imperiais (Arruda et al., 2008; Arruda, Viegas, 2016; Arruda, Dias, 2018), este momento dos últimos decénios do século II a.n.e./inícios do I a.n.e. está muito bem documentado, através de numerosos espólios (fig. 5 e 6). Entre

estes contam-se as ânforas itálicas (greco-itálicas, Dressel 1A e de transição), norte-africanas (Maña C2, T-7.4.2.1. e 7.4.3.1., e Tripolitanas Antigas), gaditanas e do baixo Guadalquivir (Maña C2, Mañá Pascual A4, Pellicer D, Castro Marim 1, Dressel 1A, T-9.1.1.1. e Carmona T-8.2.1.1.) (Arruda, Sousa, 2013). No que diz respeito à cerâmica de mesa destaca-se a campaniense A, representada pelas formas Lamboglia 5, 5/7, 6, 27, 31, 36 e 48, sendo as produções calenas muito mais raras (Formas 1, 5, 5/7, 7 e 10 de Lamboglia) (Dias, 2015). Os pratos de peixe da forma II e as pequenas taças de bordo reentrante da IX A em cerâmica de tipo Kuass (Sousa, Arruda, 2013), por um lado, e os copos e as taças de cerâmica de paredes finas itálicos (Mayet II, III, VIII e IX), por outro, completam o serviço de mesa desta fase de ocupação de Monte Molião (Sousa, Arruda, 2018), a que se podem ainda juntar as raras taças megáricas (Sousa, Pereira, Arruda, 2019).

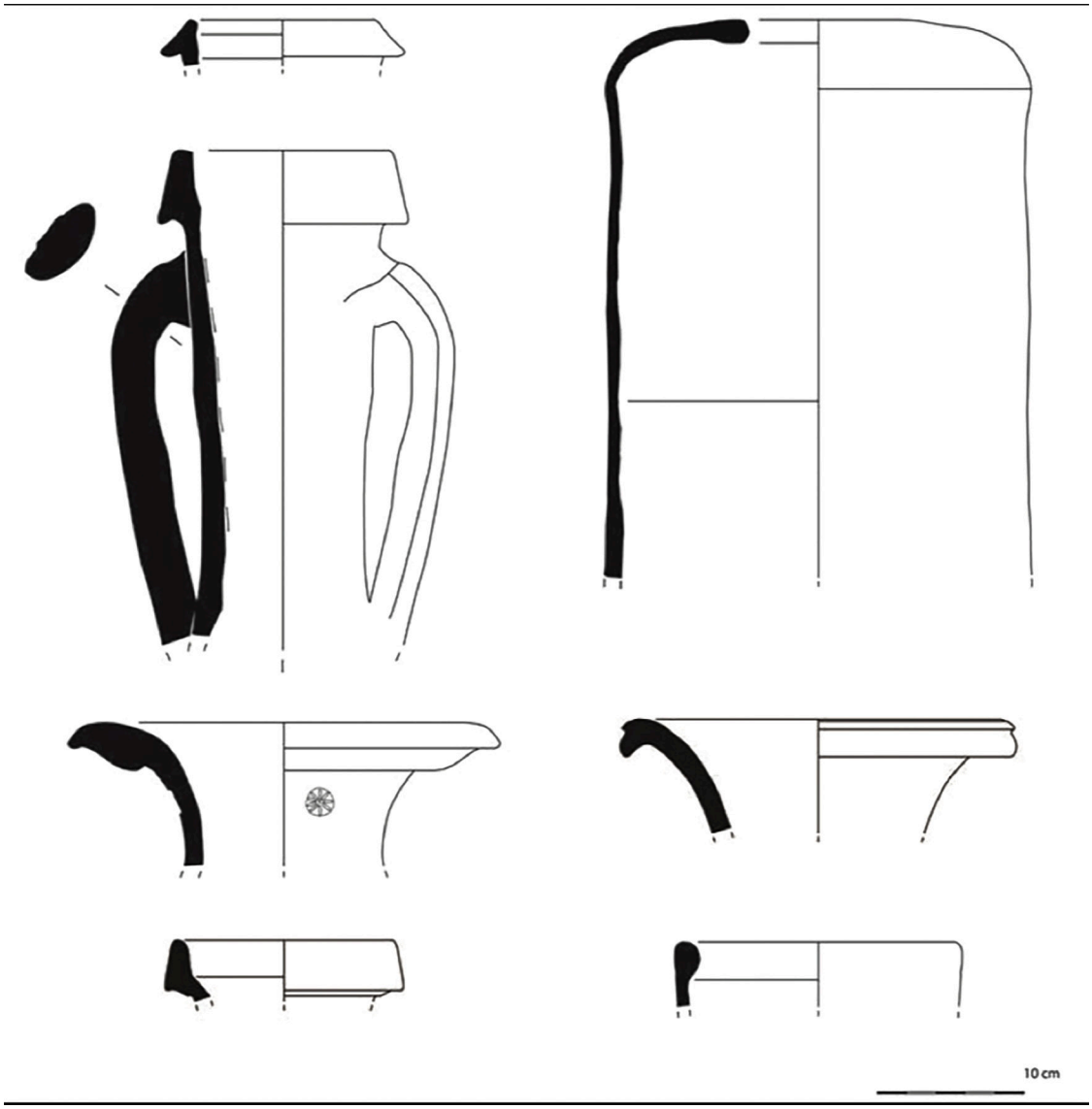


Fig. 5 - Monte Molião: ânforas correspondentes à ocupação republicana dos finais do século II/inícios do I a.n.e. (adaptado de Sousa, Arruda, 2013).

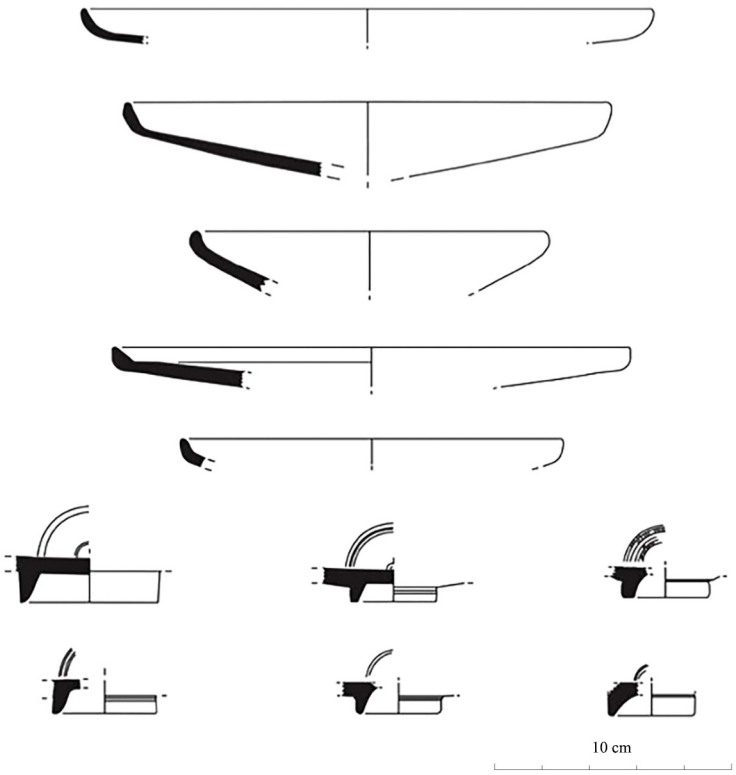


Fig. 6 - Monte Molião: cerâmica campaniense correspondente à ocupação republicana dos finais do século II/inícios do I a.n.e. (adaptado de Dias, 2010).

Porém, os contactos com o mundo itálico parecem ser anteriores, ainda da primeira metade da mesma centúria (Sousa et al., no prelo). Esta realidade identificou-se em nível onde, entre as importações de ânforas itálicas, as greco-itálicas são exclusivas, estando acompanhadas por pratos de campaniense A da forma 23, mas também por numerosos produtos gaditanos, concretamente ânforas Pellicer B/C, e da série 12 de Ramón Torres e cerâmicas comuns e de tipo Kuass (Sousa et al., no prelo).

Referir que a ocupação republicana da segunda metade do século I a.n.e. foi também documentada, parece essencial neste contexto.

Mais importante é o fosso, de perfil em V (fig. 7), identificado na vertente Este, e que merece o devido destaque (Diogo, Marques, 2008). O segmento posto a descoberto possui 14 m de comprimento e largura varia entre os 2,30 e os 2,80 m, tendo cerca de 2 m de profundidade (Diogo, Marques, 2008: 63). Infelizmente, a cronologia da sua construção não está ainda bem definida, ainda que date, quase seguramente, da época republicana.

Neste contexto, parece importante fazer também referência ao armamento que tem vindo a ser descoberto nos trabalhos de campo, maioritariamente pontas de lança (ou javalinas) e respectivos contos (Arruda, Pereira, 2008; Pereira, Mateus, Arruda, em preparação), tendo sido também reconhecido um *pilum*, de perfil piramidal, enquadrável no grupo dos "*pila* pesados" (fig. 8).

Estas armas, que à excepção do *pilum* podem ter desempenhado outras funções para além da estritamente militar, o fosso, que ladearia o povoado pelo menos na vertente Este, e os potentes e importantes estratos arqueológicos integrados cronologicamente entre os finais do século II a.n.e. e as primeiras duas décadas do I a.n.e., contribuem para a discussão acerca da localização de Lacóbriga, nomeadamente no que se refere à referência de Plutarco sobre o cerco daquele sítio levado a efeito por Metelo (Plut. *Vit*. *Sert.* 13.25.127) e que Sertório resolveu:

"Diz Plutarco que Metelo resolveu sitiar *Laccobriga* e obrigá-la a render-se pela sede. Havendo em *Laccobriga* um único poço, os habitantes não poderiam resistir por muito tempo. Sertório acudiu imediatamente, despachando os seus homens com 2000 odres de água. Ordenou ainda aos seus militares que trouxessem os lacobricenses inúteis para a defesa. Metelo, cujos soldados tinham partido com escassos víveres, pois não previam mais de dois dias de cerco, teve que despachar Aquino com mais 6000 homens e reforço de provisões. Sertório, saindo ao caminho de Aquino, atacou-o de surpresa e venceu-o." (Alarcão, 2005: 298).

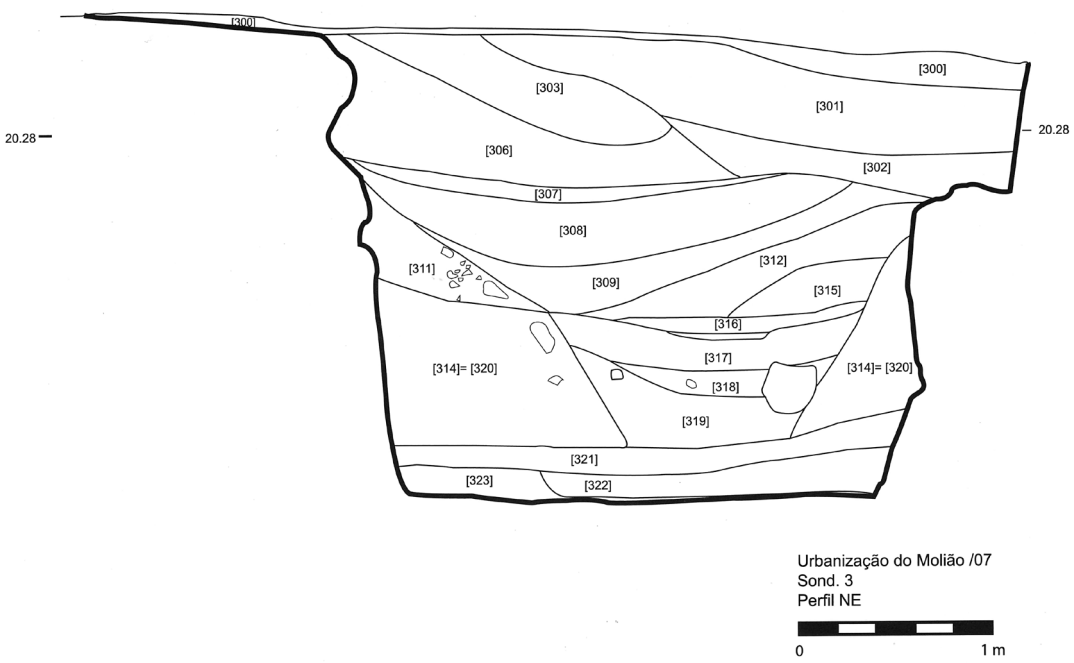


Fig. 7 - Monte Molião: perfil do fosso identificado na vertente Nordeste (adaptado de Diogo, Marques, 2008).

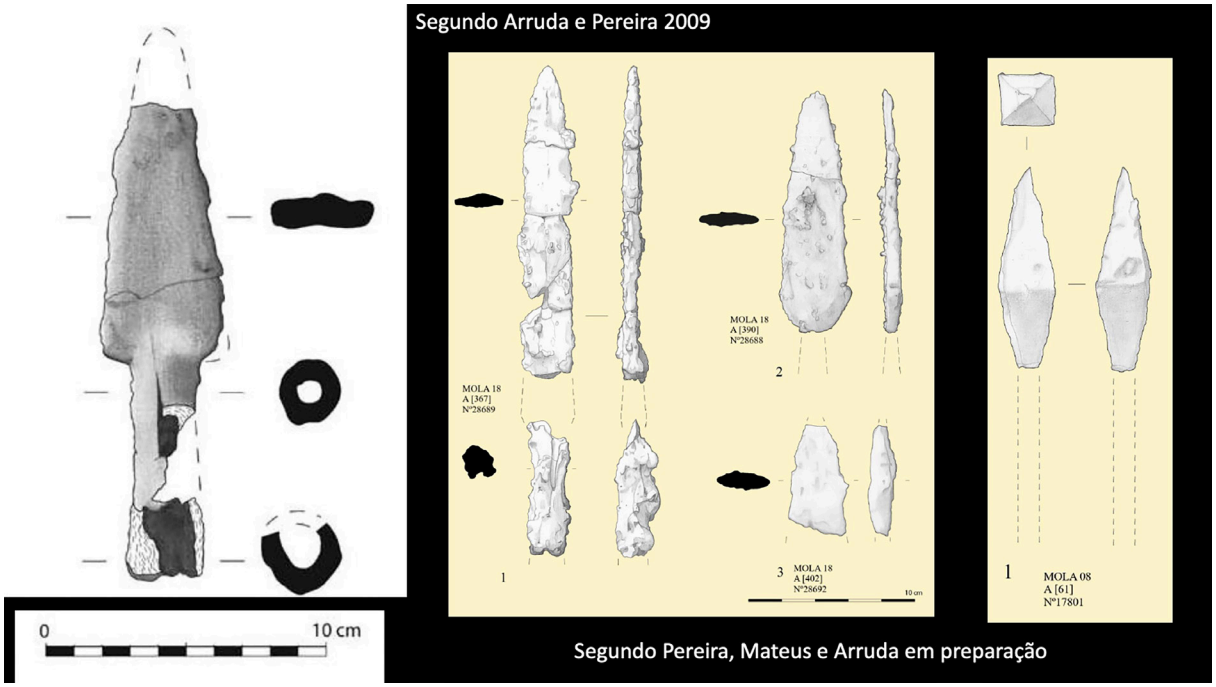


Fig. 8 - Monte Molião: armas (Pereira, Mateus, Arruda, em preparação).

A referência à existência de um único poço no sítio permite ainda que se aluda à cisterna de época republicana de tipo "a bagnarola", esvaziada, em parte, no século XIX e escavada em 2011 e 2014, e até hoje o único equipamento relacionado com o armazenamento de água no sítio (Gomes, Pereira, Arruda, 2019).

Porém, não pode perder-se de vista que a correspondência entre Monte Molião e a *Laccobriga* de Pompónio Mela não é ainda um dado absoluto (Alarcão, 2005; Arruda, 2007b), apesar de haver cada vez mais argumentos para que possa ser defendida.

Como já se referiu, os dados sobre a ocupação republicana do Cerro da Rocha Branca, sítio onde a chamada II Idade do Ferro está bem atestada (Gomes, 1993), estão ainda inéditos, havendo apenas referências à presença de cerâmica campaniense (A, B e C?), de ânforas da série 7 de Ramón Torres (Maña C2 b) e Dressel 1A e de quatro denários datados entre 149 e 121 a.n.e. Uma cronologia a partir dos últimos decénios do século II é, portanto, também de admitir.

Em todos os quatro sítios anteriormente comentados, e independentemente dos processos de continuidade já referidos, as ocupações republicanas prolongam-se ao longo de todo o século I a.n.e., incorporando novas importações de produtos alimentares envazados em ânforas, ainda itálicas, mas sobretudo gaditanas e do Guadalquivir, e também de outros manufacturados, como a cerâmica de mesa e até de cozinha, com idênticas origens.

O Serro do Cavaco, nas proximidades de Tavira (fig. 9), constitui-se uma absoluta excepção a este padrão, concretamente no que diz respeito aos fenómenos de continuidade. De facto, uma pretensa ocupação da II Idade do Ferro (Maia, 2003; Fabião, 2003; Maia, Silva, 2004) não pode ser assumida com base nos materiais que têm sido chamados à colação para a defender (figs. 10 e 11). Se é certo que as ânforas Maña Pascual A4 começaram a produzir-se a partir dos séculos VI a.n.e., a verdade é que a morfologia das aqui recolhidas (série 11 de Joan Ramón) remete para momentos muito avançados dessa produção (Ramón Torres, 1995). Lembre-se a propósito que este mesmo tipo está presente em quantidades apreciáveis nos níveis republicanos dos sítios algarvios, alguns de meados/segunda metade do século I a.n.e., como é o caso, por exemplo, do Castelo de Castro Marim (Arruda et al., 2006). Note-se, aliás, a extraordinária semelhança entre os dois sítios do Sotavento ao nível dos conjuntos anfóricos, nas da série 7 de Ramón Torres (Maña C2), nas chamadas Castro Marim 1, e nas Classe 67, ou ovoide 1 (Arruda et al., 2006; Candeias, 2015). Na mesma cronologia cabem as cerâmicas comuns, taças, *lebrillos*, de fabrico gaditano, ou mesmo a de tipo Kuass (Niveau, 2003), também reconhecida no Serro do Cavaco, tal como em níveis republicanos de Monte Molião, Faro, e Castro Marim, já devidamente comentadas.

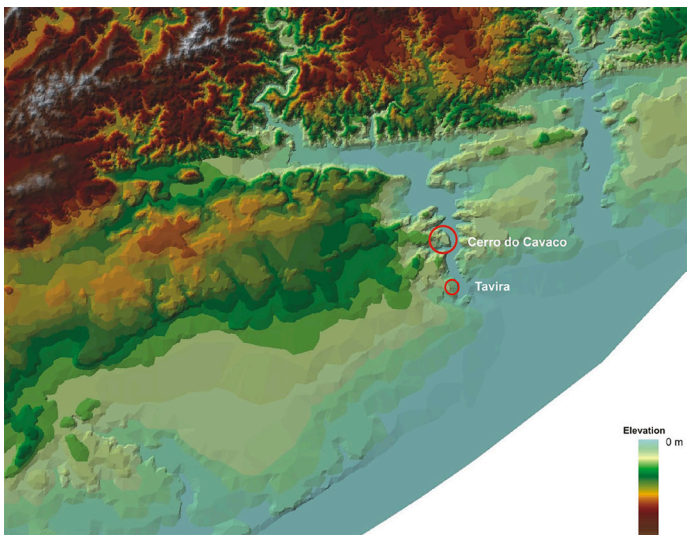


Fig. 9 - Reconstituição paleogeográfica da foz do rio Gilão, com a localização de Tavira e do Serro do Cavaco (adaptado de Candeias, 2014).

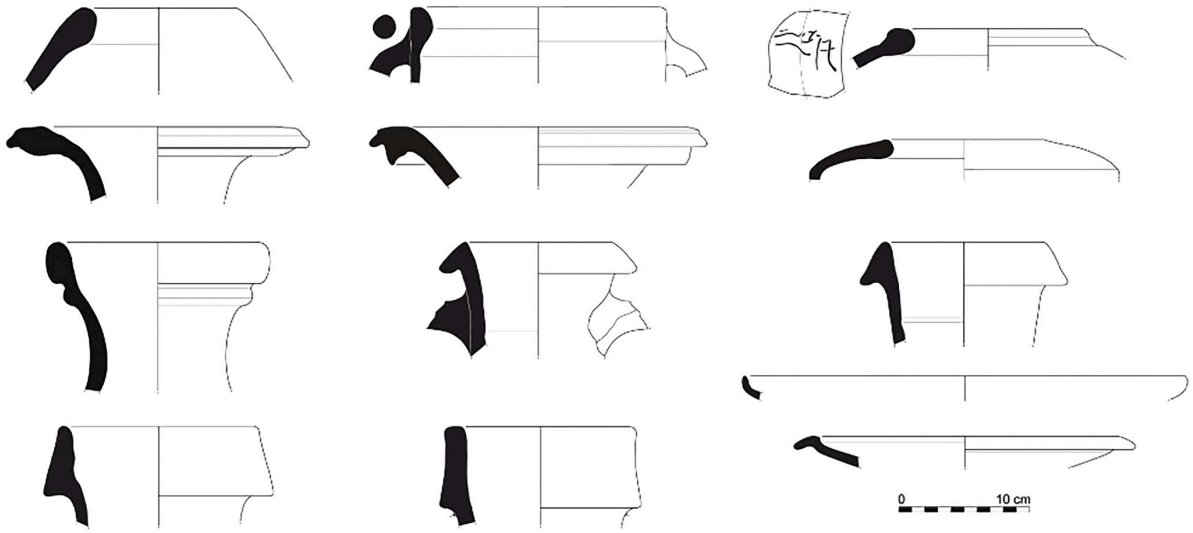


Fig. 10 - Serro do Cavaco: ânforas e cerâmica campaniense (segundo Candeias, 2014).

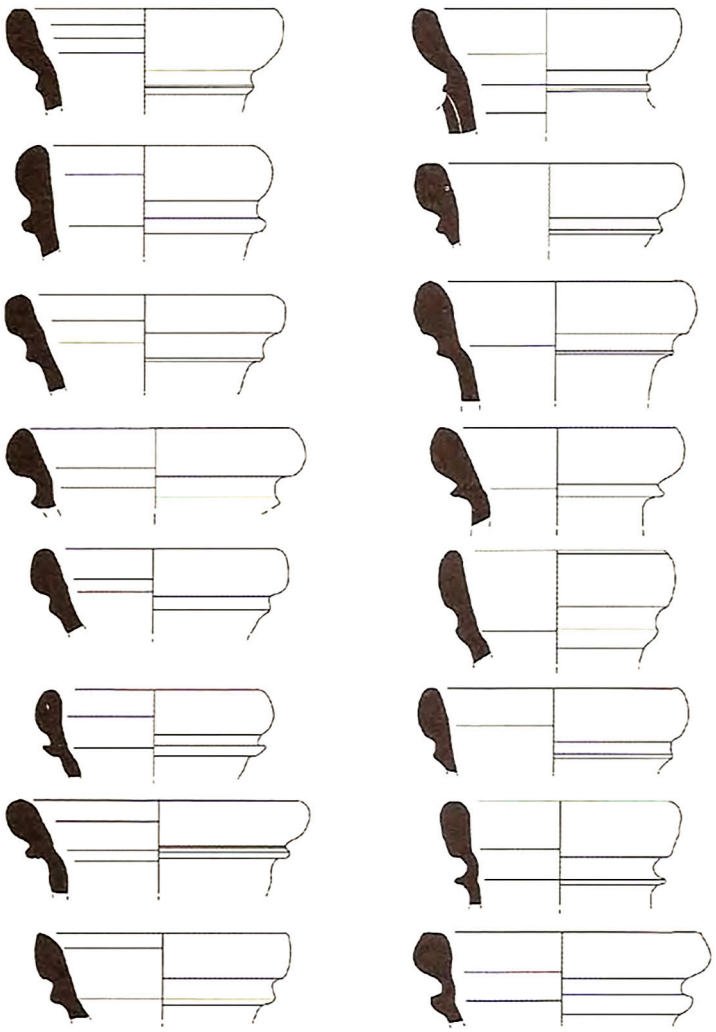


Fig. 11 - Serro do Cavaco: ânforas da Classe 67 (ovóide 1). Desenhos de Rui de Almeida.

Por outro lado, nada existe que remeta para uma ocupação romana imperial.

Estamos, portanto, perante um sítio de duração limitada, cujo espólio indica uma cronologia do século I, muito provavelmente do terceiro quartel, sugerida pela presença de ânforas da Classe 67 (fig. 12). É tentador associar o sítio a uma ocupação militar que outras evidências também sugerem (fig. 12), concretamente algumas construções aparentemente defensivas (Candeias, 2015), algumas já visíveis na fotografia aérea de 1958, e que indiciam um recinto fortificado, o que permite assumir que o Serro do Cavaco foi um acampamento de pequena dimensão. Associá-lo a uma qualquer campanha ou general concreto é, no entanto, muito mais problemático.



Fig. 12 - Serro do Cavaco: estrutura pétrea de possível carácter defensivo (adaptado de Candeias, 2014).

Uma nota final é devida ao Cerro da Vila, onde, há pouco tempo, foi reconhecida uma ocupação tardo-republicana (Teichner, 2008: 314-315). Desta serão testemunho alguns fragmentos de cerâmica classificados como pertencentes às produções de campaniense B (Teichner, 2008: 315; 2017: 283), que estariam associados a uma construção compacta (*Raum A59*), de planta rectangular, com 11,5 x 15, 5 m, que se integrava na Fase I (ibid.). A associação inequívoca desta construção às estruturas de tipo *Castella* foi já proposta (Teichner, 2017: 285), estruturas que o investigador alemão, em grande parte devido justamente a estas evidências do Cerro da Vila, defende tratar-se de ocupações de carácter agro-pastoril. Como se referiu na introdução, não é objectivo deste trabalho abordar a temática dos edifícios denominados *Castella*, nem será certamente adequado discutir aqui se a estrutura do Cerro da Vila *Raum* A59 é, ou não, paralelizável às identificadas ao longo das margens do Guadiana. Ainda assim, documenta a primeira ocupação do local, tudo indicando, que, neste caso, a exploração dos recursos naturais esteve na base da sua construção.

Esta realidade do Cerro da Vila ajuda também na leitura de alguns espólios de *Balsa* de igual produção (cerâmica campaniense B?) e idêntica cronologia (Nolen, 1994: 63). Trata-se de materiais

recolhidos durante as escavações levadas a efeito por Maria e Manuel Maia em 1977 (Maia, 1987: 45) e que se podem juntar aos unguentários fusiformes (Nolen, 1994: 146; Pereira, 2018) e a alguns vasos de paredes finas de produção itálica, também provenientes do sítio.

Ambos casos, a que se poderá associar a vila romana da Encosta da Marina em Lagos, que terá fornecido escassos fragmentos de cerâmica campaniense[1], permitem admitir uma alteração significativa na ocupação do território do litoral algarvio, em torno do final do terceiro quartel do século I a.n.e., momento em que a exploração dos recursos agrícolas e marinhos passou a desenvolver-se no entorno dos *oppida*, em áreas onde esses recursos estavam consideravelmente mais acessíveis. Esta nova modalidade de ocupação e exploração do território, com estruturas habitacionais de carácter permanente implantadas em espaços abertos e de baixa altitude, não será certamente alheia às modificações ocorridas no próprio sistema administrativo provincial romano, num tempo já de paz.

3. DISCUSSÃO

A investigação desenvolvida nas últimas décadas no Algarve evidenciou uma presença de populações romanizadas a partir dos finais do século II a.n.e., quer no sotavento (Castro Marim) quer no Barlavento (Monte Molião). O panorama agora traçado para a época romana-republicano mostra-se, portanto, bem distinto daquele que há mais de 25 anos tive oportunidade de apresentar, em colaboração com Luís Jorge Gonçalves (Arruda, Gonçalves, 1994), quando apenas os denários consulares do Cerro da Rocha Branca (Gomes, Gomes, Beirão, 1986: 80) e alguns materiais recolhidos nas dragagens da foz do rio Arade, em Portimão, apontavam para esta cronologia (Tavares da Silva, Coelho-Soares, Soares, 1987; Diogo, Cardoso, Reiner, 2000).

Os novos dados sobre esta nova e relativamente intensa ocupação republicana, que tinham já sido sistematizados há pouco tempo (Sousa, 2017), não alteram, contudo, a sua geografia, mantendo-se na totalidade os sítios que tinham sido apresentados na década de 90 do século passado (Arruda, Gonçalves, 1994), não tendo sido acrescentados quaisquer outros.

Por outro lado, os mesmos dados, deixam antever um Algarve relativamente pacificado durante o período republicano. Os acampamentos militares são praticamente inexistentes, com a excepção do Serro do Cavaco, cuja função militar será necessário comprovar, e as armas são escassíssimas.

Porém, pelo menos a partir da última década do século II a.n.e./primeiras da centúria seguinte, a região foi habitada por populações itálicas, ou oriundas de áreas plenamente romanizadas, que se instalaram em sítios previamente ocupados. Esta instalação representou uma efectiva ruptura em termos urbanísticos, com a construção de planos arquitectónicos que obedeceram a projectos previamente definidos (Arruda, Pereira, Sousa, 2020) e pode estar directamente relacionada com a situação de instabilidade vivida na Península Itálica, como já foi proposto para o Guadalquivir (Bernal, García, Sáez, 2013: 359), modelo que Elisa de Sousa entendeu também válido para o Algarve (Sousa, 2017: 215).

A outros níveis, especificamente os que remetem para as práticas sociais e hábitos de consumo, parece existir uma evidente continuidade, permanecendo quase inalterado o quadro dos produtos alimentares consumidos e das formas cerâmicas utilizadas no serviço de mesa e na cozinha, onde aqueles eram servidos e confeccionados. As próprias áreas exportadoras mantêm-se quase na totalidade, permanecendo a dependência em relação a Cádis. Naturalmente que as importações de produtos alimentares e manufacturados com origem na Península Itálica representam uma parte importante do processo de romanização em curso, sobretudo no que se refere ao vinho e ao seu serviço e consumo à mesa, com a introdução de vasos especificamente destinados a beber.

[1] Informação pessoal de Márcia Diogo, a quem agradeço.

A rápida e tranquila assimilação da "cultura" romana não pode surpreender num território desde muito cedo inserido nas redes comerciais mediterrâneas e que, pelo menos desde o século VII a.n.e., integrou comunidades oriundas do mar interior.

Por outro lado, a ligação à importante colónia fenícia ocidental, Cádis, que este último processo implicou, e que se manteve até à romanização plena, contribuiu de forma decisiva para uma absorção sem grandes dificuldades.

Após a vitória de César sobre os filhos de Pompeio em *Munda* e com a pacificação definitiva das terras do Sul peninsular, o modelo de povoamento entra numa nova fase, com a ocupação progressiva de áreas de baixa altitude, onde a exploração dos recursos agro-pastoris e marinhos se torna mais fácil, sem que, contudo, os núcleos primitivos, os *oppida*, sejam abandonados, continuando, pelo menos numa primeira fase, a ser responsáveis pela gestão desses recursos e pela organização do território.

Referências Bibliográficas

Alarcão, J. de (1988): *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins.

Alarcão, J. de (2005): Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia, III. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8,2: 293-311.

Alarcão, J. de; Carvalho, P.; Gonçalves, A. (2010): *Castelo da Lousa: Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Studia Lusitana 5. Badajoz-Mérida.

Arruda, A. M. (1999-2000): *Los fenícios en Portugal*: *Fenícios y mundo indígena en el Centro y sur de Portugal*. Barcelona.

Arruda, A. M. (2005): O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português* 4,23: 9-156.

Arruda, A. M. (2007a): A Idade do Ferro do Sul de Portugal: estado da Investigação. *Madrider Mitteilungen* 42: 114-139.

Arruda, A. M. (2007b): *Laccobriga*: *A ocupação romana da Baía de Lagos.* Lagos.

Arruda, A. M.; Dias, I. (2018): A *terra sigillata* itálica de Monte Molião, Lagos, Portugal. *Portugália* 39: 159-178.

Arruda, A. M.; Gonçalves, L. J. (1994): Acerca da Romanização do Algarve, in *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga* (Coimbra, 1990). Coimbra: 455-465.

Arruda, A. M.; Pereira, C. (2008): As ocupações antigas e modernas no Forte de S. Sebastião, Castro Marim. *Xelb* 8: 365-395.

Arruda, A. M.; Pereira, C. (2010); Fusão e produção: actividades metalúrgicas em Monte Molião (Lagos), durante a época romano-republicana. *Xelb* 10: 695-716.

Arruda, A. M.; Pereira, C.; Sousa, E. (2020): *Laccobriga*: estruturas romanas de Monte Molião (Lagos, Portugal). *Mytra* 6: 183-194.

Arruda, A. M.; Sousa, E. (2013); Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). *Spal* 22: 93-133.

Arruda, A. M.; Sousa, E.; Bargão, P. (2005): A ocupação pré-romana de Faro: alguns dados novos. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8,1: 177-208.

Arruda, A. M.; Sousa, E.; Bargão, P.; Lourenço, P. (2008): Monte Molião (Lagos): Resultados de um projecto em curso. *Xelb* 8: 161-192.

Arruda, A. M.; Sousa, E.; Pereira, C.; Lourenço, P. (2014): Monte Molião: um sítio púnico-gaditano no Algarve (Portugal). *Conímbriga* 50: 5-32.

Arruda, A. M.; Soares, A. M.; Freitas, V.; Oliveira, C.; Martins, J. M.; Portela, P. (2013): A cronologia relativa e absoluta da ocupação sidérica do Castelo de Castro Marim. *Saguntum* 45: 101-114.

Arruda, A. M.; Viegas, C.; Bargão, P.; Pereira, R. (2006): A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à época romana. *Setúbal Arqueológica* 13: 153-176.

Arruda, A. M.; Viegas, C. (2016): As ânforas alto-imperiais de Monte Molião, in R. Járrega Domínguez; P. Berni Millet (eds.), *Amphorae ex hispania: paisajes de produción y consumo* (Tarragona, 2014). Ex Officina Hispana 3. Tarragona: 446-463.

Bargão, P. (2006): *As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/447

Bernal Casasola, D.; García Vargas, E.; Sáez Romero, A. (2013): Ánforas itálicas en la Hispánia Meridional, in G. Olcese (eds.), *Ricerche Archeologiche, Archeometriche e Informatiche per la Ricostruzione dell'Economia e dei Commerci nel Bacino Occidentale del Mediterraneo (Metà IV Sec. a.C.- I Sec. d.C.)*. Immensa Aequora 3. Roma: 351-372.

Candeias, C. (2015): Prospeção arqueológica de superfície intra-sítio, o Cerro do Cavaco e a II Idade do Ferro em Tavira, in N. Medina Rosales (coord.), *Actas del VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular: recurso electrónico* (Aroche-Serpa, 2013). Aroche: 711-737.

Dias, V. (2015): A cerâmica campaniense do Monte Molião, Lagos. Os hábitos de consumo no litoral algarvio durante os séculos II a.C. e I a.C. *Spal* 24: 99-128.

Diogo, A. D.; Cardoso, J. P.; Reiner, F. (2000): Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3,2: 81-118.

Diogo, M.; Marques, J. (2008): Sistemas defensivos do Molião: resultados preliminares da intervenção arqueológica na urbanização do Molião. *Xelb* 8,2: 59-65.

Fabião, C. (1998): *O Mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (policopiada).

Fabião, C. (2003): O Serro do Cavaco (Tavira), in M. Maia; C. Fernandes; M. Lopes; S. Cavaco (coord.), *Tavira: território e poder* (Catálogo de Exposição, 2003-2004). Lisboa-Tavira: 77-81.

Gomes, F.; Pereira, C.; Arruda, A. M. (2019): A cisterna de Monte Molião (Lagos, Portugal). *Spal* 28,2: 235-278.

Gomes, M. V. (1993): O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais* 4: 73-107.

Gomes, M. V.; Gomes, R. V.; Beirão, C. M. (1986): O Cerro da Rocha Branca (Silves): Resultados preliminares de três campanhas de escavações, in *Actas do 4º Congresso do Algarve* (Montechoro, 1986). Albufeira: 77-83.

Gradim, A.; Grabherr, G.; Kainrath, B.; Teichner, F. (2015): O Castelinho dos Mouros (Alcoutim): um edifício republicano do Baixo Guadiana, no período de fundação da Lusitânia romana, in R. Mataloto; V. Mayoral Herrera; C. Roque (eds.), *La gestación de los paisajes rurales entre la protohistoria y el período romano: Formas de asentamiento y procesos de implantación* (Redondo-Alandroal, 2012). Anejos de Archivo Español de Arqueología 70. Madrid: 45-64.

Gradim, A.; Schierl, T.; Grabherr, G.; Teichner, F.; Oberhofer, K. (2010): Um novo exemplo dos "castella" da fase de fundação da Lusitânia Romana? O caso do Castelinho dos Mouros. *Xelb* 10: 215-234.

Maia, M. (1977-78): Fortalezas Romanas do Sul de Portugal. *Zephyrus* 28-29: 279-285.

Maia, M. (1986): Os *Castella* do Sul de Portugal. *Madrider Mitteilungen* 27: 195-223.

Maia, M. (1987): *Romanização do território hoje português a Sul do Tejo. Contribuição para a análise do processo de assimilação e integração sócio-cultural*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (policopiada).

Maia, M. (2003): Fenícios em Tavira, in M. Maia; C. Fernandes; M. Lopes; S. Cavaco (coord.), *Tavira: território e poder* (Catálogo de Exposição, 2003-2004). Lisboa-Tavira: 57-75.

Maia, M.; Silva, L. F. (2004): O culto a Baal em Tavira. *Huelva Arqueológica* 20: 171-194.

Mantas, V. (1996): Em torno do problema da fundação e estatuto de *Pax Ivlia*. *Arquivo de Beja* 3, 2-3: 41-62.

Moret, P. (1995): Les maisons fortes de la Bétique et de la Lusitanie romaines. *Revue des Études Anciennes* 97, 3-4 : 527-564.

Moret, P. (1999): Casa fuertes romanas en la Bética y la Lusitânia, in J.-G. Georges; G. Rodríguez Martín (eds.), *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Casa de Velázquez 65. Madrid: 55-89.

Moret, P. (2004): Tours de guet, maisons à tour et petits établissements fortifiés de l'Hispanie républicaine: L'apport des sources littéraires, in P. Moret; T. Chapa Brunet (eds.), *Torres, atalayas y casas fortificadas. Explotación y control del territorio en Hispania (s. III a. de C. - s. I d. de C.)*. Jáen: 13-29.

Niveau de Villedary y Mariñas, A. (2003): *Cerámicas gaditanas "tipo kuass"*. Madrid.

Nolen, J. (1994): *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa*. Lisboa.

Pereira, C. (2018): *As necrópoles romanas do Algarve: acerca dos espaços da morte no extremo sul da Lusitânia*. Suplemento 9 d'O Arqueólogo Português. Lisboa.

Pereira, C.; Arruda, A. M. (2015): O sítio arqueológico do enterreiro, Castro Marim. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 18: 181-194.

Pereira, C.; Mateus, A.; Arruda, A. M. (em preparação): Armamento e equipamento de cavaleiro em Monte Molião.

Ramón Torres, J. (1995): *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*. Barcelona.

Sousa, E. (2017): Sobre o início da romanização do Algarve: 20 anos depois. *Archivo Español de Arqueología* 90: 195-218.

Sousa, E.; Arruda, A. M. (2013): A cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião (Lagos), in J. Arnaud; A. Martins; C. Neves (coord.), *Arqueologia em Portugal, 150 anos. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 2013). Lisboa: 651-660.

Sousa, E.; Arruda, A. M. (2018): A Cerâmica de Paredes Finas de Monte Molião (Lagos, Portugal) (Lagos, Portugal). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid* 44: 201-226.

Sousa, E.; Pereira, C.; Arruda, A. M. (2019): O serviço de mesa de época romana republicana de Monte Molião (Lagos, Portugal), in J. Coll Conesa (coord.), *Opera fictiles: Estudios transversales sobre cerámicas antiguas de la Península Ibérica* (Valencia, 2017). Madrid: 357-368.

Sousa, E.; Silva, I.; Pereira, C.; Arruda, A. M. (no prelo): Evidências dos primeiros contactos com o mundo romano em Monte Molião (Lagos, Portugal), in *Actas do V Congreso Internacional de la Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua em Hispânia* (Alcalá de Henares, 2019).

Tavares da Silva, C.; Coelho-Soares, A.; Soares, J. (1987): Notas sobre o material anfórico da foz do Arade (Portimão). *Setúbal Arqueológica* 8: 203-220.

Teichner, F. (2008): *Zwischen Land und Meer: Entre tierra y mar. Studien zur Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungen im Süden der römischen Provinz Lusitanien*. Studia Lusitana 3. Mérida.

Teichner, F. (2017): O estabelecimento portuário do Cerro da Vila (Vilamoura): de aglomerado romano a aldeia islâmica, in A. Carvalho; D. Paulo; R. Almeida (eds.), *Loulé: Territórios, memórias e identidades* (Catálogo de Exposição, 2017-2018). Lisboa: 278-291.

VIEGAS, C. (2011): *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos e Memórias 3. Lisboa.

WAHL, J. (1985): Castelo da Lousa: Ein Wehrgehöft caesarich-augusteischer Zeit. *Madrider Mitteilungen* 26: 150-176.

FROM THE *BAETIS* TO THE *TAGUS*: TRACES OF WARFARE IN THE ALENTEJO IN THE LATE 2ND/EARLY 1ST CENTURY BC

Rui Mataloto
Município de Redondo
rmataloto@gmail.com

Alex Michael Elliott
University of St Andrews
ame9@st-andrews.ac.uk
https://orcid.org/0000-0003-4404-8869

"The rage is relentless
We need a movement with a quickness
You are the witness of change
And to counteract
We gotta take the power back"
Rage Against the Machine,
Take the Power Back,
Rage Against the Machine (1991)

ABSTRACT: Roman literary sources are explicit that much of the Western Iberian Peninsula was in a near continual state of warfare during the later 2nd and early 1st centuries BC. However, due to the scattered and fragmentary nature of the surviving material, the severity of fighting and the events of individual campaigns are almost wholly unknown. In recent decades, archeological work in both Spain and Portugal has greatly contributed to our knowledge of Roman and Iberian interactions during this tumultuous period. Yet, despite its location at the heart of these military movements, the region of the Alentejo, Portugal, has been comparatively understudied. This paper aims to address this issue by providing an archaeological overview of sites within this regional and chronological context which display traces of conflict. Additionally, this first approach to the area will create a foundation for further study into both military and civilian movements prior to the incorporation of Western Iberia into the Roman provincial administration.
Keywords: Military Archaeology; Roman army; Castelo do Monte Novo; *Militaria*.

1. ALENTEJO: BY THE *ANAS*, BETWEEN THE *BAETIS* AND *TAGUS*

From an early period, the Tagus and Guadalquivir estuaries were focal points in the Roman occupation of the Southwestern Iberian Peninsula. The reasons for this will have certainly been varied. From a military standpoint, they provided easy access into the interior of the Peninsula in the case of conflict. Economically, they facilitated the transport of goods and materials along already well-established maritime routes. Perhaps most importantly, these were regions with a social, economic, and cultural reality

closer to the *Urbs*, given that they had long been strongly linked to the Mediterranean urban world. Particularly revealing examples of this early investment can be seen in the late 3rd century foundation of *Italica Vetus Urbs* near the estuary of the Guadalquivir (Rodríguez Gutiérrez, García Fernández, 2016), and Decimus Junius Brutus' fortification of *Olisipo* in 138 for use as the headquarters of his campaign along the Atlantic coast.[1]

The geographic region of the Alentejo, particularly the Central Alentejo, is situated between the watershed of the Guadiana and the Tagus and forms a natural pathway between both rivers. Presumably, the control of this area would have been a necessity for any army aiming to control the Southern Iberian Peninsula. As such, it is relevant to mention that the *Ora Maritima* of Rufus Festus Avienus describes that one of the rare land crossings for this western region was precisely that which joins the Bay of Ophiussa to the coast of Tartessos, a "path that will hardly be overcome in four days" (Ferreira, 1992: 22, 178-182). As the "Bay of Ophiussa" is usually assumed to refer broadly to the Tagus estuary, and the Tartessian coast can be understood as the Guadalquivir estuary, the path between both would cross the Central Alentejo. It would then reach the Western Sierra Morena, taking the natural pathway through Aracena, before ending near Seville. Although written in the 4th century AD, the *Ora Maritima* is generally accepted to have been largely derived from a 6th century BC Massaliote periplus, and other sources pre-dating the Roman period. As such, it may represent geographical conditions prior to the distortions caused by the installation of the Roman provincial world, precisely those followed by the military movements of the late 2nd/early 1st century.

In order to better understand the territory in which this paper is focused, it needs to be described in more detail, particularly the Central-Eastern Alentejo of the Guadiana Basin. The plains of Évora, situated at the convergence of the watersheds of the three main rivers of the Southwestern Iberian Peninsula; the Tagus, Sado and Guadiana, have always been an area of interregional connection. It is not by mere chance that the Romans would later found the city of *Liberalitas Iulia Ebora* (modern Évora) here. These plains allow a straightforward connection to the East, along the Guadiana, coming from both the Tagus and Sado river mouths. This link would eventually materialise into the *Olisipo* – *Emerita* road, as represented on later Roman itineraries. However, movement along this west-east axis will only be especially valued after the founding of the province of Lusitania, as an axis of territorial cohesion conditioned by Rome. During the process of conquest and consolidation of the Roman military presence, the axes of penetration would instead favour the south-north connections. These began at the great estuaries, where Rome and its allies provided supplies of goods and troops. This can clearly be seen in the case of the renewal of the *foedus* between Rome and *Gades* in 78, precisely in the context of the peninsular episode of the Civil Wars. This event was entirely linked to the rise of the commercial elites of *Gades*, and their control of the sea, of which the *Balbii* are the best example (Rodríguez Neila, 1992: 33). In the same sense, it is important to highlight the early presence of Romans of Italic origin in the *Olisipo* region. Apparently related to important merchant families, these individuals demonstrate the early integration of this region into the Roman sphere (Cadiou, Navarro Caballero, 2010: 262). It has even been proposed that the combination of this Roman presence and its integration with the local elites was the origin of Sertorius' return to the peninsula and the reasoning behind his establishment of a support base precisely in the Southwestern Peninsula. (Cadiou, Navarro Caballero, 2010: 274). From a strategic point of view, controlling the overland connections between the two largest estuaries, would certainly create severe difficulties in the flow of supplies to campaign armies. Additionally, it would establish control of the mining wealth of the Southwestern Iberian Peninsula, a determining element in the interests of Rome (Heras Mora, 2018: 690).

1 All dates BC unless otherwise stated.



Fig. 1 - Between the Tagus and Guadalquivir: the plains of the Central Alentejo and Moura region. Main pathways in Southwest Iberia.

Our analysis will focus on this northwest-southeast connection, through the plains of Évora and towards the Guadiana pass, near the mouth of the River Degebe, precisely at the so-called "Port of Évora". This path would allow access to the Guadalquivir estuary through the Sierra Morena pass by Ficalho-Aracena. From this perspective, we believe that an analysis of the evidence of conflict in this region, essentially the basin of the upper branch of the Guadiana in the Central Alentejo, may provide some interesting indications about instability and war during the late 2nd/early 1st century.

In the first half of the 1st century, it is certain that the Sertorian War greatly impacted the Western half of the Iberian Peninsula (Fabião, 1998). However, it is also apparent that the intervening period, between the conclusion of the Lusitanian Wars and the beginning of the Sertorian War, was not exempt from conflict with local communities. This can be demonstrated by the various campaigns launched against the *Lusitanii*, either mentioned in classical sources (see below), or documented by numismatic-epigraphic data (López Melero, Sánchez Abal, García Jimenez, 1984: 313; Guerra, 2004: 223; Heras Mora, 2018: 81; Alarcão, 1999: 2). Of these, the *Deditio* of Alcántara is the most tangible evidence (López Melero, Sánchez Abal, García Jimenez, 1984). It is also worth highlighting the celebration of triumphs in Rome from victories in Lusitania by L. Cornelius Dolabella and L. Crassus in 98 and 93, respectively. These events illustrate the instability of Western Iberia motivated by the vaguely identifiable *Lusitanii*, the same people who would later appoint Sertorius as their commander.

By the beginning of the 1st century, Rome would have clearly established its hegemony up to the Tagus river line, apparently linked to its multiple mining interests, namely gold (Fabião, 1998; Heras Mora, 2018). Thus, in addition to the seminal fortification of Lisbon in 138, the city of *Móron* was used as centre of operations for the expedition of Decimus Junius Brutus to the area north of the Tagus (Strab. 3.3.152). *Móron* is usually identified with the site of Chões de Alpompé where multiple indications for the presence of Roman troops have been found more than 100 km inland (Ruivo, 1999; Fabião, 1998). Likewise, the probable foundation of *Caepiana* around 109 (Guerra, 2004), probably Chibanes (Palmela), where a complex late Roman Republican fortification has been identified (Soares et al., 2019: 243), could correspond to the same military context of consolidation of the Tagus border. Moving eastwards into Extremadura, the presence of a camp like Cáceres el Viejo also appears to have been founded with these same considerations in mind (Fabião, 1998). Although, it should be noted that the origin and role of this camp continue to be debated. (Heras Mora, 2018: 143). Indeed, the presence of the *Deditio* of Alcántara, dated 104, also favours this need for control and pacification of the Tagus line. Less than 30 km east from the Cáceres el Viejo camp, the site of Villasviejas del Tamuja also displays clear evidence of the presence of troops, concurrent with profound transformations to the fortification structures (Hernández Hernández, Rodríguez López, Sánchez Sánchez, 1989; Heras Mora, 2018: 165; Mayoral et al., 2019). These examples all reinforce the relevance of the defence of the Tagus line by the beginning of the 1st century. However, the Sertorian episode of the Civil War seems to have completely dismantled Rome's poorly consolidated control grid, which would only re-emerge well after this conflict and in a completely different form.

Before moving on to a more tangible and detailed analysis of the territory under study, it is important to provide an overview of the historically attested military campaigns during the later 2nd and early 1st century.

2. ROMAN-LUSITANIAN WARFARE IN SOUTHWEST IBERIA (133-71 BC) LITERARY SOURCE MATERIAL

2.1. THE LATE 2ND AND EARLY 1ST CENTURY (133-82 BC)

Following the substantial Lusitanian and Numantine conflicts of the middle 2nd century, surviving literary source material is almost completely silent regarding historical developments in either Spanish province until the advent of the Sertorian War. Regarding Hispania Ulterior specifically, no military events or even the identities of provincial governors are known for certain throughout the 120's, potentially suggesting a period of relative peace (Brennan, 2000: 180-181, 498). It is not until the appointment of C. Marius (*cos*. 107) to Ulterior in 114, in which even a general sequence of events can be provided (Broughton, 1951: 532). According to Plutarch, Marius focused his efforts on destroying the brigands who freely roamed the still untamed province. Although a more organised military campaign cannot be ruled out entirely, Plutarch certainly implies that Marius was dealing with mere small-scale local robbers (Plut. *Vit*. *Mar*. 6.1). However, the same cannot be said for Marius' next known successor, L. Calpurnius Piso Frugi (*pr.* 113 or 112), whom Appian states was sent to the province during the midst of revolts (App. *Hisp.* 99.429-430). Although details are lacking, Cicero relates that Piso was involved directly in fighting and killed during battle, indicating a serious conflict (Cic. *Verr.* 2.4.56).

Following his death, Piso was replaced by Ser. Sulpicius Galba (*cos*. 108) who likely arrived in the province in 111 (Brennan, 2000: 498-499; Curchin, 2014: 41). Notably, Galba himself was the son of Ser. Sulpicius Galba (*cos.* 144), the commander responsible for the infamous mid-2nd century massacre of unarmed Lusitanians (App. *Hisp.* 58-60; Oros. 4.21.10). As observed by Brennan, Galba's appointment

seems to have been a conscious act intended to send a direct message to those revolting (Brennan, 2000: 499). Although Galba's activities in Hispania Ulterior are unrecorded, Galba would be awarded the consulship following his return to Rome, suggesting that he achieved some level of military success (Brennan, 2000: 499; Broughton, 1951: 548). More explicit evidence of Roman victories are recorded for Galba's successor, Q. Servilius Caepio (*cos*. 106), who arrived in the province in 109 and returned to Rome to celebrate a triumph in 107 (Eutr. 4.27.5; Val. Max. 6.9.13). Like his predecessor, Caepio would also be elected consul due to his military efforts (Broughton, 1951: 553).

Despite the successes of Caepio, the province would not remain pacified for long. Obsequens notes that in 105 a Roman army was destroyed in battle against the Lusitanians (Obseq. 42). Fighting would continue into the next year, as the aforementioned Alcántara Bronze records the surrender of a Lusitanian tribe in 104 to L. Caesius, presumably the governor of Ulterior (López Melero, Sánchez Abal, García Jimenez, 1984; Richardson, 1986: 199-201; Curchin, 2014: 41). Shortly after, Appian states in a passing reference that M. Marius campaigned against the Lusitanians with the aid of allied Celtiberians (App. *Hisp.* 100.433). Although the exact date is unknown, it is generally agreed that this campaign occurred with M. Marius (pr. 102) operating as the commander of Hispania Ulterior (Richardson, 1986: 158; Brennan, 2000: 499). Marius' successor, L. Cornelius Dolabella (pr. 100), would also undertake campaigns against the Lusitanians and celebrated a triumph upon his return to Rome in 98 (Broughton, 1951: 574; Broughton, 1952: 3, 5). Like the triumph of Caepio in 107, however, the victory celebrations awarded to Dolabella did not signify an end to the conflict. Obsequens notes that, in the same year as Dolabella's triumph, more campaigns were being undertaken in Hispania (Obseq. 47).

With the successful conclusions of more pressing foreign conflicts, such as the Jugurthine and Cimbrian Wars, the Roman Senate decided to invest more heavily into ending the upheavals in both Spanish provinces (Richardson, 1986: 158). In Hispania Citerior, T. Didius (cos. 98) was sent with consular authority and would undertake campaigns against the Celtiberians. Likewise, P. Licinius Crassus (cos. 97) was dispatched to Ulterior in the following year to continue operations against the Lusitanians. Both proconsuls would remain in command of their respective provinces until 93 when each returned to Rome to celebrate triumphs (Richardson, 1986: 158-160; Brennan, 2000: 500-502). Despite the length and consular status of both appointments, few details of military campaigns are known. Appian briefly reports that Didius slew an army of 20,000 *Arevaci* in Northeast Iberia, but totally neglects mention of Crassus in the Southwest (App. *Hisp.* 99-100). Similarly, Obsequens claims that a certain Nasica, possibly a legate of either Didius or Crassus, razed a number of Iberian cities in 94 but does not specify location (Obseq. 51). Following the departure of Crassus, the historical sources regarding Ulterior go almost completely silent until Sertorius entered the province in 80. In Citerior, Didius was replaced by C. Valerius Flaccus (cos. 93) who campaigned successfully against the Celtiberians and later in Gaul until returning to Rome in 81 (App. *Hisp.* 100.436-437). Due to the absence of known provincial governors in Ulterior, it has been suggested that Flaccus may have also held authority in both Spanish provinces, although there is no direct evidence of this (Brennan, 2000: 502).

From this brief overview, it can be seen that Southwest Iberia was beset by a state of almost continual warfare from the period of 115-93. Although frequent, these struggles were of a much smaller scale than those of the mid-2nd century. Due to more pressing concerns as well as the perceived lower threat, these wars were conducted largely by commanders of praetorian rank and are virtually ignored in the sources. As a result, it is impossible from literary material alone to provide details of specific campaigns or the locations involved except for the general designation that they occurred primarily in Southwestern Iberia.

2.2. THE SERTORIAN WAR (82-71 BC)

With the arrival of Sertorius and his subsequent rebellion, involving virtually the entirety of the Iberian Peninsula, we are better informed. However, a literary study of the Sertorian War also presents with numerous geographical and chronological problems (Konrad, 1995: 157; Salinas de Frías, 2006: 166). Significantly, the major annalistic source for the war, the history of Sallust, only exists in a number of scattered fragments. Likewise, the relevant books of Livy are no longer extant, and only remain in epitomised form (Livy, *Per*. 90-96). As a result, the surviving source material is largely thematic or rhetorical, often ignoring major events or compressing material occurring over multiple years into a few sentences. Unfortunately for the purposes of this study, this tendency is most pronounced in the early years of the war (80-77), the period in which the majority of fighting occurred in the Southwest (Sampson, 2013: 160; Konrad, 1995: 157-158). Rather, the surviving source material largely ignores these initial conflicts and instead focus their narratives on the fighting in the Northeast following Pompey's crossing of the Pyrenees in 76. Acknowledging these limitations, it remains possible to provide a literary outline, albeit general, of events in Southwestern Iberia during the Sertorian War.

Following his initial expulsion from the peninsula and flight to Africa in 81, Sertorius would return to Iberia in 80 following a Lusitanian embassy which offered him command in a war against Rome (Plut. *Vit*. *Sert*. 6-11). He would be faced with Roman opposition almost immediately. Either while or shortly after crossing the straits, Plutarch states that Sertorius defeated a certain Cotta in a naval battle off the Spanish coast near the city of *Mellaria* (Plut. *Vit*. *Sert*. 12.3). Moving northwest, he would next encounter the governor of Hispania Ulterior, L. Fufidius (*pr*. 81), with an army along the banks of the River *Baetis* (Guadalquivir). Although details are scarce, Plutarch claims that the forces of Fufidius were routed and 2,000 soldiers killed (Plut. *Vit*. *Sert*. 12.3). With the destruction of the main Roman force in Hispania Ulterior, Sertorius quickly gained control of the majority of Southwest Iberia. Following these initial successes, Sertorius would move westward into Lusitania to consolidate his forces and prepare for the inevitable Roman response (Salinas de Frías, 2006: 157).

Now seeing Sertorius as a serious threat, Rome would dispatch Q. Caecilius Metellus Pius (*cos*. 80) to Ulterior, with the express aim of suppressing the growing rebellion (García Morá, 1994: 273; Salinas de Frías, 2006: 157). In Citerior, M. Domitius Calvinus (*pr*. 80) was also focused on mustering his forces in support of the neighbouring province (Broughton, 1952: 79, 84; Brennan, 2000: 506). Despite these more careful arrangements, 79 would result in further humiliating Roman defeats. Sertorius would begin the year by defeating a certain Thorius, possibly a legate in command of an advance force under Metellus, in battle at an unspecified location (Plut. *Vit*. *Sert*. 12.4; Flor. 2.10.6-7). In the meantime, Sertorius' quaestor, L. Hirtuleius, would defeat and kill Domitius himself in battle somewhere along the River *Anas* (Guadiana) (Plut. *Vit. Sert.* 12.3; Flor. 2.10.6-7; Sall. *Hist*. 1.96-98). Hirtuleius would follow up this success with another major victory in late 78 or early 77. In response to the death of Domitius and the destruction of his army, the governor of Gallia Transalpina, L. Manlius (*pr.* 79), advanced southward into Hispania Citerior with three legions and 1,500 cavalry. He was met by Hirtuleius near *Ilerda* (Lleida) in Northeast Iberia and summarily defeated (Plut. *Vit. Sert.* 12.4; Livy, *Per*. 90.6; Oros. 5.23.4).

While Hirtuleius was operating against opponents further northeast, Sertorius appears to have positioned himself in direct opposition to Metellus in Ulterior. Unfortunately, the events of these campaigns from 79-early 77 are poorly recorded in the surviving source material. From what can be gathered, it seems that Metellus focused on weakening Sertorius' power base by making several thrusts in numerous directions into the interior of Lusitania (Scullard, 2011: 75; Konrad, 1994: 137-138). A fragment of Sallust suggests that these operations focused on the burning of villages and fortified settlements in an

attempt at clearing the region of inhabitants (Sall. *Hist*. 1.100). Another fragment directly states that the stronghold of *Dipo*, likely Evoramonte in the Central Alentejo (Alarcão, 1988; 2001; Guerra, 1999), was taken after a siege (Sall. *Hist*. 1.101). Finally, a further fragment relates that legions were stationed in the city of *Conisturgis*, the capital of the *Conii*, located somewhere in modern Southern Portugal (Sall. *Hist*. 1.102). From this reference, it has also been suggested that a tribe allied to Sertorius who Plutarch calls the *Langobritae* may be describing campaigns as far south as the Algarve near modern Lagos (Salinas de Frías, 2006: 157-158). Apart from these direct mentions, there are numerous place names in the region which can trace their origins to Metellus' campaigns. The later colony, *Metellinum* (Medellín), owes its foundation to Metellus and has been argued to have acted as his regional headquarters (Scullard, 2011: 75). Furthermore, The Antonine Itinerary lists at least three locations, *Caeciliana* (near Setúbal), *Castra Caecilia* (near Cáceres), and *Caelionicco* (near Baños de Montemayor) which seemingly derive their names from a connection with Metellus (*It*. *Ant*. 417.2, 433.4, 434.1). As noted by Konrad, this summation of evidence suggests that the major theatre of operations was located between the Guadiana and Tagus rivers, extending west from Extremadura (Konrad, 1994: 137).

Although campaign specifics are unknown, it seems that Sertorius had the upper hand in these early years. By focusing on hit-and-run tactics, ambushes, and the disruption of supply lines, he was able to wear down the legionary forces of Metellus, who desperately desired a pitched battle (Plut. *Vit*. *Sert*. 12-14). However, the situation would change drastically with Pompey's arrival to the peninsula in early 76. Perhaps seeing Pompey as a greater threat, Sertorius moved northeast in order to anticipate the newcomer, while Hirtuleius was placed against Metellus in Ulterior. Again, details of these campaigns are unknown, although it appears that Hirtuleius was also expected to utilise guerrilla warfare and avoid direct conflict with Metellus. A fragment of Livy, usually dated to the winter of 77/spring of 76, states that Sertorius sent Hirtuleius instructions directly forbidding him from fighting Metellus in a pitched battle, as it was a contest he could not win (Livy, *Fr*. 91.18). For reasons unknown, Hirtuleius would ignore these orders in 75 and engaged with Metellus outside of *Italica* (Santiponce). As Sertorius had warned, this battle resulted in a total victory for Metellus, leaving 20,000 dead and completely annihilating the Sertorian army in Ulterior (Oros. 5.23.10; Livy, *Per*. 91.4; Flor. 2.10.6-7).

Unsurprisingly, there is virtually no mention of events in Hispania Ulterior following Metellus' victory over Hirtuleius. No longer facing any opposition, Metellus was now free to join Pompey in Hispania Citerior, which all but guaranteed the inevitable downfall of the Sertorian rebellion. However, after campaigning with Pompey for just over a year and achieving only mixed success, Metellus perplexingly decided to return to Ulterior in winter 74 (Brennan, 2000: 514). Apparently, Metellus assumed that the tide of war had shifted, and that Pompey could handle Sertorius on his own. He would remain in Ulterior until the conclusion of the war, and his activities from 73-71 are almost wholly unknown (Sall. *Hist.* 3.10; Plut. *Vit. Sert.* 22.1-3). The most likely conclusion is that Metellus spent these years concluding his campaigns in Lusitania. With the majority of armed resistance eliminated at *Italica*, the remaining Lusitanian forces would be easy targets. As such, it is likely that Metellus spent these years continuing his practice of destroying strongholds and accepting the submission of tribes. In the meantime, Sertorius' influence in the Northeast increasingly waned. Dealing with an eroding power base and internal dissension, Sertorius was assassinated by one of his own commanders, M. Perperna Veiento (*pr*. 82), by 72 at the latest. Shortly thereafter, Perperna himself was defeated and killed by Pompey, effectively ending the war (Plut. *Vit*. *Pomp.* 20; Vell. Pat. 2.30.1; App. *B Civ.* 1.115; Frontin. *Str.* 2.5.32). Pompey and Metellus would celebrate a joint triumph upon their return to Rome in late 71 (Brennan, 2000: 504).

3. ROMAN MILITARY PRESENCE AND THE EVIDENCE OF CONFLICT IN CENTRAL-EASTERN ALENTEJO DURING THE LATE ROMAN REPUBLICAN PERIOD

The following archaeological analysis, as mentioned above, will focus on a northwest-southeast axis generally centralised by the Guadiana River, between the plains of Évora and the western mountains of the Sierra Morena, highlighting the land connections between the Tagus estuary and the lower Guadalquivir. These links appear to have been especially relevant from the later 2nd century until the establishment of the province of Lusitania in the early Empire. Unfortunately, the late Republican occupation of the current territory of Central Alentejo and the left bank of the Guadiana is still quite poorly known, with little data and excavations. However, as has been presented in recent syntheses (Mataloto, 2014; Mataloto, Williams, Roque, 2014), there is enough data to allow a first approach towards the regional context for the period under consideration, the late 2nd/early 1st century.

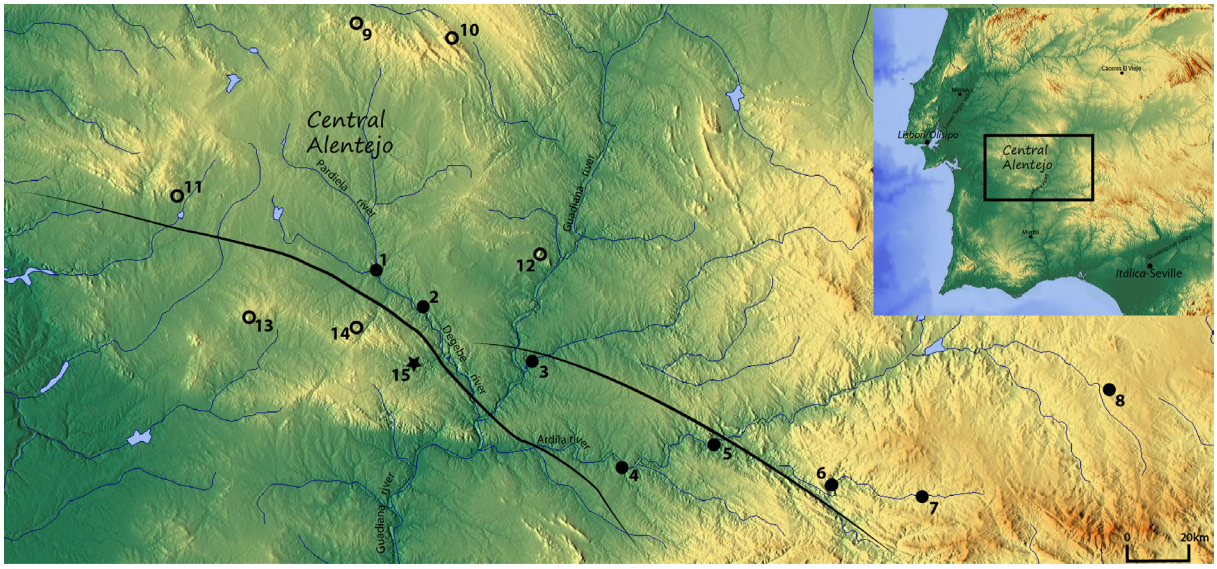


Fig. 2 - Main late Iron Age sites between the plains of Évora region and the Western Sierra Morena: 1 - Castelo de Monte Novo; 2 - Castelo Velho do Degebe; 3 - Castelo das Juntas; 4 - Castelo Velho de Safara; 5 - Noudar; 6 - Peña de San Sixto; 7 - Castrejón de Capote; 8 - Castrejón de Valencia del Ventoso; 9 - Evoramonte; 10 - Castelo Velho da Serra d'Ossa; 11 - Serra Pedrosa; 12 - Monsaraz; 13 - São Bartolomeu do Outeiro; 14 - Serra Murada; 15 - Milha Hoard.

Beginning at the right bank of the Guadiana and following the course of the River Degebe, the presence of two large pre-Roman occupations stand out, Castelo do Monte Novo and Castelo Velho de Degebe, located just 20 km apart along the river.

Castelo do Monte Novo, otherwise known as Castelo/Cidade de Cuncos, is located at the junction of the Pardiela and Degebe rivers, not far from the hills where Rome later founded *Liberalitas Iulia Ebora*. Although largely unknown due to an absence of excavations, this site has come to be understood as one of the most prominent in the region (Berrocal, 1992) and has been cited as an example of a true *oppidum* (Gibson, Correia, Burguess, 1998: 211). Notably, the site presents dimensions much larger than the majority of known pre-Roman occupations in the region, greatly exceeding the 2-3 hectare average. However, it clearly follows the usual scheme of the so-called "castro de ribeiro" sites typical from the Celtic region of modern Portugal (Berrocal, 1992). These sites are typically located at an interfluve with at least one side of good natural defensibility, and are surrounded with powerful embankments indicating ancient fortification structures. Recently, the authors of this paper developed a first approach to this site, which allowed a better understanding of the complex organisation of the visible structures.

The area delimited by the powerful embankments visible on site, likely indicating fortification structures, is around 9 hectares. Throughout the embankment circuit, especially in the north and west, traces of an intense fire are visible that not only glazed blocks of rock, but created large masses of molten stone over one meter high, very similar to the so called "vitrified forts".

The surface traces of structures delimiting the northernmost enclosure allow for the identification of a powerful outer wall to which salient bastions were attached at approximately regular spaces. This possible defensive line rises on the north and west sides and reaches a length of almost 400 m. Interestingly, this wall seemingly ends before connecting with the embankments of the central area, perhaps intended as a pathway or simply never finished. Inside this area, a slope in a crescent facing west, there are no traces of buildings, allowing for the assumption that this area may have never been occupied.



Fig. 3 - Castelo do Monte Novo: metal detector survey program results.

As a result of the research that we have been developing around this period of late Republican conflicts in the region, of which the aforementioned synopses give a broader view (Mataloto, 2014; Mataloto, Williams, Roque, 2014), we believed that the evidence of violence existing in Castelo do Monte Novo constituted the ideal place to further focus our investigation. We decided to proceed with a field survey using metal detectors, during which we performed a sweep of the entire surroundings of the site, between the top of the slopes and as far as 200 m away from the site. This methodology, which has shown remarkable results in other sites, such as the exemplary study of the battlefield of *Baecula* (Béllon et al., 2015), had not yet been applied to sites in Portugal. The results, although interesting, did not yield the clear evidence of a conflict context as expected. However, it did provide evidence of late Roman Republican occupation, mainly through some copper findings, such as two fibulae of the Schüle 4h and La Téne II/Argente 8B types (Argente Oliver, 1994: 236). The first of these specimens, characterised by a well-marked crest arch, is notable for being among the most common types of fibulae recorded as well as having connotations with the Roman military (Miguez, 2010). Copper plate fragments are less frequent and identifiable, although clearly documented.

Perhaps unsurprisingly, given the evidence of unlawful metal detection activities on the site, and the fact that the interior of the occupied area was not explored as part of our survey, only one coin was documented. This coin (n.º 70) originated from *Murtili*, equivalent to numismatics 4 in the list of this city described in the *Corpus Nummum* (Villaronga, 1994: 377). The obverse displays a shad fish on the right with MVRTIL inscribed, while the reverse presents an ear of wheat on the left and LACNA. In terms of weight, it is slightly lighter than the example presented by Villaronga (28.75 g instead of 29.20 g). Both weights are close to the *uncia*, which would be expected given that it is an *As*.

The set of lead finds is significant, being dispersed throughout most of the surveyed area. Many of the lead fragments are shapeless, and are of different sizes, likely resulting from use and waste material created during production. Despite this, a good number of small beads/perforated discs have been collected, some of which may correspond to weight measurement units, which remain to be checked in detail. However, some can already be associated with Roman weight units such as a disc (n.º 45), which is clearly comparable to a *sextula*, at 4.54 g.

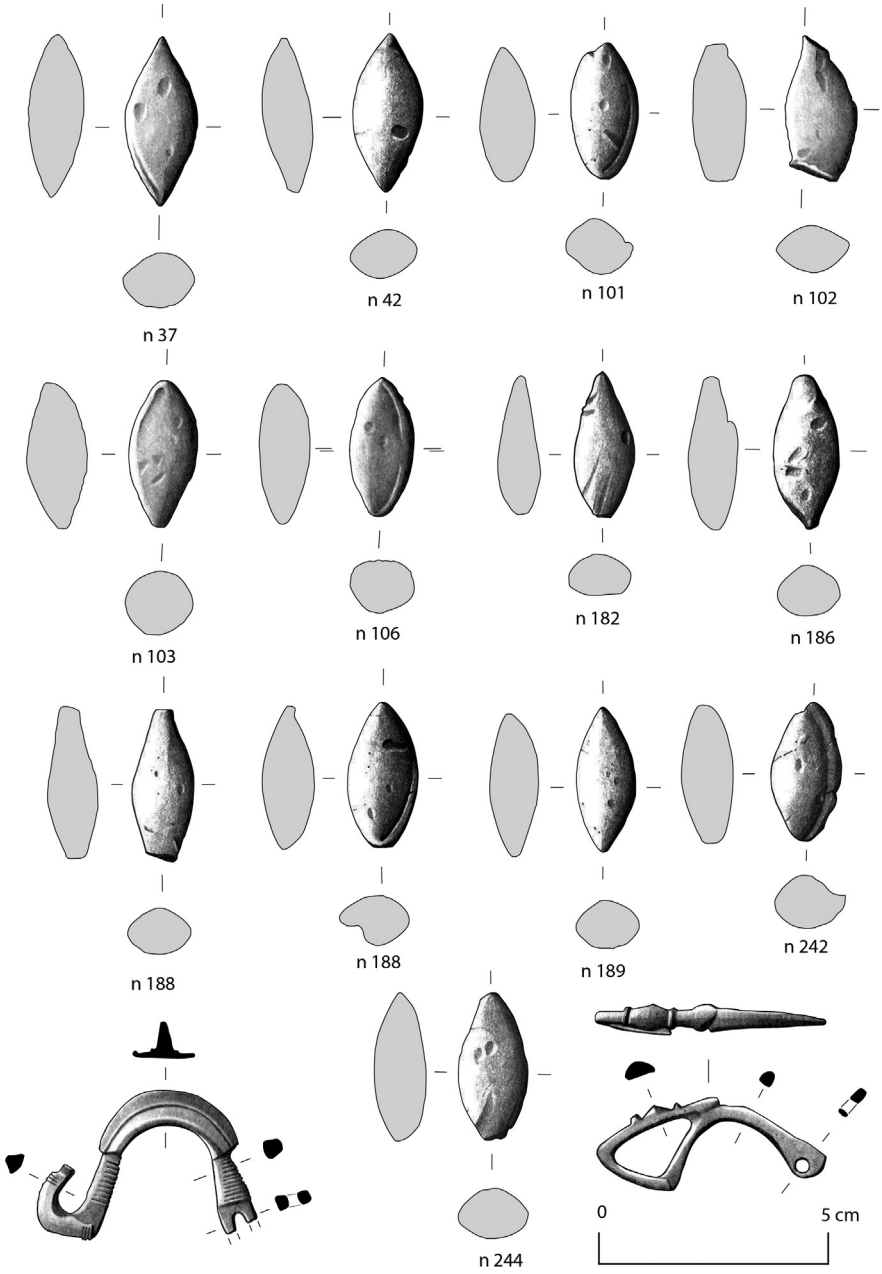


Fig. 4 - Lead sling bullets and fibulae from Castelo do Monte Novo.

Lead *glandes*, as sling bullets, can be seen as trace elements of the presence or passage of the Roman Republican army in modern Portugal (Guerra, Pimenta, 2013). During the survey, 13 sling bullets were recovered at the southwestern end of the settlement, in a relatively restricted area. This may be indicative of a targeted attack by the *fundibularii*. The 13 sling bullets found during the survey have a bivalve mould production, in a biconic shape, relatively small in size, with a weight similar to a *uncia* (27.24 g) in four cases (n.º 37, 102, 103 and 244), the rest being lower in weight, close to 10/12 of an *uncia* (around 22 g). With an average weight of only 25.45 g (lower than an *uncia*), these examples are of a much smaller size than those documented at the Castelo das Juntas site in Moura (Mataloto, 2014), whose average weight of 67 g is close to two and a half *unciae*.

As has been stated, it is currently quite difficult to assess the chronology of the various traces of violence and war documented at Castelo do Monte Novo. However, it is possible to make some provisional suggestions. Firstly, the traces of a great fire that are evident throughout the site suggest a violent end to the last phase of occupation. Secondly, the finding of lead *glandes* corresponds with a period of instability, conflict, and destruction, associated with the presence of the Roman army at an undetermined time. Finally, the surface presence of amphorae fragments of Dressel 1 type Italic production, while other types of peninsular production appear completely absent, suggests that the abandonment of the site must have occurred somewhere with the late 2nd/early 1st century. Whether these three elements of fire, conflict and abandonment can be linked to the same event, remains to be seen. Castelo do Monte Novo site certainly presents a significant opportunity for a better understanding of the regional dynamics of the establishment of Roman power at the end of the Republic. Continued work on the site will hopefully add new data in the future.

Find Number	Weight (gr)	Lenght (mm)	Width (mm)	Thickness (mm)	Völling Type
37	*30,66*	35,64	15,99	12,8	IIb
101	*22,4*	29,18	15,87	11,43	IIb
102	*28,85*	30,26	15,99	12,13	Ib
103	*31,58*	32,38	15,65	13,8	IIb
106	*22,8*	30,5	14,12	11,18	IIb
182	*19,9*	31,08	14,00	13,95	IIb
186	*25,4*	33,8	14,94	11,39	IIb
188	*24,88*	33,51	14,56	14,56	IIb
188	*25,37*	31,98	15,54	12,02	Ib
189	*22,78*	31,36	14,05	11,65	IIb
242	*21,94*	29,52	15,82	11,40	Ia
244	*29,03*	32,69	15,56	12,09	IIb

Table 1 - Castelo do Monte Novo lead sling bullet measurements.

A few kilometres away from Castelo do Monte Novo there exists an important natural pathway that follows the right bank of the River Degebe. Used as a livestock path until the mid-1990s, it is still possible to follow a good extent of its trajectory which connected the region of Moura with the plains and market of Évora. This tradition has been marked in the name of the former crossing point of the Guadiana, designated as the "Porto de Évora" (Port of Évora). The trajectory of this natural path follows a northwest-southeast alignment, relatively parallel to the course of the River Degebe but moving away

from its valley, following a geological patch of "green schists" that produces a rather flattened terrain that allows accessibility. This strip continues on the left bank of the Guadiana, towards the village of Safara, before merging into the passes that cross the Western Sierra Morena, through the Aroche-Aracena area.

About 20 km downriver of Castelo do Monte Novo is the site of Castelo Velho do Degebe. This settlement, of apparent pre-Roman origins, also has important traces of a late Republican military presence (Mataloto, 2014). The connection between both settlements must have been along the aforementioned natural path, following a trajectory between the river valley and the Serra de Portel. It is possible that along this pathway there was a Roman route that connected *Liberalitas Iulia Ebora* to *Arucci*, although no clear evidence is known (Bilou, 2005).

In the late 1980s, Castelo Velho do Degebe was heavily destroyed by deep ploughing for a eucalyptus plantation. This triggered a program of intense collection of materials, as part of the scope of an impact minimisation program carried out by the IPPC Regional Archaeology Services.

Like Castelo do Monte Novo, this occupation can also be associated with the so-called "castro de ribeiro" sites, a typical settlement model in the interior of Southwestern Iberia during the second half of the 1st millennium (Berrocal, 1992). Its position, situated on a hill with steep slopes overlooking the River Degebe, gives it high natural defensibility. These natural defences are further reinforced by the presence of what appears to be a perimeter wall line with at least two towers and a ditch dug into the bedrock in the most vulnerable area. Here, too, there is evidence of a possible large fire (such as at Castelo do Monte Novo), with the presence of glazed and melted stone along the area facing north, which has the least natural defences.

The ceramic set collected at the site suggests an occupation during the second half of the 1st millennium, although the ceramics attributable to the so-called "Late and Final Stages" of L. Berrocal (1992: 93) are more frequent (fig. 5). Imported ceramics are scarce, consisting of some fragments of Black gloss "Campanian" ware from "B circle" fabric, a F2250-80 patter foot from "A" fabric, and a small fragment of Campanian imitation in grey fabric. The presence of amphorae, scarcely recorded, was composed only of rims, handles and feet of Dressel 1 type produced in Campania, which seems to correspond to an occupation up to the middle of the 1st century at the latest.

Within this context it is relevant to point out the presence of a *kalathos* with a red, horizontal, scalariform decoration. This form, clearly imported into the regional context, has come to be associated with the distribution of Iberian honey, as an auxiliary load of the supplies of Italic wine (Pimenta, 2005; Heras Mora, 2018: 599). It is also known to be more common in military contexts, which may be another indicator of the presence of Roman soldiers at Castelo Velho do Degebe. Within the typology proposed for Catalan productions (Conde, 1991), the example from this site cannot be definitively included into one of the types defined by the author. However, it is similar to later examples with a bilateral rim, reinforcing the proposed chronology of the late 2nd/early 1st century.

The set of metallic artifacts collected at Castelo Velho do Degebe represents mainly discarded material from looting carried out by detectorists after the site's destruction. Despite this, the collection constitutes one of the most expressive signs of the presence of Roman army in the region during the late Roman Republican era. It is important to highlight the collection of various iron instruments, such as tongs and several large weights, in addition to several shapeless pieces and a lead plate. Furthermore, several copper/bronze artifacts were uncovered, which deserve to be analysed in more detail. The presence of Roman Republican *militaria* is of particular relevance in this context, as it forms a testimony to the passage of the Roman army within the region, most certainly related to contexts of conflict at the end of the Republic, between the 2nd and 1st centuries.

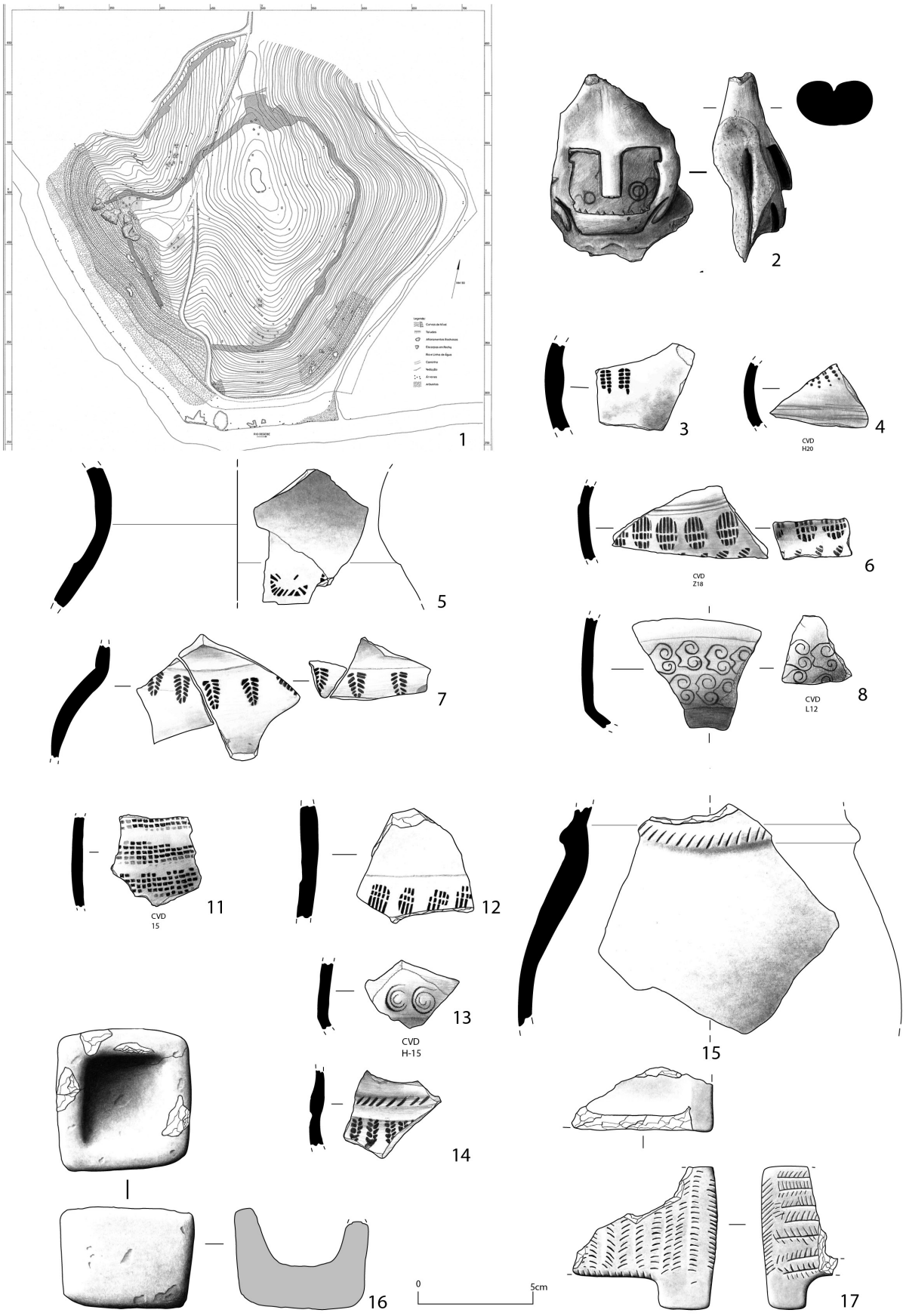


Fig. 5 - Castelo Velho do Degebe site plan (Courtesy: DRC Alentejo, adapted); shaded area - wall perimeter. Late Iron Age decorated ceramic (n.º 3-15), "mask" ceramic handle (n.º 2), and "salt shakers" (n.º 16-17).

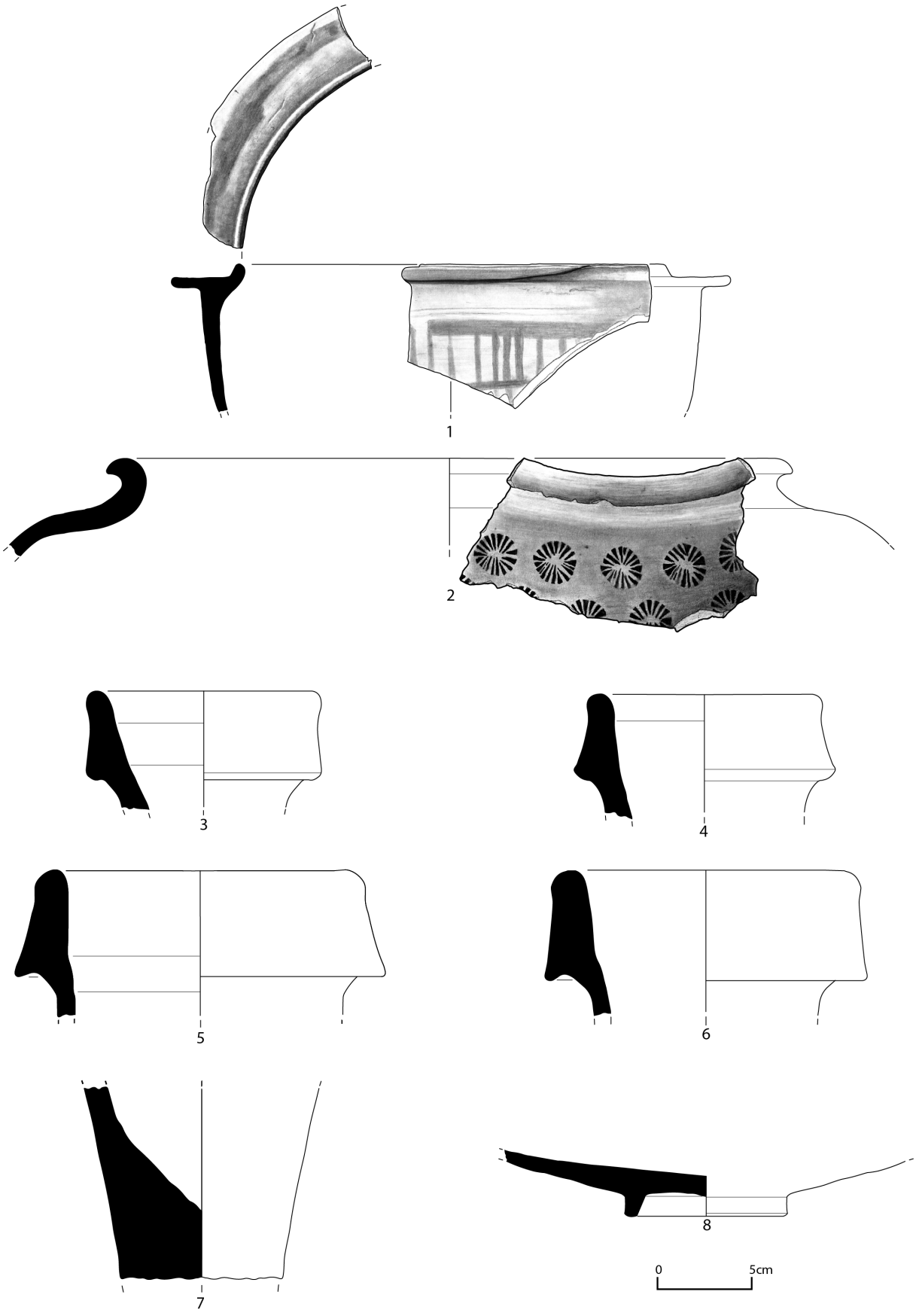


Fig. 6 - Castelo Velho do Degebe: imported kalathos (n.º 1); decorated storage vessel (n.º 2); Dressel 1 amphorae of Italic fabric (n.º 3-7); Campanian black gloss ware *B-circle* F2250-80 series (n.º 8).

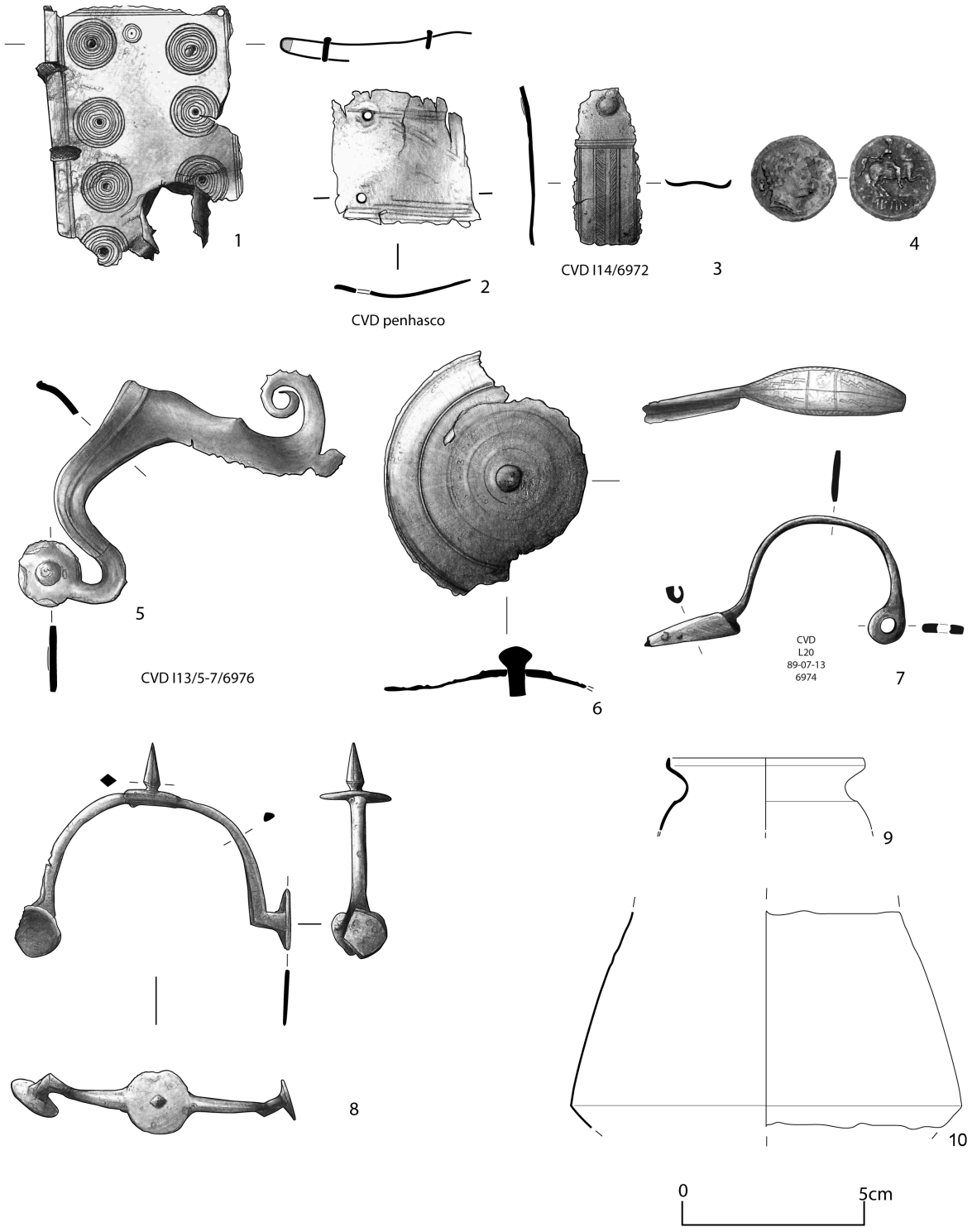


Fig. 7 - Castelo Velho do Degebe *militaria* (n.º 1 - belt buckle; n.º 2-3 - belt and strap decorations; n.º 5 - *lorica hamata* double pectoral hook; n.º 6 - bronze disc; n.º 7 - fibula; n.º 8 - bronze spur), coin, *simpulum* bowl (n.º 9) and metallic jar (n.º 10).

One of the main indicators suggesting the presence of the Roman military at Castelo Velho do Degebe is the discovery of a double pectoral hook, in the form of a "lyre" (Viand, 2008: 46), used for fixing the shoulder protection in the *lorica hamata* (fig. 7-5). Although the chainmail of the *lorica hamata* is quite well-attested, the presence of shoulder protections fixed by a "double hook" are relatively little documented in both the Iberian Peninsula (Aurrecoechea, 2010: 86) and broader late Roman Republican military contexts. Most examples date from the pre-Flavian period, after which they disappear, despite the continued use of this type of *lorica* (Deschler-Erb, Peter, Deschler-Erb, 1991: 20; Deschler-Erb, 1999: 38). The hook or "bracket" example from Castelo Velho do Degebe presents a somewhat more elaborate type than the few registered in other late Republican contexts throughout Europe (Radman-Livaja, 2004: tabla 27; Poux, 2008: 349). As a result, it is not possible to fit this example in the short typology available (Deschler-Erb, Peter, Deschler-Erb, 1991: 20).

Despite its apparent scarcity, the use of *lorica hamata* has been attested at Renieblas and Numantia, given the identification of fragments of bronze chainmail. This suggests that it was in use by Roman troops from an early stage in the conquest of the Iberian Peninsula (Aurrecoechea, 2010: 87; Luik, 2010: 65). As such, these are some of the oldest testimonies to its use in Roman military contexts, alongside pictorial and statuary representations, and mentions in Polybius (Deschler-Erb, Peter, Deschler-Erb, 1991: 19).

A copper/bronze rectangular belt buckle, folded at one end to secure an iron buckle, fits perfectly with the so-called Italic *cingulum/balteus* that has been associated with the presence of the Roman Republican army (Pereira, 2018: 154, fig. 7-1). The plate was decorated with a double incised fillet, within which fits eight sets of five concentric circles, at the centre of which there were iron rivets. This type of belt buckle is well known at Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984: taf. 11) and at Vaiamonte (Pereira, 2018: est. 31), although none of these examples share the exact same decoration. However, this decoration can be recognised on another belt fastener found at Castrejón de Capote, which, we believe, was incorrectly published as an Iberian belt buckle (Berrocal, 1989: 285). This type is typically associated with Italy and is clearly distinct from the whole peninsular tradition. However, the decorative motifs have broad parallels in the Celtiberic area, mainly in the so-called ornamental plaques (Lorrio, Sanchez de Prado, 2009: 395), but also in Carpetania, as is evident in the Llano de la Horca plaque (Baquedano et al., 2007: 388). At Castelo da Lousa, a thin copper/bronze plaque, decorated with dotted triangles and small concentric circles, was interpreted as belonging to a belt buckle. This find was also suggested as belonging to a group of artefacts associated with the military (Ruivo, 2010: 500).

A small quadrangular plate, with two preserved perforations, decorated by several apparently perimeter parallel lines, can equally be associated with a *cingulum/balteus* (fig. 7-2). This artefact is similar to an example collected at Vaiamonte (Pereira, 2018: est. 31, n.º 8), and is comparable with the possible *cingulum* covering plates documented in Vernon (France) (Viand, 2008: 40).

Another small copper/bronze plate, equipped with an iron rivet, may also be related to military clothing, as a fixing element (fig. 7-3).

As noted by Bishop and Coulston (1993: 62), the *cingulum/balteus* was often used in conjunction with the *lorica hamata*. As such, the existence of both elements at Castelo Velho do Degebe strongly suggests the presence of the Roman army at the site. In the same sense, it can be stated that the use of *lorica hamata* is frequently associated with cavalry forces (Poux, 2008: 411, fig. 70), whose passage through Castelo Velho do Degebe is attested by the presence of a bronze three-disc spur (fig. 7-8).

These spurs are known in Gaul, having been used by both local populations and Roman forces during the period of conquest (Poux, 2008: 388), and may correspond to types initially used by indigenous populations in Central Europe which were later integrated into the Roman Empire. These models, from

the final La Téne period, are of apparently Celtic origin, and would form the basis of later Roman examples (Quesada, 2005: 126). Their diffusion, essentially throughout Central Europe, is also associated with the movement of Roman armies, such as at Sisak, Croatia, notable for its Roman *militaria* findings. (Radman-Livaja, 2004: tabla 55). Chronologically, they are attested in Gaul from the mid-1st century to the Augustan period (Poux, 2008: 388). These types of spurs were absent from the typologies used in the pre-Roman and Roman Republican periods in the Iberian Peninsula (Quesada, 2005). However, one of these button spurs from Libisosa, recovered in an early 1st century context, has recently been published (Quesada, Uroz, 2020: 62). These authors underline the late chronology for this spur type in Iberia since they are absent from the Numantine war contexts (Quesada, Uroz, 2020: 62), which reinforces the possibility of the Roman military presence at Castelo Velho do Degebe in the first half of the 1st century. These same authors, following the proposal of M. Poux for Gaul (Poux, 2008: 387), also associate this spur type with the presence of some high-status individuals of Roman cavalry. Other types of spurs from the Republican period are well known in Western Iberia, such as at Mesas do Castelinho (Almodôvar), Vaiamonte (Fabião, 1998: 141) and Castelo da Lousa (Ruivo, 2010: 501).

A bronze disc, with a central perforation and rivet, possibly corresponding to the horse harness *phalerae*, similar to others documented in Vaiamonte (Fabião, 2006: 122) or Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984: taf. 17) reinforces the presence of elements correlated with cavalry at Castelo Velho do Degebe (fig. 7-6).

The presence of metal vessels are of particular interest, due to their significance in the context of cultural transformation. A good example of this is a small fragment of a horizontal handle *simpulum* container which, given its missing handle, makes it impossible to define the type (Castoldi, Feuguère, 1991) (fig. 7-9). Similarly, the presence of a biconic jug (Boube, 1991) has also been documented although it is also missing its handle (fig. 7-10). However, given the well-known presence of "*Piatra Neamt*" type handles in Portugal (Fabião, 1999: 183), its attribution to this type can be suggested.

Among the metallic copper/bronze collections there is only a single coin, however, it is still quite significant. The coin corresponds to a *Sekaisa As* similar to the NAH 583 or CNH 40 with a 23-24 mm module (Villaronga, 1994: 236, n.º 40) (fig. 9-4). This coinage type, especially the "two dolphins" series, is one of the best documented in Western Iberia during the Roman Republican era, and is usually associated with the Sertorian Period (Blázquez Cerrato, 1995: 255). The data from Vaiamonte's reinforces this perspective (Fabião, 1998: 453). Likewise, a related coin from *Sekaisa* was identified at Evoramonte (similar to Villaronga, 1994: 237, n.º 45) in the same test-pit (A7) where a sling bullet was discovered (Costa, Liberato, 2007: 638).

An often-ignored piece of evidence potentially linking a military presence at Castelo Velho do Degebe is its proximity to the Milha hoard. In 1953, at the Herdade da Milha or Mília, municipality of Portel, an important hoard of *denarii* was identified. Containing 493 coins, the hoard was dated generally to the end of the 2nd or beginning of the 1st century (Faria, 1991-1992: 93). It is relevant to point out that the location of this discovery is in the immediate vicinity of the natural path mentioned above, between the plain of Évora and the Sierra Morena pass, part of an old connecting axis between the Tagus estuary and the Guadalquivir valley. As such, the hoard's presence constitutes another argument in defence of the relevance of this axis of circulation in the late Roman Republican period. Similarly, the find spot is less than 10 km south of Castelo Velho do Degebe, where the presence of the Roman army appears to be unmistakable. Both A. Faria (1991-1992) and J. Alarcão (1999) assigned a chronology of roughly the year 100 BC to the hoard, therefore prior to the Sertorian conflict. Of course, this early date raises questions concerning the context which led to the hoard's concealment. Both authors considered various hypotheses, with a plausible cause being military instability on the border with the *Lusitanii* further north (as

mentioned above). Again, the *Deditio* of Alcántara (López Melero, Sánchez Abal, García Jimenez, 1984) appears to be one of the key indicators for a Roman attempt at stabilizing the Tagus border line, precisely in this transition between the 2nd and 1st century. Similarly, the installation of the Cáceres El Viejo camp can be seen as a more expressive materialisation of this same strategy. In this sense, the movement of troops in the region during this period may have generated the insecurity necessary for the hiding of such a substantial treasure. Despite the relative security of the hoard's chronology, however, there still remains a possibility that it should instead be associated with the Sertorian conflict. This is because it is unknown whether the set of coins studied, only a portion of the discovery, were representative of the entire hoard. As J. Alarcão (1999: 8) points out, there is a certain oddness to the absence of Sertorian hoards south of the Tagus (Ruivo, 1997), knowing the disruption caused by the conflict in the region.

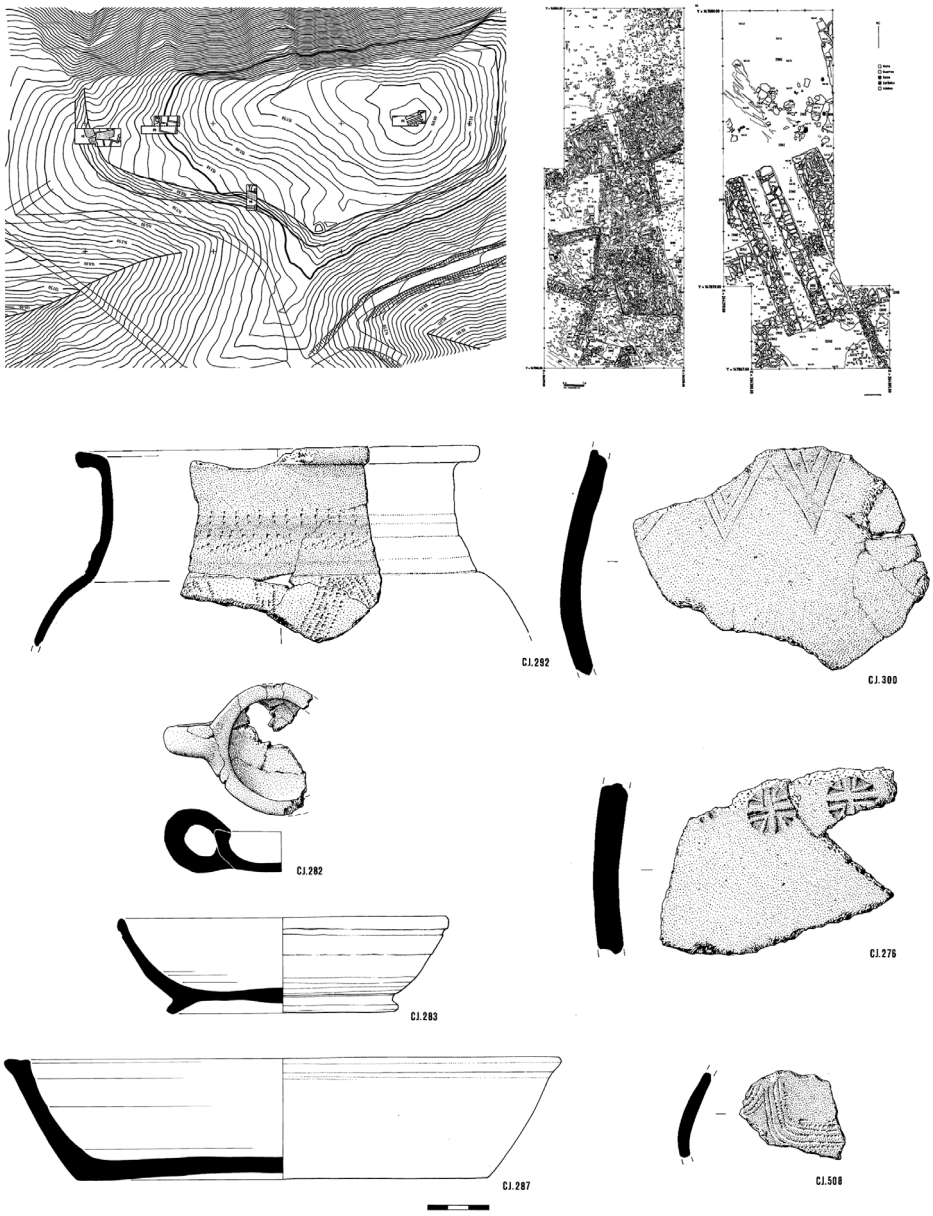


Fig. 8 - Castelo das Juntas: location, external wall and granary; late Iron Age decorated ceramic; Roman Republican ceramic types produced regionally (adapted from Albergaria, Melro, 2013).

A few kilometres downstream from Castelo Velho do Degebe and the Milha hoard, the pathway under consideration crosses the River Degebe to the left bank, at the "port" of Moncarxa, continuing to head southeast towards the Guadiana, which runs here embedded at the bottom of a deep valley. This natural path would cross the Guadiana at the "port" of Cid Almeida, just two kilometres upstream from the "port" of Évora. After crossing the river, it continues in a wide corridor of easy transit heading to the southeast, towards the Sierra Morena. Just 10 km north of this natural path, perhaps intersecting other approaches to the Guadiana, there is another settlement where traces of war seem evident, Castelo das Juntas (Moura) (Mataloto, 2014). The site of Castelo das Juntas was formerly situated at a tight bend of the River Alcarrache, just two kilometres from its mouth on the left bank of the Guadiana, between the "ports" of Cu de Pato and Meirinho. It was located on a flat plateau, surrounded by steep slopes, especially its eastern side. Although the site presents some prominence in the immediate landscape, this has been heavily impacted by its present circumstances. The site is currently situated on an island in the Alqueva dam, which has submerged the wall circuit. In this context, it was the subject of two excavation campaigns, in which four test pits were carried out, covering only a small area of the settlement (Albergaria, Melro, 2013). Castelo das Juntas has a generally sub-rectangular plan, with the major axis in the north-south direction and a slight extension on the west side. The total area of the site is a little more than 1 hectare (fig. 8). The excavations allowed the documentation of a thick wall, apparently surrounding the site, equipped with a narrow door facing north and two rounded towers guarding the most accessible approach. Inside the walled area, as far as it was possible to document, a series of rectangular compartments attached to the wall were identified. At the highest point of the walled area, a raised granary was uncovered (Albergaria, Melro, 2013: fig. 4.104). Significantly, the presence of a raised granary in an indigenous settlement of the Southwestern Iberian Peninsula is wholly unknown throughout the entirety of the second half of the 1st millennium. However, the presence of this type of granary is documented at Pedrão (Soares, Tavares da Silva, 1973), which has been interpreted as being a small Roman military settlement (Fabião, 1998; Fabião, 2006: 119; Mataloto, 2002: 214). It is important to highlight the frequent existence of these types of granaries in Roman military contexts, as evident in the various camps of Numantia (Salido Domínguez, 2009). As such, the presence of this storage building may be one of the most evident signs of the presence or settlement of Roman troops at Castelo das Juntas, particularly when contextualised with the other evidence.

The excavation allowed the identification of three major phases of occupation. Phase 1, the fortification/foundational phase of the site, of undetermined chronology. Phases 2 and 3 are chronologically difficult to distinguish but must be dated between the very late 2nd century and the first third of the 1st century (Albergaria, Melro, 2013: 242). Although it is possible to date the beginning of the occupation to the late 2nd century, the evidence is limited. This is because the imported ceramics, although scarce, are mainly restricted to the 1st century (Mataloto, 2014). The study of the collected ceramic ensemble only indicates the presence of two black gloss Campanian fragments, of "B circle" fabric, a form of the F7553 series and the base of a patera of the F2230-2280 series (Morel, 1981). Additionally, the presence of thin-walled ware forms IIB, III and IIIB, VIIIC of Mayet typology are documented (Albergaria, Melro, 2013: 222, fig. 4.130). However, there are also examples of regional productions which imitate imported forms (see fig. 8), such as CJ 283 which imitates a Lamboglia 1/F2300, in addition to the imitation of a patina, CJ 287, with evident affinities in common Italic ware. A locally produced lamp, CJ 282 (fig. 8), has evident Italic influence. This lamp type, in local fabric, has also been found at the Cáceres El Viejo camp (Ulbert, 1984: taf. 42). Finally, a foot of Campanian ware was also recovered at surface, apparently of *Cales* fabric which can be integrated into the F2230-2280 series (Morel, 1981).

The set of Roman Republican coins attributable to Castelo das Juntas consists of seven silver *denarii* and a single peninsular coin. The *denarii* were collected on site and its surroundings, and belong to a private collection, except for a single coin collected at the excavation. The oldest coin from the collection corresponds to a sawn *denarius* by L. PORCI.LICI * L LIC CN DOM from 118 (RRC 282/5). This coin is the only example minted in Narbo, all the others are from Rome. It is also perforated, perhaps for use as a pendant, which may justify its older chronology. There is another coin with a similar chronology, a *denarius* likely corresponding to M. SERGI SILVS Q from 116 or 115 (RRC, 286/1). However, this coin is in very bad condition, making it difficult to distinguish. The rest of the collection is later, dating to the early 1st century. There are two coins from the 90's, the first a *denarius* of D. SILANVS L.F. from 91 (RRC, 337/3), and the second, that of C.VIBIVS C.F. PANSA from 90 (RRC, 342/5b?). Immediately following these is a *denarius* of L. TITVRI L.F. SABINVS, dated to 89 (RRC, 344/1a-c). The state of conservation prevents a more accurate identification of type. The most recent coin from the private collections is a L. CENSOR *denarius*, dated to 82 (RRC, 363). The undated peninsular coin corresponds to an *As* from *Ilerda*, with Iberian characters (Albergaria, Melro, 2013: 240). Additionally, the archaeological excavation uncovered a sawn *denarius* of C. NAEVIUS BALBUS from 79 (RRC, 382/1b).

The *denarii* collected at Castelo das Juntas are well documented in the hoards of the Sertorian period from Portuguese Estremadura, all falling within the two Crawford periods (Crawford, 1974) that are the most relevant in these groups (Id and Ie), and follow Iberian Peninsula patterns (Ruivo, 1993-97: table 6; Ruivo, 1997: 96). This fact helps to better support a Sertorian chronology for the traces of war identified at the site, especially the presence of *glandes plumbeae*. Of course, some of the older *denarii* may have arrived at the site previously, as this collection represents occasional losses and not a hoard. Still, the absence of later *denarii* reinforces the proposal for the abandonment of the site in the context of the Sertorian Wars, most likely after the defeat of Hirtuleius at *Italica* in 76-75, when Ulterior lost relevance in the war context. As noted by J. Alarcão (1999: 4), the known hoards from the Sertorian period have a limited concentration in the territory between the Tagus and Douro, being entirely absent south of the Tagus in the South of Portugal. However, it must be noted that there are several hoards from the Alentejo, such as that of São Manços near the River Degebe, in which the chronology is unknown.

Castelo das Juntas certainly experienced some form of military confrontation, given the set of 67 *glandes plumbeae* collected at the site, which has already been the subject of a previous paper (Mataloto, 2014). Although not absolutely clear and linear, recent data seems to reinforce Völling's (1990) proposal for a general trend of gradual increase in the average weight of the *glandes*, reaching 50 to 55 g within the first half of the 1st century (Quesada et al., 2015: 353). Those from Castelo das Juntas, with an average weight of 67 g, fit well into this model, and are a similar weight to the seven *glandes* documented at Castelo da Lousa (65.5 g). Notably, both sets also roughly correspond to two and a half Roman *unciae* (68.25 g). However, the use of a consistent weight standardisation should not be overemphasised.

Although the chronological framework of *glandes plumbeae* collected in the Iberian Peninsula, according to metrological criteria, raises some reservations, we agree with the proposal that their presence likely correspond to two major events, the Sertorian and Caesarian Civil Wars of the 1st century (Guerra, 1987: 168; Guerra, Pimenta, 2013: 49; Quesada, 1997: 476). In this sense, the collection from Castelo das Juntas precisely reinforces this perspective, providing various indications of a situation of warfare and subsequent abandonment of the site in the aftermath of the Sertorian Wars.

From its foundation, Castelo das Juntas would have already been integrated into the Roman dynamics of conquest, regardless of whether its occupants were born in the Iberian Peninsula. Its characteristics and location allow the assumption, at least at a certain time period, for the stationing of a

military garrison providing logistical support for the movement of troops, as has been proposed in other areas of the peninsula (Ñaco del Hoyo, Principal, 2012).

Not far from the natural corridor that we have been following, by the Sierra Morena border is located the region of Barrancos/Encinasola. Here, the discovery of the well-known *glandes* inscribed with the name of *Sertorius* at Peña de San Sixto (Encinasola) (Chic García, 1986), assert the integration of this region in the context of the Sertorian War.

Noudar Castle stands in this area, located in a narrow and steep interfluve of the Murtega and the Ardila rivers, where an Iron Age occupation between the 4th – 1st centuries has been documented (Rego, 1994: 42). The artefactual set published and observed at the Barrancos Museum is mainly associated with the late Roman Republican period.

The Italic imports, namely a complete Italic Dressel 1 amphora, as well as a rim and several handles, along with some Campanian "B" fabric from *Cales*, which can be integrated into the 7551 series (Morel, 1981: 414) confirm occupation in the first half of the 1st century. The presence of polished fine grey fabric inspired by forms of Campanian ware, namely Species F2250, common in contexts of the 1st century was also recorded. The presence of grey ceramics decorated with small stamps/incisions, typically associated with the late Iron Age (Berrocal, 1992: 93), also seem to point towards this late chronology (fig. 9).

At Noudar, an ornamental bronze applique related to a horse harness has been documented (fig. 9, top right). Dated to the late Republican period, these appliques are well represented in military but also some indigenous contexts. At Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984: taf. 19, n.º 129) there is a clear example of these appliques of "animal protomes", very similar to the one found at Noudar, but also at Vaiamonte (Fabião, 1998: fig. 88, n.º 4 and 5), Castrejón de Capote (Alonso Sánchez, 1991: 262), Castelo Velho do Lucefécit and more recently at Castelo Velho de Safara[2]. Despite the relative scarcity of data, it is probable that Noudar also experienced military movements in the late Republican period. Although the chronology is uncertain, the most likely period is that of the Sertorian War, given the site's proximity to Peña de San Sixto, just 20 km to the southeast.

In this rugged territory near the Sierra Morena, eastwards from Noudar, an important network of pre-Roman and Roman Republican occupations is known (Berrocal, 1992: 267; Heras Mora, 2018). Among these sites, Castrejón de Capote is the most notable (Berrocal, 1992). Indeed, Capote appears to have been abandoned during the Sertorian conflict, greatly impacting the entire region (Berrocal, 2003: 206; Berrocal et al., 2014: 277). In this same context, a number of other important settlements appear to have been affected including Castrejón de Bodonal, Castrejón de Valencia del Ventoso, and Peña de San Sixto. Significantly, *glandes* with the mark of Q · SERTORI · PRO · COS have been documented at the latter two sites (Berrocal, 2003: 206). These *glandes* clearly position this region within the area impacted by the Sertorian War, particularly the landscape between the lower Tagus, the Central Alentejo, and the lower Guadalquivir, at the heart of the Roman offensive in the West.

Further south of the region studied here, in the Lower Alentejo, the evidence of war is less clear, as the data from the indigenous site of Mesas do Castelinho (Almodôvar) seems to show. Here, the *militaria* is scarce and traces of widespread destruction are not documented during the 1st century BC. In fact, it is even possible to see some evidence of architectural and commercial flourishing (Fabião, 1998; Guerra, Fabião, 2010: 478), perhaps revealing the differing impact and dynamics of warfare in the first half of the 1st century in Southwest Iberia. Further north of our region, beyond Serra d'Ossa, traces of military presence were clearly documented at Vaiamonte (Fabião, 1998; Pereira, 2018) and Castelo Velho de Veiros (Fabião, 1998).

[2] Oral information from Rui Monge Soares and Mariana Nabais, which we thank.

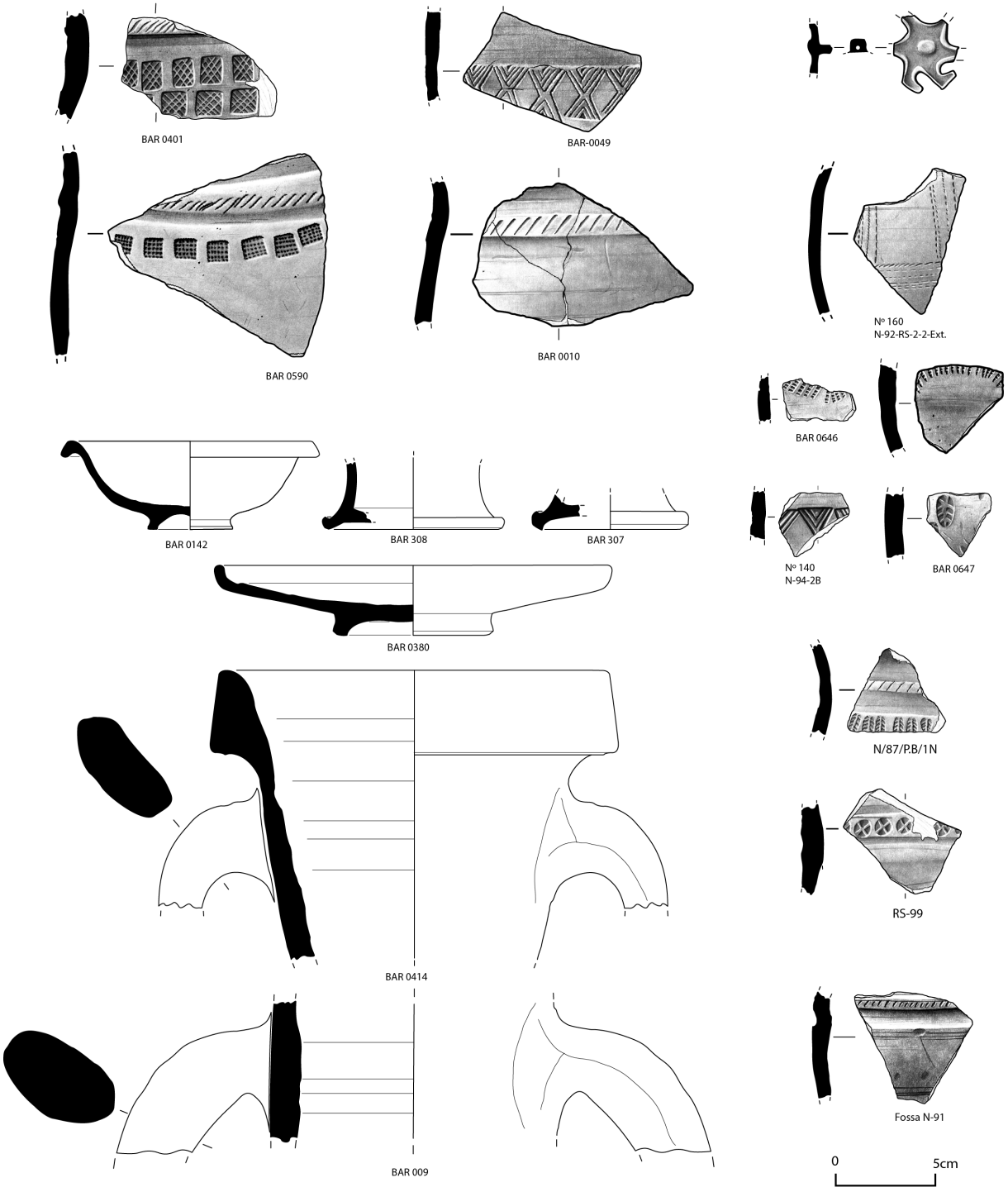


Fig. 9 - Noudar Castle late Iron Age decorated ceramic, ornamental bronze applique; Campanian ware (7551 series); grey ware; Dressel 1 amphorae Italic fabric.

4. TRACES OF WAR: A READING FROM THE CENTRAL ALENTEJO

Both literary and archaeological material suggest that the Southwestern Iberian Peninsula experienced widespread conflict during the late 2nd/early 1st century. The Central Alentejo clearly reflects this greater pattern, as numerous sites in the area display clear signs of military presence, destruction, and abandonment. Given the often vague nature of the current data set, it is difficult to provide a more narrow chronology or to ascribe traces of conflict with individual wars mentioned in the source material. Nevertheless, a few provisional suggestions can be made. Several of the southeastern sites situated along the natural pathway outlined, such as at Peña de San Sixto and Castrejón de Capote, have been firmly identified with a context related to the Sertorian War. From its coin series and substantial sample of lead *glandes*, the evidence from Castelo das Juntas would also seem to suggest an identification with this context. Situated along the same pathway, the evidence from Castelo do Monte Novo and Castelo Velho do Degebe remains inconclusive. Both sites, clearly major settlements in the region, were seemingly burnt down and abandoned in the same general time period. As such, it appears likely that both sites were destroyed during the course of a major conflict. Based on the literary sources, the most obvious connection would again suggest a relationship with the Sertorian War. Due to the current imprecise chronologies at both locations, however, this cannot be stated with certainty. It remains a possibility that the abandonment of one or both sites should instead be dated earlier, at some point in the late 2nd/early 1st century. Further work in the region will hopefully provide more concrete answers in the future.

Redondo, Edinburgh, February 2021

Ancient Sources Bibliography

Bennett, C. (trad.); McElwain, M. (eds.) (1925): Frontinus: *The Stratagems and The Aqueducts of Rome.* Cambridge.

Bird, H. (trad.) (2011): Eutropius: *Breviarium.* Liverpool.

Cuntz, O. (eds.) (1929): Itineraria Romana: *Itineraria Antonini Augusti et* Burdigalense. Vol. 1. Leipzig.

Fear, A. (trad.) (2010): Orosius: *Seven Books of History against the Pagans.* Liverpool.

Forster, E. (trad.) (1929): Florus: *Epitome of Roman History.* Cambridge.

Greenwood, L. (trad.) (1935): Cicero: *The Verrine Orations: Against Verres*. Vol. II, Part 2, Books 3-5. Cambridge.

Jones, H. (trad.) (1923): Strabo: *Geography*. Vol. II, Books 3-5. Cambridge.

McGing, B. (trad.) (2019): Appian: *Roman History*. Vol. 1. Cambridge.

McGing, B. (trad.) (2019): Appian: *Roman History: Civil Wars*. Vol. IV, Books 1–2. Cambridge.

Perrin, B. (trad.) (1917): Plutarch: *Lives: Agesilaus and Pompey. Pelopidas and Marcellus.* Vol. V. Cambridge.

Perrin, B. (trad.) (1919): Plutarch: *Lives: Sertorius and Eumenes. Phocion and Cato the Younger*. Vol. VIII. Cambridge.

Perrin, B. (trad.) (1920): Plutarch: *Lives: Demetrius and Antony. Pyrrhus and Gaius Marius*. Vol. IX. Cambridge.

Ramsey, J. (trad.) (2015): Sallust: *Fragments of the Histories.* Cambridge.

Schlesinger, A. (trad.) (1959): Livy, Julius Obsequens: *History of Rome: Summaries. Fragments. Julius Obsequens. General Index*. Vol. XIV. Cambridge.

Shackleton Bailey, D. (trad.) (2000): Valerius Maximus: *Memorable Doings and Sayings*. Vol. II: Books 6-9. Cambridge.

Shipley, F. (trad.) (1924): Velleius Paterculus: Compendium of Roman History. Res Gestae Divi Augusti. Cambridge.

Bibliographical References

Alarcão, J. de (1988): *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins.

Alarcão, J. de (1999): O contexto histórico dos tesouros republicanos romanos em Portugal, in R. Centeno; Mª P. García-Bellido; G. Mora (coord.), *Rutas, ciudades y moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua* (Porto, 1997). Anejos Archivo Español de Arqueología 20. Madrid: 1-10.

Alarcão, J. de (2001): A localização de *Dipo* e *Evandriana. Al-madan*. Série II, 10: 39-42.

Albergaria, J.; Melro, S. (2013): *Ocupação proto-histórica na margem esquerda do Guadiana*. Memórias d'Odiana, 2ª série. Évora.

Alonso Sánchez, Mª A. (1991): Apliques Ornamentales de la Caballeria Romana. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid* 18: 261-274.

Argente Oliver, J. (1994): *Las fíbulas de la Edad del Hierro en la Meseta Oriental.* Excavaciones Arqueológicas en España 168. Madrid.

Aurrecoechea Fernández, J. (2010): Las armaduras romanas en Hispania: protectores corporales para la infanteria y la caballería. *Gladius* 30: 79-98.

Baquedano Pérez, E.; Contreras Martínez, M.; Märtens Alfaro, G.; Ruiz Zapatero, G. (2007): El *oppidum* carpetano de "El Llano de la Horca" (Santorcaz, Madrid), in J. Abascal Palazón (eds.), *Estudios sobre la Edad del Hierro en la Carpetania. Registro arqueológico, secuencia y território.* Zona Arqueológica 10. Madrid: 375-394.

Bellón Ruiz, J.; Ruiz Rodríguez, A.; Molinos Molinos, M.; Rueda Gálan, C., Gómez Cabeza, F. (eds.) (2015) - *La Segunda Guerra Púnica en la península ibérica. Baecula: Arqueologia de una batalla*. CAAI Textos 7. Jaén.

Berrocal-Rangel, L. (1989): El Assentamiento "Celtico" de Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia de la Universidad Autónoma de Madrid* 16: 245-295.

Berrocal-Rangel, L. (1992): *Los Pueblos Celticos del Suroeste de la Peninsula Iberica.* Complutum Extra 2. Madrid.

Berrocal-Rangel, L. (2003): Poblamiento y defensa en el territorio céltico durante la época republicana, in A. Morillo Cerdán; F. Cadiou; D. Hourcade (coord.), *Defensa y territorio en Hispania: De los Escipiones a Augusto* (Madrid, 2001). Léon-Madrid: 185-218.

Berrocal-Rangel, L.; Barrera Antón, J.; Caso Amador, R.; Cabanillas de la Torre, G. (2014): *Nertóbriga Concordia Iulia*. La conquête de la Béturie, in F. Cadiou; M. Navarro Caballero (coord.), *La guerre et ses traces: Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier s. av. J.-C.)*. Mémoires 37. Bordeaux: 273-296.

Bilou, F. (2005): *O Sistema Viário Antigo na Região de Évora*. Lisboa.

Bishop. M.; Coulston, J. (1993): *Roman Military Equipment: from the Punic Wars to the fall of Rome.* Londres.

Blázquez Cerrato, C. (1995): Sobre las cecas celtibéricas de Tamúsia y Sékaisa y su relación con Extremadura. *Archivo Español de Arqueología* 68: 243-258.

Boube, J. (1991): *Les Cruches*, in M. Feugère; C. Rolley (eds.), *La Vaisselle Tardo-Républicaine en Bronze. Actes de la Table-Ronde du CNRS* (Lattes, 1990). Centre de recherches sur les Techniques Gréco-Romaines 13. Dijon: 23-45.

Brennan, T. (2000): *The Praetorship in the Roman Republic*. Oxford. 2 vols.

Broughton, T. (1951): The *Magistrates of the Roman Republic, Volume I: 509 B.C – 100 B.C.* New York.

Broughton, T. (1952): *The Magistrates of the Roman Republic, Volume II: 99 B.C. – 31 B.C.* New York.

Cadiou, F.; Navarro Caballero, M. (2010): Les origines d'une présence italienne en Lusitanie, in J.-G. Gorges; T. Nogales Basarrate (eds.), *Naissance de la Lusitanie romaine (Ier av. - Ier ap. J.-C.)/Origen de la Lusitania Romana (siglos I a.C.-I d.C.)*. Toulouse-Mérida: 253-292.

Castoldi, M.; Feugère, M. (1991): Les *Simpulums*, in M. Feugère; C. Rolley (eds.), *La Vaisselle Tardo-Républicaine en Bronze. Actes de la Table-Ronde du CNRS* (Lattes, 1990). Centre de recherches sur les Techniques Gréco-Romaines 13. Dijon: 61-88.

Chic García, G. (1986): Q. Sertorius, procónsul, in G. Fatás Cabeza (dir.), *Epigrafía hispánica de época Romano-Republicana* (Zaragoza, 1983). Zaragoza: 171-175.

Conde i Berdós, M. (1991): Les produccions de *kálathoi* d'Empúries i la seva difusió mediterrània (segles II-I a.C.). *Cypsela* 9: 141-168.

Costa, T.; Liberato, M. (2007): Intervenções arqueológicas no Castelo de Evoramonte: síntese de resultados. *Vipasca* 2, Serie II: 632-642.

Crawford, M. (1974): *Roman Republican Coinage.* Cambridge. 2 vols.

Curchin, L. (2014): *Roman Spain: Conquest and Assimilation*. New York.

Deschler-Erb, E.; Peter, M.; Deschler-Erb, S. (eds.) (1991): *Das frühkaiserzeitliche Militärlager in der Kaiseraugster Unterstadt*. Forschungen in Augst 12. Augst.

Deschler-Erb, E. (1999): *Ad Arma! Römisches Militär des 1. Jahrhunderts n. Chr. in Augusta Raurica*. Forschungen in Augst 28. Augst.

Fabião, C. (1998): *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*. PhD thesis, University of Lisbon, School of Arts and Humanities, 3 Vol.

Fabião, C. (1999): A propósito do depósito de Moldes, Castelo de Neiva, Viana do Castelo: a baixela Romana tardo-republicana em bronze no extremo ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 2,1: 163-198.

Fabião, C. (2006): The Roman army in Portugal, in A. Morillo Cerdán; J. Aurrecoechea Fernández (eds.), *The Roman Army in Hispania. An Archaeological Guide*. Léon: 107-126.

Faria, A. (1991-92): Três tesouros monetários romanos da época Republicana. *Nummus* 2ª série, 14-15: 79-94.

Ferreira, J. R. (1992): *Avieno: Orla Marítima, Introdução, versão do latim e notas*. Textos Clássicos 23. 2nd ed. Coimbra.

García Morá, F. (1994): El conflicto sertoriano y la provincia Hispania ulterior, in *Historia Antigua: actas del II Congreso de Historia de Andalucía* (Córdoba, 1991). Córdoba: 271-286.

Gibson, C.; Correia, V. H.; Burguess, C. (1998): Alto do Castelinho da Serra (Montenor-o-Novo, Évora, Portugal) A Preliminary Report on the excavations at the Late Bronze Age to Medieval site, l 990-93. *Journal of Iberian Archeology* 0: 191-244.

Guerra, A. (1987): Acerca dos projécteis para funda da Lomba do Canho (Arganil). *O Arqueólogo Português* Série IV, 5: 161-177.

Guerra, A. (1999): Fontes para a História Antiga Peninsular. *Almadan* II série, 8: 127-132.

Guerra, A. (2004): *Caepiana*: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7,2: 217-235.

Guerra, A.; Fabião, C. (2010): Mesas do Castelinho (Almodôvar): um exemplo de urbanismo falhado no sul da Lusitânia, in J.-G. Gorges; T. Nogales Basarrate (eds.), *Naissance de la Lusitanie romaine (Ier av. - Ier ap. J.-C.)/Origen de la Lusitania Romana (siglos I a.C.-I d.C.)*. Toulouse-Mérida: 459-488.

Guerra, A.; Pimenta, J. (2013): Os projécteis de funda de Monte dos Castelinhos e a dispersão destes materiais no território português, in J. Pimenta (coord.), *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo): Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo* (Catálogo de Exposição, 2013). Lisboa-Vila Franca de Xira: 47-58.

Heras Mora, J. (2018): *La implantación militar romana en el suroeste hispano (Siglos II-I a.n.e.)*. Anejos de Gladius 18. Madrid.

Hernández Hernández, F.; Rodríguez López, M.; Sánchez Sánchez, M. (1989): *Excavaciones en el Castro de Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres)*. Mérida.

Konrad, Ch. (1994): *Plutarch's Sertorius: A Historical Commentary*. Chapel Hill.

Konrad, Ch. (1995): A new chronology of the Sertorian war. *Athenaeum* 83: 157-187.

López Melero, R.; Sánchez Abal, J.; García Jimenez, S. (1984): El bronce de Alcántara. Una *deditio* del 104 a.C. *Gerión* 2: 265-323.

Lorrio Alvarado, A; Sánchez De Prado, Mª (2009): *La necrópolis celtibérica de Arcóbriga (Monreal de Ariza, Zaragoza)*. Caesaraugusta 80. Zaragoza.

Luik, M. (2010): Los hallazgos de armas en los campamentos romanos alrededor de Numancia. *Gladius* 30: 61-78.

Mataloto, R. (2002): Fortins e Recintos-torre do Alto Alentejo: antecâmara da "romanização" dos campos. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 5,1: 161-220.

Mataloto, R. (2014): A propósito de um conjunto de *glandes plumbeae*: o Castelo das Juntas (Moura) no contexto do episódio Sertoriano das Guerras Civis na margem esquerda do Guadiana, in C. Fabião; J. Pimenta (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: 343-384.

Mataloto, R.; Williams, J.; Roque, C. (2014): "…e dahí desceo a dar-lhe batalha…": a ocupação pré-romana e a romanização da região da Serra d'Ossa (Alentejo Central, Portugal)", in R. Mataloto; V. Mayoral Herrera; C. Roque (eds.), *La Gestación de los paisajes rurales entre la Protohistoria y el Período Romano. Formas de Asentamiento y Procesos de Implantación* (Redondo-Alandroal, 2012). Anejos de Archivo Español de Arqueología 70. Madrid: 17-43.

Mayoral Herrera, V.; Charro Lobato, C.; Salgado Carmona, J.; Pro Muñoz, C.; Tena Rey, Mª de; Chapa Brunet, T.; Vallés Iriso, J.; Terrón López, J.; Quirós Rosado, E. (2019): Radiography of an Iron Age hillfort: non-invasive archaeology in the settlement of Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres). *Trabajos de Prehistoria* 76,2: 303-322.

Miguez, J. (2010): *As fíbulas do Sudoeste da Península Ibérica enquanto marcadores étnicos. O caso de Mesas do Castelinho*. Master thesis. University of Lisbon, School of Arts and Humanities.

Morel, J.-P. (1981): *Céramique Campanienne. Les Formes*. 2 vols. Rome.

Ñaco del Hoyo, T.; Principal i Ponce, J. (2012): Outposts of integration? Garrisoning, logistics and Archaeology in North-Eastern Hispania, 133-82 BC", in S. Roselaar (eds.), *Processes of integration and Identity Formation in the Roman Republic* (Manchester, 2010). Mnemosyne Supplements 342. Leiden-Boston: 161-177.

Pereira, T. (2016): *O papel do exército no proceso de romanização: a Cabeça de Vaimonte (Monforte) como estudo de caso*. PhD thesis, University of Lisbon, School of Arts and Humanities: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/37914?locale=en

Pimenta, J. (2005): *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Trabalhos de Arqueologia 41. Lisboa.

Poux, M. (2008): L'empreinte du militaire tardo-républicain dans les faciès mobiliers de La Tène finale. Caractérisation, chronologie et diffusion de ses principaux marqueurs, in M. Poux (dir.), *Sur les traces de César: Militaria tardo-républicains en contexte gaulois.* Bribacte 14. Glux-en-Glenne: 299-432.

Quesada Sanz, F. (1997): *El armamento ibérico: Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura ibérica (siglos VI-1 a.C.)*. Monographies Instrumentum 3. Montagnac. 2 vol.

Quesada Sanz, F., (2005): El gobierno del caballo montado en la Antigüedad Clásica con especial referencia al caso de iberia. Bocados, espuelas y la cuestión de la silla de montar, estribos y herraduras. *Gladius* 25: 97-150.

Quesada Sanz, F.; Gómez Cabeza, F.; Molinos Molinos, M.; Bellón Ruiz, J. (2015): El armamento hallado en el campo de batalla de Las Albahacas-Baecula, in J. Bellón Ruiz; A. Ruiz Rodríguez; M. Molinos Molinos; C. Rueda Gálan; F. Gómez Cabeza (eds.), *La Segunda Guerra Púnica en la Península Ibérica. Baecula: Arqueología de una batalla*. CAAI Textos 7. Jaén: 311-394.

Quesada Sanz, F.; Uroz Rodríguez, H. (2020): El armamento de época iberorromana de *Libisosa* (Lezuza, Albacete). Un conjunto excepcional. *Gladius* 40: 19-72.

Radman-Livaja, I. (2004): *Militaria Sisciensia – finds of the Roman militar equipment in Sisak in the holding of the Archaeological Museum in Zagreb*. Zagreb.

Rego, M. (1994): Investigações arqueológicas no Castelo de Noudar, in J. Campos Carrasco; J. Pérez Macías; F. Gómez Ruiz (coord.), *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana* (Huelva-Niebla, 1993). Arias Montano 2. Huelva: 37-53.

Richardson, J. S. (1986): *Hispaniae: Spain and the Development of Roman Imperialism, 218-82 BC.* Cambridge.

Rodríguez Gutiérrez, O.; García Fernández, F. (2016): Itálica: la fundación de Publio Cornelio Escipión Africano en el corazón de la Hispania púnica, in M. Bendala Galán (coord.), *Los Escipiones: Roma conquista Hispania* (Catalogo de Exposición, 2016). Alcalá de Henares.

Rodríguez Neila, J. (1992): *Confidentes de César: los Balbos de Cádiz*. Cádiz.

Ruivo, J. (1993-97): A circulação monetária na Estremadura portuguesa até aos inícios do séc. III. *Nvmmvs* 2ª Série, 16-20: 7-177.

Ruivo, J. (1997): O conflito sertoriano no Ocidente hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología* 70: 91-100.

Ruivo, J. (1999): Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompé (Santarém), in R. Centeno; Mª P. García-Bellido; Mora, G. (coord.), *Rutas, ciudades y moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua* (Porto, 1997). Anejos Archivo Español de Arqueología 20. Madrid: 101-110.

Ruivo, J. (2010): Espólio metálico, in J. Alarcão; P. Carvalho; A. Gonçalves (coord.), *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas 1997-2002*. Studia Lusitana 5. Mérida: 481-517.

Salido Domínguez, J. (2009): Los graneros romanos militares de Hispania, in A. Morillo Cerdán; N. Hanel; E. Martín Hernández (eds.), *Limes XX: Estudios sobre la Frontera Romana/Roman Frontier Studies* (León, 2006). Anejos de Gladius 13. Madrid: 679-692.

Salinas de Frías, M. (2006): Geografía real y fictícia de la epopeia sertoriana, in G. Cruz Andreotti; P. le Roux; P. Moret (coord.), *La invención de una geografía de la Península Ibérica, I: La época republicana* (Madrid, 2005). Málaga: 153-174.

Sampson, G. (2013): *The Collapse of Rome: Marius, Sulla and the First Civil War (91-70 BC)*. Barnsley.

Scullard, H. (2011): *From the Gracchi to Nero: A History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68*. London.

Soares, J.; Tavares da Silva, C. (1973): Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal), in *Actas das II Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1972). Vol. I. Lisboa: 245-305.

Soares, J.; Tavares da Silva, C.; Duarte, S.; Pereira, T.; Soría, V. (2019): Aspectos da presença militar romano-republicana no Castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 22: 79-93.

Ulbert, G. (1984): *Cáceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanish-Extremadura*. Madrider Beiträge IX. Mainz-Rhein.

Viand, A. (2008): Les fragments de cotte de mailles de Vernon. Armure souple véliocasse ou présence romainne aux potes de l'oppidum?, in M. Poux (dir.), *Sur les traces de César: Militaria tardo-républicains en contexte gaulois.* Bribacte 14. Glux-en-Glenne: 33-46.

Villaronga, L. (1994) : *Corpus Nummum Hispaniae ante Augusti Aetatem*. Madrid.

Völling, Th. (1990): Funditores im römischen Heer. *Saalburg Jahrbuch* 45: 24-58.

O CONTRIBUTO DO CONJUNTO ARTEFACTUAL DE CABEÇA DE VAIAMONTE (MONFORTE, PORTALEGRE) PARA A LEITURA DO "PANORAMA SERTORIANO"

Teresa Rita Pereira
MAEDS/AMRS - Município de Setúbal
UNIARQ - Universidade de Lisboa
teresa.rita.pereira@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-2764-7210

RESUMO: Cabeça de Vaiamonte apresenta-se como um sítio arqueológico emblemático no âmbito da conquista e romanização do Vale do Tejo. O extenso conjunto artefactual, que se encontra totalmente desprovido de contextos estratigráficos, parece enquadrar-se nas ações de conquista romana, ocorridas entre finais do século II a.C. e meados do século I a.C., encontrando notórias semelhanças com o estabelecimento de Cáceres el Viejo. Tentamos assim compreender em que moldes ocorreu a ocupação deste povoado e a sua integração no eixo estratégico de ação militar/"militarizada" durante o período das guerras sertorianas que se encontra espelhada neste imponente conjunto artefactual composto por armas e *militaria*, cerâmicas itálicas e suas "imitações" de cerâmica comum, numismas, baixela metálica e um vasto lote de fíbulas. Importa assim focar os aspetos da "romanização" deste território, que terão ocorrido através das introduções culturais e materiais veiculadas pelo exército romano-republicano, que espelhariam não só a própria Roma, mas também as mais variadas matrizes culturais que compunham as tropas auxiliares que a ela se associaram.
Palavras-chave: Período Romano-Republicano; Século I a.C.; Ocupação militarizada; *militaria*; Guerra sertoriana.

ABSTRACT: Cabeça de Vaiamonte presents itself as an emblematic archaeological site within the scope of the conquest and romanization of the Tagus Valley. The extensive artefactual set, although the lack of stratigraphic data, seems to fit in with the Roman conquest actions, which took place between the end of the 2nd and the middle of the 1st century BC, finding notable similarities with the roman military camp of Cáceres el Viejo. We are trying to understand how the occupation of this oppidum took place and its integration into the strategic axis of military/"militarized" action during the period of the Sertorian wars that is seen through this artifact set composed with weapons and other *militaria*, Campanian ware and their common ware "imitations", numismatics, italic bronze vessels and *fibulae*. It is therefore important to focus on aspects of the "Romanization" of this territory, which will have occurred through the cultural and material introduction carried out by the Roman-Republican army, which would mirror not only Rome itself, but also other cultural matrices that formed the auxiliary troops that joined it.
Keywords: Roman Republican period; 1st century BC; Militarized occupation; militaria; Sertorian War.

1. LOCALIZAÇÃO

O sítio arqueológico de Cabeça de Vaiamonte (CNS 1656) apresenta-se como um importante povoado do sudoeste Peninsular, localizando-se no nordeste alentejano, mais concretamente na freguesia homónima de Vaiamonte, concelho de Monforte, distrito de Portalegre (fig. 1). A "Cabeça" (ou "Cabeço") surge destacada na paisagem enquanto outeiro isolado – tipo VII de Berrocal-Rangel (1994: 202). A sua envolvente é caracterizada pelas vastas planícies e a própria elevação tem uma altitude absoluta de 393 m sob o nível médio das águas do mar, que faz com que mantenha uma posição dominante em que "vê" e "é visto" (Fabião, 1998a: 148). Do ponto de vista geomorfológico, a Cabeça encontra-se associada a xistos, grauvaques e quartzitos do Câmbrico de orientação NW-SE, sendo que a sua vertente mais acentuada a oeste se caracteriza por rochas filonianas como os granitos pórfiros, graníticos e sieníliticos (Fernandes, Francés, 2010: fig. 2).

Pelo menos em época romana, podemos antever a relação estreita entre este povoado e a articulação entre duas vias distintas: a "Via da Prata" que se desenvolvia no sentido sudoeste-norte pelo interior peninsular (Fabião, 1998a: 146) e uma outra que se desenvolveria em direção ao Ocidente Atlântico (Berrocal-Rangel, 1994: 226). Este último traçado foi desenvolvido e explorado por Carlos Fabião (2014: 15), que propõe que Chões de Alpompé, Cabeça de Vaiamonte e Cáceres el Viejo formem:

> "[…] uma linha de instalação e controle territorial que tem na bacia hidrográfica do Tejo o seu eixo de ligação e que poderá incluir outros lugares de função militar, como o sítio de El Santo de Valdetorres, Badajoz, […] ou utilizações de povoados indígenas pelo exército romano, como parece ser o caso de Villas Viejas del Tamuja […]" (ibid.).

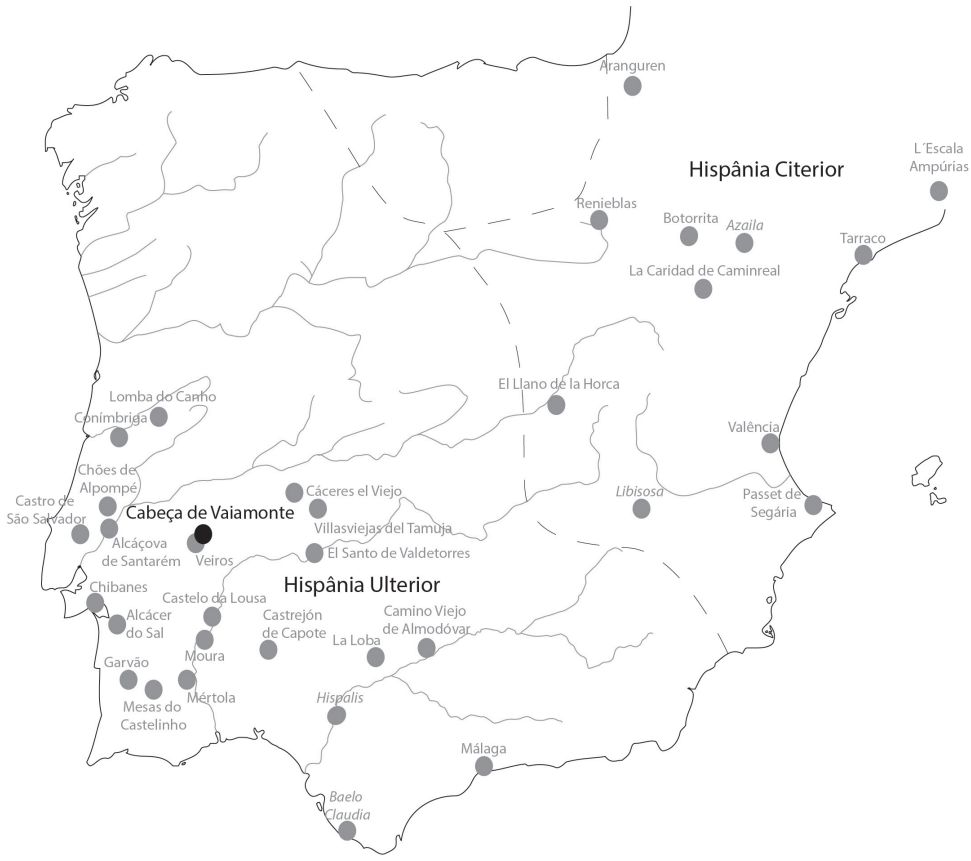


Fig. 1 - Mapa de localização de Cabeça de Vaiamonte (Monforte, Portugal) e de outros sítios arqueológicos mencionados ao longo do texto.

Para além destas vias de carácter macro espacial e que funcionaram como eixos de penetração, a verdade é que, na grande maioria do território, o exército romano deverá ter sido confrontado com a necessidade de abrir caminho ou de utilizar vias menos extensas preexistentes, sendo muitas delas fruto de ações de pastoreio (Alfaro Giner, 2001: 216). No caso de Cabeça de Vaiamonte, a sua situação é privilegiada para este tipo de ações, uma vez que se caracteriza pela sua elevação na paisagem com uma vertente de inclinação suave que permite o fácil acesso ao topo da mesma, e que se encontra exatamente na franja desse "corredor natural" do vale da bacia hidrográfica da Ribeira Grande.

Por outro lado, há igualmente que compreender o território que este povoado ocupava na Antiguidade, e que, segundo as fontes clássicas, faria parte da designada Betúria Céltica, que engloba o atual território da província espanhola de Badajoz (Rodríguez Díaz, 1993: 245), apesar de esta poder ser associada a alguns povoados alentejanos, como parece ser o caso da Cabeça de Vaiamonte.

É Plínio, o Velho (*HN* 3.13-14), quem nos apresenta os vários *oppida* do território céltico da *Baeturia*. Tratar-se-ia assim de um território de controlo que integra as bacias fluviais do Ardila, Alcarrache e do próprio Guadiana, que também é caracterizado pela exploração dos filões de ferro ali existentes (ibid.). A julgar pela presença de várias escórias de ferro na encosta do povoado, este deverá ter seguido a mesma estratégia de exploração de recursos mineiros, da qual resulta a muito provável produção local de fíbulas de tipo Schüle 4h (Miguez, 2010) e, muito provavelmente, de outros artefactos metálicos. A atividade agropecuária e consequente exploração e transformação têxtil terá sido igualmente importante, encontrando-se expressa nos materiais cerâmicos e metálicos relacionados com a criação de gado e fiação de fibras animais e/ou vegetais – 1660 cossoiros, pesos de tear, pentes de cardar, roca, agulhas, sovelas e chocalhos. A uma escala local, a paisagem atual espelha ainda uma realidade de pastoreio, subsistindo ainda hoje no local a exploração de gado bovino para a indústria têxtil (curtumes). A uma escala regional, a matriz cultural mantém uma tradição de exploração e manipulação de fibras animais, em especial a lã, que culmina na produção da famosa tapeçaria de Portalegre.

A ocupação deste território durante o período romano-republicano surge massivamente espelhada pela cultura material ali recolhida e que engloba quer importações cerâmicas itálicas – ânforas, cerâmica de verniz negro itálico, cerâmica de paredes finas –, quer um vasto conjunto artefactual metálico de cariz exógeno e que chega com os contingentes militares romano-republicanos que ali se parecem ter aquartelado e que engloba armas e outra *militaria*, baixela, numismas, fíbulas e outros instrumentos utilitários desconhecidos até à chegada dos contingentes militares de origem itálica.

2. ESCAVAÇÕES DIRIGIDAS (À DISTÂNCIA) POR MANUEL HELENO

O sítio arqueológico foi alvo de várias campanhas de escavações arqueológicas realizadas entre 1951 e 1964, dirigidas por Manuel Heleno, então Diretor do Museu Etnológico, atual Museu Nacional de Arqueologia. Apesar do vasto conjunto artefactual recuperado, os dados de leitura arqueográfica e estratigráfica do sítio apresentam-se de difícil extrapolação, uma vez que o registo efetuado pelos seus principais intervenientes – Manuel Heleno e João Lino da Silva – limita, em muito, a tentativa de relacionar os materiais e a realidade ocupacional deste espaço. Apesar de os relatórios produzidos pelo encarregado João Lino da Silva (Silva, 1952-1958) se encontrarem depositados no Museu Nacional de Arqueologia, a sua leitura não permite localizar com exatidão as zonas intervencionadas, qual a área abrangida e se se terão cingido à encosta sudeste do cabeço.

Tal como Carlos Fabião previra na tese de doutoramento dedicada àquele sítio arqueológico (Fabião, 1998a), foi possível aferir a "arbitrariedade" na atribuição de uma origem aos conjuntos artefactuais de Cabeça de Vaiamonte, Torre de Palma e Monte do Pombal, pelo simples facto de terem

sido escavados simultaneamente e chegarem a Lisboa através de "correio ferroviário" e desprovidos de contextos específicos. As estruturas arqueológicas raramente são reportadas (representando apenas 3% das referências textuais), apesar de um dos escavadores recordar a presença de "um espesso muro que atravessava as sondas". Quanto à recolha dos materiais, não existiria uma escolha prévia, apesar de ser Lino da Silva quem procedesse à lavagem e colagem dos mesmos.

Nos relatórios conhecidos, referentes aos trabalhos de campo efetuados entre 1952 e 1958, os artefactos metálicos representam cerca de um terço (32%) de todas as referências artefactuais, que englobam distintas categorias: "fíbula" e "fragmento de fíbula", "moeda" e "moeda de prata", "objecto" e "fragmento de ferro", "objecto" e "fragmento de bronze". Já a cerâmica, com 27% do conjunto, é referida como: "cerâmica" (provavelmente no caso da cerâmica comum), "ornamentada" (provavelmente cerâmica comum estampilhada e incisa), "grega" (cerâmica de verniz negro itálico), "grosseira" (provavelmente cerâmica manual) e "pintada". Igualmente expressiva é a alusão aos cossoiros (22%) e às contas de colar (16%).

3. A EVENTUAL OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PELO EXÉRCITO ROMANO-REPUBLICANO: PROPOSTA CADASTRAL DE UM ACAMPAMENTO

Admitindo a possibilidade de em Cabeça de Vaiamonte se ter instalado um núcleo de cariz militar durante o período republicano, a compreensão do modo em que terá sido ocupado o espaço do povoado preexistente pelos recém-chegados contingentes militares afigura-se fundamental para a criação de uma hipótese histórica.

Apesar de não podermos contar com a ajuda de plantas ou contextos estratigráficos seguros e devidamente registados, os dados resultantes da análise das cartas militares, ortofotomapas, fotografias aéreas e da própria prospeção do terreno podem aduzir elementos significativos para esta temática. Com base na observação da topografia atualmente existente, de estruturas positivas, negativas e dispersão de achados, tentou-se delimitar o traçado do eventual acampamento militar romano-republicano (fig. 2).

Tal como havia sido notado por Carlos Fabião (1998), uma das principais dificuldades no acesso e prospeção daquele sítio arqueológico foi, e continua a ser, o evidente multi-parcelamento territorial (ibid., I: 147). Aliada a esta dificuldade, encontra-se a topografia acidentada, em socalcos, que terão servido para a plantação de oliveiras.

Topograficamente, aquilo que é perceptível no terreno é a existência do que se designaria como uma "entrada natural" a sul, com uma inclinação mais suave do que nas vertentes leste ou oeste, e onde um eixo norte-sul se encontra marcado por uma passagem ladeada de muros de contenção, formando uma depressão na paisagem. Assim, aquilo a que assistimos é um misto de ladeiras escarpadas a oeste, socalcos e planaltos a leste e rampas – ou acessos, a norte e a sul. Toda esta topografia acidentada poderá rastrear uma composição artificial antiga que aqui tentaremos associar à necessidade de defesa militar.

Foi o exemplo prático avançado por Javier Armendáriz Martija (2005) para a leitura do acampamento de Aranguren (Pamplona, Navarra) que contribuiu para esta tentativa de delimitação espacial do acampamento de Vaiamonte. No caso alentejano, estamos perante um possível reaproveitamento de estruturas proto-históricas, quer positivas (muralhas) como negativas (fossos), apesar de algumas delas apontarem para algumas alterações de traçado e possíveis sobreposições. A primeira evidência decorrente das prospeções de superfície parece demonstrar a dispersão de materiais proto-históricos em todas as vertentes, ao contrário do que sucede com os materiais romano-republicanos, cuja concentração ocorre na zona sudeste, a meia-encosta.

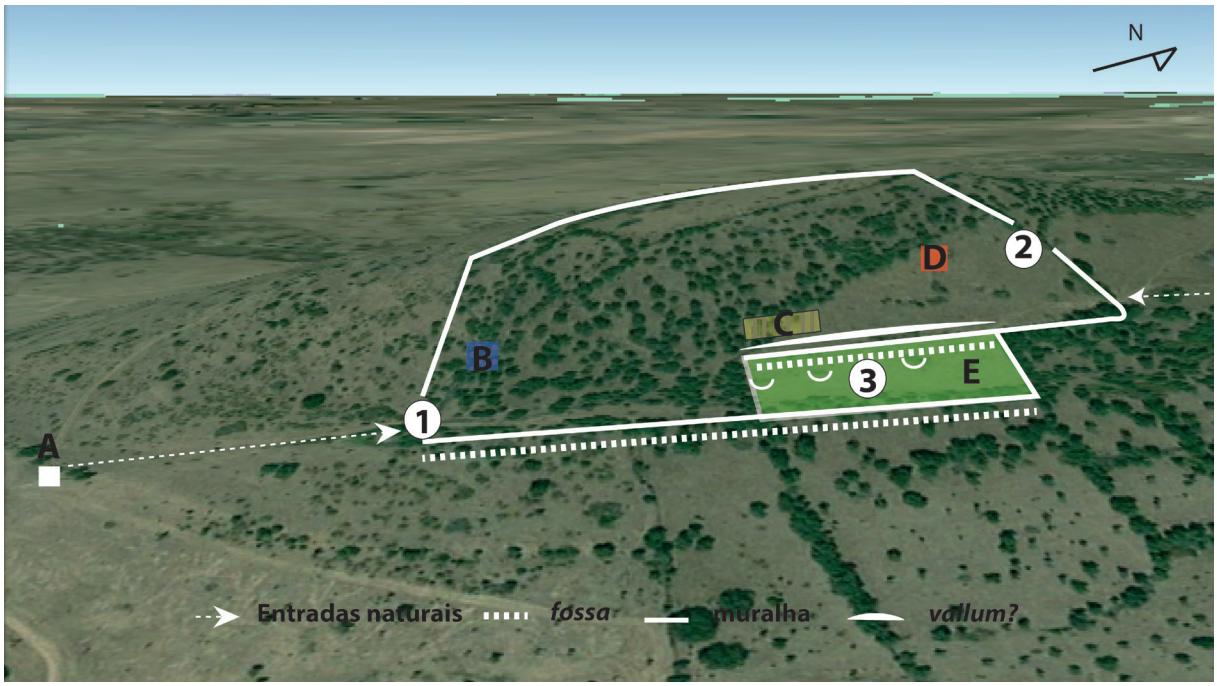


Fig. 2 - Cabeça de Vaiamonte. Proposta de delimitação cadastral da ocupação romana-republicana: entradas naturais; muralha; *fossa*; *vallum*; 1 – Porta Sul (Porta Decumana?); 2 – Porta Norte em clavícula (Porta Praetoria?); 3 – Porta Este com torres em ferradura (Porta Principalis Dextra?); A- Ponto de água "Fonte da Moura"; B – Cisterna; C – Muros de pedra aparelhada de orientação E-O com concentração de escórias e moventes de mós de granito; D – Torre de vigia de planta quadrangular; E – Maior dispersão de materiais romano-republicanos (adaptado a partir de *Google Earth*).

Tal como podemos observar na carta cadastral de 1954 este recinto amuralhado parece ocupar parte do topo desta elevação, cuja área total apresenta uns imponentes 9,2 ha. A planta deste recinto apresenta uma forma sub-losangonal, em que o eixo de maior dimensão, de desenvolvimento norte--sul, apresenta um comprimento máximo de 580 m, e o eixo menor, de orientação oeste-este, apresenta um comprimento máximo de 250 m. Pela prospeção de superfície efetuada podemos propor que este acampamento prescindiu das dimensões polibianas para o acampamento ideal e, à semelhança do que sucede com o de Aranguren (Armendáriz Martija, 2005: 46), tenha sido uma adaptação à topografia e a estruturas preexistentes, tratando-se por isso de um acampamento de planta irregular, digno de classificação como *castra necessaria* (Morillo, 2008a: 79).

A definição das estruturas existentes efetuou-se essencialmente na zona a meia-encosta na vertente leste da Cabeça, mais concretamente na Tapada n.º 31, designada "Olival da Cabeça", onde surge um talude que apresenta uma estrutura positiva de pedra aparelhada que corta esta parcela no sentido norte-sul (*valum*?). Esta estrutura apresenta uma enorme potência estratigráfica acima da mesma, que poderá ser decorrente quer de escorrências do topo da Cabeça ou de origem artificial, sob a forma de entulhamento, efetuado depois das escavações dos fossos. Este talude apresenta, na face do seu corte, o perfil de pelo menos duas estruturas de pedra aparelhada de baixa potência com orientação E-O, que poderá tratar-se de uma área habitacional intramuros com grande concentração de materiais arqueológicos, nomeadamente, uma mó (movente) de granito e vários fragmentos de escórias de ferro. Abaixo do talude é visível uma pequena depressão no terreno que se coaduna com a topografia de um fosso (*fossa*) colmatado. Paralelo a este *vallum* e *foss*a surgem ainda duas estruturas semicirculares de pedra aparelhada e cujo interior se encontra preenchido por cascalho. Estas estruturas, inicialmente identificadas como marouços modernos, foram consideradas possíveis torres de vigia avançadas em forma de ferradura, que distam aproximadamente 27 m entre si. No nosso entender, a possibilidade de

estas estruturas delimitarem a *porta principalis dextra* do eventual acampamento deve ser considerada. Estas duas estruturas semicirculares parecem em tudo semelhantes àquelas que foram identificadas no Castelo Velho de Veiros (Estremoz), apesar de neste caso o seu autor apontar uma forma circular com falsa cúpula e associá-las às construções castrejas (Arnaud, 1968: fig. 7).

Abaixo destas estruturas surge uma zona aplanada onde se encontra a maior concentração de materiais romano-republicanos, onde foi recolhido um fragmento de bordo de ânfora Dressel 1A itálica. Esta área encontra-se murada a N e a O, com uma estrutura que nos atrevemos a descrever como uma "muralha de pedra aparelhada" com cerca de 3 m de altura e muito semelhante à muralha de Passet de Segària (Morillo, Adroher, 2014: 39, fig. 19).

Como já aqui foi referido, uma das hipotéticas portas de acesso, e que devido à inclinação do terreno surge como a porta "natural" de entrada no recinto, é justamente a entrada sul (*porta decumana*?), em cuja base se encontra o ponto de água designado por "Fonte da Moura" onde haviam sido recolhidos um capacete de tipo *Buggenum* e uma ponta de lança de ferro (Vasconcelos, 1929). Esta "entrada natural", ladeada por duas muralhas, poderá tratar-se de um recinto duplamente muralhado como parece ser o caso do Castro de São Salvador, no Cadaval (Cardoso, 2014: 203, fig. 2). A meia encosta, encontrou-se ainda a possível cisterna do povoado que, ao que tudo indica, terá sido reaproveitada em fases posteriores.

Outra porta, neste caso a porta norte do acampamento (*porta praetoria*?), poderá estar localizada no eixo muralhado que atravessa a Cabeça no sentido oeste-este, onde surge uma abertura, atualmente fechada com recurso a uma vedação de arame farpado, associada a um afloramento rochoso de grande altura e que poderá ter sido utilizado como posto de vigia natural. Adossado a esta porta, e a este afloramento, surge um outro muro em forma de um quarto de círculo e que poderá tratar-se de uma clavícula. A clavícula apresenta-se geralmente como uma estrutura curva adossada às portas dos acampamentos, de forma a dificultar a penetração dos inimigos e permitir que os militares que se encontram no interior do acampamento ataquem o inimigo com um efeito surpresa. Ainda nesta área terraplanada, junto ao topo da Cabeça, surge uma estrutura de planta quadrangular que parece querer dominar toda a paisagem e que poderá representar uma torre de vigia à semelhança daquela que foi identificada em Chibanes, Palmela (Soares et al., 2019: 85).

Claro que todas estas hipóteses de interpretação de estruturas visíveis, e outras intuídas, carecem de confirmação estratigráfica, que infelizmente a prospeção geofísica efetuada no local não pôde confirmar, apesar de ter registado a presença de estruturas positivas e uma estrutura negativa justamente junto ao corte onde tínhamos intuído a presença do *vallum* e respetiva fossa no talude da vertente oriental do Cabeço. No entanto, e face ao espólio recolhido no local, julgamos ser possível avançar com esta proposta cadastral de estruturas, que apesar de não obedecerem ao famoso modelo canónico ofereceram todos os materiais-guia passíveis de serem relacionados com esta ocupação: cerâmica de verniz negro itálico de produção napolitana e calena, ânforas itálicas, lucernas, moedas romanas e ibéricas, fíbulas de tipo Nauheim e Alésia, balas de funda, pontas de *pilum* e pontas de dardos para *ballista* (Morillo, Adroher, 2014: 31-32). Assim, e com base nas estruturas que aqui propomos, parece-nos aceitável que o perímetro da ocupação romana-republicana se tenha cingido essencialmente à metade sul desta elevação, apesar de termos confirmado a dispersão de materiais pré-romanos na metade norte. Quanto ao perímetro que se julga ter definido para a ocupação militar, este parece apontar para uma área total de ocupação de aproximadamente 3,5 a 4 ha. A concentração de materiais arqueológicos e de estruturas de pedra aparelhada na metade sul do cabeço é também reforçada pelos testemunhos orais daqueles que participaram nas escavações arqueológicas dos anos 50 e que confirmam a realização preferencial de sondagens nesta área.

2. A CULTURA MATERIAL

2.1. ÂNFORAS: UMA AUSÊNCIA NOTÓRIA

O argumento da inacessibilidade a esta zona tão interior do território peninsular utilizado para tentar justificar a inexpressividade anfórica registada em Cabeça de Vaiamonte apresenta critérios muito frágeis (Fabião, 1998b: 176), nomeadamente com a presença de largas dezenas de ânforas no acampamento militar romano-republicano de Cáceres el Viejo, que deverá datar justamente do mesmo período que a ocupação militar romana-republicana daquele sítio alentejano. Por outro lado, o argumento de que à data em que decorreram as escavações arqueológicas naquele local ainda não se reconhecia a importância deste artefacto (ibid.) poderia ser mais plausível como explicação para este "fenómeno". No entanto, devemos referir que em nenhum dos cadernos de campo recuperados surge qualquer referência a esta subcategoria cerâmica, apesar de terem sido recolhidos vários fragmentos de cerâmica comum.

O único fragmento anfórico recolhido em contexto de escavação foi apresentado por Carlos Fabião (1998a: est. 107, n.º 5) e posteriormente por António Dias Diogo (1999-2000). Trata-se de um bordo de Dressel 1A itálica, que apresenta uma inscrição efetuada no colo estrangulado, imediatamente abaixo do lábio (fig. 3). A inscrição fragmentada, apresenta seis caracteres latinos esgrafitados num momento posterior à cozedura (*post-coctionem*), que ocupam 4,3 cm de comprimento máximo e uma altura que varia entre os 1,3 e 1,5 cm. A inscrição parece ter sido efetuada com recurso a um objecto contundente, provavelmente metálico, que deixou um rasgo profundo na superfície da peça, que naquela área não apresenta o engobe branco que lhe é característico. As incisões são retas e profundas, apesar dos três primeiros caracteres conservados se encontrarem quase sobrepostos. A proposta de leitura do Prof. Doutor Amílcar Guerra é a de: (?)*llinis*.



Fig. 3 - Cabeça de Vaiamonte. Ânforas: 1 – Bordo de Dressel 1A itálica recolhida em ação de prospeção; 2 – Bordo de Dressel 1A itálica com inscrição incisa *post-coctionem* sobre o colo "(…)*llinis*".

No caso das ânforas de tipo Dressel 1A itálicas já se conhece um abundante lote de marcas impressas, aplicadas durante a produção deste tipo anfórico, e outras marcas pintadas (*tituli picti*) ou incisas, elaboradas em momentos posteriores à cozedura (Molina Vidal, 2013: 202). Nestes últimos casos, a interpretação do significado da sua aplicação é mais complexa, pois podem ter sido realizadas em qualquer momento, em uma linha temporal que se estende entre a produção e o consumidor final, podendo ser interpretadas quer como marcas de propriedade ou enquanto marcas de carácter comercial (Soria Combadiera, Mata Parreño, 2015: 161). Para Iván Fumadó Ortega (2014) a apresentação de marcas, epigráficas e anepigráficas, em ânforas ibéricas parece relacionar-se com o controlo das fases de produção, transporte, conteúdo ou consumo por parte de alguns indivíduos ou famílias. Para esta interpretação considera-se a técnica utilizada para a produção da epígrafe, bem como o local escolhido para a sua aplicação, e que poderão ter significados distintos, desde a propriedade de qualquer dos agentes implicados – produtor ou consumidor final, ao preço e quantidade no caso dos numerais (Soria Combadiera, Mata Parreño, 2015: 165).

No caso das marcas conhecidas em ânforas itálicas do tipo Dressel 1A itálicas são marcas epigráficas impressas em cartelas subcirculares e subretangulares que fazem referência a nomes de escravos, libertos ou de difícil interpretação, enquanto as marcas pintadas (*tituli picti*) apresentam geralmente uma dupla de cônsules ou até a abreviatura de uma data (Molina Vidal, 2013: 202). Por entre as produções de ânforas Dressel 1 A itálicas (provenientes da Lácio, Campânia ou Sicília), surge a marca impressa em cartela retangular que faz referência ao antropónimo de um escravo – *Apol(oni),* ocorrendo o mesmo em ânforas oriundas da Apúlia/Brindisi, especialmente do tipo Apani V, onde surge a cartela com o antropónimo *Apoloni* sobre uma das asas (*idem*: 200-203, fig. 3, n.º 21 e fig. 4, n.º 50). Em contextos peninsulares é uma das marcas mais comuns em ânforas de Brindisi, surgindo por exemplo em Azaila, Baelo, Botorrita, Ampúrias, *Hispalis*, Málaga, *Tarraco*, Valência (vd. Carreras Monfort et al., 2016) ou La Loba, onde surge num contexto datado entre 100 e 90 a.C. (Benquet, Olmer, 2002: 318-319, fig. 17). Assim, e com base em todas estas evidências da existência de marcas impressas que fazem referência a um mesmo antropónimo, julga-se que a interpretação para o fragmento de inscrição de Cabeça de Vaiamonte, poderá enquadrar-se na interpretação oferecida por Amílcar Guerra e que é a de: *(Apo)llinis*, fazendo assim referência no ablativo do plural, "aos de Apolo".

Há ainda uma segunda hipótese de leitura, *(Mete)llinis*, que terá por base a notável semelhança com a tessera de hospitalidade delfiniforme de "La Loma" de Fuentes Claras (Teruel) onde surge a inscrição: "*Qvom metelli/neis tessera*" (Pérez Vilatela, 1993). A interpretação dos aspetos linguísticos desta inscrição refere que "*Metellineis* no se refiere pues a un individuo sino a un colectivo. (…) Creemos más probable que esta palabra se refiera a una comunidade política ya constituída en un lugar geográfico." (ibid.: 134). De qualquer modo, e apesar de não existir unanimidade na interpretação do texto, sabemos que se refere a um coletivo de pessoas, ainda que seja difícil aferir qual a sua natureza (Díaz Ariño, 2008: 184). Na opinião de C. Castillo (1986) e de G. Fatás (1989) esta expressão poderá fazer referência direta a Quinto Cecílio Metelo Pio, governador da Hispânia Ulterior entre 79 e 71 a.C., e aos seus soldados (*apud* ibid.: nota 540).

O pacto de hospitalidade de Fuentes Claras (Teruel), apesar de ter sido recolhido em um contexto romano-imperial, deverá datar da primeira metade do século I a.C. (ibid.), datação esta concordante com o período das guerras sertorianas, e que poderá expressar o pacto daquela comunidade com Roma, figurada na fação partidária de Quinto Cecílio Metello Pio, por oposição à de Sertório, em que a expressão "*Metellineis*" reflete justamente o pacto efetuado com "os de Metelo" (Jordán Colera, 2003: 119) pois "[…] parece ser la expresión tanto de contactos económicos

y humanos como políticos" (Salinas de Frías, 1999: 290). Linguisticamente destaca-se pela utilização de arcaísmos como a forma *quom* em vez de *cum*, e a utilização do ablativo do plural *-eis* em vez de *-is* (Díaz Ariño, 2008: 185).

Assumindo a hipótese de C. Castillo e G. Fatás, julga-se que esta poderá ser a mesma linha interpretativa para o caso da proposta de leitura da inscrição no fragmento anfórico da Cabeça de Vaiamonte, *(Mete)llinis*. Apesar de serem várias as possibilidades equacionáveis para o significado desta inscrição (conteúdo, fabricante, elementos relacionados com circuitos de distribuição, etc.), a eventualidade de se tratar de uma indicação do destinatário final de um lote mais vasto também deve ser considerada, uma vez que poderia facilitar o processo de logística e aprovisionamento das tropas de um determinado chefe militar no quadro da conquista romana.

Para além deste fragmento, foi ainda possível recolher em prospeção arqueológica no local um outro fragmento de bordo de ânfora Dressel 1A de produção itálica (fig. 3). Este tipo anfórico encontra-se balizado entre o último quartel do século II a.C. e meados da segunda metade do século I a.C., tendo sido recuperado em numerosos sítios peninsulares, e em particular em áreas que oferecem ocupações militares/"militarizadas" romanas.

4.2. CERÂMICAS DE VERNIZ NEGRO ITÁLICO E AS SUAS IMITAÇÕES/INSPIRAÇÕES DE CERÂMICA COMUM

De entre todos os conjuntos cerâmicos de Cabeça de Vaiamonte, julga-se que aquele que engloba a cerâmica de verniz negro itálico (VNI) e as suas imitações, ditas "locais-regionais", oferece-nos a maior das relevâncias para o estudo da efetiva romanização daquele território. O conjunto de cerâmica de verniz negro itálico (fig. 4) que aqui será apresentado foi alvo de alguns estudos prévios (Delgado, 1971; Fabião, 1998a; Soría, 2018), e apresenta um repertório formal e decorativo típico do século I a.C. com a produção calena predominante nas formas mais comuns: Lamb. 1, Lamb. 2, Lamb. 3, Lamb. 4, Lamb. 5 e Lamb. 7, enquanto a produção napolitana se circunscreve às formas Lamb. 5 e Lamb. 27c.

Estes dois exemplares de produção napolitana tardia (A tardia) são: uma pátera que integra as espécies F2250-2260 (Lamb. 5) e uma taça da espécie F2820 (Lamb. 27c). No conjunto de produção calena predomina a pátera das espécies F2250-2280 (Lamb. 5/7 = 29 NMI), a *pyxide* da espécie F7550 (Lamb. 3 = 12 NMI) e a taça do género F2300 (Lamb. 1 = 11 NMI). Em menor número surgem: a pátera de pé alto da espécie F1410 (Lamb. 4 = 4 NMI), a taça da espécie F1220-50 (Lamb. 2 = 2 NMI), a taça da espécie F3120 (MP127 = 1 NMI) e uma lucerna de tipo Ricci E (Ricci, 1973). Todo o conjunto parece integrar a fase média II e tardia da cerâmica campaniense lisa calena, ou seja, 130-82 e 82-40 a.C. (Pedroni, 2000: 347-350), sendo a taça MP 127 uma forma produzida pelas oficinas calenas a partir do século II a.C. em diante (Ribera, 2001; Principal, Ribera, 2013).

O conjunto de cerâmica comum de Vaiamonte que imita as formas da cerâmica de verniz negro itálico apresenta uma variedade de grupos técnicos de fabrico, totalmente composto por produções peninsulares desconhecidas, algumas possivelmente pertencentes a produções locais-regionais e outras de provável importação a maior distância. De qualquer forma cremos podê-las englobar, na sua maioria, nas designadas "produções militares". Por produções militares subentendem-se as produções feitas nas imediações de um estabelecimento militar (Morillo, Martín Hernández, 2005: 192-193; Morillo, 2007; 2008b), "por" e "para" o exército romano (Uroz Rodríguez, 2012: 84). Refira-se também que o grupo de "fabrico 1" criado por Carlos Fabião (1998) parece corresponder a um fabrico integrável no grupo das cerâmicas cinzentas brunidas republicanas – *gris brunidas republicanas* = GBR, tal como já evidenciado por Andrés Adroher Auroux e Caballero Cobos:

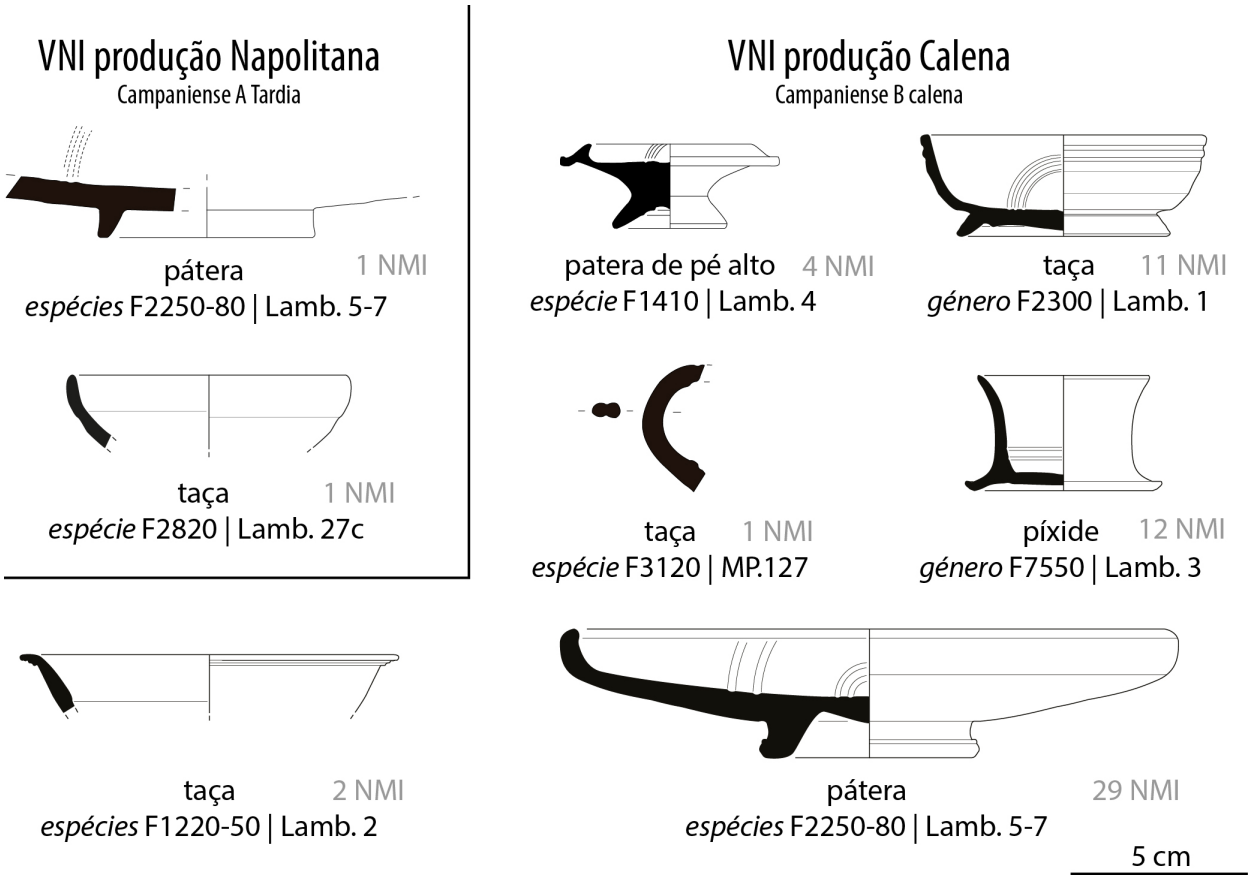


Fig. 4 - Cabeça de Vaiamonte. Cerâmica de verniz negro itálico de produção napolitana e calena: quadro tipológico com indicação de NMI.

> "[…] En el año 2005 tuvo lugar en León el Congreso de Arqueología Militar en España, […] En este mismo congreso Carlos Fabião presentaba materiales de distintos yacimientos procedentes de la zona centro-occidental de Portugal; entre ellos nos resultó particularmente interesante la presencia de un vaso completo de la forma Lamb. 2 con las mismas características técnicas de la serie de estábamos trabajando" (Adroher Auroux, Caballero Cobos, 2008: 322).

Esta produção (GBR) é caracterizada, essencialmente, pela imitação formal da cerâmica campaniense calena, pela sua pasta argilosa homogénea de tonalidade acinzentada ou mesmo enegrecida, fraturas retas, som metálico e superfícies gordurosas, fruto da aplicação de engobe sob a forma de argila bem depurada e posterior brunido a torno (Adroher Auroux, Caballero Cobos, 2012: 24).

Há, no entanto, alguns fatores que inviabilizam a aplicação deste termo aos restantes fabricos identificados na cerâmica comum que imita o repertório formal da cerâmica de verniz negro itálico em Vaiamonte. Em primeiro lugar, nem todas as pastas se apresentam com a coloração cinzenta,

sendo aliás a grande maioria de tonalidade alaranjada e com as paredes manchadas (fabrico ic2 = fabrico 2 de Carlos Fabião, 1998a); em segundo lugar, outro largo número de exemplares não apresenta acabamento polido ou sequer a aplicação de um engobe ou aguada. Pelos mesmos motivos, também não a podemos classificar, genericamente, na designação de "produções de imitação da campaniense itálica em pasta cinzenta" (Alves, Mataloto, Soría, 2014).

Estas imitações de cerâmica comum englobam: a taça da espécie F1220-40 (Lamb. 2 = 16 NMI), as páteras das espécies F2250-80 (Lamb. 5/7 = 58 NMI), as taças do género F2300 (Lamb. 1 = 4 NMI), a taça da série F2566 (Lamb. 1/8 = 1 NMI), a taça profunda da espécie F2950 (Lamb. 31b = 2 NMI) e a taça das espécies F3120-30 (MP127 = 1 NMI). À semelhança do que ocorre com as imitações de cerâmica campaniense recuperadas em *Libisosa* (Lezuza, Albacete) (*idem*: 84), também neste caso, os fabricos destas produções apontam para cozeduras oxidantes, em oposição à grande maioria destas imitações que geralmente apresentam pastas cinzentas, fruto de ambientes redutores, e que por esse motivo se aproximam mais dos protótipos itálicos. Assim, e no que diz respeito a este "[…] grupo das imitações, se considerados contemporâneos dos produtos de origem itálica, assumiriam a mesma cronologia destes últimos, ou seja, os três primeiros quartéis do século I a.C." (Soría, 2018: 242).

Por entre este grupo, o vasto conjunto de páteras de cerâmica comum recuperadas em Vaiamonte oferece dois tipos de bordo claramente distintos: os que apresentam canelura na passagem entre o bordo e a parede interna (tipo Vaiamonte 1), e os que não apresentam este elemento diferenciador (tipo Vaiamonte 2) (fig. 5). Na proposta tipológica de Jean-Paul Morel poderemos fazer uma associação quase imediata entre o tipo F2235b 1, conhecido das produções napolitanas, com um exemplar recuperado em um contexto da primeira metade do século I a.C. de Pompeia (Morel, 1981: 151), e o nosso tipo Vaiamonte 1, uma vez que esta forma será a única que apresenta a canelura marcada na passagem do bordo para o fundo interno. A interpretação do significado deste detalhe poderá ser variada, incluindo a sua utilização como um elemento que facilitasse o uso destas páteras como tampas, ou mesmo uma zona de apoio para um outro tipo de cobertura, não se podendo, naturalmente, excluir a possibilidade de se tratar de uma simples preferência ou detalhe privilegiado pelo oleiro. Se bem que neste período da primeira metade do século I a.C. as importações napolitanas desaparecem quase por completo dos serviços de mesa do sudoeste peninsular (Aquilué Abadias, García Roselló, Guitart Duran, 2000: 402-403), a existência deste detalhe poderá destacar-se não como um detalhe de *imitatio* de forma orginal de VNI que ali ocorre, mas sim como um detalhe de oleiro provavelmente oriundo de um centro produtor onde o mesmo se aplicaria, e que à excepção do tipo supramencionado, de fabrico napolitano, representa um detalhe desconhecido nas produções calenas. O tipo Vaiamonte 1b encontra paralelo em um fragmento de bordo recuperado no Castelo de Moura, em contextos que datarão entre finais do século II e meados do século I a.C. (Mataloto, 2014: 365 e fig. 13-10). Já o tipo Vaiamonte 2 encontra paralelo, nas suas variantes a e b, em Castrejón de Capote (Badajoz) (Berrocal-Rangel, 1989: fig. 32, n.º 5 e 6), onde foram recuperados no nível 2, datado de meados do século II a.C. (ibid.: 259). Tal como notado por Carlos Fabião, é possível reafirmar o "ar de família" das imitações (Fabião, 1998a: 469) que, muito provavelmente, tiveram uma mesma origem. As páteras apresentam profundidade média-alta, sulco bem vincado na passagem para o fundo interno (no tipo Vaiamonte 1), caneluras concêntricas nos fundos internos, reparações de peças com "gatos" de chumbo, pés direitos semelhantes aos das produções napolitanas, bordos de flexão variada (variantes a-e) e de dimensões igualmente díspares, apesar dos intervalos 19-20 cm (6 exemplares) e 29-30 cm (15 exemplares) se encontrarem melhor representados.

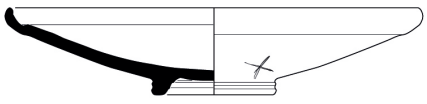
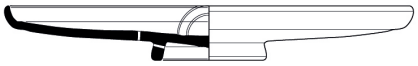
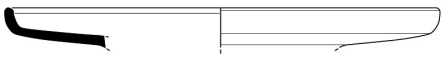
TIPO	variante	Bordo	Exemplares de Cabeça de Vaiamonte	Descrição das principais características
Vaiamonte 1	a		 NMI 4	Bordo reentrante com inflexão; canelura na passagem entre o bordo e o fundo interno; pés anelares moldurados ou apontados; bom beamento do fundo externo; caneluras no fundo interno; profundidade média ou alta. Diâmetros: bordo - 20 a 30 cm; fundo - 7,1 a 8,6 cm; altura - 4 a 6,09 cm. Grupos técnicos IC2 (3 NMI) e IC3 (1 NMI).
	b		 NMI 17	Bordo reentrante boleado; canelura na passagem entre o bordo e o fundo interno; pés anelares direitos, moldurados, apontados; fundo interno com depressão e caneluras; "gatos"; orifícios de suspensão; profundidades variadas. Diâmetros: bordo - 15,4 a 52,5 cm; fundo - 5 a 9,5 cm; altura - 3 a 9,2 cm. Grupos técnicos IC1 (8 NMI), IC2 (8 NMI) e IC3 (1 NMI).
	c		 NMI 11	Bordo triangular ou boleado muito baixo; canelura na passagem entre o bordo e o fundo interno; pés direitos espessados; fundo interno com depressão; profundidade média ou alta. Diâmetros: bordo - 15,5 a 39 cm; fundo - 9, 25 cm; altura - 6 cm. Grupos técnicos IC1 (5 NMI) IC2 (3 NMI) e IC3 (3 NMI).
	d		 NMI 6	Bordo direito boleado; canelura na passagem entre o bordo e o fundo interno; pés anelares direitos afilados; "gatos"; orifícios de suspensão; profundidades médias-baixas. Diâmetros: bordo -19,2 a 34,68 cm; fundo - 6,2 a 8,8 cm; altura - 3,1 a 5,4 cm. Grupos técnicos: IC1 (1 NMI) e IC2 (5 NMI).
	e		 NMI 8	Bordo oblíquo; canelura na passagem entre o bordo e o fundo interno; pés anelares direitos quadrangulares espessos; "gatos"; orifícios de suspensão; profundidades médias-altas. Diâmetros: bordo - 21,8 a 52,2 cm; fundo - 6,6 a 19,2cm; altura - 2,9 a 9,2 cm. Grupos técnicos: IC1 (2 NMI), IC2 (2 NMI) e IC3 (4 NMI).
Vaiamonte 2	a		 NMI 2	Bordo de perfil curvado; pés triangulares; orifícios de suspensão no pé; profundidades médias-baixas. Diâmetros: bordo - 22 a 30 cm; fundo - 8,8 cm; altura - 5,5 cm. Grupos técnicos: IC1 (1 NMI) e IC2 (1 NMI).
	b		 NMI 2	Bordo direito boleado; pés triangulares; profundidades médias-baixas. Diâmetros: bordo - 31 a 40 cm. Grupos técnicos: IC2 (1 NMI) e IC3 (1 NMI).
	c		 NMI 1	Bordo oblíquo sem canelura interna; profundidade baixa. Diâmetro: bordo - 19 cm. Grupo técnico: IC5 (1 NMI).

Fig. 5 - Cabeça de Vaiamonte. Cerâmica comum: quadro tipológico das páteras que imitam as espécies F2250-80 (Lamb. 5/7).

4.3. PAREDES FINAS E AS SUAS IMITAÇÕES/INSPIRAÇÕES DE CERÂMICA COMUM

O conjunto de Cabeça de Vaiamonte apresenta parte desta variedade, uma vez que congrega importações itálicas e produções peninsulares conhecidas, com um fragmento de possível produção ampuritana, e ainda fragmentos de outras produções do interior peninsular que continuam por conhecer, mas que em todo o caso deverão, muito provavelmente, englobar-se nas designadas "produções militares" (fig. 5). O fabrico itálico de cerâmica de paredes finas encontra-se aqui representado por 2 NMI da forma Mayet II-III, datada do século II e inícios do século I a.C. e com paralelos em vários contextos romano-republicanos como Chibanes (Pimenta et al., 2019: 58-59); e 1 NMI da forma Mayet Xc. O exemplar mais antigo desta forma foi recuperado num estrato arqueológico de Cosa (Itália) datado do primeiro quartel do século I a.C., seguido de um exemplar de Toulouse (França) exumado de um contexto da segunda metade do século I a.C. (Mayet, 1975: 44).



Fig. 6 - Cabeça de Vaiamonte. Cerâmica de paredes finas de produção itálica e de produções peninsulares indeterminadas: quadro tipológico com indicação de NMI.



Fig. 7 - Cabeça de Vaiamonte. Cerâmica comum: fotografia de copo que imita a forma Mayet IIA da cerâmica de paredes finas e de taça que imita a forma Lamb. 2 da cerâmica de verniz negro itálico. Fabricos idênticos que se poderão dever a um mesmo centro produtor local que integraria uma "produção militar".

Por entre o conjunto de cerâmica de paredes finas de produção peninsular encontramos grupos distintos de fabrico, entre os quais: a "pasta cinzenta" de provável produção ampuritana (1 NMI da forma Mayet II-III); a "pasta clara calcárea com pastilha escura no fundo externo" (2 NMI das formas Mayet II A e variante de Mayet IV- IID - IIIA e 1 NMI das formas Mayet II B, III B e XV respetivamente); a produção militar (PF4) de características idênticas a um dos fabricos de cerâmica comum de imitação do repertório formal da cerâmica de verniz negro itálico (IC1) (1 NMI da forma Mayet IIA); a "pasta alentejana" de coloração laranja vivo e textura pulvorenta (1 NMI da forma Mayet IID) e a "pasta caulínitica" (1 NMI de forma indeterminada – Mayet IX?). Um dos copos de produção de "pasta clara com pastilha no fundo externo", pertencente à forma Mayet IIA, apresenta grafito de signo paleohispânico no fundo externo, bem como uma muito provável marca de centro produtor, inscrita em cartela retangular apesar de o seu estado de conservação não permitir uma leitura (fig. 6). O conjunto apresenta-se maioritariamente coevo com uma datação entre o último quartel do século II a.C. e o século I a.C.

De todos estes grupos de fabrico, há a salientar o grupo de provável produção militar local-regional que engloba o copo da forma Mayet IIA e as páteras e taças de cerâmica comum que imitam as formas Lamb. 5/7 e Lamb. 2 da cerâmica de verniz negro itálico (fabrico IC1), evidenciada pelas semelhanças macroscópicas, especialmente pelas paredes manchadas de tonalidades alaranjadas e acinzentadas típicas daquele grupo técnico, que são de tal modo evidentes que nos levam a propor que ambas tenham sido elaboradas no mesmo centro produtor (fig. 7).

4.4. LUCERNAS

O lote de lucernas de Vaiamonte engloba, na sua maioria, "imitações" locais-regionais que oferecem uma heterogeneidade formal própria destes contextos, pelo que muitas delas "escapam às tipologias propostas" (Fabião, 1998a: II, 423) (fig. 8). As lucernas são, conjuntamente com as moedas, indicadores seguros da efetiva romanização de um território (*idem*: 420-421), uma vez que são "[…] um artefacto muito pouco frequente nos habitats indígenas dos inícios do século I a.C." (op. cit. Fabião, 2004: 70).

Justamente apontando para as preexistências de Vaiamonte surgem dois fragmentos (2 NMI) de possível "cuenco-lucerna" (Ferrer Albelda, García Fernández, 2008) inspirado nas produções de tipo *Kuass*. Do mesmo conjunto faz parte também um exemplar de lucerna aberta de tradição helenística (Fabião, 1998a: Fig. 113, n.º 1), que também surge em Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984: taf. 42, n.º 496 a 500) e que em Vaiamonte surge associada a um dos fabricos da possível "produção militar". O protótipo helénico desta forma começou a ser incluído no repertório das produções de tipo *Kuass* (forma Niveau XVI – Niveau, 2003: 88-91).

A reprodução local-regional destas formas parece admitir a presença de agentes provenientes da área de Cádis ou do Baixo Guadalquivir no interior alentejano e na Extremadura Espanhola durante os finais do século II e inícios do século I a.C., que teriam determinadas preferências específicas no quadro do consumo de cerâmicas destinadas à iluminação.

Foi também identificado um fragmento de lucerna, de cerâmica de verniz negro itálico de produção calena, tipo Ricci E (Ricci, 1973: 217, fig. 27). Este tipo de "lucerna bicónica de Esquilino" acompanhou a difusão da cerâmica campaniense A, datando genericamente de finais do século II e inícios do século I a.C. (Ricci, 1973: 216), e encontra paralelo em Mesas do Castelinho (Almodôvar) (Alves, 2010: est. XXXIX, n.º 3677) ou em El Llano de Horca (Madrid) (Azcárraga Cámara et al., 2014: 280).

Do mesmo grupo de fabrico da lucerna aberta, que parece integrar a "produção militar", encontramos uma lucerna de duplo-depósito que integra o tipo F de Ricci, e que encontra paralelos apenas no acampamento numantino de Renieblas (Romero Carnicero, 1990), Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984: taf. 42, n.º 501) e na necrópole de Camino Viejo de Almodóvar (García Matamala,

2002-03: 263), tratando-se de uma forma que parece ter surgido no decorrer do século II a.C. (Ricci, 1973: 220) e que surge quer em produções napolitanas de VNI, como em imitações variadas (ibid.).

As lucernas de tipo Ricci G (2 NMI), também integrantes das "produções militares", foram igualmente exumadas em Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984: 55), Cerro Macareno – onde datam em redor de 100 a.C., Argote de Molina – em contextos da segunda metade do século II a.C. (García de Leaniz, 1991: 219), e ainda em Castrejón de Capote (Berrocal-Rangel, 1989: fig. 31, n.º 7). Dos mesmos fabricos surgem as lucernas de tipo Ricci H (2 NMI), que também foram identificadas em Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984: 155), Alcácer do Sal (Almeida, 1953: 149), Lomba do Canho – provável fabrico itálico (Nunes, Guerra, Fabião, 1990: 74-75 e 80, n.º 1 e 2) e um exemplar da Alcáçova de Santarém de produção local-regional (Pereira, 2014: 21).

Por entre o espólio de Torre de Palma foi ainda possível localizar uma lucerna inventariada por Lino da Silva como sendo originária de Vaiamonte e que integra uma variante, uma espécie de "híbrido" entre os tipos D e G. Trata-se de uma lucerna provavelmente produzida a molde, talvez por sobremoldagem, num fabrico de matriz granítica e superfícies manchadas, que apresenta notórias semelhanças com as produções militares de cerâmica comum.

Outra das lucernas identificadas, apresenta um corpo bitroncocónico do depósito, coadunante com o tipo Ricci G, ao qual foi aplicado um longo canal para o bico. Esta forma, que integra muito provavelmente as produções militares de carácter local-regional, encontra um exemplar algo semelhante por entre o conjunto de Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984: taf. 41, n.º 480).

Por último, a única lucerna de importação parece tratar-se de um exemplar de tipo Dressel/Ricci 2A elaborado em pasta clara, o que parece contrastar com o restante conjunto de lucernas ali recuperadas. A forma, também apelidada de "delfiniforme", apresenta paralelo num exemplar importado de Mértola (Almeida, 1953: 149-150), L´Escala de Ampúrias (Artefacts LMP-3105), Conímbriga (Alarcão, Ponte, 1976: 94, pl. XXIII), Alcáçova de Santarém (Diogo, 1984: 116; Pereira, 2014: 23), e ainda no acampamento de Lomba do Canho (Arganil) (Nunes, Guerra, Fabião, 1990: 77). A produção dos exemplares itálicos, de pastas beges, com aplicação de aguadas avermelhadas e acastanhadas, inicia-se no século II a.C. e mantem-se durante o século I a.C. sendo exportadas para o sul de França, Levante espanhol e costa africana (García de Leaniz, 1991: 221). Existem reproduções peninsulares deste tipo, que se encontram confirmadas pela recuperação de moldes em *Valentia* (Lerma, 1988: 31-32) e *Tarraco* (Bernal, 1993: 153).

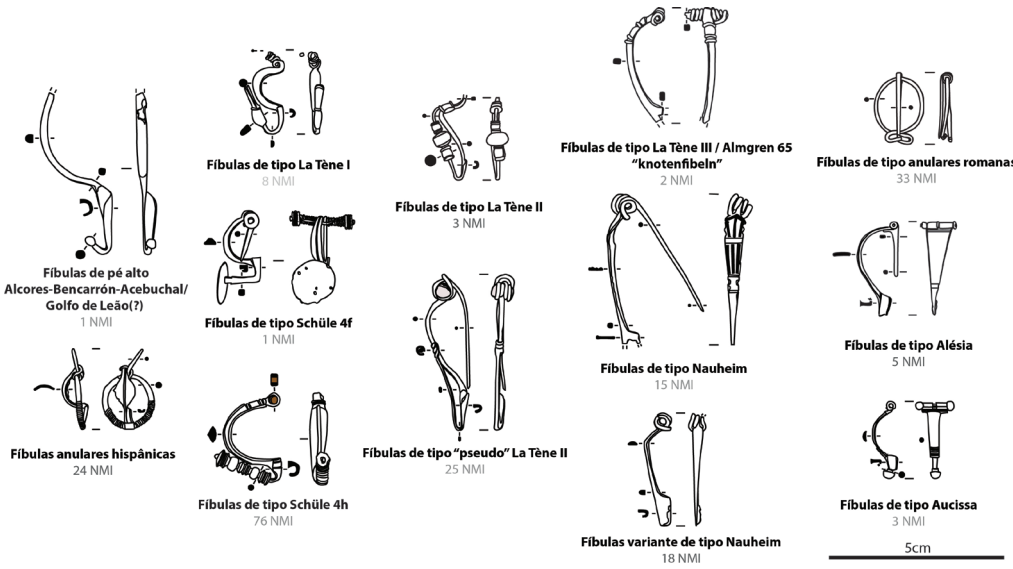


Fig. 8 - Cabeça de Vaiamonte. Fíbulas: distribuição tipológica (NMI) do conjunto de fíbulas exumadas.

4.5. OS ARTEFACTOS METÁLICOS MAIS EXPRESSIVOS: ARMAS E MILITARIA, BAIXELA METÁLICA, INSTRUMENTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS E FÍBULAS

Os artefactos metálicos que integram o espólio recolhidos em Cabeça de Vaiamonte contribuem de maneira evidente para a confirmação de uma utilização daquele espaço pelo exército em período romano tardo-republicano. Em primeiro plano, o conjunto de armas e *militaria* (Pereira, 2013a; 2014; 2018) ilustra a presença dos contingentes militares itálicos (*pilum*, dardos de *ballista*), extra-peninsulares (*glandes plumbeae*) e peninsulares (falcatas, punhais bidiscoidais). Para além das evidentes semelhanças do conjunto com o armamento recuperado em Cáceres el Viejo (Fabião, 2007: 130), datado do período das guerras sertorianas, também o armamento de Castelo da Lousa (Galamba, 2008; Ruivo, 2010) oferece algumas semelhanças. De fato, algum espólio, se bem que de expressão diminuta, poderá ser atribuído a meados/3.º quartel do século I a.C. e com o qual se poderia extrapolar uma continuidade na ocupação militar/"militarizada" deste local por altura das guerras entre César e Pompeu (c. 49-45 a.C.), expressa através da numismática com os dois asses de *Cneus Magnus Imperator* e outros dois asses de Lépida-Celsa em cunhagem bilingue atribuída aos pompeianos.

À semelhança do que sucede com as armas e militaria, numismas, baixela e fíbulas, também os instrumentos médico-cirúrgicos aqui recuperados, são uma categoria artefactual metálica que chega com os contingentes militares itálicos, apesar de os médicos que acompanham o exército republicano serem geralmente escravos e libertos de origem grega (Aparaschivei, 2012: 100). Neste caso, trata-se de um conjunto de 76 instrumentos médico-cirúrgicos que englobam: bisturis, sondas, sondas espatuladas, sondas auriculares, sondas-colher, sondas de feridas, sonda bifurcada, sonda pontiaguda, gancho bifurcado, agulha oftálmica, agulha, pinça, pinça de tumores, alavanca de ossos e cautérios (Pereira, 2018: 295).

Também com o exército chega a baixela de liga de cobre, que neste caso é formada por sítulas (de tipo "aro de ferro", Eggers 16, 22 e 18/23), jarros (de tipo Eggers 128, Piatra Neamt e variante de Kappel-Kelheim), ânfora (de tipo Agde), copos (de tipo Idria), *simpula* horizontal (de tipo Castoldi/Feugère 1A, B e C/D), *simpula* vertical (de tipo Castoldi/Feugère 3) e passadores/coadores itálicos (Fabião, 2001; Pereira, 2018: 304-249; 2021). Todo este conjunto engloba o repertório formal típico da baixela tardo-republicana (Feugère, Roley, 1991).

A produção metalúrgica parece ter desempenhado um papel importante naquele local, uma vez que contamos com a presença de lingotes de liga de cobre, várias escórias de ferro recuperadas em ações de prospeção, bem como um imponente conjunto de fíbulas de tipo Schüle 4h que parece apontar para um centro produtor local (Miguez, 2010: 82). O lote de fíbulas latenianas é, contudo, aquele que nos oferece a maior evidência acerca da influência céltica daquele lugar, e que aqui se encontra representado por fíbulas integráveis nos esquemas de La Tène I/Grupo III de Cabré e Moran datadas entre os séculos III e finais do século I a.C.; La Tène II com as fíbulas de tipo Ponte 34 e Ponte 36, com cronologias dos séculos II e I a.C. e também esquemas de La Tène III com um fragmento de um exemplar de prata de tipo Ponte 37 (fig. 9).

Já as fíbulas de tipo Ponte 38/Knotenfibeln, poderão retratar uma importação do nordeste Itálico (Aquileia?) cuja produção se encontra registada entre 100 e 70 a.C. Também o conjunto de fíbulas de tipo Nauheim e suas variantes se encontra extremamente bem representado, nomeadamente através da presença do modelo mais antigo de arco filiforme, que parece tratar-se do elo de ligação na passagem dos modelos de tipo Knotenfibeln para o tipo Nauheim, que poderá ser fruto de uma criação peninsular das primeiras décadas do século I a.C. Neste lote retrata-se ainda uma provável importação centro-europeia (do tipo Lauterach), bem como várias variantes cuja produção parece situar-se na região sudeste dos Alpes (variante Demetz "Nauheim II.2") entre 100 e 70 a.C. Estas evidências podem, por

sua vez, ser interpretadas como elementos incorporados pelos próprios grupos itálicos, ou como contribuições de outras comunidades "indígenas" (neste caso extra-peninsulares), que fizessem igualmente parte deste grupo militar. Uma vez mais, acentua-se o forte carácter multicultural dos contingentes que ocuparam a Cabeça de Vaiamonte durante a fase romano-republicana. As fíbulas anulares romanas também surgem em elevado número e variedade, representadas tanto por modelos mais antigos de aro aberto, como também por modelos de aro em ómega, sendo que em qualquer dos casos apresentam paralelos em outros locais precocemente romanizados, como seja o caso dos acampamentos numantinos ou de Cáceres el Viejo.

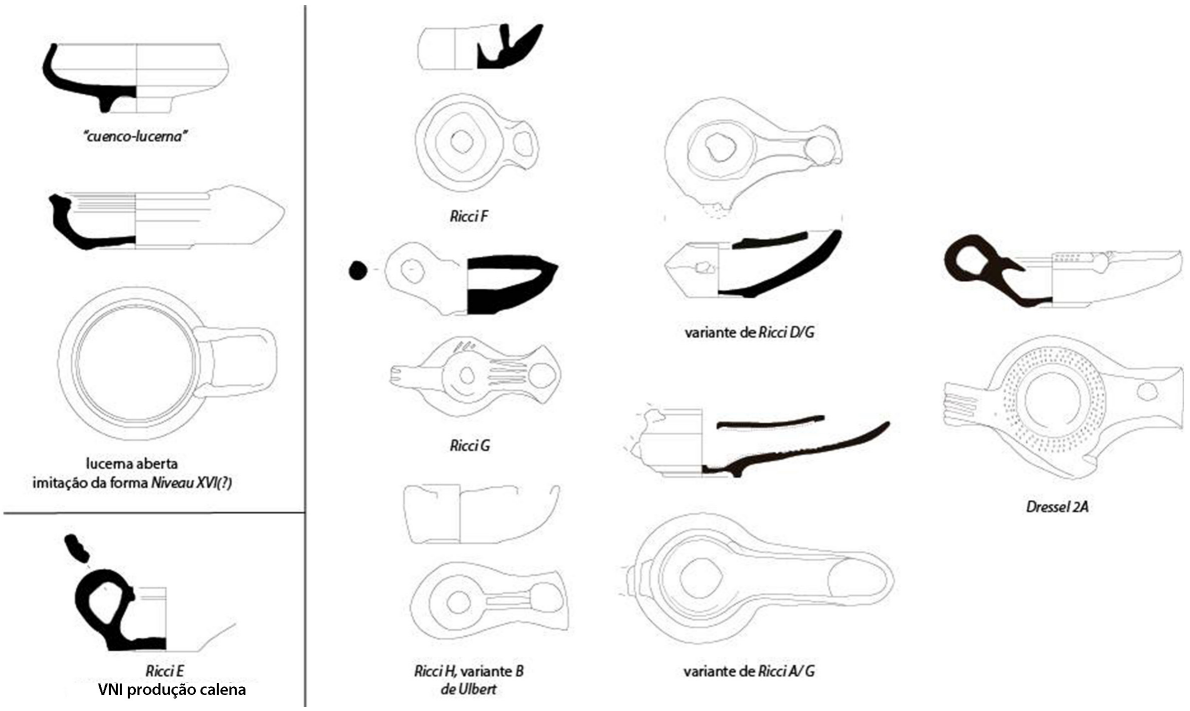


Fig. 9 - Cabeça de Vaiamonte. Lucernas: quadro tipológico das formas recuperadas e que englobam morfologias "tardo-helenísticas", "púnico-turdetanas" e romanas.

5. CONCLUSÕES

Uma das hipóteses, já apresentada (Fabião, 1996; 1998a; Pereira, 2018) para a presença do exército romano neste local é a de que este se trate, de fato, de um povoado com uma forte matriz céltica que se terá aliado à fação senatorial romana ou sertoriana. Desconhecemos porém a natureza desta aliança, uma vez que, tal como referido em autores greco-latinos, Roma por vezes optava pelo confronto direto, e outras vezes pela colaboração (Morillo, 2014: 37).

Cabeça de Vaiamonte deverá ser, como descrito por Carlos Fabião, um exemplo da utilização dos aglomerados indígenas pelos destacamentos militares romanos (Fabião, 2007: 128), sob a forma de um exército "oculto" (ibid.: 121) e difícil de rastrear, que neste caso poderá ter ocupado por via da força, ou optado por um pacto de não-agressão que lhe permitia adensar os seus contingentes com mercenários e *auxilia*, voluntários ou forçados (García-Gelabert, 2002: 505).

Será justamente o contexto específico das guerras sertorianas, que ocorre em território peninsular, o verdadeiro e derradeiro momento de introdução da romanização também nesta região. O exército, ou seja, cada um dos seus agentes, apesar de já carregar consigo práticas e cultura material romanas, continua a refletir as suas múltiplas heranças, uma vez que é composto por um verdadeiro mosaico

cultural (vd. Arasa i Gil, 2001), que justifica a presença de culturas materiais diversas – oriundas dos locais de origem dos vários elementos forâneos que o compõem, mas que ao mesmo tempo, pela aceitação, promovem a assimilação dos valores de Roma. Não nos parece que este conjunto de espólio, quantitativa e qualitativamente tão expressivo seja fruto de um "fenómeno Sertório" da "arqueologia filológica" (Morillo, 2014: 49), apesar de não podermos, nestas condições, avançar com algumas precisões cronológicas ou mesmo apontar com certeza a qual das fações poderia estar relacionado, e de que forma o faria. Há apenas que compreender que apesar de aquele ter sido um lugar de acantonamento do exército romano, não temos como comprovar que tenha sido palco de algum episódio bélico específico. Sabemos que este período se encontra caracterizado como uma guerra de movimentos e de guerrilha, tal como descrita por Luís Berrocal-Rangel (2008: 182), que ocasionalmente tomaria de assalto os povoados indígenas. No caso de Vaiamonte esse papel surge exponenciado pela proximidade, geográfica e também da cultura material exumada, com o acampamento de Cáceres el Viejo (Cáceres, *Castra Caecilia*?) e com outros pequenos núcleos militarizados como parece ser o caso de Cáceres de Santa Marina (Pereira, Dias, 2020).

Há ainda que referir a hipótese da presença de um depósito votivo por entre um dos contextos escavados em Cabeça de Vaiamonte, que já havia sido proposta por Carlos Fabião (1998a: 194-199), e para o qual infelizmente não possuímos a informação de que gostaríamos, mas que parece evidenciar-se nas pontes de contacto com Castrejón de Capote (Badajoz) ou Garvão (Ourique) (ibid.). Em comum, estes locais têm não só a matriz cultural céltica do território que integrariam, como também a concentração artefactual de peças cerâmicas completas, materiais muito antigos que poderão ter sido reaproveitados e colocados em deposições claramente secundárias – como é o caso dos machados de pedra polida ou as pontas de tipo Palmela; a existência de rituais fundacionais – com crânios de ovicaprídeo no caso de Capote, e crânio humano no caso de Garvão e talvez também em Vaiamonte; bem como a deposição de *ex votos* "especializados" – placas oculadas no caso de Garvão e possivelmente cossoiros no caso de Vaiamonte (Pereira, 2013b).

À semelhança do que sucede com os sítios de La Caridad (Caminreal, Teruel) ou Villasviejas del Tamuja (Botija, Cáceres), Vaiamonte apresenta-se como um dos locais onde a convivência do mundo ibérico, celtibérico e itálico poderá estar relacionada com o conturbado período das guerras sertorianas e a mobilidade de um exército composto por quem a ele se quis (ou, teve de) juntar. O espólio aqui exumado engloba entre outros: armas e *militaria*, utilitários agroflorestais, cerâmica de verniz negro e suas imitações de cerâmica comum, cerâmica de paredes finas e suas imitações peninsulares, baixela de liga de cobre, instrumentos médico-cirúrgicos e inúmeros objetos de adorno, que refletem uma nova realidade cultural, marcada por uma forte heterogeneidade que aponta para a materialização da guerra.

O mesmo ocorre com grande parte dos artefactos metálicos que aponta para outras atividades desenvolvidas pelo exército, em paralelo com a prática dos confrontos e do domínio territorial. Aquilo que este espólio nos permite ver diz respeito a uma estrutura militar – e logística – bem montada, que reflete já todas as atividades realizadas pelas tropas romanas, quer estas sejam realmente itálicas ou tropas auxiliares indígenas. Os artefactos metálicos permitem uma melhor compreensão e exposição de certas necessidades que são vitais à manutenção de um exército.

Referências Bibliográficas

Adroher Auroux, A.; Caballero Cobos, A. (2008): Imitaciones de barniz negro en pasta gris en época Tardoibérica. La cerámica gris bruñida republicana, in A. Adroher Auroux; J. Blánquez Pérez (eds.), *Primer Congreso Internacional de Arqueología Ibérica Bastetana* (Baza, 2008). Serie Varia 9. Vol. II. Madrid: 319-329.

Adroher Auroux, A.; Caballero Cobos, A. (2012): Imitaciones de campaniense en el mediodía peninsular. La cerámica gris bruñida republicana, in D. Bernal Casasola; A. Ribera i Lacomba (eds.), *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz: 23-38.

Alarcão, A.; Ponte, S. (1976): Les lampes, in J. Alarcão; M. Delgado; F. Mayet; A. Alarcão; S. Ponte (eds.), *Fouilles de Conimbriga VI. Cerámique diverses et verres*. Paris: 93-114.

Alfaro Giner, C. (2001): Vías pecuarias y romanización en la Península Ibérica, in J. Gómez-Pantoja (eds.), *Los rebaños de Gerión. Pastores y trashumancia en Iberia antigua y medieval* (Madrid, 1996). Madrid: 215-231.

Almeida, J. A. (1953): Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 2ª série, 2: 5-208.

Alves, C. (2010): *A cerâmica campaniense de Mesas do Castelinho*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/2994

Alves, C.; Mataloto, R.; Soría, V. (2014): As produções de imitação da campaniense itálica em pasta cinzenta no Sul do território actualmente português, in R. Morais; A. Fernández; M. Sousa, (eds.), *As produções cerâmicas de imitação na Hispânia* (Braga, 2013). Monografías Ex Officina Hispana II. Vol. II. Porto: 165-176.

Aparaschivei, D. (2012): Physicians and Medicine in the Roman Army of Moesia Inferior. *Dacia* 56: 99-118.

Aquilué Abadías, X.; García Roselló, J.; Guitart Duran, J. (coord.) (2000): *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I a.C.: Centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica* (Empúries, 1998). Mataró.

Arasa i Gil, F. (2001): *La Romanització a les comarques septentrionals del Loitoral Valencià. Poblament ibèric i importacions itàliques en els segles II-I aC*. Serie de Trabajos Varios 100. Valencia.

Armendáriz Martija, J. (2005): Propuesta de identificación del campamento de invierno de Pompeyo en territorio vascón. *Trabajos de arqueología Navarra* 18: 41-64.

Arnaud, J. M. (1968): "Castelo Velho" de Veiros (Estremoz). Notícia da sua identificação. *Revista de Guimarães* 78 (1-2): 61-76.

Azcárraga Cámara, S.; Märtens Alfaro, G.; Contreras Martínez, M.; Ruiz-Zapatero, G.; Baquedano Pérez, E. (2014): Estudio de la cerámica itálica de barniz negro en El Llano de la Horca (Santorcaz, Madrid): primeros resultados, in E. Baquedano Pérez (eds.), *Arqueología e Historia de un pueblo de la Edad del Hierro* (Alcalá de Henares, 2013). Zona Arqueológica 17. Alcalá de Henares: 280-292.

Benquet, L.; Olmer, F. (2002): Les amphores, in J. Blázquez Martínez; C. Domergue; P. Sillières (eds.), *La Loba (Fuenteovejuna, Cordoue, Espagne). La mine et le village minier antiques*. Mémoires 7. Bordeaux: 295-331.

Bernal Casasola, D. (1993): *Lucernae Tarraconenses*: las lámparas romanas del Museu Nacional Arqueològic y del Museu i Necròpolis Paleocristians. *Butlletí Arqueològic*, época V, 15: 59-298.

Berrocal-Rangel, L. (1989): El asentiamento «celtico» del Castrejon de Capote (Higuera la Real, Badajoz). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid* 16: 245-295.

Berrocal-Rangel, L. (1994): *Oppida* e castros de la Beturia Celtica. *Complutum* Extra 4: 189-241.

Berrocal-Rangel, L. (2008): Episodios de guerra en los poblados indígenas de Hispania céltica: criterios para la identificación arqueológica de la conquista romana. *Salduie* 8: 181-191.

Cardoso, G. (2014): Duas fortificações do final da Idade do Ferro/início da romanização: São Salvador (Cadaval) e sítio do Castelo (Arruda dos Vinhos), in C. Fabião; J. Pimenta (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: 200-241.

Carreras Monfort, C.; Martín Menéndez, A.; Pera Isern, J.; Rodrigo Requena, E. (2016): Las ánforas de Brindisi en Hispania Citerior. Pautas de distribución y consumo. *Saguntum* 48: 103-121.

Castillo García, C. (1986): Miscelánea epigráfica hispano-romana. *Studia et Documenta Historiae et Iuris*. *Roma* 52: 353-394.

Delgado, M. (1971): Cerâmica campaniense em Portugal, in *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970). Coimbra: 403-426.

Díaz Ariño, B. (2008): *Epigrafía Latina Republicana de Hispania*. Colecció Instrumenta 26. Barcelona.

Diogo, A. D. (1984): O material romano da primeira campanha de escavações na Alcáçova de Santarém (1979). *Conimbriga* 23: 111-142.

Diogo, A. D. (1999-2000): Ânforas romanas provenientes do Nordeste Alentejano (Herdade do Reguengo, Torre de Palma e Cabeça de Vaiamonte). *Ibn-Maruán* 9-10: 311-327.

Fabião, C. (1996): O Povoado Fortificado de Cabeça de Vaiamonte (Monforte). *A Cidade: Revista Cultural de Portalegre* 11 (nova série): 35-84.

Fabião, C. (1998a): *O Mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (policopiada).

Fabião, C. (1998b): O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 1,1: 169-198.

Fabião, C. (2004): Arqueologia militar romana da Lusitânia: textos e evidências materiais, in C. Pérez González; E. Illarregui Gómez (eds.), *Arqueología militar romana en Europa*. Salamanca: 53-73.

Fabião, C. (2007): El ejército romano en Portugal, in A. Morillo Cerdán (eds.), *El ejército romano en Hispania: Guía arqueológica*. León: 113-134.

Fabião, C. (2014): Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica, in C. Fabião; J. Pimenta (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: 9-24.

Fatás Cabeza, G. (1989): Breve crónica de novedades de epigrafía jurídica romano- republicana de Hispania

(1976-1986), in C. Castillo García; J. Bañales Leoz; R. Martínez Fernández; R. Serrano; A. d' Ors y Pérez-Peix (coord.), *Novedades de Epigrafía Jurídica Romana en el último decenio* (Pamplona, 1987). Homenaje al Prof. Álvaro d' Ors. Pamplona: 229-242.

Fernandes, J.; Francés, A. (2010): Sistema aquífero Monforte, Alter do Chão. Resultados obtidos no âmbito do Estudo dos Recursos Hídricos Subterrâneos do Alentejo (ERHSA), in *Os aquíferos da bacia do Tejo e das ribeiras do Oeste: Saberes e reflexões*. Tágides 7. Lisboa: 146-156.

Ferrer Albelda, E.; García Fernández, F. (2008): Cerámica turdetana, in D. Bernal Casasola; A. Ribera i Lacomba (eds.), *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión* (Cádiz, 2008). Cádiz: 201-219.

Feugère, M.; Rolley, C. (1991): *La Vaisselle Tardo-Républicaine en Bronze. Actes de la Table-Ronde du CNRS* (Lattes, 1990). Centre de recherches sur les Techniques Gréco-Romaines 13. Dijon:

Fumadó ortega, I. (2014): El caballero de El Macalón (Nerpio, Abacete). La emergencia de las aristocracias ibéricas y sus nuevas formas de representación. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid* 40: 81-95.

Galamba, U. (2008): A colecção de armas do Museu de Évora. *Cenáculo* 3: 3-46.

García de Leaniz, M. (1991): Lucernas romanas del Museo Arqueológico de Sevilla: A, Lucerna tardo-republicanas. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología* 57: 215-244.

García-Gelabert Pérez, M.ª P. (2002): El armamento y las tropas auxiliares hispanas en los ejércitos romanos de la República, in A. Morillo Cerdán (eds.), *Arqueología militar romana en Hispania* (Segovia, 1998). Anejos de Gladius 5. Madrid: 503-509.

García Matamala, B. (2002-03): Enterramientos de tradición indígena en Córdoba. *Anales de Arqueología Cordubense* 13-14: 251-278.

Jordán Colera, C. (2003): Acerca del ablativo que aparece en las téseras de hospitalidade celtibéricas. *Palaeohispánica* 3: 113-127.

Lerma Alegría, J. (1988): Lucernas romanas de *Valentia. Revista de Arqueología* 85: 29-35.

Mataloto, R. (2014): A propósito de um conjunto de *glandes plumbeae*: o Castelo das Juntas (Moura) no contexto do episódio Sertoriano das Guerras Civis na margem esquerda do Guadiana, in C. Fabião; J. Pimenta (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: 343-384.

Mayet, F. (1975): *Les Céramiques a parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris.

Miguez, J. (2010): *As fíbulas do Sudoeste da Península Ibérica enquanto marcadores étnicos: o caso de Mesas do Castelinho*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

Molina Vidal, J. (2013): Commerce et marchés de vin italique dans le sud de l'Hispanie Citérieure (III^{e} - I^{er} siècles av. notre ère), in F. Olmer (eds.), *Itinéraires des vins romains en Gaule III^{e} - I^{er} siècles avant J.-C.: confrontation de faciès* (Lattes, 2007). Monographies d'Archéologie Méditerranéenne 5. Lattes: 195-212.

Morel, J.-P. (1981): *Cerámique campanienne: Les Formes*. Paris.

Morillo Cerdán, A. (2007): Producciones militares romanas en la Península Ibérica, in A. Morillo Cerdán (eds.), *El ejército romano en Hispania: Guía arqueológica*. León: 191-200.

Morillo Cerdán, A. (2008a): Criterios arqueológicos de identificación de los campamentos romanos en Hispania. *Saldvie* 8: 73-93.

Morillo Cerdán, A. (2008b): Producciones cerámicas militares en Hispania, in D. Bernal Casasola; A. Ribera i Lacomba (eds.), *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión* (Cádiz, 2008). Cádiz: 275-293.

Morillo Cerdán, A. (2014): Campamentos y fortificaciones tardorrepublicanas en Hispania: "calibrando a Sertorio", in F. Sala Sélles; J. Moratalla Jávega (eds.), *Las guerras civiles en Hispania, una revisión histórica desde la Contestania.* Alicante: 35-50.

Morillo Cerdán, A.; Adroher Auroux, A. (2014): El patrón arqueológico de carácter material: un criterio imprescindible de identificación de recintos militares romano-republicanos, in C. Fabião; J. Pimenta (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: 25-43.

Morillo Cerdán, A.; Martín Hernández, E. (2005): El ejército romano en la Península Ibérica de la "Arqueología Filológica" a la Arqueología Militar Romana. *Estudios Humanísticos. Historia* 4: 177-208.

Niveau de Villedary y Mariñas, A. (2003): *Las cerámicas gaditanas «tipo Kuass»: bases para el análisis de la Bahía de Cádiz en época púnica*. Bibliotheca Archaeologica Hispana 21. Madrid.

Nunes, J.; Guerra, A.; Fabião, C. (1990): As lucernas do acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil). *Conimbriga* 29: 69-90.

Pedroni (2000): Cerámicas de barniz negro de los niveles republicanos del anfiteatro (Cartagena), in X. Aquilué Abadías; J. García Roselló; J. Guitart Duran (coord.), *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I a.C.: Centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica* (Empúries, 1998). Mataró: 129-141.

Pereira, C. (2014): *Roman lamps of Scallabis (Santarém, Portugal)*. BAR International Series. Oxford.

Pereira, C; Dias, Í. (2020): Acciones y reacciones: testimonios de los conflictos civiles romanos en Extremadura. El caso de Cáceres Viejo (Casas de Millán, Cáceres, España). *Archivo Español de Arqueología* 93: 103-126.

Pereira, T. (2013a): As armas na romanização: o exemplo de Cabeça de Vaiamonte (Monforte/ Portugal), in J. Jiménez Ávila; M. Bustamante Álvarez; M. García

Cabezas (eds.), *Actas do VI Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular* (Villafranca de los Barros, 2012). Villafranca de los Barros: 1327-1360.

Pereira, T. (2013b): Por um fio: tipologia e função do conjunto de cossoiros de Cabeça de Vaiamonte (Monforte, Portugal), in J. Arnaud; A. Martins; C. Neves (coord.), *Arqueologia em Portugal. 150 Anos* (Lisboa, 2012). Lisboa: 681-691.

Pereira, T. (2014): Entre Sertório e César: as marcas do exército no sítio arqueológico de Cabeça de Vaiamonte (Monforte, Portugal), in C. Fabião; J. Pimenta (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: 322-342.

Pereira, T. (2018): *O papel do exército no processo de romanização: a Cabeça de Vaiamonte (Monforte/ Portugal) como estudo de caso*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/37914?locale=en

Pereira, T. (2021): As representações de animais na baixela metálica Tardo-Republicana: o exemplo de Cabeça de Vaiamonte (Monforte, Portugal), *Al-madan* II Série, 24, tomo II: 19-32.

Pérez Vilatela, L. (1993): Aspectos de la tésera latina de Fuentes Claras. *Alazet: Revista de filologia* 5: 127-150.

Pimenta, J.; Tavares da Silva, C.; Soares, J.; Pereira, T. R. (2019): Revisitando o espólio das escavações de A. I. Marques da Costa em Chibanes: os dados proto-históricos e romano-republicanos. Ophiussa 3: 45-79.

Ponte, S. da (2006): *Corpus Signorum das Fíbulas Proto-históricas e romanas Portugal.* Coimbra.

Principal i Ponce, J.; Ribera i Lacomba, A. (2013): El material más apreciado por los arqueólogos. La cerámica fina. La cerámica de barniz negro, in A. Ribera i Lacomba (coord.), *Manual de cerámica romana. Del mundo Helenístico al Imperio romano.* Alcalá de Henares: 41-146.

Ribera i Lacomba, A. (2001): Los pecios con cerámicas calenas de barniz negro: problemas y soluciones, in L. Pedroni (eds.), *Ceramica calena a vernice nera. Produzione e diffusione*. Napoli: 296- 306.

Ricci, M. (1973): Per una cronologia dele lucerne tardo-republicaine. *Revisti di Studi Liguri* 39 (2-4): 168-234.

Rodríguez Díaz, A. (1993): Sobre la periferia y la configuración diversa de la Beturia Prerromana. Célticos y Túrdulos en el Guadiana Médio. *Spal* 2: 243-267.

Romero Carnicero, Mª (1990): Lucernas republicanas de Numancia y sus campamentos. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología* 56: 257-296.

Ruivo, J. (2010): Espólio metálico, in J. Alarcão; P. Carvalho; A. Gonçalves (coord.), *Castelo da Lousa: intervenções arqueológicas de 1997 a 2002*. Studia Lusitana, 5. Mérida: 481-517.

Salinas de Frías, M. (1999): En torno a viejas cuestiones: guerra y trashumancia en la Hispania prerromana, in F. Villar Liébana; F. Beltrán Lóris (eds.), *Pueblos, lenguas y escrituras prerromanas* (Zaragoza, 1997). Estudios Filológicos 273. Salamanca: 281-294.

Silva, J. da (1952-1958): *Relatório das Escavações Arqueológicas na Villa Lusitano-Romana. Herdade de Torre de Palma e no Cabeço de Vaiamonte; Concelho de Monforte; Distrito de Portalegre.* Arquivo Pessoal Manuel Heleno. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

Soares. J.; Tavares da Silva, C.; Pimenta, J.; Pereira, T.; Duarte, S.; Detry, C.; Soría, V. (2019): Aspectos da presença militar romano-republicana no Castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 22: 79-93.

Soría, V. (2018): *La ceramica a vernice nera italica e le imitazioni a impasto grigio in Portogallo tra il II e il I secolo a.C.: una prospettiva di studio*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/35096

Soria Combadiera, L.; Mata Parreño, C. (2015): Marcas y epígrafes sobre ánforas de época Ibérica II. *Lucentum* 34: 145-171.

Ulbert, G. (1984): *Cáceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanish-Extremadura*. Madrider Beiträge IX. Mainz-Rhein.

Uroz Rodríguez, H. (2012): *Prácticas rituales, iconografia vascular y cultura material en Libisosa (Lezuza, Albacete). Nuevas aportaciones al Ibérico Final de Sudeste*. Alicante.

Vasconcelos, J. L. de (1929): Antiguidades do Alentejo X. Cabeça de Vaiamonte. *O Arqueólogo Português* 28 (1ª série): 183-185.

O CASTRO DE CHIBANES NOS MEANDROS DA CONQUISTA ROMANA

Joaquina Soares
MAEDS/AMRS - Município de Setúbal
UNIARQ - Universidade de Lisboa
joaquinasoares1@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-5957-3354

Carlos Tavares da Silva
MAEDS/AMRS - Município de Setúbal
UNIARQ - Universidade de Lisboa
ctavaressilva@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-0447-9237

João Pimenta
CEAX - Município de Vila Franca de Xira
UNIARQ - Universidade de Lisboa
joao.marques@cm-vfxira.pt
https://orcid.org/0000-0001-5149-5566

Teresa Rita Pereira
MAEDS/AMRS - Município de Setúbal
UNIARQ - Universidade de Lisboa
t.pereira.maeds@amrs.pt
https://orcid.org/0000-0003-2764-7210

Susana Duarte
MAEDS/AMRS - Município de Setúbal
cea.maeds@amrs.pt
https://orcid.org/0000-0001-6071-9680

Antónia Coelho-Soares
MAEDS/AMRS - Município de Setúbal
cea.maeds@amrs.pt
https://orcid.org/0000-0002-6361-7062

Cleia Detry
UNIARQ - Universidade de Lisboa
cdetry@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-5359-2500

Vincenzo Soría
UNIARQ - Universidade de Lisboa
vinso84@hotmail.it
https://orcid.org/0000-0002-2891-6681

RESUMO: Procede-se a síntese sobre a ocupação romano-republicana de Chibanes, enquadrando-a no processo de Conquista do Ocidente Ibérico. Fundada no seio de um povoado indígena, no final do século II a.C., a sua primeira fase terminou com um evento destrutivo que relacionamos com as guerras sertorianas. O sítio foi reabilitado e desmilitarizado provavelmente no âmbito da campanha de pacificação do Ocidente ibérico, levada a efeito por César em 61-60 a.C. quando exercia funções de *Propretor* e inicia as designadas II Guerras Lusitanas. O abandono terá ocorrido no final da guerra civil entre César e Pompeio.

Palavras-chave: Chibanes; fortim romano-republicano; guarnição militar, guerra sertoriana, guerras civis tardo-republicanas.

ABSTRACT: A synthesis of the Roman-Republican occupation of Chibanes is proceeded, framing it in the process of Conquest of the Western Iberia. Founded inside an indigenous *oppidum*, at the end of the 2nd century BC, its first phase of roman republican occupation ended with a destructive event related to the Sertorian wars. The site was rehabilitated and demilitarized, probably within the scope of the pacification campaign of the Western Iberia, carried out by Caesar at 61-60 BC. The abandonment of Chibanes occurred at the end of the civil war between Caesar and Pompeii.

Keywords: Chibanes; Roman-Republican fortification; military garrison; Sertorian War; late republican civil wars.

1. INTRODUÇÃO

O Castro de Chibanes situa-se em troço culminante da Serra do Louro, relevo monoclinal que limita a norte a cordilheira da Arrábida e que integra a unidade geomorfológica que Orlando Ribeiro (1935, 1937) designou por Pré-Arrábida, formada por biocalcarenitos do Miocénico. Administrativamente, faz parte do concelho de Palmela e distrito de Setúbal.

O sítio de Chibanes oferece excelentes condições naturais de defesa e de visibilidade, a qual atinge os estuários do Tejo e Sado, principais vias de penetração no *hinterland*. As boas condições geoestratégicas do lugar explicam a diacronia das suas ocupações humanas, em momentos de intensa conflitualidade, como parecem ter sido o início do III milénio cal BC, a II Idade do Ferro e o período da conquista romana do Ocidente ibérico. A topografia acidentada, com escarpa meridional sobranceira ao Vale dos Barris e encosta setentrional de acentuado declive, justifica a sobreposição quase perfeita das três fases de ocupação, com áreas de facto muito similares: cerca de 200 m de extensão, aproximadamente na direcção Este-Oeste, e área de cerca de 0,7 ha (fig. 1).

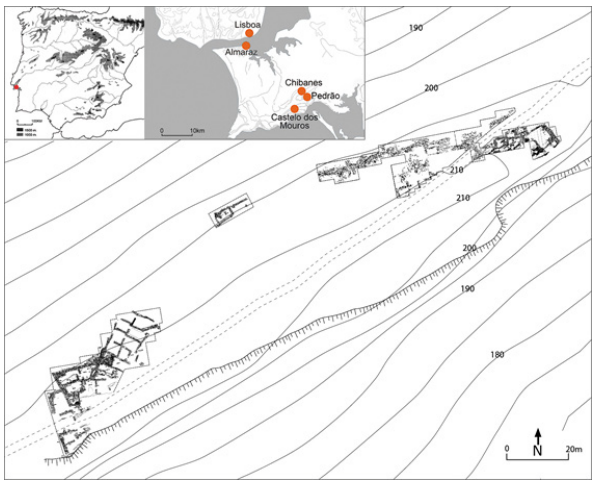


Fig. 1 - Metropolitana de Lisboa (adaptado de Tavares da Silva et al., 2019).

De um ponto de vista ecológico, a sua localização beneficiava do efeito de margem, inserindo-se em ecótono que faz a transição de ambiente montanhoso para as planícies aluvionares do Tejo e Sado e respectivos estuários, até à margem oceânica.

O sítio arqueológico de Chibanes foi identificado e inicialmente escavado por A. I. Marques da Costa em 1906 (Costa, 1908; 1910; Tavares da Silva, Soares, 1986; 1997; Pimenta et al., 2019). Noventa anos mais tarde, o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), através do seu Centro de Estudos Arqueológicos, iniciou (1996) um programa de escavações, estudo, conservação, restauro e divulgação do Castro de Chibanes (Tavares da Silva, Soares, 1997).

O novo programa de escavação e estudo (1996-2017), coordenado por dois dos signatários (J.S. e C.T.S.), mobilizou não só a equipa de arqueólogos e técnicos de arqueologia do MAEDS, mas também, num esforço interdisciplinar, investigadores de domínios específicos (Clemente Conte, Mazzucco, Soares, 2014; Coelho, 2014; Detry, Tavares da Silva, Soares, 2017; Pereira, Soares, Tavares da Silva, 2017; Tereso, 2014). A dimensão pedagógica deste projecto, de longa duração, desenvolveu-se sobretudo através de cursos de verão subordinados ao tema "Arrábida Arqueológica", nos quais participaram estudantes do ensino superior de diversas universidades (Soares, Tavares da Silva, 2014). O castro de Chibanes comporta-se, pois, como uma antena ou extensão cultural do MAEDS. Graças ao trabalho aí realizado, o sítio foi classificado de Interesse Público em 2011 (Portaria n.º 420/2011, DR 2ª Série, n.º 54 de 17/03/2011) (Tavares da Silva, Soares, 2012).

A fase de ocupação, do período Romano Republicano que aqui nos propomos abordar, Chibanes III, datada do final do século II a.C. a meados do século I a.C., foi antecedida por uma curta ocupação do século III/II a.C. interrompida pela conquista romana. Encontra-se ainda em discussão a possibilidade de recuar o início da ocupação da II Idade do Ferro, também fortificada, Chibanes II, aos finais do século IV a.C.

Na base da estratigrafia arqueológica de Chibanes, identificou-se um povoado fortificado do III milénio cal BC, Chibanes I, fase que foi possível desagregar em mais fina periodização (Tavares da Silva, Soares, 2014):

IA – 2900-2500 cal BC (Beta-187508; Beta-162991; Beta-187509; Beta-296422; Beta-296423). Cerâmica canelada do Calcolítico da Estremadura. Construção (*ca*. 2900 cal BC) e primeiros derrubes de muralhas (*ca*. 2500 cal BC).

IB – 2500-2300 cal BC (Beta 296422; Beta-246672). Actividade metalúrgica (cobre arsenical). Desenvolvimento da olaria de tipo "folha de acácia".

IC – 2300-2200 BC (cronologia estimada com base na tipologia e estratigrafia). Desenvolvimento da actividade metalúrgica e regionalização da olaria campaniforme: grupo estilístico de Palmela (técnica decorativa exclusivamente linear-pontilhada).

ID – último quartel do III milénio cal BC (Beta-164906). Final da ocupação pré-histórica de Chibanes. Cerâmica campaniforme do grupo estilístico de Palmela evolucionado (técnica decorativa linear-pontilhada associada a incisa).

2. OCUPAÇÃO DO PERÍODO ROMANO REPUBLICANO

2.1. DINÂMICA OCUPACIONAL

A Fase III do Castro de Chibanes foi datada com base na cultura material tipologicamente pertinente, nomeadamente cerâmica de verniz negro itálica, paredes finas, ânforas e metais. Ter-se-á iniciado no final do século II a.C., no âmbito da conflitualidade entre invasores romanos e populações indígenas, por hipótese quando do governo da Ulterior por Quinto Servílio Cepião, filho (Guerra, 2004; Silva Reneses, 2016; Edmondson, 2014). O castro manteve-se activo durante as guerras sertorianas (82-72 a.C.), e foi abandonado (pacífica ou coercivamente?) por volta de meados do século I a.C., provavelmente aquando da guerra civil entre César e Pompeio (49-44 a.C.). Estratigraficamente, foi possível identificar duas subfases (IIIA e IIIB), separadas por níveis de derrubes, como ficou bem patente através das sequências estratigráficas observadas nos *loci* P10 (Tavares da Silva, Soares, 1997), R14, A11, C10, T16, D14, B20, F17, D3 e G20 (Tavares da Silva et al., 2019), correspondentes a compartimentos dos Edifícios A, B, e C da área residencial da Zona Ocidental do castro. Em todos eles se obteve a seguinte

estratigrafia geral, com raras variações laterais: camada superficial (C.1A); C.1B - derrubes pétreos; C.2A - derrubes de adobes e/ou taipa tombados da parte superior das estruturas; C.2B - piso argiloso de Chibanes IIIB; C.3A - derrubes de adobes e/ou taipa; C.3B - piso argiloso de Chibanes IIIA. Seguiam-se os níveis da ocupação sidérica (Chibanes II) e, por fim, em alguns *loci*, do Calcolítico e Bronze antigo (Chibanes I). Sequência semelhante, contendo as duas subfases da ocupação romano-republicana (IIIA e IIIB), foi observada na Torre T7, a única totalmente escavada do chamado Fortim Ocidental (Soares et al., 2019). De assinalar que, nesta torre, o nível de derrubes que separava as fases de ocupação IIIA e IIIB oferecia numerosos indícios da ocorrência de incêndio e não deve ser interpretado como *hiatus*, mas sim como o resultado de evento catastrófico, muito possivelmente bélico (Tavares da Silva et al., 2019).

Na Zona Ocidental, foi estudado um outro perfil estratigráfico, perpendicular à face exterior da muralha norte do fortim propriamente dito, *Locus* L12, que ilustra igualmente as duas subfases da ocupação da Fase III, romano-republicana (Tavares da Silva, Soares, 1997). A C.2, lixeira doméstica, rica em matéria carbonosa, conchas de moluscos marino-estuarinos (*Ruditapes decussatus*, *Mytilus* sp., *Patella* sp.), ossos de mamíferos e fragmentos de cerâmica, por vezes de grandes dimensões, era aqui particularmente espessa, atingindo 0,7 m de espessura. Formou-se no exterior do recinto muralhado, contra a parede do Fortim Ocidental, mas a expensas da actividade que se desenvolveu no seu interior no segundo quartel/meados do século I a.C. (Chibanes IIIB).

A C.3 do *Locus* L12, menos espessa que a anterior e de natureza coluvionar, oferece menos materiais de carácter doméstico. Foi datada de finais do século II e primeiro quartel do século I a.C., ou seja, de Chibanes IIIA.

2.2. *CHIBANES IIIA*

2.2.1. Organização do espaço edificado

Na *Zona Ocidental* do Castro de Chibanes, a mais amplamente escavada no que respeita à ocupação romano-republicana, foi possível identificar dois conjuntos arquitectónicos funcionalmente distintos: um residencial e outro militar (fig. 2).



Fig. 2 - Chibanes. Zona ocidental (adaptado de Soares et al., 2019).

O primeiro, provavelmente com funções de alojamento de tropas e armazenamento de víveres, é constituído por grandes edifícios de planta rectangular, contíguos, que se sobrepõem ao estrato de ocupação da Idade do Ferro (Chibanes II) e se dispõem ao longo do muro (cerca de 0,7 m de espessura) que delimitava a oeste e norte a área residencial do período Romano Republicano. Este muro foi construído parcialmente sobre o topo destruído da muralha sidérica. Tal como esta, desenvolvia-se em arco, percorrendo a parte superior da encosta norte, com função delimitadora do estabelecimento.

Foram, até agora, completamente escavados os edifícios B e C (fig. 2) (Tavares da Silva et al., 2019). O Edifício B, com 10 m/8 m x 8,5 m/8 m, era formado por um grande compartimento (*ca* 8,5 m/7 m x 7 m/6,5 m) e por um vestíbulo rectangular (*ca*. 3,5 x 2 m) que abria directamente para o exterior. O piso de ambos era de argila compactada, com lajes de calcarenito dispersas. O compartimento possuía cinco lareiras de planta subcircular (*ca*. 0,75 m a 1,1 m de diâmetro), quatro formadas por grandes fragmentos de recipientes cerâmicos, cobertos por camada de argila cozida durante a laboração das mesmas; a quinta era delimitada por blocos pétreos com acção térmica. Adossado à parede nordeste, existia um poial com 0,6 m de largura por 3 m de comprimento, em taipa delimitada por pequenos esteios de calcarenito.

O Edifício C (*ca*. 10 x 7,5 m) localizava-se imediatamente a nordeste do Edifício B e possuía três compartimentos: dois (Compartimentos B20 e F17, respectivamente com *ca.* 4 m x 3 m e 5,3 m x 3 m), intercomunicantes; a nordeste, um outro, de comprimento igual ao do Edifício B e com *ca*. 3 m de largura. Os pisos eram de argila batida com lajes de calcarenito dispersas; integravam lareiras do tipo das identificadas no Edifício B: uma no Compartimento B20; duas no Compartimento F17; cinco na comprida sala nordeste. O Compartimento B20 apresentava um poial adossado à parede nordeste e o Compartimento F17, um pilar de calcarenito cilíndrico (0,3 m de diâmetro) onde assentaria um poste, provavelmente de madeira, que suportaria a estrutura de cobertura.

Em parte adossado a este conjunto de edifícios e avançando em cunha para noroeste, erguia-se o segundo conjunto arquitectónico (fig. 2), muito provavelmente com funções, nesta primeira fase, estritamente militares. Trata-se de recinto muralhado, de planta trapezoidal, com a área bruta de *ca*. 110 m^2, formado por duas plataformas ou socalcos que o adaptam ao declive do terreno. Este recinto muralhado integrou o designado *Fortim Ocidental*. Era delimitado por robustas muralhas, que incluíam blocos ciclópicos, mas de aparelho mais regular que o das muralhas da Idade do Ferro; a espessura varia entre 1 m e 1,2 m. Os vértices são reforçados internamente. O fortim era guarnecido a oeste por duas torres de planta rectangular que defendiam a entrada ocidental, aberta ao caminho pela crista da Serra do Louro (Soares et al., 2019).

A torre norte, não escavada em profundidade, possui 47 m^2 de área bruta; a área da torre do lado sul (Torre T7) é indeterminada, pois foi parcialmente destruída pela erosão e recuo da escarpa que limita Chibanes a sul.

A *Zona Oriental* (fig. 3), muito destruída quer pelo recuo erosivo da escarpa meridional, quer pelo caminho de cumeada, encontra-se ainda pouco escavada em profundidade e com muitas questões em aberto, que só o prosseguimento dos trabalhos de campo poderá vir a esclarecer. Por agora, podemos afirmar que foi localizada a estrutura defensiva de encerramento a nascente da fortificação romano-republicana de Chibanes. Dela foi posto a descoberto um troço de muralha com cerca de 9 m de comprimento (M.X), de direcção NW-SE, interrompido no quadrante norte pela abertura do caminho e, a sul, por desabamentos da vertente rochosa. A sua espessura máxima, de cerca de 1,40 m, bem como o tipo de aparelho assemelham-na à muralha do Fortim Ocidental. À face interna da muralha M.X adossa-se embasamento sub-quadrangular com 1,90 m de lado, o qual pode ter suportado escada de acesso a piso superior. É provável que esta estrutura defensiva fizesse parte de torre de planta rectangular

[Torre (?) K16], saliente no esporão NE do castro, seguindo a lógica defensiva da extremidade oposta do sítio; os muros de delimitação interior da torre poderiam apresentar espessuras inferiores à da muralha propriamente dita, como sucede na zona ocidental. Com efeito, o m.2a, com a espessura máxima de 0,90 m, parcialmente destruído e reparado por muro menos espesso e irregular (m.2b), era paralelo à M.X, da qual distava cerca de 5 m, e está em conexão com o piso da primeira fase de ocupação romano-republicana (Chibanes IIIA) (fig. 3).

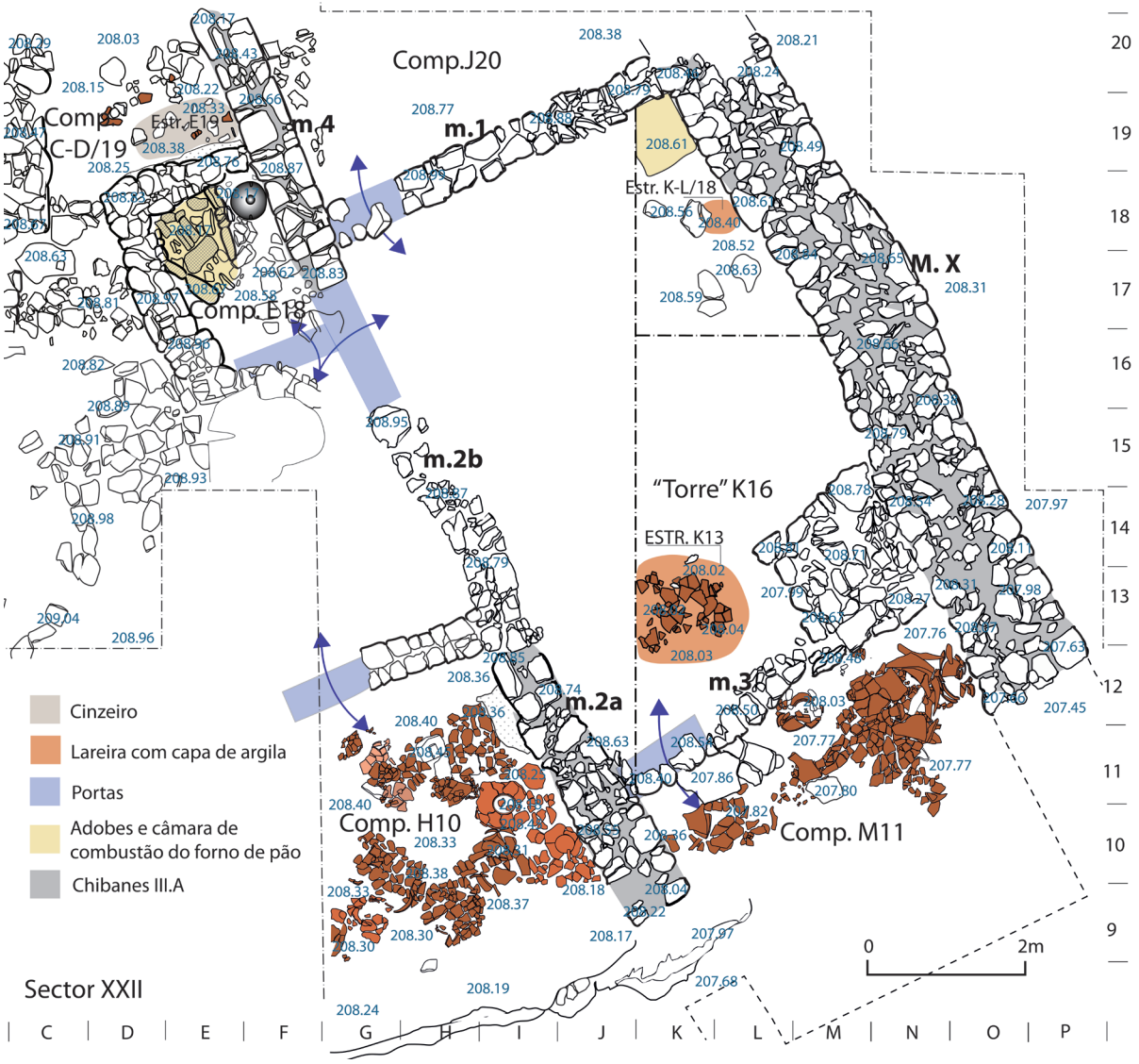


Fig. 3 - Chibanes. Zona Oriental. Planta com estruturas da fortificação de Chibanes IIIA (a sombreado).

Separado do m.2b por abertura, surgiu outro troço de muro (m.4), alinhado pelo m.2a e amputado pelo actual caminho. Este muro, cuja espessura máxima atinge os 0,80 m, de grande regularidade e bom fabrico, poderá ter feito parte da fortificação.

Os compartimentos M11 e H10, este último adossado à presumível torre no quadrante oeste, foram utilizados aparentemente como armazéns, tendo fornecido numerosos contentores (talhas e ânforas) fragmentados *in situ*, praticamente completos. A mesma utilização espacial foi recentemente observada no Ambiente 4, localizado na entrada do povoado de Cáceres Viejo de Santa Marina (Pereira,

2017; Pereira, Dias, 2020: 110), que também parece tratar-se de um exemplo de ocupação militar ou militarizada relacionada com a presença do "exército oculto" (Fabião, 2006: 128-131). Na mesma área e adossado à face externa do m.4, foi construído um forno de cozer pão (Comp. E18), de subfase ainda mal determinada, de planta triangular e construção em adobes, cuja câmara de combustão possui internamente 1,20 x 0,77 m, sendo a largura interna da boca do forno 0,30 m; inscreve-se em pequena "casa do forno" de planta rectangular, com pavimento em calçada, de onde foi exumada cerâmica de verniz negro itálica do círculo da B e elemento movente de mó manual giratória.

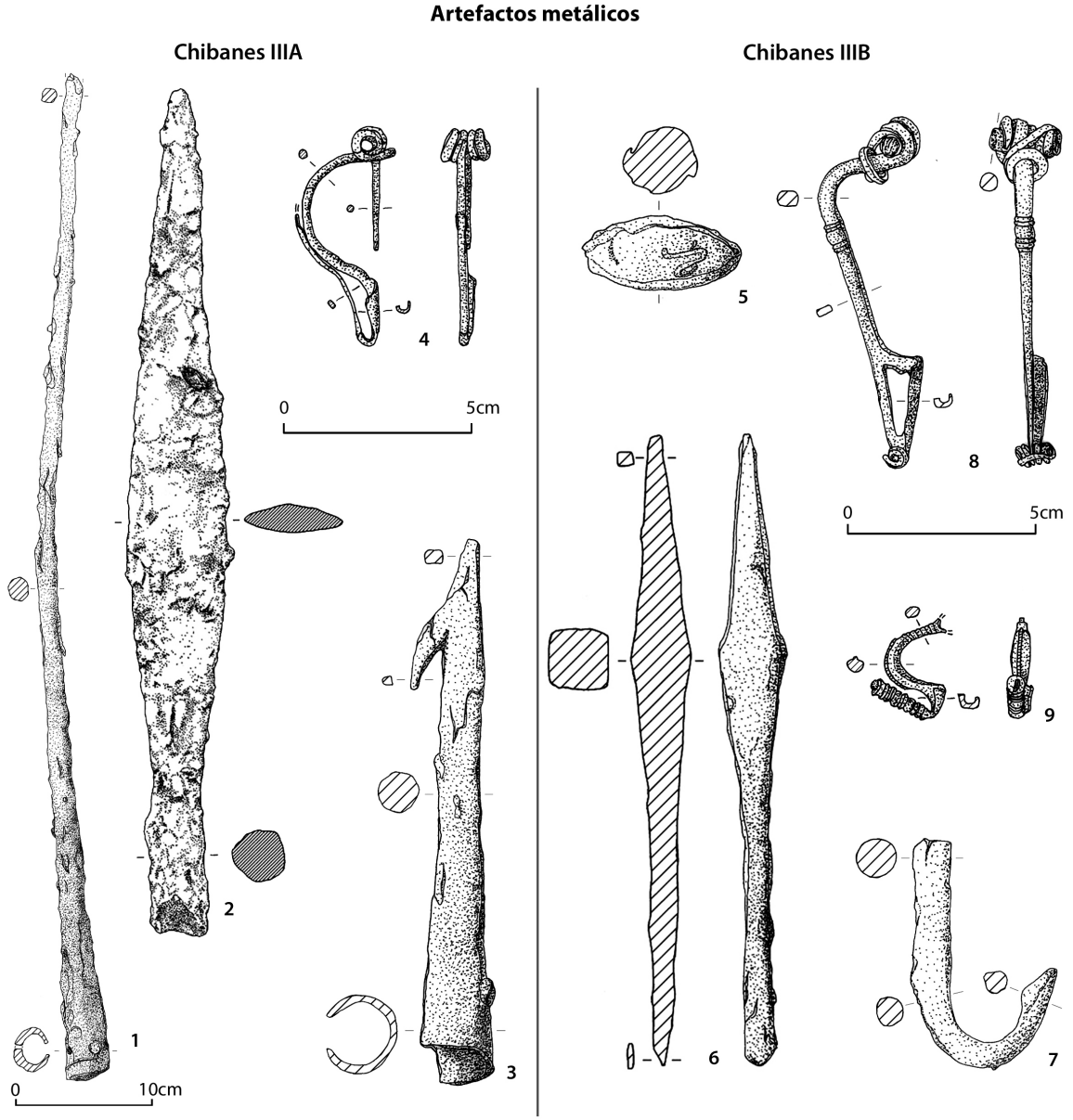


Fig. 4 - Chibanes. Artefactos metálicos. Chibanes IIIA: n.º 1 - CHIB14/2, Sector V-VII, *Locus* B20, C.3B, fragmento de *pilum* ligeiro de ferro com alvado; n.º 2 - CHIB13/32, Sector V-VII, *Locus* B20, C.3B, ponta de lança de ferro de perfil em folha de loureiro; n.º 3 - CHIB13/31, Sector V-VII, *Locus* B20, C.3B, arpão de ferro com encabamento em alvado; n.º 4 - CHIB15/23, Sector IV-V, *Locus* A11, C.3B, fíbula de liga de cobre de tipo pseudo *La Tène II*/*Ponte 36a*. Chibanes IIIB; n.º 5 - CHIB15/19, Sector V, *Locus* D14, C.2B, projéctil de funda de chumbo obtido por molde bivalve; n.º 6 - CHIB15/53, Sector V, *Locus* D14, C.2B, ponta de dardo de ferro de perfil piramidal de provável utilização na artilharia de torção; n.º 7 - CHIB96/2327, Sector IV, *Locus* L12, C.2, anzol de ferro de média dimensão e barbela triangular; n.º 8 - CHIB15/22, Sector V, *Locus* F17, C.2C, fíbula de liga de cobre de tipo *Ponte 38*; n.º 9 - CHIB15/24, Sector V, *Locus* C10, C.2B, fíbula de liga de cobre de tipo *Schüle 4h*, tipo 1 de Miguez (desenhos de T. Pereira).

2.2.2. Cultura material

A documentar a presença militar em Chibanes IIIA, surgiram ainda artefactos metálicos (fig. 4) como armas e outros elementos de *militaria*. Registaram-se alguns projécteis de funda – *glandes plumbeae* – que têm sido considerados bons indicadores da presença de tropas militares auxiliares não hispanas (Quesada, 2008: 17); um *pilum* ligeiro, de ferro; e uma ponta de lança, também de ferro com lâmina em forma de folha de loureiro, secção lenticular e encabamento em alvado. Já os elementos de *militaria*, como um botão de arreio de cavalo, em liga de cobre, apontam para a presença de cavalaria. Por outro lado, o achado de fíbulas de tipo Schüle 4h, Ponte 36 (= Pseudo-La Tène II), Nauheim ou Ponte 38, que chegam, em geral, através de contingentes militares, indicam igualmente o carácter militarizado da ocupação. O mesmo se pode dizer do registo de instrumentos médico-cirúrgicos: sondas raspadeiras (relacionáveis com cirurgias oftalmológicas) e sondas espatuladas.

Os materiais provenientes dos níveis de Chibanes IIIA revelam também a prática de actividades de subsistência e artesanais. Os restos faunísticos documentam a agro-pastorícia (principalmente criação de *Ovis/Capra*, seguida de *Sus* sp. e de *Bos* sp.), a caça (de *Oryctolagus cuniculus*, *Cervus elaphus* e talvez javali), a pesca (achado de arpão de ferro com encabamento em alvado, além de restos osteológicos de peixes), e a recolecção de moluscos marino-estuarinos. Nas actividades artesanais destacam-se a fiação (número elevado de cossoiros e alguns *pondera*) e a carpintaria (goivas e cunhas de ferro).

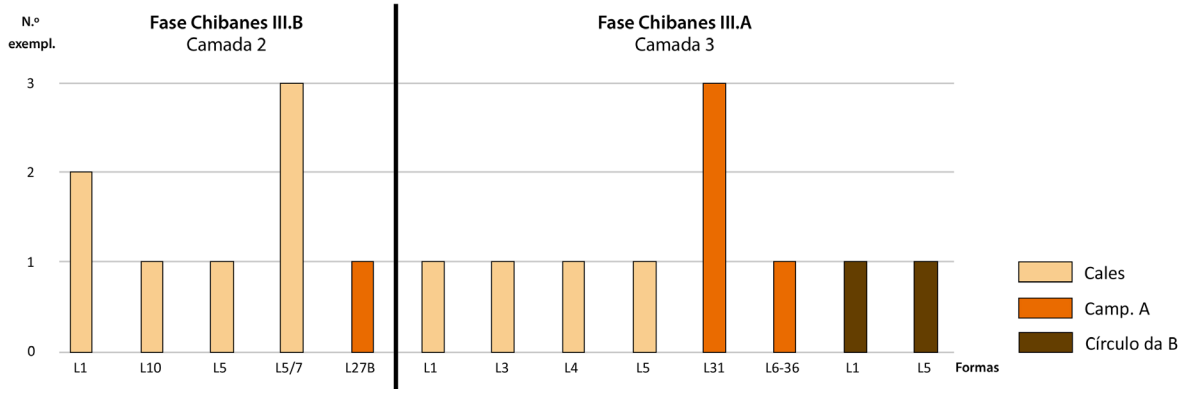


Fig. 5 - Chibanes. *Locus* L12. Gráfico com representação de fabricos e formas de cerâmica de verniz negro itálica recuperada nas subfases Chibanes IIIA e IIIB (adaptado de Tavares da Silva et al., 2019).

A descoberta de produtos exógenos, como cerâmica de verniz negro itálica, paredes finas e ânforas, ilustra o comércio de longo curso.

A cerâmica de verniz negro itálica de Chibanes (Soría, 2018: 156-173) distribui-se por exemplares do centro produtor da colónia romana de Cales (os mais frequentes), por produções em campaniense A da região napolitana e por produtos enquadrados genericamente na "Cerchia della campana B" (Cibecchini, Principal, 2004) (fig. 5).

Nos níveis de Chibanes IIIA ocorrem os três grupos referidos, com a campaniense A (nas formas L. 31 e L. 6-36) apresentando frequência muito próxima da cerâmica de verniz negro caleno (formas L. 1, 3, 4 e 5). O "Círculo da B" está mal representado (formas L. 1 e L. 5). A caracterização morfológica deste conjunto de Chibanes IIIA permite propor a cronologia de 100 ±25 a.C. (Tavares da Silva et al., 2019).

As paredes finas exumadas de contextos da fase Chibanes IIIA, da área ocidental do castro, são dominadas pela forma Ricci 1/14 (=Mayet II), a qual é acompanhada por escassos exemplares atribuíveis às formas Ricci 1/1 (Mayet I), Ricci 1/20-1/362 (Mayet III) e Ricci 1/37 (Mayet II).

Nas ânforas (fig. 6) importadas (35% do total das ânforas de Chibanes IIIA provenientes da zona ocidental), destacam-se pela sua maior frequência, as vinárias Dressel 1 itálicas, da costa tirrena (NF=10 - 17%), seguidas pelas Mañá C2b/T-7.4.3.2.-7.4.3.3. (Rámon Torres 1995), gaditanas (NF=6 - 10%). A maior parte do material anfórico é constituído por formas de tipologia pré-romana e de produção Tejo-Sado, o que contrasta com as ocupações romano-republicanas da margem norte do Tejo, como Lisboa (Pimenta, 2007; 2020) e Chões de Alpompé (Arruda et al., 2018), onde a presença itálica é francamente mais expressiva e também mais precoce.

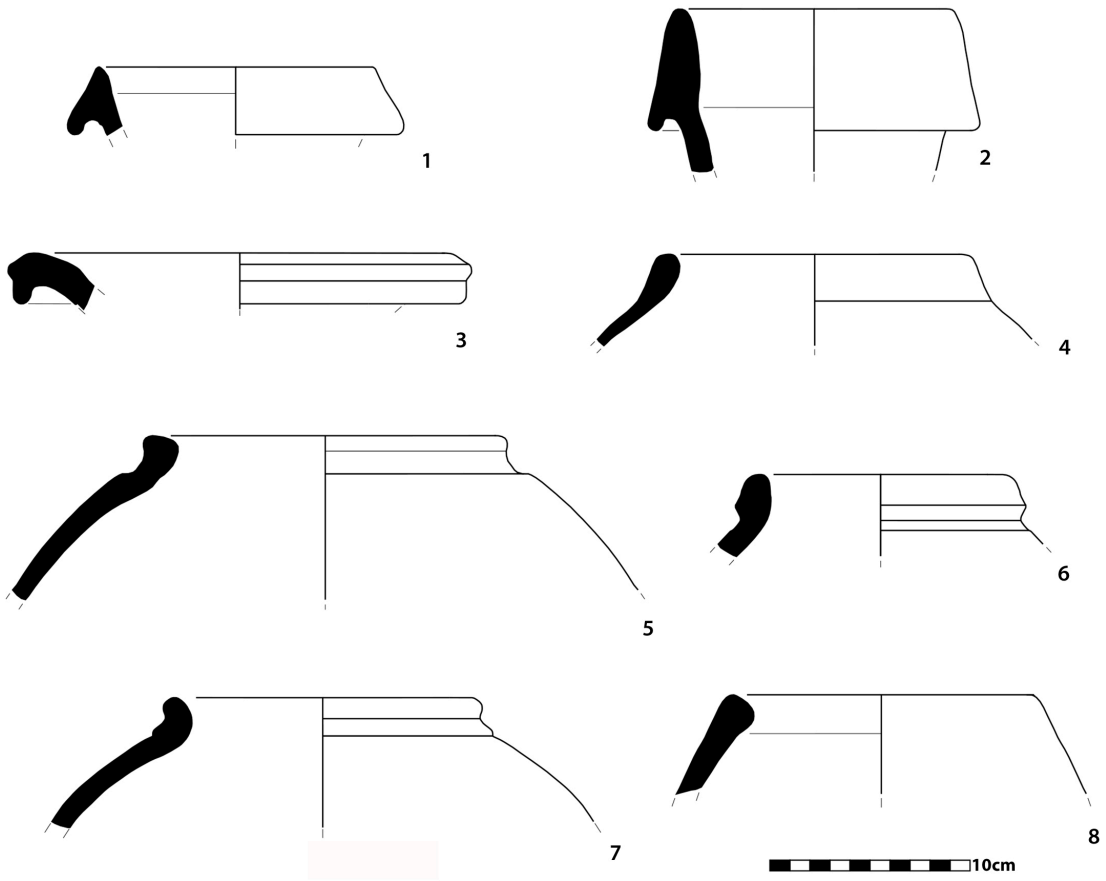


Fig. 6 - Chibanes. IIIA. Ânforas importadas (nos. 1-3); ânforas de produção regional e tipologia pré-romana (nos. 4-8): n.º 1 - CHIB96/444, Sector IV, *Locus* L12, C.3, Dressel 1 itálica; n.º 2 - CHIB16/578, Sectores V-VII, *Locus* G20, C.3A, Dressel 1 itálica; n.º 3 - CHIB16/435, Sector IV, *Locus* R14, C.3A, Maña C2b gaditana; n.º 4 - CHIB97/83, Sector IV, *Locus* L12, C.3, Tejo 5; n.º 5 - CHIB99/177, Sector IV, *Locus* H7, C. 3C, Tejo 1; n.º 6 - CHIB16/329, Sector V, *Locus* D14, C.3B, Tejo 6 (?); n.º 7 - CHIB13/62, Sectores V-VII, *Locus* B20, Q.B19, C.3B, Tejo 6; n.º 8 - CHIB99/367, Sector IV, *Locus* H7, C.3B, Tejo 7 (desenhos de J. Pimenta).

Por agora, situamos a fundação do estabelecimento romano republicano de Chibanes na última década do século II a.C., correlacionável com a repressão por Roma de focos de rebelião nativistas no rescaldo das guerras lusitanas e celtibéricas (Soares et al., 2019: 80-81). A intervenção militar está bem patente na destruição da muralha sidérica e sua imediata substituição pelo fortim tardo-republicano. A permanência da comunidade pré-romana, quiçá por capitulação sob protecção da força vencedora (a *deditio*), pode explicar a utilização de técnicas construtivas e de tipologias de carácter sidérico na reconstrução, bem como a manutenção das redes de abastecimento regionais preexistentes, bem expressas na presença maioritária de ânforas de tipologia pré-romana e de fabrico Tejo-Sado.

2.2. *CHIBANES IIIB*

2.3.1. Arquitectura e reorganização do espaço edificado

Na Zona Ocidental, durante, provavelmente, o segundo quartel do século I a.C., ocorre uma reconstrução/reestruturação do espaço edificado, após evento destrutivo que levou ao colapso de estruturas e a focos de ignição; aquela reestruturação manteve a malha urbanística prévia bem como as técnicas construtivas anteriores; a reabilitação incidiu sobre os edifícios construídos em Chibanes IIIA, procedendo-se à sua segmentação (fig. 7). Assim, o Edifício B inicialmente indiviso, à excepção de um vestíbulo que assegurava a ligação ao exterior, com entrada em baioneta e degrau para vencer o desnível interior, foi dividido em quatro compartimentos contíguos de planta rectangular; o vestíbulo original abre agora para dois compartimentos: A11 (8,6 m^2) e D14 (15,5 m^2). Este último comunicava com o T16 (10,9 m^2), o qual por sua vez dava acesso ao R14 (13,2 m^2).

O Edifício C foi dividido em duas casas independentes: Edifício C1, a sudoeste, e Edifício C2 a nordeste (fig. 7). No Edifício C1 mantiveram-se os Compartimentos B20 e F17, que comunicavam entre si, à semelhança do que ocorrera na fase anterior (Chibanes IIIA).



Fig. 7 - Chibanes. Zona Ocidental. Planta das estruturas da segunda fase de ocupação do Período Romano Republicano (Chibanes IIIB): núcleo residencial e fortim ocidental.

O extenso compartimento nordeste do Edifício C de Chibanes IIIA integrou, na subfase seguinte (Chibanes IIIB), o Edifício C2, que possui agora dois compartimentos: D3 e G20, separados por parede de taipa, provida de abertura.

Os pisos dos compartimentos referidos eram de argila compactada e estruturados por lajes de calcarenito, em geral dispersas, e possuíam uma ou duas lareiras. Estas estruturas de combustão apresentavam planta subcircular e, tal como se tinha verificado nas lareiras da ocupação sidérica (Chibanes II) e nas de Chibanes IIIA, distribuíam-se por dois tipos: as constituídas por fragmentos de cerâmica dispostos horizontalmente e cobertos por camada de argila, e as delimitadas por coroa de blocos de calcarenito, menos comuns. Alguns destes compartimentos incluíam poiais adossados a paredes (R14 do Edifício B; B20 e F17 do Edifício C1 e G20 do Edifício C2).

Na área central do Compartimento R14, surgiu um bloco cilíndrico de calcarenito sobre o qual teria assentado poste de madeira que suportaria a estrutura de cobertura.

O *Fortim Ocidental*, embora mantendo, de um modo geral, a planta original, foi também compartimentado na segunda fase de ocupação romano-republicana, recebendo, cada uma das novas divisões, lareiras formadas por fragmentos de recipientes cerâmicos cobertos por placas de argila.

A Torre T7 foi dividida transversalmente em dois compartimentos, cujo piso (C.1B) cobriu o nível de incêndio (C.2) da subfase precedente. Parece, assim, que a segmentação do fortim associa ao carácter eminentemente militar, que tivera em Chibanes IIIA, a função residencial. Contudo, os níveis arqueológicos da subfase IIIB continuam a oferecer elementos de cultura material relacionados com actividades bélicas, como *glandes plumbeae* e ponta de dardo de ferro, com cabeça piramidal maciça e com espigão de encabamento. Surgem ainda outros materiais atribuíveis à presença militar: agrafo de rédeas, de ferro; fragmento de placa-dobradiça de cinturão, de liga de cobre; fíbulas (tipos Schüle 4h, Ponte 26, Ponte 38) e instrumentos médico-cirúrgicos, como sondas.

O estudo da fauna (Detry, Tavares da Silva, Soares, 2017) veio, por seu turno, mostrar que em Chibanes IIIB a actividade de natureza essencialmente militar desenvolvida no Fortim Ocidental durante Chibanes IIIA havia dado lugar a ocupação de cunho mais doméstico (fig. 8). Com efeito, verificou-se que a C.2 do *Locus* L12 (corte perpendicular ao paramento externo da muralha norte do Fortim Ocidental) era constituída por espessa lixeira doméstica cujos restos de fauna mamalógica "[...] revelavam um maior consumo de gado bovino, bem como maior actividade de caça de pequeno porte [...], talvez devido ao facto de neste período [IIIB] a ocupação se ter tornado mais estável e doméstica, diminuindo, ou perdendo mesmo, o carácter militar da primeira fase da ocupação [IIIA] do período Romano Republicano" (Detry, Tavares da Silva, Soares, 2017: 126).

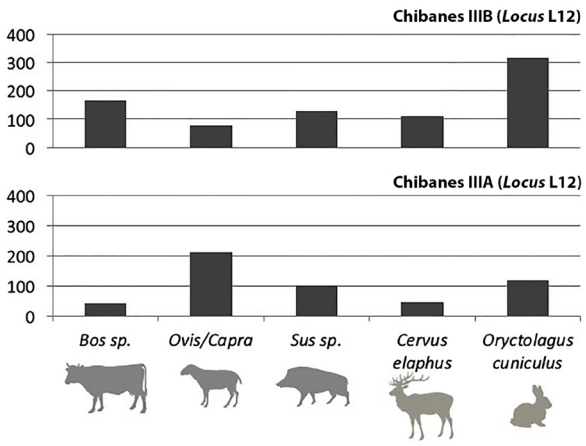


Fig. 8 - Chibanes. Fauna mamalógica do Locus L12 (lixeira adossada à face externa da muralha do Fortim Ocidental) (retirado de Detry, Tavares da Silva, Soares, 2017).

2.3.2. Cultura material

Na subfase Chibanes IIIB, continuam a chegar ao castro materiais de origem exógena, como as já referidas fíbulas, cerâmica de verniz negro itálica e paredes finas, embora em pequena quantidade, e produtos alimentares embalados em contentores anfóricos. Estes, como adiante se verá, revelam uma logística de abastecimento mais diversificada que a da fase anterior, o que parece estar de acordo com o carácter menos militarizado do sítio apontado pelo estudo faunístico. Por outro lado, é também possível admitir uma ligação de Chibanes quiçá mais ao Sado e à sua principal metrópole, *Beuipo-Salacia*, do que ao Tejo e *Olisipo*. A integração de Chibanes no círculo comercial e cultural de fundação gaditana parece-nos muito provável face à significativa presença de ânforas Mañá C2b/T-7.4.3.2.-7.4.3.3. e ao paralelismo que oferece quando comparado com a ocupação republicana de Alcácer do Sal (Tavares da Silva et al., 1980-81). A quase exclusiva presença de numismas hispânicos cunhados em *Beuipo-Salacia* aponta no mesmo sentido.

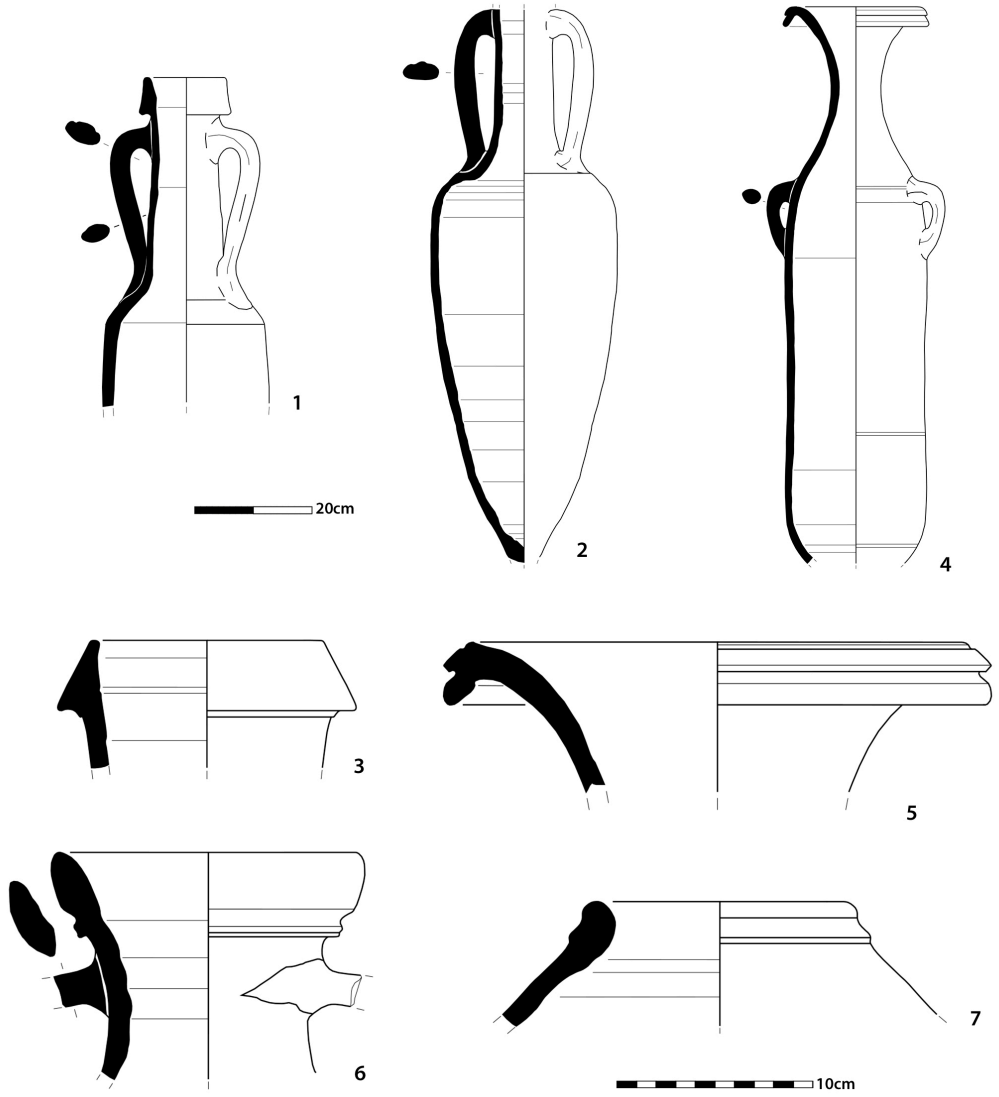


Fig. 9 - Fase Chibanes IIIB. Ânforas importadas (nos. 1-6); ânforas de produção regional e tipologia pré-romana (nº. 7): n.º 1 - CHIB96/533, Sector IV, *Locus* L12, C.2, Dressel 1 itálica; n.º 2 - CHIB97/719, Sector IV, *Locus* H2, C.2A, Dressel 1 itálica; n.º 3 - CHIB97/941, Sector IV, *Locus* L12, C.2A, Dressel 1 itálica; n.º 4 - CHIB17/200, Sectores V-VII, *Locus* G20, C.2B, Mañá C2b Gaditana; n.º 5 - CHIB97/151, Sector IV, *Locus* L12, C.2A, Mañá C2b Gaditana; n.º 6 - CHIB12/165, Sector IV, *Locus* R14, C.2B, Ovóide 1 do Guadalquivir; n.º 7 - CHIB97/939, Sector IV, *Locus* L12, C.2A, Tejo 6 (desenhos de J. Pimenta).

A cerâmica de verniz negro itálica da C.2 (Chibanes IIIB) do *Locus* L12 oferece um repertório menos variado que o da C.3 (Chibanes IIIA) da mesma sequência estratigráfica (fig. 5). Na última fase da ocupação republicana, verifica-se a quase exclusividade de produtos calenos, nas formas mais utilizadas no território português (taças L. 1 e pratos L. 5 e L. 5/7). Ocorre ainda o jarro L. 10, "forma invulgar que não parece ter tido muito êxito devido, por um lado, ao constrangimento físico da sua morfologia (difícil de empilhar e, por conseguinte, de transportar) e, por outro lado, à sua função que tem a ver com a menor representatividade desta forma nas mesas de um banquete face a outras componentes como taças e pratos" (Soares et al., 2019: 86).

Nas paredes finas exumadas da área ocidental e pertencentes à fase de ocupação Chibanes IIIB, predomina largamente a forma Ricci 1/20-1/362 (Mayet III), de cronologia situável entre os inícios do século I a.C. e o principado de Augusto (Ricci, 1985: 248; Abade, 2017: 54), seguida pela forma Ricci 1/16 (Mayet III), datada dos inícios do século I a.C. ao último quartel do mesmo século (Ricci, 1985: 247). Apresentando frequências muito baixas, surgem as formas Ricci 1/1 (=Mayet I), Ricci 1/14 (=Mayet II), Ricci 1/360 (=Mayet II) e Ricci 1/361 (Mayet II).

No que se refere ao material anfórico (fig. 9) proveniente de contextos de Chibanes IIIB da área ocidental, as ânforas importadas aumentam substancialmente a sua representação relativamente à fase precedente, atingindo cerca de 56% (NF= 49); neste conjunto, domina amplamente a forma Mañá C2b gaditana, que transportaria, de um modo geral, preparados de peixe (NF=30 - 35%), seguida, a grande distância, pela Dressel 1 itálica (NF=14 - 16%). Muito mal representadas, surgem a Dressel 1 gaditana (NF=1 - 1%), a Ovoide 1 do Guadalquivir (NF=2 - 2%) e a africana e oleícola Tripolitana Antiga (NF=2 - 2%).

2.4. COMPONENTE AUTÓCTONE

No domínio estritamente militar, embora longe das arquitecturas militares estandardizadas republicanas (Dobson, 2008), a arquitectura do Fortim Ocidental afasta-se dos modelos indígenas, buscando inspiração em estruturas romanas e rompendo com o anterior conceito de comunidade. Enquanto em Chibanes II, todo o povoado era defendido por robusta muralha guarnecida por bastiões, em Chibanes III, aquela, destruída em altura, foi substituída por um simples muro com a espessura de somente 0,7 m, cuja função deveria ser apenas a de delimitar a área habitacional. Ou seja, o povoado propriamente dito passou a ser "defendido" (ou controlado?) pelo(s) fortin(s) da(s) extremidade(s) ocidental e oriental (?) do castro. Por outro lado, a arquitectura residencial de Chibanes III dá continuidade aos padrões construtivos indígenas, observados na ocupação da Idade do Ferro (Chibanes II). As plantas dos edifícios, as técnicas construtivas das paredes, coberturas, pisos, lareiras de Chibanes III são similares às da fase precedente, ambas com importante recurso a arquitectura em terra.

No que concerne à cultura material, além dos materiais de origem exógena atrás referidos, há em ambas as fases de Chibanes III uma acentuada componente autóctone, associada a forte tradição sidérica.

Em ambas as fases de ocupação do período Romano Republicano o que mais surpreende é a elevada frequência de ânforas de produção local-regional (Tejo/Sado) de tipologia pré-romana, já que os recipientes de armazenagem e de cozinha de tradição sidérica, igualmente abundantes na nossa jazida e de produção local-regional, são bem conhecidos em estabelecimentos de fundação inegavelmente romana, como por exemplo o Castelo da Lousa (Pinto, Schmitt, 2010). Esta elevada frequência de ânforas de tipologia pré-romana não encontra paralelos nos níveis romano-republicanos de Lisboa e de Chões de Alpompé, como anteriormente referimos, predominando largamente as ânforas vinárias itálicas nestes dois últimos sítios da margem norte do Tejo.

As ânforas de tipologia pré-romana de produção local-regional (Sousa, Pimenta, 2014) representam, respectivamente, cerca de 65% e 44% da totalidade dos fragmentos de ânforas (NF) nas subfases Chibanes IIIA e IIIB (zona ocidental do castro). Na primeira subfase, além de tipos indeterminados (NF=23 - 40%), surgem os tipos Tejo 1 (NF=1 - 2%), Tejo 5 (NF=1 - 2%), Tejo 6 (NF=10 - 17 %) e Tejo 7 (NF=2 - 3%). Na segunda subfase, estão presentes 18 fragmentos de tipo indeterminado (21%) e ainda fragmentos dos tipos Tejo 1 (NF=1 - 1%), Tejo 5 (NF=3 - 3%), Tejo 6 (NF=11 - 13%) e Tejo 7 (NF=1 - 1%), bem como uma imitação regional da forma Dressel 1 (NF=4 - 5%).

Face à persistência de uma significativa componente nativa, admitimos, como hipótese de trabalho, que Chibanes, durante a ocupação do período Romano Republicano, se tivesse comportado como um povoado indígena subjugado a guarnição militar romana instalada no seu próprio interior, à qual teria de servir, nomeadamente nas tarefas quotidianas de reprodução social. O modelo de intervenção militar com ocupação de *oppida*, embora referido em fontes literárias (Reddé, 2018), mas mal conhecido face aos planeados e estandardizados acampamentos (Dobson, 2008), vem sendo designado por C. Fabião (2006: 128) por exército romano "oculto" no interior de estabelecimentos indígenas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início da ocupação do período Romano Republicano (Chibanes IIIA) foi datado de finais do século II a.C. (Soares et al., 2019: 80-81), não sendo de descartar a hipótese de corresponder à *Caepiana* ptolomaica (Guerra, 2004). Neste período, após a morte de Viriato em 139 a.C., e não obstante as fontes oficiais considerarem o ano de 138 a.C. como o da pacificação por Décimo Júnio Bruto, a instabilidade político-militar deveria ter-se mantido, com focos de revoltas indígenas, nomeadamente na área lusitana, havendo, assim, fortes motivos para a instalação em Chibanes de um contingente militar, "oportunisticamente" no seio de uma unidade populacional indígena.

Chibanes oferecia boas condições geoestratégicas para o controlo de grande parte da margem esquerda do estuário do Tejo, bem como do estuário do Sado e respectivo acesso pelo Vale dos Barris. Provavelmente destruída pelo impacto das tropas romanas, a fortificação sidérica de Chibanes serviu de embasamento e talvez de pedreira para o novo programa arquitectónico.

A partir de 82 a.C., as províncias hispânicas foram envolvidas nas guerras civis de Roma que marcaram a terceira fase da Conquista. Não é improvável que Chibanes se tenha envolvido no quadro bélico das guerras sertorianas, uma vez que as duas subfases da ocupação tardo-republicana se encontram separadas por evento destrutivo (C.3A da área residencial ocidental e nível de incêndio da Torre T7).

A ocupação de Chibanes IIIB vai, pois, assentar sobre nível de derrubes, de um modo geral pouco espesso e quase só constituído por adobes desfeitos, excepto na Torre T7 do Fortim Ocidental, onde, além de muito espesso, esse nível ofereceu fragmentos de adobes queimados em resultado de incêndio sofrido por esta torre no final de Chibanes IIIA. Estes níveis de derrubes parecem não indicar fase de abandono entre as duas subfases, mas destruição seguida de imediata remodelação ditada por alterações sociopolíticas, a qual se manifesta através de generalizada compartimentação dos edifícios preexistentes, seguindo, porém, as mesmas técnicas de construção de Chibanes IIIA.

Durante a subfase Chibanes IIIB, assiste-se a um claro reforço de integração de Chibanes na esfera económica de Gades (López Castro, 1995; Rodríguez Ferrer, 1988), bem expressa na esmagadora maioria da ânfora tipo Mañá C2b gaditana no conjunto das ânforas importadas. Essa integração poderia ser intermediada por *Beuipo-Salacia*, à época o mais importante centro urbano do Baixo Sado (Tavares da Silva, 2011). De referir que os numismas de cunhagem hispânica encontrados em Chibanes são,

até agora, quase exclusivamente daquela oficina monetária (a excepção é uma moeda de *Myrtilis*), ao contrário do observado no vizinho povoado do Pedrão que apresenta numismas hispânicos de *Beuipo-Salacia*, *Gades* e Cástulo (Soares, Tavares da Silva, 1973).

Entre as guerras sertorianas e o ano de 49 a.C., quando decorre na Península Ibérica a guerra civil entre César e Pompeio (Novillo López, 2018; Melchor Gil, Mellado Rodríguez, Rodríguez Neila, 2005), a campanha militar de pacificação da Lusitânia, entre o Tejo e Douro, promovida por César, entre 61-60 a.C., parece ter conseguido instaurar uma conjuntura de paz com significativa abrangência territorial. A aparente "desmilitarização" de Chibanes IIIB poderá relacionar-se com esse putativo processo de pacificação.

O abandono do sítio ocorreria porém a breve prazo, muito provavelmente determinado ou condicionado pela guerra civil entre César e Pompeio; a ser verdadeira esta hipótese de trabalho, Chibanes teria pago com a sua anulação, em moldes que ainda desconhecemos, o suposto alinhamento a favor de Pompeio. Mas estas e outras questões relativas ao lugar e posição que Chibanes ocupou no complexo cenário político-militar do final da República terão de aguardar pelo prosseguimento da investigação.

Referências Bibliográficas

Abade, P. (2017): *A cerâmica de paredes finas do Castelo de Castro Marim.* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/32376

Arruda, A. M.; Pereira, C.; Sousa, E.; Pimenta, J.; Detry, C.; Gomes, J. (2018): Chões de Alpompé (Vale de Figueira, Santarém): lendas e narrativas. *Spal* 27,2: 201-227.

Cibecchini, F.; Principal i Ponce, J. (2004): Per chi suona la Campana B?, in E. de Sena; H. Dessales (eds.), *Metodi e approcci archeologici: l'industria e il commercio nell'Italia antica*. BAR International Series 1262. Oxford: 159-172.

Clemente Conte, I.; Mazzucco, N.; Soares, J. (2014): Instrumentos para siega y procesado de plantas desde el Calcolítico al Bronce antiguo de Chibanes (Palmela, Portugal). *Trabajos de Prehistoria* 71,2: 330-342.

Coelho, M. D. (2014): A fauna malacológica da ocupação calcolítica do Castro de Chibanes. *Setúbal Arqueológica* 15: 181-200.

Costa, A. I. M. da (1908): Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal: Idade Eo-metallica (ou do cobre ou bronze primitivos). *O Arqueólogo Português* 1ª Série, 13: 270-283.

Costa, A. I. M. da (1910): Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal: Idades do Bronze e do Ferro no Castro de Chibanes. *O Arqueólogo Português* 1ª Série, 15: 55-83.

Detry, C.; Tavares da Silva, C.; Soares, J. (2017): Estudo zooarqueológico da ocupação romano-republicana do Castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 20: 113-127.

Dobson, M. (2008): *The army of the Roman Republic: The Second Century BC, Polybius and the camps at Numantia, Spain*. Oxford.

Edmondson, J. (2014): *Hispania capta*: Reflexiones sobre el proceso e impacto de la conquista romana en la Península Ibérica, in G. Bravo; R. González Salinero (eds.), *Conquistadores y conquistados: relaciones de dominio en el mundo romano* (Madrid, 2013). Monografías y Estudios de la Antigüedad Griega y Romana 43. Madrid: 19-44.

Fabião, C. (2006): The Roman army in Portugal, in A. Morillo Cerdán; J. Aurrecoechea Fernández (eds.), *The Roman army in Hispania: An archaeological guide.* León: 107- 218.

Guerra, A. (2004): *Caepiana*: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7,2: 217-235.

López Castro, J. L. (1995): *Hispania Poena. Los Fenícios en la Hispania Romana.* Barcelona.

Melchor Gil, E.; Mellado Rodríguez, J.; Rodríguez Neila, J. (eds.) (2005): *Julio César y Cordura: Tiempo y espacio en la campaña de Munda (49-45 a.C.) (Córdoba, 2003)*. Córdoba.

Novillo López, M. (2018): *Julio César en Hispania.* Madrid.

Pereira, C. (2017): Serra de Santa Marina, Cáceres Viejo (Casas de Millán, Cáceres, Espanha): Um Sítio paradigmático no contexto das Guerras Sertorianas. *Cira Arqueologia* 5: 33-54.

Pereira, C.; Dias, Í. (2020): Acciones y reacciones: testimonios de los conflictos civiles romanos en Extremadura: El caso de Cáceres Viejo (Casas de Millán, Cáceres, España). *Archivo Español de Arqueología* 93: 103-126.

Pereira, V.; Soares, J.; Tavares Da Silva, C. (2017): Understanging the First Chalcolitic Communities of Estremadura: Zooarchaeology of Castro de Chibanes, Portugal. Preliminary Results. *Papers from the Institute of Archaeology* 27,1: 1-11.

PIMENTA, J. (2007): A Importação de ânforas de preparados piscícolas em *Olisipo* (séculos II-I a.C.), in L. LAGÓSTENA BARRIOS; D. BERNAL CASASOLA; A. ARÉVALO GONZÁLEZ (eds.), *CETARIAE 2005: Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad* (Cádiz, 2005). BAR International Series 1686. Oxford: 221-233.

PIMENTA, J. (2020): Antes do teatro. A cidade de *Olisipo* no período romano republicano. *Scaena* 1: 45-61.

PIMENTA, J.; TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; PEREIRA, T. (2019): Revisitando o espólio das escavações de A. I. Marques da Costa em Chibanes: os dados proto-históricos e romano-republicanos. *Ophiussa* 3: 45-80.

PINTO, I. V.; SCHMITT, A. (2010): Cerâmica comum, in J. ALARCÃO; P. CARVALHO; A. GONÇALVES (coord.), *Castelo da Lousa-Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Studia Lusitana 5. Mérida: 219-443.

QUESADA SANZ, F. (2008): Armamento romano y ibérico en *Urso* (Osuna): testimonio de una época. *Cuadernos de los amigos de los Museos de Osuna* 10: 13-19.

RAMÓN TORRES, J. (1995): *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central y occidental*. Barcelona.

REDDÉ, M. (dir.) (2018): *Les armées romaines en Gaule à l´époque republicane. Nouveaux témoignages archéologiques* (Paris, 2017). Bibracte 28. Bibracte.

RIBEIRO, O. (1935): *A Arrábida: Esboço Geográfico*. Lisboa.

RIBEIRO, O. (1937): Arrábida: Esboço geográfico. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa* 4, 1-2: 51-131.

RICCI, A. (1985): Ceramica a pareti sottili, in *Atlante delle forme ceramiche II - ceramica fine romana nel bacino mediterraneo (tardo ellenismo e primo impero)*. Roma: 241-353.

RODRÍGUEZ FERRER, A. (1988): El templo de Hércules/Melkart: Un modelo de explotación económica y prestígio político, in G. PEREIRA MENAUT (eds.), *Actas del I Congreso Peninsular de História Antigua* (Santiago de Compostela, 1986). Vol. II. Santiago de Compostela: 101-110.

SILVA RENESES, L. (2016): Embajadas, rendiciones y tratados: los traslados de ligures apuanos y lusitanos (s. II a.C.). *Ktèma* 41: 191-210.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1973): Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal), in *Actas das II Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1972). Vol. I. Lisboa: 245-305.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (2014): O Projecto de Investigação Arqueológica "CIB" e a campanha de escavações Chibanes/2012. *Musa: Museus, Arqueologia & Outros Patrimónios* 4: 75-98.

SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C.; DUARTE, S.; PEREIRA, T.; SORÍA, V. (2019): Aspectos da presença militar romano-republicana no castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 22: 79-93.

SORÍA, V. (2018): *La ceramica a vernice nera italica e le imitazioni a impasto grigio in Portogallo tra il II e il I secolo a.C.: una prospettiva di studio*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/35096

SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2014): A produção de ânforas no estuário do Tejo durante a Idade do Ferro, in R. MORAIS; A. FERNÁNDEZ; M. SOUSA (eds.), *As produções cerâmicas de imitação na Hispânia*. Monografías Ex Officina Hispana II. Vol. II. Porto: 303-315.

TAVARES DA SILVA, C. (2011): No Baixo Sado: da presença fenícia à *Imperatoria Salacia*, in J. L. CARDOSO; M. ALMAGRO-GORBEA (eds.), *Lucius Cornelius Bocchus: Escritor lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina* (Tróia, 2010). Lisboa-Madrid: 57-72.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1986): *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1997): Chibanes Revisitado - Primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. *Estudos Orientais* 6: 33-66.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2012): Castro de Chibanes (Palmela). Do III milénio ao séc. I a.C., in I. FERNANDES; M. SANTOS (eds.), *Palmela arqueológica no contexto da região inter-estuarina Sado-Tejo*. Palmela: 67-87.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (2014): O Castro de Chibanes (Palmela) e o tempo social do III milénio na Estremadura. *Setúbal Arqueológica* 15: 105-172.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. M.; FERRER DIAS, L.; COELHO-SOARES, A. (1980-81): Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica* 6-7: 149-218.

TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; DUARTE, S.; PEREIRA, T.; COELHO-SOARES, A. (2019): Castro de Chibanes (Palmela). Trabalhos arqueológicos de 2012 a 2017, in J. SOARES; I. V. PINTO; C. TAVARES DA SILVA (eds.), *Do Paleolítico ao Período Romano Republicano* (Tróia-Setúbal, 2016). Setúbal Arqueológica 18. Setúbal: 215-246.

TERESO, J. (2014): Vestígios arqueobotânicos do III milénio cal BC de Chibanes (Palmela, Setúbal), in C. TAVARES DA SILVA (coord.), *II Encontro de Arqueologia da Arrábida. Homenagem a A. I. Marques da Costa* (Setúbal, 2007). Setúbal Arqueológica 15. Setúbal: 173-180.

MONTE DOS CASTELINHOS - VILA FRANCA DE XIRA. UMA FUNDAÇÃO ROMANA REPUBLICANA *EX NOVO* NO BAIXO TEJO

João Pimenta
CEAX - Município de Vila Franca de Xira
UNIARQ - Universidade de Lisboa
joao.marques@cm-vfxira.pt
https://orcid.org/0000-0001-5149-5566

Henrique Mendes
CEAX - Município de Vila Franca de Xira
henrique.mendes@cm-vfxira.pt
https://orcid.org/0000-0002-3416-8990

RESUMO: Procede-se a um balanço da informação disponível sobre a ocupação romana de Monte dos Castelinhos, enquadrando-a no processo tardio de Conquista e consolidação do poder de Roma no extremo ocidente Ibérico e do desenho da província romana da Lusitânia. O fator topográfico e de domínio visual deve ter sido decisivo na escolha desta localização numa conjuntura pós conflito Sertoriano. Fundado de raiz, num morro até então desocupado, Monte dos Castelinhos, afirma-se desde a sua génese como um sítio estratégico de controlo de uma zona de fronteira natural. Situado a meio caminho entre as principais cidades do vale do Tejo *Olisipo* e *Scallabis*.
Palavras-chave: Povoamento; Conquista; Exército; Abastecimento; Arquitetura.

ABSTRACT: A review of the information available on the Roman occupation of Monte dos Castelinhos, framing it in the late process of Conquest and consolidation of the power of Rome in the western Iberian extreme and the design of the Roman province of Lusitania.The topographic and visual domain factor must have been decisive in choosing this location in a post-Sertorian conflict situation. Founded *ex novo*, on an unoccupied hill, Monte dos Castelinhos, has established itself as a strategic site for controlling a natural border area. Located halfway between the main cities in the Tagus valley *Olisipo* and *Scallabis*.
Keywords: Settlement; Conquest; Army; Supply; Architecture.

1. INTRODUÇÃO

A génese do projeto em torno do sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos surge em Março de 2006, com o decorrer das escavações de emergência do Museu do Neo-Realismo. Um dos elementos mais marcantes, desta escavação, foi o de se ter detetado um significativo troço de uma antiga via de origem romana (Pimenta, Mendes, 2007). Os resultados obtidos com esta intervenção e a sua relevância para o conhecimento da estruturação do território, levaram o Museu Municipal a desenvolver um projeto de estudo, tendo como eixo diretor a ocupação humana ao longo da via *Olisipo – Scallabis* (Pimenta, Mendes, 2012). A análise cuidada dos sítios arqueológicos do município levou-nos a salientar entre

eles, a relevância de Monte dos Castelinhos, enquanto estação mais representativa e com maiores possibilidades de desenvolver um programa de estudo bem estruturado. A sua implantação isolada numa área sem construções, a imponência visual e paisagística do seu morro, o seu fácil acesso, o elemento de aparentemente se encontrar abandonada desde o período romano, aliado ao quadro de indagações prévias em torno do sítio fez com que optássemos pela sua escolha (Pimenta, Mendes, Norton, 2008).

O Monte dos Castelinhos localiza-se numa propriedade privada, denominada de Quinta da Marquesa, sita na União de Freguesias de Castanheira do Ribatejo e de Cachoeiras, concelho de Vila Franca de Xira (CNS 3923). Ocupa um vasto morro e suas encostas com a altimetria máxima de 88 m, situando-se de forma proeminente sobre a margem direita do Rio Grande da Pipa e na margem esquerda do Tejo do qual dista atualmente 2 km.

A sua configuração dominante com encostas bastante inclinadas em três dos seus lados e escarpada do lado Oeste confere-lhe claro destaque na paisagem, dominando de forma contundente uma ampla área circundante. As suas características geológicas, altimétricas e de implantação na paisagem fazem com que o Monte dos Castelinhos assuma uma clara posição geoestratégia arcando um claro controlo de uma zona de fronteira natural. De facto, a cordilheira montanhosa que se eleva, com colinas suaves, mas marcantes, desde a bacia do rio Trancão a Sul, apenas é interrompida de forma categórica neste morro, sendo a partir daqui interrompida por uma significativa bacia hidrográfica, que domina visualmente até a Serra de Montejunto que lhe marca o horizonte para Nordeste.

Não pode ser igualmente relegado o papel, que este sítio assumiu, de controlo das vias e da transitabilidade. Neste ponto passava a via romana que conduzia da foz do Tejo para a capital provincial *Emerita Augusta*. Em paralelo com esta via, o morro de Castelinhos flanqueia de forma contundente uma área de portela de ligação natural entre as margens do Tejo e o interior da Península de Lisboa.

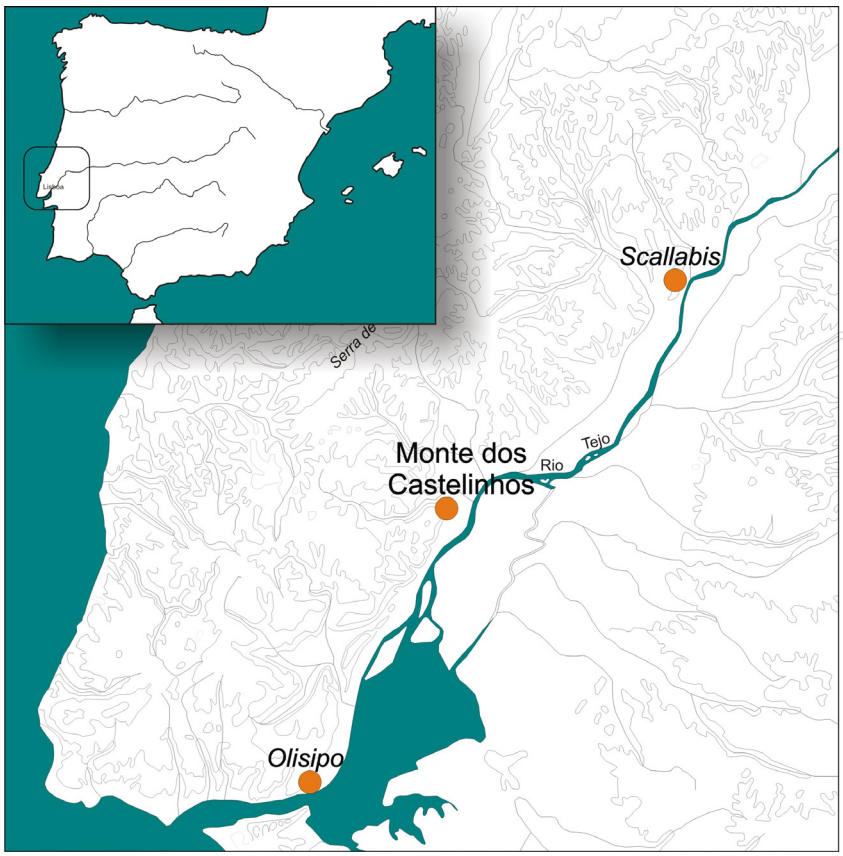


Fig. 1 - Localização do Monte dos Castelinhos na Península Ibérica em geral e no vale do Tejo em particular, com a localização dos principais núcleos urbanos.



Fig. 2 - Fotografia do Monte dos Castelinhos com o rio Tejo ao fundo.

As escavações que o Museu Municipal e o Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira têm desenvolvido no local, desde 2008, permitem vislumbrar as potencialidades científicas e patrimoniais desta estação arqueológica. Sendo um sítio, verdadeiramente singular para o estudo do processo de conquista e consolidação do poder de Roma no extremo ocidente peninsular (Pimenta, Mendes, 2014).

A investigação em Monte do Castelinhos insere-se num Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia (PIPA), denominado – Monte dos Castelinhos e a romanização do baixo Tejo (MOCRATE).

Tendo em conta os resultados alcançados logo nas primeiras campanhas, o seu ineditismo, o seu claro fácies militar que correlacionava o sítio com os momentos tardios de conquita romana do vale do Tejo e da constituição da província romana da Lusitânia, o projeto MOCRATE foi convidado a efetuar uma exposição no Museu Nacional de Arqueologia durante o ano de 2013 (Pimenta, 2013a). Tendo essa dinâmica sida seguida por outras exposições no Museu Municipal de Vila Franca de Xira (Pimenta, 2015) e um encontro científico que se materializaram em alguma produção bibliográfica em torno de Monte dos Castelinhos e suas problemáticas (Fabião, Pimenta, 2014).

2. BREVE SINOPSE DOS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Apesar de Castelinhos ser conhecido na literatura desde cedo, nunca aqui tinham sido realizados quaisquer trabalhos arqueológicos. As referências mais antigas à sua antiguidade datam do final do século XIX, quando em 1899, Guilherme João Carlos Henriques, dá-nos conta no semanário *vila franquense*, da descoberta de vestígios de antigas e sólidas construções. Apesar destas remotas referências, deve-se ao erudito alenquerense, Hipólito Cabaço, os primeiros trabalhos de recolha sistemática de materiais arqueológicos nesta estação, em meados dos anos trinta do século XX. No primeiro gizar da Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira, da responsabilidade de Rui Parreira, o Monte dos Castelinhos é inventariado, como um local de habitat, de cronologia Calcolítica; da Idade do Ferro; Romano e Medieval. Sublinhando-o como um "vasto habitat fortificado, com vários troços de muralha visíveis […]" (Parreira, 1990: 82).

O início dos trabalhos em torno do sítio pautou-se em 2007, pela realização de detalhados levantamentos da dispersão dos materiais à superfície do terreno e da cartografia das evidências ao nível da microtopografia do terreno. Com base nas evidências assim registadas planeou-se a abertura de oito áreas de sondagem em distintos pontos do sítio arqueológico. Estas tiveram objetivos específicos correlacionados quer com a perceção do sistema defensivo (Sondagem 1, 2 e 6), quer com a obtenção de leituras estratigráficas (Sondagem 3, 4, 5 e 8).

Um dos dados mais interessantes, em relação às amplas e complexas sequências estratigráficas e arquitetónicas registadas, é de que não se identifica qualquer ocupação que anteceda a implantação romana. Os seja, a interpretação com que o sítio de Monte dos Castelinhos tinha sido inventariado, de se tratar de um sítio indígena que a determinado momento teria sido romanizado, não se consubstancia. Antes pelo contrário. Deparámos-mos com uma fundação de raiz, de um amplo estabelecimento, mais de 10 ha implantado de forma estratégica, em um momento bem definido do século I a.C., entre as duas principais cidades do vale do Tejo, *Olisipo* e *Scallabis*.

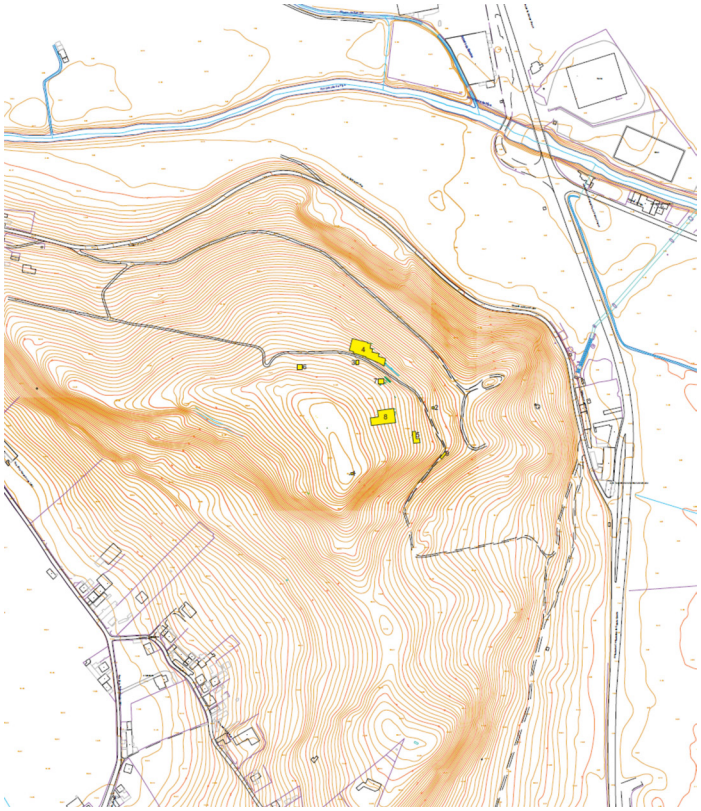


Fig. 3 - Levantamento topográfico do Monte dos Castelinhos com a localização das áreas de Sondagem.

As diversas áreas de Sondagem já realizadas permitem verificar que desde o primeiro momento se assiste no morro de Castelinhos à implementação de um urbanismo de cariz ortogonal com elevado padrão de romanização munido de um forte dispositivo defensivo composto de uma potente muralha e fosso. É importante sublinhar, que este não é de todo, o melhor sítio para edificar um conjunto urbanístico de matriz ortogonal. Estamos perante um morro com uma forte pendente, encostas ingremes e amplamente exposto aos ventos de norte que descem de forma implacável e sem qualquer oposição da serra de Montejunto. A opção por este sítio para a edificação de raiz de um novo estabelecimento humano, teve certamente um enquadramento militar. Apenas as necessidades de defesa e implementação estratégica de controlo do território levariam a escolher esta opção. Na mesma área existiam povoados

indígenas de dimensão significativa e com uma lata diacronia de ocupação que remontava à Idade do Bronze, que poderiam ter sido utilizados, como o Castro do Amaral o Castelo de Povos ou o Castro da Ota, contudo essa não foi a opção, mas sim uma nova fundação (Pimenta, Mendes, 2010-11; Pimenta, Mendes, Madeira, 2009; Texugo, 2016).

Passados já doze campanhas de escavação, com múltiplas leituras estratigráficas em distintos pontos do sítio, podemos distinguir cinco fases distintas de cronologia romana no sítio. Sendo que as duas primeiras correspondem ao período romano republicano e as restantes à ocupação do principado.

A primeira fase corresponde à génese do desenho urbanístico de Monte dos Castelinhos, do qual ainda pouco sabemos, visto o urbanismo subsequente se sobrepor parcialmente e de em outras áreas o ter desmantelado. A esta fase pertencem três amplos compartimentos de tendência retangular, assentando diretamente sobre o nível geológico como pavimento. Associados a estes compartimentos, detetaram-se diversos buracos de poste, alguns de dimensão assinalável. Os seus alinhamentos permitem vislumbrar edifícios de madeira, que estão associados a esta primeira fase do urbanismo. No interior deste edifício detetou-se uma área de cariz artesanal, que ficou selada quando do seu abandono, constituída por diversas áreas de combustão, uma área de moagem, assim como vestígios de um tear vertical.

A cultura material caracteriza-se pela presença de cerâmica comum predominando os contentores de armazenamento de bordo moldurado e base com reforço externo, associado à presença de cerâmica comum importada do sul peninsular assim como de cerâmica comum itálica. As ânforas encontram-se bem atestadas, encontrando-se presentes ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 1C e Lamboglia 2, contudo sobressai a relevância do papel dos contentores de produtos alimentares provenientes dos diferentes âmbitos produtores da província da *Ulterior*, com uma preponderância dos tipos do vale do Guadalquivir e da costa Sudoeste, nomeadamente da área costeira da baía de Cádis (Pimenta, no prelo). O conjunto de cerâmica de verniz negro itálico é dominado pelos serviços da antiga colónia de Cales, sendo de sublinhar por ter pertinência cronológica a ausência das produções Napolitanas – Campaniense A (Pimenta, Soría, Mendes, 2014). O conjunto de paredes finas encontra-se bem atestado dominando as produções itálicas, nomeadamente das formas Mayet 2 e 3 (López Mullor, 2013).



Fig. 4 - Planta simplificada das estruturas da Fase 2 de Monte dos Castelinhos identificadas na área de Sondagem n.º 4.



Fig. 5 - Fotografia da área de Sondagem n.º 4.

A nível do espólio metálico destaca-se a presença de dois numismas: um denário itálico de P. SATRIENVS, de cunhagem itálica da cidade de Roma, datado de 77 a.C. – RRC 388/1b., em excelente estado de preservação (Crawford, 1975: I, 403-404; II: XLIX, n.º 11); e um numisma de cunhagem hispânica, um As da cidade Ibérica de KELSE, com uma cronologia de cunhagem posterior a 133 a.C. (Villaronga, 1994: 223).

Em resumo, o estudo do extenso conjunto de cerâmica de verniz negro, de cerâmica de paredes finas, das ânforas a par da análise do conjunto numismático permitem balizar a cronologia desta Fase 1 entre 70-50 a.C.

A Fase 2 corresponde a um novo momento, que se materializa na construção e edificação de um distinto desenho arquitetónico. Os níveis da fase anterior foram desmantelados e aterrados, sendo sobrepostos por um outro desenho urbanístico, que apesar de seguir orientações similares ao da fase anterior não coincide de todo com este (fig. 4 e 5).

A presença de um numisma associada à vala de fundação de uma das paredes da Fase 2, permite-nos aferir com segurança uma data para a construção deste conjunto. Corresponde a um Semis de cunhagem hispânico da cidade de KASTILO/Cástulo - século I a.C. Datado de cerca de 85 a.C. devido à inscrição do magistrado monetário - VOC.ST.F. (Villaronga, 1994: 333; Ripollès, Abascal, 2000: 144-145). Esta terá que ser forçosamente posterior a 85 a.C. e como iremos ver anterior à fase de destruição, bem datada de 50-30 a.C. Estamos assim perante um curto espaço de ocupação deste conjunto.

As áreas colocadas a descoberto, nas áreas de Sondagem 4, 5 e 8 revelaram um notável conjunto urbano de época romana republicana de cariz ortogonal em bom estado de preservação (vd. Pimenta, 2013b, Pimenta, 2015). A análise da sua planimetria e técnicas construtivas, remete-nos para o mundo itálico e para as áreas mais romanizadas do território peninsular nomeadamente para o vale do Ebro (Uribe Agudo, 2008). As descontinuidades o melhor a inovação, encontra-se igualmente bem patente, na utilização de materiais de revestimento inovadores e desconhecidos à época, patentes nas suas paredes, nos seus pavimentos e acima de tudo nas opções registadas a nível da sua cobertura utilizando cerâmica ao modo itálico.

A análise estratigráfica permite afirmar que o povoado foi alvo de um abandono brusco e sincrónico, pouco tempo depois de ter sido edificado. A escavação do interior destes compartimentos revelou extensos níveis, correspondendo ao colapso de estruturas pétreas e de adobe, assim como estratos de derrube dos respetivos telhados.

Sob estes derrubes correspondendo a elementos estruturais, identificou-se um nível, onde foi possível registar diversos artefactos líticos, metálicos e cerâmicos fragmentados em conexão, assentando diretamente sobre os pavimentos (Pimenta, 2013a). A adicionar a este cenário, de abandono/destruição, a escavação destes estratos permitiu identificar diversos elementos de armamento militar itálico compatíveis com um cenário bélico. Entre os materiais identificaram-se diversas glandes de chumbo, pontas de lança, um *pilum*, três balas de catapulta em arenito, assim como, *militaria,* ou seja, elementos de equipamento militar itálico típicos dos legionários da república, como fíbulas, fivelas de armadura, fechos de cinturão e tachas de cáligas (Guerra, Pimenta, 2013). Destaca-se pela sua singularidade, a presença de um *scutum* de ferro sobre os níveis de abandono identificados no ambiente 1 (Pimenta, 2013c; vd. figura 98).

O estudo das cerâmicas importadas, nomeadamente as cerâmicas de verniz negro de tipo campaniense, as imitações de campaniense em pasta cinzenta, a cerâmica de tipo Kuass, as paredes finas, os unguentários, as lucernas, as ânforas, a cerâmica comum, a par do conjunto de baixela metálica itálica, dos numismas e das fíbulas levam-nos a sublinhar a homogeneidade do espólio exumado e das suas associações formais.

O conjunto de verniz negro itálico é abundante e bem preservado, encontrando-se apenas atestada por produções de Cales (Pimenta, Soría, Mendes, 2014). Remetendo o vasto conjunto já exumado, para formas da fase tardia da produção da colónia latina, balizada entre o 90-80 e 40-20 a.C. As formas em verniz negro caleno melhor atestadas em Monte dos Castelinhos são as taças Lamb. 1, Lamb. 2, os pratos Lamb. 5 e as *pyxides* Lamb. 3 (Soría, 2018). A presença das páteras Lamb. 7 foi um dos elementos utilizados para restringir à *facies* tardia de produção calena a cronologia do conjunto em exame. A reforçar esta constatação está a presença da decoração imprimida em "losango", típica desta fase produtiva dos ateliers calenos (Pedroni, 2000: 349-350).

Um outro ponto importante, para afinar a cronologia do conjunto é a presença de produtos de pasta cinzenta, imitando os protótipos em verniz negro itálico. O repertorio formal destas formas de imitação, é limitado a poucas formas, nomeadamente as páteras Lamb. 7 e as taças Lamb. 28. Sublinhe-se ainda a presença no conjunto de Monte dos Castelinhos desta fase de fundos de pratos e taças, com decoração estampilhada em losango, o que remete para a típica decoração presente nas cerâmicas de verniz negro Caleno (Soría, 2018).

A presença de paredes finas encontra-se particularmente bem atestada, com produções itálicas das formas 1, 2 e 3 de Mayet, com cronologias seguras entre os inícios do século I a.C. até Augusto (López Mullor, 2013).

As lucernas, apesar de muito fragmentadas encontram-se bem atestadas, do ponto de vista tipológico, coexistem formas de tradição helenística com lucernas itálicas do tipo Dressel-Lamboglia 2 e 3 (Pereira, 2014). Destaca-se a presença de uma lucerna do tipo Dressel 3A, importada da península itálica, decorada com motivo marinho. Este tipo de lucernas encontra uma cronologia bem definida em contextos do século I a.C.

As ânforas encontram-se particularmente bem representadas, sendo um dado eloquente o forte abastecimento que o sítio exibe de produtos alimentares da área meridional do território da província da Ulterior (Pimenta, 2017). Nomeadamente de contentores de morfologia ovóide da área do vale do

Guadalquivir e da baía Gaditana. Destacando-se por ter pertinência cronológica, a escassa representatividade das ânforas vinárias itálicas e dos típicos contentores de preparados piscícolas na baía Gaditana, as ânforas Mañá C2b (Pimenta, e.p.). Assim, o sítio de Monte dos Castelinhos parece corresponder a um padrão de recepção/consumo de produtos alimentares já de momentos terminais da República e inícios da segunda metade do século I a.C., quando os produtos do vale do Guadalquivir, conjuntamente com os da área da costa sudoeste, e da fachada ocidental atlântica da *Ulterior* (primeiras produções dos vales do Tejo/Sado), monopolizam o abastecimento (Almeida 2008; Almeida, Pimenta, 2018).

Identificou-se ainda um interessante conjunto de metais, dos quais se destaca uma série elementos de baixela tardo republicana em bronze, como uma asa do tipo Piatra Neamt, duas asas de *simpulum* assim como diversos numismas de cunhagem hispânica e Itálica que permitem afinar a cronologia. Entre os numismas destacam-se sete denários itálicos, recolhidos nos níveis de destruição: O exemplar mais antigo corresponde a um denário de Q. THERM M.F., de 103 a.C. (RRC 319/1), sendo o mais recente o denário de COS.TERT.DICT.ITER., de 46 a.C. em perfeito estado de preservação (RRC 467/1).

Para a questão da cronologia, interessa ainda referir, a descoberta de um conjunto de fíbulas em bronze das quais foi possível classificar três fíbulas tipo Nauheim e sete exemplares de fíbula Alésia pré-Aucissa. Sobressaem alguns exemplares com a característica decoração recortada do arco, típica das fíbulas de charneira precoces, e que encontram bons paralelos em sítios de meados de 50 a.C., nomeadamente, entre outros, no sítio do cerco militar cesariano à praça-forte Gaulesa de Alésia datado de 52 a.C. e que se encontram bem estudadas por Michel Feugère (2015).

Perante as associações de materiais importados e a sua correlação com outras estações em meio terrestre e subaquático, onde as cronologias se encontram bem definidas, torna-se plausível uma data para o nível de destruição do conjunto urbano dos Castelinhos, centrada em meados da segunda metade do século I a.C. (50-30 a.C.) (Pimenta, Mendes, 2014).

Após a fase de abandono/destruição acima descrita, não existem nas áreas de Sondagem 4 e 5, indícios este conjunto ter sido reerguido. O que nos levou num primeiro momento a supor um abandono generalizado do sítio. Porém, encontravam-se presentes, valas de roubo de pedra, assim como a reutilização de um dos compartimentos, na área de Sondagem 5 que atestavam a atividade humana em inícios do século I d.C. no sítio. Tendo em conta a presença, de cerâmicas de importação do tipo *terra sigillata* itálico e mesmo gálico quer nestes níveis quer nos níveis de superfície era seguro assegurar que em certas zonas do extenso povoado a ocupação teria perdurado no tempo (Pimenta, Mendes, 2018).

A abertura da área de Sondagem n.º 8 permitiu uma leitura mais clara desta fase da vida do sítio – Fase 3. Os trabalhos que aí temos vindo a desenvolver nas últimas campanhas e que ainda se encontra em curso permitiu revelar um novo desenho urbano do sítio. Materializado na construção de um novo traçado de ruas e de habitações, datado de inícios do principado de Augusto. Estas evidências permitem-nos destacar que não só o sítio continua a existir após a fase de abandono datada do final do período republicano, como o sítio é considerado suficientemente relevante para ser dotado daquilo que pode ser interpretado à luz destas novas descobertas como de um projeto urbanístico (Pimenta, Mendes, 2018).

A Fase 3, corresponde assim um novo desenho urbano, que se sobrepõe e anula o pré-existente, e que ainda que mantenha aproximadamente as orientações, reestrutura de forma distinta o espaço. Tendo em conta os vestígios a descoberto, podemos distinguir claramente três edifícios, separados por um arruamento com 6,60 m de largura (ambiente 40) (fig. 8). Ainda que não seja totalmente claro, é possível que o Ambiente 44 possa corresponder igualmente a outra área de rua, cruzando com o Ambiente 40 em ângulo reto. O cuidado que detetamos na pavimentação desta rua, com um forte empedrado de disposição regular, a par de um pórtico com colunas no lado Sul, revela um cariz urbano que até ao momento não identificamos na fase republicana.

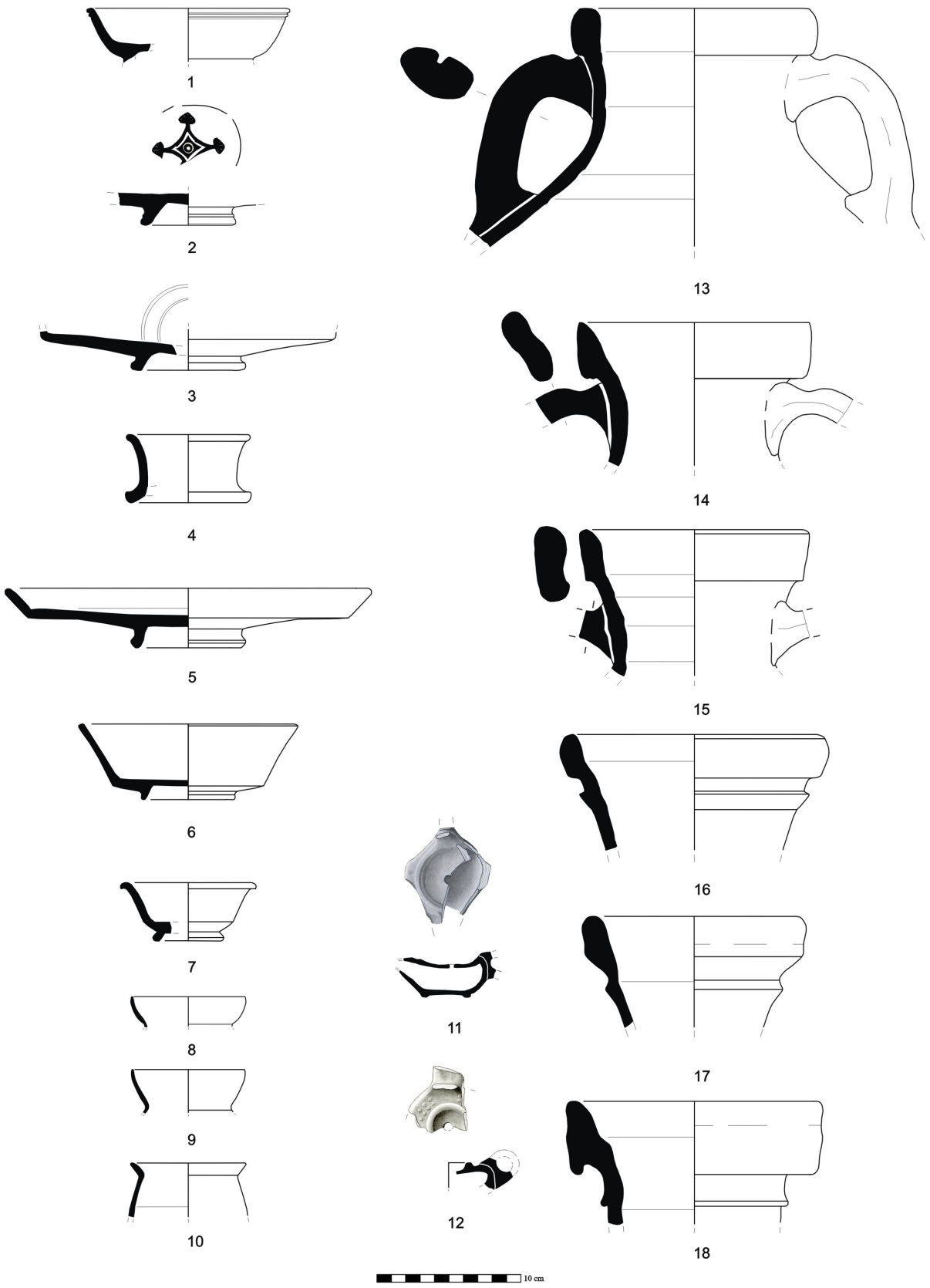


Fig. 6 - Cerâmicas: n.º 1 a 4 - Verniz negro itálico; n.º 5 a 7 - imitação de verniz negro itálico em pasta cinzenta; n.º 8 a 10 - cerâmica de paredes finas itálicas; n.º 11 e 12 - lucernas itálicas; n.º 13 a 18 - ânforas do vale do Guadalquivir.

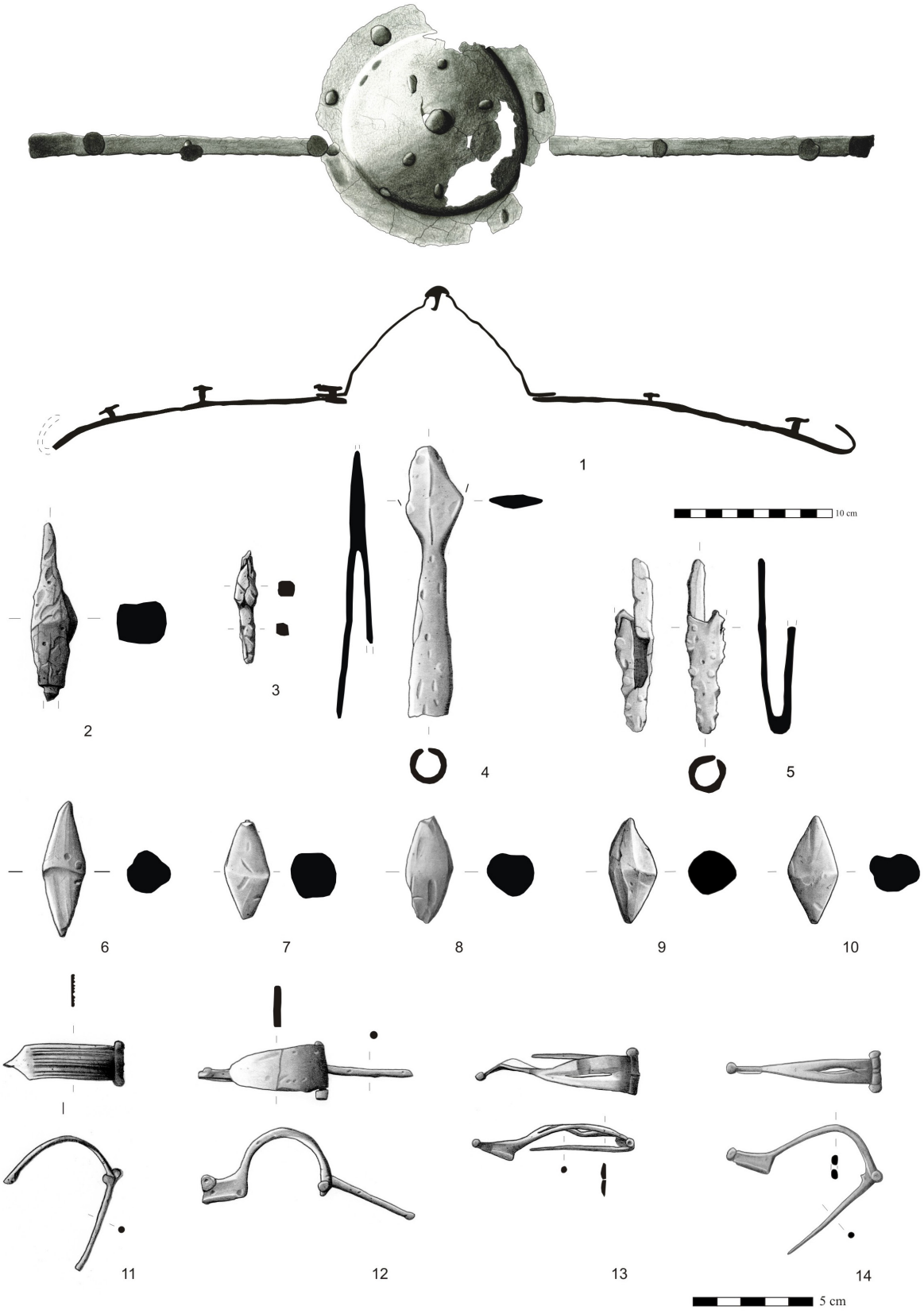


Fig. 7 - Artefactos metálicos: n.º 1 - *Scutum* romano de ferro; n.º 2 - Ponta de *pilum* de ferro; n.º 3 - Projétil de ferro; n.º 4 - Ponta de lança de ferro; n.º 5 - Couto de lança de ferro; n.º 6 a 10 - *Glandes plumbeae*; n.º 11 a 14 - Fíbulas em liga de cobre.

Em relação aos três edifícios, a informação é desigual. O situado a Norte da Rua, Ambiente 40, Edifício A, parece corresponder a uma ampla habitação, com uma organização complexa e em que diversos compartimentos abrem para a área de rua. Face aos dados da análise dos espólios recolhidos, parece que o Ambiente 36 corresponde a uma área de armazenamento e que o Ambiente 45 a uma área multifuncional estando atestada a presença de mós e de uma área de fogo.

Relativo ao edifício situado a sul da rua, Edifício B, temos pouca informação sobre a sua arquitetura, contudo a presença de diversos vãos de passagem, revela alguma complexidade construtiva que apenas começamos a antever. Por último o conjunto que identificamos como Edifício C situa-se a oeste das ruas Ambiente 40 e 44, infelizmente dispomos dados muito parciais sobre este edifício, tendo apenas alguns dados sobre dois compartimentos. Sendo que em nenhum deles se desceu em profundidade.

As fases 4 e 5 reportam-se igualmente a periodização da ocupação deste conjunto urbanístico datado do principado e com ocupação até ao período Flaviano. Não nos iremos aqui deter por uma questão de espaço na sua descrição. Importa porém reter que o sítio mantem uma forte capacidade aquisitiva, que lhe confere um perfil urbano, bem pautada pelas quantidades pungentes de ânforas importadas do território da vizinha província da *Baetica*, assim como pelos impressionantes conjuntos de *terra sigillata*.

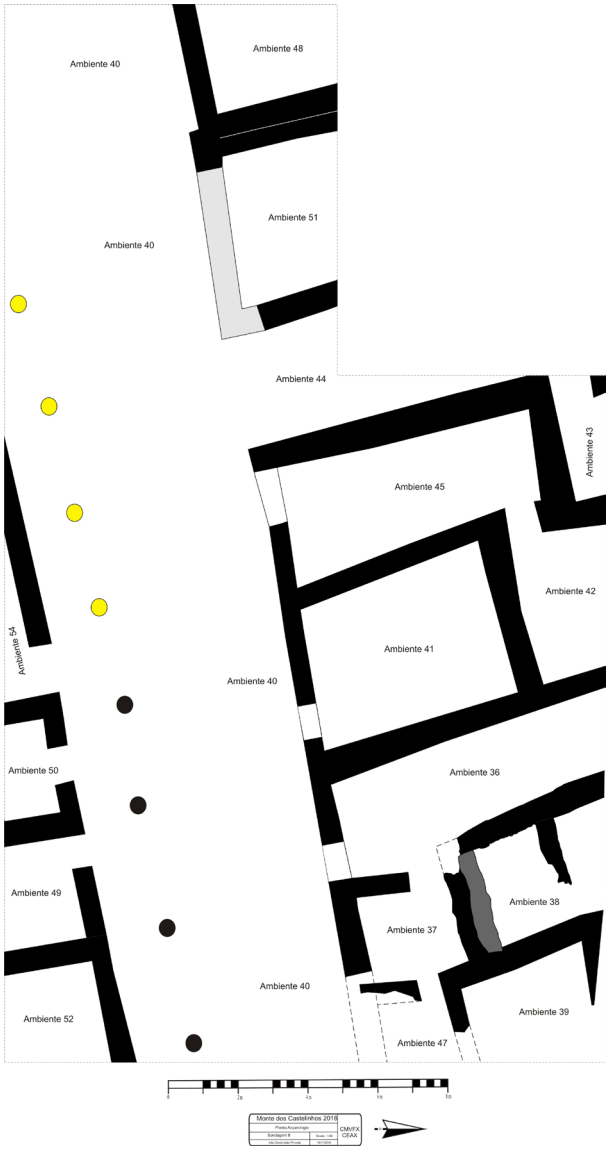


Fig. 8 - Planta simplificada das estruturas da Fase 3 de Monte dos Castelinhos identificadas na área de Sondagem n.º 8.

3. COMENTÁRIO FINAL

Decorridos doze anos de investigação no Monte dos Castelinhos, podemos afirmar que se assistiu em meados do século I a.C. à construção de raiz neste promontório, de um estabelecimento de dimensões consideráveis, mais de 10 ha, numa área de grande valor geoestratégico. Situado a meio caminho entre as duas principais cidades do vale do Tejo, Monte dos Castelinhos controlava de forma clara a transitabilidade do baixo-Tejo e península de Lisboa.

Esta localização é escolhida, precisamente após o conflito Sertoriano (80-72 a.C.), no âmbito de uma nova política de refundação da presença de Roma no Ocidente (Fabião, 1998: 288). Temos de ter presente que na área de Castelinhos são conhecidos diversos povoados fortificados que aparentemente são abandonados nesta fase e identificaram-se, na sua imediação, dois entesouramentos deste período, atestando assim a situação de instabilidade generalizada desta fase (Ruivo, 1997; Ruivo et al., 2015). Podemos assim, colocar a hipótese de enquadramento histórico, de termos uma fundação, para o primeiro desenho urbano de Castelinhos, em data enquadrada após o ocaso do conflito sertoriano (72 a.C.) e a presença de Júlio César na Província da Ulterior como *Propretor* (60-61 a.C.), (Quetglas Nicolau, 2005). Sendo que os dados cronológicos disponíveis apontam para uma data mais perto deste último.

Tendo em conta, os dados do seu urbanismo, parece-nos consistente que na sua génese, Castelinhos se afirme como um núcleo de cariz urbano destinada a alojar uma população exógena a este espaço. Contudo, as evidências de uma presença militar são fortes, autorizando-nos a supor a fundação de uma base operacional de apoio logístico à movimentação de tropas e ao controlo das vias de comunicação. Importa sublinhar que à data da fundação de Castelinhos já existiam na mesma área vários povoados fortificados indígenas alguns deles de grande dimensão e assumindo-se como local central de povoamento, tal como o Castro do Amaral ou o Castro da Ota. Contudo não é essa a opção, mas sim a fundação *ex novo* de um estabelecimento.

As evidências de um brusco colapso/destruição do conjunto arquitetónico da fase 2 seguido de incêndio remete-nos para um episódio de destruição relacionado com um conflito bélico. Tendo em conta a sua cronologia, é plausível correlacioná-lo com a guerra civil entre César e Pompeio, nomeadamente com os seus momentos finais contemporâneos ou posteriores à batalha de *Munda*. O papel do território peninsular neste conflito tem vindo a ser sublinhado, sendo claro que foi um cenário complexo com múltiplos episódios bélicos (Melchior Gil, Mellado Rodríguez, Rodríguez-Neila, 2005).

Desde o primeiro gizar do projeto de Monte dos Castelinhos, ficou claro que o sítio teria sido ocupado não só no período romano republicano, mas que esta ocupação se teria prolongado ao longo do século I d.C. A abertura da nova área de Sondagem em Monte dos Castelinhos revelou-se muito prolífera e veio confirmar e consubstanciar a relevância científica e patrimonial desta invulgar estação arqueológica. O relevar de uma nova fase de urbanismo, com a construção de um novo traçado de ruas e de habitações, datado já de época Augustana permite-nos sublinhar que não só o sítio continua a existir após a fase de abandono datada do final do período republicano, como o sítio é dotado de um projeto urbanístico. Destaca-se a presença no primeiro gizar deste desenho urbano de um pórtico com colunas na fachada virada a Nascente, conferindo a este arruamento um cariz urbano.

Perante os resultados obtidos, é evidente que estamos perante um sítio singular para o estudo da romanização do vale do Tejo, que muito pode contribuir para uma nova leitura deste processo. Ao tentarmos compreender a lógica de um povoado desta natureza, em torno do qual ainda muito desconhecemos, sobressai a sua implantação privilegiada de verdadeiro domínio sobre a estrada romana de *Olisipo* a *Scallabis* (Pimenta, Mendes, 2012). Qual a importância que este sítio vem a assumir com a reorganização política e administrativa da província da Lusitânia é algo que de momento nos escapa,

porém não deixa de ser pertinente a referência à localização da fronteira do território do Município de cidadãos romanos de *Olisipo* e do território da colónia romana de *Scallabis* precisamente nesta zona (Alarcão, 1988).

Face aos recentes resultados do projeto MOCRATE, julgamos ser pertinente retomar a tese de que este sítio poderá corresponder à localização da cidade de *Ierabriga* (Pimenta, Mendes, 2012: 61; Mantas, 2011; 2012: 13). A existência deste núcleo é referida nas fontes Clássicas, no Itinerário de Antonino, na cosmografia do anónimo de Ravena e na Geografia de Ptolomeu. A sua presumível localização tem vindo a oscilar desde o século XVI, entre a antiga Vila de Povos, as imediações de Alenquer (Paredes/Quinta do Bravo), e mais recentemente a cidade de Vila Franca de Xira (Guerra, 2012).

A recente descoberta de um novo miliário, recentemente publicado e que regista a milha XXXV proveniente da Quinta de Santa Teresa, Alenquer (Mantas, 2016-2017). Assim como, a reanálise do inventário do Museu da Associação dos Arqueólogos, onde se regista a entrada de um marco miliário (para além do já conhecido) igualmente proveniente da Quinta do Bravo onde se leria a milha XXXII, remete-nos para uma localização do sítio viário de *Ierabriga* numa posição que não a zona Alenquer. Ou seja, se tivermos em conta que ambos os marcos remetem para as milhas contadas a partir de *Olisipo*, e se ambos os itinerários viários colocam *Ierabriga* a XXX milhas. Este sítio terá forçosamente de se situar antes (Guerra, 2018). Em resumo, estas novas leituras vem consolidar a hipótese de uma identificação de Monte dos Castelinhos com a povoação de *Ierabriga.*

Referências Bibliográficas

Alarcão, J. de (1988): *O domínio romano em Portugal*. Lisboa.

Almeida, R. (2008): *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. Collecció Instrumenta 28. Barcelona.

Almeida, R.; Pimenta, J. (2018): Ânforas do acampamento / sítio romano de Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal). *Onoba* 6: 3-56.

Fabião, C. (1998): *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje Português*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Policopiado.

Fabião, C; Pimenta, J. (coord.) (2014): *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira.

Feugère, M. (2015): L'arc ajouré des fibules d'Alésia, d'Aucissa et de Bagendon: liens typologiques et culturels, in S. Lemaitre; C. Batigne-Vallet (dir.), *Abécédaire pour un archéologue lyonnais - Mélanges offerts à Armand Desbat*. Archéologie et Histoire Romaine 31. Lyon: 65-71.

Guerra, A. (2012): O troço inicial da via *Olisipo-Bracara* e o problema da localização de *Ierabriga*, in J. Pimenta (coord.), *De Olisipo a Scallabis. Atas da Mesa Redonda* (Vila Franca de Xira, 2011). Cira Arqueologia 1. Vila Franca de Xira: 24-40.

Guerra, A. (2018)**:** O contributo da epigrafia de *Olisipo* e do seu território para estudo da mobilidade no período romano, in J. Senna-Martínez; A. Martins; A. Caessa; A. Marques; I. Cameira (eds.), *Meios, Vias e Trajetos… Entrar e sair de Lisboa.* Fragmentos de Arqueologia de Lisboa 2. Lisboa: 50-61.

Guerra, A.; Pimenta, J. (2013): Os projéteis de funda do Monte dos Castelinhos e a dispersão destes materiais no território português, in J. Pimenta (coord.), *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo): Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo* (Catálogo de Exposição, 2013). Lisboa-Vila Franca de Xira: 47-58.

López Mullor, A. (2013): Las cerámicas de Paredes Finas del final de la RepúblicaRomana y el período Augusteo-Tiberiano, in A. Ribera i Lacomba (coord.), *Manual de cerámica romana: Del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Alcalá de Henares-Madrid: 149-190.

Mantas, V. (2011): *As vias romanas da Lusitânia*. Studia Lusitana 7. Mérida.

Mantas, V. (2012): A estrada romana de *Olisipo a Scallabis*, in J. Pimenta (coord.), *De Olisipo a Scallabis. Atas da Mesa Redonda* (Vila Franca de Xira, 2011). Cira Arqueologia 1. Vila Franca de Xira: 7-23.

Mantas, V. (2016-2017): O miliário da Quinta de Santa Teresa (Alenquer) e outros problemas viários associados. *Cira Arqueologia* 5: 76-85.

Melchior Gil, E.; Mellado Rodríguez, J.; Rodríguez-Neila, J. (eds.) (2005): *Julio César y Corduba: Tiempo y espacio en la campaña de Munda (49-45 a.C.)* (Córdoba, 2003). Córdoba.

Parreira, R. (1990): Inventário do património arqueológico e construído de Vila Franca de Xira. Notícia da parcela 390-2. *Boletim Cultural* 4: 77-91.

Pedroni, L. (2000): Produzione e diffusione della ceramica calena "media": problemi e ipotesi di lavoro, in X. Aquilué Abadías; J. García Roselló; J. Guitart Duran (coord.), *La ceràmica de vernís negre dels segles II i*

I a.C.: Centres productors mediterranis i comercialització a la Península Ibèrica (Empúries, 1998). Mataró: 345-362.

Pereira, C. (2014): *Roman lamps of Scallabis (Santarém, Portugal)*. BAR International Series 2627. Oxford.

Pimenta, J. (coord.) (2013a): *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo): Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo* (Catálogo de Exposição, 2013). Lisboa-Vila Franca de Xira.

Pimenta, J. (2013b): A Arquitetura do Monte dos Castelinhos, in J. Pimenta (coord.), *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo): Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo* (Catálogo de Exposição, 2013). Lisboa-Vila Franca de Xira: 31-42.

Pimenta, J. (2013c): O escudo romano de Monte dos Castelinhos, in J. Pimenta (coord.), *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo): Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo* (Catálogo de Exposição, 2013). Lisboa-Vila Franca de Xira: 43-46.

Pimenta, J. (coord.) (2015): *O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira: Em busca de Ierabriga* (Catálogo de Exposição, 2015). Vila Franca de Xira.

Pimenta, J. (2017): Em torno dos mais antigos modelos de ânfora de produção lusitana: Os dados do Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira, in C. Fabião; J. Raposo; A. Guerra; F. Silva (coord.), *Olaria Romana: Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental* (Seixal, 2010). Lisboa: 195-205.

Pimenta, J. (e.p.): As ânforas da Ulterior/Betica do sítio de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira), Portugal, in *Actas Ex Baetica Amphorae II* (Sevilha, 2018). Sevilha.

Pimenta, J.; Mendes, H. (2007): A escavação de um troço da estrada romana *Olisipo Scalabbis*, em Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 10,2: 189-228.

Pimenta, J.; Mendes, H. (2011): Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18: 591-618.

Pimenta, J.; Mendes, H. (2012): Sobre o povoamento romano ao longo da via de *Olisipo* a *Scallabis*, in J. Pimenta (coord.), *De Olisipo a Scallabis. Atas da Mesa Redonda* (Vila Franca de Xira, 2011). Cira Arqueologia 1. Vila Franca de Xira: 41-64.

Pimenta, J.; Mendes, H. (2014): Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo, in R. Mataloto; V. Mayoral Herrera; C. Roque (eds.), *La Gestación de los paisajes rurales entre la Protohistoria y el Período Romano. Formas de Asentamiento y Procesos de Implantación* (Redondo-Alandroal, 2012). Anejos de Archivo Español de Arqueología 70. Madrid: 125-142.

Pimenta, J.; Mendes, H. (2018): Novos dados sobre o urbanismo de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira). A campanha de escavações de 2017. *Cira Arqueologia* 6: 127-178.

Pimenta, J.; Mendes, H.; Madeira, F. (2009): O Povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 12,2: 177-208.

Pimenta, J.; Mendes, H.; Norton. J. (2008): O Povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos, Vila Franca De Xira. *Al-madan* II Série, 16: 26-37.

Pimenta, J.; Soría, V.; Mendes, H. (2014): Cerâmicas de verniz negro itálico e imitações em pasta cinzenta de Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira, in C. Fabião; J. Pimenta (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: 86-121.

Quetglas Nicolau, P. J. (2005)**:** César y el corpus *Caesarianvm*, in E. Melchor Gil; E. Mellado Rodríguez; J. Rodríguez Neila (eds.), *Julio César y Corduba: Tiempo y espacio en la campaña de Munda (49-45 a.C.)* (Córdoba, 2003). Córdoba: 139-164.

Ripollès Alegre, P.; Abascal Palazón, J. (2000): *Monedas Hispánicas. Real Academia de La História. Catálogo del Gabinete de Antigüedades*. Madrid.

Ruivo, J. (1997): O conflito Sertoriano no Ocidente Hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología* 70: 91-100.

Ruivo, J.; Sales, P.; Lourenço, S.; Barros, P. (2015): O tesouro romano-republicano do Casal Ascenso Antunes (Ferreira do Zêzere, Santarém, Portugal). *Conimbriga* 54: 133-156.

Soría, V. (2018): *La ceramica a vernice nera italica e le imitazioni a impasto grigio in Portogallo tra il II e il I secolo a.C.: una prospettiva di studio*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/35096

Texugo, A. (2016): *O 4º e o 3º milénio a.n.e. sítio da Ota (Alenquer): perscrutando por entre colecções antigas e projectos recentes*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: https://repositorio.ul.pt/jspui/handle/10451/25959

Uribe Agudo, P. (2008): *La edilicia doméstica urbana romana en el Nordeste de la Península Ibérica (ss. I a.C. – III d.C.*). Tesis Doctoral. Universidad de Zaragoza: https://zaguan.unizar.es/record/1890

Villaronga, L. (1994): *Corpus Nummum Hispaniae ante Augusti Aetatem*. 2ª ed. Madrid.

O VALE DO TEJO COMO EIXO DA CONQUISTA ROMANA DA FACHADA ATLÂNTICA: ENTRE BRUTO E CÉSAR

João Pimenta
CEAX - Município de Vila Franca de Xira
UNIARQ - Universidade de Lisboa
joao.marques@cm-vfxira.pt
https://orcid.org/0000-0001-5149-5566

RESUMO: A conquista romana da *Hispania* bem conhecida pelas fontes escritas continua contudo com muitas áreas por esclarecer a nível arqueológico. Sendo claro, que no gizar do quadro político e administrativo da província da Lusitânia, sítios relevantes durante a fase da conquista foram preteridos em relação, quer a novas fundações, quer a claras opções por distintos estabelecimentos. Neste trabalho tentarei efetuar uma leitura transversal dos principais dados disponíveis sobre a presença romana republicana, com uma ótica do vale do Tejo como eixo de penetração para o interior peninsular.

Palavras-chave: Tejo; Povoamento; Conquista; Exército; Abastecimento.

ABSTRACT: The roman conquest of Hispania, well known by written sources, however, continues with many areas to be clarified at the archaeological level. Being clear, that in the political and administrative framework of the province of Lusitania, relevant sites during the conquest phase were passed over in relation to both new foundations and clear options for different establishments. In this work I will try to carry out a transversal reading of the main data available on the Roman republican presence, from the perspective of the Tagus valley as a penetration axis for the interior of the peninsular.

Keywords: Tagus; Settlement; Conquest; Army; Supply.

1. INTRODUÇÃO

O Projeto de investigação "Monte dos Castelinhos e a Romanização do baixo Tejo – MOCRATE", que temos vindo a desenvolver desde 2008, tem permitido nos últimos anos compulsar nova e abundante informação, que permite reavaliar um discurso histórico que durante demasiado tempo permaneceu amarrado à literatura antiga.

Escavações em área no sítio de Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira, tem vindo a revelar um sítio singular para o estudo do período da conquista e consolidação do poder de Roma no ocidente (Pimenta, Mendes, 2014). A par das escavações em Monte dos Castelinhos, delineou-se um programa de prospeção, estudo de coleções antigas e novas escavações em sítios coetâneos no vale do Tejo. Fruto desse labor, surgiram novos dados sobre sítios já clássicos (Pimenta, Arruda, 2014), assim como

se descobriram novas e insuspeitas realidades, como o acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim e a ocupação romana republicana de Porto do Sabugueiro, entre outras (Pimenta, Henriques, Mendes, 2012; Pimenta, Mendes, 2008; 2013).

Ficou claro, desde cedo, que para se entender e contextualizar a fundação de Castelinhos teríamos de entender o território. Entre um Tejo com uma forte presença orientalizante e um interior da Península de Lisboa com povoados com amplas diacronias sobre os quais existe um profundo desconhecimento sobre suas ocupações, cronologias e cultura material (Melo, Pimenta, 2020).

2. *TAGUS FLUMEN*

O rio Tejo é um dos mais extensos e navegáveis rios Ibéricos (com cerca de 1000 km de extensão), assumindo desde cedo o papel de "artéria central da península" (Gaspar, 1970: 154). Segundo a arqueologia, desde a Idade do Bronze, este eixo assume uma importância preponderante na transitabilidade de bens e pessoas, eixo esse, que se manteve ativo até ao advento do caminho-de-ferro no século XIX (Vilaça, Arruda, 2004; Vilaça, Cardoso, 2017).

A dimensão do seu estuário, faz da foz do Tejo "[…] o acidente mais vasto do litoral português e um dos mais marcantes nos contornos da península ibérica. As rias galegas e a baía de Cádiz são os que, na costa atlântica se lhe podem comparar." (Ribeiro, 1994: 114). De facto, a particular implantação da foz do Tejo na fachada atlântica, associado às suas favoráveis condições naturais, fizeram com que este constituísse um ponto incontornável de apoio à navegação.

Consciente da relevância dos rios no processo de expansão romana o autor Grego Estrabão, na sua *Geografia*, descreve com algum detalhe os principais rios ibéricos. Detendo-se ao descrever a costa ocidental e setentrional da Ibéria, no Tejo, sublinhando as potencialidades do seu estuário e da sua navegação (Strab. 3.3.1).

De acordo com o geógrafo de Amásia, o efeito das marés fazia-se sentir até ao porto de *Morón*, considerado o último "porto de mar". Daqui subiam o rio em barcos de menor calado até ao interior da península "[…] com as navegações fáceis até uma distância considerável, inclusive para grandes embarcações, embora o resto do percurso, apenas para barcos de rio […]" (Strab. 3.3.1).

A documentação histórica e cartográfica permite atestar a ampla e intensa navegação fluvial no Tejo e dos seus portos, evidenciando a estreita relação que este estabelece com os territórios do interior nomeadamente com as Beiras e o Alto-Alentejo. São marcantes as imagens novecentistas do porto de Vila Velha do Ródano, junto à fronteira com Espanha, com o seu porto pautado por barcos. Nestes contextos, não é de mais sublinhar, que até meados do século XIX, o transporte do minério das minas Espanholas de Alcántara para o porto de Lisboa era feito por comboios de pelo menos una dezena de barcos (com cerca de 20-30 toneladas cada) (Gaspar, 1970).

É precisamente a ampla navegabilidade e o acesso direto de navios de mar, aproveitando a força das marés ao fundo do estuário do Tejo, que faz com que a zona em torno de Santarém assuma uma posição estratégica do ponto de vista militar na fase de conquista. Sublinhe-se que ainda hoje, a propagação das marés, sobe o rio durante 80 km até ao Porto de Muge (Ribeiro, 1994: 116). Esse conhecimento detalhado do território encontra-se plasmado na obra de Estrabão. Tendo sido sem dúvida estas características peculiares, desde longa data do conhecimento dos navegadores atlânticos, fenícios, púnicos e gaditanos, que levaram os estrategas militares que planearam a campanha de Bruto a apostar no Tejo como eixo da sua campanha.

Apesar da inegável relevância do vale do Tejo, na estruturação do território e nas dinâmicas estratégicas de circulação entre a fachada atlântica e o interior do território peninsular, o seu papel como eixo da conquista romana tem sido de alguma forma relegado para segundo plano (Fabião, 2013; 2014).

3. PRIMEIROS MOMENTOS DA CONQUISTA

Após a derrota definitiva das forças Lusitanas de Viriato em 139 a.C., pelo general Q. Servílio Cipião, ponto assim fim, às denominadas primeiras Guerras Lusitanas, o Senado romano, organiza no ano seguinte, uma campanha bem estruturada com o intuito de sufocar algumas rebeliões de comunidades lusitanas. Liderada pelo novo governador da província romana da *Ulterior*, o Procônsul Decimo Júnio Bruto (138-137 a.C.), teve como intuito "apaziguar" de forma modelar a região génese da anterior rebelião. Esta campanha, pode ser considerada a primeira grande ofensiva militar romana no extremo ocidental da Península Ibérica (Fabião, 1989: 42).

Graças ao geógrafo Estrabão, obtemos pela primeira vez uma referência direta à entrada do vale do Tejo na esfera de Roma (Strab. 3.3.1). É assim, que sabemos que, em 138 a.C., Decimo Júnio Bruto, utilizou o vale do Tejo como eixo principal da sua campanha militar ao noroeste peninsular, tendo usado dois dos mais importantes povoados indígenas, como bases. *Moron*, no fundo do estuário a cerca de 90 km da entrada do rio como base de operações e *Olisipo*, junto à foz, como cidade de retaguarda, controlando a entrada do rio, mantendo livre a navegação e assegurando o abastecimento aos exércitos. Esta opção pelo vale do Tejo e especificamente pela sua margem direita, como linha de retaguarda permite supor que a zona estaria já relativamente bem controlada e que deixava atrás de si um Alentejo e Algarve que se supõem pacificados, (Fabião, 1989: 42). Recorde-se que a campanha de Bruto se destina a penetrar em profundidade no território alcançando o território dos Galaicos, povo que vence e que lhe dá o cognome pelo qual passa à história – *Galaicus* (Cavada Nieto, 2009).



Fig. 1 - Mapa da Península Ibérica com a localização de *Olisipo* e *Moron* assim como dos principais sítios à data entrada do vale do *Tagus* na esfera de Roma.

Olisipo – o grande povoado da foz do Tejo, mencionado em diversas fontes clássicas, é desde cedo interpretado como estando na génese da atual cidade de Lisboa. Realmente, nunca se perdeu a noção da antiguidade da cidade e da sua sobreposição à urbe romana.

A génese da povoação indígena dos inícios da Idade do Ferro situa-se na colina do Castelo de São Jorge (Arruda, 1999-2000). Possui uma situação topográfica ímpar que lhe confere condições de defesa excecionais, com vertentes escarpadas que seriam facilmente defendidas.

As pesquisas arqueológicas que a partir dos meados da década de noventa do século passado, têm vindo a ser efetuadas no morro do Castelo de São Jorge, na colina e na área portuária, têm permitido definir de uma forma clara, os primeiros momentos de contacto com o mundo Itálico (Pimenta, 2020). Em todas as leituras realizadas é incontornável a referência à importância e ao dinamismo económico que este grande aglomerado urbano alcançou desde meados do século VIII a.C., mantendo fortes contactos com o sul peninsular (Sousa, 2014). É contudo marcante, ao estudarmos as estratigrafias da cidade, verificarmos a súbita e maciça presença em meados da segunda metade do século II a.C. das primeiras importações itálicas. Estes indicadores estão omnipresentes e levam a sublinhar o significado deste momento para o subsequente desenvolvimento da urbe (Pimenta, 2005; Filipe, 2018).

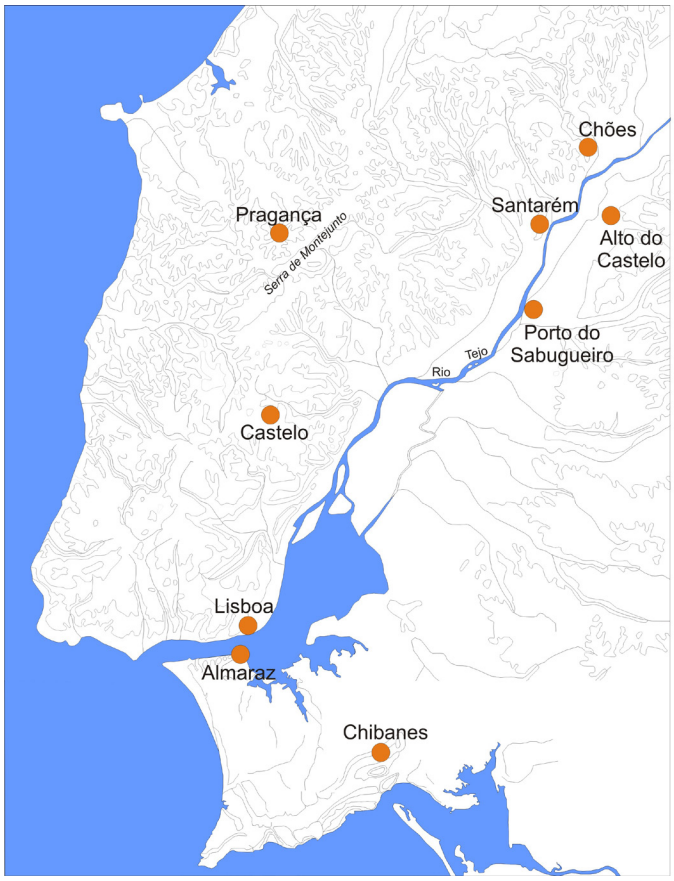


Fig. 2 - Mapa do vale do Tejo e foz do Sado com a localização dos principais sítios para o século II a.C.

O estudo dos contextos exumados em diversos pontos da colina do Castelo de Lisboa permitiu-nos definir de uma forma clara e contundente a primeira fase da presença romana. O estudo contextual destas realidades e a análise detalhada das importações cerâmicas e do conjunto numismático permite aferir uma cronologia bem definida, centrada no terceiro quarto do século II a.C. (150-125 a.C.), mais precisamente entre 140-130 a.C., tendo em conta a coerência das cerâmicas finas provenientes de distintos pontos do mediterrânio identificadas e a sua comparação com os resultados aferidos em contextos similares em estações com cronologias bem definidas (Pimenta, 2014).

Sintetizando os dados, das diversas escavações, importa retermo-nos nas características gerais das importações que definem esta fase e que permitem individualizá-la. Importa ter presente que não existia qualquer tradição de comércio com a Península Itálica anterior a este momento, e mesmo as ligações com a área do sul peninsular eram assaz ténues (Fabião, 1998). A nível das cerâmicas finas, assiste-se à massiva chegada de cerâmicas de verniz negro de produção da Península Itálica. Entre estas existe um claro predomínio da cerâmica campaniense A de produção na área do golfo de Nápoles, encontrando-se igualmente representadas cerâmica Campaniense B da colónia Latina de Cales e a Campaniense B Etrusca (Pimenta, Ribera, Soría, 2018). A par destas encontram-se bem representados os delicados copos de paredes finas de produção Itálica, das formas I e II de Mayet, assim como a presença de lucernas de tradição helenística (Pimenta, 2014).

A importação de produtos alimentares em ânforas encontra-se particularmente bem representada, sendo um dado eloquente do papel do porto de *Olisipo* enquanto plataforma distribuidora a nível regional, assim como, no seu contexto mais alargado do vale do Tejo. Os contentores vinícolas da Península Itálica dominam de forma clara, em particular os produtos da área da costa Tirrénica envasados nas ânforas dos tipos Greco-Itálico tardio ou de transição e nas ânforas da forma Dressel 1 (Pimenta, 2005; 2007; Filipe, 2015; 2018).

A cronologia desta fase é compatível com a campanha militar do procônsul *Décimo Júnio Bruto*. Do ponto de vista de enquadramento histórico, os contextos olisiponenses permitem situar cronologicamente um momento concreto, que encontra paralelos, em tudo idênticos, nos níveis de fundação de *Valentia* (Valência), cidade fundada segundo Tito Lívio, durante o consulado de Décimo Júnio Bruto em 138 a.C. (Ribera, 1998; 2009).

Os dados da arquitetura desta fase são eloquentes evidenciando uma clara rutura com as formas de construir e de ocupar o espaço (Pimenta et al., 2014). Tendo presente as estratigrafias de diversos pontos da cidade antiga, e em particular as amplas escavações na área do Castelo de São Jorge, é plausível propor uma instalação de um contingente exógeno, possivelmente de cariz militar no interior da cidade de *Olisipo*, controlando assim a foz do Tejo.

O sítio de *Moron*, referido na geografia de Estrabão, desde há longa data, tem vindo a ser alvo de diversos trabalhos de índole linguístico, de geografia histórica e arqueológicos com o intuito de localizar a *ubi* desta urbe Tagana, sendo várias as propostas (Girão, Oleiro, 1953: 77-79; Alarcão, 1983: 36; 2002: 37-38; Mantas, 1986: 590-592; Kalb, Hock, 1988a). Sendo atualmente, a mais consensual e consolidada, o sítio arqueológico de Chões de Alpompé (CNS 245), na União de freguesias de S. Vicente do Paúl e Vale de Figueira, concelho de Santarém (Fabião, 2002).

O sítio arqueológico de Chões de Alpompé corresponde a um vasto e recortado planalto de mais de 20 ha, com cerca de 96 m de altura, implantado sobre o rio Alviela, a escassa distância da sua confluência com o rio Tejo. Diversos taludes nos seus limites, ainda hoje em dia observáveis, sugerem a existência de fortificações complexas de características ainda desconhecidas.

A mais antiga referência à importância arqueológica do planalto de Alpompé remonta a 1883, quando, se mencionou a descoberta de "fundamentos de grandes muralhas", moedas em grande quantidade e diversos objetos romanos de grande valor, (*apud* Diogo, 1993). Apesar desta alusão, o seu real reconhecimento pela comunidade científica apenas se verificou nos anos cinquenta do século passado, quando Amorim Girão e Bairrão Oleiro classificaram o planalto de Chões como acampamento militar romano, propondo a sua identificação com a *Moron* de Estrabão (Girão, Oleiro, 1953: 79).

Recentemente tivemos oportunidade de sintetizar e refletir sobre a já longa história dos trabalhos e das distintas leituras sobre as suas ocupações, remetemos assim para esse trabalho (Pimenta, Arruda, 2014).

Reside na sua grande extensão, na quantidade e qualidade do espólio recuperado, assim como, na visibilidade de um sistema defensivo em talude, ainda bem preservado a notoriedade que esta estação alcançou no panorama arqueológico peninsular (Fabião, 2002; 2004; 2006). Porém até ao ano de 2015, nunca aí haviam sido realizadas escavações arqueológicas, correspondendo os dados existentes a trabalhos de prospeções, a maioria de contornos kafkianos e no mínimo pouco claros (Arruda et al., 2018).

Destaca-se de forma assinalável os conjuntos cerâmicos sobressaindo os extensos conjuntos de ânforas aqui recolhidos e publicados por diversos autores, em distintos enquadramentos temporais e institucionais (para a extensa lista de trabalhos ver síntese em Pimenta, Arruda, 2014). Importa aqui ter presente o conjunto de ânforas, visto que parece atestar um quadro de abastecimento de cariz institucional normalmente associado aos exércitos consulares. Destacando-se um conjunto de materiais com perfil antigo que remetem para os contextos bem definidos de Lisboa (Pimenta, 2005) e de Valência (Ribera, 1998; 2002), datados do terceiro quartel do século II a.C.

O facto de estarmos a lidar com dados de superfície, explica a escassez de cerâmicas finas, que, contudo, se encontram referidas desde os primeiros trabalhos sobre o sítio, notando-se a presença de cerâmica de verniz negro itálico, de tipo Campaniense A e B, paredes finas itálicas e lucernas.

Outro vetor do espólio é a presença de conjuntos significativos de metais, nomeadamente numismas e *militaria*. O conjunto numismático conhecido é muito numeroso, composto por um pequeno tesouro de 20 denários e por 131 unidades correspondentes a perdas isoladas (Ruivo, 1999). Destas, 128 são anteriores a 80 a.C. e três pertencem já ao reinado de Augusto. Tendo em consideração estes elementos, José Ruivo sugeriu que o local teria sido abandonado no âmbito dos conflitos sertorianos (Ruivo, 1999: 106). A favor de uma instalação militar no local a partir do terceiro quartel do século II a.C. falam ainda outros artefactos metálicos, concretamente os que entram na categoria de *militaria*, como é o caso das glandes de chumbo, muito abundantes no sítio (112 exemplares), sendo de sublinhar a demonstrada existência de uma oficina de fabrico de glandes *plumbeae* no local (Fabião, Pereira, Pimenta, 2015: 114-129).

Apesar da relevância do sítio de Chões de Alpompé para a análise do processo de conquista romana do território português, apenas em 2015 e 2016 foi possível aí realizar pela primeira vez trabalhos arqueológicos. Apesar de enquadrados num projeto de investigação, com outro quadro de problemáticas, as três leituras estratigráficas verticais realizadas, permitiram atestar as hipóteses que tinham vindo a ser construídas com base nos materiais de superfície aí recolhidos. Nomeadamente: 1 - Que o sítio tem uma relevante ocupação da Idade do Ferro de forte matriz orientalizante, que atravessa todo o primeiro milénio antes da nossa era; 2 - Que o planalto é ocupado de forma intensa na segunda metade do século II a.C. com uma forte componente itálica; 3 - Que as características defensivas do sítio são incrementadas com um sistema defensivo composto de muralha de talude de terra e fosso. Contudo o resultado mais relevante da intervenção foi o de verificar as amplas potencialidades que esta ímpar estação ainda tem para a investigação (Arruda et al., 2018).

O sítio do Alto do Castelo - Alpiarça (CNS 269), está localizado em uma ampla plataforma implantando-se a cerca de 32 m de altura sobre a margem esquerda do Tejo e do antigo rio Alpiarça. Sendo conhecido pelas suas ocupações calcolíticas e da Idade do Bronze (Kalb, Höck, 1988b). A recente revisão das coleções arqueológicas provenientes do sítio e depositadas no Museu da Casa dos Patudos permitiu constatar a existência de uma rica ocupação do planalto de Alto do Castelo durante a Idade do Ferro, denotando esta fortes influências orientalizantes (Arruda et al., 2014).

Sendo conhecido da comunidade científica, desde a primeira década do século XX, o planalto do Alto do Castelo foi, em inícios dos anos 70, prospetado intensivamente por Gustavo Marques, que então identificou de forma clara e cartografou as suas duas linhas de muralhas (Marques, 1972). O

mesmo investigador prestou pela primeira vez atenção aos espólios aí recolhidos e que se encontravam e encontram depositados no Museu do Instituto de Antropologia do Porto.

Na década de 80 do século passado, o sítio foi objeto de um relevante projeto de investigação do Instituto Arqueológico Alemão, que infortunadamente não teve continuidade, sendo alvo de escavações levadas a efeito por P. Kalb e M. Höck (1982; 1984a). Foram então abertos dois cortes, tendo ficado claro a existência de duas linhas de muralhas de terra batida, idênticas do ponto de vista construtivo e funcional, ainda que atestem dois momentos distintos no espaço e no tempo. A primeira limitaria uma área de 5 ha ocupada durante o Bronze Final, e a segunda, com fosso duplo, construída na época romano-republicana, com cerca de 1500 m de extensão e quatro metros de altura, circundava a totalidade da plataforma de 28 ha, (Kalb, Höck, 1984a). Esta muralha de terra, associada a um duplo fosso, foi interpretado, embora com algumas reservas e hesitações, como estabelecimento militar romano (Kalb, Höck, 1982; 1984a; 1988a). Sendo esse papel reforçado em trabalhos de síntese mais recentes (Fabião, 2004; 2006).

A recente reanálise dos milhares de fragmentos cerâmicos, líticos e metálicos provenientes do Alto do Castelo, depositados nas reservas da Casa dos Patudos em Alpiarça, e no Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, que efetuei no âmbito do presente projeto de investigação vem reforçar a relevância da sua fase romana republicana.

A presença de numismas romanos recolhidos dentro do vasto recinto do Alto do Castelo é abundantemente referido, contudo não foi possível até ao momento a sua análise visto desconhecer-se o seu paradeiro (Marques, 1972: 8). Entre os materiais que se encontram em depósito e que tem como coordenadas gerais apenas o facto de terem sido recolhidos à superfície do vasto recinto intramuros do Alto do Castelo destaca-se a presença de duas ânforas vinárias itálicas praticamente completas, a par de diversos fragmentos de ânforas romanas republicanas. Encontram-se igualmente presentes, os contentores de armazenamento em cerâmica comum, cerâmicas cinzentas destacando-se a presença de jarros com decoração brunida, e um fragmento de uma peça importada possivelmente do mundo Ibérico, designada por *Kalathos*. Por último, destaca-se a presença de um elemento de armamento, que atesta a presença militar no recinto. Corresponde a uma ponta de arma de arremesso perfurante. mais ligeira que um *pilum*, denominada pelo professor Quesada como *veruta* (Quesada et al., 2015). Encontra bons paralelos nos sete exemplares deste tipo identificados no campo de batalha de Las Albahacas – *Baecula* (208 a.C.).

A relevância estratégica de Alto do Castelo e o seu claro papel de domínio da transitabilidade regional e do acesso às vias naturais de comunicação com o Alto-Alentejo levaram a que desde a proto-história o sítio fosse alvo de ocupação e de fortificação. Com a conquista romana o sítio é escolhido precisamente face às suas características geoestratégicas para a localização de um amplo reduto defensivo. Os ainda hoje assinaláveis vestígios de fortificação em terra, a sua associação a um sistema de duplo fosso permitem aferir a existência de um plano militar no desenho desta fortificação. A dimensão desta obra é tal que conduziu à sua perenidade e ao assumir deste espaço como uma área em si delimitada e delimitante do território o tal Castelo do topónimo.

Encontrando-se as principais bases da campanha de *Decimus Iunius Brutus*, na margem direita do Tejo, não é fácil associar este acampamento a este momento. Ganha assim consistência, a interpretação de podermos estar perante um estabelecimento militar mais antigo (Fabião, 2006), possivelmente no contexto das Guerras Lusitanas.

O sítio de Porto do Sabugueiro, Salvaterra de Magos (CNS 2693), situa-se na margem esquerda do Tejo, em terrenos de planície aluvionar. Conhecido desde há muito devido à sua ocupação alto Imperial romana, recentes trabalhos de prospeção e de escavação, revelaram a sua longa diacronia de ocupação

(Pimenta e Mendes, 2008). Estes trabalhos revelaram a existência de um amplo e dinâmico povoado portuário da Idade do Ferro com fortes influências do mundo mediterrânico (Pimenta et al., 2014). Com o processo de conquista assiste-se à instalação nas imediações do povoado indígena, de uma nova área onde abundam os materiais itálicos. Destaca-se a presença de um número significativo de ânforas vinárias itálicas do tipo Greco-itálico e Dressel 1, associadas a cerâmicas de verniz negro itálico de produção napolitana, paredes finas, mas também a metais (Pimenta e Mendes, 2013). Entre estes destaca-se os conjuntos de numismas, quer em bronze quer em prata de cronologia centrada no século II inícios do I a.C. e que se encontram dispersos em coleções privadas. Mas também, elementos de baixela metálica em liga de cobre e elementos de armamento militar como glandes de chumbo (Pimenta et al., 2014).

Assim, tudo indica que o Porto do Sabugueiro, não sendo um sítio estritamente militar, esteve certamente relacionado com as dinâmicas de conquista do século II a.C. remetendo os seus espólios para os que conhecemos de Lisboa e Chões de Alpompé. Uma hipótese plausível é de este povoado poder ter funcionado como porto logístico, onde se descarregavam os produtos que abasteceram os exércitos, situados nesta margem do rio.

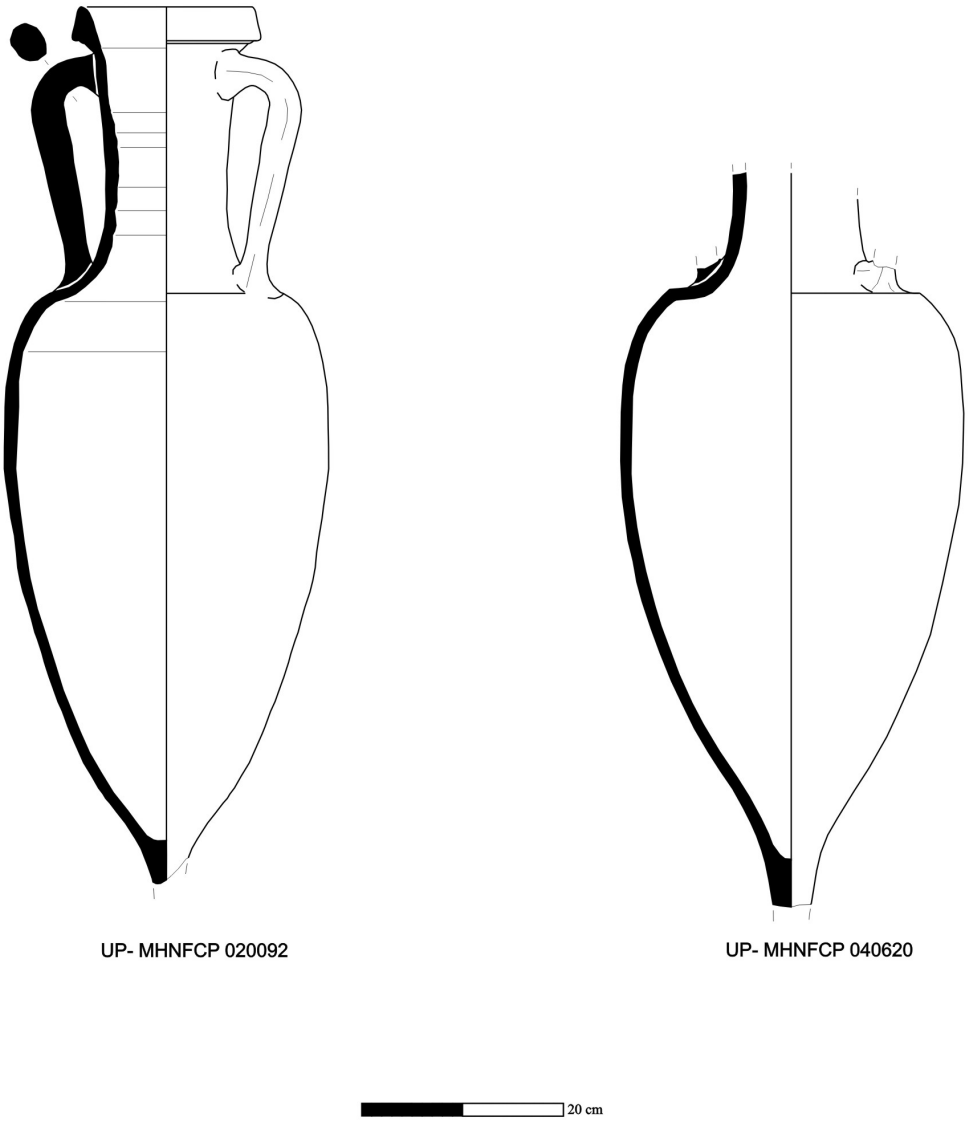


Fig. 3 - Ânforas itálicas provenientes do recinto do Alto do Castelo, do acervo do Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

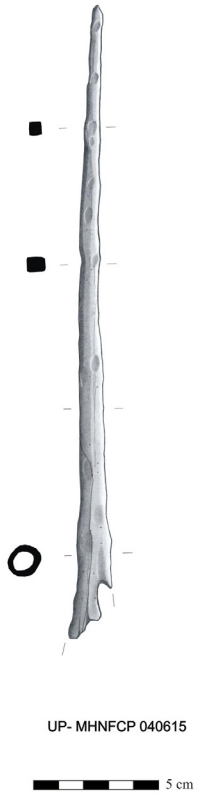


Fig. 4 - Projétil de ferro (*veruta*), proveniente do recinto do Alto do Castelo e depositado no Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

4. DINÂMICAS DE CONQUISTA

Após a campanha de Bruto o vale do Tejo é inserido de forma definitiva na esfera de Roma. Contudo subsequentemente a este momento não se assiste a um esforço coerente de coesão destes territórios (Cadiou, 2003). De facto, resulta claro da análise das fontes que o processo de conquista não foi linear, uniforme, nem obedeceu a uma estratégia planificada. Tratou-se antes de um modelo heterogéneo assimétrico e marcado de avanços e retrocessos, de objetivos militares de alcance muitas vezes marcado pelos interesses e desejos de prestígio pessoal por parte dos Generais romanos (Heras Mora, 2018). A aduzir a este quadro, as lutas internas da política romana expandiram-se e alastraram-se aos territórios peninsulares, complexificando ainda mais o panorama hispânico. Nos anos seguintes à campanha de Bruto as fontes clássicas reduzem consideravelmente a sua atenção relativa a estes territórios (Edmondson, 2014). Contudo algumas notícias assim como alguns notáveis elementos epigráficos permitem percecionar que estes territórios estavam longe de pacificados (López Melero, Sanchéz Abal, García Jimenéz, 1984).

O cenário geopolítico altera-se substancialmente com o episódio das Guerras Civis Romanas em território hispânico denominado como Guerras Sertorianas. No território do vale do Tejo, são escassos de momento os contextos arqueológicos que possamos atribuir ou correlacionar diretamente com este conflito. Contudo a análise dos entesouramentos datados dentro desta fase permitem-nos vislumbrar uma situação de ampla instabilidade (Ruivo, 1997; Ruivo et al., 2015).

Aparentemente, no decurso do conflito sertoriano terão ocorrido transformações consideráveis na zona, que se estendem até áreas interiores, com o abandono ou a perda de importância de vários locais, como Chões de Alpompé, Chibanes, Cabeça de Vaiamonte e o acampamento militar de Cáceres el Viejo (Fabião, 2014; Soares et al., 2019). Passado este episódio, assiste-se a uma rápida reocupação do espaço, escolhendo agora o poder de Roma novas instalações. A esse novo desenho do povoamento,

Carlos Fabião chamou de forma feliz de verdadeira refundação do poder de Roma no extremo Ocidente Peninsular (Fabião, 1998: 288).

Para a área que nos ocupa, o vale do Tejo, destaca-se o emergir de novas centralidades como o assumir da relevância do povoado de *Scallabis*, a fundação da base militar de Alto dos Cacos, Almeirim e do sítio de apoio logístico e de controlo territorial de Monte dos Castelinhos. Sublinhe-se ainda os fortins do denominado Castro de São Salvador, Cadaval e do Pedrão no baixo-Sado, coetâneos destas realidades tardias centradas em anos de calendário na década de 50 a.C. De facto, a cartografia de sítios para o século I a.C. revela uma maior complexidade assim como diferentes opções e estratégias de implementação que permitem vislumbrar um cenário de crescente complexidade.

Este cenário tem que ter em conta a presença de Júlio César na *Hispania Ulterior*, como *Propretor*, nos anos de 61-60 a.C. Sendo evidente que este foi um momento marcante para a afirmação do poder de Roma no extremo ocidente peninsular (Quetglas Nicolau, 2005). O atual estado dos conhecimentos permite afirmar a relevância do vale do Tejo, na organização da ampla campanha, que César desencadeia, contra as comunidades montanhosas do interior, o *mons Herminius*, e que tem vindo a ser apresentada como a segunda Guerra Lusitana (Novillo López, 2018).

Por último é importante sublinhar o papel da *Hispania* no cenário das guerras civis que opuseram Pompeu Magno a Júlio César, (49 a 45 a.C.), no âmbito das relações de clientela estabelecidas entre as comunidades peninsulares e ambos os generais. A guerra civil não foi um simples duelo entre César e Pompeu que se poderia ter sido resolvido numa única batalha, como *Ilerda* e *Munda* bem atestaram, antes pelo contrário, foi um conflito complexo com múltiplos cenários bélicos, (Melchor Gil, Mellado Rodríguez, Rodríguez-Neila, 2005). A presença de novas e complexas ocorrências militares que se têm vindo a detetar no baixo Tejo e península de Lisboa, nos últimos anos parecem precisamente atestar esse intrincado conflito.

No vale do Tejo, sem dúvida que entre os múltiplos sítios da fase da conquista, sobressai pela qualidade e quantidade da informação, o de Santarém. Palco de um projeto estruturado em torno de amplas leituras estratigráficas centradas na área da antiga Alcáçova Islâmica coordenado pela Professora Ana Margarida Arruda e que se tem plasmado por um extenso acervo de publicações (para uma síntese da extensa bibliografia ver Arruda, 1999-2000; Arruda, Viegas, 2014).

A identificação da cidade de Santarém com *Scallabis* – a povoação indígena na qual foi instalado o *Praesidium* Cesariano, posteriormente colónia, capital de *civitas* e de *conventus* – é hoje um dado adquirido (Mantas, 1993; Faria, 1999; Arruda, Viegas, 1999).

Uma das leituras que confere complexidade à dialética entre os dois sítios mencionados nas fontes clássicas, *Moron* e *Scallabis* é que aparentemente coexistiriam nesta zona do Tejo, durante a proto-história e o período romano republicano, tendo aliás como pode se observar em qualquer visita à alcáçova de Santarém ou ao planalto dos Chões intervisibilidade. De sublinhar que tendo em conta os dados arqueológicos, numa primeira fase do processo de conquista, o sítio indígena de Chões de Alpompé, seja ele a *Ubi* de Móron ou não, foi escolhido como base militar. E numa segunda fase, com César como propretor (60-61 a.C.) é *Scallabis* que é a opção e aliás é ela que ganha a categoria política e administrativa ao contrário de Móron que desaparece na obscuridade da história.

O sítio arqueológico da Alcáçova de Santarém implanta-se num vasto morro sobranceiro ao Tejo, gozando de excelentes condições naturais de defesa e de ampla visibilidade pelas planícies circundantes. Dele se avista, como acima referido, os Chões de Alpompé, situados apenas a 12,5 km, mas também o Alto do Castelo e o Porto do Sabugueiro, assim como os sítios que iram surgir ao longo do século I a.C. como o Alto dos Cacos, Almeirim e o Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira.

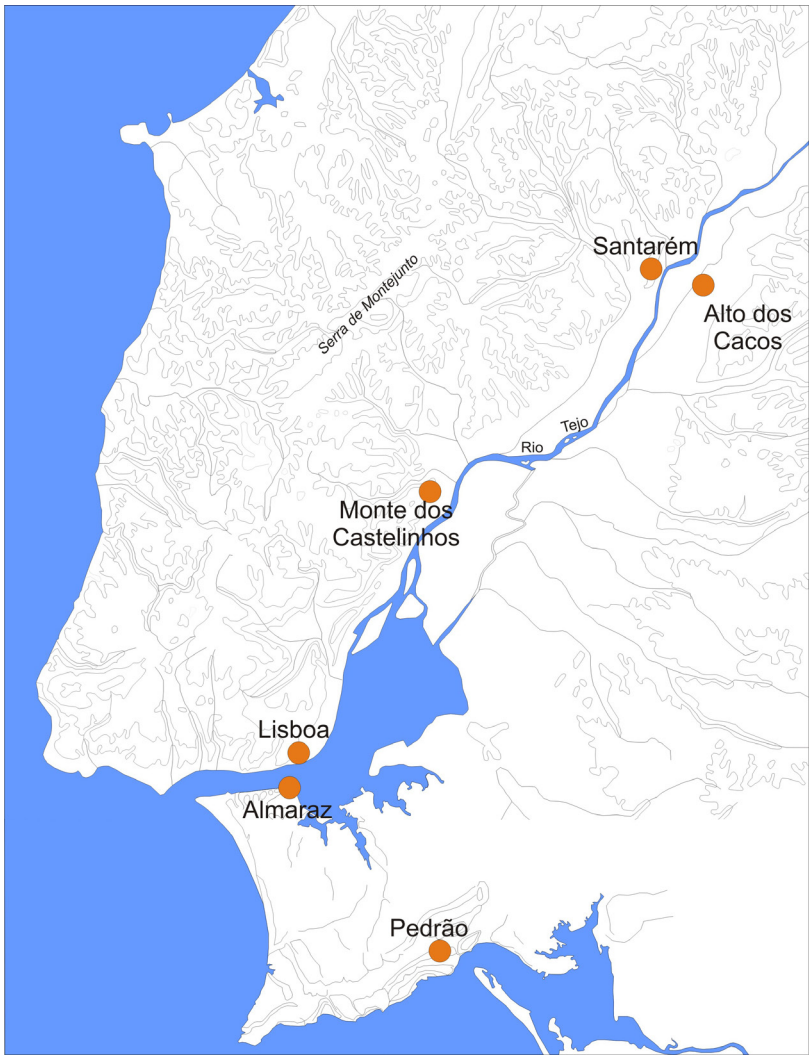


Fig. 5 - Mapa do vale do Tejo e foz do Sado com a localização dos principais sítios para o século I a.C.

Os primeiros contactos com o mundo romano encontram-se atestados pela chegada no terceiro quartel do século II a.C. de ânforas itálicas do tipo greco-itálico a par das cerâmicas de verniz negro itálico napolitanas (Arruda, 1993; Bargão, 2006; Soría, 2013; 2018). Apesar destas evidências, tem vindo a ser sublinhado que a sua expressividade é distinta das realidades dos contextos da primeira fase da conquista de Lisboa identificados na área do Castelo ou das evidências dos Chões de Alpompé (Bargão, 2006; Arruda, Viegas, 2014).

Nas diversas leituras estratigráficas efetuadas na área da Alcáçova são parcos os contextos arqueológicos primários, tendo em conta a longa diacronia de ocupação do espaço (Arruda, 1999-2000). A escavação de uma área mais ampla no espaço dos viveiros, em 1999 e 2000, permitiu uma escavação em área (Viegas, 2003). Esta revelou um conjunto de estruturas que correspondem a edifícios alinhados de forma ortogonal, em função de arruamentos. A análise da sua planimetria permite identificar diversos compartimentos de planta retangular, cuja construção evidencia uma clara descontinuidade com o urbanismo anterior, da Idade do Ferro. Trata-se, portanto, das primeiras edificações romanas da Alcáçova de Santarém e foram integradas no que se foi designado pelos seus autores como fase 1, de cronologia tardo-republicana, concretamente do segundo quartel/meados do século I a.C. (Almeida, 2008).

Tendo em conta os estudos dos conjuntos de materiais importados das diversas intervenções realizadas na área da Alcáçova de Santarém é ainda nas últimas décadas do século II a.C. que o *oppidum* pré-romano inicia o processo da romanização (Arruda, Viegas, 2014). Contudo, a partir do 2º quartel do

século I as realidades alteram-se consideravelmente. É este o momento em que se constroem os edifícios identificados na área dos viveiros e que chegam a *Scallabis*, quantidades impressionantes de ânforas da costa da Ulterior e do vale do Guadalquivir (Arruda, Viegas, Bargão, 2005; Almeida, 2008), assim como, cerâmicas de verniz negro itálico da colónia latina de Cales (Soría, 2018), paredes finas itálicas (Arruda, Sousa, 2003) e um expressivo conjunto de lucernas (Pereira, 2014). Pode-se igualmente associar a esta fase, os exemplares de projéteis de *glandes plumbeae*, o *simpulum*, o estrígil e as fíbulas em liga de cobre (Arruda, Viegas, Almeida, 2002: n.º 204 e 205; 140; 193 a 196).

O processo de entrada do importante povoado pré-romano de *Scallabis* na esfera do mundo romano, evidencia um percurso aparentemente distinto do que conseguimos traçar para *Olisipo* e *Moron*. Apesar de ter entrado em contacto com o mundo itálico ao mesmo tempo, este contacto parece se ter restringido a algumas importações, tendo a alcáçova de Santarém ficado à margem da geografia militar desta primeira fase. O mesmo aparentemente parece ter ocorrido na foz do Tejo com o antigo povoado de Almaraz, que tanto quanto sabemos recebe algumas importações mas longe da expressividade que estas alcançam em Lisboa (Barros, Henriques, 2002). É em meados do século I a.C. que *Scallabis* ganha outra relevância, sendo então a opção para o estabelecimento de uma base militar, parecendo possível admitir que será então que o topónimo *Praesidium Iulium Scallabis* se impõe (*HN* 4.117). Tem vindo a ser proposto que o *praesidium* corresponda a acampamento fundado por César durante o seu pretorado na Ulterior, em 61-60 a.C. (Arruda, Viegas, 1999). Porém, não existe consenso em relação à cronologia do mesmo, oscilando entre o pretorado de César e a guerra civil entre César e Pompeu (49-44 a.C.) (Alarcão, 2002: 39).

Desde cedo, a referência pliniana a um *Praesidium*, foi interpretada de forma linear como a evidência da presença de um acampamento militar na área de Santarém (Alarcão, 1983: 79). Contudo, a recente reflexão de François Cadiou em torno dos *Praesidia* e as fontes literárias, levam-nos a problematizar e matizar esta interpretação (Cadiou, 2015). De facto, ao analisarmos as referências aos diversos *praesidia*, presentes nas fontes clássicas, verifica-se a presença de cerca vinte sítios, mencionados como *praesidia* ou associados a um *praesidium* desde o início do processo de conquista em 218 até à guerra civil entre César e Pompeu, 49 e 45 a.C., referidos no *Bellum Civile* e no *Bellum Hispaniense* (Cadiou, 2003: 86). Contudo, um *Praesidium* pode designar um posto fortificado, mas também um simples destacamento militar encarregado de ocupar temporariamente uma posição estratégica (Cadiou, 2015: 241). Na *Ulterior*, no ano 49 a.C., Varrão cria precisamente diversos *praesidia* com o intuito de assegurar certas aglomerações indígenas após a vitória de César em *Ilerda* (Cadiou, 2015: 237). Seria esse o caso de *Scallabis*?

O sítio de Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal - CNS 3108) situa-se nas imediações da Vala de Alpiarça e do Rio Tejo. Ocupa uma plataforma relativamente baixa e plana de orientação NE-SE, mas que evidencia uma posição geoestratégica dominante sobre a zona envolvente, constituída por baixas aluvionares alagadiças.

Trata-se de um vasto sítio arqueológico que foi detetado no início dos anos oitenta do século passado, na sequência de profundas e extensas destruições fruto de trabalhos agrícolas. Apesar das ações de levantamento das realidades então observadas, da recolha de numeroso espólio e dos repetidos alertas às entidades que tutelavam o património, este sítio caiu no esquecimento e apenas recentemente foi reconhecido como importante sítio e interpretado como possível acampamento militar romano do período tardo-republicano (Pimenta, Henriques, Mendes, 2012).

Dos dados que foi possível recompilar e sistematizar até ao momento, pode presumir-se que durante o período conturbado do final período tardo-republicano se tenha aqui edificado um acampamento militar romano de traçado regular. Esta interpretação assenta em três traves mestras, que julgamos bastante sugestivas: a primeira, nos materiais arqueológicos, que permitem sustentar a existência de

uma significativa ocupação centrada no terceiro quartel do século I a.C.; a segunda, os artefactos bélicos, particular e estritamente ditos, presentes nas coleções depositadas no Museu de Almeirim e que atestam uma coesa presença de cariz militar em Alto dos Cacos; a terceira, e última, os dados da fotografia aérea, que permitem vislumbrar, em consonância com o que se vê no terreno, a existência de uma antiga estrutura subretangular regular de cantos arredondados, rodeada de fossos e possivelmente com muralhas de talude em terra. As dimensões do sítio, com 450 por 260 m, configuram uma extensa área ocupada de cerca 11 ha, orientada aos pontos cardiais (Pimenta, Mendes, Henriques, 2014).

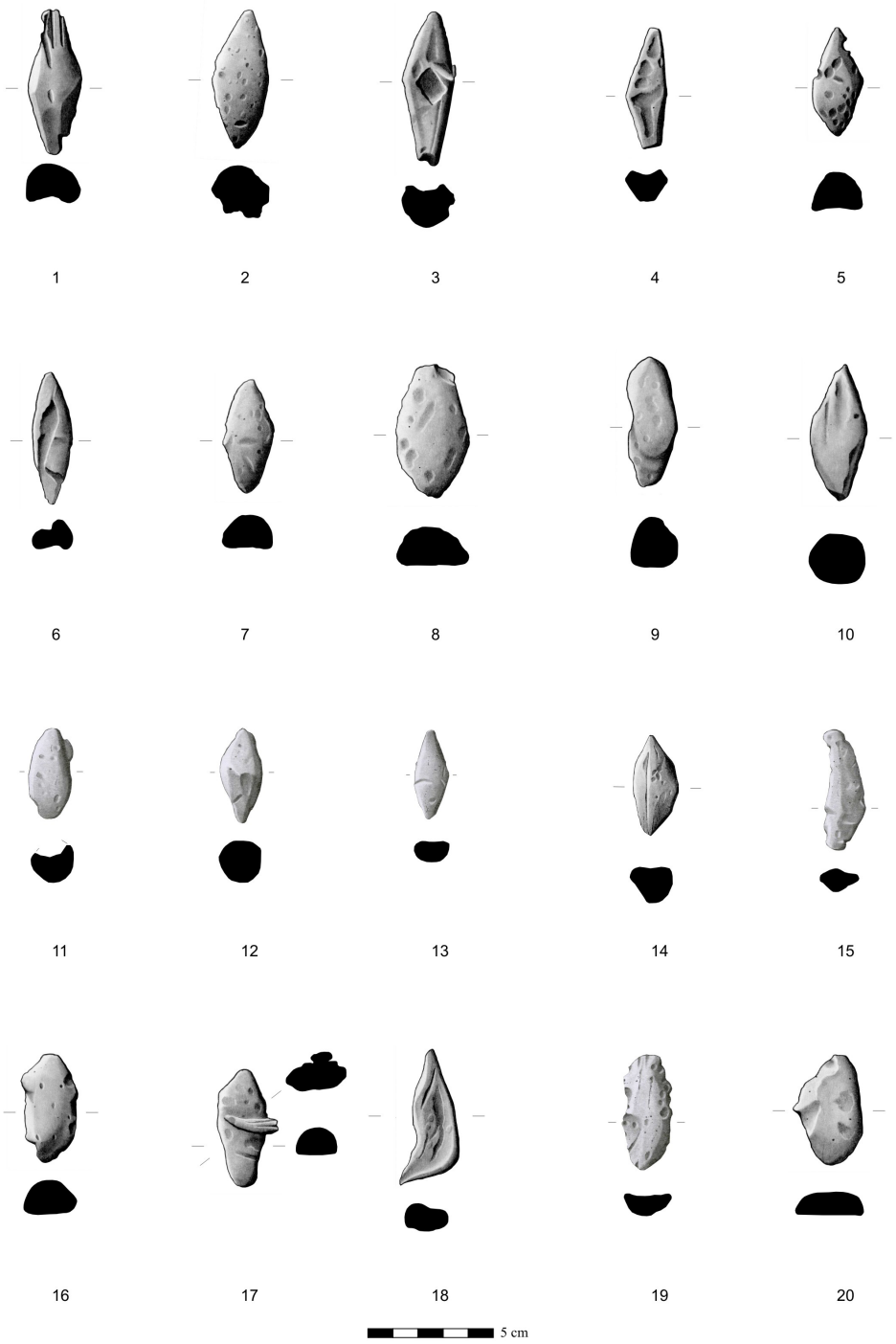


Fig. 6 - Conjunto de glandes *plumbeae* recentemente descoberto em Alto dos Cacos (Almeirim), no decorrer de trabalhos agrícolas. Depositado no Museu Municipal de Almeirim.

Os estudos em curso, em torno da coleção de metais, do conjunto numismático, dos artefactos líticos e das cerâmicas importadas, nomeadamente a cerâmica campaniense, lucernas, paredes finas e ânforas, levam-nos a sublinhar a homogeneidade do espólio. Apesar de estes carecerem de quaisquer coordenadas estratigráficas, o conjunto é bastante coerente, reportando-se a uma fase de ocupação em torno aos meados da segunda metade do século I a.C. (Pimenta, Henriques, Mendes, 2012; Pimenta, Mendes, Henriques, 2014; Guerra, Pimenta, Sequeira, 2014; Almeida, Pimenta, 2018).

O Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira (CNS 3923), não será aqui abordado visto que consta num artigo específico neste mesmo volume. Importa, porém, reter que se trata de uma fundação de raiz implantada estrategicamente a meio caminho entre *Olisipo* e *Scallabis* (Pimenta, 2013; 2015).

Ainda na bacia do baixo Tejo, existem algumas questões em aberto, relativo à geografia de dispersão de prováveis implantações de índole militar: O sítio de *Aritium Praetorium* corresponde a um topónimo de evidente significado militar, que o Itinerário de Antonino situa no eixo de uma das vias que estabelecia a comunicação entre *Olisipo* e *Avgvsta Emerita* (Fabião, 2014). Qual o seu enquadramento no quadro das dinâmicas de conquista é uma incógnita. De acordo, com o itinerário de *Antonino, Aritium Praetorium*, ficaria a XXXVIII milhas, devendo estas ser lidas a partir da travessia do Tejo na zona de *Scallabis* (Alarcão, 2006). Tendo em conta o traçado da estrada romana, que segue a ribeira de Alpiarça pelo vale de Ulme, a presença de miliários e a identificação epigráfica do segundo ponto do itinerário, *Abelterium* com Alter do Chão, Jorge de Alarcão, propôs o sítio de Água Branca-Bemposta/Abrantes, como a provável localização de *Aritium Praetorium* (Alarcão, 2006: 224). A proposta é interessante, tendo o sítio fortes evidências e potencialidade que só futuros trabalhos poderão vir a clarificar.

Desde cedo relacionados com a temática da identificação de *Aritium Praetorium*, tem vindo a ser chamados à coação a descoberta de glandes de chumbo na área do vale de Ulme, na zona de Tamazim (Fabião, 2013). Duas referências cruzadas têm vindo a ser observadas e valorizadas em separado, contudo a reanálise atenta da literatura e a ida ao terreno, permitem afirmar tratar-se de uma única descoberta e de um único sítio arqueológico. Sítio esse que por casualidade do destino, se desenvolve em duas freguesias e concelhos distintos, o que tem contribuído para a dispersão da informação (Guerra, Pimenta, 2013).

A primeira notícia radica na referência de Mário de Sá, na obra *As Grandes Vias da Lusitânia*, onde se menciona "[...] uma boa provisão de pelotas de chumbo (balas de dois bicos, do feitio de bolotas), que serviam aos fundibulários romanos" (Saa, 1956: 256-257).

Estas duas referências cruzam-se com o recente testemunho plasmado na Carta Arqueológica de Abrantes em que se refere que em 1936, foi encontrado no sítio do "Terroal", junto do casal do Tamazim, o depósito de glandes de chumbo que deu origem à referência de Mário de Saa. Nessa mesma obra se acrescenta, ainda a relevante e inesperada informação de que esse achado estaria depositado numa fossa e que teria um peso global de 96 quilos (Silva, Batista, Gaspar, 1999) e que foram oferecidas pelo proprietário a pessoas interessadas diversos exemplares dos projéteis. Daqui proviria, o conjunto de nove glandes depositadas no Museu Nacional de Arqueologia, dado como originário do vizinho lugar de Casal da Cascalheira (Guerra, Pimenta, 2013).

Se tivermos em consideração que os objetos provenientes do Casal da Cascalheira pesam, em média, menos de 40 g estaríamos perante uma reserva constituído por mais de dois milhares de peças (Guerra, Pimenta, 2013).

Apesar da dimensão do achado, desconhece-se o contexto arqueológico associado a estes materiais e, portanto, a natureza do sítio. Na visita ao local é clara a sua implantação de controlo e domínio sobre a estrada romana, contudo só futuros trabalhos arqueológicos poderão esclarecer e clarificar qual a sua real dimensão e significado.

Esta descoberta recorda a do Cerro do Castillo de Miramontes Azuaga/Badajoz. Onde foram recolhidas 1900 projéteis. Interpretadas por Claude Domergue como um stock de balas para a defesa da praça (1970: 612).

Por último merece ainda referir-se a recolha num terraço sobre o rio Tejo em Vila Velha do Ródano, de três glandes de chumbo associadas ao contexto de uma lareira coetâneo (Guerra, 1987). Estas peças foram identificadas no âmbito da escavação de um sítio do paleolítico médio, não sendo assim o objeto da investigação as realidades romanas. A análise da sua implantação permite supor podermos estar perante um ponto de vigia ou de controlo da negação no rio.

Não posso deixar de expressar um último comentário, à relevância e intensidade da exploração aurífera no Tejo, e à estreita ligação com as beiras a partir da zona do médio Tejo. Este aspeto não terá sido de todo despiciendo na estratégia e interesse dos diversos generais romanos por esta área (Cardoso, Guerra, Fabião, 2012).

Encontra-se ainda por fazer uma análise detalhada e global dos vastos vestígios de exploração aurífera que se estendem com diferentes técnicas de exploração da foz do rio até à fronteira, onde dominam as conheiras algumas de dimensões impressionantes. Nomeadamente nos vales dos afluentes do Tejo, como o Ocreza, o Ponsul e o Erges (Henriques et al., 2016).

5. COMENTÁRIO FINAL

Graças às referências de Estrabão, que assinala a presença dos estabelecimentos de retaguarda de *Brutus Galaicus* em *Olisipo* e *Moron* (3.3.1), e Plínio-o-velho, que se refere a *Scallabis* como um *praesidium iulium* (*HN* 4.117), o vale do Tejo foi tido desde cedo como um eixo fundamental de implantação romana.

A ampla navegabilidade do rio, até à área de *Scallabis*/*Moron*, fez deste fundo do estuário, a zona escolhida em diferentes momentos das dinâmicas de conquista para a implantação de bases militares. O conjunto de dados atualmente disponível e que tentamos rever neste trabalho, demonstra que o baixo Tejo terá assumido especial relevância na definição das bases de penetração para norte, e para o interior da península. Acabando por estas *viae militarae*, se estabelecerem como os principais eixos viários de comunicação norte-sul e este-oeste que o Império Romano acabou por estabelecer.

A concentração de evidências militares no vale do Tejo, põe de manifesto a importância que esta região tem para o desenrolar da guerra na Hispânia, ao longo de todo o vasto período que medeia entre Bruto e César.

Os recentes trabalhos de investigação permitem vislumbrar um quadro de crescente diversidade e onde se começa a definir distintas dinâmicas de implantação que se prendem com as consequências do conflito Sertoriano e com o redesenhar do equilíbrio de forças.

Fontes Literárias

Deserto, J.; Pereira, S. (2016): Estrabão: *Geografia. Livro III: introdução, tradução do grego e notas*. Coimbra.

Referências bibliográficas

Alarcão, J. de (1983): *Portugal Romano*. 3.ª ed. Lisboa.

Alarcão, J. de (2002): *Scallabis* e o seu território, in A. M. Arruda; C. Viegas; Mª J. Almeida (eds.), *De Scallabis a Santarém* (Catálogo de Exposição, 2002-2003). Lisboa: 37-46.

Alarcão, A. (2006): As vias romanas de *Olisipo* a *Augusta Emerita*. *Conimbriga* 45: 211-251.

Almeida, R. (2008): *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. Collecció Instrumenta 28. Barcelona.

ALMEIDA, R.; PIMENTA, J. (2018): Ânforas do Acampamento/Sítio romano de Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal). *Onoba* 6: 3-56.

ARRUDA, A. M. (1993): Ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular, in *Actas do Encontro Os fenícios no território português* (Lisboa, 1992). Estudos Orientais 4. Lisboa: 193-214.

ARRUDA, A. M. (1999-2000): *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea 5-6. Barcelona.

ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; DETRY, C.; GOMES, J. (2018): Chões de Alpompé (Vale de Figueira, Santarém): Lendas e narrativas. *SPAL* 27,2: 201-227.

ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. (2003): Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 6,1: 235-286.

ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; SOARES, R. (2014): Alto do Castelo´s Iron Age occupation (Alpiarça, Portugal). *Zephyrus* 74: 143-155.

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (1999): The roman temple of *Scallabis* (Santarém, Portugal). *Journal of Iberian Archaeology* 1: 185-224.

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2014): Santarém durante a época romano-republicana, in C. FABIÃO; J. PIMENTA (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: 242-255.

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; ALMEIDA, Mª J. (eds.) (2002): *De Scallabis a Santarém* (Catálogo de Exposição, 2002-2003). Lisboa

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. (2005): As ânforas da Bética costeira na Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8,1: 279-297.

BARGÃO, P. (2006): *As importações anfóricas durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém.* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/447

BARROS, L.; HENRIQUES, L. (2002): A última fase de ocupação do Almaraz, in L. BARROS; L. HENRIQUES (eds.), *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana* (Almada, 1997). Almada: 97-107.

CADIOU, F. (2003): Garnisions et camps permanents: Un reseau defensive des territoires provinciaux dans L'Hispanie republicaine?, in A. MORILLO CERDÁN; F. CADIOU; D. HOURCADE (coord.), *Defensa y territorio en Hispania: De los Escipiones a Augusto* (Madrid, 2001). Léon-Madrid: 81-100.

CADIOU, F. (2015): *Praesidia* et *castella* dans les sources littéraires. *Revista d'Arqueologia de Ponent* 25: 231-243.

CARDOSO, J. L.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (2012): Alguns aspectos da mineração romana na Estremadura e Alto Alentejo, in J. L. CARDOSO; M. ALMAGRO-GORBEA (eds.), *Lucius Cornelius Bocchus: Escritor lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina* (Tróia, 2010). Lisboa-Madrid: 169-188.

CAVADA NIETO, M. (2009): Décimo Junio Bruto en Hispania: las fuentes literarias, in M. LÓPEZ DÍAZ (coord.), *Historia y Cultura: Estudios en homenaje al profesor José M. Pérez García*. Homenaxes 5. Vol. I. Vigo: 113-129.

DIOGO, A. D. (1993): Ânforas pré-romanas provenientes dos Chões de Alpompé, in *Actas do Encontro Os fenícios no território português* (Lisboa, 1992). Estudos Orientais 4. Lisboa: 215-227.

DOMERGUE, C. (1970): Un témoignage sur l'industrie du plomb dans la région d'Azuaga (Badajoz), in *XI Congresso Nacional de Arqueologia* (Mérida, 1968). Zaragoza: 608-626.

EDMONDSON, J. (2014): *Hispania capta*: Reflexiones sobre el proceso e impacto de la conquista romana en la Península Ibérica, in G. BRAVO CASTAÑEDA; R. GONZÁLEZ SALINERO (eds.), *Conquistadores y conquistados: relaciones de dominio en el mundo romano* (Madrid, 2013). Madrid-Salamanca: 19-44.

FABIÃO, C. (1989): *Sobre as ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Cadernos da UNIARQ 1. Lisboa.

FABIÃO, C. (1998): *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje Português*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Policopiado.

FABIÃO, C. (2002): Chões de Alpompé, in A. M. ARRUDA; C. VIEGAS; Mª J. ALMEIDA (eds.), *De Scallabis a Santarém* (Catálogo de Exposição, 2002-2003). Lisboa: 149-152.

FABIÃO, C. (2004): Arqueología Militar romana da Lusitânia: textos e evidencias materiais, in C. PÉREZ GONZÁLEZ; E. ILLARREGUI GÓMEZ (coord.), *Arqueología Militar Romana en Europa*. Salamanca: 53-73.

FABIÃO, C. (2006): El ejército romano en Portugal, in A. MORILLO CERDÁN (coord.), *El ejército romano en Hispania: Guía Arqueológica*. León: 113-134.

FABIÃO, C. (2013): Romanos no baixo Tejo, in J. PIMENTA (coord.), *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo): Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo* (Catálogo de Exposição, 2013). Lisboa-Vila Franca de Xira: 61-68.

FABIÃO, C. (2014): Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica, in C. FABIÃO; J. PIMENTA (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: 9-24.

FABIÃO, C.; PEREIRA, T.; PIMENTA, J. (2015): Coleção de metais do sítio arqueológico dos Chões de Alpompé, Santarém. *Cira Arqueologia* 4: 110-150.

FARIA, A. M. (1999): Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 2,2: 29-50.

Filipe, V. (2015): As ânforas do teatro romano de *Olisipo* (Lisboa, Portugal): campanhas 2001-2006. *Spal* 24: 129-163.

Filipe, V. (2018): *Olisipo, o grande porto da fachada atlântica. Economia e comércio entre a República e o Principado*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/38619

Gaspar, J. (1970): Os portos fluviais do Tejo. *Finisterra* 5(10): 153-204.

Girão, A.; Oleiro, J. M. (1953): Geografia e Campos Fortificados Romanos. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos* 7,7: 77-80.

Heras Mora, F. J. (2018): *La Implantación Militar Romana en el Suroeste Hispano (siglos II-I a.n.e.)*. Anejos de Gladius 18. Madrid.

Guerra, A. (1987): Acerca dos Projécteis para Funda da Lomba do Canho (Arganil). *O Arqueólogo Português* Série IV, 5: 161-177.

Guerra, A.; Pimenta, J. (2013): Os projéteis de funda do Monte dos Castelinhos e a dispersão destes materiais no território português, in J. Pimenta (coord.), *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo): Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo* (Catálogo de Exposição, 2013). Lisboa-Vila Franca de Xira: 47-58.

Guerra, A.; Pimenta, J.; Sequeira, J. (2014): Conjunto de *Glandes Plumbeae* do sítio arqueológico de Alto dos Cacos, Almeirim, in C. Fabião; J. Pimenta (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: 293-321.

Henriques, F.; Caninas, J.; Carvalho, C.; Chambino, M. (2016): Exploração aurífera antiga no rio Ponsul (Castelo Branco): novos dados, in R. Vilaça (coord.), *II Congresso Internacional de Arqueologia da Região de Castelo Branco* (Castelo Branco, 2015). Castelo Branco: 307-323.

Kalb, P.; Höck, M. (1982): Alto do Castelo, Alpiarça, distrikt Santarém: vorbericht über die grabung 1981. *Madrider Mitteilungen* 23: 145-151.

Kalb, P.; Höck, M. (1984a): O Alto do Castelo, Alpiarça (Distrito de Santarém). Acampamento Romano ou Fortificação Pré-Romana?, in *2.º Congresso Sobre Monumentos Militares Portugueses* (Lisboa, 1983). Lisboa: 239-245.

Kalb, P.; Höck, M. (1984b): Alpiarça, Alto do Castelo. *Informação Arqueológica* 4: 87-91.

Kalb, P.; Höck, M. (1988a): Móron. *Conimbriga* 27: 189-201.

Kalb, P.; Höck, M. (1988b): O povoamento pré-histórico de Alpiarça. *Arqueologia* 17: 193-200.

López Melero, R.; Sanchéz Abal, J. L.; García Jimenéz, S. (1984): El bronce de Alcántara. Una *deditio* del 104 a.C. *Gerión* 2: 265-323.

Mantas, V. (1986): Arqueologia urbana e fotografia aérea: contributo para o estudo do urbanismo antigo de Santarém, Évora e Faro. *Trabalhos de Arqueologia* 3: 13-26.

Mantas, V. (1993): As fundações coloniais no território português nos finais da República e inícios do Império, in *II Congresso Peninsular de História Antiga* (Coimbra, 1990). Coimbra: 467-500.

Marques, G. (1972): *Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto*. Porto.

Melchor Gil, E.; Mellado Rodríguez, J.; Rodríguez-Neila, J. (eds.) (2005): *Julio César y Corduba: Tiempo y espacio en la campaña de Munda (49-45 a.C.)* (Córdoba, 2003). Córdoba.

Melo, A.; Pimenta, J. (2020): Uma nova leitura do espólio das escavações de Leite de Vasconcelos no "Castro" de Pragança, Cadaval. Evidências de uma ocupação da I Idade do Ferro. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 26: 77-104.

Morillo Cerdán, A. (2019): Arquitectura Militar Romana en *Hispania*, in E. Sánchez López; M. Bustamante Álvarez (eds.), *Arqueología Romana en la Península Ibérica*. Granada: 385-407.

Novillo López, M. (2018): *Julio Cesar en Hispania*. Madrid.

Pereira, C. (2014): *Roman lamps of Scallabis (Santarém, Portugal)*. BAR International Series 2627. Oxford.

Pimenta, J. (2005): *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Trabalhos de Arqueologia. 41. Lisboa.

Pimenta, J. (2007): A Importação de ânforas de preparados piscícolas em *Olisipo* (séculos II-I a.C.), in L. Lagóstena Barrios; D. Bernal Casasola; A. Arévalo González (eds.), *Cetariae 2005. Salsas y salazones de pescado en occidente durante la Antigüedad* (Cádiz, 2005). BAR International Series 1686. Oxford: 221-233.

Pimenta, J. (coord.) (2013): *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo): Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo* (Catálogo de Exposição, 2013). Lisboa-Vila Franca de Xira.

Pimenta, J. (2014): Os contextos da conquista: *Olisipo* e Décimo Júnio Bruto, in C. Fabião; J. Pimenta (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: 44-60.

Pimenta, J. (coord.) (2015): *O sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira, em busca de Ierabriga* (Catálogo de Exposição, 2015). Vila Franca de Xira.

Pimenta, J. (2020): Antes do teatro. A cidade de *Olisipo* no período romano republicano. *Scaena* 1: 45-61.

Pimenta, J.; Arruda, A. (2014): Novos dados para o estudo dos Chões de Alpompé, Santarém. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 21: 375-392.

Pimenta, J.; Gaspar, A.; Gomes, A.; Mota, N.; Miranda, P. (2014): O estabelecimento romano republicano de *Olisipo*: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.º 16-20), Lisboa, in C. Fabião; J. Pimenta (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: 122-148.

Pimenta, J.; Henriques, E.; Mendes, H. (2012): *O Acampamento romano de Alto dos Cacos, Almeirim*. Almeirim.

Pimenta J.; Mendes H., (2008): Descoberta do povoado pré-romano de Porto Sabugueiro (Muge). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 11,2: 171-194.

Pimenta, J.; Mendes, H. (2013): 1.ª Campanha de escavações arqueológicas no povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro, Muge – Salvaterra de Magos. *Cira Arqueologia* 2: 195-219.

Pimenta, J.; Mendes, H. (2014): Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo, in R. Mataloto; V. Mayoral; C. Roque (eds.), *La Gestación de los paisajes rurales entre la Protohistoria y el Período Romano. Formas de Asentamiento y Procesos de Implantació*. Anejos de Archivo Español de Arqueología 70. Madrid: 125-142.

Pimenta, J., Mendes, H.; Henriques, E. (2014): O acampamento militar romano do Alto dos Cacos, Almeirim, in C. Fabião; J. Pimenta (eds.), *Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2013). Cira Arqueologia 3. Vila Franca de Xira: 256-292.

Pimenta, J.; Mendes, H.; Arruda, A. M.; Sousa, E.; Soares, R. (2014): Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos. Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos* 1: 39-58.

Pimenta, J.; Ribera i Lacomba, A.; Soría, V. (2018): Le ceramiche a vernice nera italica dei livelli di fondazione di *Olisipo* e *Valentia* (140-130 a.C.). *Rei Cretariae Romanae Favtorvm* Acta 45: 1-11.

Quesada Sanz, F.; Gómez Cabeza, F.; Molinos Molinos, M.; Bellón Ruiz, J. (2015): El armamento hallado en el campo de batalla de Las Albahacas-Baecula, in J. Bellón Ruiz; A. Ruiz Rodríguez; M. Molinos Molinos; C. Rueda Gálan; F. Gómez Cabeza (eds.), *La Segunda Guerra Púnica en la Península Ibérica. Baecula: Arqueología de una batalla*. CAAI Textos 7. Jaén: 311-396.

Quetglas Nicolau, P. (2005): César y el *corpus Caesarianum*, in E. Melchor Gil; E. Mellado Rodríguez; J. Rodríguez Neila (eds.), *Julio César y Corduba: Tiempo y espacio en la campaña de Munda (49-45 a.C.)* (Córdoba, 2003). Córdoba: 139-164.

Ribeiro, O. (1994): *Opúsculos Geográficos. Temas Urbanos*. Vol. V. Lisboa.

Ribera i Lacomba, A. (1998): *La fundació de Valencia. La ciutat a l'època romanarepulicana (segles II-I a. de C.)*. Valencia.

Ribera i Lacomba, A. (2009): La fundación de *Valentia*: un apéndice de Italia y Campania en la Hispania del siglo II a.C. *Oebalus, Studi sulla Campania nell'Antichità* 4: 46-77.

Ruivo, J. (1997): O conflito sertoriano no Ocidente Hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología* 70: 91-100.

Ruivo, J. (1999): Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompé (Santarém), in R. Centeno; Mª P. García-Bellido; G. Mora (coord.), *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania* (Porto, 1997). Anejos de Archivo Español de Arqueología 20. Madrid: 101-110.

Ruivo, J.; Sales, P.; Lourenço, S.; Barros, P. (2015): O tesouro romano-republicano do Casal Ascenso Antunes (Ferreira do Zêzere, Santarém, Portugal). *Conimbriga* 54: 133-156.

Saa. M. de (1956): *As grandes vias da Lusitânia: O itinerário de Antonino Pio*. VI. Lisboa.

Silva, J.; Batista, A.; Gaspar, F. (1999): *Carta Arqueológica de Abrantes*. Abrantes: http://sic.cm-abrantes.pt/carta_arqueologica/carta.html

Soares, J.; Tavares da Silva, C.; Duarte, S.; Pereira, T.; Soría, V. (2019): Aspectos da presença militar romano-republicana no castro de Chibanes (Palmela). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 22: 79-93.

Soría, V. (2013): Cerâmica de mesa em época tardo republicana em *Scallabis*: o contributo da campaniense, in D. Bernal Casasola; L. Juan Tovar; M. Bustamante Álvarez; J. Díaz Rodríguez; A. Sáez Romero (eds.), *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania* (Cádiz, 2011). Monografías Ex Officina Hispana 1. Vol. II. Cádiz: 249- 269.

Soría, V. (2018): *La ceramica a vernice nera italica e le imitazioni a impasto grigio in Portogallo tra il II e il I secolo a.C.: una prospettiva di studio*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/35096

Sousa, E. (2014): *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo.* Estudos e Memórias 7. Lisboa.

Viegas, C. (2003): *A terra sigillata da Alcáçova de Santarém: Cerâmica, economia e comércio*. Trabalhos de Arqueologia 26. Lisboa.

Vilaça. R.; Arruda, A. (2004): Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conimbriga* 43: 11-45.

Vilaça. R.; Cardoso, J. L. (2017): O Tejo português durante o Bronze Final, in S. Celestino Pérez; E. Rodríguez González (eds.), *Territorios comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica* (Mérida, 2015). Anejos de Archivo Español de Arqueología 80. Madrid: 237-281.